



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

IVAN PEDRO SANTOS NASCIMENTO

**ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA DIALETOLOGIA E DA
GEOGRAFIA LINGUÍSTICA BRASILEIRA: A IMPORTÂNCIA DA
CASA DE RUI BARBOSA E OS EFEITOS DO DECRETO 30.643, DE 20
MARÇO DE 1952**

Salvador
2025

IVAN PEDRO SANTOS NASCIMENTO

**ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA DIALETOLOGIA E DA
GEOGRAFIA LINGUÍSTICA BRASILEIRA: A IMPORTÂNCIA DA
CASA DE RUI BARBOSA E OS EFEITOS DO DECRETO 30.643, DE 20
MARÇO DE 1952**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura,
da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Língua e Cultura.

Área de concentração: Dialectologia e Sociolinguística

Orientador: Prof. Dra. Jacyra Andrade Mota

Coorientador: Prof. Dr. Gredson dos Santos

Salvador
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC)

N244e

Nascimento, Ivan Pedro Santos

Elementos para uma história da dialetologia e da geografia linguística brasileira: [recurso eletrônico] a importância da Casa de Rui Barbosa e os efeitos do Decreto 30.643, de 20 março de 1952 / Ivan Pedro Santos Nascimento. – dados eletrônicos. 2025.
396 f.

Orientação: Profª. Dra. Jacyra Andrade Mota.

Coorientação: Prof. Dr. Gredson dos Santos.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras, Salvador, 2025.

Disponível em formato digital, modo de acesso: <https://repositório.ufba.br>

1. Dialetologia - História - Brasil. 2. Geografia linguística - História - Brasil. 3. Linguística histórica - Brasil. 4. Linguística - Historiografia - Brasil. I. Mota, Jacyra Andrade. II. Santos, Gredson dos. III. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras. IV. Título.

CDU: 81'28



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC), realizada em 31/10/2025 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM LÍNGUA E CULTURA no. 8, área de concentração HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO DAS LÍNGUAS NATURAIS / LINHA - DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA, do(a) candidato(a) IVAN PEDRO SANTOS NASCIMENTO, de matrícula 2021126634, intitulada Elementos para uma história da dialetologia e da geografia linguística no Brasil: efeitos científicos do decreto 30.643, de 20 março de 1952, como política de defesa da língua portuguesa.. Às 09:00 do citado dia, Sala de Defesas, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora Profª. Drª. JACYRA ANDRADE MOTA que apresentou os outros membros da banca: Profª. Drª. RISONETE BATISTA DE SOUZA, Profª. Drª. SILVANA SOARES COSTA RIBEIRO, Prof. Dr. MARCELO ROCHA BARROS GONÇALVES e Prof. Dr. SEBASTIÃO ELIAS MILANI, e também o Prof. Dr. GREDSON DOS SANTOS. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pela presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer, que a seguir se transcreve: "A Banca Examinadora considera o trabalho adequado ao gênero textual Tese de Doutorado. Dá destaque para a importância do trabalho do doutorando, em especial à contribuição para os campos da Historiografia Linguística, da Dialetologia e da Filologia, evidenciando, portanto, seu caráter interdisciplinar. Ressalte-se também que o texto está muito bem escrito, havendo necessidade pontual de alguns ajustes, sobretudo de equívocos de digitação, de pontuação e de adequação à ABNT. A banca sugere também uma revisão do título conforme as ponderações levantadas pela comissão examinadora. Finalmente, considerando a ótima qualidade do trabalho, a Banca recomenda ao Colegiado do PPGLINC a submissão do trabalho ao Prêmio Teses da Capes". No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. MARCELO ROCHA BARROS GONÇALVES

Examinador Externo à Instituição

Dr. SEBASTIÃO ELIAS MILANI, UFG

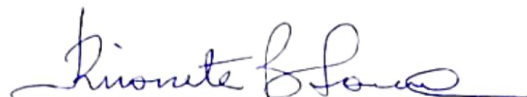
Examinador Externo à Instituição

folha 1/2

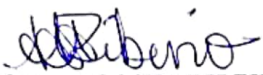


Universidade Federal da Bahia

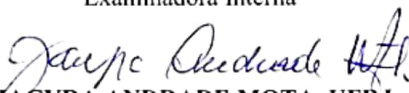
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC)


Dra. RISONETE BATISTA DE SOUZA, UFBA

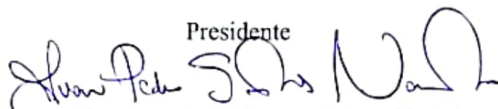
Examinadora Interna


Dra. SILVANA SOARES COSTA RIBEIRO, UFBA

Examinadora Interna


JACYRA ANDRADE MOTA, UFRJ

Presidente


IVAN PEDRO SANTOS NASCIMENTO

Doutorando(a)

Ao Ivan, que descobriu nos livros o poder de sonhar e nunca desistiu de si mesmo.

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível e de repente você estará fazendo o impossível”.

São Francisco de Assis.

AGRADECIMENTOS

À família, pelo suporte, pelo incentivo, pela compreensão e pela força que me deu para continuar ao longo de uma jornada pessoal, profissional e acadêmica que trilhei com algumas perdas, vitórias, tropeços e falhas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Jacyra Andrade Mota, pela boa vontade, pela paciência, pela liberdade criativa acompanhada de rigor e comprometimento científico e pelo interesse em me orientar perante um projeto desafiador e pouco comum à linha de pesquisa de Dialetologia e Sociolinguística. Nos momentos em que duvidei da possibilidade de concretizar o trabalho frente às dificuldades da pesquisa documental e da escassez de informações, nossas conversas e o desejo mútuo de recuperar parte da história da Dialetologia foram um grande impulso para fazer do impossível algo possível. E conseguimos!

Ao meu co-orientador, Prof. Gredson dos Santos, pelo entusiasmo, pelas leituras sensíveis e pelos apontamentos sobre políticas e ideologias nos estudos linguísticos e como práticas científicas são capazes de fundar narrativas excludentes acerca de uma realidade linguística e do contato entre povos, de modo que eu pudesse ser mais atento ao que lia e, sobretudo, escrevia no que tange ao português.

À minha professora de Introdução aos Estudos Dialetais, Profa. Dra. Silvana Soares Costa Ribeiro, que, na graduação em Letras Vernáculas, me inquietou com a história da Dialetologia e a implantação da Geografia Linguística do Brasil.

Ao Prof. Dr. Sebastião Elias Milani, pelo acolhimento, pela validação do meu trabalho no exame de qualificação e pelos direcionamentos no âmbito da Historiografia Linguística.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Perez Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em História, pelas lições em História Intelectual que foram fundamentais para a compreensão do meu trabalho e pelo acolhimento em suas aulas como aluno externo e único não historiador da turma.

Ao Prof. Dr. Dante Augusto Galeffi, do Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, pelas discussões em epistemologia, construção e difusão do conhecimento e pelo acolhimento em suas aulas na condição de aluno externo.

À Profa. Dra. Risonete Batista de Souza, líder do Projeto Memória do Instituto de Letras da UFBA, com quem pude dialogar em questões referentes ao fazer filológico e à pesquisa historicamente desenvolvida na Universidade Federal da Bahia.

À Fundação Casa de Rui Barbosa, mais precisamente ao Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, pela concessão seriada de arquivos preciosos que embasaram meu trabalho. Reservo profundos agradecimentos à paciência e ao profissionalismo dos funcionários Leandro Jaccourd e Priscila Vaisman.

Ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil, pelo acesso sem restrições ao acervo que inclui materiais do antigo Laboratório de Fonética da Universidade Federal da Bahia e pela cooperação com meu trabalho na figura das bolsistas Beatriz Souza de Jesus, Giovana Andrade de Jesus Oliveira e Maria Eduarda Calasans que tanto me foram úteis na localização e na reserva de livros.

Aos Professores e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, pela formação científica e cultural de excelência e pela assistência de qualidade que me foi ofertada ao longo de quatro anos de atividades acadêmicas repletas de desafios.

NASCIMENTO, Ivan Pedro Santos. **Elementos para uma história da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira:** a importância da Casa de Rui Barbosa e os efeitos do Decreto 30.643, de 20 março de 1952. Orientadora: Jacyra Andrade Mota. 2025. 396 f. il. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Pretende-se, nesta tese, provar a importância do Decreto 30.643, de março de 1952, como elemento determinante à constituição e à institucionalização científica da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira, direcionando-se à pesquisa do português do Brasil. Para tanto, sob o viés da Historiografia Linguística e da História das Ciências, procedeu-se a um mapeamento de conhecimentos e práticas do que ocorreu nesse estabelecimento de organização e implantação de atividades científico-culturais a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica. A periodização adotada compreende o período de 1952 a 1986, tomando como *corpus* registros de atividades concernentes à Casa de Rui Barbosa, assim como textos jornalísticos, decretos, publicações em revistas científicas e manuais. O modelo de discussão e análise geral compreende as etapas de contextualização, imanência e adequação teórica defendidas por Koerner (1995). Como resultados, são identificadas e defendidas nove atividades no intervalo de 1953 a 1983, das quais oito são consideradas relevantes por refletirem os efeitos do Decreto e a importância da Casa de Rui Barbosa na pesquisa linguística: a pesquisa lexicográfica de brasileirismos (1953-1959), desenvolvida por Antenor Nascentes; o curso de Dialetologia e a exposição de Geografia Linguística (1954), organizados por Sever Pop; a conferência e a publicação sobre o Laboratório de Fonética na Bahia, por Nelson Rossi (1958, 1961); a elaboração e a publicação de Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (1958, 1961); planos de apoio e publicação de atlas, como o Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais I e II (1977-1979) e o Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987); e a publicação do Questionário Básico do Trabalho de Campo, por Mônica Rector (1983).

Palavras-chave: História da Dialetologia Brasileira. História da Geografia Linguística. Historiografia Linguística. História das Ciências. Decreto 30.643, de março de 1952.

NASCIMENTO, Ivan Pedro Santos. **Elements for a History of Brazilian Dialectology and Linguistic Geography: The Importance of Casa de Rui Barbosa and the Effects of Decree 30.643, of March 20, 1952.** Advisor: Jacyra Andrade Mota. 2025. 396 pages, illustrated. Thesis (Doctorate in Language and Culture) – Institute of Letters, Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This thesis aims to prove the importance of Decree 30.643, from March 1952, regarding the establishment of a Philology Commission and the development of studies for the construction of a linguistic atlas within the context of Casa de Rui Barbosa. It examines the decree as a determining element in the constitution and scientific institutionalization of Brazilian dialectology and linguistic geography, as well as research on Brazilian Portuguese. To achieve this, from the perspective of linguistic historiography and the history of sciences, a mapping of knowledge and practices was conducted regarding the establishment of scientific and cultural activities through documentary and bibliographic research. The period under study spans from 1952 to 1986, using as a corpus records of activities related to Casa de Rui Barbosa, along with journalistic texts, decrees, scientific journal publications, and manuals. The general discussion and analysis model follow the stages of contextualization, immanence, and theoretical adequacy proposed by Koerner (1995). As results, activities between 1953 and 1983 were identified and defended, eight of which are considered relevant for reflecting the decree's effects and the importance of Casa de Rui Barbosa in linguistic research. These include: the lexicographic research on Brazilianisms (1953-1959) developed by Antenor Nascentes; the dialectology course and linguistic geography exhibition (1954) organized by Sever Pop; the conference and publication on the Phonetics Laboratory in Bahia by Nelson Rossi (1958, 1961); the elaboration and publication of Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (1958, 1961); plans for supporting and publishing atlases such as the Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais I e II (1977-1979), and Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987); and the publication of the Questionário Básico do Trabalho de Campo by Mônica Rector (1983).

Keywords: History of Brazilian Dialectology. History of Linguistic Geography. Historiography of Linguistics. History of Sciences. Decree 30.643, from March 1952.

NASCIMENTO, Ivan Pedro Santos. **Éléments pour une histoire de la dialectologie et de la géographie linguistique brésiliennes: l'importance de la Casa de Rui Barbosa et les effets du décret 30.643 du 20 mars 1952 sur la recherche du portugais du Brésil.** Directrice de thèse: Jacyra Andrade Mota. 2025. 396 pages, illustré. Thèse (Doctorat en Langue et Culture) – Institut des Lettres, Université Fédérale de Bahia, Salvador, 2025.

RESUMÉE

Cette thèse vise à démontrer l'importance du décret 30.643, de mars 1952, relatif à l'établissement d'une Commission de Philologie et au développement d'études pour la construction d'un atlas linguistique dans le contexte de la Casa de Rui Barbosa. Elle examine le décret comme un élément déterminant dans la constitution et l'institutionnalisation scientifique de la dialectologie et de la géographie linguistique brésilienne, ainsi que dans la recherche sur le portugais du Brésil. Pour ce faire, sous l'angle de l'historiographie linguistique et de l'histoire des sciences, un travail de cartographie des connaissances et des pratiques a été réalisé concernant la mise en place d'activités scientifiques et culturelles, à partir d'une recherche documentaire et bibliographique. La périodisation adoptée couvre la période de 1952 à 1986, en prenant comme corpus des archives des activités liées à la Casa de Rui Barbosa, ainsi que des textes journalistiques, des décrets, des publications dans des revues scientifiques et des manuels. Le modèle de discussion et d'analyse générale suit les étapes de contextualisation, d'immanence et d'adéquation théorique proposées par Koerner (1995). En termes de résultats, neuf activités ont été identifiées et défendues sur l'intervalle de 1953 à 1983, dont huit sont considérées comme pertinentes car elles reflètent les effets du décret et l'importance de la Casa de Rui Barbosa dans la recherche linguistique. Parmi celles-ci figurent: la recherche lexicographique sur les brésilianismes (1953-1959) menée par Antenor Nascentes; le cours de dialectologie et l'exposition de géographie linguistique (1954), organisés par Sever Pop; la conférence et la publication sur le Laboratoire de Phonétique en Bahia par Nelson Rossi (1958, 1961); l'élaboration et la publication de *Bases pour l'élaboration de l'Atlas Linguistique du Brésil* (1958, 1961); les plans de soutien et de publication d'atlas, tels que l'Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais I e II (1977-1979), and Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987); ainsi que la publication du Questionário Básico do Trabalho de Campo by Mônica Rector (1983).

Mots-clés: Histoire de la dialectologie brésilienne. Histoire de la géographie linguistique. Historiographie linguistique. Histoire des sciences. Décret 30.643, de mars 1952.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Panorama de inserção da Historiografia Linguística	36
Figura 2 -	Percurso da pesquisa em Historiografia Linguística	37
Figura 3 -	Esquema da língua portuguesa segundo Serafim da Silva Neto	113
Figura 4 -	Estema historiográfico sobre a pesquisa de brasileirismos (1954-1972) ...	205
Figura 5 -	Estema historiográfico sobre o curso de Dialetologia e a exposição de Geografia Linguística em 1954	209
Figura 6 -	Estema historiográfico sobre a conferência e a publicação Laboratório de Fonética, de Nelson Rossi, em 1958 e 1961	212
Figura 7 -	Estema historiográfico sobre a elaboração e a publicação das Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (1958, 1961)	215
Figura 8 -	Estema historiográfico sobre planos de apoio à edição e publicação de atlas linguísticos a partir de 1970	219
Figura 9 -	Estema historiográfico sobre o Questionário básico do trabalho de campo (1981-1983)	224
Figura 10 -	Carta-base do <i>Micul Atlas Linguistic Român</i> (ALRM I)	272
Figura 11 -	Carta n. 37: <i>nas; nasuri</i> (ALRM I)	273
Figura 12 -	Carta-base do <i>Micul Atlas Linguistic Român</i> (ALRM II)	274
Figura 13 -	Carta n. 15: <i>nas/nez</i> (ALRM II)	274

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Sistematização dos periódicos	71
Quadro 2 -	Subsistematização dos periódicos e dos textos adotados como fontes	72
Quadro 3 -	Sistematização dos jornais	77
Quadro 4 -	Subsistematização dos textos jornalísticos	78
Quadro 5 -	Lista alfabética de colaboradores da exposição de Sever Pop	250
Quadro 6 -	Relação cronológica de textos sobre Dialetologia e a exposição de Sever Pop na Universidade de Michigan, segundo o jornal The Michigan Daily ...	252
Quadro 7 -	Relação cronológica de textos sobre Dialetologia e a exposição de Sever Pop na Casa de Rui Barbosa, segundo jornais cariocas	257

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Direcionamentos da pesquisa	24
1.2 Estrutura da tese	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1 Diálogos entre Historiografia Linguística e História das Ciências	30
2.2 O problema histórico e historiográfico das instituições e dos estabelecimentos de pesquisa	42
2.3 Constituição e Institucionalização nas Ciências: conceitos para um aparato de leitura	48
2.4 A inserção do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, e a descrição da Casa de Rui Barbosa em crônicas sobre os estudos dialetais brasileiro	51
2.5 Sistema de coordenadas da tese	60
3 METODOLOGIA DO EXERCÍCIO HISTORIOGRÁFICO	62
3.1 Abordagens, procedimentos e justificativas	62
3.2 Mapeamento dos instrumentos de registro e divulgação da Casa de Rui Barbosa	65
3.3 Mapeamento dos instrumentos de divulgação não vinculados à Casa de Rui Barbosa	69
3.4 Retextualização e escrita da narrativa	90
4 O PRINCÍPIO DA CONTEXTUALIZAÇÃO	93
4.1 Rui Barbosa: o homem-monumento entre o império decadente e a primeira república brasileira	93
4.2 A Casa de Rui Barbosa: estrutura, propósitos e atuação	98
4.3 O Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, e o cenário de integração da Casa de Rui Barbosa à cruzada dialetológica	103
4.4 Os Brasis do século XX: elementos sócio-históricos, linguísticos e glotopolíticos	120
4.5 Entre letras e legados: os primeiros agentes e discursos em torno da pesquisa linguística na Casa de Rui Barbosa	134
5 O PRINCÍPIO DA IMANÊNCIA	151
5.1 Principais temas e atividades do Setor de Filologia entre 1952 e 1986	151

5.1.1 Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (1952-1986)	152
5.1.1.1 Arquivo FCRB-DA 31 (01): carta de Antenor Nascentes ao Ministro da Educação (1952)	153
5.1.1.2 Arquivo FCRB-DA 118 (6): relatório de atividades (1954)	153
5.1.1.3 Arquivo FCRB-DA 119 (16): relatório de atividades (1953-1954)	154
5.1.1.4 Arquivo FCRB-DA 123 (06): relatório de atividades (1956)	155
5.1.1.5 Arquivo FCRB-DA 124 (06): relatório de atividades (1956-1958)	156
5.1.1.6 Arquivo FCRB-DA 125 (16): relatório de atividades (1956-1959)	157
5.1.1.7 Arquivo FCRB-DA 132 (17): informativos da situação presente da Casa de Rui Barbosa e relatório de atividades da Casa de Rui Barbosa (1964)	158
5.1.1.8 Arquivo FCRB-DA 133 (12): programação de atividades (1965)	159
5.1.1.9 Arquivo FCRB-DA 138 (16): relatório de atividades em 1954; relatório do 1º, 2º e 3º trimestres de 1970 e relatório das atividades da Seção de Filologia (Centro de Pesquisas) no ano de 1971	160
5.1.1.10 Arquivo FCRB-DA 44 (12): programação de atividades (1971)	163
5.1.1.11 Arquivo FCRB-DA 139 (33): relatório de atividades (1972-1973)	164
5.1.1.12 Arquivo FCRB-DA 140 (51): exercício e relatórios (1973)	165
5.1.1.13 Arquivo FCRB-DA 141 (32): relatório de atividades (1974)	167
5.1.1.14 Arquivo FCRB-DA 142 (45): relatório de atividades (1974-1976)	168
5.1.1.15 Arquivo FCRB-DA 48 (46): programação de atividades (1976)	169
5.1.1.16 Arquivo FCRB-DA 50 (72): programação de atividades (1977)	170
5.1.1.17 Arquivo FCRB-DA 51(175): programação de atividades (1978)	171
5.1.1.18 Arquivo FCRB-DA 50-A(1L): plano diretor (1977-1979)	173
5.1.1.19 Arquivo FCRB-DA 146 (133): relatório de atividades da administração (1979)	177
5.1.1.20 Arquivo FCRB-DA 147 (195): relatório de atividades e programação (1980)	179
5.1.1.21 Arquivo FCRB-DA 148 (207): relatório de atividades (1981)	180
5.1.1.22 Arquivo FCRB-DA 151 (406): relatório de atividades (1984)	181
5.1.1.23 Arquivo FCRB-DA 155 (264): relatório de acompanhamento de atividades (1986)	183
5.1.2 Casa de Rui Barbosa: resumo histórico de suas atividades (1957)	184

5.1.3 O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: 20 anos de atividades (1972)	187
5.1.4 Catálogo de publicações (2002)	194
5.2 Mapeamento interno de atividades pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística	203
6 O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO TEÓRICA	227
6.1 Uma aproximação às atividades pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística brasileira	227
6.1.1 Uma pesquisa lexicográfica de brasileirismos (1953-1959)	227
6.1.2 O curso de Dialetologia e a exposição de Geografia Linguística (1954)	245
6.1.3 Laboratório de Fonética na Bahia: conferências e publicação (1958, 1961)	285
6.1.4 Elaboração e publicação de "Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil" (1958, 1961)	309
6.1.5 Planos de apoio e publicação de atlas: Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais I e II (1977-1979) e Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987)	318
6.1.6 Publicação do "Questionário Básico do Trabalho de Campo" (1983)	334
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	345
REFERÊNCIAS E FONTES	356
ANEXO A — Acesso QR Code à correspondência entre o pesquisador e o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa	369
ANEXO B — Extrato de pesquisa do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa	370
ANEXO C — Termos de licença para reprodução de acervo arquivístico da Fundação Casa de Rui Barbosa	388
APÊNDICE A — Acesso QR Code ao anteprojeto originador da tese	396

1 INTRODUÇÃO

A percepção das diferenças e o contato com a diversidade são experiências que atravessam a história do ser humano, constituindo objeto de fascínios e intrigas e pondo em xeque como, a partir de uma natureza gregária e pelo cultivo de sistemas simbólicos que dão sentido e caracterizam um ser/estar no mundo — mediados sobretudo pela linguagem — construímos e reproduzimos relações de identidade e alteridade.

Dentre os componentes de organização e práticas sociais, situa-se a territorialidade como um fenômeno comportamental, motivado tanto por um componente biológico quanto por um componente sociocultural, conforme Soja (1971). Esse elemento — que engendra um senso de identidade e exclusividade grupal que regula as interações humanas no espaço e fornece um elo entre a sociedade e o território transformado e ocupado pelo homem — se manifesta a partir de estratégias de demarcação espacial, delimitação de grupo, coesão e resistência ao contato externo e serve como um meio de controle de processos que espelham historicamente a evolução dos agrupamentos humanos em direção a formas mais avançadas de coletividade, como a competição, o conflito e a cooperação. Sob essa lógica, as línguas, como matrizes de interação, também constituem instâncias de territorialidade que endossam relações intra e intergrupais.

No plano da linguagem, percebe-se que as primeiras atribuições de significados às diferenças se fundaram sob a ótica da hierarquização dissimétrica¹ e de concepções duais de existência, das quais se desdobram séries de oposições que qualificariam e justificariam a origem das línguas: divino/terreno, bênção/castigo, ordem/desordem, humano/não humano. Deste último par, surgem eu/outro, amigo/inimigo, nós/eles. É isso o que ilustram as narrativas fundadoras de povos e culturas quando tentam explicar primariamente a questão da origem e dos graus de inteligibilidade entre as línguas.

Na Bíblia, o mundo emerge de uma enunciação divina e, sendo o homem criado à imagem e à semelhança de Deus, a linguagem surge como um vínculo direto com a deidade, permitindo que a criatura fosse simbolicamente copartícipe e mantenedora da gênese pelas ações de nomear e povoar. Não há diferenciação linguística, pois não se cria uma língua

¹ Para Raffestin (1993), em *Por uma geografia do poder*, toda forma de organização opera sobre a realidade a partir de conhecimentos e práticas pelas quais circula o poder, apresentando uma relação. A simetria é um tipo de relação responsável pela manutenção da diferença e do pluralismo, pois parte do reconhecimento e da aceitação do Outro e de uma concepção de equivalência real que “impede o crescimento de uma organização ou de uma estrutura em detrimento de outra”. A dissimetria, por sua vez, favorece o crescimento de uma estrutura em detrimento de outra e, num extremo, a destruição de uma estrutura por outra, uma vez que só reconhece a existência de suas necessidades na medida em que aceita o jogo das equivalências forçadas que se exprime no valor de troca.

própria para o ser humano, mas um monolinguismo que acentua o elo entre criador e criatura. A humanidade só testemunharia a diversificação das línguas pelo incidente de Babel, quando o homem se percebe também criador e usa o esforço coletivo para vencer a dispersão sob a face da Terra pela edificação de uma cidade e de um arranha-céu. Em repúdio à arrogância e à desobediência por trás das intenções humanas, Deus quebra a unidade como castigo e institui a diversidade como desordem para limitar a união, o trabalho e o poder criativo do homem.

Na tradição oral dos Yukis, conforme Kroeber (1907) — considerados o primeiro grupo étnico a ocupar o norte da Califórnia, na América do Norte — a origem e a diversidade das línguas derivam do trajeto assumido por duas deidades, *Taikomol*, o criador, e *Coyote* em uma jornada. De gravetos cravados na terra à noite, os homens surgiram de uma transmutação pelo amanhecer. Esse feito, aliado aos deslocamentos divinos, teria formado tribos em diferentes localidades, de modo que cada uma tivesse costumes, modos de vidas e línguas próprias que lhes fossem características, como se a diversificação fosse fruto das pegadas do divino sobre o mundo e da permanência do homem no lugar onde teria sido fincado em sua gênese.

Na mitologia aborígine australiana, as diferenças e a manifestação de níveis de entendimento são produto do exocanibalismo funerário de *Wurruri*, uma anciã mal-humorada, habitante do leste, que usava sua bengala para abrandar as fogueiras noturnas que forneciam calor e segurança àqueles que dormiam ao seu redor. Após a morte da indesejada, seu corpo recebe a visita de inimigos que o devoram em festa. A partir da ingestão da carne, das partes mais externas às mais internas, da pele e da carne às vísceras, à medida que chegam para a partilha, indivíduos se percebem como falantes de línguas diferentes, se agrupam e seguem três direções distintas. Nessa narrativa, de certo modo, as diferenças causam estranhamento, mas não a desordem, pois os laços se renovam pelo rito fúnebre que atua como matriz de mudanças: da comunhão forjada por um mesmo inimigo e por uma mesma rota de viagem, surge um novo senso de coletividade e um agrupamento linguístico.

Do mito à ciência, atravessando diferentes estágios de construção de conhecimento, como o legado medieval e o naturalismo científico para o problema das línguas, sobrevive o interesse pela origem das diferenças no sentido de perscrutar os processos que favoreceram rotas de diferenciação e o reconhecimento de variedades no interior de uma mesma língua, colocando em evidência o fenômeno dialetal.

Sob esse viés, em *De Vulgari Eloquentia*, no século XIV, Dante Alighieri (1205-1321) apresenta uma percepção da diferença no âmbito das línguas europeias e dos dialetos no contexto italiano, situando dois grandes grupos e quatorze variedades, das quais eleva o

florentino no plano estético e literário. Sensivelmente, no século XVI, Fernão de Oliveira (1536), em sua *Grammatica da lingoagem portuguesa*, reconhecendo a primazia do homem sobre a língua e como “os tempos e as terras criam condições e conceitos”, considera a existência de particularidades, usando como ilustração os padrões sociolinguísticos e as posições geográficas de Beira, Alentejo, Estremadura, Entre Douro e Minho.

No século XVIII, sob a ótica de uma filosofia de natureza, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) discute o problema da diferença a partir de uma relação entre condições naturais do espaço em que agrupamentos humanos se instalam e as normas socioculturais dos povos no *Essai sur l'origine des langues* (1755). Johann Gottfried von Herder (1744-1803), na mesma centúria, defende em *Abhandlung über den Ursprung der Sprache* (1772) que a difusão de povos em diferentes espaços, delimitando territorialidades e fundando agrupamentos sociais, teria contribuído para a diversificação das línguas, tendo em vista seu caráter agregador da comunidade e uma constituição dialógica que é fruto do meio e dos costumes, embora adepto de uma concepção monogenética das línguas.

Com o advento da Gramática Comparada, no século XIX, uma abordagem metodológica fundada por Franz Bopp (1791-1867) em 1816 — ao comparar o sistema de conjugação do sânscrito com o grego, o latim, o persa e o germânico na obra *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache* —, passa-se a operar sobre reconstituições e conjecturas de estágios anteriores das línguas sob um viés científico. A diversidade, nesse panorama, era tomada como objeto observacional para o estudo das estruturas linguísticas em perspectiva histórico-filológica, o que favoreceu o enfraquecimento do viés monogenético de uma língua originária e o deslocamento para o estudo de famílias linguísticas.

As reflexões humboldtianas, por exemplo, em *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluß auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (1836), sugerem que as línguas compartilham uma estrutura fundamental e diferem em estruturas superficiais, e o indivíduo atua linguisticamente em constante interação com o comportamento linguístico de seu grupo ou nação, recriando a língua como atividade viva e coletiva. Logo, a diversidade era vista não só como consequência imediata das tensões entre individualidade e totalidade, mas também como um atributo essencial e nuclear de toda a linguagem orientado por princípios, não por um resultado fortuito.

Das mais variadas escolas de pensamento linguístico à constituição efetiva de uma ciência da linguagem e das línguas naturais, esforços têm sido empreendidos para oferecer uma perspectiva mais horizontalizada e simétrica dos valores atribuídos às diferenças nas

línguas como parte de uma tendência imanente da linguagem humana para a variação e a mudança. Merece destaque, nesse panorama de novos conhecimentos e práticas — alicerçados em princípios e métodos científicos — o protagonismo da Dialetologia e da Geografia Linguística no contexto dos séculos XIX e XX.

Compreende-se a Dialetologia como uma área de investigação que se volta à língua e suas variações no espaço, por meio da sistematização e interpretação de hábitos linguísticos de uma ou mais comunidades de fala, mais conhecidos como dialetos, que são documentados em obras de referência e/ou projetados em modelos cartográficos para delimitação e interpretação de áreas/zonas dialetais. Segundo Cardoso (2010, p. 15), trata-se de “um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica”.

No interior da Linguística, ciência da linguagem humana e das línguas naturais, esse campo tem proporcionado os dados necessários para a caracterização de realidades linguísticas e suas variedades — com base na evidência dos fenômenos e seus graus de ocorrência em dimensão espacial e na indicação de semelhanças e diferenças existentes entre sistemas de dialetos —, fornecendo registros que servem para balizar as teorias que se voltem à complexidade das línguas, além de verificar hipóteses que se forjam do exercício científico.

No Ocidente, seu desenvolvimento está atrelado a um deslocamento observacional da escrita para a fala, da fonte documental legítima e representativa de um período ao registro oral e corrente de uma localidade. Isso se deu a partir de uma crise nos estudos neogramáticos — um programa emergente de investigação do século XIX, cuja instabilidade foi despertada por um radicalismo histórico, problemas ligados à ideia da regularidade absoluta da mudança sonora nas línguas e pelas justificativas para a ação de leis fonéticas e analogias².

Os neogramáticos, sob a influência das ciências naturais, buscavam descrever as línguas vivas com foco em seu processo de evolução a partir de uma abordagem automática quanto ao contexto fonético para todas as línguas; no entanto, os avanços da Dialetologia e da Geografia Linguística provaram não só a existência de irregularidades entre línguas

² Para compreender melhor essas questões que estão no cerne do desenvolvimento da Dialetologia e da Geografia Linguística, recomendam-se as seguintes leituras:

BASSETTO, B. O impacto da Geografia Linguística e das pesquisas de campo. In: _____. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 25-40.

ELIA, S. A Geografia Linguística. In: _____. *Orientações da Linguística moderna*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1955. p. 95-118.

ROSSI, N. A dialectologia. *ALFA*, São Paulo, v. 11, 2001, p. 89-115.

diferentes, mas também diferentes tipos de processos e mudanças sonoras nos sistemas e subsistemas de falares e dialetos de uma mesma língua.

Em essência subordinada aos estudos histórico-comparativos, com Wenker³, Gilliéron⁴ e Ascoli⁵, a Dialectologia se torna mais robusta cientificamente pela elaboração de um método, a Geografia Linguística, um método que visa à apreensão dos fenômenos em sua dimensão espacial, localizando-os em um território a partir de inquéritos que permitam a elaboração de cartas e atlas linguísticos. Com o suporte desses instrumentos de consulta, foi possível comparar traços distintivos em línguas e dialetos, estabelecer reconstituições históricas e projetar glotocronologias com base nos registros da oralidade, nos indícios das áreas dialetais e nos espólios documentais.

Os procedimentos de coleta do método geográfico-linguístico foram historicamente aprimorados em suas possibilidades direta — *in loco* — e indireta — por correspondência —, conforme Rector (1975), atravessando dois grandes momentos: uma fase pré-científica, permeada por iniciativas de cunho anti-dialetal, produção dicionarística e esboços de caracterizações linguísticas; e uma fase moderna, na qual se encaixam a produção de glossários, caracterizações linguísticas mais robustas, sistematização e emprego de questionários e a criação de atlas parciais e nacionais, sob as influências de Gilliéron, Jaberg e Jud⁶.

Nessas circunstâncias, é interessante recuperar os contrastes entre o método histórico e o método geográfico que Elia descreve, em 1955, em sua obra *Orientações da Linguística Moderna*:

1 — O método histórico se baseia em documentos e é por isso essencialmente bibliográfico. O método geográfico investiga a língua oral e daí empreende pesquisas de campo.

2 — Por seu caráter documental e bibliográfico, o método histórico se aplica com tanto maior eficiência quanto mais abundante fôr o número de textos recolhidos, o que pressupõe o desenvolvimento de uma literatura de certa importância. O método geográfico, voltado para a língua oral, preocupa-se predominantemente com os dialetos.

³ Georg Wenker (1852-1911), dialectólogo alemão, foi o autor do Atlas Linguístico da Alemanha do Norte e Central. Sua contribuição reside na quantidade de pontos de inquérito com possibilidade de intercomparação na malha dialetal investigada.

⁴ Jules Gilliéron (1854-1926) foi o autor do Atlas Linguístico da França (1902-1910), contando com o auxílio de Edmond Edmont (1849-1926). Dialectólogo e professor da École de Hautes Études, em Paris, o franco-suíço é considerado o fundador da Geografia Linguística em decorrência de um interesse pelos dialetos galo-romanos cujo estudo se desenvolveu por uma metodologia inicial de recolha *in loco*.

⁵ Graziadio Ascoli (1829-1907), dialectólogo italiano, é considerado um dos responsáveis pelas bases científicas da Dialectologia românica como aparato para a história das línguas. Dentre suas contribuições, está a demarcação e a classificação de dialetos, assim como os conceitos de substrato, adstrato e superestrato.

⁶ Karl Jaberg (1877-1958) e Jakob Jud (1882-1952) foram romanistas e dialectólogos suíços que compuseram o Atlas Linguístico-Etnográfico da Itália e da Suíça Meridional (8 volumes, de 1928 a 1940). Foram pioneiros na incorporação do método *Wörter und Sachen* ou Palavras e Coisas na pesquisa dialetal, ao contemplarem o estudo minucioso da realidade sociocultural na qual palavras, coisas e conhecimentos linguísticos próprios transitam, situando a importância da boa compreensão do referente para a apreensão de denominações e significações.

Línguas escritas e falares dialetais, eis dois objetos que distingue o Historicismo Linguístico da Geografia Linguística.

3 — O método histórico-comparativo acantona-se praticamente na cidadela já bastante castigada das evoluções fonéticas. O método geográfico-comparativo vê sempre o som como parte da palavra, que é a unidade fundamental dos estudos linguísticos.

4 — O Historicismo encara os fenômenos da linguagem do ponto de vista das ciências naturais (física, biologia); a Geografia Linguística situa-se no campo das ciências sociais. (Elia, 1955, p. 117)

No cenário brasileiro, os primeiros trabalhos dialetológicos remontam ao século XIX, tomando-se tradicionalmente como ponto de partida um registro dialetal de Domingos Borges de Barros, no *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe...* (1826), de Adrien Balbi, no que tange ao léxico e à prosódia do português no Brasil em contraste ao português europeu. O interesse e a produtividade de trabalhos em torno da variação espacial no Brasil, ao longo de três séculos, são costumeiramente retratadas em periodizações, um procedimento de cariz cronológica usado para situar eventos e fatos em recortes sequenciais, cuja configuração atual comporta cinco fases dos estudos dialetais.

Para Ferreira e Cardoso (1994), Cardoso (1999, 2010) e Mota e Cardoso (2006), que partem de uma visão inicialmente delimitada por Nascentes (1952), há a seguinte sistematização do cenário brasileiro:

- a) primeira fase (de 1826 a 1920): caracterizada pelo desenvolvimento de uma dicionarística que evidenciasse as diferenças no português do Brasil, orientada ao léxico;
- b) segunda fase (1920 a 1952): continuidade da tendência lexicográfica anterior e produção de monografias dialetais com maior detalhamento dos níveis de análise, uma preocupação com a recolha dos dados e as primeiras tentativas de projeção e delimitação de áreas dialetais brasileiras;
- c) terceira fase (1952 a 1996): momento em que se percebe um salto metodológico na recolha e sistematização de dados diatópicos, para além de uma determinação legal da elaboração de um atlas linguístico brasileiro (o Decreto 30.643, de março de 1952);
- d) quarta fase (de 1996 aos “dias atuais”): instalação do Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

Posteriormente, Teles (2018), em tese de doutoramento, trouxe um complemento a essa visão de desenvolvimento científico da Dialectologia de quatro momentos, apontando a publicação dos dois primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil (2014) como marco constituinte de uma quinta fase.

Dentre as séries de problemas de pesquisa para uma compreensão significativa no âmbito da Dialetologia brasileira, percebe-se uma lacuna histórica no que diz respeito à sociologia subjacente à produção, recepção e transmissão de conhecimentos e práticas científicas — entendendo-as como um complexo de atividades organizadas e reguladas por grupos, programas e tradições de pesquisa —, e a uma narrativa que também evidencie o jogo social no qual teorias, hipóteses, métodos, instrumentos, metas e agendas de pesquisa se forjam não necessariamente de modo linear, contínuo e acumulativo, moldando percepções sobre o fenômeno dialetal e a maneira pela qual abordagens foram e ainda são adotadas.

De modo predominante, nota-se que as crônicas tradicionais dos estudos dialetológicos brasileiros orbitam em torno de autores e obras pioneiras, não contemplando adequadamente à história de uma ciência agentes e saberes que contribuíram para a consolidação da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira. As noções de fases dialetais, também, enfatizam os produtos derivados da pesquisa linguística, como as monografias dialetais e atlas, deixando à margem a formação e a articulação de uma comunidade científica que teve determinados enfoques sobre a realidade linguística brasileira e os esforços individuais e coletivos que auxiliaram na formação de um quadro teórico-metodológico e instrumental.

Assim, mais do que explicitar aquilo que se produziu em uma retrospectiva, deve constituir também um tópico de discussão a conjuntura sócio-histórica, científica e intelectual de experiências individuais, coletivas e institucionais que foram decisivas para a implantação, o desenvolvimento e a consolidação da Dialetologia e da Geografia Linguística nos estudos linguísticos brasileiros.

Sob essa perspectiva, Swiggers (2013), em seus direcionamentos para a Historiografia da Linguística, considera relevante os tipos de conhecimentos linguísticos que vigoraram no passado; os processos pelos quais o conhecimento linguístico foi produzido, transmitido e recebido e a maneira como os conteúdos do conhecimento foram estruturados. Convém resgatar, nesse sentido, aquilo que Cardoso (2010) aponta acerca da percepção do fenômeno dialetal para repensar a pesquisa linguística enquanto uma construção histórica: “As diferenças dialetais têm sido explicitadas em diversificadas manifestações, em momentos distintos e motivadas por razões as mais variadas e se têm constituído em alvo de interesses políticos, *lato sensu*, os mais diferenciados” (Cardoso, 2010, p. 27).

Delimitando-se no século XX, pretende-se investigar o problema histórico do processo de constituição e institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística no Brasil, com interesse particular sobre a importância da Casa de Rui Barbosa enquanto espaço de

organização e implantação de conhecimentos e práticas científicas e os efeitos científicos do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, isto é, as repercussões desse desígnio para mensurar algum impacto sobre os estudos linguísticos:

Decreto Nº 30.643, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, DECRETA: **Art. 1º Fica instituído, na Casa de Rui Barbosa, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Art. 2º O Centro ora instituído realizará seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filologia, e terá por campo de pesquisas a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalhos. Art. 3º O Centro em referência compreenderá, inicialmente, duas Secções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa. § 1º Cada Comissão de que trata este artigo estabelecerá anualmente, um plano de trabalho em cuja elaboração poderão colaborar os professores universitários do Brasil, providos em cátedras de direito e de filologia ou em cadeiras afins. § 2º A Comissão de Direito planejará publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, organizando catálogos de publicações jurídicas, legislativas, parlamentares e jurisprudências do Brasil; boletins de bibliografia brasileira e estrangeira, estudos sistemáticos de bibliografia e hemerografia de jurisprudência federal e das unidades da Federação. § 3º A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa - fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do "Atlas Lingüístico do Brasil". Art. 4º O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa promoverá a publicação de seus trabalhos em arquivos e boletins periódicos, visando especialmente aos resultados das pesquisas que terão caráter estritamente objetivo. Art. 5º Além da Biblioteca da Casa de Rui Barbosa e das aquisições imprescindíveis para atualizá-la, o Centro em causa disporá de instalações apropriadas, cujo projeto será oportunamente apresentado. Art. 6º O Ministério da Educação e Saúde contratará os técnicos em bibliografia, arqueologia e revisão necessários aos trabalhos em cursos. Art. 7º Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos por meio de instruções do Ministro da Educação e Saúde. Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.**

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952,

131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho (Brasil, 1952, grifos nossos)

Esse ordenamento é pertinente à estruturação de um Centro de Pesquisas na Casa de Rui Barbosa e ao estabelecimento de uma Comissão de Filologia para a execução de estudos que deveriam culminar na elaboração de um atlas linguístico. Com tal decisão do Executivo do país, o centro de memória carioca — que emergiu no contexto da primeira república brasileira em uma tentativa de salvaguardar propriedades e o espólio documental de Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923), jurista, político e escritor baiano, considerado um dos intelectuais e estadistas que mais atuou pela institucionalização do regime republicano no Brasil — evoluiria de casa-museu-biblioteca a instituição científico-cultural, favorecendo o cultivo de pesquisas, projetos e cursos. Verifica-se ainda no documento a delimitação de uma

agenda de atividades no quadro da Filologia Portuguesa para o alcance de uma meta e a garantia de recursos humanos, instrumentais e materiais.

Tradicionalmente, o Decreto 30.643/1952 é reiterado como elemento encadeador de novos direcionamentos quanto à pesquisa e à metodologia da Dialetologia. Corroborando com essa visão, Ferreira e Cardoso (1994) declaram que os estudos dialetais, a partir de 1952, tiveram grande avanço metodológico com a produção de trabalhos amparados no método geográfico-linguístico. Esse posicionamento fundou uma tradição cronística nos estudos dialetais de aceite e continuidade dessa percepção histórica, embora pouco se discuta o conjunto de atividades desenvolvidas no contexto da Casa de Rui Barbosa que favoreceram de modo objetivo os avanços da Dialetologia e da Geografia Linguística e os desdobramentos do Decreto sobre a produção pós-1952. À vista disso, partilhando dessa mesma orientação e reconhecendo as potencialidades de uma revisão crítico-interpretativa do passado dos estudos dialetais, surgiu o projeto de pesquisa para o doutorado que se efetiva na presente tese.

Os interesses pela história das ciências e por conhecimentos e práticas sobre a linguagem e as línguas têm crescido nos últimos anos. Ao reconhecer a existência de múltiplos momentos, espaços e camadas da história, aspirou-se, nesta tese, ao lugar de narrador-observador, paciente e metódico, limitando-se estritamente ao acessível e legível e evitando tudo quanto fosse hipotético, incerto e não verificado, para que fosse viável a recolha de elementos históricos passíveis de integrar, futuramente, uma narrativa mais ampla do que foi a Dialetologia e a Geografia Linguística brasileira no século XX e o interesse pela língua portuguesa.

1.1 Direcionamentos da pesquisa

A tese que se apresenta neste trabalho é a de que o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952 — referente ao estabelecimento de um Centro de Pesquisas e de uma Comissão de Filologia, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, e à fixação de uma agenda de estudos que deveriam culminar em um atlas linguístico do Brasil — foi importante para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira no século XX e configurou uma matriz para os estudos do português do Brasil.

O principal questionamento desta tese é: a partir de quais estratégias e atividades a Casa de Rui Barbosa, enquanto espaço institucional de organização e implantação de conhecimentos e práticas científicas, contribuiu para a pesquisa diatópica no Brasil?

Como perguntas subsidiárias, questiona-se:

- a) Quais foram as atividades desenvolvidas pela instituição científico-cultural que se alinham à Dialetoлогия e à pesquisa geográfico-linguística?
- b) Quem foram os agentes envolvidos no processo de constituição e institucionalização da pesquisa linguística no âmbito da Casa de Rui Barbosa?
- c) Quais preocupações científicas foram continuamente perseguidas pelo centro de pesquisas?
- d) Quais relações de continuidade ou descontinuidade podem ser observadas nas atividades institucionais em relação à agenda de pesquisa determinada pelo Decreto fundador de 1952?
- e) De que maneira o conjunto de intervenções pode ser lido sob os conceitos de constituição e institucionalização em História das Ciências?

A priori, em direção oposta às crônicas correntes sobre a Dialetoлогия no Brasil que mencionam o ordenamento de 1952 — enfatizando a não elaboração de um atlas e tangenciando elementos cognitivos e sociais inerentes às ciências —, sustenta-se que, com o advento desse ordenamento, as pesquisas dialetológicas pré-1952, outrora empreendidas individualmente, sem um método comum e coletivamente partilhado, passaram a ser revistas e organizadas por um grupo seletivo de filólogos nomeados pelo Estado que construíram um ambiente de produção, recepção e transmissão de conhecimentos e práticas unificadoras por meio do centro científico-cultural carioca. Com isso, favoreceu-se a criação de uma mentalidade dialetológica, o reconhecimento científico de um grupo de especialidade nos estudos linguísticos brasileiros, a orientação teórico-metodológica das primeiras pesquisas com o uso da Geografia Linguística e um viés observacional atrelado ao português do Brasil.

À luz da História das Ciências, na condição de disciplina que “investiga, estuda e analisa os registros históricos de fatos e de descrições do que tem sido considerado ciência ao longo dos tempos” (Martins, 1990), e da Historiografia Linguística, enquanto o “estudo sistemático e crítico da produção e evolução de ideias linguísticas propostas por atores que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural e político e em relação com seu passado científico e cultural” (Swiggers, 2004, p. 3, tradução nossa), elegeram-se como objeto os conhecimentos e práticas linguísticas que emergiram a partir da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa entre os anos de 1952 e 1986 no campo da Dialetoлогия e da Geografia Linguística.

Nesse panorama, situam-se os objetivos de descrever circunstâncias sócio-históricas, culturais e intelectuais que concorreram para a entrada de um programa de investigação dialetológico na Casa de Rui Barbosa na segunda metade do século XX; mapear o que se

produziu, transmitiu e recepcionou a partir dos trabalhos da Comissão de Filologia; discutir cada atividade identificada em seus elementos mais discretos e específicos, sobrelevando à medida do possível elementos cognitivos e sociais; e compor um esboço historiográfico baseada em princípios, metodologia e consciência epistemológica.

Para tanto, adota-se o método de pesquisa histórico, que parte do levantamento, crítica e interpretação de textos-fonte e demais evidências, visando a uma historiografia — uma escrita da(s) história(s) — capaz de analisar e sintetizar eventos socioculturalmente relevantes do passado e caracterizar o homem no tempo, desde a articulação entre a experiência particular e a ação coletiva.

O modelo hermenêutico, crítico e expositivo assumido na estruturação do estudo é pertinente a Koerner (1995), contemplando a execução dos princípios de contextualização — reconstituição do clima de opinião —, imanência — leitura e análise restauradora do texto-fonte em seu recorte histórico e cultural — e adequação teórica — interpretação, avaliação e atualização do conhecimento histórico-linguístico investigado —, sob a lente do quadro referencial de constituição e institucionalização da ciência, conforme Bazi e Silveira (2007) e Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002), que serve para discriminar elementos pertinentes à formação e ao desenvolvimento do estatuto científico de uma disciplina e sua clareza e organização enquanto um campo.

A constituição do *corpus* baseou-se nas orientações de Swiggers (2009, p. 68) para complementar os procedimentos básicos de Koerner (1995). Nesse sentido, a seleção, a organização e a interpretação das fontes apresenta cobertura — período, realidade geográfica e temática do objeto de tratamento historiográfico —, perspectiva — o ângulo sob o qual o exercício historiográfico se desenvolve, compreendendo-se a existência de perspectivas internas e externas — e profundidade — direcionamento da análise de ideias e práticas linguísticas, tendo em vista o objeto de estudo, a documentação disponível e o aparato interpretativo assumido pelo historiógrafo.

Logo, a cobertura temática e histórica está circunstanciada a conhecimentos e práticas linguísticas no plano da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira que emergiram a partir da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa entre os anos de 1952 e 1986. O ano de 1952 é adotado como ponto de partida por marcar, segundo a literatura especializada, o reconhecimento de um programa de investigação e de um grupo de especialidade com o Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, além da transformação do antigo museu-biblioteca em centro científico-cultural. Já 1986 delimita o término do arco temporal em função dos 34 anos de produção na área da Dialetologia e da Geografia Linguística, das

mudanças internas da instituição, do centenário de Antenor Nascentes — pioneiro da pesquisa dialetológica e especialista-chefe da Comissão de Filologia — e dos primeiros sinais de uma nova liderança intelectual na Universidade Federal da Bahia voltada à elaboração de um atlas linguístico brasileiro.

Em segundo plano, a perspectiva assumida é externa, isto é, ideias, conhecimentos e práticas linguísticas são analisadas sob um enfoque contextual. Por fim, quanto à profundidade, utiliza-se uma base documental e instrumental que contempla publicações da/sobre a Casa de Rui Barbosa; revistas da área de Letras; jornais; tratados e manuais em Filologia, Linguística, Dialectologia e Geografia Linguística; e obras afins nas quais foram mapeadas não só informações sobre as atividades de ensino, pesquisa, divulgação e aplicação da Comissão de Filologia, como também foram filtrados os conteúdos que permitissem analisar elementos de constituição e institucionalização científicas. Logicamente, esses itens foram expandidos e descritos nas seções de fundamentação teórica e metodologia.

À guisa de conclusão, o formato expositivo do trabalho historiográfico-linguístico obedecerá a sequência de princípios e procedimentos defendidos por Koerner (1995) na seguinte ordem: contextualização, imanência e adequação teórica. Dessa maneira, foram reservadas seções e subseções dedicadas a essas etapas, de modo que a narrativa relaciona o contexto ao conjunto de ideias e práticas linguísticas apresentadas na instituição. Com uma intencionalidade exegetico-crítica, foi produzida uma historiografia do tipo correlativa, conforme Swiggers (2009, p. 71, tradução nossa), materializando o que se define por um “[...] estudo das relações entre teorias e das correlações entre pontos de vista em Linguística e o contexto sociocultural, político e institucional⁷”.

1.2 Estrutura da tese

Além da Introdução e das Considerações finais, há nesta tese cinco seções de desenvolvimento.

Na *Fundamentação Teórica*, são revisadas e avaliadas criticamente a literatura, o sistema conceitual e as contribuições da rede de pesquisadores que foram julgadas pertinentes ao tratamento do tema e do objeto de pesquisa no âmbito da Historiografia Linguística e da História das Ciências.

Em *Metodologia do exercício historiográfico*, explicita-se o percurso metodológico da em estágios de pesquisa voltados a seleção, ordenação, reconstrução e interpretação, no interior daquilo que se enquadra como fases de organização heurística, hermenêutica e

⁷ “[...] estudio de relaciones entre teorías y de las correlaciones entre puntos de vista en Linguística y el contexto socio-cultural, político, institucional”. (Swiggers, 2009, p. 71)

executiva do trabalho do historiógrafo, para caracterizar a realidade institucional da Casa de Rui Barbosa. Há o mapeamento dos instrumentos de registro de divulgação vinculados e não vinculados à Casa de Rui Barbosa e os direcionamentos de retextualização e escrita da narrativa.

O princípio da contextualização — no intuito de oferecer uma abordagem contextualizada do conteúdo daquilo que foi produzido, recepcionado e transmitido, situando-o em um circuito amplo de concepções linguísticas, socioeconômicas, científicas e políticas — abarca o levantamento do clima de opinião em que a Casa de Rui Barbosa, na condição de lugar de memória e estabelecimento de organização e implantação de conhecimentos e práticas científicas sobre a linguagem, estava inserida no exercício de suas atividades para uma compreensão histórica e crítica de elementos pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística.

O princípio da imanência corresponde à identificação e à descrição de elementos inseridos nos textos assumidos como fontes pertinentes daquilo que se deseja provar: a importância da Casa de Rui Barbosa para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira no século XX. Procedeu-se a um levantamento de principais temas e atividades da Seção de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa entre 1952 e 1986, situando os principais temas e atividades. As fontes institucionais que sugerem essas atividades foram relacionadas com fontes não institucionais extraídas do trabalho de revisão de jornais, periódicos e manuais, de modo que fosse possível alcançar uma síntese.

O princípio da adequação teórica descreve cada atividade pertinente à Dialetologia e à Geografia Linguística no âmbito da Casa de Rui Barbosa identificada a partir de uma atualização dos dados. Esse movimento foi derivado da organização estratégica do *corpus* e da retextualização de informações históricas dispersas, outrora expostas na seção de imanência, que foram atualizadas para a construção de narrativas orientadas pelos conceitos de constituição e institucionalização da ciência.

Em suma, essa é a sequência de exposição de conhecimentos e práticas pertinentes à tese que foi adotada para provar a importância da Casa de Rui Barbosa e os efeitos do Decreto 30.643/1952 para a pesquisa dialetológica e geográfico-linguística.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa assume os pressupostos teóricos da Historiografia Linguística, enquanto “estudo sistemático e crítico da produção e evolução de ideias linguísticas propostas por atores que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural e político e em relação com seu passado científico e cultural” (Swiggers, 2004, p. 3, tradução nossa), e incorpora elementos da História das Ciências, na condição de disciplina que “investiga, estuda e analisa os registros históricos de fatos e de descrições do que tem sido considerado ciência ao longo dos tempos” (Martins, 1990).

Posto que a tese que se apresenta neste trabalho é a de que o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, foi importante para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira no século XX — a partir do estabelecimento de uma Comissão de Filologia, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, e da fixação de uma agenda de estudos que deveria ser cumprida e resultar em um atlas linguístico do Brasil —, nesta seção, serão revisadas e avaliadas a literatura, o sistema conceitual e as contribuições da rede de pesquisadores que foram julgadas pertinentes ao tratamento do tema e do objeto de estudo.

A princípio, se procedeu a uma revisão acerca da Historiografia Linguística em diálogo com a História das Ciências, buscando situar o projeto de pesquisa no universo de conhecimentos e práticas desses dois campos de investigação, sobretudo, no cenário brasileiro. Essa subseção se estrutura com o reconhecimento da história como o estudo das ações do homem no tempo e no espaço e com a articulação de uma consciência histórica às ciências e aos estudos da linguagem, descrevendo e problematizando a bibliografia corrente.

Em seguida, há uma discussão sobre o problema das instituições em História das Ciências e na Historiografia Linguística, reconhecendo a sociologia subjacente a ideias, conhecimentos e práticas linguísticas e a influência das organizações científicas sobre indivíduos e grupos. Isso, por sua vez, foi o ponto de partida para a abordagem dos conceitos de constituição e institucionalização e seus elementos estruturadores, o que constitui um terceiro tópico para o entendimento das instituições e seu papel no desenvolvimento das ciências.

Em última instância, recupera-se um conjunto de crônicas e excertos de relatos pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística no Brasil, no cenário do século XX, que serviram de referência para a investigação do Decreto 30.643/1952 como elemento de constituição e institucionalização. Elencando informações pertinentes à Casa de Rui Barbosa que figuram nas crônicas dos estudos dialetais brasileiros, buscou-se evidenciar a lacuna

histórica quanto ao papel do centro de pesquisas carioca para os estudos linguísticos brasileiros e a essencialidade de uma historiografia que se proponha a identificar e discutir os efeitos científicos do referido ordenamento em termos científicos e políticos.

2.1 Diálogos entre Historiografia Linguística e História das Ciências

O conhecimento histórico é uma postura crítica ante as estruturas sociais que regulam a vida em sociedade configuram-se importantes ferramentas para a compreensão do homem enquanto ser que se constrói no tempo, o que também inclui seus artefatos culturais e dispositivos para entender e intervir sobre a realidade que o circunda. Para Gadamer (2006), que reconhece a consciência histórica como uma revolução e um privilégio da modernidade, trata-se de um importante elemento de reflexão acerca das teias de relações humanas em suas continuidades e descontinuidades, quando menciona que:

Ter senso histórico é superar de modo consequente a ingenuidade natural que nos leva a julgar o passado pelas medidas supostamente evidentes de nossa vida atual, adotando a perspectiva de nossas instituições, de nossos valores e verdades adquiridos. Ter senso histórico significa pensar expressamente o horizonte histórico coextensivo à vida que vivemos e seguimos vivendo (Gadamer, 2006, p. 18).

No que diz respeito a conhecimentos e práticas científicas, esse senso histórico se faz imprescindível por colocar em evidência que toda atividade se desenvolve a partir de experiências, percepções e habilidades próprias de indivíduos, grupos ou instituições sob condições específicas de existência e que esse processo não é puramente lógico, racional, homogêneo, linear, tampouco contínuo, progressista e visando unicamente ao benefício coletivo.

Assim, interpretar e atualizar esse horizonte histórico e coextensivo mencionado por Gadamer (2006), no plano das ciências, nada mais é do que um compromisso ético com a humanidade não só para a recordação dos acertos, mas sobretudo dos erros, das dúvidas e das inconsistências. Isso se conecta à necessidade de revisar as posturas outrora assumidas por pessoas sob uma alegada função de observador neutro; de questionar os abusos de poder de indivíduos, grupos e instituições; de rever os problemas das afirmações, das negações e dos silenciamentos sedimentados ao longo do tempo; de discutir o mau uso dos dados científicos; e de ressaltar o conjunto complexo de processos que regem a produção, a transmissão e a recepção de conhecimentos e práticas tidas como científicas. Essa clareza acerca dos empreendimentos científicos e do seu componente humano é descrita por Gurgel (2017), ao defender que:

[...] a ciência é parte da sociedade, influenciando e sendo influenciada por ela. Contextos e necessidades externas à ciência influenciam seu desenvolvimento, deixando com maior clareza a marca de seu período histórico. Por outro lado, não

apenas produtos da ciência afetam e transformam as sociedades, como muitas de suas ideias alimentam novas mentalidades e estimulam diferentes tipos de criação. Reconhecer a ciência como o fazer de uma comunidade com condicionantes sociais muitas vezes revela possíveis desvios de um ethos científico postulado a priori. Sua história revela decisões motivadas por razões muito distantes da lógica. [...]

Revelar a ciência como ela é muitas vezes pode parecer uma maneira de simplesmente desqualificar um saber sistematizado. No entanto, o melhor talvez seja olhar pela perspectiva contrária. De certa forma, demonstrar quão complexo, desafiador e conflitante pode ser o desenvolvimento científico talvez seja a melhor forma de colocar poesia nesta área. Se a ciência fosse apenas acertos, não haveria por que se aventurar. Contudo, se aventura envolve correr risco, evitar posturas ingênuas é a melhor estratégia de segurança que podemos ter. A dimensão humana das ciências muitas vezes pode ser percebida em seu cotidiano. [...]

Somente uma perspectiva temporal nos permite reconhecer um processo que ocorre em etapas ou em ciclos que faz com que acontecimentos pontuais possam ser ponderados, evitando-se fatalismos induzidos pelo momento (Gurgel, 2017).

Para o cultivo desses saberes históricos no âmbito das ciências, são necessários gestos de atribuição de sentidos aliados a métodos e estratégias próprias, a exemplo da historiografia que, “mediante pesquisa empírica de fontes, propõe, em forma narrativa, uma explicação significativa para determinado conjunto de ações humanas, racionalmente fundadas, no passado” (Anhezini; Silva, 2011). Pestre (1996) descreve o seguinte sobre a abordagem historiográfica do exercício científico e a postura do historiador:

[...] as produções científicas são tratadas como sistemas de proposições e ações, como cosmologias constituídas localmente pelos humanos a fim de dar conta do mundo que é o deles. O papel do historiador consiste, então, em decodificar e descrever essas cosmologias, colocar em evidência as condições culturais, políticas e sociais que governaram sua constituição. [...] A explicação histórica tem como função harmonizar o cosmológico e o social, o científico e o contextual, dar conta do “conteúdo das ciências” pelo seu “continente”, sendo que seu enfoque trata as produções científicas igualmente a todas as outras produções culturais geradas pelos humanos. (Pestre, 1996, p. 8-9).

No que concerne a esse ato de reconstrução, que deriva justamente do diálogo comedido entre passado e presente e do historiador com o seu objeto de estudo, parte-se do princípio de que o historiador desenvolve esse exercício hermenêutico sobre uma “base de restos textualizados do passado” (Lacapa, 2012, p. 241). Isto é, uma seleção de perspectivas materializadas na dimensão textual que enfeixa as percepções e reações de um sujeito em sua relação com um cenário e um tempo, tomando a linguagem como uma instância de criação, o que subverte a ideia reducionista de que o documento seja um indício de uma realidade, mas um tecido de percepções e reações acerca de uma dada realidade.

É nessa perspectiva mais transparente, dinâmica, contextualizada e coletiva da ciência que se pode considerar como relevante a forma como, ao longo do tempo, o homem refletiu sobre a linguagem humana e as línguas naturais em tratados, gramáticas, dicionários etc. nos mais diferentes tempos e espaços, possuindo diferentes tipos de compromisso com as sociedades e fins científicos e não científicos, e que culminaria em uma história linguística ou

uma história dos conhecimentos e práticas sobre a linguagem. Sob essa lógica, Swiggers, no que diz respeito à intersecção entre saberes históricos e saberes linguísticos, declara que:

A história das reflexões e dos esforços envidados em prol do fenômeno da linguagem é uma parcela essencial de nossa história como seres humanos, e seu estudo não só nos ensina muito sobre a história da linguística (e sua proto-história), como também sobre o papel central que exerceu e ainda exerce a linguagem na história das culturas, das sociedades, das atividades intelectuais da humanidade. (Swiggers, 2013, p. 49).

Sylvain Auroux (1980, 2021) defende que a história das ciências pode ser articulada a uma epistemologia descritiva — em que as ciências são tomadas factualmente por uma dimensão temporal para construir reflexões coerentes sobre seus diferentes aspectos — a partir da qual o historiador é capaz de estabelecer cronologias, situar linhas causais, construir representações teóricas suscetíveis a avaliações e fornecer explicações a elementos teóricos, sociológicos ou práticos de um domínio científico no tempo e no espaço. Para esse linguista e pensador da História das Ideias Linguísticas, saberes e práticas sobre a linguagem na história constituem um objeto recente, quando comparadas a outras áreas, portando grande importância para o desenvolvimento cultural humano:

Foi só em data recente que os filósofos e historiadores especializados começaram a estudar, em seu conjunto, o desenvolvimento das ciências da linguagem, a partir de métodos e de pontos de vista que são os da filosofia e da história das ciências. Quero dizer que eles se propuseram a abordar essas disciplinas no mesmo estado de espírito com que se abordam a matemática, a física ou a biologia. Enquanto se dispõe de uma grande quantidade de discussões sobre o início do pensamento matemático ou sobre as mutações das concepções da realidade natural, é bastante surpreendente que não se tenha ainda o mesmo para as ciências da linguagem (Auroux, 1992, p. 8).

No panorama de perspectivas possíveis que podem contribuir para a constituição de uma história linguística ou uma história de conhecimentos e práticas sobre a linguagem, assume-se, nesta tese, como eixo central, o sistema de coordenadas teórico-metodológicas da Historiografia Linguística.

De Clerq e Swiggers (1991) definem Historiografia Linguística como “estudo do conhecimento linguístico com o objetivo de descrever e explicar como se adquiriu, produziu e desenvolveu o saber linguístico em um determinado cenário”. Em Koerner (2014, p. 11), caracteriza-se por “uma abordagem da história da linguística que tem consciência das exigências metodológicas e epistemológicas que estão presentes numa escrita da história adequada em Linguística, como acontece em qualquer outra disciplina”. Amplamente, Altman retrata como “o estudo histórico dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes que, por sua vez, geraram novas ideias e novas

práticas, em um processo de continuidades e discontinuidades, de avanços e de retomadas, inerentes à busca de conhecimento” (Altman, 2019, p. 31).

De modo geral, há um consenso acerca do texto como objeto de investigação e uma prática circunstanciada. Em *Historiografia Linguística*, textos são manifestações de agências que integram um circuito de saberes, valores e representações, nem sempre aparentes, atravessado por jogos complexos de continuidades e discontinuidades e marcas ideológico-discursivas. Essa abordagem do historiógrafo-linguista sobre o seu objeto é descrita em Milani (2009) da seguinte forma:

O objeto de estudo da *Historiografia Linguística* é o texto. O texto como monumento, ou seja, reconhecido por representar um pensamento dentro de uma sociedade e por ser produzido em uma língua. Ele é fato produzido por uma enunciação, indivíduo formado por uma estrutura ideológica e formador de outra estrutura ideológica. O texto e o indivíduo criador dele, historiográfico-linguisticamente, são uma mesma ordem de conteúdo: o texto representa o indivíduo, porque é a refração de suas experiências, e o indivíduo é o responsável pelo texto, porque escolheu aquelas refrações e, às vezes, as reelaborou. Assim, ao escolher um texto para estudar, o historiógrafo linguista escolhe junto o conteúdo de uma época e de um lugar. Sua função será compreender esse texto como refração das fontes formadoras, da prática cultural e da ordem de coisas presentes no contexto do texto-discurso. Do recorte espaço-temporal da obra, do discurso produzido, cabe ao historiógrafo linguista encontrar as fontes refratadas e a idiosincrasia iniciada, ou seja, separar com a máxima nitidez o que é social e o que é individual (inovador, às vezes) no texto.

Nesse objeto deve-se reconhecer nitidamente que o historiógrafo linguista estuda o texto como fato social sincrônico e a língua como fato social diacrônico. O texto objeto físico representa, como forma e substância de conteúdo e de expressão, um tempo e lugar de enunciação. A língua é o elemento que transporta a cultura e vincula a enunciação às experiências memoráveis de sua existência. Elas fazem o texto-discurso ser o que ele é sincronicamente: um produto de uma diacronia. Logo, o texto é objeto da *Historiografia Linguística* como estrutura sincrônica e como estrutura diacrônica.

Através dessa percepção dos textos enquanto reações discursivas que condensam questões histórico-filosófico-intelectuais, tanto individuais quanto coletivas, de um determinado espaço e de um dado momento, surge o objetivo primário de “reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto” (Swiggers, 2013, p. 43), ou seja, o feixe de ideias, crenças, conhecimentos estabelecidos, doutrinas e aspirações em torno da linguagem.

Desse modo, quando ideias e práticas são resgatadas e atualizadas, permite-se uma resignificação daquilo que existiu no passado, por que existiu e quais foram suas condições de existência, sobrevivência ou extinção no presente e para um possível futuro. Como bem esclarece Aurox (1992, p. 12), “Ser historiador é se colocar à questão global da mudança (por que, como, quando) e da essência dos objetos submetidos à mobilidade em si e para si”.

Para essa empreitada, entende-se que as fontes históricas podem ser dos mais variados tipos, formatos e gêneros textuais desde que sejam pertinentes à proposta historiográfica e claramente estejam inseridas em algum ângulo do complexo circuito de produção, transmissão e recepção de conhecimentos e práticas linguísticas. Em Altman (2021, p. 22), observam-se considerações sobre os diferentes tipos de textos que podem ser tomados como fonte e suas relações com a pesquisa historiográfica:

Haveria fontes mais propícias para informar sobre teorias e métodos linguísticos; outras mais afeitas às maneiras pelas quais os linguistas lidam com dados e problemas; outras dariam pistas sobre as influências e as afinidades entre os linguistas, ou entre os linguistas e os não linguistas; outras informariam as circunstâncias institucionais, profissionais e sociais que moldaram a atividade de pesquisa do linguista, ou ainda, as crenças, valores, atitudes de pessoas, grupos e gerações que afetaram os rumos e orientações tomadas pelo conhecimento linguístico em determinado contexto histórico.

Para Koerner (1995), a prática historiográfico-linguística possui um sistema de coordenadas de três elementos: os princípios de contextualização, imanência e de adequação teórica.

O princípio de contextualização, pertinente à situacionalidade da fonte, diz respeito ao resgate e à exposição de um cenário sócio-histórico, cultural e intelectual, ou clima de opinião, no qual um dado texto e seu respectivo autor estão inseridos, no sentido de verificar marcas de influência sobre a produção, a transmissão e a recepção de conhecimentos e práticas a serem analisados.

Por sua vez, o princípio de imanência visa à restauração e ao entendimento dos *corpora*, priorizando uma análise da metalinguagem que permita uma assimilação crítica e sistemática dos textos e a possibilidade de confronto com outras fontes, por meio de um inventário de informações da documentação examinada.

Por último, o princípio de adequação teórica trata do gesto de aproximação crítica ao material de análise, da reflexão a respeito dos saberes linguísticos e do seu percurso científico, aquilo que Luciano Jr. (2007) chama de “reatualização do documento”.

Além dessa orientação koerneriana, Swiggers (2004), de modo complementar, aponta que a organização do trabalho historiográfico para gerenciar textos minimamente datados, localizados e adequados a uma proposta de investigação e uma escrita da história dependem de três procedimentos globais que se estruturam em níveis heurísticos, interpretativos e reconstrutivo-sistemáticos.

Em Swiggers (2019), identifica-se uma pormenorização de cada etapa que atravessa desde o levantamento das fontes à maneira como o historiógrafo produz uma síntese crítica com apoio documental e uma base de referência teórica:

- a) **uma fase heurística**, que compreende as seguintes tarefas: informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade; ler os textos-fontes; “catalogar” ideias, os pontos de vista e a terminologia; contextualizar as ideias, os termos.
- b) **uma fase hermenêutica**, que consiste em uma interpretação, que sempre se fundamenta no uso de categorias interpretativas. Aqui se pode fazer a distinção entre categorias gerais (os conceitos que fazem parte da metodologia geral) e categorias específicas (os conceitos que constituem a metodologia específica). Há de destacar-se o fato de que a interpretação implica uma dimensão comparativa, porque (quase sempre) se trata de relacionar conceitos/ autores/modelos.
- c) **uma fase executiva**: a da demonstração dos resultados da investigação. Nessa fase, intervêm, como parâmetros fundamentais, três dimensões:
- c1) a do formato de exposição: a execução historiográfica pode tomar uma forma sequencial (basicamente narrativa), uma forma “tópica” (focalizada na análise de um tema ou em um tipo de problema) ou uma forma “combinatória” (centrada entre o contexto e o conjunto de pontos de vista em determinada época da história da Linguística).
- c2) a dimensão da intencionalidade do historiógrafo: aqui se apresenta a possibilidade de optar por uma historiografia (meramente) taxonômica ou classificadora, polêmica ou apologética, teleológica, exegetico-crítica: em cada uma das opções, influem considerações (e pressuposições) sobre o que é (ou seria) mais ou menos científico/válido/adequado/relevante no campo da Linguística e, em plano mais geral, das ciências humanas (cf. Bunge, 1974; Laudan, 1984).
- c3) a dimensão do programa cognitivo: esta é uma dimensão essencial, que, estando determinada, em parte, pelo objeto de estudo e pela documentação disponível e, em parte, pelos interesses e aspirações do historiador, define o perfil intelectual dos produtos historiográficos. Com referência a esse parâmetro, podem-se distinguir cinco perfis distintos de historiografia;
- c31) uma historiografia “atomística” (sob forma de uma apresentação analítica de acontecimentos e fatos da história da Linguística).
- c32) uma historiografia “narrativa”, que relata, na sua sucessão cronológica, os “acontecimentos” na história da Linguística.
- c33) uma historiografia “nocional-estrutural” (análise estrutural de conjuntos de ideias, de tipos de abordagens na história da Linguística).
- c34) uma historiografia “arquitetônico-axiomática” (descrição e análise da estrutura lógica de teorias e modelos como sistemas de axiomas e enunciados)
- c35) uma historiografia “correlativa” (estudo das relações entre teorias e das correlações entre pontos de vista, no âmbito da Linguística, e o contexto sociocultural, político, institucional). (Swiggers, 2019, p. 44-46, grifos nossos)

Nessas circunstâncias, nota-se que qualquer operação historiográfico-linguística sobre um texto-fonte “se fundamenta (a) na eleição de (temas dentro de) uma área de investigação; (b) no manuseio de um conjunto de conceitos; e (c) em um plano de estudo” (Swiggers, 2019, p. 46). Ademais, considerando a sociologia subjacente a esse ato de linguagem, lendo-o e interpretando-o como circuito, não como depósito; nem como resultado acabado, mas como processo encadeador de outros processos, é possível superar o conhecimento histórico do tipo crônica — manifestado em um gênero textual pelo qual fatos são situados uns em relação aos outros num eixo de sucessividades, comumente construído para fins didáticos e situacionais, e restrito, geralmente, à eleição de autores, obras e marcos temporais.

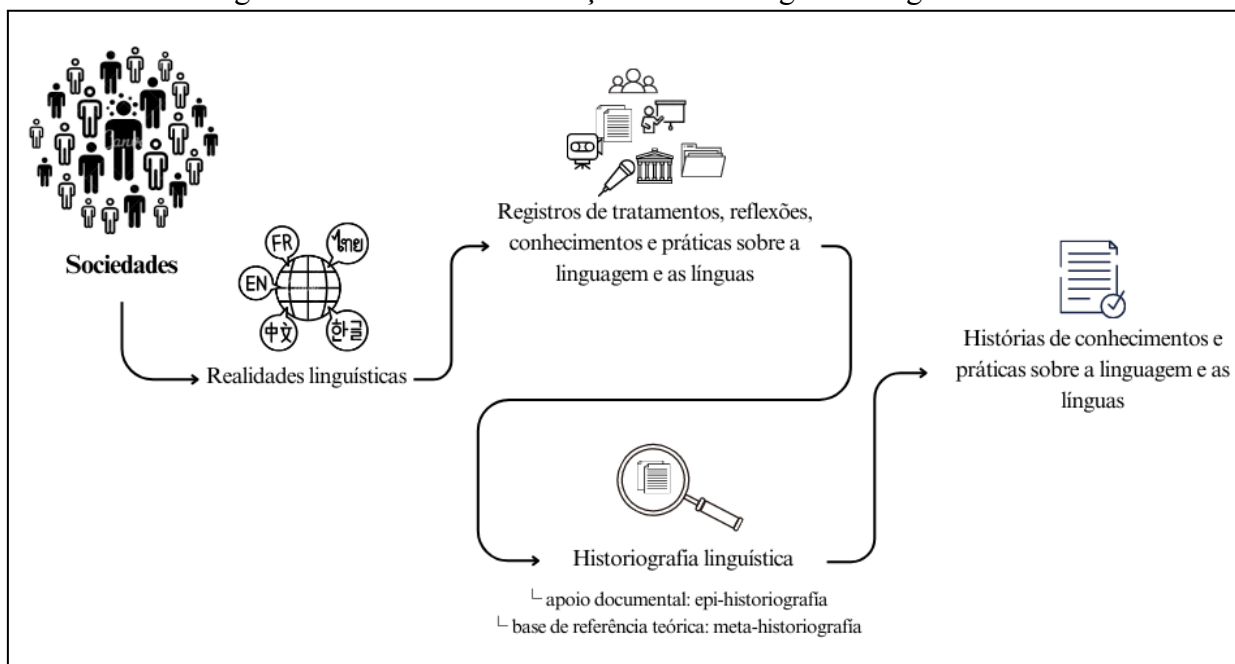
As sínteses historiográfico-linguísticas, sustentadas em princípios, métodos e epistemologia, reconhecem a dinâmica de simultaneidades que se articulam ao próprio desenvolvimento dos estudos da linguagem e das línguas naturais, ao contexto sociocultural,

às glotopolíticas e às tomadas de posições de instituições, grupos etc. Além disso, rompe-se com escritas da história sob o modelo de crônicas que apagam aspectos que deveriam ser indissociáveis para a abordagem histórica que requer uma atribuição de sentido sobre eventos relevantes do passado, tomando o tempo como “dimensão articuladora” e não como uma “dimensão separadora”, na qual se marcam as distâncias de fatos que se sucedem de modo homogêneo, linear e unidirecional. Nesse ponto, convém recuperar a posição de Altman (2021, p. 12-13):

Os historiógrafos contemporâneos parecem concordar que: a) a HL não se resume a uma lista de autores e de títulos de livros, i.e., as HL não são crônicas factuais, tampouco testemunhos; b) que o conhecimento produzido em ciências da linguagem não resulta de uma sucessão de teorias sobre a linguagem, divorciada do clima intelectual no qual foram formuladas; e que, c) qualquer que seja o diálogo a ser entabulado com as ‘ideias’ do passado, este passado tem que ser adequadamente reconstruído, por prioridade lógica (cf. Koerner, 2020).

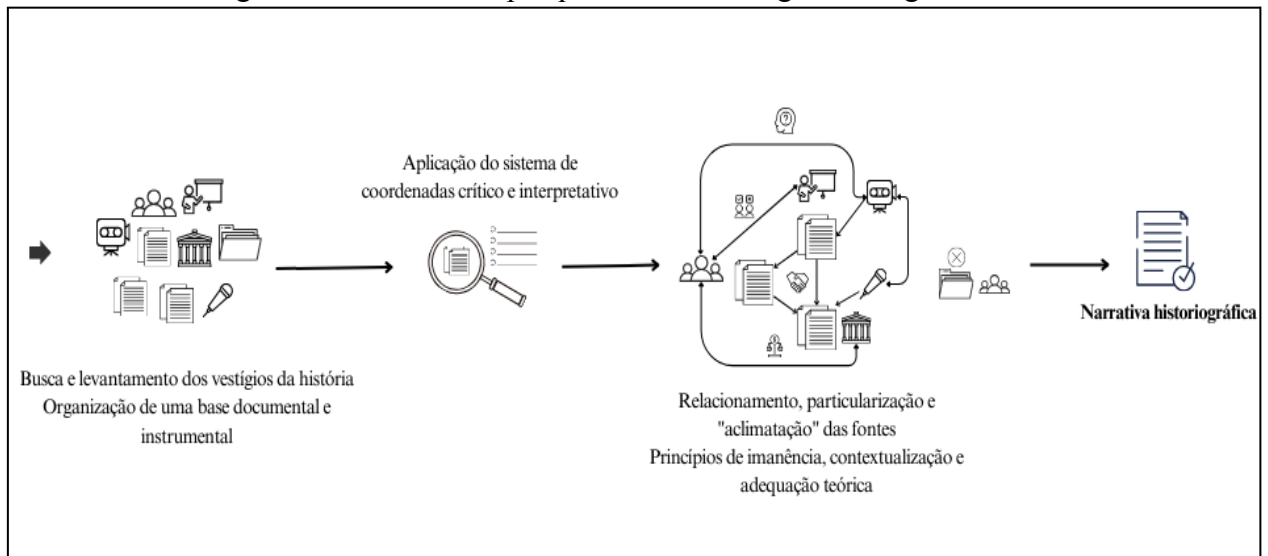
As Figuras 1 e 2 constituem organogramas para a compreensão dessas ideias e das operações envolvidas no exercício historiográfico-linguístico.

Figura 1 – Panorama de inserção da Historiografia Linguística



Fonte: Swiggers (2014, p. 44, adaptado).

Figura 2 – Percurso da pesquisa em Historiografia Linguística



Fonte: Elaboração própria.

Na condição de disciplina, isto é, uma área de estudo reconhecida institucionalmente, organizada e praticada por uma comunidade científica, a Historiografia Linguística encontra raízes em um cenário anglo-saxão, a partir da década de 1970, tendo como expoentes Pierre Swiggers e Konrad Koerner. No Brasil, surge a partir da década de 90, da qual se toma como índice de emergência dessa disciplina a publicação da tese de doutoramento *Unificação e Diversificação da Linguística: pesquisa documental de produção Linguística brasileira contemporânea (1968-1988)*, de Altman (1993); a instauração do Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH), em 1994, junto ao Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo; a constituição de um grupo de trabalho em Historiografia Linguística pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) (1996) e as séries de publicações que seriam derivadas desse grupo, a exemplo dos Boletins de Historiografia Linguística (1997, 1998, 1999).

Com o fito de salientar a produtividade de trabalhos em Historiografia Linguística e os diferentes domínios em que a disciplina se inscreve, expõe-se a seguir uma amostra⁸ de dissertações e teses publicadas nos últimos anos (2013-2024), segundo um levantamento empreendido pelo autor no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de

⁸ Haja vista as limitações das plataformas para a localização e apresentação de dados de modo objetivo, considerando a larga produção de viés historiográfico que não assume necessariamente a perspectiva linguística e que não é excluída pela filtragem, e a função demonstrativa da lista acerca do que se tem produzido em Historiografia Linguística no Brasil, não se pretendeu a exaustividade, mas oferecer uma amostra significativa.

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁹:

- 1) O livro literário na educação básica: análise de diretrizes de ensino pela Historiografia da Linguística (2024), por Bruna Perrella Brito.
- 2) Ensino de redação no Brasil do século XX: uma análise historiográfica (2024), por Carlos Henrique Teixeira de Araújo.
- 3) A Lexicologia no Brasil (1960-2000): historiografia de sua origem, desenvolvimento e institucionalização (2024), por Cassiano Butti.
- 4) A classificação das línguas germânicas (1665-1860): uma história do problema e seu lugar no desenvolvimento do pensamento linguístico(-histórico) (2024), por Rogério Ferreira da Nóbrega.
- 5) A questão da influência de Hermann Paul sobre Ferdinand de Saussure: um estudo historiográfico (1880-1946) (2024), por Ítalo de Freitas Almeida.
- 6) O estudo léxico em gramáticas brasileiras do século XX: uma análise historiográfica (2024), por Emanuela Rodrigues de Oliveira.
- 7) A metalinguagem e as terminologias para descrição sintática na história da gramática tradicional, desde a Antiguidade Clássica até o Portugal oitocentista (2024), por Rogério Augusto Monteiro Cardoso.
- 8) Proposta de tradução da Memória sobre o Sistema Primitivo de Vogais de Ferdinand de Saussure (1879) (2024), por Edgard Santana Bikelis.
- 9) Uma historiografia das ideias gramaticográficas em instrumentos de ensino de Julio Pires Ferreira (1868-1930) (2024), por Fábio Albert Mesquita.
- 10) O texto no ensino de língua portuguesa: uma análise historiográfica em livros didáticos de língua portuguesa do século XX (2024), por Jéssica Máximo Garcia.
- 11) O pensamento linguístico de João de Barros e as escolas de ler e escrever na América portuguesa quinhentista (2024), por Viviane Lourenço Teixeira.
- 12) A gramática na Alta Idade Média: Alcuíno de York e sua *Ars grammatica* (2024), por Pablo de Moraes Moreira da Silva.
- 13) A metalinguagem e as terminologias para descrição sintática na história da Gramática Tradicional, desde a Antiguidade Clássica até o Portugal oitocentista (2023), Rogério Augusto Monteiro Cardoso.
- 14) Dantei no jodôshi e a predicação nominal na língua japonesa: os clássicos ‘nari’ e ‘tari’ e os modernos ‘da’, ‘desu’ e ‘dearu’ (2023), por Rafael Sposito.
- 15) O pensamento linguístico de Leonard Bloomfield (1887-1949) à luz da Historiografia Linguística: uma tradução e análise dos postulados estruturalistas (2022), por Luiz Felipe Martins Ferreira.
- 16) O tratamento da (im)polidez em gramáticas da língua japonesa escritas por estrangeiros entre os séculos XVI e XIX (2022), Olivia Yumi Nakaema.
- 17) Conservação e mudança na descrição das partes do discurso da língua japonesa por portugueses, espanhóis e franceses (1543-1856) (2022), por Rodrygo Yoshiyuki Tanaka.
- 18) A discussão sobre a prática de análise linguística após 30 anos da publicação de *O Texto na Sala de Aula* (1984): uma investigação historiográfica (2022), por Tamires de Lima Santiago.
- 19) História da Fonética e da Fonologia no Brasil (1949-2000): aspectos do conhecimento em circulação em teses e dissertações (2022), por Karina Gonçalves de Souza de Oliveira.
- 20) A Historiografia Linguística no Brasil (1993-2020): um estudo acerca da recepção de ideias e da produção de materiais ao longo de quase três décadas de implantação da área (2022), por Meryane Sousa de Oliveira.

⁹ A busca nas plataformas ocorreu com a inserção da palavra-chave “Historiografia Linguística” na barra de buscas. Ao inventário, foram incorporados os trabalhos que fizessem referência à Historiografia Linguística nos resumos, em contexto pertinente à fundamentação e à metodologia, e nas palavras-chave.

- 21) As paixões humanas: produtos do aprendizado da língua de uma sociedade (2022), por Pedro Henrique da Silva.
- 22) A sintaxe na Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza (1881), de Charles Adrien Olivier Grivet (1816-1876): uma análise historiográfica (2022), por Ana Beatriz Freire de Almeida.
- 23) Norma linguística na teorização de Eugenio Coseriu (2022), por Jhoici Paulina de Oliveira.
- 24) O Idioma Nacional: o português brasileiro em evidência a partir dos estudos de Antenor Nascentes (2022), por Tatiane da Silva Veloso.
- 25) Ampliando os entrelaçamentos: uma análise historiográfica e topológica da gramática de Fernão de Oliveira e das Ordenações Manuelinas (2022), por Ricardo Francisco Nogueira Vilarinho.
- 26) Olimpíadas de Linguística: mosaico de uma prática social baseada em problemas (2022), por Eduardo Cardoso Martins.
- 27) Pronomes relativos na Gramática Histórica da Língua Portuguesa de Manuel Said Ali (2022), por Nayara Pinto Friess.
- 28) As estruturas elementares da significação na semiótica discursiva (2022), por Igor Rezende Nardo.
- 29) Entre o tradicional e o moderno: intersecções e rupturas entre gramáticas Linguísticas e normativas (2022), por Vanessa Marques Pavão Leite.
- 30) A noção de planos da linguagem na semiótica discursiva (2022), por Carolina Mazzaron de Castro.
- 31) Movimentações Epistemológicas na Linguística entre 1861 e 1880 (2022), por Everton Mitherhofer Bernardes.
- 32) A descrição do Verbo em Júlio Ribeiro (2022), por Fernanda Lessa Pereira.
- 33) O pensamento linguístico de João de Barros e as Escolas de Ler e Escrever na América Portuguesa Quinhentista (2022), por Viviane Lourenço Teixeira.
- 34) Modernismo como política de língua: o Congresso da Língua Nacional Cantada (1937) (2021), por Luciano Monteiro.
- 35) A transitividade verbal na gramatização brasileira do português no século XIX (2021), por Cleide Bezerra de Melo.
- 36) Conhecimento linguístico em materiais de espanhol publicados na década de 1940: análise historiográfica da primeira gramatização massiva dessa língua estrangeira no Brasil (2021), por Diêgo José Alves Alexandre.
- 37) O ensino do espanhol no Brasil: percurso historiográfico no século XX (2021), por Mônica Maciel da Silva.
- 38) Schola aquitanica (1583): edição bilíngue e comentários à luz da Historiografia da Linguística (2021), por Melyssa Cardozo Silva dos Santos.
- 39) Gramática tradicional e tradição sociodiscursiva em gramáticas escolares de língua portuguesa da década de 2000 (2021), por Natássia Thais do Nascimento Ribeiro.
- 40) Variação, mudança Linguística e português do Brasil na grammatica portugueza: curso superior (1920 [1887]), de João Ribeiro (1860-1934) (2021), por Anderson Rany Cardoso da Silva.
- 41) Antenor Nascentes e a língua espanhola no Brasil do século XX: um passeio historiográfico pelo ensino do idioma na educação básica (2020), por Bárbara Franco Cardoso.
- 42) A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e as novas possibilidades de tratamento da língua (1900 - 1940) (2020), por José Bento Cardoso Vidal Neto.
- 43) Catálogo de fontes metalinguísticas: estudo exploratório dos fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) (2020), por Marcos Breno Andrade Leal.
- 44) O Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854): uma análise pela Historiografia Linguística (2020), por Barbara Poubel dos Santos.

- 45) As classes de gramática na Ratio Studiorum (1599) à luz da Historiografia Linguística (2020), por Janaina Fernanda de Oliveira Lopes.
- 46) Considerações sobre a sintaxe do português do Brasil em gramáticas do período científico (1880-1920): uma abordagem historiográfica (2020), por José Eric da Paixão Marinho.
- 47) Complexidade Linguística: um panorama e um estudo de caso (2020), por Ednei de Sousa Leal.
- 48) Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas (2021), por Emily Gonçalves de Medeiros Ferreira.
- 49) O ensino de Linguística no Brasil (1960-2010): efeitos do processo de institucionalização da disciplina na configuração curricular dos cursos de Letras e Linguística (2020), por Ênio Sugiyama Junior.
- 50) Relações de contato entre línguas africanas e a língua portuguesa falada no Brasil (1874-1933): um estudo historiográfico (2020), por Maria de Jesus Medeiros Torres.
- 51) As ideias linguísticas em quatro gramáticos da geração NGB (2020), por Deise Luci Pinto.
- 52) A leitura saussuriana de Whitney a partir do CLG e de fontes manuscritas (2020), por Alexandre Sales Macedo Barbosa.
- 53) O lugar do gesto nas teorizações linguísticas (2020), por Daniel Rodrigues Cavalcanti.
- 54) Os estudos linguísticos no Piauí (2004-2014): um olhar historiográfico sobre o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI (2020), por Raimunda da Conceição Silva.
- 55) A língua espanhola no Brasil: história de sua presença em materiais linguísticos produzidos entre 1919 e 1961 (2019), por Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna.
- 56) Percursos do conceito de sujeito na gramatografia brasileira do português (2019), por Karoline Silva Angelici.
- 57) Retóricas de ruptura na Linguística do século XX: Chomsky e Halliday em uma análise pela Historiografia da Linguística (2019), por Érico Augusto Silva Caetano.
- 58) Gramática da língua inglesa no Brasil oitocentista: descrição e análise (2019), por Giselle Trajano Ignacio Castro.
- 59) A emergência do sensível na semiótica discursiva: uma abordagem historiográfica (2019), por Patricia Veronica Moreira.
- 60) Da emergência à consolidação da tradição sociodiscursiva na pesquisa Linguística brasileira e suas implicações para a reflexão sobre ensino de língua portuguesa (1970-1999) (2019), por Leonardo Gueiros da Silva.
- 61) A enunciação na semiótica discursiva: um estudo historiográfico (2018), por Maria Goreti Silva Prado.
- 62) Concepções linguísticas dos séculos XVI e XXI: o pronome numa perspectiva historiográfica (2018), por Victor Hugo Ramão Fernandes.
- 63) Uma proposta pedagógica da língua grega em um tratado gramatical em latim - De differentiis de erígena (2018), por Hudson Carlos Alves da Silva.
- 64) O tratamento dado à categoria de voz verbal em gramáticas brasileiras do século XIX: um estudo historiográfico (2018), por Alceane Bezerra Feitosa.
- 65) A questão da história da língua portuguesa na gramática pedagógica do português brasileiro, de Marcos Bagno: um estudo historiográfico (2017), por Meryane Sousa Oliveira.
- 66) Descrição do pronome na tradição gramatical brasileira do século XX (2017), por Jéssica Tavares dos Santos.
- 67) Estudo historiográfico do tratamento dado às categorias gênero e número dos substantivos simples na Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (2017), por Glaucia Castro Aguiar Pio.
- 68) O 'sistema de vogais' no Mémoire de Ferdinand de Saussure (1879): uma proposta de tradução (2017), por Edgard Santana Bikelis.

- 69) Descrição do conectivo em cinco gramáticas da geração NGB (2017), por Luana Silva do Nascimento Cunha.
- 70) Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa (2017), por Bruna Soares Polachini.
- 71) Cartas Mattogrossenses (1920): concordância nominal em uma abordagem historiográfica (2016), por por Daniele Akemi Oshiro Zanon.
- 72) Linguística histórica no Brasil (1950-1990): estudo historiográfico das continuidades e descontinuidades no tratamento da variação e da mudança linguística do português brasileiro (2016), por Wellington Santos da Silva.
- 73) Historiografia Linguística de Émile Benveniste (2016), por Rômulo da Silva Vargas Rodrigues.
- 74) Historiografia Linguística: orientações imanentista e sócio-histórica (2016), por Marcos Felipe da Silva Mendonça.
- 75) Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840 - 1914): o linguista em seu tempo (2016), por Luciana Mercês Ribeiro Santos.
- 76) O pensamento gramatical de Santo Agostinho (2016), por Fernando Adão de Sá Freitas.
- 77) Unidade na diversidade: as ideias de Serafim da Silva Neto como subsídios para a constituição de uma teoria da variação Linguística (2016), por Jorge Viana de Moraes.
- 78) Definir e exemplificar: estratégias didáticas no Curso de Linguística Geral (1907) (2015), por Lygia Rachel Testa Torelli.
- 79) Fonética e fonologia em gramáticas portuguesas do século XIX: terminologia, técnicas e contextos para a descrição (2015), por Julia de Crudis Rodrigues.
- 80) Pressupostos epistemológicos na "phraseologia" dos Serões Grammaticaes de Ernesto Carneiro Ribeiro (2015), por Ednei de Sousa Leal.
- 81) O ensino de produção textual: perspectivas historiográficas em dimensões linguísticas (2015), por Victor Matheus Victorino da Costa.
- 82) Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização (2015), por Francisco Eduardo Vieira da Silva.
- 83) Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes e métodos de estudo no Brasil (séc. XIX-XXI) (2015), por Patrícia de Souza Borges.
- 84) A Ars grammatica de Diomedes: reflexos do bilinguismo greco-latino (2015), por Eduardo Lacerda Faria Rocha.
- 85) A ortografia na agenda de Moura Andrade (1939): um estudo historiográfico (2014), por Geanes Lopes Francisco Araújo.
- 86) Quatro séculos de Gramaticografia Quéchuá: emergência e desenvolvimento da categoria de Caso Nominal em perspectiva historiográfica (2014), por Roberta Henriques Ragi Cordeiro.
- 87) A colocação pronominal em textos do almanack corumbaense (1898): um estudo historiográfico (2013), por Luciana Martha Carvalho de Jesus.
- 88) A ortografia em almanack corumbaense: uma perspectiva da historiografia na língua portuguesa (2013), por Fabiana Ferreira de Souza.
- 89) Brasil e Portugal: questões ortográficas na perspectiva da Historiografia Linguística (2013), por Adriana de Souza.
- 90) O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico (2013), por por Bruna Soares Polachini.

Verifica-se que um tópico ainda carente de reflexões, diante desse conjunto de trabalhos e tendências em Historiografia Linguística nos últimos dez anos, é a abordagem da Dialetoлогия e da Geografia Linguística e o papel das instituições no desenvolvimento de estudos linguísticos no Brasil.

Dessarte, assumindo a tese que o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, foi importante para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira no século XX — a partir do estabelecimento de uma Comissão de Filologia, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, e da fixação de uma agenda de estudos que deveria ser cumprida e resultar um atlas linguístico do Brasil — buscou-se desenvolver uma tese que pudesse descrever circunstâncias sócio-históricas, culturais e intelectuais que concorreram para a entrada de um programa de investigação dialetológico na Casa de Rui Barbosa na segunda metade do século XX, marcando a transição de um museu-casa-biblioteca para um centro de pesquisas; mapear o que se produziu, transmitiu e recepcionou a partir dos trabalhos da Comissão de Filologia; discutir cada atividade identificada em seus elementos mais discretos e específicos, sobrelevando à medida do possível elementos cognitivos e sociais; e compor uma narrativa historiográfica baseada em princípios, metodologia e consciência epistemológica.

Na seção seguinte, tendo em vista a eleição de uma historiografia com viés institucional, empreende-se uma discussão sobre o problema das instituições em Historiografia Linguística e na História das Ciências, reconhecendo a sociologia subjacente a ideias, conhecimentos e práticas linguísticas e a influência das organizações científicas sobre indivíduos e grupos.

2.2 O problema histórico e historiográfico das instituições e dos estabelecimentos de pesquisa

Toda ciência congrega um conjunto de conhecimentos e práticas especiais que possuem uma lógica e um aporte teórico-metodológico próprio, critérios de validade e dependência de reconhecimento e aceitação coletiva. Essa mescla determina a maneira como um pesquisador percebe um fenômeno, constrói seu objeto e oferece uma apreensão estruturada da realidade.

Por compreender que esses elementos se desenvolvem, se acumulam, se transformam e se estruturam em processos históricos de continuidade e ruptura, no interior de uma extensa rede de pessoas e relações, reconheceu-se a importância de tratar o Centro de Pesquisas e sua Comissão de Filologia — com o advento do Decreto 30.643/1952 — enquanto partes de uma instituição científica e estabelecimentos de organização e implantação de conhecimentos e práticas científicas, tendo em vista o protagonismo que se intenta conferir à Casa de Rui Barbosa para a Dialetologia e a Geografia Linguística brasileira no século XX.

Entende-se por instituição, na perspectiva sociológica de Fichter (1974, p. 248), “uma estrutura relativamente permanente de pautas, papéis e relações que as pessoas realizam

conforme determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas¹⁰”. Nessas circunstâncias, caracteriza-se como uma instância social que opera diferenciadamente através do agrupamento de sujeitos que se submetem a espaços de autonomia e subordinação e participam de práticas de consagração e interdição conforme os interesses objetivos e subjetivos historicamente construídos pelos seus membros em interação com o mundo societário — moldado pela competição, pelo conflito e pela cooperação — na tentativa de manter suas condições de existência.

Para o autor, a manifestação de pautas, funções e relações no interior de um sistema integrativo e ordenador constituem ingredientes básicos das instituições que existem em todas as sociedades humanas. Uma instituição é capaz de simplificar o comportamento em seus modos de pensar e agir; oferecer formas já preparadas de relações e papéis sociais nos quais os indivíduos podem expressar suas capacidades e suprir necessidades básicas; e estabilizar e harmonizar normas de conduta através de dispositivos e agentes.

À vista disso, com essa organização e formas de poder, classificam-se em instituições básicas principais — aquelas em que se tem uma maior participação de pessoas por uma relação de dependência e pelo consenso de manutenção do bem-estar comum, tais quais a família, a escola, a religião, o Estado e a economia — e instituições subsidiárias — as estruturas menores e variáveis que se encontram na órbita das instituições maiores —, estando ambos os tipos inseridos em uma rede complexa e contínua de hierarquia e interdependência, cujo sistema total de ação resulta a cultura de um povo.

A ciência é uma instituição básica multissetorial que possui instituições subsidiárias, a exemplo de universidades, museus, agremiações, laboratórios, agências de fomento, comitês de ética, periódicos etc. Isso pode ser observado na medida em que, a partir de ideias testáveis e com uso de evidências, a construção de conhecimentos e práticas, independentemente das suas potências de aplicação, possibilita avanços e mudanças nos mais diversos campos da sociedade, suprimindo carências e resolvendo problemas não só próprios, mas também interessantes a outras instituições básicas que lhe conferem confiança e recursos para a construção de espaços científicos e para a manutenção de suas atividades. Baiardi (1996) esboça uma trajetória de valorização e suporte às atividades científicas, situando o papel dos indivíduos e das organizações sociais extracientíficas:

Em cada momento histórico a valorização das atividades científicas ficou condicionada a alguns fatores dos quais se destacam: na sociedade antiga o apoio da sociedade aos sacerdotes e filósofos se dava de forma descontinuada e personalizada, através de laços de religião, amizade ou parentesco; na sociedade

¹⁰ Una institución es una estructura relativamente permanente de pautas, roles y relaciones que las personas realizan según unas determinadas formas sancionadas y unificadas, con objeto de satisfacer necesidades sociales básicas (Fichter, 1974, p. 248).

feudal dava-se ênfase às artes técnicas e aprimoramento dos instrumentos de trabalho e substituição do trabalho humano, o apoio da sociedade feudal essencialmente foi obra da nobreza e de ordens religiosas; na sociedade por categorias, considerada como uma formação intermediária de sociedade entre a feudal e a cível ou moderna – era a valorização de classes sociais em ascensão reconhecendo-se os direitos políticos de algumas categorias profissionais que tinham enriquecido por meio de negócios corporativos, comércio e bancos – nesta sociedade destaca-se o mecenato em apoio às artes e à ciência através da criação das academias de ciência, buscando renovar o saber dogmatizado pela universidade; **na sociedade civil (civilizada) caracterizam-se as relações de poder entre indivíduos, instituições, grupos e classes sociais, o apoio concedido à produção científica é muito intensificado, acompanhando o surgimento e aperfeiçoamento do Estado Moderno.** (Baiardi, 1996, p. 40-42, grifo nosso)

Embora seja costumeiramente descrita sob o signo do Positivismo como um sistema de aquisição de conhecimentos neutro, racional, objetivo, autônomo e sem interferência externa, orientado pela observação e por métodos experimentais que deem suporte ao desenvolvimento de teorias e produtos, o que se tem constatado pelos estudos em História Institucional das Ciências é a maneira como o sistema científico sofre influência da cultura e da sociedade e está situado em um conjunto de normas e valores articulados a dispositivos e agentes que estruturam e são estruturados por espaços de organização e implantação de conhecimentos e práticas.

Essa percepção se materializa em Bourdieu (2008), na maneira como o sociólogo francês defende que o sistema de disposições da ciência produz práticas individuais e coletivas, no interior de esquemas sócio-históricos e culturais:

A ideia de que a atividade científica é uma atividade social e a construção científica é também uma construção social da realidade, além de não ser uma descoberta assombrosa, só faz sentido quando especificada. De fato, é preciso lembrar que o campo científico é tanto um universo social como os outros, onde se trata, como alhures, de poder, de capital, de relações de força, de lutas para conservar ou transformar essas relações de força, de estratégias de manutenção ou de subversão de interesses etc., quanto é um mundo à parte, dotado de suas leis próprias de funcionamento, que fazem com que não seja nenhum dos traços designados pelos conceitos utilizados para descrevê-lo o que lhe dá uma forma específica, irreduzível a qualquer outra.

A atividade científica engendra-se na relação entre as disposições de um *habitus científico* que é, em parte, produto da incorporação da necessidade imanente do campo científico e das limitações estruturais exercidas por esse campo em um momento dado do tempo. (Bourdieu, 2008, p. 87-88)

Esse caráter institucional das ciências, tanto em suas relações externas com a sociedade quanto internas, tem sido objeto de revisões históricas e produções historiográficas de forma lenta e gradual no século XX, como expõe Figueirôa (2000):

Infelizmente, no entanto, por largo tempo, a História das Ciências, gênero florescente já no século XVIII, em pleno Iluminismo, padeceu de males que a isolaram da História como disciplina. Em decorrência do suposto status superior da ciência como forma de conhecimento e explicação, a História da Ciência permaneceu imune a análises que contextualizassem seus objetos e suas práticas, tendo prevalecido sobretudo uma história das ideias e dos grandes gênios que as conceberam. [...] Além disso, a História da Ciência era tida como um campo

intrinsecamente excludente, pois o conhecimento científico seria de tal ordem específico que sua plena compreensão e explicação histórica estariam acessíveis a poucos. Dentro dessa perspectiva, a história das instituições científicas, durante muito tempo, esteve reduzida a uma dimensão comemorativa. Decênios, jubileus, cinquentenários e centenários constituíam ocasiões propícias à produção de textos normalmente elogiosos, às vezes até ufanistas, em que história da instituição era expurgada dos problemas cotidianos "menores" e exibiam-se apenas as contribuições à ciência, concebida, unicamente, como um conjunto de conhecimentos, aplicáveis ou não. Nem de longe esses espaços institucionais foram reconhecidos como locais privilegiados para a atividade científica, cada qual, a um só tempo, produto e produtor de seu momento histórico - ou, como disse Roger Hahn (1971:X), "a instituição científica é a bigorna em que os valores da Ciência e da Sociedade são moldados numa forma viável".

[...] se olharmos as instituições científicas a partir dessa ótica, como portadoras e resultantes de formas históricas de institucionalização de saberes, como produtoras e produtos de determinados tempos, locais, culturas e sociedades, visceralmente conectadas a demandas, grupos, influências, indivíduos, visões de mundo, utopias, poderemos "descobrir" infinitos objetos de investigação legítimos, não mais descartados por serem "atrasados" ou "menores". E poderemos, com essa dimensão ampliada, melhor compreender nossos problemas, já que os herdamos juntamente com nossas instituições e nossas práticas. (Figueirôa, 2000, p. 1-2, 4)

Sob essas ideias, vem se consolidando a visão de que as várias dimensões da ciência, até mesmo os seus conteúdos, são influenciadas por fatores sociais e que as instituições científicas — na acepção de estabelecimentos que efetivam a organização e o desenvolvimento da ciência em sua forma oficial — para além de oficinas de trabalho, representam ambiências estruturantes cujos valores, crenças e normas incidem sobre a produção, a transmissão e a recepção de conhecimentos e práticas. De tal modo, os indivíduos atuam conforme a articulação entre sistema sociocultural e sistema científico para promover consciente ou inconscientemente continuidades e rupturas no interior dessas instâncias.

Segundo Dantes (2001), o redimensionamento da história institucional é oriundo da superação dicotômica entre questões sociais e questões da ciência a partir da década de 1970 e das transformações conceituais e metodológicas nos estudos históricos e sociológicos comprometidos com a análise de fatores extracientíficos no processo de produção do conhecimento. Nesse panorama, destacam-se as contribuições pioneiras do sociólogo estadunidense Robert Merton (1938) que, em sua tese *Ciência, Tecnologia e Sociedade na Inglaterra do século XVII*, propõe uma leitura e uma explicação de como o espírito puritano de encorajamento à investigação e à experimentação como forma de “glorificar a criação divina” foi decisivo para o desenvolvimento de atividades científicas inglesas pela influência da religião sobre a ciência; e do historiador Roger Hahn (1971), sobre a trajetória da Academia Real de Paris (1666-1803) — quando descreve a passagem de uma instituição que foi fundada em 1666 com intuito de glorificar a monarquia francesa; sua abolição em 1793 pela revolução jacobina e o reestabelecimento, em 1795, para tornar-se um importante centro de ciência e tecnologia francesa sobre o qual imperava internamente o elitismo, o

profissionalismo e a autoridade com intuito de proteger a sociedade dos charlatães e dos erros amadores.

De modo particular, no cenário brasileiro, demarca-se a década de 1980 como um período de florescimento de interesses sobre o desenvolvimento histórico da ciência e seus espaços de organização e implantação de práticas científicas, a exemplo de ambiências nos períodos do Brasil Colônia, Império e da Primeira República, que serviram para contestar a concepção de uma pré-história científica antes da criação das primeiras universidades e criticar a passividade das instituições e da rede de pesquisadores brasileiros ante o cenário global. Em artigo intitulado *As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro*, Lima et al (2022) denunciam esse percurso:

A História das Ciências no Brasil, como campo historiográfico constituído a partir dos anos 1980, reflete algumas transformações que ocorreram nos estudos históricos e sociológicos da ciência no mesmo período. Os *Science Studies*, ou Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia, analisavam a influência de aspectos extracientíficos no processo de produção de conhecimento, que passou a ser entendido como uma construção social, como um tipo de cultura (Dantes, 2001). Essa historiografia era motivada também pelos impactos do artigo de George Bassala, “The spread of western Science”, publicado na *Science* em 1967. Bassala, preocupado em refletir sobre a produção da ciência em regiões com passado colonial, sugeriu que esses países, tidos como periféricos, haviam sido mero receptores e repetidores de teorias e práticas exógenas. Essa abordagem foi muito criticada, mas estimulou estudos sobre os mecanismos de difusão científica, sobre as instituições historicamente criadas para a produção e o exercício da cultura científica (academias letradas, sociedades científicas, universidades, laboratórios, periódicos, burocracia científica e agências de fomento), assim como sobre o estabelecimento de tradições científicas locais.

Um importante resultado dessa visão crítica foi enfatizar o tema da ciência nacional e da relação entre nacionalismo e ciência; fortes aspectos da discussão sobre a especificidade da produção científica em diferentes contextos históricos e países (Kropf, Hochman, 2011). Outro desdobramento é a abordagem da ciência como produção de conhecimento multicêntrica, com ênfase em redes de comunicação, alianças, intercâmbios e hibridismo cultural; circulação de ideias, pessoas e artefatos tecnológicos; sincronias, reciprocidade e interseções. Marca importante da historiografia das ciências na análise da formação do Brasil, portanto, é a análise dos processos históricos e tradições locais desenvolvidos na América portuguesa, mas também da intensa circulação de saberes entre Américas e Europa. (Lima et al., 2022, p. 212-213)

Em *Historiografia Linguística*, Swiggers (2004, 2020), amparado no exercício histórico e historiográfico de Galison (1987, 1997) que foi voltado ao desenvolvimento da microfísica, sugere uma abordagem que intente o desvelamento de quatro microestruturas complementares e interativas, nem sempre perfeitamente pareadas, que são subjacentes a conhecimentos e práticas e passíveis de descrever e explicar a dinâmica da ciência da linguagem em determinados aspectos: as camadas teórica, técnica, documental e contextual-institucional. A camada contextual-institucional — na condição de macrocategoria analítica — diz respeito a um fundo sociocultural que determina os interesses e as relações das pessoas com as línguas na sociedade, o grau de influência das instituições sociais que

assumiram papéis reguladores e a maneira como esforços e confluências de motivos afetaram conhecimentos e práticas sobre a linguagem.

Na idealização de um metamodelo que pudesse evidenciar o quanto a dinâmica de uma disciplina é um processo complexo e abrangente e que demanda uma postura mais relativizante, o autor situa a possibilidade de identificar elementos potenciais de estabilidade e mudança por meio de um aparato descritivo e interpretativo que localiza elementos de coocorrência, concorrências e divergência em dimensões independentes e interativas. Dentre as vantagens de uma narrativa historiográfica sob o modelo em camadas, Swiggers expõe:

- 1) Em primeiro lugar, o metamodelo nos ajuda a compreender, descrever e explicar por que a inovação e a estagnação podem coocorrer (por exemplo, inovações teóricas com um status quo institucional, técnico e/ou documental) ou por que uma mudança no nível documental (primeiro acesso a línguas ou famílias Linguísticas não estudadas até então) não envolve necessariamente mudança na formação de uma teoria ou em dispositivos descritivos.
- 2) Em segundo lugar, o metamodelo em camadas explica fenômenos como a teorização ou prática “antecipatória”, bem como ideias e abordagens “obsoletas”.
- 3) Em terceiro lugar, o modelo permite-nos ligar a dinâmica da disciplina de múltiplas formas: mudanças intracamada, mudanças na relação entre duas camadas ou sobreposição mutável das quatro camadas. Mudanças globais e verdadeiramente radicais (correspondentes ao que Kuhn identificou como “revoluções” nas ciências naturais) são provavelmente um caso de mudanças coincidentes ou “conversões” em todas as camadas; tais casos podem ser bastante excepcionais na história do estudo da linguagem.
- 4) Em quarto lugar, o metamodelo em camadas pode funcionar como um padrão de referência para vários tipos de empreendimentos historiográficos em Linguística: pode-se tomá-lo como ponto de partida para estudar o lugar (mais ou menos conservador ou “normal”) de um determinado estudioso no que diz respeito à situação de cada uma das quatro camadas em seu tempo ou para estudar o papel de uma escola/modelo com referência a essas camadas (especialmente as camadas teóricas e técnicas), já que as escolas e os modelos na Linguística geralmente se identificaram com (às vezes supervalorizadas) mudanças na teoria e prática da disciplina, e o modelo pode ser usado para estudar desenvolvimentos globais na história da disciplina. (Swiggers, 2020, p. 4-5)

Observar como um determinado elemento é estruturado por um sistema conceitual e social, no entanto, é diferente de verificar como um determinado elemento se torna peça estruturante de sistemas conceituais e sociais, favorecendo uma atualização via ruptura metodológica ou continuidade conceitual. Ante o exposto, defende-se que o exercício historiográfico-linguístico precisa se voltar às instituições não só como uma variável, mas, de maneira ampla, como objeto de estudo, analisando, como em diferentes níveis, esses estabelecimentos atuam/atuaram na produção, transmissão e recepção de conhecimentos e práticas — dentro de um universo de possibilidades proporcionado por dispositivos e agentes — e mensurando seus efeitos sobre a pesquisa linguística.

A presente tese orienta-se para o caso especial da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira na segunda metade do século XX no contexto do Centro de Pesquisas e da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa. Uma vez assentadas as noções básicas para

uma abordagem do tipo institucional, passa-se à discussão de conceitos que foram julgados pertinentes para refinar o aparato de leitura historiográfico-linguístico: constituição e institucionalização.

2.3 Constituição e Institucionalização nas Ciências: conceitos para um aparato de leitura

O exercício científico e seus produtos são integrantes de um universo social, assim como qualquer outro campo e artefato cultural, existindo no tempo e interligando-se a um fundo de interesses, conflitos e relações de poder que marcam em seus conhecimentos sedimentados e práticas reiteradas uma trajetória de continuidades e discontinuidades, isto é, percursos não lineares e multifatoriais de conservação, interdição, ruptura e renovação.

A ciência sendo um dispositivo que produz e inventa uma ordem - e não um dispositivo que "desvela" a ordem escondida da natureza - é equivocado "descontextualizar" seus enunciados. Sempre ligados a seus portadores, não têm existência independente. Apropriados, traduzidos, permanentemente adaptados e transformados por aqueles que os usam, permanecem para sempre específicos e não passíveis de um tribunal universal (o contexto de justificação). (Pestre, 1996, p. 13)

Para Bunge (1989), a ciência é um complexo de ideias e ações articuladas a sistemas conceituais e sociais. Nesse sentido, ideias, conhecimentos e práticas científicas seriam determinadas por uma série de pressupostos, axiomas e métodos aplicados a objetos e problemas circunstanciados a um contexto específico de atuação, possuindo objetivos que contribuem para a formação de uma agenda de pesquisa. Além disso, haveria sobre esse plano de coordenadas uma dependência a estruturas que controlam a produção, a circulação e a recepção de produtos da atividade científica, tanto para validações quanto para interdições, diante dos padrões de objetividade e rigor e dos valores defendidos pelos membros de um grupo.

Para um exercício historiográfico-linguístico que considere o caráter institucional das ciências, percebem-se tanto as possibilidades de investigar como um determinado fenômeno (obra, autor, grupo, tradição, conceitos) é atravessado pelos sistemas conceituais e sociais historicamente construídos por espaços de ciência quanto de verificar e defender como essas instâncias normativas e reguladoras criaram sistemas conceituais e sociais e um modo de organização a partir de atividades que, processualmente, delimitam e estruturam um campo, constituindo uma matriz para a produção, transmissão e recepção de conhecimentos e práticas.

No caso específico desta tese, que se propõe a provar a importância da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa para o desenvolvimento da Dialektologia e da Geografia Linguística brasileira, o mapeamento de atividades constitui uma ferramenta para a

verificação, mas a defesa carece de um aparato de leitura apropriado que identifique, classifique e explique os efeitos de cada atividade enquanto componentes claros, definidos e organizados de uma disciplina científica. Assim, com base nos trabalhos de Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002) e, principalmente, Bazi e Silveira (2007), que partem das discussões dos modelos de Bunge (1989) e Whitley (1974; 1980), reconheceu-se a relevância da adesão dos conceitos de constituição e institucionalização da ciência:

Uma disciplina científica, para reivindicar tal condição, necessita de um conjunto de componentes claros, definidos e organizados. Eles, por sua vez, são construídos e delimitados por processos que se validam pelo compartilhamento das informações produzidas. A ciência pode ser considerada como um sistema de teorias, leis e métodos científicos que expliquem as realidades às que se dedicam, tendo objetos e objetivos claros que demonstrem sincronia com o fundo de conhecimento a que pertencem; apresentando estruturas formais e informais que permitam disseminar os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores. Enfim, uma ciência, para constituir-se e institucionalizar-se, deve congrega de forma coesa e coerente, todos estes componentes. [...]

A constituição de uma disciplina científica refere-se à formação e ao desenvolvimento consistente dos sistemas conceitual (sistema de ideias) e social (sistema de atores) reconhecidos por sua comunidade. A constituição de uma ciência envolve processos e mecanismos que se constroem e se legitimam no seu espaço de atuação, pelos atores, possibilitando que a ciência em questão adquira seu estatuto científico.

A institucionalização de uma disciplina científica refere-se à clareza e à organização das estruturas formais e informais dos componentes conceituais e sociais que são reconhecidos por sua comunidade e por outros. A institucionalização envolve operações e atividades consolidadas internamente pela ciência, onde outras ciências reconhecem sua condição como tal e a convidam para se incorporar ao conjunto das ciências. (Bazi; Silveira, 2007, p. 130)

A constituição, conforme Bazi e Silveira (2007), refere-se à formação e ao desenvolvimento de sistemas conceituais e sociais que possibilitem a aquisição de um estatuto científico.

O sistema conceitual é entendido como o arcabouço teórico, metodológico e temático definido que implanta e rege os conhecimentos e práticas da ciência em questão. Nesse sentido, comporta uma base filosófica (suposições gerais que abarquem a realidade e os fatos), uma base formal (conjunto de proposições afirmativas e negativas que sustentam explicações), um fundo de conhecimento (corpo de saberes acumulados por gerações anteriores), problemática (tópicos de investigação pertinentes ao fundo de conhecimento), um objeto (aquilo que pode ser observado, estudado e apreendido) e uma metódica (procedimentos e técnicas utilizados na abordagem científica de problemas e objetos de pesquisa).

Por outro lado, para os sistemas sociais, isto é, as redes formais e informais de comunicação e difusão de conhecimentos e práticas científicas, identificam-se espaços e

veículos institucionais que tornem visível e legítima a transmissão de conhecimentos sedimentados ao longo do tempo e comuniquem novidades aos membros dessas instâncias.

Dessa forma, a depender do grau de preenchimento das perspectivas da constituição, pode-se obter uma institucionalização cognitiva que guia à consolidação do sistema conceitual e/ou uma institucionalização social que contribui para o estabelecimento de um sistema social da disciplina. A soma dessas particularidades garante não só a construção de um estatuto científico em sua plenitude, como também a aceitação básica interna para o seu funcionamento.

A institucionalização, por sua vez, ainda em Bazi e Silveira (2007), seria a estruturação formal de um campo científico, considerando suas transformações e a maneira como se incorpora ao conjunto das ciências. Isso ocorre mediante o grau de organização interna e externa da disciplina, o fortalecimento de instrumentos de divulgação e de normas políticas e institucionais, a clareza das questões teóricas, epistemológicas, metodológicas e interdisciplinares, e a emergência de uma identidade social. Em sua totalidade, representa a maturidade dos processos internos de constituição e a projeção do sucesso do território de atuação para a comunidade externa em perspectivas sociais e cognitivas.

Os autores, no entanto, não distinguem elementos de institucionalização cognitiva ou social, mas focam em seus aspectos gerais e nas relações de dependência e proporcionalidade quanto a avanços e estagnações. A institucionalização é considerada a instância dos consensos, da terminologia e dos conceitos fundamentais, ao passo que a institucionalização social é a instância da regulação de conhecimentos e práticas e dos elementos que identificam, delimitam e legitimam tal disciplina. Nesse ponto, de forma simplificada, recorreu-se a Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002) que identificam o ensino, a pesquisa, a divulgação e a aplicação prática de conhecimentos como quatro tipos de atividades que servem de componentes para que ocorra a institucionalização de qualquer área do conhecimento.

O ensino se caracterizaria como um processo formativo e integrador pelo qual saberes, habilidades e valores são transmitidos de gerações anteriores a gerações novas, de maneira estruturada e sistemática, para proporcionar um ambiente favorável à manutenção de conhecimentos e práticas, estimular a curiosidade investigativa e instituir relações de cooperação.

A pesquisa, seguidamente, corresponde a um processo agentivo e colaborativo de busca, investigação e análise de informações com o objetivo de expandir o conhecimento, refinar práticas, redimensionar percepções anteriores sobre um dado fenômeno para novas descobertas, incrementar teorias e testar ou confirmar hipóteses, mobilizando procedimentos

de coleta, revisão de literatura e aplicação de métodos e técnicas, para a obtenção de resultados significativos e confiáveis sob parâmetros de cientificidade, de modo a contribuir para o avanço do sistema conceitual do campo e o fortalecimento de sua comunidade científica.

A divulgação, por sua vez, descreve um processo interativo e colaborativo de comunicação de conhecimentos e práticas científicas para um público tanto em dimensão interna — circuito fechado, entre pares — quanto externa — circuito aberto, pares e não pares com o objetivo de tornar a ciência mais visível, relevante e inclusiva, promovendo a conscientização daquilo que é aceito, produzido e circulado na estrutura de um campo e combatendo, sobretudo, a desinformação.

A aplicação, em última instância, equivale aos usos e impactos dos conhecimentos, descobertas, práticas e princípios científicos para resolver problemas, proporcionar tecnologias e gerar benefícios à sociedade, tornando evidente o valor social e a força produtiva da disciplina para o avanço das ciências, para o progresso tecnológico e para o próprio desenvolvimento da humanidade.

Com essa perspectiva dos processos de constituição e institucionalização, essas duas noções foram incorporadas ao exercício historiográfico como aparatos de leitura. Desse modo, procedeu-se ao mapeamento e à descrição daquilo que se produziu, transmitiu e recepcionou a partir dos trabalhos da Comissão de Filologia para discutir cada atividade identificada e sobrelevar seus elementos cognitivos e sociais pertinentes à Dialetoлогия e à Geografia Linguística brasileira do século XX.

2.4 A inserção do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, e a descrição da Casa de Rui Barbosa em crônicas sobre os estudos dialetais brasileiro

Nesta seção, pretende-se apresentar um conjunto de informações e relatos que serviram de referência para a investigação. No sentido de estabelecer aquilo que se sabe minimamente sobre o problema de pesquisa, buscou-se um suporte em cinco autoras: Pinto (1978, 1981), Altman (2003), Brandão (1991) e Ferreira e Cardoso (1994). Com isso, esperou-se que, a partir de um conhecimento cronístico inicial, se pudesse ascender a uma narrativa historiográfica para esclarecer a importância da Casa de Rui Barbosa para a constituição e a institucionalização da Dialetoлогия e da Geografia Linguística brasileira no século XX.

Para a primeira autora, em *O Português do Brasil* (1981), obra na qual se desenvolve um trabalho de compilação e revisão de textos críticos e teóricos em dois períodos

(1820-1920 e 1920-1945) no sentido de inventariar o que se pensou acerca da língua do Brasil, no caso o português, o feixe temporal de 1920 a 1945 é considerado “o mais denso e tenso de toda a história da língua portuguesa no Brasil” (Pinto, 1981, p. xiii).

Nesse momento de clima nacionalista e de (in)formação linguística incipiente no país para um tratamento objetivo e científico da língua, emergem questões relativas à nomenclatura e ao estatuto do português desdobradas entre as noções de língua, variedade e de dialeto com predominância de um enfoque histórico-geográfico e uma preocupação com o levantamento de dados para a construção de uma gramática e um dicionário brasileiros.

Sobre a primeira virada nos estudos linguísticos brasileiros no campo da Dialetoлогия, descreve-se o seguinte:

Os grandes pioneiros dessa renovação dos estudos linguísticos eram AMADEU AMARAL (O dialeto caipira, divulgado desde 1916 e publicado em livro em 1920) e SOUSA DA SILVEIRA (Trechos seletos, 1919 e, principalmente, “A língua nacional e o seu estudo”, 1920): ambos davam relevo à língua falada em detrimento da língua literária, e valorizavam, para fins de estudo daquela, a documentação dos fatos vigentes, colhidos “in loco”. (Pinto, 1981, p. xviii- xix)

[...] Dessa forma, a tarefa que a seguir se impunha era a da organização dos traços regionalmente levantados, que permitisse a visão do todo — o dialeto brasileiro ou a língua brasileira - superior ao matizado regional.(Pinto, 1981, p. xviii-xix)

No processo de revisão da língua, protagonizado pelo viés dialetológico, conforme a autora, se sobressaem as tentativas de periodização da história do português no Brasil; a necessidade de demarcação de áreas dialetais e o tratamento dos regionalismos; a defesa do acervo lexical como instância de distinção do português do Brasil em relação ao português de Portugal; a necessidade de normatização ortográfica ainda lacunar no país e a possibilidade de registro em acordo com a pronúncia brasileira; a gramática; o ensino; e a importância da língua literária. Não se contemplam outras línguas como objeto de interesse, a exemplo do panorama autóctone, e questões aloglóticas se encaixam numa constituição sócio-histórica do português sob o argumento da influência ou do substrato.

Em *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)* (2003), publicação derivada da tese de doutoramento *Unificação e Diversificação da Linguística: pesquisa documental de produção linguística brasileira contemporânea (1968-1988)*, que, no âmbito da Historiografia Linguística, tomou como materiais de análise os periódicos publicados no período delimitado, a literatura sobre o material, resenhas, obituários, prefácios, questionários e entrevistas, Altman (2003) descreve que a Dialetoлогия, na condição de programa de investigação, emerge cientificamente na década de 1920 com Amadeu Amaral, folclorista e autodidata nos preceitos da Filologia, em sua proposição metodológica de recolha de dados orais precisos, localizáveis e verificáveis, permeado por um viés histórico-comparativo, a partir de O Dialeto

Caipira (1922), obra que se torna matriz de referência para glossários, vocabulários e monografias dialetais acerca do português do Brasil.

[...] seria de se desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente. Teríamos assim um grande número de pequenas contribuições, restrictas em volume e em pretenção, mas que na sua simplicidade modesta, escoreita e séria prestariam muito maior serviço do que certos trabalhos mais ou menos vastos, que de quando em quando nos deparam, repositórios incongruentes de factos recolhidos a todo preço e de generalizações e filiações quasi sempre apressadas (Amaral, 1920, p. 15).

Nesse livro, o autor revela uma sensibilidade quanto à diversidade linguística, aos problemas metodológicos que cobriam a sua ciência na época e à urgência de novos estudos e reflexões, abordando o “falar caipira” e seu domínio sobre os pequenos e grandes estratos da antiga “província paulistana”, destacando questões sócio-históricas que teriam contribuído para a sua distinção perante ao que se considerava o dialeto brasileiro, tocando pontos de fonética, lexicologia, morfologia, sintaxe e vocabulário.

As sugestões de Amaral, posteriormente adotadas por outros estudiosos, para Altman (2003), seriam convencionadas como uma abordagem tradicional que, ausente de um discurso de ruptura aos estudos de língua escrita, se filiaria a um paradigma filológico, constituindo uma tradição de pesquisa eminentemente histórica, galgando para si uma função auxiliar, a qual já estava prevista em *O Dialeto Caipira*.

[...] uma vez reconhecido que o fundo do dialeto representa um estado atrasado do português, e que sobre esse fundo se vieram sucessivamente entretecendo os produtos de uma evolução divergente, o seu acurado exame pode auxiliar a explicação de certos fatos ainda mal elucidados da fonologia, da morfologia e da sintaxe histórica da língua (Amaral, 1920, p. 55).

A tarefa de descrição/caracterização do português falado no Brasil, com uma atenção especial à fonética, à prosódia e ao léxico, a partir do levantamento de dados de língua falada se estenderia até 1950, momento em que a Dialetoлогия, como programa de investigação, passa por um processo de renovação pela aquisição de um método que torna mais rigorosa e crível a pesquisa de campo, a Geografia Linguística, e, como grupo de especialidade, ganha em Serafim da Silva Neto (1917-1960) — catedrático de Filologia Românica da Universidade do Brasil e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — uma liderança organizacional temporária que percebe a importância de construção de uma mentalidade dialetológica e se preocuparia com a formação de “pessoal habilitado e direção sensata” (Silva Neto, 1957, p. iii) cujos esforços deveriam culminar na construção de um atlas linguístico nacional.

Aos poucos, o programa da Filologia incluía, pois, entre suas tarefas, além da reconstrução crítica de textos medievais da România velha, a elaboração de atlas linguísticos brasileiros regionais, de acordo com os preceitos do método da Geografia Linguística. A elaboração de um atlas geral do país se definia, assim, como uma nova meta a ser cumprida por esta geração. **O período das improvisações foi considerado ultrapassado.** Os filólogos dos anos 50, formados pelas Faculdades de Filosofia e cientes do desenvolvimento da Geografia Linguística - “método científico de recolha sistemática de dialetismos” (Castilho, 1972/1973b: 121) -, embora questionassem a validade dos resultados obtidos pela geração dos autodidatas, deles reconheceram o mérito do pioneirismo e se consideraram seus sucessores científicos (Altman, 2003, p. 76, grifo nosso).

Na década de 1960, apontam-se barreiras à pesquisa de campo, a exemplo o falecimento prematuro de Silva Neto, o que acarretou prejuízos à divulgação e à circulação de conhecimentos e práticas em trânsito, como as publicações da Revista Brasileira de Filologia e dos anais do I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia; e a crise política de 1964, que favoreceu um clima de desconfiança em relação a pesquisadores em localidades interioranas.

Dessa geração, se contaria apenas com a elaboração do Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), em 1963, que permaneceu até a década de 70 como o único atlas brasileiro até então publicado sob a autoria de Nelson Rossi, professor-pesquisador da Universidade Federal da Bahia, com a colaboração das estudantes Dinah Maria Isensee, Carlota Ferreira, Josefina Barletta, Judith Freitas, Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes e Tânia Pedrosa. A Linguística Estruturalista, em estabelecimento no Brasil, viria a oferecer também, nesse contexto, contribuições significativas aos estudos dialetológicos, mais precisamente o sistema de descrição de sons para lidar com o problema de transcrição e análise de variantes fonéticas.

Uma nova mudança na Dialectologia brasileira seria experimentada a partir de 1968 com o deslocamento observacional das realidades rurais para as realidades urbanas, incorporando para si não só a variação horizontal, mas a variação vertical, relacionada a grupos sociais. O Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC) (1968), desenvolvido nos moldes do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas (PILEI), seguiria em perspectiva monolíngue de caracterizar a norma culta do português falado no Brasil em centros urbanos brasileiros — mais precisamente cinco capitais: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife —, analisando aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e lexicais. Nesse novo momento, aponta-se Nelson Rossi, autor do APFB, como uma liderança organizacional e intelectual no sentido de congregar pesquisadores de diferentes centros de investigação sob um mesmo projeto, reduzindo a antiga dispersão de iniciativas individuais e

estimulando um alinhamento teórico-metodológico, simulando os estudos linguísticos até então empreendidos sobre o espanhol nas Américas.

Ademais, em *A Geografia Linguística no Brasil* (1991), Sílvia Brandão sintetiza fundamentos teóricos e práticos dos estudos em variação diatópica, focalizando o português no Brasil como problema de pesquisa dialetológico, o processo de construção de atlas linguísticos, as contribuições desses produtos e o estado da arte no país, pondo em relevo cinco forças intelectuais para momentos decisivos da disciplina: Amadeu Amaral, considerado o primeiro dialetólogo; Antenor Nascentes; Serafim da Silva Neto, o responsável pela formação de uma mentalidade dialetológica nacional; Nelson Rossi, mestre pioneiro que deu os primeiros passos na geolinguística brasileira com a elaboração do Atlas Prévio dos Falares Baianos (Rossi, 1963); e Celso Cunha como uma figura de destaque em pesquisa universitária e no estabelecimento de uma consciência teórica no campo. As informações históricas concentram-se essencialmente na década de 1950, um ponto de interesse para esta investigação.

A segunda metade da década de 50, em especial o período que se estende de 1957 a 1959, é, sem dúvida, do mais alto significado na história da Dialectologia brasileira.

Se não bastassem a produtiva discussão de questões teóricas e metodológicas que concernem à dialectologia e a apresentação de comunicações sobre o português do Brasil, propiciadas por diversos colóquios e congressos, seria suficiente que se lembrasse, como já se fez alhures, ter sido publicada a primeira parte das Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, e, ainda, desenvolverem-se, na Bahia, por iniciativa de Nelson Rossi, pesquisas dialetais que, em 1963, acabariam por redundar na publicação do primeiro atlas regional brasileiro.

[...] Os trabalhos de Amadeu Amaral, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Nelson Rossi e tantos outros linguistas e filólogos seus contemporâneos representaram esforços solitários, de cunho individual, tanto mais meritórios quando se pensa nas condições da vida acadêmica até há poucos anos.

Não surpreende que só agora se retome com maior intensidade linha de pesquisa tão fecunda quanto onerosa, e não é por acaso que ela se revitaliza exatamente no âmbito das universidades federais e estaduais (Brandão, 1991, p. xx-xx).

A definição de Dialectologia sustentada na obra refere-se a estudo de dialetos e falares como variedades geográficas de uma língua, caracterizando-se como horizontal ou vertical a partir da observação de aspectos espaciais ou socioculturais respectivamente. A Geografia Linguística é assumida como método e, ao mesmo tempo, marcador identitário de um grupo de especialidade na Dialectologia — orientada especialmente à construção de atlas e monografias a partir de seleção de informantes, técnicas de recolha de dados, preparação de inquéritos, arquivamento e transcrição de dados.

Outrossim, as questões históricas são esclarecidas nos moldes do levantamento de José Herculano de Carvalho acerca da pesquisa dialetológica empreendida em Portugal em comunicação apresentada ao 4º Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (1959),

posteriormente revista e atualizada em publicações da Revista Portuguesa de Filologia e do periódico Estudos linguísticos, sob o título “Os estudos dialetológicos em Portugal nos últimos vinte anos” (1961). Conforme Brandão (1991), sua descrição situada em “um antes e um depois” tomaria como marco divisório o período de 1957 a 1959, no sentido de separar as diferenças entre uma fase de recolhas dialetais de caráter mais disperso e assistemático em relação a outra mais planejada e progressiva em termos científicos.

A segunda metade do século XX se torna representativa, nesse contexto, em decorrência da produtividade de discussões teórico-metodológicas, fortalecimento da área como linha de pesquisa e maior direcionamento para a construção de atlas, publicações, realização de eventos que incluíssem em suas pautas o maior conhecimento da realidade linguística pelo viés dialetológico e maior apoio institucional, o que permitiu a superação de lacunas dos primeiros cinquenta anos, sobretudo a partir da década de 1920, período de publicação de *O Dialeto Caipira* (Amaral, 1920) e do surgimento das primeiras diretrizes de caráter científico aos estudos dialetais no texto de Amadeu Amaral, quando careciam de conhecimentos, práticas, organização e condições favoráveis à pesquisa de campo.

Os alicerces da investigação dialetal são atribuídos a Serafim da Silva Neto, que se preocupava com o estabelecimento de cursos de Dialetologia no contexto das faculdades de filosofia; notava a necessidade de professores universitários que direcionassem estudantes à linha de pesquisa e defendia uma interface entre os pesquisadores de línguas com os investigadores da antropologia social. Por outro lado, Celso Cunha surge como pesquisador exemplar, no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considerando suas comunicações científicas, participação em eventos e agência em dois empreendimentos: o Projeto NURC e o *Projeto Atlas etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro* (APERJ), o primeiro em Dialetologia Urbana e o segundo como uma proposta linguística-etnográfica. Inclusive a autora menciona uma colaboração de Silva Neto e Cunha para a proposição de um Atlas Linguístico-Etnográfico do Brasil em 1957.

De modo geral, a Geografia Linguística no Brasil e a Dialetologia referenciadas por Brandão (1991) se situam no domínio do português e a única menção à diversidade, para além disso, concerne ao contexto de localidades do sul do país investigadas pelo *Projeto do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul* (ALERS), coordenado na época por Walter Koch, cujo povoamento foi marcado por imigrantes de origem açoriana, alemã, italiana, espanhola, polonesa e japonesa. Há também remissão, em um capítulo dedicado ao Projeto ALERS, ao *Esboço de um Atlas Linguístico de Londrina* (EALLO) e às observações de Aguilera (1986, 1987) sobre a região norte do Paraná.

Sob uma perspectiva não tão diferente, Ferreira e Cardoso, em *A Dialectologia no Brasil* (1994), manual que se propõe a discutir a metodologia do trabalho dialetal, a construção do inquérito linguístico e as conquistas nacionais pertinentes ao léxico e aos atlas linguísticos, resumem informações sobre o que fizeram os estudiosos sobre a língua do país, notadamente o português, no sentido de um levantamento de dados para traçar um perfil da variante brasileira, sob o signo de que diversidade e unidade não são aspectos excludentes no plano da língua.

O conteúdo deste livro tem objetivos e endereço muito nítidos. Procura reorganizar para aqueles que iniciam os estudos dialetais um conjunto de informações sobre o que fizeram estudiosos brasileiros, no campo da Dialectologia: o quê se escreveu sobre a língua do país, quem e quando. Mas como a Dialectologia, também neste ensaio definida, é uma ciência que se edifica a partir de uma complexa metodologia de trabalho, mostra-se como procederam alguns, como podem ou devem agir outros para buscar, na sua verdadeira fonte, os dados linguísticos que traçam o perfil do português do Brasil (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 9).

À Dialectologia, neste manual, na condição de estudo dos dialetos manifestados em uma diversidade diatópica, é atribuído um interesse não apenas às variedades rurais, mas também aos hábitos linguísticos de agrupamentos urbanos, de modo que se descrevem, na obra, práticas de Dialectologia Rural (horizontal) e Urbana (vertical).

Nesse panorama, descreve-se a utilização da Geografia Linguística como método de preparação de pesquisa, que demanda conhecimentos mínimos sobre a problemática da investigação; determinação da localidade; escolha e controle de dados de informantes; estratégia de inquérito linguístico apropriada; preparação do inquiridor para as fases de documentação e audição de inquéritos gravados, para além do domínio de um sistema de transcrição fonético. Diante dessas questões, observou-se uma prioridade das autoras no esclarecimento da metodologia da pesquisa no sentido de oferecer maior rendimento, segurança e precisão ao material recolhido para uma descrição e análise em monografias e atlas, sobretudo em léxico e fonética como níveis de análise.

No capítulo *Breve história dos estudos dialetais no Brasil*, Ferreira e Cardoso (1994) dividem a história dos estudos dialetais no Brasil em três grandes fases, construindo uma periodização a partir de produções científicas, investigadores exemplares e eventos considerados relevantes: primeira fase (1826 a 1920), segunda fase (1920 a 1952) e terceira fase (desenrolada a partir de 1952).

O primeiro momento, que tem suas bases no século XIX, a partir de uma contribuição lexicográfica de Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca ao *L'Atlas Ethnographique du Globe...*, de Adrien Balbi (1826), estendendo-se até a primeira metade do

século XX, seria caracterizado por estudos lexicais, atendo-se às especificidades do português, contando com uma significativa produção dicionarística.

A emergência de um novo paradigma, conforme as autoras, surgiria a partir de 1920, com a publicação de *O Dialeto Caipira*, por Amadeu Amaral, quando surgem trabalhos descritivos de localidades que abrangem, para além do léxico, questões gramaticais, ao mesmo tempo em que problematiza o teor metodológico da pesquisa dialetológica para a delimitação de áreas de investigação e levantamento de fenômenos caracterizadores das variedades.

Para além de Amaral, as autoras enfatizam a contribuição de Antenor Nascentes em *O linguajar carioca* em 1922 (1923), pela sensibilidade científica e pela consciência da metodologia necessária aos estudos dialetais de seu tempo, situando seu esboço de divisão de falares brasileiros no que tange ao português.

Inicia-se com a publicação de *O Dialeto Caipira*, 1920, de Amadeu Amaral e se caracteriza pela predominância de trabalhos voltados para os estudos gramaticais, nada obstante produzirem-se, ainda, numerosos estudos de natureza lexicográfica. O conhecimento empírico da realidade Linguística e a ausência de trabalho de campo sistemático, que marcam a produção da primeira fase, permanecem como traço da segunda fase ainda que já se experimente a observação direta à área a descrever-se e a preocupação com uma metodologia de abordagem voltada para o exame da realidade considerada nos seus diferentes aspectos. (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 39).

Seguindo por esta linha, a terceira fase seria caracterizada pelo desenvolvimento de estudos fundamentados em Geografia Linguística com um trabalho de campo progressivamente sistematizado, tomando como marco o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, quando se estabelece a criação de uma comissão no centro de pesquisas da Casa de Rui Barbosa, com a finalidade de elaborar um atlas linguístico do Brasil. São apontadas como lideranças, nesse cenário, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi.

Em termos de produção, derivados de iniciativas para difundir conhecimentos e práticas em Dialetologia, surgem os primeiros atlas, como o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (Rossi, 1963), o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (Ribeiro et al., 1977), o *Atlas Linguístico da Paraíba* (Aragão; Menezes, 1984) e o *Atlas Linguístico de Sergipe* (Ferreira et al., 1987), e projetos em Dialetologia Urbana, tais quais o Projeto NURC (1968) e o Projeto Censo (1979). Como momentos decisivos para a definição de uma estratégia colaborativa de atlas parciais para a efetivação posterior de um atlas linguístico brasileiro sob o método geolinguístico também são mencionados o III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (1957) e as publicações do Guia para estudos dialetológicos (1957 [1955]),

por Serafim da Silva Neto, e das Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil (1958), por Antenor Nascentes.

Ao lado dos atlas linguísticos, que constituem a tônica da terceira fase, estão estudos de natureza teórica, numerosas monografias que tratam de falares específicos de regiões e a vastíssima produção de teses (de concurso, de mestrado e de doutorado) motivadas pela investigação dialetal no Brasil e recobrando diferentes áreas (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 59).

Por último, em *A dialectologia no Brasil: perspectivas*, examinando os desdobramentos dos estudos dialetais e seus avanços no campo da geolinguística, principalmente na segunda metade do século XX, Cardoso (1999) se detém em esforços científicos sobre o português do Brasil, assumindo uma retrospectiva semelhante à feita por Cardoso e Ferreira (1994). Nesse sentido, reconhecem-se três momentos que se estendem do século XIX ao século XX, com mudanças teórico-metodológicas gradativas e produções científicas que encerram em si mesmas características de cada período: primeira fase (1826-1920), segunda fase (1920-1952) e terceira fase (a partir de 1952).

Sua proposta textual difere ao apresentar, no âmbito da terceira fase, uma nova virada nos estudos dialetais em 1996, a partir do seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, mediante experiências com monografias e atlas regionais, conhecimentos e práticas científicas bem-estabelecidas e investigadores com formação linguística adequada para a concretização do atlas linguístico por uma via coletiva e interinstitucional, como bem destaca o seguinte excerto:

Retomando a idéia de um atlas linguístico do Brasil, lançada em 1952, pesquisadores da área de Dialectologia reúnem-se em Salvador, Bahia, em novembro de 1996, no Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil* e assumem esse desafio. Nesses três dias de discussão em que foram abordadas temáticas referentes a uma política geolinguística para o Brasil e a questões metodológicas em geral, ficou também acertada a criação de um Comitê Nacional que, a partir daquele momento, se encarregaria de dar curso às decisões do encontro e implementar o projeto nacional para execução do atlas linguístico do Brasil, constituído com representantes de cada um dos atlas publicados e com um representante dos atlas em curso. Integram, assim, o Comitê Jacyra Mota, Maria do Socorro Aragão, Mário Zágari, Suzana Alice Marcelino Cardoso, Vanderci Aguilera e Walter Koch.

Com esse Projeto dá-se curso ao desejo de realização do atlas linguístico nacional e defende-se uma política de integração e coordenação do trabalho no campo da Geolinguística com vistas a se alcançar o objetivo final da produção de um atlas geral do Brasil.

O quadro histórico-social do país, hoje, e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da realidade Linguística brasileira, necessário sobremodo à difusão de um ensino adequado ao caráter pluricultural do Brasil, estão a exigir, sem mais demora, um esforço coletivo na tentativa de se desenvolverem estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global que se afigura tarefa da Dialectologia brasileira, nesse final de milênio, a se concretizar, fundamentalmente, com a realização do atlas linguístico geral do Brasil. (Cardoso, 1999, p. 248-249).

Em suma, com essa cartografia mínima de informações que são propagadas tradicionalmente em manuais, artigos e demais trabalhos acadêmicos, observa-se o peso da década de 1950 para os estudos dialetais, o advento da Geografia Linguística como método e um baixo rendimento descritivo do papel ocupado pela Casa de Rui Barbosa, a partir de 1952.

Foi nesse cenário de lacunas em que se desejou problematizar o papel do referido espaço institucional para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira e mapear conhecimentos e práticas empreendidas ali para fornecer subsídios à construção de uma narrativa historiográfica.

2.5 Sistema de coordenadas da tese

A tese que se apresenta neste trabalho é a de que o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952 — referente ao estabelecimento de um Centro de Pesquisas e de uma Comissão de Filologia, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, e à fixação de uma agenda de estudos que deveriam culminar em um atlas linguístico do Brasil — foi importante para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira no século XX.

Após a revisão de literatura e a discussão de um sistema conceitual pertinente à Historiografia Linguística e a História das Ciências para o tratamento histórico e historiográfico das instituições, a adoção dos conceitos de institucionalização nas ciências e a problematização das crônicas sobre os estudos dialetais brasileiros, percebeu-se que:

1. A Casa de Rui Barbosa é uma instituição que se tornou um estabelecimento de organização e implantação de conhecimentos e práticas científicas sobre a linguagem via Decreto 30.643/1952.
2. Toda instituição e espaço de ciência desenvolve atividades no interior da estrutura de um campo que visa à manutenção e à consolidação de suas condições de existência. Isso estabelece uma tradição e apresenta uma trajetória sócio-historicamente construída ao longo de continuidades conceituais e rupturas metodológicas.
3. O conhecimento histórico do tipo crônica atribui uma importância da Casa de Rui Barbosa aos estudos dialetais, mas não descreve o que se produziu, recepcionou ou transmitiu nesse estabelecimento para mensurar seus efeitos sobre a pesquisa linguística.
4. O aparato teórico-metodológico da Historiografia Linguística em diálogo com a História das Ciências permite uma revisão desse tipo de saber histórico e a construção de uma síntese crítica mais condizente com a realidade institucional.

5. O mapeamento de atividades da Comissão de Filologia direcionadas à Dialetologia e à Geografia Linguística a partir de fontes que revelem a trajetória das ações empreendidas pela Comissão de Filologia é a rota principal desta pesquisa.
6. A identificação e descrição contextual-institucional de conhecimentos e práticas precisam ser orientadas por categorias analíticas que permitam situar e explicar objetivamente efeitos do trabalho da Casa de Rui Barbosa sobre a Dialetologia e a Geografia Linguística brasileira. Constituição e institucionalização são as categorias analíticas eleitas nesta tese.
7. Ao longo de um exercício historiográfico-linguístico que obedece os princípios de contextualização, imanência e adequação teórica — não só como etapas operacionais do trabalho, mas também como esquema de organização das informações —, deve ser produzida uma síntese crítica que distinga e evidencie os elementos de constituição e institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira no século XX ambientados na Casa de Rui Barbosa.

Com base nesse conjunto de premissas, nas orientações de estudo e nos componentes teóricos assentados, estabeleceu-se o sistema de coordenadas da tese. Para a próxima seção, avança-se à explanação das fontes e dos métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

3 METODOLOGIA DO EXERCÍCIO HISTORIOGRÁFICO

A metodologia aplicada a esse trabalho se respalda em um conjunto de métodos, práticas e processos sistemáticos de viés histórico que foram orientados pelos princípios da Historiografia Linguística e da História das Ciências sob um enfoque institucional.

Nesse sentido, a presente seção elenca as abordagens, procedimentos e justificativas que embasam o presente exercício historiográfico, assim como os processos e normas que caracterizam o método individual para estruturar e validar a tese de que o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952 — referente ao estabelecimento de um Centro de Pesquisas e de uma Comissão de Filologia, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, e à fixação de uma agenda de estudos que deveriam culminar em um atlas linguístico do Brasil —, foi importante para a constituição e a institucionalização da Dialetoлогия e da Geografia Linguística brasileira no século XX.

3.1 Abordagens, procedimentos e justificativas

O percurso metodológico desta pesquisa foi atravessado por estágios de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação, no interior daquilo que se enquadra como fases de organização heurística, hermenêutica e executiva do trabalho do historiógrafo para caracterizar a realidade institucional da Casa de Rui Barbosa, as atividades da Comissão de Filologia e seus efeitos sobre a pesquisa linguística.

Essa estratégia, por sua vez, demandou fontes e gestos de sistematização e interpretação que se buscaram assentar nos três princípios defendidos por Koerner (1995): contextualização, imanência e adequação teórica. Cada etapa do estudo buscou abarcar os seguintes pontos outrora mencionados nos direcionamentos da pesquisa (cf. item 1.1):

1. definição da instituição, do setor e dos agentes em pauta, isto é, a Casa de Rui Barbosa, seu Centro de Pesquisas e a Comissão/Seção de Filologia;
2. estabelecimento de uma base documental para o entendimento e a descrição da estrutura, da organização, do funcionamento e das agências que atuaram interna e externamente na instituição;
3. fixação de uma periodização ao exercício historiográfico e da orientação do estudo da instituição: a faixa de 1952 a 1986 e a observação de elementos pertinentes à constituição e à institucionalização da Dialetoлогия e da Geografia Linguística brasileira;
4. levantamento de textos e demais evidências acerca da realidade institucional investigada e das atividades empreendidas pela Comissão de Filologia;

5. revisão dos instrumentos de registro e divulgação da instituição para identificar e mapear o que se produziu, recepcionou e transmitiu em Dialetologia e Geografia Linguística nos limites da periodização estabelecida;
6. revisão de instrumentos de divulgação externa não vinculados diretamente à instituição para identificar e mapear o que se produziu, recepcionou e transmitiu em Dialetologia e Geografia Linguística dentro da periodização estabelecida e a articulação com a Casa de Rui Barbosa e a Comissão de Filologia;
7. constituição de uma base documental com os textos oriundos da revisão de instrumentos de divulgação internos e externos à instituição;
8. descrição do clima de opinião, da função social da instituição e de suas implicações sobre posicionamentos e as atividades cientificamente relevantes à Dialetologia e à Geografia Linguística;
9. comparação e sistematização das informações das fontes para uma síntese do panorama das atividades que favoreceram a produção, a recepção e a transmissão de conhecimentos e práticas pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística no âmbito da Casa de Rui Barbosa;
10. relacionamento das fontes para retificações e ratificações de dados;
11. descrição de cada atividade identificada em seus elementos mais específicos a partir dos textos inventariados, sobrelevando à medida do possível os atores e os elementos cognitivos e sociais pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística;
12. redação de uma síntese crítica final sob a lente dos conceitos de constituição e institucionalização nas ciências.

A cobertura temática e histórica da pesquisa está circunstanciada a conhecimentos e práticas linguísticas no plano da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira que emergiram do plano institucional do Centro de Pesquisas e da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa entre os anos de 1952 e 1986.

O ano de 1952 é assumido como ponto de partida, considerando o que a literatura tradicional descreve sobre o reconhecimento de um programa de investigação e um grupo de especialidade a partir do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, e da própria transformação institucional do antigo museu-biblioteca em um centro científico-cultural. Por outro lado, o ano de 1986, para o encerramento de um arco temporal, justifica-se pelo decorrer de trinta e quatro anos de conhecimentos e práticas no contexto da Dialetologia e da Geografia Linguística, a exemplo da publicação de atlas regionais, para além de coincidir também com o ano de realização do *I Simpósio sobre a diversidade Linguística no Brasil*, organizado pela

Profa. Suzana Alice Cardoso, em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, evento que descreve significativamente parte da atividade científica desenvolvida nas últimas décadas, em ocasião comemorativa ao centenário de Antenor Nascentes, um dos pioneiros da pesquisa dialetológica e especialista-chefe da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa.

Defende-se que o ano de 1986 configura-se como um *turning point* no contexto da pesquisa dialetológica por apresentar os primeiros indícios de uma nova liderança intelectual e organizacional emergente na Universidade Federal da Bahia para a construção de um atlas linguístico brasileiro, além de representar uma ruptura institucional de liderança nos estudos dialetais. Subjaz a essa percepção a crença de que o *I Simpósio sobre a diversidade Linguística no Brasil*, haja vista a notória participação de vinte e sete universidades brasileiras e duas estrangeiras, teria fomentado o encontro de um novo contingente intelectual para um balanço das atividades científicas empreendidas até então e resgate à tarefa de elaboração de um atlas linguístico.

Encontram-se bases para tal posicionamento no ano de 1996, com o advento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, durante o *Seminário Caminhos e Perspectivas para a geolinguística no Brasil* — evento realizado 10 anos após o *I Simpósio sobre a diversidade* na mesma cidade e também aos auspícios da Universidade Federal da Bahia. Assim, o período de 1952 a 1986 encerra em si mesmo o advento da publicação dos três primeiros atlas linguísticos brasileiros do português do Brasil e reflete o estabelecimento de uma nova geração de dialetólogos que culminaria no vigente Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)¹¹, fundado na década seguinte.

Em segundo plano, no que diz respeito à profundidade, utilizou-se uma base documental e instrumental que contempla publicações da/sobre a Casa de Rui Barbosa; revistas da área de Letras; jornais; tratados e manuais em Filologia, Linguística, Dialetologia e Geografia Linguística; e obras afins nas quais foram investigadas não só os dados sobre as atividades em ensino, pesquisa, divulgação e aplicação da Comissão de Filologia, como também foram filtrados os conteúdos que permitissem apontar conhecimentos e práticas na pesquisa linguística no sentido de expor e analisar dados e textos.

O que amparou a constituição dessa complexa base textual foi a busca por instâncias informativas internas e externas à instituição e o emprego da técnica de mapeamento. Justifica-se o primeiro procedimento pela compreensão de que, no âmbito das estruturas

¹¹ O Projeto Atlas Linguístico do Brasil é um esforço nacional que reúne 15 universidades, com o objetivo principal de criar um atlas linguístico do Brasil focado na língua portuguesa. Iniciado em 1996, o projeto surgiu de uma iniciativa da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em colaboração com várias universidades brasileiras, sob a liderança da linguista e dialetóloga Suzana Alice Marcelino Cardoso.

sociais subjacentes à organização e ao funcionamento da ciência, constitui um elemento estruturante a divulgação.

Essa operação diz respeito a um processo interativo e colaborativo de comunicação de conhecimentos e práticas para um público tanto em dimensão interna — circuito fechado, entre pares e membros de um mesmo grupo de especialidade, com intenção atualizadora — quanto externa — circuito aberto, pares e não pares, com a função de tornar a ciência mais visível, relevante e inclusiva —, promovendo a conscientização daquilo que é reconhecido, produzido e circulado nos limites de um campo.

Sob esses parâmetros, analisar esse sistema de comunicação foi considerado produtivo ao permitir localizar informações dispersas e acessar interpretações sobre acontecimentos pertinentes à Casa de Rui Barbosa mediadas e/ou não mediadas pela instituição e seus respectivos agentes. Nas seções posteriores, explicita-se como a prática historiográfica foi estruturada para contemplar instrumentos de registro e divulgação vinculados e não vinculados ao estabelecimento científico-cultural brasileiro.

3.2 Mapeamento dos instrumentos de registro e divulgação da Casa de Rui Barbosa

Nos primeiros esboços do trabalho, percebeu-se que começar um levantamento orientado apenas pela Casa de Rui Barbosa, pela investigação da Comissão de Filologia ou da trajetória individual dos membros desse grupo para localizar informações isoladas produzia um inventário escasso, desarticulado e pouco produtivo para a construção de uma narrativa historiográfica de enfoque institucional. Logo, julgou-se pertinente contemplar duas frentes de comunicação para uma abordagem da Casa de Rui Barbosa: um inventário documental de seus esforços particulares e internos e uma revisão daquilo que foi difundido sobre a instituição sob a ótica de veículos de informação não vinculados ao centro científico-cultural.

Isso se fez, primariamente, com o levantamento de documentos pertinentes à Casa de Rui Barbosa, a partir da revisão de um conjunto de programas, planos e relatórios de atividades e um catálogo de publicações. O uso do website institucional¹² para a localização de documentos e possíveis referências guiou o pesquisador aos seguintes serviços e trabalhos:

- I. Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (1952-1986).
- II. Casa de Rui Barbosa: resumo histórico de suas atividades (1957), por Regina Monteiro Real.

¹²FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Publicações digitalizadas. 2019. Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=512>. Acesso em: 28 de nov. de 2024.
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Serviço de Arquivo Histórico e Institucional. 2022. <<https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/composicao/centro-de-memoria-e-informacao-cmi/servico-de-arquivo-historico-e-institucional>>. Acesso em: 28 de nov. de 2024.

- III. O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: 20 anos de atividades (1952-1972) (1972), por Maximiano de Carvalho e Silva.
- IV. Catálogo de publicações (2002), organizado por Maria Irene Brasil, Magaly Serrão Wanderley e Regina Maria Laclette Porto.

Ressalta-se que, no primeiro item, foram consultados 26 arquivos oriundos de um levantamento arquivístico empreendido entre 15 de março e 30 de setembro de 2024, quando o pesquisador — o autor desta tese — estabeleceu uma comunicação direta com o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, via e-mail, como demonstram as comunicações do ANEXO A, com a colaboração dos funcionários Leandro Jaccourd e Priscila Vaisman.

A princípio, o setor procedeu a uma pesquisa de materiais a partir de uma preferência por planos anuais e relatórios de atividades que contemplassem o Setor de Filologia entre 1952 e 1986. O arquivo que sintetiza essa busca interna foi compartilhado ao pesquisador em 03 de abril, pela funcionária Priscila Vaisman, contendo um total de 18 páginas com identificações, anos, tipo de arquivo e palavras-chave relacionadas aos documentos. Esse item se encontra no ANEXO B.

Desse volume, iniciou-se uma fase de sondagem dos possíveis documentos que contivessem informações referentes a qualquer forma de pesquisa linguística, projeto editorial e plano de apoio a trabalhos dialetológicos. Com esse mapeamento universal, foram escolhidos 26 itens, dos quais 23 integraram o *corpus* para que se procedesse a um mapeamento amostral. As trocas dos arquivos se deram pelo Google Drive, de forma seriada, mediante assinatura de termos de licença para reprodução ao longo de quatro fases. Esses termos estão localizados no ANEXO C.

O caráter determinante para as escolhas foi o extrato da pesquisa arquivística, número de páginas para uma leitura adequada e o conjunto de palavras-chave vinculadas a cada documento. Listam-se a seguir os arquivos selecionados para amparar a prática historiográfica desta tese¹³:

1. ARQUIVO FCRB-DA 31 (01): carta de Antenor Nascentes ao Ministro da Educação (1952).
2. ARQUIVO FCRB-DA 118 (6): relatório de atividades (1954).

¹³ Embora figure como o primeiro item da lista, o uso de documentação interna da Fundação Casa de Rui Barbosa só se deu após o exame de qualificação da tese, quando se percebeu a necessidade de incorporar textos que pudessem pormenorizar as atividades e seus respectivos agentes. Com o enriquecimento de informação contextual pelo acesso direto aos relatórios e planos, notou-se que as demais obras consultadas possuíam lacunas, embora ratificassem o trabalho filológico da instituição entre 1952 e 1986.

3. ARQUIVO FCRB-DA 119 (16): relatório de atividades (1953-1954).
4. ARQUIVO FCRB-DA 123 (06): relatório de atividades (1956).
5. ARQUIVO FCRB-DA 124 (06): relatório de atividades (1956-1958).
6. ARQUIVO FCRB-DA 125 (16): relatório de atividades (1956-1959).
7. ARQUIVO FCRB-DA 132 (17): informativos da situação presente da Casa de Rui Barbosa e relatório de atividades da Casa de Rui Barbosa (1964).
8. ARQUIVO FCRB-DA 133 (12): programação de atividades (1965).
9. ARQUIVO FCRB-DA 138 (16): relatório de atividades em 1954; relatório do 1º, 2º e 3º trimestres de 1970 e relatório das atividades da Seção de Filologia (Centro de Pesquisas) no ano de 1971.
10. ARQUIVO FCRB-DA 44 (12): programação de atividades (1971).
11. ARQUIVO FCRB-DA 48 (46): programação de atividades (1976).
12. ARQUIVO FCRB-DA 139 (33): relatório de atividades (1972-1973).
13. ARQUIVO FCRB-DA 140 (51): exercício e relatórios (1973).
14. ARQUIVO FCRB-DA 141 (32): relatório de atividades (1974).
15. ARQUIVO FCRB-DA 142 (45): relatório de atividades (1974-1976).
16. ARQUIVO FCRB-DA 50 (72): programação de atividades (1977).
17. ARQUIVO FCRB-DA 51(175): programação de atividades (1978).
18. ARQUIVO FCRB-DA 50-A(1L): plano diretor (1977-1979).
19. ARQUIVO FCRB-DA 146 (133): relatório de atividades da administração (1979).
20. ARQUIVO FCRB-DA 147 (195): relatório de atividades e programação (1980).
21. ARQUIVO FCRB-DA 148 (207): relatório de atividades (1981).
22. ARQUIVO FCRB-DA 151 (406): relatório de atividades (1984).
23. ARQUIVO FCRB-DA 155 (264): relatório de acompanhamento de atividades (1986).

Em *Casa de Rui Barbosa: resumo histórico de suas atividades* (Real, 1957), há relatório direcionado à trajetória de legislações que estruturaram e regularam a Casa de Rui Barbosa entre 1923 e 1956, comportando uma descrição do museu-biblioteca, do quadro de funcionários e das atividades técnicas, culturais e administrativas empreendidas pela instituição.

O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: 20 anos de atividades (1952-1972) (Silva, 1972) é um relatório comemorativo referente ao conjunto de atividades empreendidas pela Casa de Rui Barbosa, seu centro de pesquisas e o contexto de aquisição de estatuto de fundação pelo Decreto 59.643/1966. A obra se volta historicamente à constituição

institucional, ao centro de pesquisas, às atividades culturais desenvolvidas, às pesquisas em andamento e às publicações institucionais.

O *Catálogo de Publicações* (Brasil; Wanderley; Porto, 2002) apresenta 597 obras editadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa entre 1941 e 1995. De modo geral, a construção desse circuito interno, sobre o qual foi operado um mapeamento interno, revelou-se eficiente para circunscrever atividades sob a perspectiva da própria instituição.

Por fim, adicionam-se também os decretos executivos que regulamentaram a instituição científico-cultural. Apesar da periodização estabelecida entre 1952 e 1986, percebeu-se a necessidade de compreender a formação original da Casa de Rui Barbosa a partir de atos normativos que remontam a 1924, para, posteriormente, enquadrar-se no arco-limite entre 1952 e 1986. Com isso, foram encontrados onze decretos e uma portaria entre 1924 e 1974:

1. Decreto n. 4.789, 02/01/1924: autorização do Poder Executivo à aquisição da casa, dos bens e do espólio intelectual de Rui Barbosa.
2. Decreto n. 17.758, 04/04/1927: criação do Museu Rui Barbosa e aprovação de regulamento no âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
3. Decreto n. 5.429, 09/01/1928: criação do Museu-biblioteca Casa de Rui Barbosa e estabelecimento do quadro de funcionários.
4. Decreto n.º 18.767, de 27 de maio de 1929: aprovação do regulamento da Casa de Rui Barbosa.
5. Decreto n. 19.444, 01/12/1930: inserção da Casa de Rui Barbosa no quadro de serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública.
6. Decreto n. 24.688, 12/07/1934: reorganização da Casa de Rui Barbosa, situando dentre seus objetivos a conservação da biblioteca, do arquivo, a publicação das obras do patrono institucional e a realização de cursos e conferências.
7. Decreto n. 22.168, 25/11/1946: aprovação do regimento da Casa de Rui Barbosa sob a tutela do Ministério da Educação e Saúde Pública.
8. Decreto n. 30.643, 20/03/1952: criação do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa com disposições acerca do funcionamento.
9. Portaria n. 651, 31/07/1952: designação dos membros das comissões de trabalho do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa.
10. Decreto n. 38.544, 12/01/1956: aprovação de novo regimento da Casa de Rui Barbosa.

11. Decreto n. 59.643, 02/12/1966: aprovação dos Estatutos da Fundação Casa de Rui Barbosa enquanto instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica e literária com personalidade jurídica própria e autonomia.
12. Decreto n. 73.781, 11/03/1974: nova redação dada aos Estatutos da Fundação Casa Rui Barbosa.

Com isso, estudaram-se os instrumentos de registro e divulgação interna da instituição para identificar e mapear o que se produziu, recepcionou e transmitiu em Dialetologia e Geografia Linguística dentro da periodização estabelecida e de maneira circunstanciada à trajetória da própria instituição.

Uma vez determinado o conjunto de conhecimentos e práticas com o amparo da documentação institucional, avançou-se para o mapeamento dos instrumentos de divulgação não vinculados à Casa de Rui Barbosa. Subjaz a essa escolha a tentativa de recuperar um panorama científico-cultural capaz de descrever as pautas linguísticas da época, situar como a Casa de Rui Barbosa e suas atividades eram projetadas externamente e de que maneira seus trabalhos eram percebidos pelo público externo.

3.3 Mapeamento dos instrumentos de divulgação não vinculados à Casa de Rui Barbosa

Para a revisão de instrumentos de divulgação não vinculados diretamente à instituição, decidiu-se operar com periódicos científicos, jornais e obras gerais sobre filologia, Linguística, Dialetologia e Geografia Linguística que evidenciassem estudos linguísticos do país.

O processo se deu majoritariamente em ambiente virtual, através do website da Casa de Rui Barbosa, das páginas de periódicos científicos e da Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Além disso, os impressos foram consultados na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa e no Acervo Particular do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, na Universidade Federal da Bahia. Em casos especiais, obras raras foram adquiridas com recursos próprios do pesquisador. Esse processo de busca e sistematização durou dois anos e meio, considerando o arranjo e o rearranjo das relações estabelecidas entre os textos e mediadas pelas fontes vinculadas à Casa de Rui Barbosa.

A partir da relação de periódicos nas áreas de Letras e Linguística, proposta por Marcuschi (2001), e do capítulo *Em busca do método: observações introdutórias sobre a Historiografia Linguística*, que integra o livro *A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*, de Altman (2003), em que se esboçam aspectos teórico-metodológicos e um *corpus* representativo da produção Linguística brasileira, foi identificado um conjunto de revistas que

pudessem evidenciar uma produção dialetológica no contexto nacional com referência à Casa de Rui Barbosa. Para fins de complementação, houve também a sondagem de periódicos internacionais que pudessem conter alguma participação brasileira em seus números e os esforços em Dialetologia e Geografia Linguística.

Nesse panorama, integraram a pesquisa oito periódicos especializados:

1. *Boletim Internacional de Documentação Linguística - ORBIS*: periódico vinculado ao Centro Internacional de Dialetologia Geral da Universidade Católica de Lovaina, Bélgica, para difundir conteúdo científico e promover a colaboração entre dialetólogos e centros de investigação. No período de 1952 a 1960, foi editado por Sever Pop, mantendo uma proposta de dois números anuais em regime de colaboração. Atualmente, consta com 41 números, tendo sua última edição em 2009. A pesquisa operou com os impressos da Biblioteca Universitária Central Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia.
2. *Revista Brasileira de Filologia*: boletim publicado pela Livraria Acadêmica, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1955 a 1961, sob a direção do Prof. Serafim da Silva Neto, em regime de cooperação com o círculo filológico brasileiro da época. Periódico inativo.
3. *Revista Letras*: periódico inicialmente articulado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, com primeira edição no ano de 1953, passando posteriormente à condição de publicação regular do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, ligada aos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras. Atualmente, encontra-se em plena atividade e com edições acessíveis na internet.
4. *Revista Organon*: periódico associado à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que teve sua primeira edição no ano de 1956 como uma miscelânea de artigos de diferentes áreas do conhecimento, assumindo uma trajetória de especialização que a guiou ao estatuto de revista científica do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Periódico ativo e com edições acessíveis na internet.
5. *Revista ALFA*: revista idealizada como espaço de divulgação de trabalhos dos professores do Departamento de Letras, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Estadual de São Paulo, do campus Marília, tendo seu primeiro número lançado em 1962. Segue em atividades com financiamento da Pró-Reitoria de

Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Permanece em atividade e com edições acessíveis na internet.

6. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*: periódico multidisciplinar (História, Línguas, Literatura, Artes, Música, Geografia, Economia, Direito, Ciências Sociais, Arquitetura etc.) criado em 1966 para divulgar os trabalhos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Foi editada, sem interrupções, até 1997, e mais tarde reaberta em 2006, mantendo-se ativa até o momento com edições acessíveis na internet.
7. *Revista Brasileira de Linguística*: revista criada no Rio de Janeiro, originalmente pertencente à Sociedade Brasileira de Professores de Linguística, tendo uma primeira edição no ano de 1974 e circularidade até o ano de 1984, completando um total de 11 números. Para a pesquisa, foram usados os impressos da Biblioteca Universitária Central Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia. Periódico inativo.

Sob essa perspectiva, a partir da leitura das apresentações dos editores aos números publicados, da revisão dos dados oferecidos pelos sumários e do exame dos resumos dos artigos construídos pelos próprios autores e de suas respectivas seleções de palavras-chave, desenvolveu-se uma seleção do material considerado pertinente e produtivo à tese, orientando-se por etiquetas como Dialetologia/Dialectologia, dialeto/dialecto, Geografia Linguística, Casa de Rui Barbosa e atlas linguístico.

Os resultados dessa estratégia de busca podem ser explicitados na síntese exposta no Quadro 1, que contempla os seguintes aspectos: a identificação do periódico, vinculação institucional, contexto geográfico, o recorte temporal no universo de publicações da revista e, por fim, o número de textos que constituem a amostra da pesquisa.

Quadro 1 – Sistematização dos periódicos

Periódico	Vinculação institucional	Contexto geográfico	Recorte do período de circulação	Nº de textos selecionados
Revista ORBIS	CIDG - UCL ¹⁴	Bélgica, Lovaina	1952-1960	22
Revista Brasileira de Filologia	Livraria Acadêmica	Brasil, Rio de Janeiro	1955-1961	16
Revista Letras	FFCL-UFPR ¹⁵	Brasil, Paraná	1953-1983	20

¹⁴ Centro Internacional de Dialetologia Geral - Universidade Católica de Lovaina.

¹⁵ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Universidade Federal do Paraná.

Revista Organon	FFCL-UFRGS ¹⁶	Brasil, Rio Grande do Sul	1956-1986	3
Revista ALFA	FFCL-UNESP ¹⁷	Brasil, São Paulo	1962-1985	14
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	IEB-USP ¹⁸	Brasil, São Paulo	1966-1986	6
Revista Brasileira de Linguística	SBPL ¹⁹	Brasil, São Paulo	1974-1977	6
Total				87

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, no Quadro 2, apresenta-se o mapeamento da base documental no que se refere a esses periódicos, estruturado em título, autor, fonte de origem, identificação (tomo, volume, número e ano) e classificação textual:

Quadro 2 – Subsistemização dos periódicos e dos textos adotados como fontes

n.	Título	Autor	Fonte	Identificação	Classificação
1	Estudos dialetológicos no Brasil	Antenor Nascentes	ORBIS	t1. 01n.1952	Artigo
2	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t1. 01n.1952	Relatório
3	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t1. 02n.1952	Relatório
4	O português no Novo Mundo	Serafim da Silva Neto	ORBIS	t2. 01n.1953	Artigo
5	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t2. 01n.1953	Relatório
6	Estudos dialetológicos no Brasil	Antenor Nascentes	ORBIS	t2. 02n.1953	Artigo
7	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t3. 01n.1954	Relatório
8	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t3. 02n.1954	Relatório
9	Na Casa de Rui Barbosa, do Rio de Janeiro	Jefferson Marotta	ORBIS	t3. 02n.1954	Relatório
10	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t4. 01n.1955	Relatório
11	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t5. 01n.1956	Relatório

¹⁶ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁷ Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista.

¹⁸ Instituto de Estudos Brasileiros - Universidade de São Paulo.

¹⁹ Sociedade Brasileira de Professores de Linguística.

12	Introdução ao estudo da língua portuguesa (1950) (Serafim da Silva Neto)	Edison Nobre de Lacerda	ORBIS	t5. 02n.1956	Resenha
13	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t5. 02n.1956	Relatório
14	Reuniões científicas: III Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros, Lisboa 9 a 15 de setembro de 1957	Não identificado	ORBIS	t6. 01n.1957	Notícia
15	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t6. 02n.1957	Relatório
16	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t7. 01n.1958	Relatório
17	Congresso científico internacional: IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Bahia, Agosto de 1959)	Não identificado	ORBIS	t8. 01n.1959	Notícia
18	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t8. 01n.1959	Relatório
19	Retratos: Augusto Magne	Ion G. Dimitriu	ORBIS	t8. 02n.1959	Biografia
20	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t8. 02n.1959	Relatório
21	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t9. 01n.1960	Relatório
22	Crônica do Centro Internacional de Dialectologia Geral	Sever Pop	ORBIS	t9. 02n.1960	Relatório
23	À guisa de prólogo	Serafim da Silva Neto	Revista Brasileira de Filologia	v1.t1.1955	Apresentação editorial
24	Notícias e comentários	Serafim da Silva Neto / Sever Pop	Revista Brasileira de Filologia	v1.t1.1955	Notícia
25	Enseignements sur les méthodes d'enquetes linguistiques	Sever Pop	Revista Brasileira de Filologia	v1.t1.1955	Relatório
26	Universidade do Rio Grande do Sul	Serafim da Silva Neto	Revista Brasileira de Filologia	v1.t1.1955	Relatório
27	Introducción al Estudio del Español de Chile	Jefferson Marotta	Revista Brasileira de Filologia	v1.t2.1955	Resenha
28	Universidade da Bahia	Não identificado	Revista Brasileira de Filologia	v1.t2.1955	Relatório
29	Notas sobre o balouço	Serafim da Silva Neto	Revista Brasileira de Filologia	v2.t1.1956	Artigo
30	Português gangorra	Johannes Hubschmid	Revista Brasileira de Filologia	v3.t1.1957	Artigo

31	Quatro brasileirismos	Antenor Nascentes	Revista Brasileira de Filologia	v3.t1.1957	Artigo
32	Algumas Notas sobre a Pesca e o Pescador num trecho do Litoral Sul brasileiro	Heinrich Bunse	Revista Brasileira de Filologia	v4.t1-2.1958	Artigo
33	Estado de los Trabajos de Geografía Lingüística en los Países Románicos	Zdenek Hampejs	Revista Brasileira de Filologia	v4.t1-2.1958	Artigo
34	I Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialectologia	Não identificado	Revista Brasileira de Filologia	v4.t1-2.1958	Notícia
35	In memoriam	Sílvia Elia	Revista Brasileira de Filologia	v5.t1-2.1959-1960	Obituário
36	A língua portuguesa no Brasil	Antenor Nascentes	Revista Brasileira de Filologia	v6.t1.1961	Resenha
37	Introdução à Linguística românica	Antenor Nascentes	Revista Brasileira de Filologia	v6.t1.1961	Resenha
38	Os novos atlas linguísticos da România	Antenor Nascentes	Revista Brasileira de Filologia	v6.t1.1961	Resenha
39	Um inquérito linguístico por dentro	Oswaldo Pinheiro dos Reis	Letras	v1.1953	Artigo
40	Atividades do centro de estudos linguísticos do Paraná	Vários	Letras	v2.1954	Relatório
41	Notas de bibliografia e de crítica	Vários	Letras	v2.1954	Resenha
42	O tratamento de você no Brasil	Antenor Nascentes	Letras	v5/6.1956	Artigo
43	Contribuição para um Inquérito Linguístico no Litoral do Paraná	Serafina Borges do Amaral	Letras	v5/6.1956	Artigo
44	Notas de bibliografia e de crítica	Vários autores	Letras	v5/6.1956	Resenha
45	Notas de bibliografia e de crítica	Vários autores	Letras	v9.1958	Resenha
46	Notícias	Vários autores	Letras	v9.1958	Notícia
47	Notas de bibliografia e de crítica	Vários autores	Letras	v10.1959	Resenha
48	Notícias	Vários autores	Letras	v11.1960	Notícia
49	Três aspectos da obra de Antenor Nascentes	Zdenek Hampejs	Letras	v12.1961	Artigo
50	Notas de bibliografia e de crítica	Vários autores	Letras	v12.1961	Resenha
51	Notícias	Vários autores	Letras	v12.1961	Notícia

52	Os estudos de português no Brasil	Joaquim Mattoso Câmara Jr.	Letras	v17.1969	Artigo
53	Algumas particularidades Linguísticas de Laranjeiras do Sul, Paraná	Therezinha M. M. Andreeta	Letras	v17.1969	Artigo
54	Notas de bibliografia e de crítica	Vários autores	Letras	v17.1969	Resenha
55	Notas de bibliografia e de crítica	Vários autores	Letras	v18.1970	Resenha
56	Aragon y su atlas linguistico y etnografico	Julio Alvar	Letras	v21/22.1974	Artigo
57	Resenhas	Vários autores	Letras	v24.1975	Resenha
58	Resenhas	Vários autores	Letras	v32.1983	Resenha
59	A renovação da filologia românica	Serafim da Silva Neto	Organon	v1.n1.1956	Artigo
60	Apresentação do Prof. Serafim Silva Neto	Albino de Bem Veiga	Organon	v1.n1.1956	Artigo
61	Os primeiros glossários sobre o linguajar gaúcho	Henrich A. W. Bunse	Organon	15v.15n.1986	Artigo
62	A língua portuguesa no Brasil	Ataliba de Castilho	ALFA	v1.1962	Artigo
63	Estudos lingüísticos no Brasil	Ataliba de Castilho	ALFA	v1.1962	Artigo
64	A propósito do atlas linguístico da Península Ibérica	Ataliba de Castilho	ALFA	v3.1963	Artigo
65	Língua e cultura	Kurt Baldinger	ALFA	v9.1966	Artigo
66	Linguística Histórica	Theodoro Henrique Maurer Jr.	ALFA	v11.1967	Artigo
67	A Dialectologia	Nelson Rossi	ALFA	v11.1967	Artigo
68	Noticiário	Vários	ALFA	v15.1969	Notícia
69	Rumos da Dialectologia portuguesa	Ataliba de Castilho	ALFA	v18/19.1973	Artigo
70	Contribuição para uma onomasiologia do português do Brasil	Ermínio Rodrigues	ALFA	v18/19.1973	Artigo
71	Amostra de um inquérito lingüístico prévio para o estado de São Paulo	Pedro Caruso	ALFA	v26.1982	Artigo
72	Enquête phonologique et variétés régionales du français	Rafael Eugenio Hoyos-Andrade	ALFA	v26.1982	Resenha
73	Em torno do vocábulo mandioca: subsídios para o estudo de um campo conceitual	Maria Angélica Nogueira Pimentel Fonseca	ALFA	v27.1983	Artigo
74	A iotização do /-lh-/ segundo o atlas prévio dos falares baianos	Pedro Caruso	ALFA	v27.1983	Artigo

75	Atlas linguístico da Paraíba	Pedro Caruso	ALFA	v29.1985	Resenha
76	Linguística - Notas sobre o Português Falado no Brasil	Erasmus d'Almeira Magalhães	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	n. 4. 1968	Artigo
77	Cunha, Celso - Língua Portuguesa e Realidade Brasileira	José Carlos Garbuglio	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	n. 7. 1969	Resenha
78	O Nacionalismo Linguístico no Brasil Pós-Colonial: um Estudo Comparativo	David T. Haberly	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	n. 14. 1973	Artigo
79	Panorama: a definição da língua do Brasil	Edith Pimentel Pinto	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	n.22 (1980)	Artigo
80	A realidade Linguística brasileira: o mito da unidade e sua manipulação	Nelson Rossi	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	n.22 (1980)	Artigo
81	Língua e realidade social	Antônio Houaiss	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	n.22 (1980)	Artigo
82	Informações	Sem identificação	Revista Brasileira de Linguística	01n.1974	Relatório
83	Informações	Sem identificação	Revista Brasileira de Linguística	02n.1975	Relatório
84	Teses	Sem identificação	Revista Brasileira de Linguística	v3.01n.1976	Relatório
85	Informações	Sem identificação	Revista Brasileira de Linguística	v3.02n.1976	Relatório
86	Pesquisa preliminar sobre a linguagem das favelas	Monica Rector	Revista Brasileira de Linguística	v4.01n.1977	Artigo
87	Preocupações em torno da língua	Monica Rector	Revista Brasileira de Linguística	v4.01n.1977	Resenhas

Fonte: Elaboração própria.

Ademais, textos jornalísticos foram reconhecidos como veículos de informação polifônicos com longo alcance e ricos em dados contextuais. Para esse tipo de fonte, recorreu-se à plataforma Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, haja vista o reconhecimento popular de espaço privilegiado para a localização de fontes históricas. Nela, proporciona-se ampla consulta a cerca de 8.149

publicações digitalizadas dos séculos XIX e XX via internet através de mecanismos de busca simples e avançados por título, período, edição, local de publicação e palavras-chave.

Norteando-se pela pesquisa por palavras-chave no banco de dados da Hemeroteca e respeitando a periodização delimitada para a pesquisa, foram filtrados 193 arquivos em 28 veículos de ampla circulação no Brasil. Nas pesquisas, foram privilegiadas as instâncias informativas que contivessem o maior número de ocorrências de palavras-chave pelo sistema de buscas do portal, abarcando uma multiplicidade de conteúdos que comprovassem não só a realização dos eventos identificados nas publicações sobre a Casa de Rui Barbosa, mas também a evidência do que se difundia, na época, sobre a Dialetologia e a Geografia Linguística.

A relação de jornais, contextos geográficos, recortes temporais e número de textos identificados em cada suporte informacional selecionado se encontra no Quadro 3.

Quadro 3 – Sistematização dos jornais

Jornal	Contexto geográfico	Recorte temporal	Nº de textos identificados
Jornal do Commercio	Amazonas	1952-1970	3
Correio Braziliense	Distrito Federal (Rio de Janeiro)	1967-1986	6
Diário de Pernambuco	Pernambuco	1953-1978	8
Última hora	Rio de Janeiro	1961	1
Tribuna da Imprensa	Rio de Janeiro	1952-1966	9
Revista Brasileira de Folclore	Rio de Janeiro	1973	1
Novos Rumos	Rio de Janeiro	1959	1
Correio da Manhã	Rio de Janeiro	1952-1972	25
Boletim de Ariel	Rio de Janeiro	1975-1976	2
Boletim ABI	Rio de Janeiro	1986	1
A Noite	Rio de Janeiro	1953-1954	3
O Jornal	Rio de Janeiro	1952-1969	6
O Fluminense	Rio de Janeiro	1966-1982	5
Manchete	Rio de Janeiro	1979	1
Jornal dos Sports	Rio de Janeiro	1967-1985	6

Jornal do Commercio	Rio de Janeiro	1952-1984	20
Jornal do Brasil	Rio de Janeiro	1954-1979	25
Diário de Notícias	Rio de Janeiro	1953-1975	22
Diário Carioca	Rio de Janeiro	1950-1958	11
Boletim do Conselho Federal de Cultura	Rio de Janeiro	1974-1977	5
Jornal de Letras	Rio de Janeiro	1953-1988	8
Ciência e cultura	São Paulo	1981	4
Correio Paulistano	São Paulo	1953	1
Revista Brasiliense	São Paulo	1961	1
Suplemento literário	São Paulo	1956-1978	3
A Tribuna	São Paulo	1968-1970	2
O Estado de Florianópolis	Santa Catarina	1955-1962	11
O Dia	Paraná	1952	1
Total			193

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados desse mapeamento são pormenorizados no Quadro 4. Destaca-se uma preocupação quanto ao registro do título, autoria (em circunstâncias de identificação), determinação do veículo de informação, código identificador segundo a catalogação da Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, e gênero textual.

Quadro 4 – Subsistematização dos textos jornalísticos

n.	Título	Autor	Fonte	Identificação	Classificação
1	Do caderno de um estudioso de línguas: notas rumenas	Newton S. Guimarães	Jornal do Commercio	1970/Edição 20392	Resenha
2	Casa de Rui Barbosa	Não identificado	Jornal do Commercio	1952/Edição 00197	Notícia
3	Casa de Rui Barbosa	Não identificado	Jornal do Commercio	1952/Edição 00011	Notícia
4	Embaixada portuguesa oferece bolsas de estudo para cursos superiores	Não identificado	Correio Braziliense	1967/Edição 02081	Notícia
5	Língua e realidade nacional	Sílvio Elia	Correio Braziliense	1968/Edição 02552	Artigo

6	Bolsista	Não identificado	Correio Braziliense	1969/Edição 02800	Notícia
7	Bôlsas-de-estudo para Portugal	Não identificado	Correio Braziliense	1971/Edição 03578	Notícia
8	Serfadim e a Hakitia, fenômeno linguístico	Não identificado	Correio Braziliense	1986/Edição 08598	Resenha
9	Hakitia	Não identificado	Correio Braziliense	1986/Edição 08610	Notícia
10	Conferências do Professor Paul Teyssier no Recife	Não identificado	Diário de Pernambuco	1953/Edição 00213	Notícia
11	Os estudantes franceses têm muito o que aprender no Brasil	Não identificado	Diário de Pernambuco	1953/Edição 00217	Notícia
12	Simpósio de Linguística debateu a evolução da ciência comunicativa	Não identificado	Diário de Pernambuco	1966/Edição 00021	Notícia
13	O Maranhão ensina	Não identificado	Diário de Pernambuco	1967/Edição 00103	Artigo
14	O diário na sociedade	Fernando Barreto	Diário de Pernambuco	1967/Edição 00252	Notícia
15	Diretor da FAFIPE presidirá II Congresso de Linguística	Não identificado	Diário de Pernambuco	1968/Edição 00053	Notícia
16	Elaboração de Mapa Linguístico de Pernambuco aprovada no Seminário	Não identificado	Diário de Pernambuco	1968/Edição 00174	Artigo
17	Manuel Maria dirige departamento	Não identificado	Diário de Pernambuco	1974/Edição 00237	Notícia
18	O Português no Brasil	Não identificado	Diário de Pernambuco	1978/Edição 00295	Notícia
19	Plantãozinho	Não identificado	Última hora	1956/Edição 01532	Notícia
20	Posse das Comissões de Direito de Filologia no Centro de Pesquisas da Casa Ruy Barbosa	Não identificado	Tribuna da Imprensa	1952/Edição 00855	Notícia
21	Professor francês na Casa de Ruy Barbosa	Não identificado	Tribuna da Imprensa	1953/Edição 01114	Notícia
22	Cinderela brasileira num palácio português	Não identificado	Tribuna da Imprensa	1955/Edição 01783	Notícia
23	Dois livros	Hélcio Martins	Tribuna da Imprensa	1956/Edição 01934	Resenha
24	Na Bahia, um laboratório de fonética experimental	Não identificado	Tribuna da Imprensa	1955/Edição 01690	Notícia
25	Laboratório de fonética	Não identificado	Tribuna da Imprensa	1956/Edição 02120	Notícia
26	Língua do sertão vai ser pesquisada	Não identificado	Tribuna da Imprensa	1958/Edição 02439	Notícia

27	Catedrático da Bahia fala de fonética	Não identificado	Tribuna da Imprensa	1958/Edição 02442	Notícia
28	80 bolsas de estudo	Não identificado	Tribuna da Imprensa	1966/Edição 04911	Notícia
29	Ion Aurelio Candrea	Sabina Ispas	Revista Brasileira de Folclore	1973/Edição 00036	Resumo biográfico
30	Morreu um grande cientista brasileiro	Zdenek Hampejs	Novos Rumos	1960/Edição 00086	Nota de falecimento
31	Fonética popular e vocabulário	Manuel Diégues Jr.	Diário de Notícias	1953/Edição 09510	Artigo
32	Reunião de antropologia	Manuel Diégues Jr.	Diário de Notícias	1953/Edição 09515	Artigo
33	Estudos sobre o Atlas Linguístico do Brasil	Não identificado	Diário de Notícias	1954/Edição 09756	Notícia
34	Filosofia: conferência	Não identificado	Diário de Notícias	1957/Edição 10555	Notícia
35	Língua e unidade	Manuel Diégues Jr.	Diário de Notícias	1958/Edição 10957	Artigo
36	Congresso de Dialectologia e Etnografia	Raul Lima	Diário de Notícias	1958/Edição 10969	Notícia
37	Dialetologia e Etnografia	Manuel Diégues Jr.	Diário de Notícias	1958/Edição 10975	Artigo
38	Dialetologia e Etnografia	Manuel Diégues Jr.	Diário de Notícias	1958/Edição 10981	Artigo
39	Associações culturais e científicas: Academia brasileira de filologia	Não identificado	Diário de Notícias	1958/Edição 10991	Notícia
40	Congresso em Pôrto Alegre	Manuel Diégues Jr.	Diário de Notícias	1958/Edição 10999	Notícia
41	Folclore e literatura regional	Manuel Diégues Jr.	Diário de Notícias	1958/Edição 11016	Artigo
42	Folclore e história	Manuel Diégues Jr.	Diário de Notícias	1959/Edição 11098	Artigo
43	Inquéritos linguísticos	Sílvia Elia	Diário de Notícias	1964/Edição 19656	Artigo
44	PR-7 vai editar atlas linguístico	Não identificado	Diário de Notícias	1970/Edição 14760	Notícia
45	Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: Posse das comissões de Direito e Filologia	Não identificado	Correio da Manhã	1952/Edição 18270	Notícia
46	Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1952/Edição 18105	Notícia
47	Para a realização de altos estudos de direito de filologia	Não identificado	Correio da Manhã	1952/Edição 18151	Notícia

48	Centro de pesquisas da Casa de Ruy Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1952/Edição 18211	Notícia
49	Centro de pesquisas da Casa de Rui Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1952/Edição 18267	Notícia
50	Centro de pesquisas da Casa de Rui Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1952/Edição 18270	Notícia
51	O Prof. Paul Teyssier na Casa de Ruy Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1953/Edição 18538	Notícia
52	Curso de dialectologia na Casa de Rui Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1954/Edição 18834	Notícia
53	Exposição internacional de dialectologia na Casa de Rui Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1954/Edição 18853	Notícia
54	Visita do Ministro da Educação à Casa de Ruy Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1955/Edição 18968	Notícia
55	Noticiário: a pesquisa filológica na Casa de Rui Barbosa	Não identificado	Correio da Manhã	1955/Edição 18992	Notícia
56	Laboratório de fonética	Não identificado	Correio da Manhã	1956/Edição 19554	Notícia
57	O que foi o I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro	Não identificado	Correio da Manhã	1956/Edição 19478	Notícia
58	Encerramento do Colóquio dos estudos luso-brasileiros	Não identificado	Correio da Manhã	1957/Edição 19779	Notícia
59	Programa de ação do primeiro laboratório fonético do Brasil	Não identificado	Correio da Manhã	1958/Edição 19880	Notícia
60	I Congresso de Dialectologia e Etnografia	Não identificado	Correio da Manhã	1958/Edição 20039	Notícia
61	I Congresso Brasileiro de Dialectologia	Não identificado	Correio da Manhã	1958/Edição 20050	Notícia
62	Congresso Sul decidirá se se diz apoia ou apóia	Não identificado	Correio da Manhã	1958/Edição 20070	Notícia
63	Designação oficial de professor	Não identificado	Correio da Manhã	1958/Edição 20072	Notícia
64	Congresso de dialetos	Não identificado	Correio da Manhã	1960/Edição 20545	Notícia
65	Dialectologia	Não identificado	Correio da Manhã	1964/Edição 21916	Notícia
66	Dialetologia gaúcha	Augusto Meyer	Correio da Manhã	1966/Edição 22472	Artigo
67	Língua e literatura em debate	Augusto Meyer	Correio da Manhã	1970/Edição 23675	Artigo
68	Conquista de mercados	Não identificado	Correio da Manhã	1972/Edição 24242	Artigo

69	Antenor Nascentes morre aos 86 anos e será sepultado no Caju	Não identificado	Correio da Manhã	1972/Edição 24358	Nota de falecimento
70	Ao acaso das leituras	Frederico dos Reys Coutinho	Boletim de Ariel	1975/Edição 00011	Artigo
71	Clovis Monteiro e a Filologia Portuguesa	Jairo Dias de Carvalho	Boletim de Ariel	1976/Edição 00014	Artigo
72	O centenário de Antenor Nascentes	Fernando Segismundo	Boletim ABI	1986/Edição 00007-08	Artigo
73	Conferência do Professor Paul Teyssier	Não identificado	A Noite	1953/Edição 14495	Notícia
74	Inauguração na Casa de Rui Barbosa da Exposição Internacional de Dialectologia	Não identificado	A Noite	1954/Edição 14809	Notícia
75	Curso de Dialectologia na Casa de Rui Barbosa	Não identificado	A Noite	1954/Edição 14789	Notícia
76	Justo o financiamento: oportuno e acertado	Não identificado	O Jornal	1952/Edição 09780	Notícia
77	Novo centro de Cultura	Não identificado	O Jornal	1952/Edição 09781	Notícia
78	Rio Grande do Sul	Não identificado	O Jornal	1958/Edição 11654	Notícia
79	Obras avulsas	Não identificado	O Jornal	1960/Edição 12332	Artigo
80	Tradutor de Joyce é doutor em culinária	Não identificado	O Jornal	1967/Edição 14049	Artigo
81	Língua portuguesa, objeto de estudos	Valdemar Cavalcanti	O Jornal	1969/Edição 14507	Artigo
82	O filólogo, o amigo, o mestre	Artur de Almeida Torres	O Fluminense	1966/Edição 22568	Artigo
83	Portugal concederá bolsas de estudo a 120 brasileiros	Não identificado	O Fluminense	1967/Edição 22776	Notícia
84	Professores de vários estados para mestrado	Não identificado	O Fluminense	1972/Edição 21100	Notícia
85	UFF intensifica atividades de pesquisa no Instituto de Letras	Luiz Magalhães	O Fluminense	1979/Edição 02792	Notícia
86	Livreiros querem criar consórcio	Não identificado	O Fluminense	1982/Edição 22423719	Notícia
87	No moderno Anexo da Casa de Rui um dinâmico e diversificado Centro de Cultura	Joel Silveira	Manchete	1979/Edição 1440	Notícia
88	Portugal oferece bolsas	Não identificado	Jornal dos Sports	1967/Edição 11803	Notícia
89	Portugal oferece 120 bolsas a brasileiros	Não identificado	Jornal dos Sports	1968/Edição 12234	Notícia

90	A língua portuguesa na universidade	Jairo Dias de Carvalho	Jornal dos Sports	1979/Edição 15233	Artigo
91	As ciências Linguísticas	Evanildo Bechara	Jornal dos Sports	1984/Edição 16941	Artigo
92	História das Ideias Linguísticas	Evanildo Bechara	Jornal dos Sports	1984/Edição 16997	Artigo
93	Toque de silêncio	Jairo Dias de Carvalho	Jornal dos Sports	1985/Edição 17336	Artigo
94	Casa de Ruy Barbosa	Não identificado	Jornal do Commercio	1954/Edição 00274	Notícia
95	Casa de Ruy Barbosa	Não identificado	Jornal do Commercio	1954/Edição 00279	Notícia
96	Casa de Ruy Barbosa	Não identificado	Jornal do Commercio	1954/Edição 00280	Notícia
97	Dialectologia e Etnografia	Não identificado	Jornal do Commercio	1957/Edição 00173	Artigo
98	Congresso de Dialectologia	Não identificado	Jornal do Commercio	1958/Edição 00151	Notícia
99	Congresso de Dialectologia	Não identificado	Jornal do Commercio	1958/Edição 00151	Notícia
100	Em torno do problema da "língua brasileira"	Antônio Houaiss	Jornal do Commercio	1958/Edição 00154	Artigo
101	Ministério da Educação	Não identificado	Jornal do Commercio	1958/Edição 00271	Notícia
102	O problema da língua portuguesa no Brasil	Eduardo Portella	Jornal do Commercio	1959/Edição 00063	Artigo
103	O horizonte e a linha divisória	Eduardo Portella	Jornal do Commercio	1960/Edição 00030	Artigo
104	Filólogos brasileiros: Serafim da Silva Neto	Zdenek Hampejs	Jornal do Commercio	1961/Edição 00291	Artigo
105	Uma política do idioma	Leodegário A. de Azevedo Filho	Jornal do Commercio	1964/Edição 00077	Artigo
106	Antenor Nascentes e a gramática	Leodegário A. de Azevedo Filho	Jornal do Commercio	1965/Edição 00009	Artigo
107	O Simpósio de Montevideu	Leodegário A. de Azevedo Filho	Jornal do Commercio	1966/Edição 00113	Relatório
108	O Congresso de Linguística e Filologia	Leodegário A. de Azevedo Filho	Jornal do Commercio	1966/Edição 00132	Relatório
109	Bolsas de estudo	Não identificado	Jornal do Commercio	1966/Edição 00140	Notícia
110	Dialectologia Íbero-Americana	Leodegário A. de Azevedo Filho	Jornal do Commercio	1966/Edição 00147	Relatório
111	Bolsas de estudo	Não identificado	Jornal do Commercio	1967/Edição 00136	Notícia

112	Casa de Rui torna-se um centro humanístico	Não identificado	Jornal do Commercio	1978/Edição 00033	Artigo
113	A linguagem tecnocrônica	JB Serra e Gurgel	Jornal do Commercio	1984/Edição 00172	Artigo
114	Conferências	Não identificado	Jornal do Brasil	1953/Edição 00203	Notícia
115	Inauguração ontem na Casa de Ruy Barbosa, da Exposição Internacional de Dialectologia	Não identificado	Jornal do Brasil	1954/Edição 00211	Notícia
116	Instituição de alta cultura	Não identificado	Jornal do Brasil	1955/Edição 00048	Notícia
117	Bibliografia do linguajar brasileiro	Maciel Pinheiro	Jornal do Brasil	1957/Edição 00215	Bibliografia
118	Bibliografia do linguajar brasileiro	Maciel Pinheiro	Jornal do Brasil	1957/Edição 00239	Bibliografia
119	Professor de fonética que pronuncia mal o inglês estuda falares baianos	Não identificado	Jornal do Brasil	1958/Edição 00014	Notícia
120	Congresso de Dialectologia	Não identificado	Jornal do Brasil	1958/Edição 00163	Notícia
121	Notas diversas	Não identificado	Jornal do Brasil	1958/Edição 00190	Notícia
122	Notas diversas	Não identificado	Jornal do Brasil	1958/Edição 00202	Notícia
123	Apresentação do problema: o dialeto brasileiro	Antônio Houaiss	Jornal do Brasil	1965/Edição 00187	Artigo
124	Bolsas de estudo	Não identificado	Jornal do Brasil	1966/Edição 00086	Notícia
125	A terceira integração	Tristão de Athayde	Jornal do Brasil	1966/Edição 00086	Artigo
126	Portugal tem 120 bolsas para brasileiros	Não identificado	Jornal do Brasil	1968/Edição 00048	Notícia
127	O português na realidade brasileira	Bráulio do Nascimento	Jornal do Brasil	1968/Edição 00057	Artigo
128	Bolsas-de-estudo em Portugal	Não identificado	Jornal do Brasil	1969/Edição 00027	Notícia
129	Palestra sobre gramática abre amanhã o II Congresso Brasileiro de Literatura	Não identificado	Jornal do Brasil	1970/Edição 00077	Notícia
130	Reforma ortográfica unifica língua portuguesa	Não identificado	Jornal do Brasil	1971/Edição 00003	Artigo
131	Projeto levanta o que já morreu ou está vivo na linguagem culta do país	Não identificado	Jornal do Brasil	1974/Edição 00257	Notícia

132	A busca da linguagem urbana no continente	Oldemar Victor	Jornal do Brasil	1975/Edição 00007	Artigo
133	Linguística "versus" Filologia?	Adriano Gama Kury	Jornal do Brasil	1976/Edição 00275	Resenha
134	Crise no ensino do idioma tem estudo quase pronto e com medidas a curto prazo	Não identificado	Jornal do Brasil	1976/Edição 00349	Artigo
135	A propósito de um atlas linguístico: linguagem do povo e endeusamento popular	Evanildo Bechara	Jornal do Brasil	1978/Edição 00203	Resenha
136	Exposição mostra o acervo da Casa de Rui	Maria Eduarda Alves de Sousa	Jornal do Brasil	1978/Edição 00229	Artigo
137	A prioridade é para a cultura do RJ, mas sem provincianismo	Não identificado	Jornal do Brasil	1979/Edição 00006	Artigo
138	Informa JB: Lance-livre	Não identificado	Jornal do Brasil	1979/Edição 00037	Notícia
139	Conversa com Manuel Diégues Jr.	Eneida de Moraes	Diário de Notícias	1960/Edição 11622	Entrevista
140	Dois livros de Sousa da Silveira	Zdenek Hampejs	Diário de Notícias	1961/Edição 11809	Resenha
141	Um inovador da Filologia Brasileira	Zdenek Hampejs	Diário de Notícias	1961/Edição 11839	Artigo
142	Vocabulário - Recife-Rio	Walter Medeiros	Diário de Notícias	1964/Edição 12668	Artigo
143	Termos de alimentação em Recife	Walter Medeiros	Diário de Notícias	1964/Edição 12674	Artigo
144	A língua portuguesa no ensino superior	Jairo Dias de Carvalho	Diário de Notícias	1964/Edição 12703	Artigo
145	Bôlsas de Linguística e literatura na Colômbia	Não identificado	Diário de Notícias	1964/Edição 12899	Notícia
146	Distribuição de prêmios	Não identificado	Diário de Notícias	1965/Edição 12959	Notícia
147	Centro de Pesquisas na Casa de Rui	Não identificado	Diário Carioca	1952/Edição 02275	Notícia
148	A glória de Rui	Não identificado	Diário Carioca	1952/Edição 07288	Notícia
149	Centro de Pesquisas da Casa de Ruy Barbosa	Não identificado	Diário Carioca	1952/Edição 07448	Notícia
150	Cursos	Não identificado	Diário Carioca	1954/Edição 08010	Notícia
151	Curso de Dialectologia	Não identificado	Diário Carioca	1954/Edição A08019	Notícia
152	Exposição Internacional de Dialectologia	Não identificado	Diário Carioca	1954/Edição 08025	Notícia

153	O que vai pelos estados: Florianópolis	Não identificado	Diário Carioca	1955/Edição 08368	Notícia
154	Ainda a “inteligência do folclore”	Antônio Houaiss	Diário Carioca	1957/Edição 09021	Artigo
155	Sobre nomenclatura gramatical	Antônio Houaiss	Diário Carioca	1958/Edição 09073	Artigo
156	Pesquisa fonética: língua dos baianos	Não identificado	Diário Carioca	1958/Edição 09049	Notícia
157	70% de respostas à pesquisa dialetoal	Não identificado	Diário Carioca	1958/Edição 09055	Notícia
158	Processo n. CFC-107/74 - Professor Nelson Rossi - Publicação do Atlas Linguístico de Sergipe	Raymundo Faoro	Boletim do Conselho Federal de Cultura	1974/Edição 00014	Parecer
159	Processo n. CFC-107/74 - Professor Nelson Rossi - Publicação de um Atlas Linguístico de Sergipe	Irmão José Otão	Boletim do Conselho Federal de Cultura	1974/Edição 00014	Parecer
160	Processo n. CFC-299/74 - Universidade Federal da Bahia - Auxílio para editar o Atlas Linguístico de Sergipe	Irmão José Otão	Boletim do Conselho Federal de Cultura	1974/Edição 00016	Parecer
161	Processo n. CFC-299/74 - Universidade Federal da Bahia - Auxílio para a edição do Atlas Linguístico de Sergipe	Irmão José Otão	Boletim do Conselho Federal de Cultura	1975/Edição 00017	Parecer
162	Problemas atuais da língua portuguesa	Não identificado	Boletim do Conselho Federal de Cultura	1977/Edição 00029	Ata de reunião
163	Montpelier e o Brasil	Não identificado	Jornal de Letras	1953/Edição 00051	Entrevista
164	O Atlas Linguístico de Minas Gerais	Não identificado	Jornal de Letras	1977\Edição 00312	Artigo
165	O Atlas Linguístico de Minas Gerais	Não identificado	Jornal de Letras	1977\Edição 00315	Artigo
166	Atlas Linguístico	Não identificado	Jornal de Letras	1978\Edição 00330	Artigo
167	Importância dos atlas linguísticos	Não identificado	Jornal de Letras	1979\Edição 00334	Artigo
168	Realizações e projetos da FCRB no campo da filologia	Não identificado	Jornal de Letras	1979\Edição 00342	Artigo
169	Antenor Nascentes e a dialectologia brasileira	Cilene da Cunha Pereira	Jornal de Letras	1986\Edição 00421	Artigo
170	Mais um atlas linguístico	Não identificado	Jornal de Letras	1988\Edição	Artigo

				00434	
171	Política (hoje) do Projeto NURC	Nadja Andrade e Vera Rollemberg	Ciência e Cultura	1981/Edição 00006	Artigo
172	Cadastramento do corpus NURC/SSA	Suzana Marcelino Cardoso, Ary do Nascimento e Nelson Rossi	Ciência e Cultura	1981/Edição 00006	Artigo
173	Léxico urbano e faixa etária	Carlota da Silveira Ferreira e Jacyra Andrade Mota	Ciência e Cultura	1981/Edição 00006	Artigo
174	Eu, você et alia em três diálogos	Judith Freitas e Maria Del Rosário Albán	Ciência e Cultura	1981/Edição 00006	Artigo
175	Questões de português	Antônio Mauro	Correio Paulistano	1953/Edição 29916	Artigo
176	Antenor Nascentes	Znedek Hampejs	Revista Brasiliense	1961/Edição 00035	Artigo
177	Os estudos folclóricos em São Paulo	Florestan Fernandes	Suplemento literário	1956/Edição 00007	Artigo
178	Uma sugestão de Antonio Houaiss	Affonso Avila	Suplemento literário	1961/Edição 00235	Artigo
179	Os estudos linguísticos na América Latina - II	Sílvio Elia	Suplemento literário	1970/Edição 00655	Artigo
180	Da comunidade lusíada: Portugal dá 120 bôlsas de estudo a brasileiros	Não identificado	A Tribuna	1968/Edição 00063	Notícia
181	Comunidade lusíada: Cento e vinte bôlsas de estudo para brasileiros em Portugal	Não identificado	A Tribuna	1970/Edição 00074	Notícia
182	Cursos de filologia portuguesa e dialectologia brasileira	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12282	Notícia
183	Conferência e curso do professor Serafim da Silva Neto	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12290	Notícia
184	Cursos do professor Serafim da Silva Neto	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12292	Notícia
185	Cursos do professor Serafim da Silva Neto	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12293	Notícia
186	Curso de dialectologia	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12294	Notícia
187	Curso de dialectologia brasileira	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12296	Notícia
188	Uma festa de confraternização	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12299	Notícia
189	Faculdade catarinense de Filosofia	Não identificado	O Estado de	1955/Edição	Notícia

			Florianópolis	12303	
190	Curso do professor Serafim da Silva Neto	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12306	Notícia
191	Curso de dialectologia brasileira	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1955/Edição 12320	Notícia
192	Jornal de filologia	Não identificado	O Estado de Florianópolis	1962/Edição 14472	Notícia
193	Comissões de Filologia e de Direito	Não identificado	O Dia	1952/Edição 09077	Notícia

Fonte: Elaboração própria.

Tratados e manuais em Filologia, Linguística, Dialectologia e Geografia Linguística foram componentes adicionais ao *corpus*, visto que são obras de referência que apresentam o estado uma disciplina científica; destacam pesquisadores, grupos e trabalhos exemplares para uma comunidade, e condensam interesses, tendências, teorias e métodos considerados aceitos e bem-sucedidos. Na condição de documentos que enfeixam, idealmente, os circuitos de produção, transmissão e recepção, enxergou-se nesse tipo de fonte a oportunidade de verificar menções sobre a importância da Casa de Rui Barbosa e/ou de relacionar conhecimentos e práticas em Dialectologia e Geografia Linguística sedimentados nesses materiais ao trabalho empreendido pela Comissão de Filologia.

Assim, obras que estivessem em relação direta com as atividades mapeadas, fornecendo dados para uma caracterização de conhecimentos e práticas no âmbito da Casa de Rui Barbosa também integraram o *corpus*. Isso foi orientado por menções em relatórios de atividades da Casa de Rui Barbosa, pelas reiteraões nos jornais e nas revistas científicas e, sobretudo, pela disponibilidade de material de consulta para a aferição da compatibilidade do conteúdo informado com a proposta historiográfica.

Para este trabalho, foram adotados os seguintes títulos:

1. *La dialectologie: aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques* (Pop, 1950): essa obra possui em seus dois volumes uma compilação e uma revisão crítica de trabalhos em Linguística e Dialectologia com ênfase em domínios românicos e não românicos. Há uma seção destinada ao português e ao cenário brasileiro.
2. *Orientações da Linguística Moderna* (Elia, 1955): manual direcionado a estudantes de Letras com intuito de fornecer informações sobre os traços mais característicos das diferentes escolas linguísticas que descrevem o ambiente intelectual de estudos pós-saussurianos. Há uma seção referente à Geografia Linguística.

3. *Guia para estudos dialetológicos* (Silva Neto, 1957 [1955]): obra que propõe tarefas para a realização de estudos dialetais no Brasil a partir de sondagens preliminares, recolha de vocabulários e elaboração de monografias etnográfico-linguísticas do português no Brasil.
4. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (Nascentes, 1958, 1961a): obra em dois volumes que fornece as diretrizes para a escolha de localidades, informantes e questionário para a construção de um atlas brasileiro sob os princípios da Geografia Linguística.
5. *Laboratório de fonética na Bahia* (Rossi, 1961): registro das conferências pronunciadas por Nelson Rossi em 15 e 17 de janeiro de 1958 no Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa.
6. *Introdução à Linguística Românica* (Iordan, 1962): manual introdutório de Linguística românica traduzido por Júlia Dias Ferreira com abordagem da pré-história da Linguística românica e dos seguintes tópicos: o estatuto da Linguística Românica até 1900; a escola idealista; a Geografia Linguística; a escola linguística francesa e apêndice com exposição crítica de tendências estruturalistas da Linguística Moderna no domínio da Romanística.
7. *As novas tendências da Linguística: uma orientação à Linguística moderna* (Malmberg, 1971 [1967], tradução de Francisco da Silva Borba): obra de referência sobre as tendências de estudo da Linguística em exposição crítica, com capítulos dedicados à Linguística Histórica e Comparada; Ferdinand de Saussure e a Escola de Genebra; Dialetoлогия e Geografia Linguística; Neurolinguística; as Escola fonológica de Praga; a Fonética Experimental; a Semântica; a Glossemática; a Linguística Americana Moderna; métodos estatísticos e matemáticas na Linguística e as contribuições da Psicologia e da Filosofia ao estudo da língua.
8. *A linguagem da juventude: uma pesquisa geo-sociolinguística* (Rector, 1975): nesse guia, apresentam-se princípios teóricos, métodos dialetológicos e geolinguísticos e um estudo de caso voltado à língua portuguesa e à gíria dos estudantes.
9. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (Ribeiro et al., 1977): primeiro volume de uma pesquisa geográfico-Linguística direta em 116 municípios mineiros, através de conversação dirigida, com o objetivo de examinar o uso regional da fonética, fonologia, lexicologia e morfossintaxe do português.
10. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos* (Pinto, 1978, 1981): compilação de textos teóricos e reflexões sobre o Português do Brasil, escritos por poetas e

romancistas, filólogos, historiadores e figuras representativas da sociedade brasileira em dois volumes: o primeiro destinado ao intervalo de 1820 a 1920 e o segundo de 1920 a 1945.

11. *Questionário básico do trabalho de campo* (Rector, 1983): revisão crítica do questionário do Atlas Linguístico, de Antenor Nascentes.
12. *Atlas linguístico de Sergipe* (Ferreira *et al.*, 1987): projeto geográfico-linguístico coordenado por Nelson Rossi que apresenta uma amostra do português falado no Estado de Sergipe em 156 cartas. O trabalho sucede e complementa o Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) (Rossi, 1963).
13. *A Geografia Linguística no Brasil* (Brandão, 1991): manual introdutório que recupera o surgimento da Geografia Linguística como método de investigação científica. Voltando-se à língua portuguesa, descreve os atlas regionais já publicados e os projetos em andamento da época, além de procedimentos para a construção de um atlas linguístico.
14. *A Dialetoologia no Brasil* (Ferreira; Cardoso, 1994): manual introdutório dedicado a apresentar um conjunto de informações sobre os esforços de estudiosos brasileiros no campo da Dialetoologia e da pesquisa de campo. Conceitos básicos, metodologia do trabalho dialetal, uma breve história dos estudos dialetais no Brasil e interpretações de dados linguísticos constituem elementos centrais do livro.

Demais informações de documentos não encaixados na periodização estabelecida, mas que contivessem dados relevantes para ratificar interpretações foram incorporadas aos textos da tese e também podem ser identificadas nas referências que acompanham o trabalho.

3.4 Retextualização e escrita da narrativa

As fontes foram agrupadas tematicamente para contemplar cada princípio koerneriano e sua constituição particular quanto às necessidades teóricas, metodológicas e epistemológicas do fazer historiográfico-linguístico, cuja ordem será respeitada na estruturação da narrativa que se propõe nesta pesquisa: a contextualização, a imanência e a adequação teórica.

O que norteou esse processo foi o mapeamento interno das fontes articuladas à Casa de Rui Barbosa e os feixes de relações que foram construídos com as fontes articuladas no que tange às informações proporcionadas a respeito de conhecimentos, práticas, agentes etc. O percurso de organização, leitura e interpretação das fontes está materializado em estemas que transparecem o gerenciamento dos textos e o método individual do historiógrafo. Cada estema apresentado nesta tese demonstra como os textos foram agrupados e subordinados uns

aos outros para a produção de uma síntese crítica. Em suma, o estema historiográfico denuncia as lentes e as trajetórias de leitura e interpretação das fontes e reflete como uma atividade é caracterizada a partir de um procedimento de retextualização.

Para o princípio de contextualização, reconheceu-se, diante dos materiais e da possibilidade de descrever o clima de opinião, a importância de caracterizar antecedentes sócio-históricos, linguísticos e glotopolíticos para a construção de uma trajetória do Decreto 30.643/1952; de oferecer um panorama externo dos estudos dialetológicos e da Geografia Linguística; e de situar a maneira como a Casa de Rui Barbosa se integrou à cruzada dialetológica.

Foi planejado, nessa primeira parte, o entendimento de Rui Barbosa como “homem-monumento” cujas ações e pensamento linguístico foram reconhecidos, legitimados e representados em uma instituição; depois, a estrutura, a função e a atuação dessa instituição enquanto lugar de memória e estabelecimento de implantação e difusão de práticas científicas; em seguida, um panorama de elementos sócio-históricos, culturais, linguísticos e glotopolíticos do Brasil no século XX; por último, a integração da Casa de Rui Barbosa à cruzada dialetológica, relacionado o contexto anteriormente mencionado, o cumprimento do Decreto e o perfil dos agentes envolvidos.

No âmbito da imanência, reconhece-se a missão institucional de divulgação da vida e da obra de Rui Barbosa, além de promoção de estudos linguísticos e literários de língua portuguesa e do cultivo do direito no Brasil, situando os principais temas e atividades desenvolvidas pela Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa entre 1952 e 1986. Enfoca-se o mapeamento interno de fontes vinculadas e a relação com fontes não vinculadas à instituição a partir de seis estemas que constituem o núcleo da prática historiográfica desta tese para que se forneça um entendimento amplo de cada intervenção do estabelecimento de pesquisa sobre a pesquisa linguística.

A aplicação da adequação teórica, por último, dependeu do mapeamento e da reconstituição de atividades pertinentes à Dialetologia e a Geografia Linguística brasileira, respeitando-se as etapas anteriores, acompanhada de uma leitura e uma avaliação dos efeitos científicos do trabalho da Comissão de Filologia para a constituição e a institucionalização científica desses campos.

Para tanto, fontes que se articulassem a esses tópicos principais foram filtrados e retextualizados no sentido de uma refacção e de uma reescrita do conteúdo veiculado pelas fontes para a produção de um texto novo e circunstanciado ao sistema de coordenadas da tese. Outrossim, estabeleceu-se que cada organograma gráfico que reflete um esquema de

apreensão do conteúdo informativo e histórico acompanha as retextualizações que foram geradas a partir desses dispositivos.

O resultado do exercício historiográfico, dessa maneira, é produto de um conjunto de fontes mapeadas, agrupadas, interpretadas e retextualizadas no interior de uma constelação estemática. Nas seções a seguir, apresentam-se o desenvolvimento da pesquisa e a discussão dos dados em acordo com as diretrizes teórico-metodológicas supracitadas.

4 O PRINCÍPIO DA CONTEXTUALIZAÇÃO

A aplicação do princípio da contextualização, nesta pesquisa, consiste no levantamento do clima de opinião em que a Casa de Rui Barbosa, na condição de lugar de memória e estabelecimento de organização e implantação de conhecimentos e práticas científicas sobre a linguagem, estava inserida no exercício de suas atividades para uma compreensão histórica e crítica de elementos pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística.

Esse movimento inicial do exercício historiográfico compromete-se com uma abordagem contextualizada do conteúdo daquilo que foi produzido, recepcionado e transmitido, situando-o em um circuito amplo de concepções linguísticas, socioeconômicas, científicas e políticas. Desse modo, pensa-se o tempo para além da linearidade e da unidirecionalidade, agregando à abordagem uma percepção mais sensível que contempla rupturas, continuidades, descontinuidades e simultaneidades.

Nesse sentido, procedeu-se uma incursão sobre quatro aspectos contextuais do objeto observacional: primeiramente, o entendimento de Rui Barbosa como “homem-monumento” cujas ações e pensamento linguístico foram reconhecidos, legitimados e representados em uma instituição; depois, a estrutura, a função e a atuação dessa instituição enquanto lugar de memória e estabelecimento de implantação e difusão de práticas científicas; em seguida, um panorama de elementos sócio-históricos, culturais, linguísticos e glotopolíticos do Brasil no século XX; por último, a integração da Casa de Rui Barbosa à cruzada dialetológica, relacionado o contexto anteriormente mencionado, o cumprimento do Decreto 30.643/1952 e o perfil dos agentes envolvidos.

Com base nesse aparato de leitura que precede a imanência, buscou-se entender e identificar possíveis influências sobre a instituição e, por conseguinte, suas atividades.

4.1 Rui Barbosa: o homem-monumento entre o império decadente e a primeira república brasileira

Integradas a um rito produtor de história e tradição, conforme Pinto (2021), as homenagens são práticas laudatórias que constituem uma ferramenta importante de compensação política para exaltar virtudes e promover a ascensão pessoal de personagens ou fatos do passado estrategicamente escolhidos pelo seu impacto social e potencial inspirativo aos membros de uma coletividade.

Mais do que uma expressão de admiração e respeito, homenagens são peças estruturantes de um campo simbólico — derivado de relações socioeconômicas, históricas e

culturais complexas e, não raro, controversas — e de jogos de poder em que estão situados o “homenageante” e o “homenageado”.

Nessa perspectiva, no âmbito do princípio de contextualização, foi percebida a importância do entendimento mínimo de Rui Barbosa enquanto “homem-monumento” cujas ações e pensamento linguístico foram reconhecidos, legitimados e representados em uma instituição na primeira metade do século XX. Soma-se a isso a compreensão de como um percurso pessoal e profissional é capaz de ser matriz de referência para o cultivo de uma área, influenciando conhecimentos e práticas científicas sobre a linguagem. Tendo em mente essas questões, recorreu-se a Blake (1893), Magalhães (1995, 1999), Carvalho (1913), Nazareth (2019) e Leite e Leite Jr. (2020) como instâncias informativas para uma súmula que contemplasse vida, principais ações e experiências do indivíduo-objeto.

Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador, Bahia, em 1849, e faleceu aos 74 anos em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1923, após ter construído uma significativa trajetória como jornalista, advogado, político, jurista, e diplomata brasileiro.

Era filho primogênito do açoriano João José Barbosa de Oliveira — médico, duas vezes eleito deputado provincial e diretor da Instrução Pública da Bahia — e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira — dona de casa originária da vila portuguesa de Almeida. Seus pais eram primos e atribui-se à família de Rui Barbosa forte engajamento político e participação na Sabinada — um movimento separatista de 1837 frente à corte portuguesa e sua administração local, que contou com o apoio de militares, integrantes da classe média e da classe rica da Bahia.

Em 1854, aos cinco anos de idade, iniciou o estudo primário sob a tutoria de Antônio Gentil Ibirapitanga, professor da Casa Pia dos Órfãos da Bahia, seguidor do método de ensino de leitura e escrita do pedagogo português Antonio Feliciano de Castilho e um dos combatentes das forças lusitanas comandadas pelo General Madeira durante a Sabinada. Mais tarde, em 1861, ingressou no Ginásio Baiano, do pedagogo progressista e médico Dr. Abílio César Borges, onde finalizou os estudos em humanidades no ano de 1865, recebendo meritoriamente medalha de ouro na distribuição de prêmios da conceituada instituição.

Aos dezessete anos, em 1866, foi matriculado na Faculdade de Direito do Recife, momento em que teve contato com associações abolicionistas. Em 1868, pela perda da mãe e por um desempenho acadêmico abaixo da média no segundo ano do curso, é motivado pelo pai a se transferir para a Faculdade de Direito da Província de São Paulo — um espaço acadêmico voltado não só ao estudo científico, mas também à vida política. Os efeitos da

nova realidade institucional sobre a vida de Rui Barbosa se refletiriam em sua estreia na imprensa paulista e seus primeiros discursos políticos e abolicionistas.

No ano de 1870, recebeu o grau de bacharel em direito e inicia-se na advocacia em 1872, na Bahia, ao lado do conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas e Pedro Leão Veloso. Dedicou-se por boa parte dessa década a pronunciamentos sobre liberdade religiosa, divisão entre Igreja e Estado, eleições diretas, abolição de escravos e alistamento militar. Ressalta-se dentre aspectos pessoais significativos a perda do pai em 1874 e seu casamento, em 1876, com Maria Augusta Viana Bandeira (1855-1948) — filha de Alfredo Ferreira Bandeira e Maria Luísa Viana, moça oriunda de uma família tradicional baiana.

Rui Barbosa é eleito Deputado para a Assembleia Legislativa da Província da Bahia em 1878 sob o apadrinhamento político de Manuel Dantas e, mais tarde, em 1879, torna-se deputado à Assembleia Geral Legislativa da Corte como figura de destaque do Partido Liberal. Nessa esfera, durante a década de 1880, insistiu na reformulação do processo eleitoral com a formulação de um projeto de eleição direta, conhecido como Lei Saraiva; foi nomeado membro do conselho Superior de Instrução Pública, emitindo um parecer sobre o Ensino Secundário e Superior, orientado à necessidade de compromisso do Estado para com o ensino público a partir da oferta de uma educação acessível, obrigatória e intelectualmente formativa ao indivíduo; elaborou projeto e parecer referentes à educação primária; recebeu o título de conselheiro do Império por Dom Pedro II; investe na campanha abolicionista, redigiu projeto de lei sobre a emancipação de escravizados e persistiu nessa causa social até a assinatura da Lei Áurea, em 1888.

Em 1889, as pautas abolicionistas se somam à insatisfação com a política monárquica. O movimento republicano no Brasil alcança seu ápice com a necessidade de modernização do país reclamada tanto por civis quanto por militares. Nesse cenário, Rui Barbosa redige e publica uma série de artigos defendendo uma estrutura federalista para o Brasil. Pouco depois, é proclamada então a República em 15 de novembro pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, que estabelece um Governo Provisório e assume o posto de primeiro presidente do país.

Durante essa fase de rearranjo do poder, entre 1889 e 1891, há a transformação das províncias do antigo Império em Estados federados, envolvendo chefes políticos que regulavam as unidades políticas, apoiavam um governo central e controlavam o Poder Legislativo. Nessas circunstâncias, Rui Barbosa participa da transição como Ministro da Fazenda e ocupa temporariamente os postos de Ministro da Justiça e de Vice-Chefe do

Governo Provisório. Além disso, torna-se Senador da Bahia e defende e promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

De 1891 a 1894, com a crise governamental de Deodoro da Fonseca diante dos conflitos entre civis e militares, surge o problema da sucessão presidencial quando a autoridade política renuncia ao cargo em 1891 e seu vice-presidente, Floriano Peixoto, assume o posto, rompendo politicamente com o aliado. À vista disso, Rui Barbosa defende a necessidade constitucional de uma eleição para a escolha do novo presidente. Tal ideia não se concretiza pelo suporte de alas militares e, principalmente, pelo apoio paulista. Em um clima de instabilidade militar e econômica, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul tornam-se palco de revoltas.

Floriano Peixoto decreta estado de sítio, encarcera e exila militares e figuras políticas, que se opunham à sua liderança. Rui Barbosa advoga a favor dos presos políticos, impetrando *habeas corpus* perante o Supremo Tribunal Federal e se manifesta em artigos de jornais contra o regime autoritário em vigência no Brasil — ações que o levariam ao exílio no Chile, na Argentina e, após um longo percurso, na Europa, na Inglaterra. À distância, o político sustenta seus posicionamentos através de correspondências internacionais com o Jornal do Brasil.

O regresso do exílio ocorre em junho de 1895, haja vista a transição de poder que marcaria o fim da República da Espada com a assunção de Prudente José de Moraes Barros, o primeiro presidente civil e o terceiro chefe de Estado e de Governo. A partir desse ano, Rui Barbosa profere discursos a favor da pacificação do Rio Grande do Sul; comparece ao Senado; torna-se redator-chefe do jornal A Imprensa; luta pela anistia aos presos políticos do governo Floriano Peixoto e intervém juridicamente na questão dos acusados de conspiração ao atentado de 5 de novembro de 1897 contra Prudente de Moraes, no trapiche do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Em 1899, durante o governo de Manoel Ferraz de Campos Salles, retoma-se a ideia de elaboração de um Código Civil brasileiro como política estratégica para a oferta de segurança e estabilidade jurídica em questões econômicas e sociais. Epiácio Pessoa, encarregado do Ministério da Justiça, indica o jurista cearense Clóvis Beviláqua à redação do anteprojeto que seria revisado pelo médico e filólogo baiano Ernesto Carneiro Ribeiro. Em 1902, Rui Barbosa é designado presidente da Comissão Especial do Código Civil, no Senado, apresentando parecer voltado às minúcias jurídicas e às questões linguísticas com assumido rigor filológico. Da polêmica gramatical entre o revisor e o parecerista sobre a língua portuguesa na redação do projeto do Código Civil, emerge o reconhecimento de um notório e atualizado saber e de uma perícia de Rui Barbosa nos estudos linguísticos.

Entre 1903 e 1922, há um período de intensas atividades. Nesse panorama, Rui Barbosa tem seu mandato de Senador da Bahia renovado e torna-se candidato à Presidência da República. Para o último posto, no entanto, ele abriria mão da própria nomeação a favor dos políticos cariocas Afonso Augusto Moreira Pena e Nilo Peçanha, que obtêm êxito nas eleições e governam o Brasil entre 1906 e 1910. Até 1909, o engajamento ruiano se manifestaria duas vezes na posição de vice-presidente do Senado (1905, 1908) e na condição de Embaixador Extraordinário, Ministro Plenipotenciário e Delegado do Brasil na Segunda Conferência da Paz, realizada em Haia (1907), nos Países Baixos — evento no qual foi reconhecido nacional e internacionalmente pela tese da igualdade jurídica das nações soberanas. De volta ao Brasil, interveio no início da nova sucessão presidencial, tentando projetar-se mais uma vez como candidato à presidência.

Na condição de membro-fundador da Academia Brasileira de Letras desde 1897, Rui Barbosa torna-se presidente da instituição em 1908, sucedendo o escritor Joaquim Maria Machado de Assis e permanecendo no posto até 1919. Ademais, em 1909, ele inicia uma campanha civilista de candidatura presidencial e empreende excursões eleitorais em São Paulo e, em 1910, Bahia e Minas Gerais. Nessa disputa, o militar e político Hermes Rodrigues da Fonseca é declarado eleito, levando Rui Barbosa a mais uma derrota nos pleitos, embora esse não abdicasse de sistemáticas oposições ao novo governo centralista e ao uso da força militar.

Às vésperas das novas eleições, em 1913, levanta-se a terceira candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República, no entanto, através de um manifesto, ele renuncia à nomeação. Abre-se o caminho para a assunção de Venceslau Brás Pereira Gomes na Presidência da República, que duraria no cargo até 1918.

Em 1914, no ano em que é deflagrada a guerra na Europa, Rui Barbosa expressa simpatia pelos países-membros da Tríplice Entente, pronunciando discursos sobre o respeito ao direito internacional e a entrada direta do Brasil no conflito. Dentre gestos importantes, destaca-se que, em 1915, Rui Barbosa funda a Liga Brasileira pelos Aliados para estimular um posicionamento do governo, conscientizar a população sobre a ameaça alemã, arrecadar fundos aos aliados e produzir informações sobre os acontecimentos no campo de batalha, atuando até o ano de 1919.

Os esforços ruianos renderam-lhe, em 1918, a condecoração francesa de Grande Oficial da Legião de Honra e a Grã Cruz da Ordem da Coroa pelo governo da Bélgica. No ano de 1921, é reeleito Senador pela Bahia e recebe o privilégio de ser o jurista mais votado para

integrar o tribunal internacional de arbitragem da Corte Internacional de Justiça de Haia como juiz permanente.

Em 1º de março de 1923, Rui Barbosa morre em Petrópolis, vítima de uma paralisia bulbar aos 74 anos. No funeral, lhe são concedidas honras de Chefe de Estado, missa de corpo presente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e um extenso cortejo. O sepultamento ocorreu no Cemitério de São João Batista, no bairro Botafogo e, mais tarde, em 1949, os restos mortais foram levados para Salvador, na Bahia, onde permanecem até então no Fórum Rui Barbosa, no Largo do Campo da Pólvora.

4.2 A Casa de Rui Barbosa: estrutura, propósitos e atuação

Nesta seção, será abordada a trajetória de constituição da Casa de Rui Barbosa enquanto espaço de memória, cultura e ciência, enfatizando-se o período entre 1923 e 1986, os interesses políticos em torno de sua criação e os elementos que organizaram e regularam suas atividades. Ainda, ao recuperar relações entre homenageado e homenagem envolvidas nessa instituição, foram analisados aspectos do legado histórico de Rui Barbosa na função, na estrutura e nos atores envolvidos.

Entre 1923 e 1924, por iniciativa de Antônio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado Federal e representante do Mato Grosso, com emendas do Senador Irineu de Lima Machado, do Distrito Federal, foi redigido um projeto que demandava autorização ao Poder Executivo para a aquisição da casa onde residiu Rui Barbosa — localizada na Rua São Clemente, n. 134, na cidade do Rio de Janeiro —, assim como móveis, biblioteca e espólio intelectual contidos no espaço,.

Real (1957, 1964), ao tratar do resumo histórico do museu-biblioteca, expõe o seguinte sobre os atributos do imóvel e a relação com o proprietário:

O edifício, em estilo neoclássico, é uma autêntica mansão do século passado. O jardim, que o circunda, forma uma verdadeira moldura com suas árvores frondosas, seus canteiros de variadas plantas e suas alamedas. O prédio, sito à rua São Clemente 134, pertenceu ao súdito inglês John Roscoe Allan, que o comprou ao barão da Lagoa cidadão português. A data do acabamento, que figura em sua fachada, é 1850.

Em 1893 foi adquirido por Rui Barbosa para nele instalar, com maior largueza, a sua já enorme biblioteca que dia a dia era acrescida de novos volumes.

Um ano após a morte de Rui Barbosa, em 1924, era o governo autorizado a adquirir o prédio, a biblioteca e o arquivo do ilustre homem que encarnou, nos seus 50 anos de luta cívica, todas as aspirações nacionais e "resumiu em sua precisão vernácula, os primores da mais perfeita expressão verbal que se viu entre nós" (Fernando Nery). (Real, 1957, p. 13)

Em 1849, por coincidência ano de nascimento de Rui Barbosa, o Barão da Lagoa construiu o prédio atual composto de dois corpos ligados entre si por saleta e sala em forma de passadiço. O corpo da frente, em que ficam as salas, tem segundo pavimento na parte central; no anexo lateral ficam as dependências: cozinha, copa,

etc. Em 1879, o genro do Barão da Lagoa, Albino de Oliveira Guimarães, adquiriu a propriedade na qual introduziu melhoramentos e benfeitorias que até hoje são conservadas. Em 1890, o súdito inglês Roscoe Allen é o novo proprietário. Rui Barbosa, em 1893, resolve comprar essa ampla casa para nela abrigar sua já numerosa biblioteca. Exilado por motivos políticos só a vem ocupar em 1895, de volta da Inglaterra, adaptando-a, com algumas reformas a sua vida social e estudiosa. (Real, 1964, p. 7)

Sob circunstâncias positivas, os trâmites de compra se desenvolveram via ordenamentos executivos, mobilizando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Ministério da Fazenda, até que, no ano de 1927, pelo Decreto n. 17.788, de 4 de abril, criou-se o Museu Rui Barbosa e foi aprovado um regulamento de estrutura, organização e funcionamento.

O Decreto assinado pelo Presidente Washington Luís Pereira de Sousa e pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Augusto de Vianna do Castello realçava em seu texto "a conveniência de manter sempre bem vivo o culto à memória dos grandes cidadãos que por seus serviços se impuzeram à gratidão da Pátria" (Brasil, 1927), elevando Rui Barbosa a figura de grande estadista republicano.

Com efeito, o lugar de memória se tornava uma entidade subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, possuindo, em seu corpo de mantenedores, um conservador, um auxiliar, dois serventes e um jardineiro para salvaguardar o patrimônio do eminente brasileiro. Ali, permitia-se a visita pública das quintas aos domingos, em expediente normal das 11 às 17 horas; e consultas ao acervo mediante autorização do conservador e acompanhamento de funcionários.

No mesmo ano, houve a proposição de projeto na Câmara por parte do Deputado Federal da Bahia Francisco Sá Filho para a reformulação do Museu Rui Barbosa para a Casa de Rui Barbosa. Entre 1928 e 1929, a ideia se cumpre, atualizando o regulamento e o quadro de funcionários e estabelecendo a organização de um museu-biblioteca. A organização e a inauguração do estabelecimento, que ocorreu em 13 de agosto de 1930, são descritos por Real (1957, p. 13-14) e Nazareth (2019, p. 55) respectivamente:

O Museu-Biblioteca da Casa de Rui Barbosa foi instalado de maneira a conservar, quanto possível, a feição que a residência da família apresentou nos últimos tempos de sua vida. Por doação, ou aquisição, vêm sendo incorporados, ao museu-biblioteca, os objetos de arte e de uso que pertenceram à família Rui Barbosa, tais como móveis, quadros, esculturas, porcelanas, cerâmicas, pratarias, tanto da moradia à rua S. Clemente como a da Rua Ipiranga, em Petrópolis, onde faleceu Rui Barbosa, de forma a enriquecer as salas, reconstituindo-se o ambiente em que viveu.

[...] O presidente Washington Luís nomeou as dependências do museu e escolheu os nomes que lembravam a atuação histórica de Rui Barbosa. Na política: Buenos Aires, Pró-aliados, Constituição, Questão Religiosa, Haia, Civilista, Estado de Sítio, Federação, Abolição e Instrução Pública. Na jurisprudência e advocacia: Habeas Corpus, Casamento Civil e Código Civil. E, por último, família: Bahia, Maria

Augusta e João Barbosa. A nomeação das salas parece ter promovido a eleição dos tópicos da vida de Rui Barbosa incontornáveis para a sua compreensão. Em 1930, foi inaugurada a primeira Casa Museu do Brasil. A inauguração da Casa Museu de Rui Barbosa teve como orador João Mangabeira e a finalidade era clara: cultuar a memória de Rui Barbosa como um representante da nacionalidade brasileira.

Com essa nova proposta e configuração, a instituição visava oferecer não só conhecimentos sobre o edifício, os objetos e o acervo construído ao longo de uma vida, mas também a biografia e os hábitos característicos do “homem-monumento”, homenageando-o e inserindo-o de forma emblemática na constituição sociocultural do país. Além disso, cada dependência, desde as áreas íntimas aos espaços de serviço, eram estrategicamente pensados, organizados e visitados para o avivamento do legado de um herói nacional.

Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a criação de ministérios e políticas de controle de despesas, a Casa de Rui Barbosa passou a integrar o conjunto de estabelecimentos, institutos e repartições vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública pelo Decreto n. 19.444, de 01 de dezembro de 1930. Em 1934, os serviços são reformulados no sentido de promover a conservação da biblioteca e do arquivo; a publicação das obras do patrono institucional — “o grande brasileiro” —, e a realização de cursos e conferências. A década de 1940 seria marcada pela autorização de edição de volumes das obras completas de Rui Barbosa, pela comemoração do centenário ruiano e pela ereção de monumentos em sua homenagem.

No ano de 1952, a Casa de Rui Barbosa atravessa novas transformações com a criação de um centro de pesquisas dedicado a estudos e trabalhos no domínio do Direito e da Filologia, ampliando as atividades culturais e os serviços do museu-biblioteca. Com base no Decreto 30.643/1952 — assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Ernesto Simões Filho —, o setor de pesquisa seria subdividido em duas comissões de especialistas ocupadas por intelectuais convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa, desde que fossem professores universitários do Brasil, catedráticos de Direito e de Filologia ou ocupantes de cátedras afins. Esses pesquisadores, conforme o ordenamento, deveriam desenvolver atividades preferencialmente direcionadas ao arquivo e à biblioteca institucional, tomando-as como fontes.

No que diz respeito a uma caracterização do trabalho de Rui Barbosa no universo das letras, convém recordar as palavras de Marli Quadros Leite e Orlando Silva Leite Jr. (2020) sobre suas qualidades de escritor e filólogo:

[...] Os maiores críticos, escritores do mais puro quilate, nacionais como estrangeiros, proclamam-lhe as qualidades excelsas de beletrista. O que não impede apareçam criticóides e criticastros intentando reduzir-lhe a glória. Maneiras de aparecer... fazem-me lembrar um louco que se celebrizou atirando pedras ao sol. Para Sílvio Romero, é Rui "o primeiro talento verbal de nossa raça". José Veríssimo encontra nele "dotes verdadeiramente extraordinários de expressão verbal, servidos por assombrosa ciência da língua e arte suprema de seu manejo". Araripe Júnior, seu desafeto, confessa: "Efetivamente a frase, nos escritos desse autor, é ampla, numerosa, perfeitamente equilibrada; o período ciceroniano nunca mente ao metro; e vê-se que independe da vernaculidade; esse período sente-se escandido por mestre, que não ignora nenhum dos segredos da arte de medir versos latinos". Graça Aranha forma com Machado de Assis, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco a "santíssima trindade" das letras pátrias. João Ribeiro, filólogo e escritor, declara: "Ninguém como ele sabia escrever ou falar, sábio e artista ao mesmo tempo, com a exaltação profética das ideias e das palavras em todos os assuntos". Joaquim Nabuco manifestava "profunda admiração pelo orador, pelo escritor, pelo publicista que dominou intelectualmente a sua época". Com esses testemunhos, João Mangabeira não hesita, nem poderia hesitar, em afirmar que, "em nossa língua, nenhum escritor foi maior do que Rui". (Leite; Leite Jr., 2020, p. 50-51)

[...] Sabia-se que Rui era escritor correto; os gramáticos citavam-no como exemplo de vernaculidade; mas ninguém suspeitava de que Rui fosse exímio filólogo, capaz de ombrear com os que mais o fossem. Não se poderia acreditar lhe sobrasse tempo para manter-se a par das mais novas e mais adiantadas doutrinas a respeito da Linguística. Mas, quando se lhe deu ocasião, ele mesmo disse: "Conheço, graças a Deus, tão bem a este respeito, os escritos de LITTRÈS, dos RENANS, dos BRÉAL, dos BRACETS, dos HOVELACQUES, dos DIEZ, dos BOPPS, dos MAX MÜLLERS, dos WHITNEYS, como os dos BLUTEAUS, os dos SOUSAS, os dos BERNARDES, os dos VIEIRAS, os dos CASTILHOS, os dos HERCULANOS". E, demonstrando o que afirmara, escreveu uma obra que vale por toda a biblioteca de filologia. Realmente, é difícil de se classificar a *Réplica*. Não sendo uma gramática, nenhuma resolve tantas questões de linguagem; não sendo um tratado de estilística, com a doutrina e com o próprio texto, é manancial inexaurível de arte literária; obra de ciência artisticamente feita, ou obra de arte cientificamente elaborada, deixa-nos a impressão de algo de sobre-humano. (Leite; Leite Jr., 2020, p. 56-57)

Por outro lado, no que tange ao cultivo do direito, a performance intelectual de Rui Barbosa nesse campo é descrita da seguinte forma:

Imperecível é a obra de Rui – constitucionalista. Pode-se estudar a história do constitucionalismo nos trinta primeiros anos da República, estudando-se a vida de Rui. Depois disso, morto, ele continua presente, velando, com a influência catalítica de seu espírito, pela pureza dos princípios a que dedicou o melhor de sua existência. Nos momentos em que a lei impera, são os ensinamentos de Rui que imperam; quando a lei é violada, é que se esqueceu a lição de Rui. (Leite; Leite Jr., 2020, p. 65)

[...] Procurando sempre defender as causas justas, sem deixar de reconhecer que todo réu merece defesa, experimentou, uma a uma, todas as vicissitudes do mister, alegrias e decepções, aplausos e ameaças, a sensação de triunfos magníficos através de sentenças dos grandes juizes e a tristeza acabrunhante provocada pelo espetáculo mil vezes deprimente do magistrado que se acobarda ou venaliza. Ainda aí, as vitórias que Rui – advogado, alcançou, foram vitórias do Direito; as causas que perdeu, perdeu-as porque o Direito se obumbrou. (Leite; Leite Jr., 2020, p. 75-76)

Nessas circunstâncias, em respeito ao compromisso institucional de práticas laudatórias à memória e às ações de Rui Barbosa como herói e símbolo de nacionalidade,

conhecimentos e práticas desenvolvidas por cada comissão deveriam refletir as áreas de interesse do patrono institucional, demandando, para isso, planos anuais, relatórios de atividades, supervisão de um chefe do setor de pesquisas e aprovação do diretor.

A Comissão de Direito, tinha como cerne, o planejamento de publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, enquanto a Comissão de Filologia se voltaria aos estudos de Filologia Portuguesa, sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, possuindo instalações próprias às atividades e a possibilidade de contratação de técnicos em bibliografia, arqueologia e revisão para o auxílio dos projetos em curso. Ao final, os resultados de pesquisa de cada seção deveriam ser publicados em arquivos e boletins periódicos.

Em 1966, por meio da Lei n. 4.943, de 6 de abril, o General-Presidente Humberto Castello Branco e seu Ministro da Educação e Cultura Pedro Aleixo transformam a Casa de Rui Barbosa em fundação, isto é, uma organização sem fins lucrativos instituída pelo poder público e destinada à conservação de um patrimônio de interesse social com personalidade jurídica, sob a direção de administradores devidamente autorizados e fiscalizados. Veiculava-se, no texto, a intenção de fixar a Fundação Casa de Rui Barbosa como uma instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica com autonomia administrativa, técnica e financeira, com a manutenção da finalidade de desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, além da divulgação e do culto da obra e vida de Rui Barbosa.

Segundo Silva (1972, p. 16-17), a partir das exigências organizacionais, o Centro de Pesquisa sofreria uma nova reestruturação, congregando, assim, uma seção ruiana, dedicada à preparação e à publicação das obras completas de Rui Barbosa; a seção de Direito, que visava estudos de qualquer matéria de natureza jurídica; e a seção de Filologia, que se detinha a estudos de linguagem, pesquisas e preparação de edições de textos do português antigo e moderno. Uma outra inovação seria a incorporação de pesquisadores permanentes, colaboradores e o estabelecimento de um sistema de bolsas, a partir de 1971, que previa a colaboração de alunos ou diplomados em Letras pela Universidade Federal Fluminense.

No ano de 1974, os estatutos referentes à decisão executiva de 1966 são aprovados pelo Decreto n. 73.781, de 11 de março, pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici e pelo Ministro da Educação Jarbas Gonçalves Passarinho. Na década de 1980, identifica-se um último ato relevante: a criação do Ministério da Cultura, como desdobramento do antigo Ministério da Educação e Cultura, ao qual a Fundação Casa de Rui Barbosa é vinculada por meio do Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985, e ratificada pelo Decreto n. 92.489, de 24

de março de 1986, durante a gestão do Presidente José Sarney. A nova pasta tinha por objetivo a preservação, a defesa e o desenvolvimento do patrimônio cultural brasileiro.

No arco temporal de 1952 a 1986, haja vista o interesse da presente pesquisa, destacam-se os seguintes agentes na estrutura organizacional da Casa de Rui Barbosa e, posteriormente, da Fundação Casa de Rui Barbosa, e seus respectivos anos de atuação:

- I. Diretores da Casa de Rui Barbosa: Américo Jacobina Lacombe (1939-1966), com eventuais substituições interinas de Thiers Martins Moreira (1959-1960) e Eugênio Gomes (1962-1964).
- II. Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa: Américo Jacobina Lacombe (1966-1986 [1993]).
- III. Diretores Executivos da Fundação Casa de Rui Barbosa: Irapoan Cavalcanti de Lyra (1967-1968); Homero de Almeida Senna (1978-1979); Renato Soeis (1979-1980); Washington Luís Pereira de Sousa Neto (1980-1983); Mario Brockmann Machado (1983-1985); Francisco de Assis Barbosa (1985) e Olavo Brasil de Lima Junior (1985-1986 [1990]).
- IV. Chefes do Centro de Pesquisa: Thiers Martins Moreira (1952-1960); Eugênio Gomes (1960-1962); Thiers Martins Moreira (1963-1970); Maximiano de Carvalho e Silva (1970-1975); Homero de Almeida Senna (1975-1976); Francisco de Assis Barbosa (1977-1982) e Homero de Almeida Senna (1983-1986).
- V. Comissão, Especialistas e Chefes da Seção de Filologia: Comissão de Filologia (1952-1966), Ana Maria Serpa Barroso (1969-1975) e Adriano da Gama Kury (1976-1986).

Em suma, essas são as informações que conduzem a um entendimento mínimo da Casa de Rui Barbosa, contemplando estrutura, propósitos e atuação.

4.3 O Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, e o cenário de integração da Casa de Rui Barbosa à cruzada dialetológica

Inicialmente, entende-se por Decreto um instrumento normativo emanado por uma autoridade superior ou órgão que determina o cumprimento imediato de uma resolução, materializando as decisões do Estado, em acordo à hierarquia dos ordenamentos jurídicos do país. Conforme a definição terminográfica de Guimarães (2013, p. 278), voltada ao direito brasileiro, trata-se de “ato escrito que emana do chefe de Estado ou de órgão do Poder Público Executivo. Lei que emana do Poder Legislativo. Mandado expedido por autoridade judiciária

competente. No sentido estrito, sentença proferida por um juiz ou tribunal”. Nessas circunstâncias, há uma diferenciação entre decretos executivos, judiciários e legislativos.

De modo particular, o Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, é um exemplo de um decreto executivo por ter sido editado por um Presidente da República, à época Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), para regulamentar leis e dispor sobre a organização da administração pública. Isso decorreu das atribuições presidenciais que são amparadas pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946, em seu artigo n. 87, no que diz respeito à capacidade de sancionar, promulgar leis e expedir Decretos e regulamentos para a devida execução.

Assim, via decreto, reconfigurava-se a estrutura e o funcionamento da Casa de Rui Barbosa, outrora um museu-biblioteca, para o estabelecimento de um centro de pesquisas que operaria sob duas perspectivas de investigação, Filologia e Direito, para o alcance de objetivos e cumprimento de metas científico-culturais em exaltação ao legado erudito do patrono institucional, como se pode atestar na estrutura e no conteúdo do texto:

Decreto Nº 30.643, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, DECRETA: **Art. 1º Fica instituído, na Casa de Rui Barbosa, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Art. 2º O Centro ora instituído realizará seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filologia, e terá por campo de pesquisas a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalhos. Art. 3º O Centro em referência compreenderá, inicialmente, duas Secções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa. § 1º Cada Comissão de que trata este artigo estabelecerá anualmente, um plano de trabalho em cuja elaboração poderão colaborar os professores universitários do Brasil, providos em cátedras de direito e de filologia ou em cadeiras afins. § 2º A Comissão de Direito planejará publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, organizando catálogos de publicações jurídicas, legislativas, parlamentares e jurisprudências do Brasil; boletins de bibliografia brasileira e estrangeira, estudos sistemáticos de bibliografia e hemerografia de jurisprudência federal e das unidades da Federação. § 3º A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa - fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do "Atlas Lingüístico do Brasil". Art. 4º O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa promoverá a publicação de seus trabalhos em arquivos e boletins periódicos, visando especialmente aos resultados das pesquisas que terão caráter estritamente objetivo. Art. 5º Além da Biblioteca da Casa de Rui Barbosa e das aquisições imprescindíveis para atualizá-la, o Centro em causa disporá de instalações apropriadas, cujo projeto será oportunamente apresentado. Art. 6º O Ministério da Educação e Saúde contratará os técnicos em bibliografia, arqueologia e revisão necessários aos trabalhos em cursos. Art. 7º Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos por meio de instruções do Ministro da Educação e Saúde. Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.**

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952,
131° da Independência e 64° da República.
GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho (Brasil, 1952, grifos nossos)

Em relação aos estudos linguísticos, chama a atenção nesse instrumento o direcionamento para a constituição de uma Comissão de Filologia, reclamando recursos humanos especializados à execução de uma tarefa determinada, que se enquadra no conceito de grupo de especialidade, isto é, “grupos ou comunidades que se reconhecem coesas e atuantes em determinada área de pesquisa e ensino” (Batista, 2013, p. 87). Também, denuncia-se todo um sistema de coordenadas a ser adotado, compreendido como um programa de investigação: um “sistema conceitual que sanciona abordagens que compartilham a mesma visão, os mesmos focos e as mesmas técnicas” (Swiggers, 2004, p. 129, tradução nossa). Assim, protagonizam, no ordenamento jurídico, os filólogos e sua respectiva atuação em Filologia Portuguesa.

Na concepção saussuriana moderna, entende-se por Filologia um tipo de estudo dos fatos da língua, a partir da aplicação de um método crítico sobre textos escritos de um passado representativo para um povo com finalidade humanística:

A língua não é o único objeto da Filologia, que quer, antes de tudo, fixar, interpretar, comentar os textos; este primeiro estuda a levar a se ocupar também da história literária dos costumes, das instituições, etc.; em toda parte ela usa seu método próprio, que é a crítica. Se aborda questões linguísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura. (Saussure, 1970, p. 7-8)

Para Silva (2002), a visão de filologia que moldou o ambiente intelectual brasileiro se associa às concepções dos filólogos portugueses Leite de Vasconcelos (1858-1941) e de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), acoplada a uma adjetivação portuguesa, para situar esforços científicos-culturais próprios à realidade geográfica e ao domínio linguístico explorados, atravessando as noções de língua de cultura e língua nacional:

Para Leite de Vasconcelos, por Filologia Portuguesa se devia entender: o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua.

Para Carolina Michaëlis, Filologia Portuguesa seria: o estudo científico, histórico e comparado, da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional. Carolina, na lição I, menciona o vocábulo Linguística e seus sinônimos glotologia e glótica, na acepção lata e na restrita.

Desde então, no Brasil, a palavra filologia se usou preferentemente no amplo sentido das definições de Leite de Vasconcelos e de Carolina Michaëlis. Entre os primeiros mestres que adotaram e ajudaram a divulgar os ensinamentos dos dois filólogos portugueses estavam os professores Mário Barreto, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Augusto Magne e outros. (Silva, 2002, p. 57-58)

Reconhece-se, na Filologia Portuguesa, uma visão de descrever o português como objeto e fato sociocultural; um interesse sobre a expressão de uma cultura através da língua e a análise de formas observáveis; e uma técnica oriunda do método histórico-comparativo de levantamento e descrição de dados, privilegiando a língua escrita e com direcionamento a reconstruções históricas. A percepção brasileira materializada no decreto, entretanto, expressa-se de maneira mais inovadora ao contemplar também a língua falada e a pesquisa dialetológica, evidenciando a fusão de objetivos e matrizes de referência denunciada por Altman (2003) entre Dialetologia e Filologia no cenário brasileiro da primeira metade do século XX:

Aos poucos, o programa da Filologia incluía, pois, entre suas tarefas, além da reconstrução crítica de textos medievais da România velha, a elaboração de atlas linguísticos brasileiros regionais, de acordo com os preceitos do método da Geografia Linguística. A elaboração de um atlas geral do país se definia, assim, como uma nova meta a ser cumprida por esta geração. (Altman, 2003, p. 75-76).

Nesse horizonte, a Dialetologia Portuguesa nacional se enquadrava na acepção de “estudo de arrolamento, interpretação e sistematização dos traços linguísticos característicos de dialetos” (Câmara Jr., 1956, p. 74) direcionado às diferenças do português do Brasil. Inicialmente, luso-brasileira, sob a tutela do paradigma filológico, surge inspirada pela recolha folclórica, assumindo gradativamente um caráter erudito e eminentemente linguístico influenciado pelos trabalhos do glotólogo Francisco Adolpho Coelho e do filólogo José Leite de Vasconcelos.

De 1826 a 1920, em primeira fase, caracterizava-se pelo interesse lexicográfico e pelo problema dos brasileirismos, isto é, “qualquer fato de linguagem - a) fonético, b) mórfico, c) sintático, d) lexical - peculiar à linguagem do Brasil, em contraste com a de Portugal” (Câmara Jr., 1956, p. 49). Para Cardoso e Ferreira (1994), a primeira fase dos estudos dialetais seria ancorada nas “Observações do Barão de Pedra Branca, Embaixador do Imperador do Brasil na Corte da França, sobre a língua portuguesa e sobre as diferenças oferecidas pelo dialeto brasileiro em relação ao dialeto de Portugal”, elaborada por Domingos Borges de Barros, na *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe...* (1826), de Adrien Balbi; estendendo-se à publicação de “O Dialeto Caipira” (1920), de Amadeu Amaral.

Em *Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América* (1881), de Francisco Adolpho Coelho, sob o viés da glotologia, isto é, da “sciencia que tem por objeto a expressão do pensamento por meio de signaes [...], considerada emquanto aos seus elementos, condições de producção, evolução e às relações dos diversos systemas (línguas) em que se apresenta no tempo e no espaço” (Coelho, 1881, p. 10), propunha o autor um trabalho

comparativo geral de dialetos portugueses, reconhecendo, nesse rol, o crioulo da ilha de Santo Antão (arquipélago de Cabo Verde); o crioulo de São Tomé; o crioulo da ilha de Sant'Iago; o crioulo da Guiné portuguesa; o português do Brasil; o indo-português de Ceylão; o português de Malaca e o macaísta.

Em continuidade a trabalho anterior, no qual se entendia o dialeto como produto de um “processo por que uma língua assim se subdivide, se reproduz indefinidamente por scissiparidade” (Coelho, 1881, p. 2) pelo qual o português, como membro da família romana, era naturalmente submetido, defendia-se que os dialetos românicos e crioulos, indo-português e todas as formas semelhantes representavam estádios de aquisição de uma língua estrangeira por um povo que falou ou falava uma outra língua e que a diferenciação linguística possuía uma origem na ação de leis psicológicas ou fisiológicas gerais, não se devendo necessariamente às influências de línguas anteriores, pelo fato de fenômenos caracterizadores possuírem recorrências entre os próprios dialetos apesar de diferenças de raça, clima e de tempo e espaço.

No que concerne ao português do Brasil, mencionava-se uma leve cisão entre a linguagem literária da América em relação à linguagem europeia e uma saliência maior na linguagem falada, situando que a “boca dos instruídos” possuía uma entoação geral para tornar a abertura de vogais átonas, por uma predileção a iotacismos; enquanto, na “linguagem popular, especialmente das províncias, na linguagem dos matutos”, havia como generalizada uma supressão do /r/ final. Outros elementos caracterizadores, na percepção de Coelho (1881), eram o vocabulário com termos provenientes de dialetos indígenas, referidos como tupi e guarani; línguas americanas e línguas africanas; a supressão das formas de plural em contexto de concordância nominal e o hábito de dar formas diminutivas a pronomes. Concluía-se ainda que diversas particularidades características dos dialetos crioulos se repetiam no Brasil.

Não obstante, o *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901), José Leite de Vasconcelos constrói uma história panorâmica dos dialetos portugueses, sistematiza a bibliografia do campo e descreve uma gramática sumária dos dialetos portugueses, compreendendo fonologia, morfologia, sintaxe e apontamentos lexicais. Em sua classificação, reconhecia-se a existência de dialetos portugueses continentais (subdivididos em interamnense, transmuntano, beirão e meridional); insulares (açoriano e madeirense); ultramarinos (brasileiro e indo-português); crioulo português de Ceylão; macaísta; malaio-português; português de Timor; cabo-verdiano; guineense; golfo-guineenses;

português das costas da África; o português dos judeus. Para o português do Brasil, sobreleva o seguinte:

- a) fonologia: a diferença de pronúncia em vogais mediais átonas; monotongação de ditongos *ai*, *ou* e *ei*; a queda de *r* finais; o rotacismo de /l/ final para /r/; a pronúncia palatalizada de /s/ finais; a iotização; fenômenos isolados e a caracterização da pronúncia brasileira, em comparação à portuguesa, como “arrastada”.
- b) morfologia: no aspecto morfológico, Vasconcelos pontua uma tendência à supressão de marcas de plural em nomes, que é característica de dialetos crioulos, referenciando Coelho (1868); identifica como conjunção brasileira a forma *si*, em detrimento da forma portuguesa *se*; a preposição *di*, ao passo que a forma portuguesa é *de*; e o uso de diminutivo em formas gerundivas e classes de palavras não habituais à norma portuguesa.
- c) sintaxe: o diagnóstico da sintaxe do dialeto brasileiro, por sua vez, apontava como fenômeno a inversão de pronomes; o emprego de pronome sujeito em posição acusativa; predileção pela preposição *em*, ao invés da preposição *para*, com verbos de movimento.
- d) léxico: mudança de significado de palavras portuguesas e incorporação de palavras indígenas e africanas.

Não tão distante dessa tradição, embora sua publicação seja anterior, as *Observações do Barão de Pedra Branca* (1826), do atlas de Balbi (1826), referem-se a aspectos prosódicos e lexicais selecionados impressionisticamente por Domingos Borges de Barros para caracterizar o português do Brasil, que se considerava um “ramo transplantado” da língua lusitana com evidências explícitas na literatura nacional:

[...] mais cette langue, transportée au Brésil, se ressent de la douceur du climat et du caractère de ses habitants; elle a gagné pour l'emploi et pour les expressions des sentiments tendres, et, tout en conservant son énergie, elle a plus aménité. On peut s'en convaincre en lisant les poésies de Gonzaga, J. B. da Gama (nous ajouterons M. le baron de Pedra Branca) et de plusieurs autres écrivains brésiliens²⁰. (Barros, 1826, p. 173)

Enfatizando o léxico, são apresentados dois glossários que chamam atenção por suas respectivas configurações e caráter inédito em relação ao léxico do português: o primeiro adota um modelo contrastivo, com uma relação de oito nomes que têm mudado de significação e suas respectivas definições em Portugal e Brasil e o segundo consiste em um

²⁰ [...] mas essa língua, levada para o Brasil, experimenta a suavidade do clima e o caráter de seus habitantes; ela absorveu, pelo uso e pelas expressões, sentimentos delicados, e, ao mesmo tempo que conserva sua energia, adquiriu maior afabilidade. Pode-se convencer disso ao ler as poesias de Gonzaga, J. B. da Gama (adicionaremos o Sr. Barão de Pedra Branca) e de vários outros escritores brasileiros. (Barros, 1826, p. 173, tradução nossa)

conjunto de cinquenta formas consideradas em uso no Brasil, porém desconhecidas em Portugal, acompanhado de definições, sendo composto majoritariamente por empréstimos lexicais indígenas, africanos e de outras línguas que, naquele momento, para Balbi, eram de origem imprecisas.

Trabalhos posteriores que seguem essa tendência lexicográfica são o *Dicionário da língua brasileira* (1832), de Luís Maria da Silva Pinto; *Colleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (1852), de Antônio Pereira Coruja; o *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* (1853), de Brás da Costa Rubin; *Dicionário da Língua Tupi* (1858), de Gonçalves Dias; o *Popularium sulriograndense e o dialeto nacional* (1872), de Apolinário Porto Alegre; os *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala* (1880), de Antônio Joaquim de Macedo Soares; *A linguagem popular amazônica* (1884), de José Veríssimo; *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil por um brasileiro* (1879), por José Paranhos da Silva; o *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* (1888), de Antonio Macedo de Soares; *Dicionário de vocábulos brasileiros* (1889), de Visconde de Beaurepaire-Rohan; *Vocabulário indígena comparado* (1892), de João Barbosa Rodrigues; *Vocabulário Sul-Rio-Grandense* (1898), de José Romaguera Correia; *O tupi na geografia nacional* (1901), de Theodoro Sampaio; *Glossário Paraense* (1906), de Vicent Chermont de Miranda; *Vocabulário popular* (1912), de P. H. Souza Pinto; o *Dicionário de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas* (1913), de Rodolfo Garcia; *Léxico de lacunas: subsidios para os dictionarios da lingua portugueza* (1914), do Visconde de Taunay; *Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil* (1915), de Antônio José de Carvalho e João de Deus; os *Apontamentos para um vocabulário de termos e frases populares e de vocábulos corrente no estado com acepções diferentes* (1917), de F. A. Pereira da Costa.

Em continuidade, Amadeu Amaral, com a publicação de *O Dialeto Caipira* (1920), é reconhecido como um *turning point* para os estudos dialetológicos, sendo reconhecido como o desencadeador de uma segunda fase. Nessa obra, discutem-se sobre o falar caipira e seu domínio sobre os pequenos e grandes estratos da antiga “província paulistana”, situando questões sócio-históricas que teriam contribuído para a sua distinção perante o que se considerava o dialeto brasileiro. Além disso, revela o texto uma sensibilidade quanto à diversidade linguística, aos problemas metodológicos que cobriam a sua ciência na época e à urgência de novos estudos e reflexões ao longo de uma monografia que descreve o dialeto

observado nas instâncias da fonética, da lexicologia, da morfologia, da sintaxe e do vocabulário.

Fundando aquilo que se poderia considerar como uma Dialectologia propriamente brasileira, interessada em sua própria realidade linguística, o autor expõe sua visão de como se deveria proceder a pesquisa dialetal:

[...] seria de se desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente. Teríamos assim um grande número de pequenas contribuições, restrictas em volume e em pretensão, mas que na sua simplicidade modesta, escoreita e séria prestariam muito maior serviço do que certos trabalhos mais ou menos vastos, que de quando em quando nos deparam, repositórios incongruentes de factos recolhidos a todo preço e de generalizações e filiações quasi sempre apressadas (Amaral, 1920, p. 15).

Na leitura de Altman (2003), Amaral inaugurou um novo programa de investigação voltado aos dados da fala que incorporava, em sua agenda de pesquisa, a elaboração e acúmulo de monografias parciais, resultantes de recolhas *in loco*, para um diagnóstico mais preciso do dialeto brasileiro, mantendo uma retórica de continuidade ao programa da Filologia, sem o surgimento de um novo grupo de especialidade, para “fundamentar interpretações histórico-filológicas divergentes sobre os substratos da ‘língua brasileira’” (Altman, 2003, p. 74), entendendo-se por substratos a atuação dos elementos africanos e indígenas para a diversificação do português do Brasil.

Esse novo direcionamento constituiria os primeiros passos para a adoção da Geografia Linguística por incentivar estudos voltados para a observação de áreas ou localidades específicas, valendo-se de uma metodologia mínima para a descrição e caracterização de fenômenos, contemplando dados da língua falada. Além disso, o caráter descritivo e acumulativo em torno do português do Brasil se manifesta em Silva Neto (1957, p. 277), quando, tratando de problemas e métodos da Filologia Portuguesa, declara que “o investigador precisa ter mais a preocupação de recolher a maior soma de dados e menos a ânsia, que é muitas vezes vítima da fantasia, de oferecer explicações para esta ou aquela particularidade”.

Até a década de 1950, exemplos dessa percepção científica se materializavam gradativamente em diferentes trabalhos e autores, a saber: *O linguajar carioca* em 1922 (1923), de Antenor Nascentes; *Vocabulário regional* (1924), de Floriano de Lemos; *À margem de alguns brasileirismos* (1925), de Augusto Daisson; *O ritmo da língua nacional* (1926), de Álvaro Maia; *Vocabulário gaúcho* (1926), de Roque Callage; *Da Influência do Tupi no Português* (1926), de Clóvis Monteiro; *A linguagem dos cantadores* (1926), de Clóvis

Monteiro; *Dicionário dos animais do Brasil* (1931), de Rodolfo von Ihering; *Vocabulário do nordeste do Rio Grande do Sul: linguagem dos praieiros* (1933), de Dante de Laytano; *O elemento afro-negro na língua portuguesa* (1933), de Jacques Raimundo; *A influência africana no português do Brasil* (1933), de Renato Mendonça; *A Língua do Nordeste* (1934), de Mário Marroquim; *Vocabulário Sul-Rio-Grandense* (1935), de Luiz Carlos de Moraes; *Os africanismos do dialeto gaúcho* (1936), de Dante de Laytano; *O português do Brasil* (1937), de Renato Mendonça; *Vocabulário Pernambucano* (1937), de Francisco Pereira da Costa; *O falar mineiro* (1938), de José A. Teixeira; *Vocabulário Amazonense* (1939), de Alfredo da Maia; *Língua brasileira* (1940), de Edgard Sanches; *Vocabulário Amazônico* (1942), de Amando Mendes; *Estudos de dialectologia portuguesa: Linguagem de Goiás* (1944), de José A. Teixeira; *A língua do Brasil* (1946), de Gladstone Chaves de Melo; *A linguagem popular da Bahia* (1951), de Edison Carneiro, dentre outros.

Tendo isso em vista, pode-se justificar o sistema de coordenadas definido no Decreto 30.643, de março de 1952, no que se refere ao campo de atuação da Comissão de Filologia, atentando-se para:

- a) questões fonológicas — nas acepções potenciais de descrição dos sons da língua no contexto de uma ciência geral da fonação;
- b) morfologia — classificação de palavras e análise de esquemas flexionais, estruturação e formação de palavras;
- c) sintaxe — no sentido de estudo da frase e das relações sintáticas entre palavras;
- d) léxico — investigação metódica dos vocábulos de que dispõe a língua;
- e) etimologia — descrição e explicação dos processos de evolução de palavras a partir do conhecimento de mudanças fonéticas sistemáticas na história da língua e do exame de formas anteriores documentadas no contexto de uma cultura escrita;
- f) métrica — observação ao conjunto de regras e normas relativas à medida e à organização de composições poéticas em manifestações literárias e folclóricas;
- g) onomatologia — estudo do conjunto de antropônimos e topônimos de uma língua;
- h) dialetologia — levantamento, interpretação e sistematização de traços linguísticos característicos de falares e dialetos;
- i) bibliografia — descrição material, sistemática e histórica de livros;
- j) históricas — a descrição e a explicação de eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico;
- k) literatura — estudo do conjunto das manifestações Linguísticas de um povo feitas com finalidade estética e literária;

- l) problemas de texto — a interpretação, a explicação, a crítica, a organização material e formal do texto via edição, a transmissão à memória coletiva etc.;
- m) problemas de fontes — a autenticidade, a datação, a localização do texto em uma tradição, o valor histórico etc.;
- n) problemas de autoria — identificação da função desempenhada por indivíduos na escrita de um texto, considerando evidências internas e externas;
- o) problemas de influências — estudo dos efeitos da obra de determinado autor sobre a obra de outro, as relações entre autores etc..

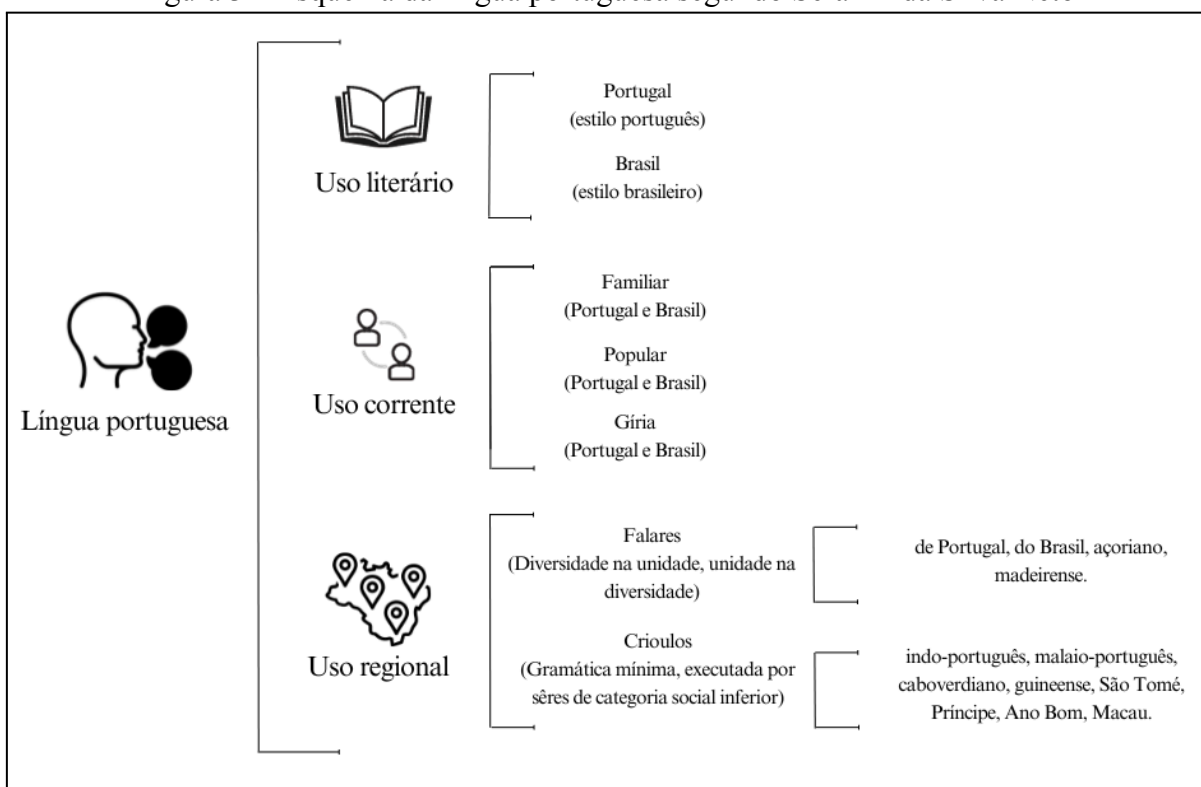
Nesse panorama de conhecimentos e práticas supracitados, os esforços empreendidos pelos filólogos, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, deveriam culminar em um Atlas Linguístico do Brasil.

Um atlas linguístico, tecnicamente, é um produto da Geografia Linguística que intenta representar num plano cartográfico a configuração linguística de um dado território, delimitando, através de isoglossas, línguas e sistemas de falares e dialetos, a partir da coleta de dados *in loco* ou por correspondência e do estudo sistemático do fenômeno diatópico. A Geografia Linguística, enquanto método cartográfico, voltava-se às particularidades do dialeto, comparando-as com uma língua comum ou outros dialetos para que traços convergentes e divergentes fossem explicados à luz dos métodos tradicionais da gramática e projetados em cartogramas, de tal maneira que se costumava investigar primariamente sons e léxico e, de forma menor, formas gramaticais e sintaxe.

Para Cardoso (2010), em exame às tipologias de atlas e suas implicações, “no curso da história, [os atlas] espelham orientação diversa e metodologias particulares, seja pela maneira de focalizar os espaços geográficos, seja pelo modo de registrar os dados ou ainda pela forma de tratá-los cartograficamente”. O que se planejava, dentro do sistema de coordenadas do Decreto, era a construção de um atlas nacional metodologicamente capaz de descrever a realidade brasileira no que diz respeito ao português, incorporando conhecimentos e práticas sobre a língua escrita, a língua literária, a língua falada e os falares regionais.

Essa visão de três instâncias de diferenciação e de unificação se manifesta, inclusive, no pensamento de Silva Neto (1950), apoiado em Leite de Vasconcelos, quando sintetiza matizes da escrita e da oralidade em diferentes contextos estilísticos, graus de interlocução e realidades geográficas em sua introdução ao estudo da língua portuguesa, como se pode observar na Figura 3.

Figura 3 – Esquema da língua portuguesa segundo Serafim da Silva Neto



Fonte: Silva Neto (1950, p. 30, adaptado)

Os atlas linguísticos, no século XX, constituíram uma novidade significativa para o método histórico-comparativo, permitindo uma imagem sinóptica de fatos linguísticos de determinadas áreas de interesse, favorecendo a aquisição de mecanismos inovadores e explicativos para tratar do problema das fronteiras entre línguas e dialetos, da multiplicidade de termos e formas dialetais, da percepção de inovações linguísticas como criações dialetais, da convivência e da sobreposição de fenômenos, da determinação de glotocronologias etc. De modo geral, pela cartografia de falares e dialetos, encontrava-se um meio mais eficaz de identificar formas gramaticais, léxico e traços fonéticos que poderiam caracterizar rotas de inovação e conservação, ofertando os rastros mais seguros dos estágios pelos quais uma língua havia passado.

Silva Neto (1970), em sua *História da Língua Portuguesa*, deixa explícita a maneira como um atlas linguístico constituía um dos objetivos principais ao paradigma filológico e à própria Filologia Portuguesa e, em sua *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1950), o modo como esse instrumento poderia favorecer a compreensão de uma realidade brasileira mantenedora de particularidades arcaicas e de inovações Linguísticas:

No estado atual da **Filologia Portuguesa**, impõem-se **três tarefas indispensáveis**: o Dicionário-museu, o **Atlas Linguístico** e a História da Língua.

Para o primeiro - que deve abranger toda a língua no espaço e no tempo - temos bons materiais avulsos e uma vigorosa síntese no Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes.

O Atlas Linguístico de Portugal e Ilhas já começou a ser organizado pelo Prof. da Universidade de Coimbra, Manuel de Paiva Boléo, que, à guisa de exploração preliminar, lançou um inquérito por correspondência.

A História da Língua Portuguesa, para a qual existem, é verdade, inúmeros materiais esparsos, esperava ainda quem se abalançasse à primeira síntese. (Silva Neto, 1970, p. 9, grifos nossos)

A disposição dos materiais em cartas, por si só dá-nos um quadro do vário e complexo que é o tecido linguístico. Os mapas fazem ressaltar aos nossos olhos inúmeros fenômenos indispensáveis à mais perfeita compreensão da história da língua: viagens de palavras, invasão progressiva da língua comum, centros de irradiação, colisões homônimas, as consequentes arcaizações e novas formações, etc.

[...] Assim, **um Atlas Linguístico Brasileiro seria muito útil, porque poderia mostrar-nos as zonas de maior influência extra-portuguesa e dar-nos-ia, em cada mapa, uma visão esquematizada dos nossos falares.**

O A.L.B. dar-nos-ia uma visão de conjunto, visão que dificultosa e demoradamente se conseguiria com pesquisas, isoladamente, as regiões do país. Só o comparatismo geográfico está apto a dar-nos o quadro completo dos falares.

Apesar disso, somos forçados a reconhecer que **na atual fase dos nossos estudos será mais proveitoso intentar monografias locais, deixando para mais tarde a organização dos atlas, que exigem técnica especial.** (Silva Neto, 1950, p. 230-231, grifos nossos)

Até o período de 1952, já havia notícias de uma grande quantidade de projetos, trabalhos introdutórios e atlas linguísticos concluídos e/ou em andamento ao longo do mundo, sobretudo em domínios românicos europeus, motivados não só pela capacidade de mapas linguísticos oferecerem uma imagem de fatos de determinadas áreas, fornecendo dados às explicações e reconstruções históricas do paradigma filológico, mas também como um objeto de cultura e civilização. Dentre esses trabalhos, citam-se atlas parciais, nacionais e de agrupamentos linguísticos²¹:

1. Atlas Linguístico do Norte e do Centro da Alemanha (1881), por Georg Wenker.
2. Pequeno Atlas Fonético do Valais românico (1881), por Jules Gilliéron.
3. Geografia do Dialeto Suevo, com um atlas de 28 cartas (1895), por Hermann Fischer.
4. As Armadilhas da Língua Holandesa do Norte: atlas de mapas linguísticos com texto (1898), por Jan Te Winkel.
5. Atlas com explicações sobre a língua popular dinamarquesa (1898-1912), por Valdemar Bennike e Marius Kristensen.
6. Atlas Linguístico da França (1902-1920), por Jules Gilliéron e Edmond Edmont.
7. Atlas Dialectológico da Normandia (1903), por Charles Guerlin de Guer.

²¹ Optou-se por uma lista com a tradução direta dos títulos em língua portuguesa ao priorizar a difusão do conhecimento histórico em questão e reduzir as barreiras linguísticas em torno de línguas estrangeiras, como o norueguês, o russo, o alemão, o francês e o inglês, através de uma padronização vernácula. Reserva-se ao leitor o interesse pelos títulos originais a partir da pesquisa dos autores e dos anos de publicação ou período de atividades indicados.

8. Geografia fonética de uma região da Baixa Auvergne (1906), por Albert Dauzat.
9. Atlas Linguístico Daco-romeno (1909), por Gustav Weigand.
10. Pequeno Atlas Linguístico de uma região do Landes (1910), por Georges Millardet.
11. Atlas Linguístico da Baixa-Bretanha (1910-1920), por Pierre Le Roux.
12. As áreas morfológicas do Noroeste de Angoumois (1912-1914), por Adolphe-Louis Terracher.
13. Inquérito Linguístico do patoá de Ardenas (1913), por Charles Bruneau.
14. Atlas Linguístico da Córsega (1914-1915), por Jules Gilliéron e Edmond Edmont.
15. Atlas da Síria e da Palestina (1915), por Gotthelf Bergstrasser.
16. Atlas Linguístico dos Vosges meridionais (1917), por Oscar Bloch.
17. Atlas Linguístico de Banat (Romênia) (1923-1924), por Ion Aurel Candrea.
18. Atlas Linguístico da Catalunha (1923-1939), por Monsenhor Antoni Griera.
19. Atlas Linguístico da Valônia (1924-1955), por Jean Haust.
20. Quadros fonéticos do patoá suíço românico (1925), Louis Gauchat, Jean Jeanjaquet e Ernest Tappolet.
21. Atlas Linguístico Italiano (1925-1959), por Matteo Bartolli, Ugo Pellis e, a partir de 1947, Benvenuto Terracini.
22. Atlas Linguístico do Nirvanês (1926), por Jean-Marie Meunier.
23. Atlas da Língua Alemã baseado no Atlas da Língua Alemã do Império Alemão, de Georg Wenker (1927-1956), iniciado por Ferdinand Wrede e continuado por Walther Mitzka, Bernhard Martin.
24. Atlas Linguístico e Etnográfico da Itália e do Sul da Suíça (1928-1940), por Karl Jaberg e Jakob Jud.
25. Atlas do Folclore alemão (1928), pela Escola de Pesquisa de Área Cultural de Bonn, Alemanha.
26. Projeto Atlas Linguístico (1929), pela Sociedade Dialetal Americana e por Hans Kurath.
27. Atlas Linguístico da Península Ibérica (1930-1954), idealizado por Ramón Menéndez Pidal e dirigido por Tomás Navarro Tomás.
28. Atlas Linguístico dos Estados Centro-Norte (1931-1933), por Hans Kurath.
29. Atlas da Língua Judaica da União Soviética (1932), pela Academia das Ciências da Rússia.
30. Atlas Linguístico de Lozère, Gard e Ardèche (1932-1934), por Rudolf Halling.
31. Atlas Linguístico da região polonesa de Podkarpacie (1934), por Kazimierz Nitsch e Mieczyslaw Malecki.
32. Atlas Linguístico da Sardenha (1933-1935), por Ugo Pellis.
33. Atlas Linguístico das Terras Frias (1935), por Monsenhor André Devaux.
34. Atlas Linguístico e Etnográfico italiano da Córsega (1935-1942), por Gino Bottiglioni.
35. Por um atlas e um dicionário de dialetos do Mediterrâneo (1937-1938), por Mirko Deanovic.
36. Atlas Linguístico do Romeno (1938-1942), por Sextil Puscariu, Sever Pop e Emil Petrovic.

37. Sobre algumas afinidades fonéticas entre o aragonês e o bearnês (1938), por William Dennis Elcock.
38. Atlas de Línguas do Norte e do Sul da Holanda (1939), por Gesinus Gerhardus Kloeke.
39. Atlas Linguístico da Nova Inglaterra (1939-1943), por Hans Kurath, Miles L. Hanley, Bernard Bloch, Guy S. Lowman, Marcus L. Hansen e Julia Bloch.
40. Atlas Linguístico da Suíça Alemã (1942), Heinrich Baumgartner e Rudolf Hotzenköcherle.
41. O estudo dos dialetos e falares portugueses (um inquérito linguístico) (1942), por Manuel de Paiva Boléo.
42. Atlas Linguístico dos Estados Unidos da América e Canadá (1939-1943), por Hans Kurath.
43. Vinte e cinco mapas do Atlas de Kolozsvá e seus arredores (1944), por Attila T. Szabó, Mózes Gállfy e Gyula Márton.
44. Atlas Dialetal da Flandres Ocidental e da Flandres Francesa (1946), por Willem Pée.
45. Sudoeste da Suécia à luz da Geografia Linguística (1947), por Natan Lindqvist.
46. Atlas Linguístico de Porto Rico (1948), por Tomás Navarro Tomás.
47. Atlas Linguístico da Região do Lago Seliger (1949), por M. D. Mal'cev e F. P. Filin.
48. A carta linguística do Congo belga (1950), por Gustaaf Hulstaert.
49. Dialetos da Finlândia (1950), por Lauri Kettunen.
50. Atlas Linguístico e Etnográfico do leonês (1950-1956), por Pierre Gardette.
51. Atlas Toponímico da Veneza Tridentina (1950-1952), por Carlo Battisti.
52. Atlas Linguístico da Alsácia (1950-1953), por Ernest Beyer.
53. Atlas Linguístico e Etnográfico da Gasconha (1950-1959), por Jean Séguy.
54. Atlas Linguístico e Etnográfico do Maciço Central (1951-1959), por Pierre Nauton.
55. Atlas Linguístico do Domínio Catalão (1952), por Antoni Badía e Germán Colón.

Note-se que, do conjunto de línguas ibero-românicas, já havia iniciativas em Geografia Linguística para o castelhano, o leonês, o andaluz, o aragonês e parte do catalão e do galego, no âmbito do *Atlas linguístico da Península Ibérica* (a partir de 1930), liderado por Ramón Menéndez Pidal, Amado Alonso e Navarro Tomás; no *Atlas linguístico da Catalunha* (1923-1939), pelo Monsenhor Antoni Griera; no *Atlas linguístico do domínio catalão* (1952), de Antoni Badía e Germán Colón, e em publicações afins, à exceção do português, que teve um projeto embrionário em 1932, sob o título de *Atlas Linguístico de Portugal e Ilhas*, como uma iniciativa do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, que só seria recuperado mais tarde por Manuel de Paiva Boléo em 1942, com o seu estudo dos dialetos e falares portugueses através de uma recolha por correspondências, avançando em 1946 para um projeto intitulado Atlas Linguístico de Portugal.

No tocante ao impacto do último pesquisador mencionado, é interessante observar a percepção de Serafim da Silva Neto (1950, 1957) quanto ao estudo da língua portuguesa:

Todavia a empresa que mais seduz ao prof. Paiva Boléo é a elaboração do Atlas Linguístico de Portugal e Ilhas, magistral e indispensável instrumento de trabalho que dará pela primeira vez um quadro completo e vivo da língua portuguesa falada. Para bem ver-se a urgência do Atlas basta lembrar que o português e o espanhol são as duas línguas românicas que ainda não o possuem! Trabalho dessa natureza é difícil, complexo e espinhoso; não se poderá levar a cabo sem auxílio oficial. Possa o Governo português, aliás tão esclarecido, ajudar o ilustre professor a erguer esse monumento da nossa língua! (Silva Neto, 1950, p. 4)

Na primeira década do século XX, a Geografia Linguística **revolucionava a Filologia Românica**. É que ela, como desde logo viu Schuchardt, representava o advento de um novo método. E, afinal, é no novo aperfeiçoamento das técnicas de trabalho que consiste o verdadeiro progresso da Ciência.

De fato, como acentua um de seus divulgadores, **as consequências da Geografia Linguística excederam todas as expectativas. Renovou-se o estudo dos falares e dialetos, estabeleceram-se novas bases para a história das línguas e, o que não é menos importante, a própria Linguística Geral** foi beneficiada com a larga massa de factos que os Atlas ofereciam. [...]

Impunha-se, dessarte, a preparação do Atlas Linguístico de Portugal, tanto mais quanto, além da França, já a Itália, a Romênia e a Catalunha (para não sair do campo neolatino) trabalhavam activamente na organização dos seus.

Preliminarmente, o Prof. Paiva Boléo resolveu fazer uma “sondagem” Linguística em todo o país: daí o inquérito, por correspondência, levado a cabo em 1942.

Feito o questionário, foi ele distribuído a doze mil pessoas, de todos os pontos do território português e das ilhas adjacentes: Açores e Madeira.

Os resultados não se fizeram aguardar e sobrepujaram as melhores esperanças do Prof. Paiva Boléo. (Silva Neto, 1957 [1955], p. 106-107, grifos nossos)

Convém destacar ainda, segundo Silva Neto (1957 [1955]), que o Fundo Sá Pinto, destinado a bolsas de estudo por parte do governo português, havia concedido ao dialetólogo a oportunidade de estudar na Suíça, em 1945, com Karl Jaberg e Jakob Jud para a aquisição de técnicas de elaboração de atlas. Ademais, desde 1930, junto a Boléo, que preconizava a vantagem e a urgência de um atlas português, discursava o Prof. Manuel Rodrigues Lapa, da Faculdade de Letras de Lisboa, acerca da política do idioma e as universidades quanto ao atraso científico e cultural da Filologia Portuguesa e o risco de os próprios portugueses não executarem o próprio projeto de um atlas linguístico:

Já lá vão vinte anos que se publicou o grande monumento filológico que é o Atlas Linguístico da França, de Gillieron. Esse grande acontecimento não teve e não tem tido a menor repercussão entre nós; **os problemas da Geografia Linguística continuam a ser ignorados em Portugal**”. [...]

[...] **Falta-nos ainda organizar o estudo científico da fonética portuguesa**, uma das mais complicadas da Europa, e **criar laboratórios de fonética**, perfeitamente apetrechados e com pessoal habilitado. Só assim evitaremos a medrança dos improvisadores e charlatães. **Somos o único povo europeu que não tem uma dessas oficinas, onde os fenómenos da língua são captados nos seus diferentes aspectos e nas suas modalidades regionais**. Aí virão de quando em quando, sujeitar-se à precisão dos aparelhos, o transmontano rude, com o seu característico s reverso, o minhoto de nasais abertas, o beirão da Costa, de falar cantante, e o alentejano contemplativo e comedor de ditongos. [...]

Esta colheita vagabunda, mas metódica, da língua, entra nos novos processos da chamada Geografia Linguística, totalmente ignorada, pode dizer-se, entre nós.

Todos os países procuram hoje realizar os seus “Atlas linguísticos”. É, além de uma necessidade científica, um ponto de honra nacional. **Por que os estrangeiros e principalmente os alemães, se nos não apressamos, são capazes de o fazer e - o que é mais - de o fazer òptimamente** (Rodrigues Lapa, 1933, p. 20, 35-36, grifos nossos)

A inserção lenta e gradual do português no âmbito da Geografia Linguística era um objeto de atenção da comunidade científica da época que preocupava investigadores nacionais e estudiosos estrangeiros, incluindo não só o levantamento e a descrição do que se passava nos limites da Romania Velha, mas também na România Nova. Existia, de certo modo, uma tentativa de integrá-lo à missão cartográfica pela percepção de que o novo método era um complemento necessário à história da língua, permitindo o entendimento e a comparação de fenômenos constituintes às línguas românicas, como denuncia a posição de Pop (1950) em uma revisão de trabalhos dialetológicos com aplicação do método geográfico-linguístico:

Le problème de la réalisation d'un **Atlas linguistique pour le Portugal et le Brésil** est une question d'importance capitale non seulement pour ces deux pays romans, mais aussi pour toute la Romania. En 1925, déjà, B. Schädel estimait nécessaire de le réaliser d'urgence (cf. Paiva Boléo, O interesse, p. 31). Le Congrès international des Linguistes, tenu en 1928 à La Haye, décida de faire appel aux gouvernements de tous les pays pour qu'ils entreprennent de pareils travaux qui servent plus tard à la rédaction de l'Atlas linguistique du monde. **Les gouvernements du Portugal et du Brésil ont dû recevoir cet appel**²². (Pop, 1950, p. 457, grifos nossos).

Enquanto o interesse institucional do governo português já se manifestava desde a década de 1930, no âmbito do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, vinculado ao Instituto de Alta Cultura e ao Ministério da Educação Nacional, o governo brasileiro só demonstraria um engajamento ao projeto românico em 1952, via Decreto, mobilizando a Casa de Rui Barbosa, que estava vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Ao passo em que o Brasil se introduzia nos fundamentos da Geografia Linguística para a constituição de um centro de estudos e para o planejamento de um primeiro atlas, demandando recursos humanos e financeiros para a execução da pesquisa dialetal, Portugal, já munido de um sistema científico favorável a tal tarefa, lidava com as discontinuidades e as rupturas inerentes ao contexto sociocultural e histórico europeu em que estava inserida, recuperando fôlego a partir de 1953 sob a liderança de Luís Felipe Lindley Cintra. Nessas circunstâncias, convém recuperar o diagnóstico de Castilho (1972/1973) acerca dos rumos da Dialectologia Portuguesa:

²² O problema da realização de um Atlas linguístico para Portugal e Brasil é uma questão de importância capital não somente para esses dois países românicos, mas também para toda a România. Já em 1925, B. Schädel considerou necessário realizá-la com urgência (cf. Paiva Boléo, O interesse, p. 31). O Congresso Internacional de Linguistas, realizado em 1928 em Haia, decidiu apelar aos governos de todos os países para realizarem trabalhos semelhantes que serviriam mais tarde para a elaboração do Atlas Linguístico de Portugal (cf. O interesse, p. 31). Manuel de Paiva Boléo, fez também, em 1930, um relatório à Direção-Geral da Educação Nacional para apoiar a realização de um Atlas linguístico de Portugal (cf. O interesse, p. 31) (Pop, 1950, p. 457, tradução nossa).

Em 1932 o Centro de Estudos Filológicos de Lisboa planejou levantar o "Atlas Lingüístico de Portugal e Ilhas", tarefa que não pôde executar até aqui.

Por volta de 1946, o Prof. Manuel de Paiva Boléo tentou organizar o "Atlas Lingüístico de Portugal", plano de que desistiu em face de dificuldades materiais. Posteriormente, Portugal foi cartografado graças ao projeto do "Atlas Lingüístico da Península Ibérica", ALPI. [...] Uma vez preparados os colaboradores, entre os quais Rodrigo de Sá Nogueira e Armando Nobre de Gusmão, tiveram início os trabalhos de campo, em 1931, principiando o levantamento pelo leonês, castelhano, andaluz, aragonês, parte do catalão e do galego. Irrompe nesta altura a Guerra Civil Espanhola, e os materiais do ALPI migram sucessivamente para Valência, Barcelona, Paris e Nova Iorque, já ao término da guerra, em 1939, permanecendo na América até 1950. [...]

Em 1953 o Instituto de Alta Cultura de Lisboa, que já havia proporcionado a colaboração de Sá Nogueira e de Armando Nobre Gusmão, volta a interessar-se pelo projeto, encarregando o Prof. Luís Felipe Lindley Cintra de prosseguir os inquéritos na área portuguesa, o que foi feito com o concurso de Anibal Otero. Esse trabalho estende-se de 1953 a 1956, concluindo-se a coleta de dados para o ALPI. Veio então a delicada tarefa de passar as respostas para o mapa, trabalhando nesse sentido equipes de foneticistas e desenhistas. O alfabeto fonético adotado é o que vem definido por Navarro Tomás em seu Manual de Pronunciación Española. Em cada mapa, além da palavra espanhola, figuram as suas equivalentes em português e catalão. O primeiro volume publicado consta de 75 mapas, e saiu em 1962; a publicação desse atlas ainda não terminou.

A execução do ALPI não anula a necessidade de se preparar um "Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e Galiza", projeto apresentado por M. de Paiva Boléo, J. G. Herculano de Carvalho e L. F. Lindley Cintra ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, 1957). Segundo os proponentes, o trabalho compreenderia cerca de 300 pontos do domínio lingüístico português, percorridos preferentemente por um só inquiridor, aplicando-se um questionário que associasse a experiência dos autores do projeto e de outros atlas românicos (Castilho, 1972/1973, p. 125-126).

Percebe-se, em síntese, que o texto do Decreto 30.643, de março de 1952, institucionalizou a tarefa de um mapeamento lingüístico do Brasil, oportunizando regimes de cooperação e comunicação entre pesquisadores e instituições dentro e fora do país, e delineou um esboço de diretrizes para um trabalho sistemático sob os princípios da Filologia Portuguesa para a execução de um trabalho dialetológico de base científica.

Efetivava-se, dessa maneira, uma esperança de Nascentes (1952) no boletim *ORBIS*, um importante veículo de informação belga sobre pesquisas dialetológicas quanto ao surgimento de uma instituição capaz de absorver a dispersão, promovendo direção única a estudos de Geografia Linguística:

Les études de géographie linguistique et en conséquence l'élaboration de cartes pour l'Atlas linguistique sont loin de leur début. Faute d'une organisation centralisatrice, les efforts partiels se perdent et ne sont pas inspirés par une plan d'ensemble. Seule une institution dotée de prestige pourra apporter une solution à cet état des choses. Le progrès scientifique d'un pays nouveau, doté d'une étonnante vitalité, rendra possible un jour ce desideratum²³ (Nascentes, 1952, p. 444)

²³ Os estudos de Geografia Linguística e consequentemente o desenvolvimento de mapas para o Atlas Lingüístico estão longe do seu início. Na ausência de uma organização centralizadora, os esforços parciais são perdidos e não são inspirados por um plano global.

Logo, com a emergência do ordenamento e o estabelecimento de um centro de pesquisas na Casa de Rui Barbosa, buscava-se criar um ambiente propício à continuidade de esforços científico-culturais que já vinham sendo empreendidos em países de línguas românicas e para superar a lacuna no que concerne à cartografia do português, mais precisamente o português no Brasil.

4.4 Os Brasis do século XX: elementos sócio-históricos, linguísticos e glotopolíticos

O Brasil é um país situado na porção meridional do continente americano, apresentando a maior dimensão territorial dessa realidade geográfica e fronteiras com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e com o Departamento Ultramarino Francês da Guiana. A formação de uma unidade geopolítica, os caminhos e descaminhos para a constituição do seu cenário linguístico e a construção de uma nacionalidade brasileira envolvem uma série de movimentos atinentes ao contato/conflito de povos e culturas, às relações de poder, à organização política do espaço e à exploração de potencial econômico da terra e dos homens.

Tendo em vista que as sociedades humanas não se constituem sem a linguagem, sobretudo por esse elemento estruturar relações sociais e consolidar campos de poder, no país, o componente linguístico, assim como demais elementos que permeiam a existência do homem, naturalmente passou por transformações em decorrência das interações interétnicas, da coexistência de diferentes línguas e dialetos em períodos pré e pós-coloniais e das políticas adotadas para intervir no convívio e no comportamento social dos falantes próprios de cada momento histórico.

Sob esse viés, reconhece-se o Brasil como uma nação plurilíngue (Oliveira, 2008), apresentando em sua trajetória ações orientadas por um monolinguismo que privilegiou a língua portuguesa, inicialmente como língua da colônia e da administração do século XVI ao século XVIII, posteriormente alcançando o estatuto de língua nacional e, mais tarde, língua oficial consoante a Constituição de 1988, no século XX.

Essa orientação glotopolítica monolíngue etnocêntrica, sob o discurso de “uma só língua para uma nação”, provocou aquilo que Mattos e Silva (2004) defende como uma formatação gradual da diversidade linguística de um “multilinguismo generalizado” para um “multilinguismo localizado”, ao longo de um processo secular de ampla difusão da língua portuguesa no território brasileiro, que se sobrepôs a línguas indígenas autóctones, línguas

Só uma instituição com prestígio poderá dar uma solução a esta situação. O progresso científico de um novo país, dotado de uma vitalidade surpreendente, um dia tornará possível este desiderato (NASCENTES, 1952, p. 444).

africanas e a línguas de imigração em um percurso de relações assimétricas de caracteres etnocida e glotocida.

Hoje, no âmbito do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, derivado do Decreto n. 7.387, de 9 de dezembro de 2010, há uma estimativa de que 250 línguas sejam faladas atualmente no Brasil, dentre as quais se distinguem línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de sinais, línguas crioulas e línguas afro-brasileiras, além do português e suas variedades dialetais. Ao discutir sobre a história sociopolítica do português e seu aspecto hegemônico, Faraco (2016, p. 116-138) expõe que:

O Brasil é, até agora, a única sociedade extra europeia em que a língua portuguesa se tornou a L1 da maioria absoluta da população. Uma primeira pergunta óbvia, é portanto, saber como historicamente isso se deu, ou seja, como a língua portuguesa passou de minoritária no século XVI - mal desembarcada num espaço densamente multilíngue (multilinguismo que crescerá ainda mais a com a transposição das populações africanas escravizadas e bem, posteriormente, com a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos) - a majoritária e hegemônica na entrada do século XX. Essa hegemonia não significa, claro, homogeneidade.

[...] Acrescente-se a esse panorama, por si só complexo, a existência (praticamente à margem da consciência social) das quase duas centenas de línguas indígenas (pequena parcela que restou do genocídio e glotocídio do processo colonizador - a maior parte a caminho da extinção); as perto de duas dezenas de línguas de herança (desde as mais antigas, trazidas por imigrantes germânicos, eslavos, italianos, árabes e japoneses, até as mais recentes, trazidas por imigrantes coreanos, sul-americanos ou haitianos); os resquícios de línguas africanas nas cerimônias ritualísticas das religiões afro-brasileiras; a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a rede de relações interLinguísticas, um quase bilinguismo, que se desenvolve nas fronteiras principalmente com o espanhol, mas também com outras línguas como o guarani, o francês e a língua crioula da Guiana Francesa, o inglês e a língua crioula da República da Guiana. Analisar essa complexa realidade sociolinguística não é tarefa fácil. (Faraco, 2016, p. 136-138)

De certa maneira, esforços têm sido empreendidos para resgatar informações pertinentes à heterogeneidade linguística brasileira, o que também tem perpassado a construção de narrativas historiográficas, crônicas e periodizações que escapem igualmente da órbita de uma história colonialista.

O português, na condição de língua do Império de Dom Manuel I a Dom Pedro II, sempre esteve no centro das grandes decisões, impondo-se, segundo Santos (2019), a partir de duas grandes políticas de redução acopladas ao projeto de colonialismo europeu ibérico: a criação e difusão das línguas gerais, a partir da qual foi possível empreender os primeiros contatos entre europeus e indígenas e favorecer o gradativo abandono linguístico em prol da língua portuguesa, um movimento liderado pelos missionários jesuítas desde o século XVI até meados do século XVIII com os intuitos de “converter e civilizar o gentio”; e o projeto de civilização do Marquês de Pombal, cujo Diretório de 1757, na segunda metade do século XVIII, introduz uma política de imposição da língua portuguesa para as populações indígenas do Grão-Pará e Maranhão e, em seguida, para o restante do Brasil, gerando uma mentalidade

que concorreu para o apagamento de línguas autóctones, assim como as línguas gerais, em um embate entre Igreja e Estado.

Ademais, em continuidade a esses fatos numa fase pós-colonial, eclodem as primeiras manifestações sobre a natureza da língua do Brasil, nas quais se postula um português diferenciado e geograficamente diversificado; a formação de um pensamento romântico permeado ora pela defesa da vigência da língua portuguesa no Brasil, em caráter legitimista, ora pela defesa de uma variante brasileira da língua portuguesa no âmbito da fala, pela ótica da dialetação e da diferenciação linguística; discussões sobre língua falada e língua escrita e os brasileirismos; o purismo e a correção do vernáculo; e o advento de movimentos de revisão linguística encabeçados por gramáticos, jornalistas, críticos e escritores. No cerne dessas questões, estava a emergência do Brasil enquanto Estado-nação, no sentido de assentar uma organização social que integrasse instituições políticas e uma unidade cultural.

Nesse cenário de ruptura com a Metrópole portuguesa, outrora uma matriz de referência sociopolítica e linguística forjada por um longo processo histórico de relações assimétricas, assentadas na estratificação étnica, na escravatura, na cultura latifundiária e no patriarcalismo, encontrava-se na realidade pós-colonial brasileira um ambiente heterogêneo, contraditório e instável, permeado tanto pelo saudosismo monárquico e o desejoso ideal republicano quanto pelo conservadorismo das aristocracias rurais e pelo pensamento liberalista das ascendentes burguesias urbanas.

O Império representou, em nossa evolução política, o esforço de unificação, suficiente para que se implantasse a República sem os dois perigos da fragmentação e do caudilhismo. A monarquia, pela ação da força centrípeta que desenvolvem as instituições dinásticas, teve um papel histórico na formação da nacionalidade: foi a primeira força que interveio para instaurar a ordem no caos social e tirar desse tumulto efeitos políticos, e, quer sufocando as sedições locais e as revoltas nas províncias, quer mantendo equilíbrio entre as duas correntes organizadas em partidos, pôde consolidar a unidade do país, transmitido intata à República a herança territorial legada pelos nossos antepassados. Mas tanto o Império, que não pôde subtrair-se às tenazes do bloqueio liberal, como a República Federativa que lhe sucedeu, eram superestruturas decalcadas em modelos teóricos por uma elite sem povo e sem organização da opinião pública, minadas pelas lutas partidárias, político-militares, e emperradas pela burocracia de profissão, que tornava laborioso o seu processo de adaptação às formas e condições da vida social. Esse duplo movimento das ideias e das coisas, no seu longo curso através do Império, e o sucesso da filosofia individualista, de base religiosa e política, auxiliado pela abolição do cativo, pela imigração e pelo surto industrial, acabaram por demolir os quadros da vida política que eram também os quadros da vida social. (Azevedo, 1944, p. 94-95)

Sob essa lógica, a busca por uma unificação linguística era reflexo de um esforço coletivo de manutenção da coesão social e de preservação do último elo não rebentado de civilização entre o Velho e o Novo Mundo. Nesse processo, figurou como elemento importante a construção de uma identidade linguística, posto que um grande debate suscitado

pelas elites intelectuais era a origem e a função da língua na sociedade, considerando que a independência política não havia gerado uma independência da herança linguística ibérica.

No conjunto de possibilidades do vasto território, do qual se poderia cogitar o retorno às raízes indígenas e o resgate de línguas africanas como elementos autênticos de uma sócio-história brasileira, houve mais do que tudo um apego à língua portuguesa, que seria apreciada nas suas peculiaridades lexicais e prosódicas, em um processo de nacionalização da língua e da literatura que foi empreendido, sobretudo, por escritores pós-coloniais.

Os escritores pós-coloniais, então, tinham que aceitar esta visão do processo de nacionalização de línguas e de literaturas e tinham, igualmente, que aceitar o fato de que o processo bem poderia durar muitos anos. [...] Mas poucos podiam deixar de ajudar o processo inevitável, e este desejo deixou traços importantes na forma e na temática das literaturas pós-coloniais do século dezenove: a adoção dos indigenismos e regionalismos; a repetição quase ritual de topônimos não-europeus; a idealização do meio, costumes, e dialetos de grupos nacionais que ficavam um pouco fora da tradição européia, como o backwoodsman e o cowboy nos Estados Unidos, o gaúcho argentino, o sertanejo brasileiro, o voyageur do Canadá Francês, ou o swagman australiano. Os intelectuais de nações pós-coloniais também têm compartilhado uma tendência a parar mais ou menos em cada geração, para examinar a situação e perguntar-se se as mudanças prometidas realmente ocorreram, se há uma língua norte-americana, ou argentina, ou brasileira. E muitos decidiram, na década dos vinte, que o clima, a vegetação, e a organização social fracassaram, que era necessário recomeçar a nacionalização da língua e da literatura. No Brasil modernista, para dar só um exemplo, temos a adoção de palavras tiradas de línguas não européias (na chamada "poesia negra" e na fase neo-indianista do movimento), e as tentativas angustiadas de Mário de Andrade de abrigar ainda mais a literatura, criando e escrevendo uma "língua que ainda não é língua". (Haberly, 1973, p. 33-34)

Esse aspecto é interpretado por Haberly (1973) como um fenômeno nas Américas de elaboração de uma língua literária que pudesse balizar relações de identidade e alteridade, isto é, a dialética de identificação e de reconhecimento próprio e coletivo dos sujeitos no que concerne à língua e à sociedade a que pertencem à medida que se permite a diferenciação frente ao outro. Confirmando essa soberania glotopolítica e histórica da língua portuguesa, Silva Neto (1970) descreve o seguinte panorama:

Desde os começos do século XIX, com a profunda urbanização que o caracteriza, se acentua a decadência do tupi e a vitória do português. Isso se explica facilmente. O português era a língua da administração: só em português era possível entender-se oficialmente com os agentes do Estado. Para aspirar aos cargos públicos (aliás sempre tão apetecidos) era preciso o conhecimento do português. Contratos, transmissões, testamentos - enfim todos os instrumentos jurídicos - eram escritos na língua dos colonizadores. O português era a língua da escola, o falar polido e disciplinado em gramáticas, enquanto a língua geral carecia desse prestígio, pois era um linguajar aprendido de outiva. Livros, de ficção ou de ciência, só em português. O tupi nunca se elevou à categoria de língua escrita literária. A razão é simples e óbvia: ele estava associado à classe mais humilde e rude da sociedade colonial. Era em português que o Brasil se comunicava com o resto do mundo. E, como se sabe, o progresso da civilização favorece o uso de uma língua culta, em desproveito de um falar puramente local. (Silva Neto, 1970, p. 524-525)

Em trabalho recente que objetiva oferecer subsídios para o resgate histórico de processos que teriam reverberado no comportamento de falantes situados em um amplo, heterogêneo e complexo cenário linguístico, Lucchesi (2017) aponta que a história sociolinguística do Brasil teria sido atravessada por quatro grandes processos ao longo dos séculos XI e XX: a tupinização da costa brasileira, o multilinguismo generalizado, a homogeneização linguística e o nivelamento linguístico.

Nessa proposta, o pesquisador se apropria de princípios do paradigma variacionista a partir de revisões de propostas anteriores, mais precisamente Silva Neto (1950), Pessoa (2003), Lobo (2003) e Noll (2008), para expor o seguinte quadro:

- I. tupinização da costa brasileira (1000 a 1532): estágio sociolinguístico pertinente a um cenário pré-descobrimento, protagonizado pelas populações autóctones, no qual deslocamentos migratórios de povos tupis em direção ao leste tornaram a realidade geográfica da costa brasileira um território com presença majoritária das línguas tupi e tupinambá.
- II. multilinguismo generalizado (1532 a 1695): estágio sociolinguístico pertinente a um cenário colonial, marcado pelo encontro do português europeu com línguas gerais indígenas e línguas africanas, favorecendo processos de mudança linguística, a exemplo da pidginização/crioulização do português.
- III. homogeneização linguística (1695 a 1930): estágio sociolinguístico que atravessa o Brasil Colônia ao Brasil República, mais precisamente a primeira metade do século XX, no período político do Estado Novo, no qual a língua portuguesa se assenta em um projeto de organização geográfica do espaço, assumindo caráter hegemônico em uma relação assimétrica de redução do multilinguismo.
- IV. nivelamento linguístico (1930 aos dias atuais): estágio sociolinguístico circunstanciado ao Brasil República no qual a língua portuguesa se torna hegemônica, podendo-se identificar um multilinguismo localizado no que diz respeito a línguas indígenas e línguas de imigrantes que adentraram o território no século XIX e no século XX. O português brasileiro emerge de um contexto multilíngue anterior, configura-se como heterogêneo, tendo em vista suas variedades diatópicas e diastráticas, e possui um caráter polarizado ao nível das normas, com o advento da industrialização e da urbanização.

Aprofundando-se em aspectos sócio-históricos, linguísticos e glotopolíticos a partir desse construto, percebe-se que o século XX é palco de discussões sobre a denominação da variante brasileira e a revisão do estatuto da língua portuguesa, das línguas indígenas e das

línguas africanas pelos vieses filológico e dialetológico. Nessa conjuntura, conforme Pinto (1981), há a elaboração de trabalhos que sistematizaram prioritariamente o conhecimento linguístico em torno do português, manifestando um interesse pelas variedades regionais e os primeiros esboços de delimitação de áreas dialetais; o culto aos neologismos e regionalismos; a preocupação com a pronúncia; a percepção de uma necessidade de elaboração de instrumentos metalinguísticos voltados à realidade nacional, tal como gramáticas e dicionários; e as primeiras políticas de estruturação do ensino de línguas e de formação de professores.

Essas questões integram uma complexa fase de estruturação da nação e do Estado, que se direcionou para uma revolução industrial tardia e para a desintegração do poder das oligarquias regionais brasileiras, em face das consequências sofridas pela produção mundial pós-crise de 1929, que afetou drasticamente a economia agroexportadora brasileira e evidenciou a fragilidade sociopolítica do país interna e externamente. A transição do poder via Revolução de 1930 reconfigurou as tomadas de decisões para uma orientação autoritária e progressista, mais centralizada e menos fragmentária, pela qual se erige toda uma base geográfica, jurídica, histórica e sociocultural de um projeto de Estado-Nação.

Assim, a República Velha do Coronelismo — caracterizada por troca de favores, monopólio agropecuário e resquícios de um sistema colonial luso-brasileiro — chegava ao fim, sendo substituída por uma fase nacionalista e anticomunista, orientada pela expansão do capitalismo de base urbano-industrial, que se sagrou na história como a Era Vargas (1930-1945). As línguas, evidentemente, não escaparam dessas tensões. Nesse ponto, identifica-se o princípio de um nivelamento linguístico.

Para Morel (1979), a partir da década de 1930, estabelece-se um estado de compromisso entre interesses das classes médias urbanas, facções de oligarquias rurais e parte da burguesia industrial nascente, catalisado pela necessidade de recursos humanos para o trabalho na nova burocracia pública e no setor industrial, de tal modo que iniciativas para o estabelecimento de um sistema científico e tecnológico foram fundamentais. O nacionalismo, nesse momento, caracterizava-se pela manutenção da soberania do Estado, pelo incentivo a intervenções da entidade geopolítica nos mais diferentes campos e pela atuação estratégica do país sobre seus trunfos de poder: a população, o território e os recursos. Para tratar das questões linguísticas, o primeiro elemento será aprofundado.

Raffestin (1993) defende que as línguas constituem recursos, isto é, matérias ligadas ao espaço transformadas pelo trabalho humano, e instâncias nas quais há circulação e manifestação de poder. Na condição de sistemas sêmicos, intermedeiam relações políticas,

econômicas, sociais e culturais num dado lugar e por uma certa duração, possuindo de modo especial não só um valor de uso associado à função que ocupam nas interações humanas, num sentido comunicacional, mas também um valor de troca que se liga à organização política do espaço e aos modos de produção e consumo de uma coletividade. À vista disso, pode-se considerar a linguagem como um capital complexo, no qual há possibilidades de aplicação de sanções, controle de uso, manipulação e alienação.

Tendo em vista a importância das línguas como instrumentos de ação social que atravessam uma população, um território e o acesso a outros recursos, diante de um cenário de heterogeneidade, potenciais conflitos e resistências danosas aos centros de poder e as suas relações com organizações periféricas, instituições podem se valer de estratégias interventivas no plano da linguagem, instaurando normas sobre comportamentos, conhecimentos e práticas linguísticas, entendidas como glotopolíticas ou políticas linguísticas.

Segundo Calvet (2007), glotopolíticas são as decisões sobre as relações da sociedade e das pessoas com as línguas. Para Spolsky (2004), políticas linguísticas perpassam três dimensões interdependentes, mas interrelacionadas entre si, de modo que mudanças em uma dessas bases reverberam significativamente nas outras: práticas (escolhas linguísticas que os membros de uma comunidade realizam cotidianamente), crenças (sistemas de valores linguísticos construídos por uma coletividade, levando-se em conta o índice de usuários, a sua importância social, seus benefícios e malefícios) e gestão (esforços empreendidos por indivíduos, grupos ou instituições para instaurar crenças ou práticas linguísticas num dado domínio).

Do ano de 1930 a 1952, observa-se o seguinte panorama de políticas linguísticas no Brasil:

1. Decreto n. 19.402/1930: criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, pavimentando uma rota de políticas nacionais de educação.
2. Decreto n. 19.852/1931: disposição sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Estabelece uma seção de Letras que será composta por disciplinas consideradas essenciais e de ensino obrigatório para os que pretendam licença em Letras, Filosofia, História e Geografia e línguas vivas. Além disso, dispõe como possível a inclusão de disciplinas facultativas destinadas ao ensino de línguas mortas e vivas, bem como quaisquer outras relativas à cultura filosófica, literária e artística.
3. Decreto n. 19.890/1931: reforma na organização do ensino secundário na qual constavam português, francês, inglês, alemão e latim na lista de línguas integrantes da seção de Letras do ensino secundário. O ensino de língua portuguesa era previsto em todos os anos do ensino fundamental.

4. Decreto n. 20.108/1931: texto que dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino.
5. Decreto n. 20.833/1931: extinção de cargos de professores catedráticos de francês, inglês e alemão e regime de fiscalização para o ensino e contratação de professores de “línguas vivas estrangeiras”.
6. Decreto n. 21.241/1932: disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências, ratificando a questão da fiscalização para o ensino e contratação de professores de línguas vivas estrangeiras.
7. Decreto nº 39/1934: aprovação dos estatutos da Universidade de S. Paulo. O Curso de Letras compreende uma das três seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Há, como cátedras fundamentais, disciplinas de Filologia grega e latina; Filologia portuguesa; língua e literatura francesa; língua e literatura italiana; língua e literatura espanhola; língua e literatura inglesa; língua e literatura alemã. Língua tupi-guarani aparece como disciplina integrante da cátedra fundamental de Geografia e História.
8. Constituição Federal de 1934: atribui-se à União a competência de estimular o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral e de oferecer ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras.
9. Decreto n. 613/1936: aprovação em caráter provisório do Regulamento da Inspetoria Especial de Fronteiras, tendo em vista atuação desse órgão nas fronteiras da Amazônia e do Noroeste do Mato Grosso. Atribui-se à seção de Serviço de Exploração de Fronteiras o estudo das línguas indígenas do Brasil Central, especialmente das regiões fronteiriças.
10. Decreto n. 736/1936: aprovação do Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, incumbindo ao órgão o levantamento de estatísticas gerais dos índios do Brasil, incluindo suas línguas.
11. Decreto-Lei n. 93/1937: criação do Instituto Nacional do Livro em atendimento ao Plano Nacional de Educação para a valorização, controle e difusão de livros nos estabelecimentos públicos brasileiros. Dentre seus objetivos, constava a elaboração de uma Enciclopédia Brasileira e um Dicionário da Língua Nacional para a consolidação de uma cultura nacional.
12. Decreto n. 1.555/1937: regulamento de admissão de professores contratados no Colégio Pedro II. Em acordo com o Decreto n. 21.241/1932, determina-se um controle numérico para a composição de turmas para o ensino de línguas vivas: quarenta e cinco alunos no máximo, e trinta, no mínimo. Estabelece condições de acesso aos inscritos: maiores de 21 anos, possuidores de certificado de registro provisório de professor; prova do exercício do magistério e títulos de cultura.

13. Decreto-Lei n. 292/1938: obrigatoriedade do uso do sistema ortográfico celebrado entre o Brasil e Portugal em 1931, instruindo, na alçada do Ministério da Educação, a publicação de um vocabulário ortográfico de língua portuguesa para uso nos atos públicos e no ensino.
14. Decreto-Lei n. 389/1938: regulamento sobre a nacionalidade brasileira. O conhecimento de língua portuguesa se torna um dos requisitos para a naturalização.
15. Decreto-Lei n. 406/1938: política linguística de intervenção no contexto escolar relativamente à circulação de línguas de imigração, destacando a centralidade do ensino de língua portuguesa. O ensino de qualquer matéria, em escolas rurais do país, deve ser ministrado em português; os livros destinados ao ensino primário devem ser exclusivamente em língua portuguesa e não é permitida a circulação de impressos sem a permissão do Conselho de Imigração e Colonização.
16. Criação do Conselho de Imigração e Colonização (1938): instituição criada a partir do Decreto n. 406 para regulamentar a entrada de estrangeiros em território nacional.
17. Decreto-Lei n. 868/1938: instituição de uma Comissão Nacional de Ensino Primário para a elaboração de uma campanha para desenvolver estudos e definir estratégias para a estruturação do ensino primário, além do combate ao analfabetismo e da nacionalização do ensino primário em núcleos de população de língua estrangeira.
18. Decreto-Lei n. 925/1938: estabelecimento do Código de Justiça Militar. Em circunstâncias de testemunha não falante de língua portuguesa, autoriza-se a nomeação de intérpretes que se encarreguem de traduzir perguntas e respostas. Exige-se tradução autêntica de documentos escritos em língua estrangeira.
19. Lei n. 1.006/1938: estabelecimento de condições de produção, importação e utilização do livro didático, contendo a proibição de publicação de livros didáticos em língua estrangeira.
20. Decreto n. 3.010/1938: política linguística de intervenção em publicações de material impresso em língua estrangeira mediante a autorização do Ministério da Justiça e pareceres do Conselho de Imigração e Colonização em zonas rurais no sentido de cercear “o cultivo demasiadamente vivo da língua, de tradições e costumes estrangeiros numa determinada zona”. Regulamenta-se o Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.
21. Decreto-Lei n. 1.187/1939: disposição sobre o serviço militar. Estabelece que a duração do tempo de serviço do incorporado que não falar correntemente a língua vernácula poderá ser ampliada a critério dos Ministros da Guerra ou da Marinha.
22. Decreto-Lei n. 1.190/1939: disposição sobre a organização da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei n. 452, de julho de 1937. Estabelece a seção de Letras como uma das quatro unidades fundamentais, ofertando cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-germânicas. Para o curso de Letras Clássicas, estava previsto para as três séries o estudo de língua latina, língua grega e língua portuguesa. No curso de

Letras Neolatinas, constavam língua portuguesa na segunda e na terceira série; língua latina, língua francesa, língua italiana e língua espanhola nas três séries. Por sua vez, o curso de Letras Anglo-germânicas previa língua latina, língua inglesa, língua alemã e língua portuguesa (na segunda e na terceira série).

23. Decreto-Lei 1.545/1939: ato referente à adaptação de brasileiros descendentes de estrangeiros em território brasileiro pela via do ensino e do uso da língua nacional. Elege-se o uso da língua nacional como um dos elementos de adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros; encarrega-se ao Ministério da Educação e saúde a vigilância sobre o ensino de línguas; proíbe-se o uso de línguas estrangeiras em repartições, alojamentos militares e no serviço militar. Determina-se que práticas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.
24. Decreto-Lei n. 1.608/1939: estabelecimento de um código de processo civil. Determina-se que não serão admitidos em juízo documentos escritos em língua estrangeira, à exceção de papéis acompanhados por tradução oficial.
25. Decreto-Lei n. 1.794/1939: criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios no âmbito do Ministério da Agricultura. Atribui-se ao órgão o estudo de todas as questões de assistência e proteção, assim como costumes e línguas.
26. Decreto n. 4.857/1939: disposição sobre a execução dos serviços de registros públicos estabelecidos pelo Código Civil. Nele, títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, para terem efeitos legais no país e para valerem contra terceiros, devem ser vertidos em português e possuírem registro de tradução, assim como as procurações passadas em língua estrangeira.
27. Decreto n. 5.077/1939: Aprovação do regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda, situando a categoria “línguas” como um dos assuntos de sua competência.
28. Decreto-Lei n. 2.141/1940: regulamentação de execução do quinto Recenseamento Geral de 1940, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contemplando aspectos linguísticos que buscaram tanto analisar as condições de uso e a vitalidade do português no território, como também recensear a presença de línguas estrangeiras.
29. Criação da Revista de Imigração e Colonização (1940-1955²⁴): periódico vinculado ao Conselho de Imigração e Colonização com a função de assentar os princípios da política imigratória do Estado Novo e divulgar dados demográficos do Brasil à época.
30. Decreto-Lei n. 3.580/1941: Fica proibida a produção no território nacional e a importação de livros didáticos, escritos total ou parcialmente em língua estrangeira, se destinados ao uso de alunos do ensino primário.
31. Decreto-Lei n. 3.689/1941: Estabelece o Código de Processo Penal. Define-se que para comunicação entre as Justiças de países diferentes, cartas rogatórias devem ser acompanhadas

²⁴ Apesar da morte de Getúlio Vargas em 1954 e da transição imediata de poder, o periódico se manteve ativo até o ano de 1955.

de tradução em língua nacional, feita por tradutor oficial ou juramentado; quando o acusado não falar a língua nacional, o interrogatório será feito por intérprete; caso o interrogado não saiba ler ou escrever, intervirá no ato, como intérprete e sob compromisso, pessoa habilitada a entendê-lo; estabelece método de interrogatório para pessoas surdas.

32. Lei n. 4.244/1942: com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, foi ampliada a atenção para o ensino de línguas, sobretudo o cultivo da língua nacional como elemento de interesse à existência e à unidade da nação, tornando-se obrigatório a todas as sete séries. Prevvia-se o estudo de grego e latim (este principalmente como subsídio para a compreensão da língua nacional) nos estudos do segundo ciclo, entre as disciplinas do curso clássico. Estabelece-se também que a escola secundária brasileira deve ofertar a todos os alunos o ensino de três línguas vivas estrangeiras: francês, inglês e espanhol.
33. Decreto n. 10.652/1942: aprovação do regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Ratifica-se a conservação e o estudo de línguas de comunidades indígenas.
34. Decreto-Lei n. 6.141/1943: no âmbito da Lei Orgânica do Ensino Comercial, a disciplina de língua portuguesa se configura como uma das disciplinas para o exame de admissão para os candidatos à matrícula inicial no curso comercial básico.
35. Decreto n. 12.317/1943: aprovação do regimento do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Ratifica-se o estímulo a estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio.
36. Decreto n. 12.318/1943: modificação do regimento do Serviço de Proteção aos Índios. Determina-se que, cabe ao Serviço de Proteção ao Índio, efetuar o levantamento da estatística geral das populações indígenas e dar ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios cooperação no estudo e investigação das origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio brasileiro.
37. Decreto n. 13.609/1943: regulamento para o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no Território da República.
38. Decreto-Lei n. 8.460/1945: Legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Torna-se livre no país a produção ou a importação de livros didáticos, à exceção daqueles total ou parcialmente escritos em língua estrangeira, quando destinados a uso de alunos nas escolas primárias. Instaura a obrigatoriedade de livros didáticos escritos na língua nacional e em consonância à ortografia oficial estabelecida por lei.
39. Decreto n. 17.684/1945: modificação do regimento do Serviço de Proteção aos Índios. Atribui-se ao Serviço de Proteção aos Índios o estudo, sob o ponto de vista geográfico e econômico, das regiões habitadas por índios e fazer levantamentos estatísticos das populações indígenas, classificando-as por agrupamento lingüísticos ou culturais, bem como pela respectiva distribuição pelos postos; investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições,

hábitos e costumes do índio, promovendo a divulgação dos resultados obtidos; e o registro para fins de documentação e trabalhos etnográficos.

40. Constituição Federal de 1946: estabelece-se o ensino primário obrigatório e exclusivamente em língua nacional e inicia-se um plano de nomeação de uma comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional. Integraram a Comissão: Cláudio de Sousa (Presidente); Sousa da Silveira (Relator); Levi Carneiro; Herbert Moses; Francisco Borges Fortes de Oliveira; Júlio Nogueira; Clóvis Monteiro; Pedro Calmon; Augusto Magne; Inácio M. Azevedo do Amaral; P. Leonel Franca.
41. Processo n. 43.784/1946: o Ministério da Justiça e Negócios Interiores determina a publicação do relatório técnico-científico sobre a denominação do idioma nacional do Brasil, de 15 de outubro de 1946, no Diário Oficial e autoriza a reprodução na imprensa para divulgação e conhecimento público. A língua portuguesa é declarada a língua nacional.
42. Lei n. 651/1949: regulamento de execução do sexto Recenseamento Geral do Brasil, previsto para 1950, instituindo no censo demográfico a coleta de dados sobre línguas.
43. Lei n. 818/1949: normas para aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade e para a perda dos direitos políticos. Leitura e escrita em língua portuguesa tornam-se condições para a naturalização.
44. Decreto legislativo n. 41/1950: estabelecimento de um Acordo de Cooperação Intelectual firmado na cidade de Lisboa, a 6 de dezembro de 1948, entre o Brasil e Portugal. Dentre as atividades previstas, está o intercâmbio de professores de nível universitários, revistas científicas, livros de texto de teses do pessoal docente e técnico das escolas superiores e centros de investigação científica, bem como a troca de estudos linguísticos para a uniformização da terminologia científica nos dois países. Há também o estímulo e premiação a trabalhos científicos em “filologia histórica”.
45. Lei n. 1.164/1950: instituição do Código Eleitoral. Não podem alistar-se como eleitores analfabetos e pessoas que não sabem exprimir-se na língua nacional.
46. Divulgação do Recenseamento Geral do Brasil (1950): impressão dos volumes do Censo de 1940 pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cujos trabalhos foram encerrados em 11 de março de 1949. Exposição de dados especiais sobre naturalidade, nacionalidade e línguas.
47. Decreto-Lei n. 29.268/1951: promulgação do Acordo de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa, a 6 de dezembro de 1948.
48. Decreto n. 30.643/1952: estabelecimento de um Centro de Pesquisas na Casa de Rui Barbosa, constituído por duas seções comissionadas: Filologia e Direito. A comissão de Filologia se torna responsável por estudos que teriam o objetivo de elaborar o atlas linguístico do Brasil.

Observe-se que, dessa listagem obtida pela ferramenta "Busca de Legislação" da plataforma digital da Câmara dos Deputados do Brasil, por meio de um levantamento efetuado pelo autor da tese, 39 intervenções ocorreram durante o Estado Novo (1930-1945), lideradas por Getúlio Vargas; sete estão inseridas no mandato de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e, por fim, duas últimas promulgadas por Vargas (1951-1952) em seu segundo e último mandato, durante a Quarta República.

De modo geral, as glotopolíticas privilegiaram a língua portuguesa e se inserem predominantemente nas seguintes esferas: institucionalização, organização do ensino, codificação e padronização linguísticas, recenseamento linguístico, aquisição de livros e materiais didáticos, fiscalização, autenticidade de documentos, proibições, regulamentos para ofício de profissão e condições de cidadania e nacionalidade. Particularmente, o Decreto n. 30.643, de março de 1952, enquadra-se como uma prática de recenseamento linguístico.

Falada por uma população heterogênea e miscigenada que se forjou por históricas relações assimétricas de poder e contatos interétnicos, a língua portuguesa entre 1930 a 1950 estabelece-se como língua nacional, de tal modo que há um processo intenso de normalização do monoglotismo no território brasileiro e de integração do país à lusofonia.

Nesse intervalo, o português foi assumido como um sistema sêmico que deveria assegurar a comunicação entre infraestrutura (as forças de produção) e superestrutura (estrutura jurídico-política-ideológica sob a figura do Estado), como se pode atestar em seu estatuto como critério de nacionalidade, condição de naturalização e mecanismos de universalização de uso. A matriz dessas políticas linguísticas de práticas, crenças e gestão é a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, a partir do qual foram direcionadas estratégias para a estrutura e organização da educação básica e do ensino superior.

Na perspectiva de Raffestin (1993), línguas determinam modelos de representação, de modo que privilegiar um sistêmico constitui uma alternativa para homogeneizar e controlar sistemas de informação, preservando identidades, evitando conflito e reduzindo a autonomia dos atores sociais. A diferença linguística era encarada como elemento nocivo ao desenvolvimento social e à manutenção do poder e essa mentalidade foi estruturada no calor da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando emergiu o problema da soberania política e territorial.

Uma expressão clara disso é a execução dos Recenseamentos Gerais do Brasil, instituindo no censo demográfico a coleta de dados sobre línguas e nacionalidades e sua distribuição ao longo do território, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatísticas, para aferir a extensão e a proficiência em língua portuguesa no Brasil, embora seu desenvolvimento não tenha sido tão eficiente como denuncia a publicação de 1940, optando-se por um foco alternativo ao levantamento de 1950 de atentar-se ao não uso habitual do português.

LÍNGUA - A condição de falar, ou não, correntemente o Português, de par com a de usar habitualmente essa língua ou outra, no lar, indagada no questionário do Censo Demográfico, associa-se, em vários quadros desta publicação, a classificações segundo nacionalidades e países de naturalidade, oferecendo dados bastante expressivos sobre as condições de assimilação da população de origem estrangeira fixada no Brasil e de seus descendentes diretos. **Houve, sem dúvida, certa precariedade nas respostas dadas a um dos quesitos em aprêço, confundindo-se a condição de falar, ou não, correntemente o Português, com a de falar, ou não, corretamente essa língua, o que levou a declarações negativas em relação a crianças incapazes ainda do uso desembaraçado de qualquer espécie de linguagem. Com o destaque da população menor de 5 anos de idade, fornecida concomitantemente, pode-se, entretanto, em grande parte, obviar a precariedade resultante da confusão assinalada.** (IBGE, 1940, v. 2., p. xxxiii, grifos nossos)

LÍNGUA FALADA- Discriminam-se, segundo a língua falada, as pessoas de 5 anos e mais que habitualmente não falavam o Português no lar. Nos casos em que, na mesma família, eram falados habitualmente idiomas diferentes no convívio doméstico, registrou-se, para cada pessoa, o idioma declarado. A apuração evidencia a existência de núcleos aborígenes que, embora em contacto com os civilizados, conservam o uso da língua nativa. No quadro incluem-se as pessoas que nada declararam a respeito da língua falada no lar. (IBGE, 1950, v. 1., p. xix, grifos nossos)

No que concerne ao elemento imigrante, a partir do qual foi trazido ao Brasil uma variedade de línguas europeias e asiáticas, observa-se que as medidas proibitivas constituem uma continuação das políticas imigratórias restritivas e eugenistas adotadas entre 1930 e 1945 e também se articulam ao projeto de expansão, ocupação e soberania nacional para a construção de uma territorialidade. Subjazia às intervenções o temor pela formação de encravamentos políticos e linguísticos em regiões de baixa articulação aos aparelhos estatais que pudessem corromper o ideal de homogeneidade linguística e coesão social, considerando os objetivos primários da imigração enquanto alternativa para arrecadação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento do país.

Note-se que o ano de 1938, com intuito de fomentar o monolinguismo e a assimilação do imigrante, constitui um marco para um conjunto de estratégias repreensivas e fiscalizatórias de práticas culturais, linguísticas e educacionais pertinentes a imigrantes em território brasileiro, como uma forma de controle da vida das colônias, sobretudo no Sul do país, região de emergente atividade industrial e agrícola (Castro, 2021).

Com a consagração do “índio” como primeiro brasileiro e base de uma cultura nacionalista, houve no Estado Novo, com ênfase na Marcha para o Oeste, uma tentativa de promover a conscientização pública sobre a cultura indígena integrada ao plano de incursão territorial e proteção de fronteiras (Garfield, 2000) para superar o problema da baixa

densidade demográfica e do desenvolvimento econômico. Entretanto, essas intervenções, ao invés de contribuírem para uma imagem da diversidade étnico-cultural aborígene, favoreceram a percepção homogeneizada dos indígenas como um único grupo.

Disso, entre 1936 e 1945, resultam as determinações de inspetorias especiais de fronteiras, de serviços de proteção e do conselho nacional de proteção para que existissem estudos e investigações sobre origens, línguas, tradições e costumes tanto em perspectiva de elaborar crenças (sistemas de valores linguísticos construídos por uma coletividade, considerando a importância do índio para a cultura brasileira e para a língua nacional) quanto de assegurar o poder estatal sobre uma gestão (esforços empreendidos para instaurar crenças e práticas linguísticas).

Por último, quanto às línguas africanas, não se reconhecem quaisquer esforços glotopolíticos, o que, certamente, se relaciona à herança de relações assimétricas que remontam ao Período Colonial, ao racismo estrutural da sociedade brasileira e à trajetória de políticas de desagregação de grupos étnicos africanos.

Em suma, partindo do princípio de que as línguas constituem parte de um capital humano imprescindível ao desenvolvimento social, percebe-se que os antecedentes sócio-históricos, linguísticos e glotopolíticos do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, confluem para uma língua portuguesa que precisava ser regulada e recenseada para que se tivesse noção de sua extensão territorial, enquanto índice de um trunfo de poder, o que, no caso, era uma população coesa e estrategicamente distribuída no espaço para a garantia de recursos, sob o lema “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta” (Vargas, 1941, p. 229).

4.5 Entre letras e legados: os primeiros agentes e discursos em torno da pesquisa linguística na Casa de Rui Barbosa

À vista do que foi apresentado nas últimas seções, percebe-se que a Casa de Rui Barbosa é uma instituição cultural e científica que emergiu no contexto da primeira república em uma tentativa de salvaguardar propriedades e o espólio documental de Rui Barbosa de Oliveira.

Esse jurista, político e escritor baiano, considerado um dos intelectuais e estadistas que mais atuou pela institucionalização do regime republicano, ocupou a posição de Ministro da Fazenda do governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca, de 1889 a 1890, além de ter participado significativamente no processo de separação entre Igreja e Estado e de elaboração da primeira constituição republicana, sendo, de certo modo, um símbolo de nacionalismo reconhecido e popularizado no contexto do novo modelo de sociedade vivenciado no país. A

defesa do fim da escravidão como elemento de mudança na matriz econômica nacional; a formação de um Estado liberal na transição do Império para a República, a proclamação da República e a defesa dos símbolos nacionais, como a língua portuguesa, eram elementos que atravessavam muito de seus posicionamentos nos discursos políticos e escritos.

O estabelecimento da instituição foi produto de séries de determinações governamentais, sendo a primeira referente à aquisição da casa da rua São Clemente, n. 134, Rio de Janeiro, com o mobiliário, a biblioteca, o arquivo, os manuscritos e as obras inéditas, no contexto do Projeto Antônio Azeredo, n. 12, de 1923, cuja aprovação e providências se deram em 1924, sob a presidência de Artur Bernardes. No que concerne ao seu primeiro estatuto de atividades, entre 1927 e 1929²⁵, no âmbito do governo de Washington Luís, criam-se as bases para o funcionamento de um Museu Rui Barbosa, posteriormente Casa de Rui Barbosa.

Novas alterações ocorreriam de 1930 a 1946, sobretudo com a incorporação da Casa de Rui Barbosa ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) pelo presidente Getúlio Vargas, um órgão que ocuparia papel fundamental no processo de urbanização e industrialização brasileira a partir do estabelecimento de políticas educacionais e científicas que vão permitir a preparação de recursos humanos em atendimento ao novo aparelho estatal e ao novo sistema produtivo. Outra mudança de escopo significativa ocorreria em 1952, com o Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, durante o mandato do Ministro da Educação Ernesto Simões da Silva Freitas Filho (1886-1957), pelo qual se propõe o estabelecimento de um centro de pesquisas no âmbito da Casa de Rui Barbosa, contemplando duas áreas do conhecimento versadas pelo patrono da instituição: a Filologia e o Direito.

A Casa de Rui Barbosa não é propriamente um museu, onde se vai admirar uma biblioteca excepcional, as obras do mestre, o mobiliário, os objetos de que se utilizava em vida, a mesa em que escrevia. Pode-se ir lá também para consultar os livros e especular em torno da vida do grande brasileiro, com a intenção de perpetrar mais um ensaio ou por mera curiosidade eventual.

O presidente Getúlio Vargas, agora, com seu Decreto, criando, na Casa de Rui, um centro permanente de pesquisas culturais nos dois campos vastamente explorado pelo inolvidável político e estadista, e que são o do Direito e o da Filologia, amplia as finalidades da instituição. Duas comissões serão constituídas para realizar estudos especiais, valendo-se dos livros e dos arquivos de Rui, e anualmente caberá tanto a uma como a outra, editar os resultados dos seus trabalhos nesses domínios. Professores universitários deverão colaborar nesse obra.

A iniciativa merece, realmente, todos os encômios, pois o próprio governo é quem se propõe a permitir um melhor aproveitamento das preciosas fontes de informação, que a Casa oferece aos estudiosos do Direito e da Filologia. O centro de pesquisas jurídicas e filológicas, dentro da velha instituição, não será, portanto, mais que um novo centro de cultura que o país vai ganhar. (O Jornal, 21/03/1952, p. 2)

²⁵ Decreto n. 17.758, de 4 de abril de 1927, que criou o Museu Rui Barbosa e aprovou o seu regulamento; Decreto n. 5.429, de 9 de janeiro de 1928, o qual institui a Casa de Rui Barbosa; Decreto n. 18.767, de 27 de maio de 1929, referente à aprovação do Regulamento da Casa de Rui Barbosa.

A respeito dessas duas frentes de atuação, chama a atenção que, na seara jurídica, o polímata brasileiro defendia a construção de um regime republicano a partir de um ambiente institucional sólido e zeloso de suas condições de constitucionalidade.

Para Nogueira (1966), em uma súpula da influência de Rui Barbosa no Direito, destacam-se o “aprimoramento das maneiras de escrever”, isto é, a escrita dialética nos textos forenses, marcada por um linguagem mais clara, menos tecnicista, elegante e com inspirações literárias, atenta à construção lógico-argumental desde a forma ao exercício exegético do leitor; a “influência no direito industrial” para o estabelecimento de normas jurídicas reguladoras de conflitos; a “presença no direito penal” a partir da defesa do tribunal de júri como emanção da vontade do povo; “influência no direito civil” por um desvelamento prestigioso da teoria da posse dos direitos pessoais, atenção a dispositivos de manutenção e reintegração possessória, como remédios jurídicos menos complicados e o uso flexível do *habeas corpus*; a ideia de “responsabilidade civil do Estado” por atos dos seus funcionários passíveis de dano a terceiros, reconhecidas “na área do direito administrativo”; “a antecipação de regras processuais”, como o dispositivo de mandado de segurança e a defesa de um sistema processual único; e “uma ação profunda e ampla na esfera constitucional”, por uma constante atuação a favor da supremacia do Judiciário no sistema federativo, inclusive como penhor da tutela dos direitos e liberdades do homem.

Por outro lado, no campo filológico, é notório o culto à língua portuguesa, sob o estatuto de língua nacional, como um objeto de interesse nos Pareceres e Réplicas acerca da redação do Código Civil (1899-1904), quando Rui Barbosa investe uma análise filológico-gramatical pela defesa de composição de um ordenamento jurídico sob princípios de simplicidade, limpidez e transparência de modo a alçar não só uma longevidade secular, mas também eficiência para entendimento e obediência ao texto constitucional em harmonia ao curso civilizatório que se construía no Brasil.

Atendo-se essencialmente à linguagem, o jurista-filólogo identificou “mazelas e corruptelas de linguagem” e debateu fenômenos em extensa arguição contra gramáticos, mais precisamente Ernesto Carneiro, na qual, segundo Nunes (2023, p. 119), “Rui exhibe um impressionante conhecimento sobre estudos linguísticos que estavam sendo desenvolvidos na época”. Esse gesto, por sua vez, o consolidou como um defensor do protecionismo linguístico, tão evidente em suas frases como “A degeneração de um povo, de uma nação ou raça, começa pelo desvirtuamento da própria língua” (O Estado de S. Paulo, 18/05/1911) e “Uma raça, cujo espírito não defende o seu solo e seu idioma, entrega a alma ao estrangeiro, antes de ser por êle absorvida” (Rui Barbosa, 1902), que, sob uma concepção nacionalista,

concebe a língua como o reflexo de um grau de maturidade mental, espiritual e material de uma sociedade e, portanto, deve ser protegida como “monumento” e cultivada como um “instrumento” para que não se degrade ou padeça por “influências externas nocivas” ou pela “inércia de seu povo”.

Assim, em virtude do Decreto 30.643, de março de 1952, cuja iniciativa é comunicada por jornais como o *Correio da Manhã* e *O Jornal*, veículos de notícia do Rio de Janeiro, ao ministro da pasta educacional com apoio do presidente, a Casa ampliava suas atividades, visto que, até então, era um Museu-Biblioteca, encarregando-se da conservação da biblioteca, organização e publicação de catálogos, realização de eventos acerca da vida e da obra do estadista, para além dos serviços de consulta ao acervo e exposições museológicas.

As exposições de motivos de Simões Filho ao presidente Vargas, transcritas em notícias após a publicação do Decreto 30.643/1952, apontam para uma ressignificação da Casa de Rui Barbosa não mais como um depósito centrado na salvaguarda material de objetos simbólicos, mas na transmissão de uma herança social subjacente ao espólio do estadista como patrimônio cultural. Por sua vez, essa matéria-prima se caracterizaria como produtiva tanto para a construção de conhecimentos quanto para a legitimação de um Estado Nacional, a partir de um discurso de consolidação de uma unidade entre o passado, o presente e o futuro, perpetuando uma narrativa ruiana de cultivo de um Direito alicerçado em ideais de liberdade e justiça e de uma Filologia zelosa pela pureza e pelo aperfeiçoamento da língua, esta considerada “um instrumento de expressão”.

Segue uma transcrição do discurso proferido pelo Ministro Simões Filho, após a publicação do edital, registrada no *Correio da Manhã*:

Propondo ao presidente da República a criação de um Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, assim se manifestou o ministro Simões Filho: "O patrimônio cultural legado ao País pelo grande Rui Barbosa é um dom precioso a ser aproveitado em benefício das novas gerações, que devem explorar cada vez mais as suas intensas riquezas.

2 - Consta tal patrimônio de elementos objetivos, como sejam as suas próprias obras e aquelas que reuniu e acumulou em sua biblioteca constituindo como que um resumo do pensamento universal, ordenadas, catalogadas e anotadas vale dizer, prontas para serem utilizadas por todos quantos procuram aquêle singular laboratório intelectual.

3 - Compreende ainda algo mais valioso, se bem que imponderável e imaterial - um espírito, uma atmosfera, um conjunto de métodos de trabalho, que fazem daquele recinto a sede privilegiada de inspiração para os que entre nós se dedicam ao trabalho do pensamento.

4 - A nobre instituição da Casa de Rui Barbosa, consolidando essa tradição do mesmo local em que o seu insigne patrono depositou-a, ao longo de uma vida consagrada às coisas do espírito e ao serviço da pátria, é dos raros centros entre nós animados dessa força poderosa que estimula ao trabalho e convida ao labor da inteligência.

5 - Tornou-se um gabinete de estudo e de consulta, cada dia mais frequentados, e vem ampliando as suas atividades com a reedição das obras de Rui e a publicação de

monografias e trabalhos diversos sobre a complexa personalidade de Rui, como político, jurista, etc. Cumpre, porém, convertê-la num centro de pesquisas culturais de êxito já assegurado pela reunião de tão favoráveis elementos.

6 - Nesse sentido, procurou-se reorganizá-la de modo a que possa servir como núcleo de trabalho permanente, tendo por base a sua biblioteca e os seus arquivos, de que se encarregariam, de início, duas comissões destinadas a operar nos setores mais representativos do pensamento de Rui: o direito e a filologia. [...]

8 - Não menos importante será o trabalho da Comissão de Filologia. Os métodos da filologia moderna, introduzidos entre nós pelas universidades, trouxeram um novo interesse para os estudos da língua, sendo oportuno proporcionar o Governo os meios de aglutinar esforços hoje individuais e dispersos em torno de seus problemas. Pode-se dizer que duas coisas importam sobremodo na formação da consciência nacional: um sólido senso jurídico pelo qual o indivíduo comum compreende instintivamente os seus direitos e deveres dentro do convívio social; e um instrumento de expressão adequado a sua índole. São os laços mais vigorosos que unem o homem à vida de sua comunidade.

9 - Ora, é precisamente essa concepção que Rui Barbosa encarnou, quando se esforçava pela instauração de um regime jurídico baseado na liberdade e na justiça e pela pureza de um idioma que fôsse efetivamente assimilado como um patrimônio do povo brasileiro.

10 - A casa de Rui Barbosa, querendo ser fiel aos seus ideais e objetivos, terá de continuar a promover a criação do direito e o aperfeiçoamento da língua, como dispõe o projeto ora submetido à apreciação de Vossa Excelência. [...] (Correio da Manhã, 30/03/1952, p. 2)

Com isso, estabeleceu-se um Centro de Pesquisas, que, a princípio, comportaria duas seções: uma de Direito e outra de Filologia. Abria-se, dessa maneira, um espaço para oficializar práticas científicas, artísticas e literárias em uma instituição, desde 1924, predominantemente técnico-administrativa, favorecendo a entrada definitiva de um contingente intelectual para ampliar as atividades culturais da entidade que incrementaria o índice de produção de trabalhos acerca do seu Patrono, contemplando a vida e a obra de Rui Barbosa; trabalhos no campo filológico e jurídico e a realização de eventos científico-culturais, a exemplo de exposições, cursos e conferências.

No que concerne à entrada definitiva dos filólogos, na condição de um grupo de especialidade apto ao exercício de suas funções e interesses, convém recuperar o depoimento de Rachel Valença, Diretora do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa em 2002, acerca de atividades informais anteriores ao ordenamento que evidencia o quanto os eruditos estavam “muito mais do que à porta”:

O Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa foi criado em 1952, justamente a partir de um núcleo de trabalho filológico. Quando a Casa, em 1942, dez anos antes, começou a publicar as obras completas de Rui Barbosa, o núcleo editorial era formado por trabalhadores voluntários, filólogos que aqui se reuniam para o estabelecimento do texto da obra completa de Rui. Esse trabalho era feito, segundo o testemunho do Dr. Américo Jacobina Lacombe, que eu própria e vários de nós aqui ouvimos, quase sempre aos sábados, porque eles tinham suas atividades profissionais durante a semana e, no sábado à tarde, seu momento de lazer e descontração era o de reunião para preparar os textos de Rui para publicação. Foi a partir desse núcleo de filólogos que se formou, que nasceu a idéia de se criar na instituição o Centro de Pesquisa (Valença, 2008, p. 21).

Ainda que o ordenamento deixasse explícita a ação de uma comissão filológica no esgotamento de seu vasto campo no estudo da língua, dos textos e da literatura, tendo como finalidade a elaboração de um atlas linguístico do Brasil, o que se percebe pelos catálogos e relatórios de atividades é que a orientação filológica, manifestada na reconstrução crítica de textos, seria uma constante durante todo o percurso de atividades científico-culturais da instituição. Não só a missão de culto à memória de Rui e a posse de documentos inéditos condicionariam essa predileção, mas também as atividades informais anteriores e o perfil dos agentes que integrariam a nova realidade institucional.

Pela Portaria nº 536, de 26 de maio de 1952, baixavam-se as instruções para a execução do Decreto. Thiers Martins Moreira (1904-1970), bacharel em Direito e doutor em Letras Neolatinas, catedrático de Literatura Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, assumiria a responsabilidade de dirigir o centro e coordenar suas seções, subordinado à direção do Prof. Américo Jacobina Lacombe (1909-1993), professor universitário e historiador de carreira na vida pública que estava presente na instituição desde 1939 por nomeação do Ministro Gustavo Capanema, da pasta de Educação e Saúde Pública do Presidente Getúlio Vargas.

É importante mencionar que Moreira já possuía experiência com a pesquisa em Filologia Portuguesa, intermediando a publicação de trabalhos de Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, o *Textos Quinhentistas* (1945), e de Serafim da Silva Neto, a segunda edição de *Fontes do latim vulgar* (1946), para além de ter exercido previamente as funções de assessor do Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (1951-1952) e de diretor do Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação (1950-1951), o que o tornava uma figura aceitável e capaz de dialogar com a direção da casa, de elaborar planos de trabalho coerentes com a proposta da instituição e de coordenar profissionais de carreira universitária.

De modo particular, os nomes dos membros selecionados para a composição de um quadro de especialistas foram publicados na Portaria nº 651, de 31 de julho de 1952, revelando as escolhas do Ministro da Educação e Saúde, mediante o parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa para planejar as atividades anuais, orientar e fiscalizar os trabalhos do novo centro de pesquisas. No campo filológico, haviam sido nomeados Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Antônio dos Santos Jacinto Guedes, Padre Augusto Magne, Augusto Meyer e Clóvis Monteiro: essencialmente, catedráticos de instituições de ensino, agentes do aparelho estatal e escritores de renome filológico. No dia 10 de outubro de 1952, houve uma solenidade de posse no Gabinete do Ministro Ernesto Simões Filho,

constando a presença desses seis integrantes e um membro da Comissão de Direito, Demóstenes Madureira de Pinho.

O evento obteve uma cobertura midiática significativa, encontrando-se pelo menos no *Jornal do Commercio* (12/10/1952) e no *Correio da Manhã* (12/10/1952) duas notícias com uma transcrição completa do discurso proferido por Sousa da Silveira durante a cerimônia. O texto encontrado nos dois referidos veículos de informação apresenta uma evidente polidez discursiva e estratégias retóricas para realçar o mérito das nomeações, compondo-se de um agradecimento pelas recomendações e aceitação dos eleitos à Comissão de Filologia para a atuação no Centro de Pesquisas; súmula descritiva da organização do Centro de Pesquisa, situando o contexto de atuação da Comissão de Filologia em conformidade às áreas de conhecimento privilegiadas pelo Patrono institucional; particularização dos esforços no campo “filológico”; firmamento de compromissos em relação ao estudo da Língua Portuguesa sob as inspirações de Rui Barbosa; síntese meritória para o realce da habilitação de cada membro da Comissão e a relação orgânica entre suas formações e competências para o cumprimento de tarefas futuramente legadas; nota pessoal de estima em relação ao Diretor da Casa de Rui Barbosa e, por fim, encerramento com um pedido de proteção divina e a assunção individual como brasileiro, filólogo e estudioso da língua portuguesa.

[...] Realizou-se, no Gabinete do Ministro da Educação, Sr. Simões Filho, a solenidade de posse dos membros das Comissões de Direito e Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, nomeados de acordo com o Decreto n. 30.643, de 20 de Março de 1952, que instituiu aquele Centro.

Cada Comissão é composta de sete membros, tendo sido empossados os seguintes professores: Demóstenes Madureira de Pinho, Sousa da Silveira, Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes, Jacinto dos Santos Guedes, Augusto Magne e Augusto Meyer. As comissões têm por fim planejar o trabalho anual e controlar a sua execução.

Após as palavras do Sr. Ministro da Educação, congratulando-se com os empossados pela grandiosa tarefa que iriam cumprir, sob a inspiração do patrono daquela Casa, o Professor Sousa da Silveira pronunciou o seguinte discurso:

"A criação do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa deve ter alegrado grandemente a todos os amigos do desenvolvimento da cultura intelectual brasileira. E por esse motivo é V. Excia. credor da nossa mais viva gratidão.

Muito sabiamente foi dividido o Centro em duas seções: a de Direito e a de Filologia. De fato, o grande brasileiro, cuja memória especialmente se cultua na Casa de Rui Barbosa, exerceu a atividade da sua inteligência em múltiplos departamentos do saber, mas, sobretudo, se distinguiu na sua dedicação ao Direito e à Língua Portuguesa.

Das suas pesquisas e meditação no campo do Direito dão testemunho não só os seus inúmeros trabalhos publicados, e que ora estão sendo recolhidos na edição das obras completas que a Casa de Rui Barbosa vem dando a lume, mas também os seus atos como advogado, como homem público e como político.

Outros, melhor do que eu o fariam já pusemos à vista a sua figura realçada à luz do Direito.

Quanto à Língua Portuguesa, Rui Barbosa estudou-a com o fim de, adquirindo o conhecimento profundo do seu tesouro de palavras e do modo sintático de as combinar, torná-las um instrumento dócil de expressão, com o qual ele transmitisse,

elegantemente, e de acôrdo com o gênio do idioma, as idéias e pensamentos a que chegava com as lucubrações do seu cérebro privilegiado.

Não foi um linguista, nem mesmo um filólogo, na rigorosa acepção da palavra; mas fez várias incursões frutuosas no terreno filológico do seu tempo e foi sobretudo, como escritor sem par, um cultor e preservador da língua literária, que o estudo sêco da Filologia e, principalmente, da Linguística, pôde facilmente concorrer para abastardar e dissolver.

Nesta esfera, êle chegou àquela admirável síntese a respeito da língua Portuguesa no seu domínio europeu e brasileiro: "O idioma em que se contempla a comunhão das duas nacionalidades e que igualmente próprio de ambas, tem a sua unidade, não desruída, nem substituída, mas opulentada pelas variantes dialetais de além e aquém-mar."

Que bela concepção! A unidade substancial da língua em todo o seu domínio, com os acidentes dialetais, não fragmentado, mas enriquecendo o patrimônio comum das duas pátrias!

Está claro que a Comissão de Filologia terá de ocupar-se com pesquisas de linguística aplicada à Língua Portuguesa; com a Fonética experimental; com os problemas dialetais; com o levantamento do atlas linguístico do Brasil; com a descrição fidedigna das nossas falas populares, e com outros numerosos assuntos.

Espero, porém, que também constitua objeto de carinhosa atenção da Comissão a organização de edições filológicas de autores de língua portuguesa, tanto brasileiros como europeus.

É realmente confrangedor que não haja (pelo menos que eu saiba) uma biblioteca de bons textos anotados de escritores nossos, não só prosadores, mas também poetas.

O "Congresso de Língua Vernácula" em comemoração do Centenário de Rui Barbosa, já propôs a organização da "Coleção Rui Barbosa", que seria constituída de volumes de autores brasileiros; na prosa, oradores sacros e profanos, moralistas, pensadores, jornalistas, cronistas, críticos, historiadores, romancistas, autores de contos e de teatro e, no verso, os poetas mais representativos dos vários momentos da nossa literatura.

Embora o gôsto próprio da nossa época e escassa cultura clássica atual tenham relegado ao ostracismo obras de sólido valor, como o poema "Colombo" de Porto Alegre, a "Confederação dos Tamoios" de Gonçalves de Magalhães e a obra substancialíssima para o conhecimento da língua latina e portuguesa, o "Vergílio Brasileiro" de Odorico Mendes, esses e outros trabalhos preferem estudo e publicação no seio de um povo que não queira deixar perder desidiosamente o tesouro do seu pensamento e de sua potência literária.

Muito acertada foi a escolha dos membros de ambas as Comissões. Aqui me referirei apenas aos componentes da Comissão de Filologia: o Professor Pe. Magne, filólogo dedicado à etimologia, ao vocabulário e à publicação de textos, autor de numerosas obras, das quais menciono apenas o "Dicionário da Língua Portuguesa", o "Dicionário Etimológico Latino" (êste prestes a sair), a "Demanda do Santo Graal", o "Bosco Deleitoso"; o Dr. Antenor Nascentes, erudito de renome, Professor Emérito do Colégio Pedro II, possuidor de larga bibliografia, da qual distingo o "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa", aparecido em 1932 no seu primeiro volume, e, recentemente, no segundo, que se consagra aos nomes próprios; o Professor Clóvis Monteiro, vencedor brilhante em vários concursos para catedrático, enaltecido por trabalhos como "Português da Europa e Português da América", orador eloquente, ex-Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal.

Como a Língua Portuguesa é uma das diferenciações atuais do latim vulgar, e, graças à atuação erudita, tem muitas relações com o latim clássico, um latinista como o Professor Jacinto Guedes é prestantíssimo elemento para a Comissão de Filologia.

Todos esses a que me referi, são filólogos. Mas o filólogo costuma ver os fatos através de um prisma que tem muita coisa de demasiadamente científico; de sorte que um escritor, ao mesmo tempo poeta e prosador, que sinta os fenômenos da língua através da intuição artística, é excelente companheiro e conselheiro de filólogo para lhe completar a deficiência em certas ocasiões.

Por isso aplaudo que integre a Comissão o festejado poeta e excelente prosador, que é o Dr. Augusto Meyer, o qual, além do mais, pela sua situação de Diretor do Instituto Nacional do Livro, tem contínuo contacto e mesmo relações de amizade com um bom número de filólogos.

Agora uma nota pessoal: vindo eu trabalhar neste Centro de Pesquisas, alegra-me a perspectiva de que terei mais amiudados encontros com o Diretor da Casa de Rui Barbosa, o Dr. Américo Jacobina Lacombe, Professor e erudito de límpida inteligência e trato fidalgo, qualidades que tem em alto grau e que são apanágio da nobre família a que pertence.

Senhores: Nesta cerimônia de posse dos membros das Comissões, peçamos para o Centro a bênção de Deus.

Vestido com essa armadura espiritual, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa há de prosperar e produzir frutos ótimos.

É o que como brasileiro, como filólogo e como extremoso amante da Língua Portuguesa, eu lhe desejo de todo o coração”. (Jornal do Commercio, 12/10/1952, p. 6)

O discurso de Sousa da Silveira, na condição de representante da Comissão de Filologia em interlocução com o público geral, reiterava um compromisso coletivo com o desenvolvimento cultural e intelectual brasileiro, conferia legitimação à postura ruiana sobre o estatuto do português do Brasil e inseria o objeto de estudo numa genealogia românica. Defendia-se que a língua portuguesa era “una” em essência, mas dotada de particularidades em seus dois grandes domínios pela dimensão geográfica e pelos elementos que condicionaram o enriquecimento de um patrimônio comum, não o distanciamento, nem a fragmentação linguística. As diferenças eram, grosso modo, projetadas para o fenômeno da dialetação, como parte de um processo comum e previsível na história das línguas românicas que, no caso do português, não possuía caráter centrífugo para a diferenciação linguística. Atualizava-se, dessa maneira, uma retórica de defesa pela unidade da língua portuguesa como elemento de coesão nacional.

Se, para a elaboração de um atlas nacional estava prevista uma agenda de pesquisa no esteio da Filologia Portuguesa, contemplando a fonologia, a morfologia, a sintaxe, o léxico, a etimologia, a onomatologia, a dialetologia, a métrica, a bibliografia, a história, a literatura e a edição de textos, tal como estabelece o Decreto 30.643/1952, cada membro da comissão era retratado competentemente como um especialista para cobrir as áreas de conhecimento predeterminadas sob um viés científico. Sousa da Silveira reconhecia-se filólogo e enxergava-se em um ambiente filológico e produtivo, mesmo que um de seus integrantes, o escritor e poeta Augusto Meyer, não pertencesse ao grupo de especialidade. Nesse ponto, convém expandir os perfis de cada componente desse núcleo de investigações.

Primeiramente, Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883-1967) era professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Rio de Janeiro e presidente da Academia Brasileira de Filologia. Pertencia a uma geração de filólogos e autodidatas

anteriores às faculdades de Letras, com uma formação inicial pelo Colégio Pedro II em Ciências e Letras (1903) e, posteriormente, na área da Engenharia Civil (1908), pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que seria preterida pelo magistério. Na docência, sua carreira se desenvolveu inicialmente no ensino secundário, de 1917 a 1934, alcançando mais tarde o nível superior, a partir do ano de 1935 até 1953. Como eminente filólogo, apresenta uma produção de caráter linguístico-literário, que contempla a edição de textos clássicos e modernos e obras de caráter pedagógico em torno da língua portuguesa, como se revela em *Trechos Seletos* (1919); *Lições de Português* (1923); *Obras de Casimiro de Abreu* (1940); *Textos Quinhentistas* (1945); *Fonética Sintática* (1952).

Desperta curiosidade o fato de o referido intelectual possuir antecedentes de cooperação com a Casa de Rui Barbosa e com iniciativas governamentais no campo da língua, a exemplo de uma posição integrante na comissão encarregada de organizar um formulário da língua nacional, no que concerne à ortografia, composta em 1936, junto a Antenor Nascentes e ao Padre Augusto Magne; a função de relator do parecer à denominação do idioma nacional, no contexto de uma comissão de professores, escritores e jornalistas instituída por um ato de disposições constitucionais transitórias no ano de 1946²⁶, no qual defendeu a designação “língua portuguesa” como “vantagem de lembrar, em duas palavras [...] a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado” (Silveira, 1946) perante o debate linguístico em torno do texto constitucional da época; e a vice-presidência da comissão organizadora do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula, em comemoração ao centenário de Rui Barbosa, promovido pela Academia Brasileira de Letras com o apoio do Ministério da Educação e Saúde em 1949.

Antenor de Veras Nascentes (1886-1972), por sua vez, era professor emérito de língua portuguesa no Colégio Pedro II; antigo professor de Filologia Românica da Universidade do

²⁶Eis um excerto do parecer de Sousa da Silveira: [...] Os estudos linguísticos, sérios e imparciais, aplicados ao Brasil, fazem-nos concluir que a nossa língua nacional é a língua portuguesa, com pronúncia nossa, algumas leves divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio. [...] Lemos e compreendemos tão bem uma página de Eça de Queirós, quanto uma de Machado de Assis; e, quando, em escritos de autor brasileiro ou português, desconhecemos o significado de qualquer palavra, recorremos, salvo tratando-se de algum termo muito restritamente regionalista, a um dicionário da Língua Portuguesa; nunca o brasileiro, para ler, compreendendo, um jornal ou livro português, precisou de aprender previamente a língua de Portugal como se aprende uma língua estrangeira; não há dicionário português-brasileiro, nem brasileiro-português, como há, por exemplo, dicionário português-espanhol e espanhol-português; a gramática da língua nacional do Brasil é a mesma gramática portuguesa. Afirmções idênticas a essas que acabamos de fazer, não teriam lugar se comparássemos o português com o espanhol, não obstante serem línguas românicas parecidíssimas uma com a outra: é que espanhol e português são línguas diversas, ao passo que é a mesma língua a que se fala e escreve no Brasil e a que se fala e escreve em Portugal. Quando os linguistas tratam da geografia das línguas românicas, incluem a língua do Brasil no domínio do português; e nas estatísticas relativas ao número de pessoas que falam as grandes línguas do globo, o povo brasileiro figura entre os de língua portuguesa. (Silveira, 1946)

Distrito Federal e docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro. Bem-estabelecido nos círculos intelectuais como poliglota e um erudito de renome internacional, foi estudante laureado do Curso de Ciências e Letras do Colégio Pedro II (1902) e bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1908), tendo exercido a docência em humanidades no 1903 e integrado o funcionalismo público como 3º Oficial Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores em 1904. Em 1919, logrou êxito no concurso para a cátedra de língua espanhola do Colégio Pedro II, com a tese “Um Ensaio de Fonética Diferencial Luso-Castelhana: dos elementos gregos que se encontram no espanhol”, sendo posteriormente remanejado à cátedra de língua portuguesa em 1928. Somente na década de 1930, seria três vezes premiado por suas contribuições filológicas e didáticas: em 1933, a Academia Brasileira de Letras havia lhe concedido o prêmio Francisco Alves por “melhor obra à Língua Portuguesa”; em 1935, Nascentes recebe do Liceu de Goiás o título de *Doutor Honoris Causa*; em 1936, pelo Governo Português, foi condecorado com o Oficialato da Instrução Pública pelos serviços prestados às letras portuguesas.

De sua robusta produção intelectual, três obras influenciariam fortemente o cenário científico-cultural brasileiro na primeira metade do século XX: *O linguajar carioca em 1922* (1923) como uma das monografias pioneiras a abordar a língua oral — mais precisamente, do português falado na cidade do Rio de Janeiro — e oferecer um esboço de divisão dialetal para o Brasil com quatro áreas em sua primeira formulação: nortista (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até Bahia), fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sul de Minas, Distrito Federal), sertanejo (Mato Grosso, Goiás, Norte de Minas, sertão dos Estados litorâneos desde o Maranhão à Bahia) e sulista (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro), indo na contramão do purismo gramatical e do estudo filológico sobre a língua escrita; *O Idioma Nacional* (1926-1928, 1935, 1937 e 1944), nacionalmente difundida e prestigiada por tratar, na época, de problemas sobre o ensino da língua portuguesa no Brasil — cuja língua considerava diferente da lusitana —, e discutir elementos de gramática sob um viés descritivo e histórico, realçando uma defesa de uma língua e de uma literatura nacionais; e o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1932, 1952) — trabalho mencionado no discurso de posse de Sousa da Silveira —, um estudo pelo qual Nascentes consolidaria sua reputação no circuito de estudos em filologia românica não só no país, mas também internacionalmente, com o primeiro dicionário etimológico brasileiro, contemplando o léxico comum em primeiro volume prefaciado pelo filólogo suíço neogramático Wilhelm Meyer-Lübke, autor do *Romanisches Etymologisches*

Worterbuch (1861, 1911, 1935), e, no segundo, dedicado aos nomes próprios com prefácio do filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto.

Merecem nota as atuações de Nascentes, em 1930, no âmbito da Instrução Pública do Distrito Federal, como membro e relator de trabalhos de uma comissão responsável por estabelecer a pronúncia-padrão da língua portuguesa nas escolas primárias, profissionais e normais; colaboração como integrante das comissões formadas para discutir o acordo ortográfico luso-brasileiro, tendo elaborado o formulário da língua nacional junto a Sousa da Silveira e Padre Augusto Magne em 1936; a participação no Congresso da Língua Nacional Cantada, organizado em São Paulo por Mário de Andrade em 1937, como congressista, integrante da comissão científica de Filologia e um dos redatores das normas de pronúncia para a língua nacional do canto erudito definidas no evento; a ocupação de 4º vice-presidente da Comissão Organizadora do II Congresso da Língua Nacional Falada e Cantada em 1946; e presença no Congresso Brasileiro de Língua Vernácula, promovido na Casa de Rui Barbosa, como representante do Colégio Pedro II, em 1949.

Pouco se teve acesso em relação à biografia e formação acadêmica de Antônio dos Santos Jacinto Guedes. Sabe-se que o referido membro atuou como professor de turmas suplementares do Colégio Pedro II em 1925; professor catedrático de Língua e literatura latinas da antiga Universidade do Distrito Federal (1935), sendo posteriormente absorvido pela Universidade do Rio de Janeiro, e foi vice-presidente da Comissão Artística e Cultural da Prefeitura do Distrito Federal e Diretor do Departamento de Educação de Adultos na década de 1950.

Augusto Magne (1887-1966) era um padre jesuíta natural de Mende, França, radicado no Brasil a partir de 1904, que atuava como professor de Língua e Literatura Gregas da Universidade Católica do Rio de Janeiro e professor de Filologia Românica da Universidade do Rio de Janeiro. Considerado um dos patriarcas da Filologia brasileira da primeira metade do século XX, obteve formação em estudos clássicos na Universidade de São Paulo (1907-1908) e o título de *Doctor Philosophiae et Theologiae* pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1908), tendo experimentado, em séries de viagens pela Europa, o ambiente universitário e o acesso a bibliotecas de diferentes instituições em Roma (1908-1916), Inglaterra (1920), Áustria (1921-1924) e Espanha (1925), ao mesmo tempo que realizava cursos de especialização nas Filologias Clássica, Românica e Portuguesa, e conhecia professores renomados, tais quais Gaston Paris e Wilhelm Meyer-Lübke, o que renderia, posteriormente, relações com a Sociedade Indo-europeia de Berlim e a Sociedade Linguística de Paris.

O erudito eclesiástico poliglota era elaborador de gramáticas e cursos de língua latina, manuais de literatura, antologias etc. De sua produção de caráter filológico, citam-se o *Dicionário da língua portuguesa, especialmente dos períodos medieval e clássico* (1950) e o *Dicionário etimológico da língua latina - Família de palavras e derivações vernáculas* (1952), nas quais se debruçava sobre a evolução histórica do português, suas origens latinas e o tratamento etimológico sob um viés histórico-comparativo. Em seu repertório, constava uma atenção à crítica textual, com um interesse especial em textos medievais portugueses, como em *A Demanda do Santo Graal* (1944) e *Bosco Deleitoso. Edição de texto de 1515, com introdução, anotações e glossário* (1950). No contexto científico-cultural brasileiro, sua importância se expressa como um dos integrantes das comissões formadas para discutir o acordo ortográfico luso-brasileiro, contribuindo para o formulário da língua nacional junto a Sousa da Silveira e Antenor Nascentes em 1936; como membro da comissão formada para a elaboração do parecer à denominação do idioma nacional no ano de 1946; e pelo papel de revisor e prefaciador da edição do Parecer sobre a Redação do Código Civil (1949) pela Casa de Rui Barbosa.

Para mais, Augusto Meyer (1902-1970), escritor situado no modernismo literário gaúcho, membro da Academia Brasileira de Filologia e diretor do Instituto Nacional do Livro (doravante INL), era outro membro da Comissão de Filologia. Publicou poesias, críticas, ensaios, memórias, um guia de folclore e um cancionário gaúcho. É creditado como um dos fundadores da revista *Madrugada*, publicada em Porto Alegre, em 1926; foi diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul de 1930 a 1936; integrou um programa de cooperação intelectual, a Missão Cultural do Ministério das Relações Exteriores aos Estados Unidos, em 1944; obteve prêmios literários em 1947 e 1950, o último pela Academia Brasileira de Letras; ministrou cursos de teoria literária na Universidade do Rio de Janeiro, além de ter sido presidente da Associação Brasileira de Bibliotecários em 1952.

Sob a liderança do INL desde sua fundação em 1937, a convite direto do presidente Vargas, diante das demandas do Ministro Gustavo Capanema (1900-1985) para robustecer o desenvolvimento cultural do país, inserindo edições e publicações de livro no contexto de políticas governamentais, principalmente no suporte às bibliotecas públicas, o órgão estruturado por Meyer (que ocuparia o posto de diretor por 26 anos) possuía como objetivos a edição de obras raras e a publicação de livros de grande interesse para a cultura nacional, inclusive prevendo um projeto de *Dicionário da Língua Nacional*, para registrar palavras e locuções vernáculas, como também os brasileirismos, em cuja lista de colaboradores principais constavam Augusto Magne e Sousa da Silveira.

Projetos de cunho didático e filológico estavam no campo de atuação dessa entidade, tanto que, em 1943, noticiava-se uma publicação de um *Dicionário Filológico-Gramatical* em autoria de Sousa da Silveira e, na década de 1950, por exemplo, a instituição havia publicado os dicionários de língua portuguesa e língua latina de Magne (1950, 1952) e outros especialistas. Tal como defendia Sousa da Silveira no discurso de posse, Augusto Meyer possuía um lastro literário, experiência criativa e um cargo no aparelho estatal que permitia uma relação com a comunidade filológica.

Por último, Clóvis do Rêgo Monteiro (1898-1961), era catedrático de língua portuguesa do Colégio Pedro II, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade do Rio de Janeiro desde 1939, tendo atuado também como Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal entre os anos de 1947 a 1951, durante a gestão do prefeito Ângelo Mendes de Moraes, período no qual teria se afastado das atividades de docência. Não tão diferente da primeira geração de filólogos sem formação inicial em Letras, possuía o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará (1926).

Esse erudito iniciou a vida profissional muito cedo no contexto burocrático como auxiliar de secretário do Presidente do Estado do Ceará, mais tarde dedicando-se à escrita em jornais. Em 1926, é atribuída sua entrada ao quadro docente do Colégio Pedro II, quando se encontra transferido para o Rio de Janeiro. Na década de 1930, teria uma trajetória brilhante de aprovações em concursos de catedrático e assumindo também cargos de direção em estabelecimentos como o próprio Colégio Pedro II e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Seu exercício intelectual no âmbito da filologia e da literatura, tanto na dimensão quanto escrita, é evidente nas seguintes obras: *Morfologia e Sintaxe do Substantivo na Língua Portuguesa* (1920); *Traços do Romantismo na Poesia Brasileira* (1929); *Português da Europa e Português da América* (1931); *A Linguagem dos Cantadores* (1933); *Nova Antologia Brasileira* (1933); *Ortografia da Língua Portuguesa* (1945) e *Fundamentos Clássicos do Português do Brasil* (1950). Assim como Nascentes, a obra de Monteiro possuía não só renome nacional, como também internacional. Dentre contribuições significativas ao governo, identifica-se a sua condição de integrante de parecer à denominação do idioma nacional no ano de 1946, relatada por Sousa da Silveira e também integrada pelo Padre Augusto Magne.

Essa comissão de seis membros designados pelo ministro Ernesto Simões Filho, com assenso do diretor Américo Jacobina Lacombe e aprovação pelo presidente Getúlio Vargas, ficaria encarregada de planejar pesquisas em todo o campo da Filologia, adotando um plano

de pesquisa anual submetido ao Ministério da Educação com relatórios de gastos, pessoal, materiais e instalações utilizadas para realização dos trabalhos, além de prestar informativos mensais sobre andamento de trabalhos à Casa de Rui Barbosa. O especialista-chefe responsável pela Comissão de Filologia, nesse primeiro momento, considerando a finalidade de elaboração de um atlas linguístico, seria Antenor Nascentes.

Os arquivos e bibliotecas da Casa de Rui Barbosa constituem a principal fonte do material de pesquisa das comissões, sendo prevista, em caso de insuficiência, a cooperação entre instituições subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde para aquisição de material, como também a articulação com institutos nacionais e estrangeiros interessados nos estudos do Direito e da Filologia. A Comissão de Direito teria seu evento inaugural ainda em 1952, no dia 27 de outubro, com a conferência do Professor George Gurvitch, da Universidade de Paris, sobre o determinismo e o problema das liberdades humanas, em 5 aulas intituladas "Sociedade e Liberdade". Em Real (1957) e Silva (1972), há uma menção a três conferências de caráter linguístico-literário sobre a língua francesa ministradas por Paul Teyssier (1915-2002), da Universidade de Paris, no ano de 1953, eventos aos quais se atribui uma relação com as atividades da Comissão de Filologia.

No cronograma, constavam os seguintes títulos e datas: *Alain Fournier e O Bosque das Ilusões Perdidas*, no dia 2 de setembro; *O francês, língua de cultura*, no dia 9 de setembro; e *Língua escrita e língua falada no francês*, no dia 16 de setembro de 1953. A realização e a concretização de tais atividades se confirmam por notícias de A Noite (1953), Correio da Manhã (1953), Diário de Pernambuco (1953), Jornal de Letras (1953), Jornal do Brasil (1953) e Tribuna da Imprensa (1953). Desses veículos, destacam-se os seguintes informativos:

O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, dando início às suas atividades de ordem didática no presente ano, convidou o professor Paul Teyssier da Universidade de Paris para fazer uma série de conferências sobre assuntos de sua especialidade. O professor Teyssier é um especialista em problemas de linguagem e de fonética, sendo uma das matérias de suas preferências o estudo das questões da língua e da cultura. A série de conferências a cargo do referido mestre será a seguinte: "Alain Fournier et le Grand Meaulnes"; "Le Français, langue de culture"; "Langue écrite et langue parlée dans la français". As conferências serão realizadas na própria Casa de Rui Barbosa, à rua São Clemente n. 134, em Botafogo, nos dias 2, 9 e 16 de setembro, às 17,30 horas. (Correio da Manhã, 30/08/1953, p. 8).

O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa programou, para este mês, uma série de conferências sobre problemas da cultura e da língua francesa, a cargo do professor Paul Teyssier, do Departamento Cultural de Quai d'Orsay e catedrático da Escola Superior de Aperfeiçoamento dos Professores de Francês no Estrangeiro, da Universidade de Paris. Ontem, na Casa de Rui Barbosa, o professor Paul Teyssier pronunciou a primeira palestra da série que realizará ali, tendo dissertado sobre "Alain Fournier et le Grande Meaulnes". Apresentou o conferencista aos assistentes

o professor Américo Jacobina Lacombe, diretor dessa instituição. [...] (A Noite, 03/09/1953, p. 10).

Paul Teyssier era um lusitanista francês que dirigia o Departamento de Bolsas e Intercâmbios Universitários e o programa de relações culturais, científicas e técnicas Quai D'Orsay, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, instituição com a qual o Brasil mantinha laços para o intercâmbio franco-brasileiro de estudantes. Catedrático de Literatura Contemporânea da Escola Superior de Preparação e Aperfeiçoamento de Professores Franceses no Estrangeiro da Universidade de Paris-Sorbonne, ele possuía experiência como leitor em Portugal, entre 1941 e 1947, no Instituto Francês de Lisboa e no Instituto Francês de Porto, e caracterizava-se como um especialista em Língua e Literatura Portuguesa com interesse especial na obra do dramaturgo humanista Gil Vicente (1465-1536).

O conferencista havia sido convidado pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro e pela Casa de Rui Barbosa para tratar estimular os estudos em torno da língua portuguesa em comparação à abordagem científico-cultural francesa para com o seu próprio idioma, oportunidade pela qual se desdobraram outras conferências em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Pará.

No Diário de Pernambuco, identificou-se o seguinte relato que descreve a avaliação do desenvolvimento científico-cultural nacional e a interação do erudito francês com os filólogos brasileiros, principalmente com dois membros da Comissão de Filologia, o Padre Augusto Magne e Sousa da Silveira:

[...] Falando à reportagem sobre o que pôde observar em nosso país, no que tange ao desenvolvimento cultura, disse o professor Teyssier:

- "É verdade que eu já tinha uma ideia geral do atual estado de cultura do Brasil. Porém, aqui chegando, pude melhor sentir a realidade. Notei, principalmente, que tudo aqui evolui e cresce vertiginosamente. As universidades, não obstante contar com um pessoal jovem à frente das cátedras, imprimem o mais sólido caráter de dinamismo e cultura atualizada. É de se crer - prossegue - que, com mais três gerações, se possa obter um resultado satisfatório dos esforços dos jovens mestres de hoje. Tive o prazer de encontrar no Rio de Janeiro homens de elevada cultura no campo da Filologia. Refiro-me a Serafim Silva Neto que tem consagrado toda a sua fortuna aos estudos da língua pátria. A sua biblioteca particular é uma das mais ricas em assuntos de Literatura Medieval que tenho conhecido. Livros que ele não pôde adquirir tem suas páginas em fotocópia. Palestrei também com o padre Magne, autor do Dicionário Medieval e Clássico da Língua Portuguesa, cujo primeiro volume foi publicado pelo Instituto Nacional do Livro. É um filólogo que honra o Brasil. Estive ainda, com Renato Mendonça, também destacado estudioso da Filologia. Este, aliás, já tinha conhecido em Portugal. É, sobremaneira, um caso especial de diplomata filólogo. De igual modo conheci o professor Sousa Silveira que também honra a cultura brasileira. Senti muito não ter encontrado Antenor Nascentes que se acha, presentemente, na Europa [...] (Diário de Pernambuco, 23/09/1953, p. 1).

Observa-se, diante do exame dos relatórios, que os primeiros passos para a construção de trabalhos que deveriam culminar no atlas linguístico do Brasil só seriam tomados a partir de 1953, tendo o evento de Paul Teyssier como abertura.

Na seção a seguir, apresenta-se uma revisão de conhecimentos e práticas dialetológicas desenvolvidas no cenário da Casa de Rui Barbosa, interpretados como elementos pertinentes à constituição e institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira nesse centro de estudos à luz do princípio da imanência.

5 O PRINCÍPIO DA IMANÊNCIA

Na condição de segunda etapa do exercício historiográfico-linguístico, o princípio da imanência corresponde à identificação e à descrição de elementos inseridos nos textos assumidos como fontes pertinentes daquilo que se deseja provar: a importância da Casa de Rui Barbosa para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira no século XX.

Nesse levantamento sucessor do princípio da contextualização, foram sistematizadas informações relativas aos vestígios textualizados do passado, lidos pelo clima de época em que foram constituídos e dentro do que foi propriamente dito em sua materialidade histórica, para que fossem asseguradas a potência interpretativa do documento e a integridade empírica da narrativa.

À vista disso, com base em planos, programas, relatórios e catálogos de publicação, inicialmente, procedeu-se a um levantamento de principais temas e atividades da Comissão de Filologia/ do Setor de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa²⁷ entre 1952 e 1986. Por conseguinte, em mapeamento de conhecimentos e práticas científicas sobre a linguagem, foram filtradas todas as atividades em que se permitiu identificar tematicamente relação direta com a Dialetologia e a Geografia Linguística nas ações institucionais.

A partir desse conjunto subsistemizado, fontes foram articuladas para situar e caracterizar cada evento com intuito de fornecer subsídios à verificação e à comprovação da tese de que a Casa de Rui Barbosa foi um espaço importante para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira. Esses gestos de pormenorização e gerenciamento do *corpus* são demonstrados não só verbalmente, como também através de organogramas imagéticos que descrevem hierarquicamente um processo de fixação, classificação, relacionamento e interpretação dos dados — os estemas.

5.1 Principais temas e atividades do Setor de Filologia entre 1952 e 1986

Os principais temas que atravessam as atividades da instituição, considerando as finalidades arregimentadas e o direcionamento de suas práticas, são a divulgação da vida e da obra de Rui Barbosa, estudos linguísticos e literários de língua portuguesa e o cultivo do Direito no Brasil.

²⁷ Atualmente, a instituição se denomina “Fundação Casa de Rui Barbosa”, tendo em vista as mudanças pós-1966. Ao longo do texto, utiliza-se “Casa de Rui Barbosa” de modo generalizado para referir-se ao momento histórico da instituição sobre o qual a tese se dedica. Note-se que haverá também uma alternância entre as designações “Comissão” e “Setor” por representarem subfases diferentes do Centro de Pesquisas.

Para uma revisão desses vieses, com enfoque na atuação da Comissão de Filologia ou do Setor de Filologia, foram tomados como fontes um conjunto de programas, planos e relatórios de atividades e um catálogo de publicações:

- I. Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (1952-1986).
- II. *Casa de Rui Barbosa: resumo histórico de suas atividades* (1957), por Regina Monteiro Real.
- III. *O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: 20 anos de atividades (1952-1972)* (1972), por Maximiano de Carvalho e Silva.
- IV. *Catálogo de publicações* (2002), organizado por Maria Irene Brasil, Magaly Serrão Wanderley e Regina Maria Laclette Porto.

Nessa sequência, haverá uma apresentação das obras de referência para a pesquisa e um levantamento de informações pertinentes ao mapeamento historiográfico e à descrição de atividades relacionadas à constituição e à institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira.

5.1.1 Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (1952-1986)

Entre 15 de março e 30 de setembro de 2024, o pesquisador estabeleceu uma comunicação direta com o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, via e-mail, com os funcionários Leandro Jaccourd e Priscila Vaisman. Foram solicitadas informações de caráter histórico sobre a instituição e digitalização de arquivos para a pesquisa historiográfico-linguística.

A princípio, o setor procedeu a um levantamento de materiais a partir de uma preferência por planos anuais e relatórios de atividades que contemplassem o Setor de Filologia entre 1952 e 1986. O arquivo que sintetiza essa busca interna foi compartilhado com o pesquisador em 03 de abril, pela funcionária Priscila Vaisman, contendo um total de 18 páginas com identificações, anos, tipo de arquivo e palavras-chave relacionadas aos documentos. Esse item se encontra no ANEXO A.

Desse volume, iniciou-se uma fase de sondagem dos possíveis documentos que contivessem informações históricas significativas. A partir do levantamento principal, foram escolhidos 26 itens, dos quais 23 integraram o *corpus* por sua capacidade informativa. As trocas dos arquivos se deram pela plataforma Google Drive, de forma seriada, mediante assinatura de termos de licença para reprodução ao longo de quatro fases. Esses termos são localizáveis no ANEXO B.

A seguir, apresenta-se a leitura imanente de cada documento selecionado para a composição do esboço historiográfico.

5.1.1.1 Arquivo FCRB-DA 31 (01): carta de Antenor Nascentes ao Ministro da Educação (1952)

O arquivo reproduz uma carta de agradecimento por uma nomeação à Comissão de Filologia e possui, no texto, uma solicitação de encontro para tratamento das pesquisas filológicas na Casa de Rui Barbosa, sem definição de pauta. O documento é um datiloscrito que contém assinatura à caneta do filólogo Antenor Nascentes. Assinala-se como local a cidade do Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952. O destinatário é o Diretor da Casa de Rui Barbosa, o Sr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe.

5.1.1.2 Arquivo FCRB-DA 118 (6): relatório de atividades (1954)

Este documento possui seis páginas e comporta um relatório de atividades correspondentes ao 1º ano da gestão do Senhor Ministro Antônio Balbino, situando as aquisições do museu (1-2), as doações e visitas (p. 2), as publicações (p. 2-3), a situação administrativa (p. 3), o conjunto de atividades inaugurais do Centro de Pesquisas (p. 3-5), o monumento a Rui Barbosa (p. 5) e a comemoração de 5 de novembro (aniversário de Rui Barbosa) (p. 5-6). Não há assinatura, nem rubricas do diretor, mas o conteúdo sugere ter sido redigido pelo Diretor Américo Lourenço Jacobina Lacombe, tendo como data 6 de janeiro de 1954, para relatar os movimentos da repartição no ano de 1953.

Em relação ao Centro de Pesquisas e a Comissão de Filologia, foram identificados os seguintes atos:

- I. reconhecimento do Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, apontando-se o início dos trabalhos no ano de 1953, quando a instituição passou a dispor de verbas apropriadas;
- II. composição da Comissão de Filologia: Srs. Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Antônio dos Santos Jacinto Guedes, Padre Augusto Magne, Augusto Meyer e Clóvis Monteiro;
- III. primeiro planejamento dos trabalhos da Comissão de Filologia: publicação do primeiro volume do incunábulo *Vita Christi*; pesquisas para a preparação do *Dicionário de Brasileirismos*; preparação para a publicação das *Máximas do Marquês de Maricá* e a publicação das *Obras Completas de Casimiro de Abreu*; preparação do *Dicionário dos Fatos da Língua*; elaboração de normas para a transcrição de textos antigos; estudos para a realização do *II Congresso de Língua Nacional Cantada*;

- IV. desafios iniciais do Centro de Pesquisas: problema de instalação dos serviços e aquisição de material mínimo indispensável, a exemplo da aquisição de livros raros para os trabalhos de Filologia;
- V. realização de cursos ministrados pelos professores Paul Teyssier, da Universidade de Paris, sobre língua e cultura francesa, e José Enrique Greno Velasco sobre a organização e funcionamento do Conselho Superior de Investigações Científicas de Madrid.

5.1.1.3 Arquivo FCRB-DA 119 (16): relatório de atividades (1953-1954)

Trata-se de um relatório de atividades correspondentes ao 1º ano da gestão do Senhor Ministro Antônio Balbino com apreciação geral dos problemas e dos trabalhos da Casa de Rui Barbosa no período entre julho de 1953 a junho de 1954. O documento foi redigido pelo Diretor Américo Lourenço Jacobina Lacombe, tendo como destinatário o Sr. Chefe do Gabinete Dr. Gilson Amado. Há uma anotação em caneta na folha de rosto que qualifica o datiloscrito. Ao final, há uma assinatura do diretor.

A primeira parte do documento, intitulada Apreciação geral dos problemas e dos trabalhos da Casa (p. 1-4), contextualiza a missão institucional, a organização técnico-administrativa da instituição e o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito das seções técnica, administrativa e do centro de pesquisas.

Na segunda parte, *Realizações no período* (julho de 1953-junho de 1954) (p. 4-13), informam-se atividades pertinentes à publicação das Obras Completas de Rui Barbosa; à organização da Ruiana, isto é, o acervo e espólio documental de Rui Barbosa; e a pesquisas no domínio do Direito e da Filologia.

Somam-se a isso um formulário de propostas escrito a lápis (p. 14), a listagem de cômodos da Casa de Rui Barbosa (p. 15) e um organograma que explicita a divisão do trabalho institucional (p. 16).

No conjunto de atividades pertinentes à Comissão de Filologia, foi identificado o seguinte:

- I. realização, durante o mês de setembro (1953), de uma série de conferências sobre língua e literatura francesa, a cargo do Professor Teyssier, da Universidade de Paris;
- II. aprovação do plano do *Dicionário dos Fatos da Língua*, da autoria do Professor Mattoso Câmara;
- III. início da elaboração do plano pertinente ao *Dicionário dos Fatos da Língua*;

- IV. apresentação de um plano para a realização do *Segundo Congresso da Língua Nacional Cantada*, da autoria do Professor Diégues Júnior;
- V. prosseguimento de pesquisas relativas à seleção de brasileirismos para a futura elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil*;
- VI. tomada de providências para a vinda de um técnico estrangeiro especializado em assuntos de Geografia Linguística, o Prof. Sever Pop, para dar um curso e preparar equipes de pesquisadores especializados na elaboração do atlas linguístico;
- VII. aprovação da vinda do técnico estrangeiro Prof. Sever Pop, em 31 de maio de 1954, para a preparação das equipes que deverão funcionar na preparação do Atlas Linguístico do Brasil pelo Ministro da Educação Antônio Balbino;
- VIII. continuação dos trabalhos de publicação do 1º volume do incunábulo *Vita Christi* (a cargo do Padre Augusto Magne), das *Máximas do Marquês de Maricá* e das *Obras Completas* de Casimiro de Abreu (a cargo do Professor Sousa da Silveira).

5.1.1.4 Arquivo FCRB-DA 123 (06): relatório de atividades (1956)

O documento datilografado de 12 páginas é um relatório de atividades situadas no ano de 1956 com destino ao chefe do Ministério da Educação. Apresenta a data de 15 de janeiro de 1957, estruturando-se nas seguintes seções: panorama de estabelecimento da Casa de Rui Barbosa (p. 1); organização técnico-administrativa (p. 1); monumento a Rui Barbosa (p. 2); ampliação das instalações da Casa (p. 2); colaboradores (p. 3); solução de problemas administrativos (p. 3); programa de atividades para o ano de 1956 (p. 3-6) e atividades realizadas em 1956 (p. 6-11). Na última página, indica-se um campo de assinatura para o Sr. Américo Jacobina Lacombe e existe uma remissão a um relatório especial do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa que integraria o arquivo como anexo 1.

A seção de programa de atividades para o ano de 1956 (p. 3-6) concentra as seguintes informações sobre o Centro de Pesquisas e a Comissão de Filologia:

- I. publicação do *Dicionário de fatos gramaticais*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., no âmbito da Coleção de Estudos Filológicos (1956);
- II. publicação d'O livro de *Vita Christi, em linguagem português*, de Ludolfo Cartesiano, sob a direção do Padre Augusto Magne (1957) e de *Textos medievais portugueses e seus problemas*, por Serafim da Silva Neto (1956) no âmbito da Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica;
- III. publicação da *Obra crítica de Araripe Júnior* (1956), sob a direção de Afrânio Coutinho, no âmbito da Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna.

IV. pesquisas filológicas sobre brasileirismos e a obra crítica de Araripe Júnior.

Por outro lado, a seção de atividades realizadas em 1956 (p. 6-11) amplia o campo anterior e apresenta estas informações:

- I. publicação do *Dicionário de fatos gramaticais* (1956), de Joaquim Mattoso Câmara Jr., na condição de primeiro volume da Coleção de Estudos Filológicos;
- II. publicação de *Textos medievais portugueses e seus problemas* (1956), por Serafim da Silva Neto, na condição de segundo volume da Coleção de Estudos Filológicos;
- III. pesquisa de brasileirismos com fichamento de 5.750 verbetes a partir do *Dicionário Nacional*, de Carlos Teschauer; 87 verbetes a partir de *O Acre no domínio do folclore*, de Juventim Magalhães; 150 verbetes a partir de *Brasileirismos*, de Silva Romeiro²⁸; 1.800 verbetes no *Dicionário de Brasileirismos*, de Rodolfo Garcia; 1.600 verbetes em *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral;
- IV. pesquisa sobre a obra crítica de Araripe Júnior;
- V. duas conferências: *As correntes linguísticas atuais nos Estados Unidos e Comportamentos verbais e não verbais na comunicação humana*, pelo Prof. Kenneth Lee Pike;
- VI. levantamento de obras camonianas da Casa de Rui Barbosa;

5.1.1.5 Arquivo FCRB-DA 124 (06): relatório de atividades (1956-1958)

O documento recebe o título *Cronologia dos atos e iniciativas da Casa de Rui Barbosa na gestão do Sr. Ministro Clóvis Salgado* e possui um total de seis páginas. O datiloscrito com assinatura final confirmatória do Diretor da Casa de Rui Barbosa, o Sr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe, se divide em *Definição do órgão* (p. 1); *Atos e iniciativas em 1956* (p. 2-3); *Atos e iniciativas em 1957* (p. 3-5) e *Atos e iniciativas em 1958* (p. 5-6).

Listam-se as seguintes atividades identificadas no documento em diálogo ao trabalho da Comissão de Filologia:

- I. publicação avulsa dos *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula* (1956);
- II. publicação do *Dicionário de Fatos Gramaticais*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., no âmbito da Coleção de Estudos Filológicos (1956);

²⁸ Crê-se que há um lapso datilográfico na identificação do autor da obra. Cogita-se, nesta pesquisa, o nome de Sílvia Romero (1851-1914), o crítico, folclorista e historiador da literatura brasileira que foi imortalizado pela Academia Brasileira de Letras.

- III. publicação de *Textos medievais portugueses e seus problemas*, por Serafim da Silva Neto, no âmbito da Coleção de Estudos Filológicos (1956);
- IV. conferências sobre correntes linguísticas atuais nos Estados Unidos e comportamentos verbais e não verbais na comunicação humana, pelo Professor Kenneth Lee Pike (1956).
- V. conferência sobre Menéndez Pelayo, ministrada pelo Professor José Carlos Lisboa (1956);
- VI. exposição de livros espanhóis e hispano-americanos da biblioteca de Rui Barbosa, em homenagem a Menéndez Pelayo (1956).
- VII. publicação de *O livro de Vita Christi, em linguagem português*, de Ludolfo Cartesiano, sob responsabilidade do Padre Augusto Magne (1957);
- VIII. pesquisa sobre brasileirismos (1957);
- IX. pesquisas sobre literatura popular brasileira em verso (1957);
- X. publicação de *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, por Antenor Nascentes (1958);
- XI. publicação das *Máximas, pensamentos e reflexões do Marquês de Maricá*, por Sousa da Silveira (1958);
- XII. conferências sobre as atividades no campo da fonética e da Dialetologia na Universidade da Bahia, por Nelson Rossi (1958).

5.1.1.6 Arquivo FCRB-DA 125 (16): relatório de atividades (1956-1959)

O relatório de atividades no intervalo de 1956 a 1959 destinado ao Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura divide-se em Seção Técnica (p. 1-7), em que se encontram Publicações (p. 1-4), Conferências (p. 4-5), Exposições (p. 6-7) e Arquivo (p. 7); Ruiana (p. 8); Museu (p. 8); Ofertas e aquisições para o museu (p. 9); Centro de Pesquisas (p. 10-12); Ocorrências gerais (p. 12); Seção administrativa (p. 12-15) e Projetos para 1960 (p. 15-16). Percebe-se o acréscimo de notas corretivas e informativas a lápis para além da periodização determinada no arquivo.

Foram identificadas as seguintes atividades pertinentes ao Centro de Pesquisa e ao trabalho da Comissão de Filologia:

- I. publicação avulsa dos *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula* (1956);
- II. publicação do *Dicionário de Fatos Gramaticais*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., no âmbito da Coleção de Estudos Filológicos (1956);

- III. publicação de *Textos medievais portugueses e seus problemas*, por Serafim da Silva Neto, no âmbito da Coleção de Estudos Filológicos (1956);
- IV. exposição de livros espanhóis e hispano-americanos da biblioteca de Rui Barbosa, em homenagem a Menéndez Pelayo (1956).
- V. conferências sobre correntes linguísticas atuais nos Estados Unidos e comportamentos verbais e não verbais na comunicação humana, pelo Professor Kenneth Lee Pike (1956).
- VI. pesquisas filológicas sobre brasileirismos e a obra crítica de Araripe Júnior (1956)
- VII. pesquisa de brasileirismos para o Atlas Linguístico (1957).
- VIII. publicação de *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, por Antenor Nascentes (1958), na condição de boletim de trabalho;
- IX. conferências sobre as atividades no campo da Fonética e da Dialetologia na Universidade da Bahia, por Nelson Rossi (1958).
- X. pesquisas para o catálogo da literatura popular brasileira em verso (1959);
- XI. pesquisa de brasileirismos em diversos vocabulários e dicionários (1959);
- XII. publicação dos *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula* (1959), volume III;

Em seção referente aos projetos para o ano de 1960, há uma nota sobrescrita ao título, a lápis, que também insere o ano de 1961. Nesse campo, consta o prosseguimento nas pesquisas filológicas do Centro de Pesquisas, situando obra crítica de Araripe Júnior; textos da literatura brasileira em verso; os trabalhos sobre o incunábulo *Vita Christi* e a pesquisa de brasileirismos em diversos vocabulários e dicionários.

5.1.1.7 Arquivo FCRB-DA 132 (17): informativos da situação presente da Casa de Rui Barbosa e relatório de atividades da Casa de Rui Barbosa (1964)

Neste arquivo, constam duas versões de um informativo da situação presente da Casa de Rui Barbosa datadas em 22 de junho de 1964, cada uma com cinco páginas, e um relatório de atividades do ano de 1964, ao longo de oito páginas, em cumprimento do ofício n. 701, de 09 de dezembro de 1964, endereçadas ao Ministro da Educação e Cultura, o Sr. Professor Flávio Suplicy de Lacerda. Identificam-se notações corretivas em lápis e caneta azul e os documentos se encerram com um campo de assinatura pertinente ao diretor da instituição, o Sr. Américo Jacobina Lacombe.

O relatório de atividades do ano de 1964 (p. 11-18) apresenta informações pertinentes à Comissão de Filologia. Nele, constam as finalidades precípuas da Casa de Rui Barbosa; as

publicações do corrente ano; informações sobre a biblioteca; notas sobre visitantes, Dia da Cultura e direção da Casa; recursos aplicados no ano de 1964; projetos e reivindicações para o ano de 1965. A partir dele, sabe-se que:

- I. o tomo primeiro da antologia *Literatura Popular em Verso* e a continuação da Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna foram duas iniciativas de publicação do Centro de Pesquisas no ano de 1964 (p. 12);
- II. dos recursos aplicados pelo Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, foram destinados quatro milhões trezentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 4.360.000) para composição, impressão e clichês²⁹ dos trabalhos de pesquisa filológica e literária, sendo gastos três milhões trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 3.300.000), sob a justificativa de que, com o processo tardio de aprovação de aplicação da verba no mês de agosto, foi impossível manter os compromissos assumidos com os pesquisadores na preparação do 3º volume de *Literatura Popular em Verso e Críticos brasileiros*, justificando o saldo de um milhão sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 1.060.000);
- III. foram destinados quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.00) para o prosseguimento da publicação d'O livro de *Vita Christi*;
- IV. dos projetos para 1965, havia a intenção de dar prosseguimento, de maneira intensiva, à elaboração de volumes referentes às obras completas e seletas de Rui Barbosa; continuação do catálogo da biblioteca, não só por ordem alfabética como por assunto; publicação de estudos feitos em torno da personalidade de Rui Barbosa; publicação de pesquisas feitas segundo a documentação do arquivo; e publicação do catálogo das peças que constituem o acervo do museu da seção técnica;
- V. dentre as reivindicações da Casa de Rui Barbosa para 1965, estava a demanda de construção de um pavilhão anexo à Casa de Rui Barbosa para o atendimento de serviços culturais e administrativos, a exemplo de salas de pesquisa, consulta e leitura e espaços dedicados para as seções do Centro de Pesquisas.

5.1.1.8 Arquivo FCRB-DA 133 (12): programação de atividades (1965)

O arquivo de 11 páginas compreende três documentos: um relatório datilografado em nome do Diretor do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, o Sr. Thiers Martins Moreira, datado em 23 de novembro de 1965 (p. 1); uma comunicação datilografada em nome do Diretor da Casa de Rui Barbosa, o Sr. Américo Jacobina Lacombe, endereçada ao Ministro

²⁹ Termo editorial relacionado ao processo de impressão. Um clichê é uma placa gravada sobre metal para impressão de imagens e textos por meio de prensa tipográfica.

da Educação e Cultura, o Sr. Professor Flávio Suplicy de Lacerda, datado em 15 de dezembro de 1965 (p. 2); e um relatório da Casa de Rui Barbosa no ano de 1965, que constitui o anexo do texto anterior (p. 3-12).

No primeiro item, listam-se as atividades do ano corrente, com enfoque para os trabalhos da Comissão de Filologia, informando que:

- I. o primeiro volume da *Obra Crítica de Araripe Júnior* se encontrava pronto e em fase de impressão;
- II. o primeiro volume da *Obra Crítica de Nestor Victor* possuía originais prontos e estava sendo preparado para a impressão;
- III. o andamento da preparação de textos da *Obra Crítica de José Veríssimo*;
- IV. a existência de trabalhos de levantamento de fontes e de dados sobre *Literatura Popular em Verso*, tendo em vista a colaboração do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa com a Faculdade de Letras da Universidade de Poitiers, na França, que preparava a edição de um volume sobre o assunto;
- V. a suspensão da impressão d'*O Livro de Vita Christi*, tendo em vista problemas de ordem técnica;
- VI. a continuação dos trabalhos para a preparação do volume de *Estudos de Literatura Popular em Verso*;
- VII. a notificação de ausência de verba específica para o Centro de Pesquisas no orçamento institucional.

Não há informações relevantes no segundo item, enquanto o terceiro documento que integra o arquivo apenas reitera as publicações do Centro de Pesquisas.

5.1.1.9 Arquivo FCRB-DA 138 (16): relatório de atividades em 1954; relatório do 1º, 2º e 3º trimestres de 1970 e relatório das atividades da Seção de Filologia (Centro de Pesquisas) no ano de 1971

Neste documento de 16 páginas, encontram-se quatro itens distintos em estrutura e conteúdo:

- I. um relatório das atividades em 1954, com retificações a lápis, datado em janeiro de 1955 (p. 1-2); um ofício circular, nº 49/70, da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, emitido por Delton de Mattos da Silva, responsável pela Secretaria Geral, à Fundação Casa de Rui Barbosa, com anotações a caneta e

assinatura do Diretor-executivo da instituição, o Sr. Irapoan Cavalcanti Lyra, datado em 06 de julho de 1970 (p. 3-4);

- II. uma ficha para preenchimento do relatório do 1º semestre de 1970 com correções a caneta (p. 5-7); uma cópia da resposta ao ofício, contendo o relatório do primeiro semestre de 1970, datado em 24 de julho de 1970, emitido por Irapoan Cavalcanti Lyra (p. 8-11);
- III. uma segunda resposta ao ofício ofício circular, nº 49/70, da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, que contém um segundo ofício datado em 21 de outubro de 1970, assinado e rubricado por Irapoan Cavalcanti de Lyra e o relatório do primeiro, segundo e terceiro trimestres de 1970 (p. 12-14);
- IV. por fim, o relatório das atividades da Seção de Filologia no ano de 1971, elaborado pela Chefe de Seção de Filologia, a Sra. Anna Maria Serpa Barroso, datado em 14 de janeiro de 1972 (p. 15-16).

A princípio, não há informações relevantes sobre a Comissão de Filologia no relatório das atividades em 1954, com retificações a lápis, datado em janeiro de 1955 (p. 1-2). O mesmo fato ocorre no ofício circular, nº 49/70, da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, emitido por Delton de Mattos da Silva, responsável pela Secretaria Geral, à Fundação Casa de Rui Barbosa, com anotações a caneta e assinatura do Diretor-executivo da instituição, o Sr. Irapoan Cavalcanti Lyra, datado em 06 de julho de 1970 (p. 3-4).

A ficha para preenchimento do relatório do 1º semestre de 1970 com correções a caneta (p. 5-7) possui maioria dos campos em branco, isenta de anotações. Desse documento, julga-se relevante o preenchimento do campo “Denominação do projeto/atividade”, em que consta “manutenção do museu, estudos e difusão da obra de Ruy Barbosa”.

Na cópia de resposta ao ofício, contendo o relatório do primeiro semestre de 1970, datado em 24 de julho de 1970, emitido por Irapoan Cavalcanti Lyra (p. 8-11), é informado o seguinte:

- I. o andamento do volume primeiro de *Literatura Popular em Verso*, com atividade de pesquisa e preparação de texto;
- II. o andamento do volume segundo da *Obra Crítica de Nestor Vitor*, compreendendo pesquisa e preparação de texto;
- III. o andamento da revisão tipográfica e publicação do quinto volume da *Obra Crítica de Araripe Júnior*;

Adverte-se que parte significativa do relatório se volta à reforma do edifício da Fundação Casa de Rui Barbosa e às atividades de catalogação e publicação da seção ruiana.

Em parte referente ao ofício circular, nº 49/70, da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, que contém um segundo ofício datado em 21 de outubro de 1970, assinado e rubricado por Irapoan Cavalcanti de Lyra e o relatório do primeiro, segundo e terceiro trimestres de 1970 (p. 12-14). identifica-se um conjunto restrito de metas com o estado atual das atividades. No que tange ao setor filológico, denuncia-se:

- IV. o andamento do volume primeiro de *Literatura Popular em Verso*, com atividade de pesquisa e preparação de texto;
- V. o andamento, com término para final de novembro, do volume segundo da *Obra Crítica de Nestor Vitor*, contando pesquisa e preparação de texto;
- VI. o andamento da revisão tipográfica e publicação do quinto volume da *Obra Crítica de Araripe Júnior*;

Do mesmo modo que o relatório antecessor, parte significativa do documento se volta à reforma do edifício da Fundação Casa de Rui Barbosa e às atividades de catalogação e publicação da seção ruiana.

No último item (p. 15-16), isto é, o relatório das atividades da Seção de Filologia no ano de 1971, constam os seguintes dados:

- I. os funcionários do setor filológico, naquele ano, eram Anna Maria Serpa Barroso (chefe da Seção), Alice Assed Kik Estefan (documentarista), Armando Martins de Freitas Filho (pesquisador), Dulce Martins Lamas (colaboradora) e Sebastião Nunes Batista (colaborador);
- II. dentre as atividades de pesquisa e preparação de textos, constam: a elaboração de um fichário de toda a Coleção de Literatura Popular em Verso, perfazendo 2.031 fichas, executado por Armando Martins de Freitas Filho com revisão de Alice Assed Kik Estefan; leitura e classificação temática de toda Coleção de Literatura Popular em Verso, num total de 2.031 histórias, realizada por Alice Assed Kik Estefan, Anna Maria Serpa Barroso e Armando Martins de Freitas Filho; início da organização de um fichário temático da Coleção de Literatura Popular em Verso, sob responsabilidade de Alice Assed Kik Estefan; revisão do livro *Textos Medievais Portugueses e seus problemas* para a realização de uma segunda edição com anotações, correções de falhas e construção de um índice onomástico integrado ao volume, a cargo de Alice Assed Kik Estefan; atividade de leitura de *A Sátira e a Crítica Social da Literatura de*

Cordel, do Prof. Mark Curran, para correções de ortografia e impropriedades de linguagem em confronto com originais, por Alice Assed Kik Estefan e Anna Maria Serpa Barroso; levantamento e organização de material para a constituição de um boletim informativo do Centro de Pesquisas, executado por Alice Assed Kik Estefan, Anna Maria Serpa Barroso e Armando Martins de Freitas Filho; estudo sobre *A Música na Cantoria Nordestina*, empreendido por Dulce Martins Lamas, para o tomo primeiro dos *Estudos de Literatura Popular em Verso*; retificação de autoria de parte dos folhetos do *Catálogo de Literatura Popular em Verso*, desenvolvida por Sebastião Nunes Batista;

- III. no campo das atividades de revisão tipográfica, citam-se: a revisão do índice onomástico dos cinco volumes da *Obra Crítica de Araripe Júnior*, executada por Alice Assed Kik Estefan e Armando Martins de Freitas Filho, e a revisão das quatro últimas provas da obra *Poesias*, por Alice Assed Kik Estefan e Anna Maria Serpa Barroso;
- IV. no ano de 1971, haviam sido publicados dois livros: *Obra Crítica de Araripe Júnior*, volume quinto, e *Obras Completas de Rui Barbosa*, primeiro volume (1865-1871), e *Poesias*, segundo tomo.
- V. nas atividades diversas, todas realizadas por Anna Maria Serpa Barroso, indicam-se a elaboração do orçamento para 1971, na parte referente à Seção de Filologia; elaboração de relatórios; supervisão e controle dos trabalhos da seção; manutenção de contatos com colaboradores, tipografias e outros serviços externos; realização da correspondência da seção e atendimento a pesquisadores.

5.1.1.10 Arquivo FCRB-DA 44 (12): programação de atividades (1971)

Este documento apresenta uma programação geral de atividades da Fundação Casa de Rui Barbosa para o ano de 1917, considerando a determinação de objetivos gerais e específicos, os órgãos da instituição, seus objetivos específicos e os recursos disponíveis para o alcance de tarefas e metas.

Ante o conjunto de informações ofertadas, observou-se que, na seção referente ao Centro de Pesquisas (p. 1-3), há a descrição de uma divisão tripartida do órgão composta por uma seção ruiana, uma seção de Direito e uma seção de Filologia. Caberia à última o desenvolvimento de pesquisas e estudos da linguagem e a preparação de edições de textos do português antigo e moderno.

Nesse panorama, foram localizadas e reconhecidas como relevantes à investigação os seguintes dados:

- I. preparação dos clichês para completar a edição de *O Livro de Vita Christi*;
- II. contrato de especialista que preparará o glossário da obra *O Livro de Vita Christi*;
- III. contrato de pesquisador auxiliar na preparação do volume de *Estudos da Literatura Popular Brasileira*;
- IV. composição, revisão e impressão do volume *Estudos da Literatura Popular Brasileira*;
- V. composição, revisão e impressão do 2º volume da *Obra Crítica de Nestor Victor*.

Além disso, através dos quadros de levantamento dos recursos humanos do Ministério da Educação e Cultura lotados na Fundação Casa de Rui Barbosa (p. 8-12), sabe-se que a servidora Anna Maria Serpa Barroso ocupou a chefia da Seção de Filologia.

5.1.1.11 Arquivo FCRB-DA 139 (33): relatório de atividades (1972-1973)

O arquivo em questão possui um ofício datado em 03 de janeiro de 1973, assinado por Irapoan Cavalcanti de Lyra, o diretor-executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, que foi recebido pela funcionária Aldeliza do Prado Teixeira em 04 de janeiro de 1973 (p. 1). Além disso, consta um formulário de distribuição de recursos, projetos e metas (p. 2-11) e um relatório anual de atividades do ano de 1972 (p. 12-33). Ao todo, são 33 páginas datilografadas.

No formulário inicial (p. 2-3), destaca-se que o trabalho de edição de livros enfrentou dificuldades nas pesquisas, embora estivessem em fase de provas finais. Atividades editoriais associadas à manutenção dos serviços de pesquisa, preparação e publicação de textos e volumes das Obras Completas de Rui Barbosa, dos volumes *In Honorem* e dos volumes de obras diversas integravam as metas qualitativas da instituição (p. 4).

O relatório de 1972 (p. 32-33) descreve o seguinte quanto à Seção de Filologia:

- I. Anna Maria Serpa Barroso é identificada como chefe de seção, enquanto Alice Assed Kik Estefan e Elza Tavares Ferreira (por sete meses) são reconhecidas como documentaristas e Armando Martins de Freitas como pesquisador do setor filológico (por dez meses).
- II. As atividades de pesquisa e preparação de texto foram: atualização ortográfica, confronto dos textos citados com os originais e preparação para tipografia de cinco monografias para o primeiro tomo dos *Estudos de Literatura Popular em Verso* (ao todo, 600 páginas datilografadas), sob a responsabilidade de Alice Assed Kik Estefan;

- atualização ortográfica do segundo volume da *Obra crítica de Nestor Vitor* (782 páginas impressas), sob a responsabilidade de Armando Martins Freitas Filho; elaboração do índice onomástico do primeiro volume da *Obra crítica de Nestor Vitor* (763 fichas), sob a responsabilidade de Elza Tavares Ferreira; seleção, classificação e arquivamento dos inéditos e dispersos de Thiers Martins Moreira e de referências críticas e notícias sobre sua vida e obra (426 envelopes), sob a responsabilidade de Elza Tavares Ferreira; desenvolvimento de uma plaqueta comemorativa do vigésimo aniversário do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, sob a responsabilidade de Alice Assed Kik Estefan e Anna Maria Serpa Barroso; preparação do texto do primeiro volume da *Obra crítica de José Veríssimo* (150 páginas), um trabalho iniciado por Elza Tavares Ferreira; fusão dos fichários de Literatura Popular em Verso e elaboração de fichas novas, sob a responsabilidade de Armando Martins Freiras;
- III. as atividades de revisão tipográfica contemplam a plaqueta comemorativa do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e o segundo volume da *Obra crítica de Nestor Vitor*;
- IV. a plaqueta comemorativa do vigésimo aniversário do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa é informada como a única publicação do relatório;
- V. no conjunto de atividades diversas realizadas por Anna Maria Serpa Barroso, constam: supervisão e controle dos trabalhos da Seção; elaboração de relatórios; manutenção de contatos com colaboradores, tipografias etc.; correspondência da seção; atendimento a pesquisadores; participação na Comissão de Classificação de Cargos da Fundação; organização da cerimônia de inauguração do retrato de Dr. Thiers na sala do Centro de Pesquisas e do coquetel comemorativo; lançamento e supervisão do concurso sobre o tema “Rui Barbosa, defensor das grandes causas”; participação como representante da Fundação, no *Congresso de História da Independência*, com elaboração de relatório e parecer ao trabalho do Prof. Osvaldo Cabral: *Os últimos dias do absolutismo lusitano e os primeiros de um novo império*; coordenação dos festejos comemorativos do Dia da Cultura; coordenação da *Exposição Camoniana* e organização do coquetel comemorativo.

5.1.1.12 Arquivo FCRB-DA 140 (51): exercício e relatórios (1973)

O arquivo digitalizado contém 51 páginas e descreve as atividades, os projetos e os recursos mobilizados pela instituição, considerando-se o orçamento destinado a cada setor e os trabalhos previstos para o ano de 1973.

O conteúdo se distribui em síntese, programação e recursos do exercício de 1973 (p. 1-5, relatório da administração (p. 6-19), relatórios diversos com informações básicas (p. 20-34) e relatório da Seção de Filologia (p. 35-51).

Nesse panorama, foram localizados os seguintes dados sobre as atividades do setor filológico:

- I. Na sétima página, identifica-se o projeto de publicação de textos e estudos filológicos, sob a ideia de uma publicação da obra dos críticos literários brasileiros da fase de transição do século XIX e XX; da Coleção de Literatura Popular em Verso; e da Coleção de Estudos Filológicos e da Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica. Dos trabalhos previstos, estavam em última fase ou em execução o segundo volume da *Obra Crítica de Nestor Vitor*; o primeiro tomo do volume *Estudos de Literatura Popular em Verso*; e os *Dois autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)*, explicado por Sousa da Silveira.
- II. Dentre os trabalhos executados e não previstos, citam-se também, na sétima página, leitura e classificação temática de 521 folhetos de literatura popular em verso, com elaboração de fichas remissivas; elaboração de fichários por tomo, de 460 folhetos de literatura popular em verso; elaboração do índice onomástico de autores de folhetos da Coleção de Literatura Popular em Verso do Centro de Pesquisas, com 365 fichas; elaboração do fichário da antiga Coleção Leandro Gomes de Barros, com 212 fichas, contendo indicação de sigla, título, autor e editor.
- III. Conforme o quadro de recursos financeiros pertinente ao exercício de 1973, estavam previstos quinhentos e seis mil setecentos cruzeiros (Cr\$ 506.700,00) para os trabalhos, foram utilizados noventa e dois mil quinhentos e quarenta e um cruzeiros e vinte nove centavos (Cr\$ 92.541,29).
- IV. Na página 21, identificou-se uma série de trabalhos não executados pela ausência de convênios para custeio da pesquisa e das publicações: *Literatura popular em verso - Antologia - Tomo 2 - Coleção Leandro Gomes de Barros*; *Obra Completa de Raul Pompéia - Volumes 1, 2, 3, 4, 5 e 6*; *O Livro de Vita Christi - Volumes 3, 4 e 5*; e *Dicionário Brasileiro de Literatura*.
- V. Na página 34, há um formulário de atividades que previa a publicação da *Obra Crítica de Nestor Vitor*, volumes 2 e 3, e do primeiro tomo do volume de *Estudos de Literatura Popular em Verso*. Denuncia-se que o índice onomástico da primeira obra estava parcialmente executado, sendo substituído por outros serviços não previstos, e que o terceiro volume da *Obra Crítica de Nestor Vitor* teve pesquisas parcialmente

executadas, preparação de texto e edição não executadas, com expectativa de retomada do projeto em 1974.

- VI. Entre as páginas 35 e 51, registram-se as publicações da seção filológica e o programa especial firmado entre a Universidade Federal Fluminense e a Fundação Casa de Rui Barbosa para a realização de cursos de extensão universitária: *Ciclo de Estudos Ruianos*, *Congresso Internacional de Filologia Portuguesa* e *Ciclo de Estudos Fluminenses*.

Essencialmente, dados anteriores são reiterados, não havendo acréscimo significativo de informação.

5.1.1.13 Arquivo FCRB-DA 141 (32): relatório de atividades (1974)

O arquivo digitalizado possui 32 páginas datilografadas e compreende três documentos: um relatório geral da administração com rubricas e assinatura do Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, o Sr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe, e do Diretor-Executivo da instituição, o Sr. Irapoan Cavalcanti de Lyra, datado em 31 de dezembro de 1974 (p. 1-27); o relatório do subprojeto de capacitação de recursos humanos para área da cultura, assinado pela chefe do Setor de Filologia, a Sra. Ana Maria Serpa Barroso, e datado em 24 de outubro de 1974 (p. 28); e os relatórios semestrais do setor filológico no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1974, assinados por Ana Maria Serpa Barroso e datados em 5 de julho de 1974 e 4 de outubro de 1975 (p. 29-32).

No âmbito do Centro de Pesquisas, descreve-se um projeto de publicação de textos e estudos filológicos que se voltava à obra dos críticos literários brasileiros dos séculos XIX e XX e à continuidade das Coleções de Literatura Popular em Verso e de Estudos Filológicos. Para o ano de 1974, haviam sido programadas e/ou executadas as seguintes atividades (p. 2-5):

- I. elaboração do terceiro volume da *Obra Crítica de Nestor Vitor*, que não foi realizada pela necessidade de retomar a pesquisa em consequência da reestruturação do volume.
- II. publicação da segunda edição de *Textos medievais portugueses e seus problemas*, em fase de elaboração de índice onomástico, mas não completado por demandar uma pesquisa na biblioteca do Prof. Serafim da Silva Neto, à época situada na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em fase de organização e catalogação;
- III. organização do acervo de Literatura de Cordel a partir da classificação temática com itens remissivos, fichamento por título, sigla e autor;;

IV. redação do *Dicionário Brasileiro de Literatura*, com elaboração de 10.000 linhas de verbetes.

Em seção posterior, reitera-se o orçamento-programa e o conjunto de atividades do subprograma filológico que estabelecia como projeto a publicação de textos e estudos filológicos (p. 29-32):

- I. A publicação da *Obra Crítica de Nestor Vitor*, volume 3, se estendeu além do previsto, não permitindo a preparação do texto e a edição dentro do prazo previsto.
- II. a publicação de *Textos medievais portugueses e seus problemas* avançou quanto à reorganização da edição, mas não pôde ser concluída quanto ao índice onomástico em função de problemas na organização e catalogação da biblioteca do Prof. Serafim da Silva Neto, localizada na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- III. a Organização do acervo de Literatura de Cordel alcançou 1.197 histórias classificadas tematicamente com remissivas, 473 fichamentos por título e sigla; 1843 fichamentos por autor e o arquivamento de 3.181 fichas
- IV. o *Dicionário Brasileiro de Literatura* não possui dados sobre as atividades.

Com essas informações sobre o Centro de Pesquisas e o trabalho filológico, encerra-se o documento.

5.1.1.14 Arquivo FCRB-DA 142 (45): relatório de atividades (1974-1976)

A documentação digitalizada perfaz 45 páginas datilografadas com tipografia esmaecida e intervenções à caneta para a salvaguarda e realce de informações presentes no texto.

Há, nesse volume, um relatório de atividades referente ao ano de 1975 e primeiro semestre de 1976 (p. 1-5); a capa do relatório da administração de 1975 (p. 6); a síntese do relatório da administração pertinente ao ano de 1974 (7-11); o exercício de 1975 no relatório da administração (p. 12-33), assinado pelo Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, o Sr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe, e pelo Diretor-Executivo, o Sr. Irapoan Cavalcanti de Lyra, datado em 31 de dezembro de 1975; relatório de visitas (p. 34); e relatórios internos do setor de Filologia (p. 35-45), contendo assinaturas da Chefe da Seção, a Sra. Ana Maria Serpa Barroso.

Na primeira parte (p. 2), o relatório da administração introduz o projeto de publicação de textos e estudos filológicos, descrevendo duas iniciativas: o *Dicionário Brasileiro de*

Literatura, com elaboração de verbetes, e a organização do acervo de Literatura de Cordel. Posteriormente (p. 5), indica-se a programação e execução, no ano de 1974, das seguintes atividades: *Obra Crítica de Nestor Vitor*, terceiro volume; a segunda edição de *Textos medievais portugueses e seus problemas*; organização do acervo de Literatura de Cordel; e o *Dicionário Brasileiro de Literatura*.

Na ficha de recursos financeiros, estava prevista a utilização de cento e sessenta e um mil seiscentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 161.650,00), sendo utilizados ao total cento e cinquenta e dois mil duzentos e vinte e um cruzeiros e noventa e sete centavos (Cr\$152.221,97).

Em síntese, as últimas páginas (p. 29-32) reiteram informações do relatório da administração. Essencialmente, as atividades do setor filológico, no ano de 1974, se restringiram às pesquisas para a publicação do terceiro volume da *Obra Crítica de Nestor Vitor*; à reorganização da segunda edição de *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas*; à organização do acervo de Literatura de Cordel; e à elaboração do *Dicionário Brasileiro de Literatura*.

5.1.1.15 Arquivo FCRB-DA 48 (46): programação de atividades (1976)

O documento se refere ao exercício de atividades da Fundação Casa de Rui Barbosa para o ano de 1976, contemplando a receita (p. 2), uma síntese da distribuição da verba aos programas e subprogramas institucionais (p. 3-4); uma sequência de quadros que descrevem projetos, informações básicas sobre os trabalhos, investimento e cronograma de execução (p. 5-45) e um programa adicional com o projeto de biografia de Rui Barbosa (p. 46), contendo título, objetivo, forma de execução e recursos financeiros.

O datiloscrito possui datação e localização em 31 de março de 1976, na cidade do Rio de Janeiro, além das assinaturas do Presidente da Fundação, Américo Lourenço Jacobina Lacombe, e do Diretor Executivo, Irapoan Cavalcanti de Lyra, na segunda, na terceira e na quinta páginas. A programação adicional da última página apresenta uma marcação de visto datada em 26 de dezembro de 1973. O arquivo se encerra na página quarenta e seis.

Conforme o planejamento, o programa de pesquisas receberia um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 1.545.000), dos quais oitocentos e sessenta e cinco mil (Cr\$ 865.000) seriam reservados à seção filológica. Nela, estavam previstas a publicação de textos do português antigo, do português moderno e da literatura popular de cordel.

Nesse panorama, estavam previstas as seguintes atividades filológicas:

- I. publicação do terceiro volume da *Obra Crítica de Nestor Vitor*;

- II. publicação dos *Sonetos de Camões*;
- III. elaboração do glossário que constituiria o quinto volume d'*O Livro de Vita Christi*;
- IV. publicação da *História de Revistas e Jornais Literários*;
- V. organização do acervo de Carlos de Laet;
- VI. planejamento da publicação do acervo de Carlos de Laet;
- VII. organização do acervo de textos de literatura de cordel;
- VIII. elaboração de um catálogo de 1.000 folhetos;
- IX. edição de um tomo da série Antologia, com folhetos de Leandro Gomes de Barros.

Por fim, essas informações se localizam da sexta à nona página, denunciando iniciativas que remontam ao ano de 1974 e expectativas de extensão das atividades ao ano de 1978.

5.1.1.16 Arquivo FCRB-DA 50 (72): programação de atividades (1977)

O documento se refere ao exercício de atividades da Fundação Casa de Rui Barbosa para o ano de 1977, contemplando a receita (p. 1), uma síntese da distribuição da verba aos programas e subprogramas institucionais (p. 2); a programação detalhada dos trabalhos previstos em cada programa e subprograma com recursos financeiros (p. 3-4); uma relação de convênios com distinção de montantes (p. 5-7); uma sequência de quadros que descrevem projetos, informações básicas sobre os trabalhos, investimento e cronograma de execução (p. 8-64) e um programa adicional de desenvolvimento pessoal (p. 65-72), em que se propõem práticas necessárias ao atendimento de metas e seleção de prioridades estabelecidas pelo plano diretor da fundação.

A primeira parte do datiloscrito possui datação e localização em 01 de junho de 1977, na cidade do Rio de Janeiro, além das assinaturas do Presidente da Fundação, Américo Lourenço Jacobina Lacombe, e do Diretor Executivo, Irapoan Cavalcanti de Lyra, na primeira, na terceira e na quarta páginas. A segunda parte refere-se ao mês de junho de 1977, atribuindo sua elaboração a Angela Maria de Menezes Peçanha e Rival Nobre. O arquivo se encerra na página 72.

Observou-se que o programa de pesquisas contaria com um montante de sete milhões oitocentos e setenta e três mil quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 7.873.400), dos quais um milhão seiscentos e vinte e sete mil setecentos cruzeiros (Cr\$ 1.627.700) seriam reservados à seção filológica. Nela, estavam previstas a publicação de textos do português antigo, do português moderno, da literatura popular de cordel; um atlas linguístico e um manual de trabalho universitário.

Diante disso, estavam previstas e pormenorizadas as seguintes atividades filológicas:

- I. publicação de uma edição crítica dos *Sonetos de Luís de Camões*, sob preparação da Profa. Cleonice Berardinelli;
- II. publicação do volume 3 da *Obra Crítica de Nestor Vitor*;
- III. organização do material para a publicação do volume primeiro da *Obra de Carlos de Laet* (Discursos e Conferências);
- IV. elaboração de um *Manual de Normas de Editoração* para as edições da Casa;
- V. publicação do segundo tomo da série *Catálogo de textos de cordel*;
- VI. publicação do terceiro tomo da Antologia referente a Leandro Gomes de Barros;
- VII. publicação do quarto tomo da Antologia de cordel de Francisco das Chagas Batista;
- VIII. preparação e publicação de um livro-documentário com reprodução de entrevistas;
- IX. preparação e publicação de um álbum de xilogravuras populares de capas de folhetos de Cordel;
- X. publicação do primeiro volume do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*, elaborado durante anos por uma equipe da Universidade Federal de Juiz de Fora;
- XI. preparação de um manual de elaboração de trabalhos universitários.

Por fim, essas informações se localizam da oitava à décima quinta página, denunciando iniciativas que remontam ao ano de 1975. As páginas um, dois e quatro situam o documento no Rio de Janeiro, em 01 de junho de 1977, apresentando rubricas do presidente e do diretor-executivo, os senhores Américo Jacobina Lacombe e Irapoan Cavalcanti de Lyra.

5.1.1.17 Arquivo FCRB-DA 51(175): programação de atividades (1978)

A programação de atividades, referente ao ano de 1978, contém 175 páginas que expõem o conjunto de ações a serem desenvolvidas e mantidas pela instituição, levando-se em conta as áreas, seus respectivos projetos, os recursos existentes e o total de investimento.

No plano do conteúdo do texto, divide-se em solicitação de orçamento para o ano corrente com descrição geral das atividades e total previsto (p. 1-7); detalhamento de receita (p. 8-10); fichas dos projetos com informações básicas, recursos materiais, humanos e financeiros, e cronograma de execução (p. 11-174); e, por último, programação adicional referente a seminários universitários (p. 175).

Essencialmente, estavam previstos os seguintes trabalhos no âmbito da Seção de Filologia, que estava voltada a textos de Português Antigo, Moderno e à Literatura de Cordel:

- I. publicação dos *Sonetos de Luís de Camões*, com convênio a ser firmado para financiar a pesquisa;

- II. publicação do terceiro tomo da *Obra Crítica de Nestor Vitor*, com convênio a ser firmado para financiar a pesquisa;
- III. elaboração do *Índice Alfabético e Crítico da Obra de Mário Barreto*, com convênio a ser firmado para financiar a pesquisa;
- IV. publicação do primeiro tomo de discursos e conferências para a composição da *Obra Seleta de Carlos de Laet*, com convênio a ser firmado para financiar a pesquisa;
- V. publicação da *História de Revistas e Jornais Literários*, volume segundo, com convênio a ser firmado para financiar a pesquisa;
- VI. publicação do *Atlas Linguístico de Minas Gerais*, primeiro volume, portando os recursos necessários à execução;
- VII. publicação do *Atlas Linguístico de Minas Gerais*, segundo volume, com convênio a ser firmado para financiar a pesquisa;
- VIII. publicação da antologia *Literatura Popular em Verso*, terceiro e quarto tomos, portando os recursos necessários à execução;
- IX. publicação da antologia *Literatura Popular em Verso*, quinto, sexto e sétimo tomos, com convênio a ser firmado para financiar a pesquisa;
- X. publicação do álbum de xilogravuras da antologia *Literatura Popular em Verso*, portando os recursos necessários à execução;
- XI. publicação do segundo tomo do catálogo da antologia *Literatura Popular em Verso*, com convênio a ser firmado para financiar a pesquisa;
- XII. publicação da *Crônica do Rio de Janeiro* para integrar o segundo tomo da *Obra Seleta de Carlos de Laet*, portando os recursos necessários à execução;
- XIII. publicação dos *Vultos da nossa História* para integrar o terceiro tomo da *Obra Seleta de Carlos de Laet*, portando os recursos necessários à execução;
- XIV. publicação da obra *A Língua e o Folclore do São Francisco*, portando os recursos necessários à execução;
- XV. elaboração de um *Manual de Trabalhos Universitários*, possuindo convênio firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- XVI. projeto de capacitação de recursos humanos direcionada à pesquisa em cordel, com convênio firmado para a execução dos trabalhos;
- XVII. publicação do segundo tomo de estudos da obra *Literatura Popular em Verso*, portando os recursos necessários à execução.

O montante total destinado à programação das pesquisas filológicas alçava dois milhões duzentos e vinte e três mil e duzentos cruzeiros (Cr\$2.223.200).

Em seção referente ao subprograma filológico e às atividades de publicação de textos do Português Antigo, consta a informação básica de interesse em publicar uma edição crítica dos sonetos de Luís de Camões sob a responsabilidade da Profa. Cleonice Berardinelli (p. 14). No que tange às publicações de textos de Português Moderno, são descritas as seguintes ações:

- I. preparar as anotações filológicas de Héraclito Graça aos *Sermões* de Vieira;
- II. publicar o *Índice Alfabético e Crítico às obras de Mário Barreto*, organizado pelo Prof. Cândido Jucá Filho;
- III. preparar os originais de *A Língua e o Folclore do São Francisco*, a ser publicado em coedição com a Campanha de Defesa do Folclore e outras instituições;
- IV. preparar e publicar o segundo tomo da *História de Revistas de Jornais*, com base nas fichas de Plínio Doyle (Revista Brasileira em suas várias fases);
- V. publicar dois volumes da *Obra Seleta de Carlos de Laet* (Discursos e Conferências e o Rio de Janeiro através da Crônica), em coedição pelo Instituto Estadual do Livro, que financiará a impressão;
- VI. organizar o terceiro tomo da *Obra Seleta de Carlos de Laet* (Vultos da nossa história);
- VII. publicar o terceiro volume da Obra Crítica de Nestor Vitor.

Adiante (p. 25-27), indica-se a publicação do segundo volume do esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, elaborado pela equipe do Prof. Mário Roberto Zágari, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com as seguintes etapas: preparação do texto, composição, confecção de fotolitos, revisão de provas e impressão. Estimava-se a impressão de 2.000 exemplares a custo unitário de vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00), possuindo um custo total de cento e sessenta mil cruzeiros (Cr\$160.000,00). O projeto, entretanto, não dispunha de crédito pela ausência de convênio para financiar os trabalhos, sendo, por conseguinte, não autorizado.

Por fim, identificam-se os seguintes funcionários e cargos: Nádia da Costa Seckler (datilógrafo-escriturário A) e Sebastião Nunes Batista (pesquisador assistente) (p. 24); Adriano da Gama Kury (pesquisador adjunto B); Sérgio Carvalho Pachá (pesquisador adjunto A); Helena Christina S. Rigueira (pesquisador assistente); Ivette Maria Savelli Sanches (pesquisador assistente) e Edevino Panizzi (datilógrafo-escriturário B[FINEP]) (p. 31).

5.1.1.18 Arquivo FCRB-DA 50-A(1L): plano diretor (1977-1979)

Neste plano diretor, é descrito o planejamento de cada área temática da Fundação Casa de Rui Barbosa para atingir os objetivos e metas estabelecidas pela instituição com recursos

da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Nesse panorama, constam nas 89 páginas disponíveis os programas e projetos das áreas temáticas de Direito (1977-1979); Documentação (1977-1981); Filologia e Literatura (1977-1979) e História (1977-1981).

O texto introdutório intitulado *O plano diretor em síntese* (p. 2-4) situa que, na área temática de Filologia e Literatura, requerendo-se um orçamento de nove milhões cento e cinquenta e três mil trezentos e noventa e um cruzeiros (Cr\$ 9.153.391,00) advindos de recursos próprios e de outras fontes distribuídas entre 1977 e 1979 para os seguintes projetos:

- I. criação de uma Biblioteca de Prosa Brasileira (abrangendo romances esquecidos e livros em prosa essenciais da Literatura Brasileira);
- II. criação de uma Biblioteca da Poesia Brasileira;
- III. criação de uma Biblioteca Básica de Teatro Brasileiro;
- IV. seleção e publicação de obras de Carlos de Laet;
- V. elaboração e publicação de um *Dicionário de Filologia e Linguística*;
- VI. preparação e publicação de um *Manual de Elaboração de Trabalhos Universitários*;
- VII. elaboração e publicação de um *Dicionário de Nova Crítica*;
- VIII. realização de cursos de extensão de Filologia, Literatura, Ecdótica, Crítica Literária e Literatura de Cordel;

A seção específica de Filologia e Literatura (p. 41-60) apresenta textualmente um diagnóstico do campo de atuação e um histórico de suas atividades culturais; lista os projetos e informa justificativas e esquemas de financiamento previstos para a realização dos planos.

Na seção inicial, explica-se que a área de Filologia e Literatura estava voltada, principalmente, à publicação das *Obras Completas de Rui Barbosa*, especificando também a existência de quatro coleções: Coleção de Estudos Filológicos; Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna; Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica e Coleção de Estudos Jurídicos. Dessas quatro linhas editoriais, apenas a Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna era a mais viva e atuante.

Informa-se que a coleção de Estudos Jurídicos encontrava-se paralisada desde 1960.

A Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica possuía até a década de 1970 apenas as duas publicações do *Livro de Vita Christi* que remontavam à década de 1950.

Na coleção de Estudos Filológicos, complementando as primeiras publicações de 1956, surgiu a edição de *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)*, com textos explicados por Sousa da Silveira, em 1973.

Com isso, observava-se como importante a mudança de rumo do projeto editorial, considerando não só uma avaliação de necessidade de publicações, mas também aquilo que se

reconhecia como indispensável aos alunos dos cursos de Letras. Da página 42 a 46, reserva-se à discussão e diagnóstico dos principais produtos institucionais, pareceres e expectativas futuras.

Nas páginas 47, 48 e 49, recuperam-se dados relativos a outras atividades culturais, como conferências, cursos e exposições. Dentre os colaboradores de centros universitários nacionais e estrangeiros que proferiram conferências e cursos, lembram-se os nomes de Paul Teyssier, da Universidade de Paris; Sever Pop, da Universidade de Lovaina; Álvaro da Costa Pimpão, da Universidade de Coimbra; Charles Aubrun, da Universidade de Paris; Serafim da Silva Neto, da Universidade do Brasil; e Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia. Identifica-se, na década de 1970, a continuidade à tradição desses eventos.

No ano de 1973, em comemoração ao cinquentenário da morte de Rui Barbosa, houve uma cooperação entre o Centro de Pesquisas e a Universidade Federal Fluminense, que também comemorava o IV Centenário da cidade de Niterói. Resultaram dessa união nove cursos de extensão universitária, versando temas de Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa (especialmente Camões), Filologia e Linguística. Os cursos foram ministrados pelos professores universitários Cleonice Berardinelli, Gilberto Mendonça Teles, Hamilton Elia, Marlene de Castro Correia, Vilma Santana Arêas, Samira Mesquita, Rosalvo do Vale, Maria Antônia dos Santos Botelho, Adriano Kury e o titular da Universidade de Coimbra, José Gonçalo Herculano de Carvalho.

No mesmo período, houve o *Congresso Internacional de Filologia Portuguesa* em paralelo à *II Reunião Internacional de Camonistas* a partir do Programa Especial da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Menciona-se a participação de professores brasileiros e estrangeiros como Américo da Costa Ramalho, Hernani Cidade e Jacinto Prado Leite (Portugal); Joseph Piel e Hans Flasche (Alemanha); Luciana Stegagno Picchio (Itália); Roger Bismut, Raymond Cantel e Paul Teyssier (França), além de José Aderaldo Castello, Segismundo Spina, Massaud Moisés, Guilhermino César e Albino de Bem Veiga, professores brasileiros da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 1975, houve um ciclo de palestras sobre Crítica Literária e Filologia, a cargo dos professores Antônio Cândido, Alfredo Bosi, João Luiz Lafetá e João Alexandre Barbosa (São Paulo) e Celso Ferreira Cunha (Rio de Janeiro). Planejavam-se ainda cursos de extensão universitária com frequência de dois eventos por semestre. Dentre esses, havia a expectativa de um curso de técnica de pesquisa bibliográfica, para a preparação de trabalhos

universitários, bem como consulta, leitura, anotação e citação de livros similares, e um curso de preparação de textos, de revisão crítica e de crítica textual.

Por último, os projetos da área de Filologia e Literatura são pormenorizados com descrição, justificativas e esquema de financiamento entre as páginas 49 e 58.

Para o projeto de Biblioteca de Prosa Brasileira, estavam previstas a edição de uma série de romances e contos brasileiros para estudos de graduação e pós-graduação que pudessem apurar a evolução da narrativa e da língua literária brasileira, intitulada Romances Esquecidos da Literatura Brasileira, e o estabelecimento crítico de romances e contos essenciais ao conhecimento da Literatura Brasileira sob os princípios da Ecdótica, identificados como Livros em Prosa Essenciais da Literatura Brasileira.

Intentava-se com a Biblioteca de Poesia Brasileira o estabelecimento de textos de poetas representativos da Literatura Brasileira, no que diz respeito às fases Romântica e Parnasiana, prosseguindo a linha iniciada com a publicação das Obras de Casimiro de Abreu, organizadas por Sousa da Silveira.

A Biblioteca Básica de Teatro Brasileiro serviria como uma extensão da Biblioteca de Prosa Brasileira perante a escassez de textos de teatro brasileiro, desde o Romantismo até o Pré-Modernismo, para reparar a lacuna editorial e visibilizar autores brasileiros como Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Visconde de Taunay, Agrário de Meneses, Artur Azevedo, França Júnior, Coelho Neto, Graça Aranha entre outros.

A Seleção e Publicação de Obras de Carlos Laet se justificava pela representatividade ao autor no âmbito de pesquisas e ensino de literatura com um acervo pequeno de obras publicadas, em sua maioria recortes de jornais e autógrafos em posse da Fundação Casa de Rui Barbosa. Previa-se a organização de volumes temáticos.

O projeto de elaboração e publicação de um Dicionário de Filologia e Linguística estava amparado na necessidade de atualização da edição do *Dicionário de Fatos Gramaticais* (1956), de Joaquim Mattoso Câmara Júnior, cujos 5.000 exemplares foram rapidamente esgotados, exigindo novo material com termos referentes a novas teorias Linguísticas, especialmente no campo da Linguística Estrutural e da Gramática Transformacional.

A preparação e publicação de um *Manual de Elaboração de Trabalhos Universitários* (Teses e monografias) visava ao ensino da técnica de pesquisa bibliográfica, abrangendo não só orientações de consulta, leitura, anotação e citação de livros, mas também a composição do trabalho acadêmico em partes internas e externas, considerando a lacuna de obras semelhantes em consonância às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A elaboração e a publicação de um *Dicionário da Nova Crítica* era um projeto destinado aos estudantes universitários da área de literatura para compilar a nova terminologia da teoria e da crítica literária.

Por fim, o desenvolvimento de Cursos de Extensão de Filologia, Literatura, Ecdótica, Crítica Literária e Literatura de Cordel estava ligado ao apoio e ao aperfeiçoamento das pesquisas filológicas e literárias, desejando a realização de dois cursos por semestre a cargo de peritos e professores especialmente convidados. No exemplário do documento, constam os seguintes tópicos: técnica de pesquisa bibliográfica (elaboração de trabalhos universitários); técnica de preparação de textos (introdução à ecdótica); aspectos do romance brasileiro; a evolução da prosa brasileira; a evolução da poesia brasileira; raízes do teatro moderno; e a crítica literária no Brasil.

De modo geral, essas são informações encontradas no arquivo do plano diretor que convergem para as iniciativas filológicas da instituição.

5.1.1.19 Arquivo FCRB-DA 146 (133): relatório de atividades da administração (1979)

O documento se refere ao relatório da administração da Fundação Casa de Rui Barbosa, descrevendo a síntese do ano de 1979 em 133 páginas. Nele, constam uma primeira parte destinada ao programa de pesquisas (p. 3-9), situando as realizações dos subprogramas filológico, ruiano, histórico e jurídico; uma síntese do programa de documentação (p. 10-14); as visitas (p. 15-17); a administração (p. 18-19); os trabalhos em preservação e os relatórios mensais com prestação de contas, projetos e notas informativas (p. 20-69) e uma lista com a identificação dos principais projetos, etapas e funcionários responsáveis (p. 70-133). O arquivo alterna entre datiloscritos, manuscritos e formulários que contêm rubricas.

Pela síntese de 1979, no que concerne ao programa de pesquisas e ao subprograma filológico, identificam-se os seguintes projetos e atividades:

- I. datilografia e revisão dos *Sonetos de Luís de Camões*;
- II. revisão dos originais datilografados do *Índice Alfabético e Crítico da Obra de Mário Barreto*;
- III. preparo final dos *Discursos e Conferências da Obra Seleta de Carlos de Laet* (Tomo I) e preparo final das *Crônicas do Rio de Janeiro* (Tomo II);
- IV. preparação dos originais de *Estudos* (Tomo II) *da Literatura Popular em Verso*;
- V. composição e impressão do *Manual de Elaboração de Trabalhos Universitários*;
- VI. capacitação de recursos humanos para o projeto de literatura de cordel, no que diz respeito ao plano geral de pesquisas, classificação e catalogação de textos;

VII. montagem da parte final do *Atlas Linguístico de Sergipe*.

A última parte pormenoriza as etapas de elaboração desses trabalhos, demarcando as prioridades mensais, a duração das atividades e seus responsáveis referenciados exclusivamente pelo prenome. Por essas notas, sabe-se que:

- I. a datilografia e a revisão dos *Sonetos de Luís de Camões* ocorreram de janeiro a novembro de 1979, com remissão ao trabalho da funcionária Ivette Maria Savelli Sanches (pesquisador assistente);
- II. a revisão dos originais datilografados do *Índice Alfabético e Crítico da Obra de Mário Barreto* aconteceu de maio a novembro de 1979, com remissão ao trabalho das funcionárias Ivette Maria Savelli Sanches (pesquisador assistente) e Helena Christina S. Rigueira (pesquisador assistente);
- III. o preparo final dos *Discursos e Conferências da Obra Seleta de Carlos de Laet* (Tomo I) e o preparo final das *Crônicas do Rio de Janeiro* (Tomo II) se desenvolveram de janeiro a setembro de 1979, com remissão ao trabalho dos funcionários Sérgio Carvalho Pachá (pesquisador adjunto A), Nádia da Costa Seckler (datilógrafo-escriturário A) e Adriano da Gama Kury (pesquisador adjunto B);
- IV. preparação dos originais de *Estudos* (Tomo II) da *Literatura Popular em Verso* se deu de janeiro a dezembro de 1979, com remissão ao trabalho dos funcionários Sebastião Nunes Batista (pesquisador assistente), Helena Christina S. Rigueira (pesquisador assistente), Ivette Maria Savelli Sanches (pesquisador assistente) e Nádia da Costa Seckler (datilógrafo-escriturário A);
- V. a composição e a impressão do *Manual de Elaboração de Trabalhos Universitários* se processou de janeiro a dezembro de 1979, com remissão aos trabalhos dos funcionários Adriano da Gama Kury (pesquisador adjunto B) e Nádia da Costa Seckler (datilógrafo-escriturário A);
- VI. a capacitação de recursos humanos para o projeto de literatura de cordel, no que diz respeito ao plano geral de pesquisas, classificação e catalogação de textos, aconteceu em abril de 1979;
- VII. a montagem da parte final do *Atlas Linguístico de Sergipe* possui um registro de atividades de janeiro a julho de 1979, com remissão aos trabalhos dos funcionários Marco Antônio T. Pamplona (pesquisador assistente) e Helena Christina S. Rigueira (pesquisador assistente).

Também merece destaque os atendimentos prestados aos professores universitários e dialetólogos Nelson Rossi (em novembro de 1979) e Mário Zágari (em maio, julho e agosto

de 1979), sendo que o último também é referenciado a um seminário realizado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em síntese, essas são informações encontradas no arquivo referentes aos trabalhos classificados como filológicos.

5.1.1.20 Arquivo FCRB-DA 147 (195): relatório de atividades e programação (1980)

O documento consiste num relatório da administração da Fundação Casa de Rui Barbosa com programação de atividades do ano de 1980 ao longo de 202 páginas.

Nesse arquivo, constam uma primeira parte formulários com discriminação das atividades, justificativas e realização de atividades não previstas no verso (p. 1-7); relatórios mensais do laboratório de microfilmagem (p. 8-91); programação cultural da fundação com datas marcadas até o final do ano de 1980 e com realização prevista para o ano de 1981 (p. 92-97); lista de títulos das atividades realizadas pelo museu entre os meses de janeiro e outubro de 1980 (p. 98-102); distribuição de horas trabalhadas e cronograma anual de atividades no setor de pesquisas (p. 103-158); programa de pesquisas filológicas, ruínas, históricas e jurídicas (p. 159-164); programa do setor de documentação (p. 165-169); programa de visitas (p. 170-173); programa de administração (p. 174-175); programa de preservação (p. 176-179); portaria interna e quadro de detalhamento da despesa para o exercício de 1980 (p. 180-188); orçamento de 1980 (p. 189); e relatório das atividades do centro de estudos históricos, referente a 1980 (p. 190-202).

Referem-se ao programa de pesquisas os projetos e atividades a seguir que se enquadram em publicações de textos filológicos:

- I. impressão dos *Sonetos de Luís de Camões*;
- II. levantamento, transcrição, datilografia de fichas, redação e revisão de verbetes de um *Vocabulário Medieval*;
- III. revisão datilográfica, composição e revisão tipográfica do índice alfabético e crítico da obra de Mário Barreto;
- IV. impressão de *Obras de Mário Barreto*;
- V. preparo de originais das obras seletas de Carlos de Laet.

Inclui-se na rotina de atividades do setor de pesquisas a atuação do pesquisador Adriano da Gama Kury, entre 15 de dezembro e 30 de dezembro de 1980 na elaboração do segundo volume do *Atlas Linguístico de Minas Gerais* e no preparo do *Atlas Linguístico de Sergipe* (p. 156-158).

Na portaria interna, registra-se a decisão de cancelar projetos e atividades outrora aprovados pelo Conselho Consultivo, em reunião de 13 de junho de 1980, pela não realização de convênios previstos (p. 188). Registra-se, nessa seção, o distrato em torno da publicação de atlas linguísticos, que havia reservado um montante de quatrocentos e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 420.000,00).

Em suma, essas são informações encontradas no arquivo referentes aos trabalhos classificados que contemplassem a filologia e atlas linguísticos.

5.1.1.21 Arquivo FCRB-DA 148 (207): relatório de atividades (1981)

O material digitalizado possui 207 páginas, contendo o relatório geral da administração da Fundação Casa de Rui Barbosa. Identificam-se as seguintes partes no documento que dizem respeito às atividades da instituição: pesquisas (p. 2-8); documentação (p. 9-12); visitação (p. 13-16); administração (p. 17-18); preservação (p. 19-21); receita instituição e notas explicativas (p. 22-27); formulário com discriminação de atividades do ano de 1981 e justificativas em verso (p. 28-35); relatórios do laboratório de microfilmagem (p. 36-118); relatório de atividades do primeiro semestre de 1981, no que se refere ao Arquivo Histórico (p. 119-123); arquivo administrativo (p. 124-126); distribuição de horas trabalhadas e cronograma anual de atividades no setor de pesquisas (p. 127-207).

Em revisão ao programa de pesquisas filológicas, encontram-se as seguintes atividades:

- I. preparo final de originais de *Obras Seletas de Carlos de Laet*;
- II. publicação do *Índice Alfabético e Crítico da Obra de Mário Barreto*;
- III. preparo dos originais da obra de Mário Barreto;
- IV. publicação de obras de *Literatura Popular em Verso*;
- V. publicação do terceiro volume da *Obra Crítica de Nestor Vitor*;
- VI. término da tradução e elaboração de prefácio de *Conceitos Modernos do Direito Internacional*, de Rui Barbosa;
- VII. preparo dos originais do *Questionário Linguístico*, de Mônica Rector;
- VIII. elaboração manuscrita, passagem de fichas e datilografia do *Vocabulário Medieval*.

De modo particular, na agenda de atividades e na distribuição de carga horária dos pesquisadores, registra-se a participação do pesquisador Adriano da Gama Kury na preparação e atendimento à autora na fase de edição e publicação do *Questionário Linguístico* de Rector entre 11 de julho e 23 de outubro de 1981 (p. 163-188).

Com essas informações, foi concluída a leitura do arquivo.

5.1.1.22 Arquivo FCRB-DA 151 (406): relatório de atividades (1984)

O documento descreve o conjunto de atividades empreendidas pela Fundação Casa de Rui Barbosa no ano de 1984, possuindo um total de 454 páginas.

Identifica-se uma primeira parte com uma síntese dos trabalhos do Centro de Pesquisas em Filologia (p. 1-2), Direito (p. 2-3), Ruínas (3-5); do Centro de Estudos Históricos (p. 5-7); do Centro de Documentação (p. 7-9); do Laboratório de Conservação e Restauração (p. 9-10); dos Arquivos (p. 10-13) e dos Eventos e Exposições (p. 13-19).

A segunda parte do arquivo consiste numa pormenorização das atividades desenvolvidas pelo Centro de Pesquisas com determinação de setores, áreas temáticas, títulos de projetos, identificação de convênio e breve descrição do estágio de elaboração dos trabalhos (p. 20-46). O mesmo padrão de organização e conteúdos se repete na terceira parte (p. 47-55).

Em sequência, há a indicação das atividades do primeiro semestre (p. 55-65) e um informe especial (p. 66-110) voltado à reconstituição histórica da missão, dos objetivos e dos trabalhos institucionais para situar as atividades que estavam sendo empreendidas até o momento. Posteriormente a isso, há quatro relatórios do primeiro ao quarto semestre referentes ao Centro de Estudos Históricos (p. 111-132); textos sobre o seminário Rio Republicano, realizado em outubro de 1984 (p. 133-137) e formulário de solicitações e execução de atividades (p. 138-198).

Por fim, encerra-se com notas, formulários e mapas de controle da produção mensal do laboratório de microfilmagem (p. 199-320); uma programação tabulada de atividades institucionais (p. 321-391) e a distribuição de horas trabalhadas e cronograma anual de atividades no setor de pesquisas (p. 392-454).

Em revisão ao programa de pesquisas filológicas, julgam-se pertinentes as seguintes informações no panorama de conteúdos ofertados pelo documento:

- I. na primeira síntese das atividades, identificam-se três focos do setor filológico: edição e publicação de textos do português antigo, edição e publicação de textos do português moderno e edição e publicação de textos de literatura de cordel (p. 1-2);
- II. o setor de filologia é descrito como responsável pela publicação de textos da Língua Portuguesa Arcaica e Moderna em edições criteriosamente preparadas, bem como estudos bibliográficos e publicação de obras sobre literatura popular em verso (p. 21, 48, 56);

- III. no que se refere à linha Língua Portuguesa Arcaica, identifica-se, em andamento, a elaboração do *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (p. 21, 48, 56);
- IV. para a área Língua Portuguesa Moderna, destacavam-se os seguintes trabalhos: *Romances do Pré-Modernismo*; *Parecer e Réplica*, de Rui Barbosa; *Revistas de Ano*, de Artur Azevedo; *Malta, Matos ou Mata*, de Aluísio de Azevedo; *Últimos Estudos e Através do Dicionário e da Gramática*, de Mário Barreto (p. 21, 48, 56);
- V. sob o selo Literatura Popular em Verso, constam: *O Cordel e o Mundo*; *40 Folhetos sobre Getúlio Vargas*; *Geografia do Inferno no Cordel e 25 Abecês* (p. 21, 48, 56);
- VI. no rol de obras publicadas, citam-se o fascículo-amostra do *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval*; *Últimos Sonetos*, de Cruz e Souza; *Polêmicas*, de Carlos de Laet; *A Voz dos Poetas*, de Orígenes Lessa; *Oração aos Moços*, de Rui Barbosa, em vias de publicação (p. 21, 48, 56);
- VII. na recuperação histórica e na descrição de atividades do setor de Filologia, informa-se que a Casa de Rui Barbosa é a única entidade oficial brasileira não universitária que mantém um Setor de Filologia. Dentre suas incumbências iniciais, isto é, preparação de edição de textos do português antigo e moderno, promoção de cursos, conferências, estava a elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil*, que não pudera ainda ser levada a cabo em decorrência de sua magnitude. Acrescenta-se que o setor contava com um pequeno grupo de pesquisadores permanentes, graduados em Letras (p. 93).
- VIII. Afirma-se que, depois de 1976, quando o Prof. Adriano da Gama Kury assumiu a chefia do setor filológico, ressurgiu a possibilidade de se publicarem atlas linguísticos regionais, de modo que, em 1977, foi publicado o primeiro volume do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*, devido a uma equipe da Universidade Federal de Juiz de Fora coordenada pelo Prof. Mário Roberto Zágari com promessa de publicação de segundo volume (p. 94);
- IX. estava à espera de co-edição o *Atlas Linguístico de Sergipe*, elaborado pela equipe do Prof. Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia (p. 94);
- X. na condição de contribuição para a área de Dialectologia, havia sido publicado o *Questionário Básico do Trabalho de Campo Linguístico*, de Mônica Rector (p. 95);
- XI. tentava ainda o setor interessar especialistas de outros Estados na elaboração de atlas regionais, de tal modo que havia sido encaminhado à FINEP e ao CNPq um projeto de elaboração do *Atlas Linguístico do Rio de Janeiro*, que ficaria a cargo do Prof. João Antônio de Moraes, recém-doutor em Fonética pela Sorbonne (p. 95);

XII. a datilografia do projeto do *Atlas Linguístico do Rio de Janeiro*, presente no quadro de distribuição de horas trabalhadas, refere-se ao período entre 10 a 14 de setembro de 1984.

Com essas informações, foi concluída a leitura do relatório.

5.1.1.23 Arquivo FCRB-DA 155 (264): relatório de acompanhamento de atividades (1986)

O arquivo reúne informações sobre ações institucionais referentes aos anos de 1986, possuindo um total de 298 páginas.

No que diz respeito à organização e ao conteúdo, há um conjunto de relatórios de acompanhamento de atividades institucionais (p. 1-48); relatórios de manutenção da Casa de Rui Barbosa (p. 49-59); relatórios do laboratório de microfilmagem (p. 60-181); uma programação tabulada de atividades institucionais com a distribuição de horas trabalhadas e o cronograma anual de atividades no centro de pesquisas (p. 182-229); relatório do Projeto Botafogo, seus cinco subprojetos e o concurso de monografias (p. 230-250).

Além disso, há formulários, resumo e quadro detalhado de solicitação de apoio para melhorias em laboratório de conservação, bibliotecas e os centros de pesquisa e estudos históricos (p. 252-260) e páginas de um projeto de automação dos acervos bibliográficos da Fundação Casa de Rui Barbosa (p. 261-269). Ao final, encontra-se um livreto que contém o relatório de atividades do ano de 1986 (p. 269-298).

No que compete à revisão crítica da tese, sabe-se que houve uma reunião em 24 de abril de 1986, com a participação de Olavo Brasil de Lima Junior, Homero Senna, Adriano da Gama Kury, Orígenes Lessa, Antônio Geraldo da Silva Cunha, Rachel Teixeira Valença, Ivette Maria Savelli Sanches do Couto, Helena Christina Cavalcanti de Lyra, Júlio César Castañon Guimarães, Flora Sussekind, Olga de Jesus Santos e Sonia Otero Coqueiro, a partir da qual foi gerado um relatório de acompanhamento de atividades (p. 3).

Nesse relatório, em seção intitulada *Português Antigo*, informa-se o andamento do *Índice do Vocabulário do Português Medieval*, no que concerne aos verbetes das letras A, B e C, por uma equipe composta por Antônio Geraldo da Cunha, Mabel Corção Braga e estagiária Ana Paula (sem sobrenome indicado). Aguardava-se a Profa. Alice Kik Stefan, da Biblioteca Nacional, para colaborar no Projeto, bem como a reintegração das pesquisadoras apoiadas pela FINEP (a partir de maio de 1986): as pesquisadoras Diva de Oliveira Sales e Ayla Pereira de Melo.

No âmbito do Português Moderno, houve a organização de um seminário intitulado *Sobre o Pré-Modernismo*, com previsão de acontecimento entre 20 e 22 de agosto de 1986,

além de atividades de leitura, seleção e preparo de romances para publicação (p. 3-4). Na linha Literatura Popular em Verso, constavam estudos de cordel e publicações em andamento sob a responsabilidade de membros do setor (p. 4).

À vista disso, não foi detectada nenhuma referência à Dialetologia ou projetos de construção de atlas. Com isso, foi encerrada a leitura do documento.

5.1.2 Casa de Rui Barbosa: resumo histórico de suas atividades (1957)

De início, a obra *Casa de Rui Barbosa: resumo histórico de suas atividades* foi publicada pela Casa de Rui Barbosa e impresso pelo Departamento de Imprensa Nacional, no ano de 1957, sob a autoria de Regina Monteiro Real, funcionária do centro de memória, que, à época, ocupava a função de conservadora. Ao longo de 60 páginas, desenvolve-se uma síntese da organização e das práticas institucionais que foi originalmente planejada e apresentada no 1º Congresso Nacional de Museus, realizado em junho de 1956, em Ouro Preto, Minas Gerais.

O sumário do livro se estrutura em sete grandes tópicos: Legislação, Museu-Biblioteca, Quadro dos funcionários, Organograma, Atividades técnicas e culturais, Atividades Administrativas e Biografia cronológica de Rui Barbosa. Por sua vez, o prefácio de uma página e meia evidencia um pioneirismo do estabelecimento carioca enquanto primeira casa histórica brasileira, atrelando os esforços museológicos à formação de uma nacionalidade pelo cultivo ao legado ruiano.

Na seção referente ao conjunto de atividades técnicas e culturais, sumarizam-se atividades situadas em dois grandes eixos: vida e obra de Rui Barbosa e principais interesses, isto é, Filologia e Direito. Nessa relação, localizada a partir da página 23, citam-se conferências e cursos, comemorações, sociedades, comissões culturais, publicações e exposições. Particularmente, no âmbito do planejamento da Seção de Filologia, foram encontradas as seguintes informações entre as páginas 24 e 25:

1. Publicação do primeiro volume do incunábulo *Vita Christi*.
2. Pesquisas para a preparação do *Dicionário de Brasileirismos*.
3. Preparação para a publicação das *Máximas, pensamentos e reflexões do Marquês de Maricá*.
4. Publicação das *Obras Completas de Casimiro de Abreu*.
5. Publicação do *Dicionário dos Fatos da Língua*.
6. Publicação de normas para a transcrição de textos antigos.
7. Estudos para a realização do *II Congresso de Língua Nacional Cantada*.

O primeiro item corresponde ao primeiro volume de uma edição fac-similar e crítica de *O livro de vita Christi em lingoagem português* (1495), de Ludolfo Cartesiano, com tradução e labor filológico de Augusto Magne e prefácio de Thiers Martins Moreira (1957). Trata-se da obra inaugural da Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica que descreve uma biografia comentada de Jesus Cristo traduzida em português no reinado de D. Duarte de uma obra latina anterior: o *Vita Domini nostri Jesu Christi ex quatuor evangeliis*, datada no século XIV.

O segundo é referente a um conjunto de pesquisas para uma obra de referência Linguística do português do Brasil. Tomava-se como base os manuscritos do *Dicionário de Brasileirismos* (1915), de Rodolfo Garcia, em que predominavam “peculiaridades pernambucanas” e havia sido planejado para suprir lacunas do léxico português presente no *Novo dicionário da língua portuguesa* (1913), de Cândido Figueiredo. O setor filológico, sob a direção de Antenor Nascentes, lançava-se ao referido trabalho lexicográfico no sentido de subsidiar a construção do Atlas Linguístico do Brasil.

A terceira indicação diz respeito ao trabalho de levantamento e organização de aforismos do escritor, filósofo e político brasileiro Mariano José Pereira da Fonseca (1773-1848), o Marquês de Maricá. O projeto foi liderado por Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira e ganhou publicação em 1958 sob o modelo de uma edição comentada, integrando a Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna.

O quarto livro, também integrante da Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna, é uma segunda edição das *Obras de Casimiro de Abreu* (1955), publicada pelo Ministério da Educação e Cultura e pela Casa de Rui Barbosa. Isso ocorreu a partir do esforço filológico de Sousa da Silveira na apuração e revisão do texto, inserção de resumo biográfico do poeta romântico brasileiro, notas explicativas e produção de índices. Em Oliveira (2007), descreve-se que um dos elementos contribuintes para tal empreendimento foi o uso de fotocópias de cartas de Casimiro de Abreu em posse da Academia Brasileira de Letras.

O *Dicionário dos Fatos da Língua* (1956), o quinto item da lista, integra a Coleção de Estudos Filológicos. É resultado de uma sugestão de Augusto Meyer à Comissão de Filologia que foi aprovada com a designação de Joaquim Mattoso Câmara Jr. para a execução das pesquisas e estudos necessários à efetivação do projeto que visava oferecer, sistemática e sucintamente, em uma obra de referência, noções gramaticais para a compreensão de fatos sobre a linguagem e a língua portuguesa.

A sexta publicação informada que apresenta normas para a transcrição de textos antigos é *Textos medievais portugueses e seus problemas* (1956), de Serafim da Silva Neto,

publicado em conjunto com a obra de Câmara Jr. na Coleção de Estudos Filológicos. Nela, apresenta-se um levantamento de fontes manuscritas da literatura medieval portuguesa e um guia de leitura sob critérios filológicos e literários.

Por último, há referência às atividades de planejamento de um *II Congresso de Língua Nacional Cantada*, em continuidade ao primeiro evento organizado por Mário de Andrade, em julho de 1937, em São Paulo, a partir do qual houve uma preocupação sobre a fala como objeto de estudo e elemento identitário brasileiro e a fixação de um padrão de pronúncia que deveria ser adotado no canto erudito. A sequência, porém, ocorreria sob a tutoria da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa com pautas atualizadas. Embora não tenha sido realizado, Monteiro (2022) informa a existência de documentos que confirmam os preparativos do congresso entre 1945 e 1952.

Nas seção de publicações, em conformidade ao planejamento do Setor de Filologia presente nas páginas 24 e 25, a partir da página 39, Real (1957) situa os três primeiros livros publicados pelo Centro de Pesquisa:

1. *Obras de Casimiro de Abreu*. Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna - 1. Apuração e revisão do texto, esboço biográfico e índices por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 2ª edição melhorada, 1955.
2. Câmara Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Fatos Gramaticais*. Coleção de Estudos Filológicos - 1. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1956.
3. Silva Neto, Serafim da. *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas*. Coleção de Estudos Filológicos - 2. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1956.

Para mais, na listagem de cursos e conferências presente na página 49, identificou-se uma vinculação temática de quatro eventos ao Setor de Filologia pelo direcionamento ao estudo da língua e da literatura portuguesa:

1. Paul Teyssier, da Universidade de Paris — Língua e Literatura Francesa:
 - a) *Alain Fournier et le grand Meaulnes*: 2 de setembro de 1953.
 - b) *Le Français, langue de culture*: 9 de setembro de 1953.
 - c) *Langue écrite et langue parlée dans le français*: 16 de setembro de 1953.
2. Sever Pop, da Universidade de Lovaina — Dialectologia:

Curso de 9 aulas organizado pelo Centro de Pesquisas: agosto-setembro de 1954.

3. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, da Universidade de Coimbra — Literatura Portuguesa:
 - a) Camões Lírico: 11 de maio de 1955.
 - b) O significado dos "*Os Lusíadas*": 13 de maio de 1955.
4. Serafim da Silva Neto — *O legado de Rui Barbosa no campo da linguagem*: 5 de novembro de 1955 (Dia da Cultura Nacional e aniversário do patrono da instituição).

Na seção de exposições, na página 52, Real (1957) contempla um evento articulado à atuação do dialetólogo romeno Sever Pop, no ano de 1954:

1. *Exposição de Dialetologia e Geografia Linguística* — 1954. Organizada pelos funcionários da Casa de Rui Barbosa, em colaboração e por ocasião do curso do Prof. Sever Pop da Universidade de Louvain realizado na Casa de Rui Barbosa por iniciativa do Centro de Pesquisas.

Enfim, essas foram as atividades identificadas pelo relatório de Real (1957) que dialogam com a proposta historiográfica da tese no intervalo entre 1952 e 1986.

5.1.3 O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: 20 anos de atividades (1972)

Em *O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: 20 anos de atividades (1952-1972)*, publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa com impressões da Gráfica Olímpica, em 1972, Maximiano de Carvalho e Silva, o diretor do centro de pesquisas da instituição, apresenta notas informativas sobre as origens e as atividades empreendidas pelo setor.

O relatório de 63 páginas, elaborado em período comemorativo de vinte anos de funcionamento, tomando como base os registros das atividades culturais da Casa de Rui Barbosa, relatórios da diretoria executiva, dados fornecidos pela diretoria do centro de pesquisas e seus pesquisadores e as informações complementares da presidência da fundação.

O sumário, além do texto introdutório, descreve oito tópicos: a constituição da Fundação Casa de Rui Barbosa; o Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa; atividades culturais: publicações; atividades culturais: conferências, cursos e exposições; pesquisas em andamento e novos planos da direção; acontecimentos importantes entre janeiro a março de 1972; as edições mais recentes do Centro de Pesquisas e dados biográficos de dirigentes da Fundação e do Centro de Pesquisas, a partir de 1966, e de pesquisadores permanentes.

No que diz respeito às atividades culturais, Silva (1972) menciona que, principalmente, a partir de 1941, o centro desenvolveu publicações sobre o patrono institucional, contemplando a vida e a obra de Rui Barbosa; obras de Linguística, Filologia e

Direito, em honra de Rui Barbosa; e realização de exposições, cursos e conferências. A partir da página 21, na seção Obras *In Honorem* de Rui Barbosa, listam-se os seguintes trabalhos editados nos campos de Filologia, Linguística e Literatura, enquanto resultado do Setor de Filologia:

1. *Dicionário de Fatos Gramaticais* (1956), por Joaquim Mattoso Câmara Jr.
2. *Textos medievais portugueses e seus problemas* (1956), por Serafim da Silva Neto.
3. *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*: volume I (1956); II (1957) e III (1959).
4. *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*: volume I (1958) e volume II (1961), por Antenor Nascentes.
5. *Laboratório de Fonética na Bahia* (1961), por Nelson Rossi.
6. *Literatura popular em verso / Catálogo*: tomo I (1961), organizado por Manuel Cavalcanti Proença e Orígenes Lessa.
7. *Literatura popular em verso / Antologia*: tomo I (1964), seleção, introdução e comentários por Manuel Cavalcanti Proença.
8. *Obra crítica de Araripe Júnior*: volume I (1958), volume II (1960), volume III (1963), volume IV (1966) e volume V (1970), sob a direção de Afrânio Coutinho.
9. *Obra crítica de Nestor Vitor*: volume I (1969), sob a direção de José Cândido de Andrade Muricy.
10. *Bibliografia da crítica literária em 1907 através dos jornais cariocas* (1968), por Antônio Simões dos Reis.
11. *Obras de Casimiro de Abreu*: apuração e revisão do texto, esboço biográfico, notas e índices (1955), por Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira.
12. *Máximas, pensamentos e reflexões do Marquês de Maricá* (1958), por Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira.
13. *O Livro de Vita Christi em Linguagem Português*, de Ludolfo Cartusiano (1495): volume I (1957) e volume II (1968), editado por Augusto Magne.

Desse total, cinco obras foram mencionadas por Real (1957). Nesse sentido, serão comentadas as oito novidades conforme o relatório de Silva (1972).

Os *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula* (1956, 1957, 1959) são registros do evento celebrado no Rio de Janeiro, de 21 a 29 de outubro de 1949, em homenagem ao primeiro centenário de nascimento de Rui Barbosa e às contribuições do intelectual brasileiro aos estudos de língua portuguesa. Nos três tomos, há informações sobre

a promoção do congresso; a sessão inaugural; a reunião das comissões; as sessões plenárias; as moções propostas e indicações; as teses e pareceres das comissões aos trabalhos submetidos e a sessão de encerramento.

Atribui-se a Aloysio de Castro, membro da Academia Brasileira de Letras, a ideia de realização do congresso em 30 de outubro de 1947, cuja aprovação demandou a solicitação de auxílio ao Governo da República, sob o mandato de Eurico Gaspar Dutra, envolvendo o Ministério da Educação e Saúde e a Casa de Rui Barbosa. A comissão organizadora foi composta por Gustavo Barroso (Presidente); Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira (Vice-presidente); Rodrigo Otávio Filho (Secretário geral); Américo Jacobina Lacombe (Tesoureiro), Celso Vieira, Clementino Fraga, Levi Carneiro, Pedro Calmon e Mário de Lima Barbosa. Em seu temário, para o qual foram constituídas uma Comissão de Filologia e outra de Literatura e História para que os trabalhos fossem avaliados, constavam os seguintes direcionamentos:

1. A ação da Réplica de Rui Barbosa.
2. A lição e o exemplo de Rui Barbosa de amor à língua portuguesa.
3. Rui Barbosa entre os grandes escritores de língua portuguesa.
4. A ação de Rui Barbosa a favor da língua portuguesa literária;
5. A língua e o estilo de Rui Barbosa.
6. A língua no romance brasileiro do século XIX.
7. Aspectos da língua literária no Brasil no século XX.
8. A língua nos cancioneiros medievais portugueses.
9. A língua na prosa arcaica até o século XIV.
10. A língua na prosa e na poesia quinhentista.
11. A língua portuguesa e a sua expansão no mundo.
12. Revisão das formas vernáculas dos nomes próprios geográficos de outros idiomas.
13. A unidade linguística no território brasileiro.
14. A língua no folclore brasileiro.
15. Brasileirismos e outros regionalismos da língua portuguesa.
16. A língua familiar nas comédias de Martins Pena.
17. Comparação dos dialetismos continentais, insulares e ultramarinos com os brasileirismos.
18. Variedades dialetais da língua portuguesa.
19. A rima na poesia portuguesa.
20. A rima na poesia brasileira.

21. A versificação portuguesa nos clássicos, nos românticos e nos parnasianos.

22. O ritmo, a versificação, a rima, a aliteração e a onomatopeia na língua portuguesa.

Em sequência, o livro *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958, 1961a), por Antenor Nascentes, expõe as diretrizes de execução de um atlas segundo os princípios da Geografia Linguística e do método “palavras e coisas”: escolha de localidades, eleição de informantes e redação do questionário. Nele, há uma ênfase ao português do Brasil e um incentivo à elaboração de atlas regionais para que, articulados uns aos outros sob um critério uniforme, pudessem constituir um atlas geral para caracterizar a realidade linguística brasileira.

Laboratório de Fonética na Bahia (1961), por Nelson Rossi, com prefácio de Antenor Nascentes, é uma síntese das conferências pronunciadas pelo autor, à época catedrático interino de Filologia Portuguesa da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, a 15 e 17 de janeiro de 1958, no Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Nessa obra, discute-se sobre a importância da fonética experimental e os trabalhos empreendidos pelo laboratório baiano nos estudos dialetológicos em dois capítulos.

Com o primeiro tomo de *Literatura popular em verso / Catálogo* (1961), organizado por Manuel Cavalcanti Proença e Orígenes Lessa, foram inauguradas publicações relacionadas à literatura de cordel do Norte-Nordeste brasileiro. O catálogo oferece de maneira sistematizada indicações bibliográficas e específicas de mil folhetos de literatura popular em verso. Em sua estrutura, constam o prefácio de Eugênio Gomes; notas preliminares sobre a organização do catálogo; o catálogo; índice de autores, títulos de estórias, índice remissivo de classificação e índice geral. Nele, houve a colaboração especial de Antônio Houaiss e Manuel Diégues Júnior, além de membros do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, dentre os quais se destaca Thiers Martins Moreira, a quem é atribuída a iniciativa da publicação e da direção dos trabalhos.

Em continuidade ao catálogo, *Literatura popular em verso / Antologia* (1964), com seleção, introdução e comentários Manuel Cavalcanti Proença e Sebastião Nunes Batista, é uma coletânea de composições de trovadores populares com linguagem próxima à oralidade. Nesse volume, há um prefácio de Thiers Martins Moreira; introdução; textos de quarenta e uma estórias; notas biográficas sobre os autores levantados por Sebastião Nunes Batista e apresentadas por Thiers Martins Moreira; índices das ilustrações, das estórias pela numeração do catálogo e um índice geral. Participaram dessa iniciativa os membros do Centro de Pesquisa e colaboradores externos.

A *Obra crítica de Araripe Júnior* (1958, 1960, 1963, 1966, 1970), sob a direção de Afrânio Coutinho, é uma reunião dos trabalhos de crítica literária brasileira, a partir do Romantismo, referente a Tristão de Alencar Araripe Júnior, no intervalo entre 1868 a 1911, identificado por Afrânio Coutinho como um dos três nomes mais influentes da crítica literária brasileira ao lado de Sílvio Romero e José Veríssimo. À vista disso, o primeiro volume contém um prefácio de Thiers Martins Moreira, uma introdução de Afrânio Coutinho; o segundo volume é aberto por uma advertência de Eugênio Gomes; o terceiro e o quarto volume possuem prefácio de Thiers Martins Moreira; por fim, o quinto volume apresenta um prefácio de Afrânio Coutinho, antecedendo a sequência de estudos do autor homenageado, e anexos.

Em esforço semelhante à sistematização da história da crítica literária brasileira, a partir de Araripe Júnior, a *Obra crítica de Nestor Vitor* (1969), em edição dirigida por José Cândido de Andrade Muricy, situa as contribuições do escritor e crítico literário Nestor Víctor dos Santos para o movimento simbolista no Brasil e para a análise avaliativa das produções artísticas. Possui a obra um prefácio de Thiers Martins Moreira, uma introdução de Andrade Muricy e uma sequência de estudos.

A *Bibliografia da crítica literária em 1907 através dos jornais cariocas* (1968), por Antônio Simões dos Reis, contém um prefácio de Américo Jacobina Lacombe; uma primeira parte destinada à crítica; uma segunda parte dedicada a livros e autores criticados; uma terceira parte reservada a biografias e referências; por fim, um posfácio. Trata-se de um projeto piloto para o estudo da história da crítica literária presente em jornais cariocas do início do século XX a partir de um recorte cronológico, no sentido de constituir uma obra de referência.

Mais adiante, em seção referente a trabalhos de pesquisa não concluídos ou publicados, situada na página 24, Silva (1972) descreve:

1. Levantamento das coleções de revistas existentes na Casa de Rui Barbosa.
2. Levantamento da camoniana nas bibliotecas, por Estella Glatt;
3. Levantamento dos livros de língua espanhola, por Hécio Martins.
4. Elaboração de normas para a preparação de textos e publicações, por Antônio Houaiss.
5. Planejamento da obra crítica de José Veríssimo.
6. *Pesquisa de brasileirismos*, sob a direção de Antenor Nascentes, com a colaboração de Jefferson Augusto Marotta e Ubyratan Jurucehy Bruno de Queiroz.

Desse informativo, sabe-se que a única pauta em andamento informada por Real (1957) é o projeto de pesquisa relacionada ao *Dicionário de Brasileirismos*, que, iniciado na década de 1950, se estendeu à década de 1970.

No que concerne às conferências, cursos e exposições, reconhecidas como atividades culturais, para o setor filológico, Silva (1972) atualiza a listagem de Real (1957) com as conferências proferidas por Nelson Rossi, em 1958, que originaram a publicação *Laboratório de Fonética na Bahia*, de 1961:

- 1) Paul Teyssier, da Universidade de Paris — Conferências sobre Língua e Literatura Francesa:
 - a) *Alain Fournier et Le Grand Meaulnes*: 2 de setembro de 1953.
 - b) *Le Français, langue de culture*: 9 de setembro de 1953.
 - c) *Langue écrite et langue parlée dans le français*: 16 de setembro de 1953.
- 2) Sever Pop, da Universidade de Lovaina — Curso de Dialectologia: momento formativo de 9 aulas organizado pelo Centro de Pesquisas entre agosto-setembro de 1954.
- 3) Sever Pop, da Universidade de Lovaina, em colaboração com funcionários da Casa de Rui Barbosa — Exposição de Dialectologia e Geografia Linguística: setembro de 1954.
- 4) Álvaro Júlio da Costa Pimpão, da Universidade de Coimbra — Literatura Portuguesa:
 - a) *Camões Lírico*: 11 de maio de 1955.
 - b) O significado dos "Os Lusíadas": 13 de maio de 1955.
- 5) Serafim da Silva Neto — O legado de Rui Barbosa no campo da linguagem: 5 de novembro de 1955 (Dia da Cultura Nacional e aniversário do patrono da instituição).
- 6) Nelson Rossi — Laboratório de fonética na Bahia: 15 e 17 de janeiro de 1958.

A partir da página 33 do relatório de atividades de Silva (1972), reserva-se uma seção a pesquisas em andamento e novos planos da direção, com ênfase na Seção Ruiana e na Seção de Filologia e seus respectivos compromissos com o plano de publicações da Casa de Rui Barbosa. Informa-se que o setor responsável pelos estudos linguísticos contam com o serviço de três pesquisadores permanentes, a saber Anna Maria Serpa Barroso (Chefe da Seção), Alice Assed Kik Estefan e Armando Martins de Freitas Filho, que participavam de quatro projetos de publicação:

1. Primeiro tomo da coletânea *Literatura Popular em Verso / Estudos*, no âmbito da Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna.

2. Segundo tomo da coletânea *Literatura Popular em Verso / Antologia*, dedicada ao rapsodo paraibano Leandro Gomes de Barros, também pela Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna.
3. Continuação do plano de publicação da *Obra Crítica de Nestor Vitor* pela Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna.
4. Segunda edição de *Textos medievais portugueses e seus problemas*, por Serafim da Silva Neto.

Dessas quatro iniciativas, apenas as três primeiras foram concretizadas. Sabe-se que o primeiro volume de *Estudos* da coletânea *Literatura Popular em Verso* foi publicado em 1973 — em memória de Thiers Martins Moreira, falecido em 1970 —, com o objeto de valorizar o cordel enquanto manifestação literária popular e fornecer subsídios ao trabalho de crítica textual, recebendo contribuições de Ariano Suassuna, Bráulio do Nascimento, Dulce Martins Lamas, Manuel Diégues Júnior, Mark Curran, Raquel de Queirós e Sebastião Nunes Batista.

O segundo tomo antológico da coletânea *Literatura Popular em Verso*, dedicado ao poeta paraibano de literatura de cordel, foi publicado em 1976 pela Fundação Casa de Rui Barbosa em coedição com a Fundação Universidade Regional do Nordeste, de Campina Grande, na Paraíba. Contém o volume uma introdução a Leandro Gomes de Barros, pelo crítico Horácio de Almeida, e uma sequência fac-similar de doze folhetos de cordel do autor homenageado.

A continuação da *Obra Crítica de Nestor Vitor*, cujo primeiro volume foi lançado em 1969, sob a direção de José Cândido de Andrade Muricy, se estendeu a duas novas edições: volume II (1973), publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, e volume III (1979), este em coedição da Fundação Casa de Rui Barbosa com a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Governo do Paraná.

Pelo *corpus* disponível, não se sabe se houve algum esforço para a segunda edição de *Textos medievais portugueses e seus problemas*, por Serafim da Silva Neto, em sequência à publicação de 1956. Identifica-se apenas o não lançamento do livro.

Para concluir as observações sobre Silva (1972), em seção intitulada Novos planos da direção do centro, desenvolvida a partir da página 35, há uma definição de elementos de uma agenda do Centro de Pesquisas. Para além das atividades de supervisão, menciona-se um interesse pelo prosseguimento das seguintes edições e reedições:

- 1) *O Livro de Vita Christi em Linguagem Português*, em volumes III e IV.
- 2) *Obra Crítica de Nestor Vitor*, volume III.
- 3) *Literatura Popular em Verso / Antologia*, Tomo II, Leandro Gomes de Barros.

4) *Textos medievais portugueses seus problemas*.

5) *Evocações e Últimos Sonetos*, de Cruz e Sousa, em edição fac-similada dos manuscritos, apresentação de Andrade Muricy e estudo inédito de Tasso da Silveira.

Na mesma listagem, consta também o planejamento de um curso superior de revisores críticos, de preparadores de originais de crítica textual, no sentido de formar especialistas em trabalhos e pesquisas filológicas no âmbito da literatura brasileira dos séculos XIX e XX; da literatura popular brasileira; de Rui Barbosa, além de pesquisa lexicográfica.

Em suma, essas foram as informações consideradas relevantes na revisão das atividades do Setor de Filologia com base em Silva (1972).

5.1.4 Catálogo de publicações (2002)

Por último, o livro *Catálogo de publicações* (2002), organizado por Maria Irene Brasil — a chefe da biblioteca — com a colaboração de Magaly Serrão Wanderley e Regina Maria Laclette Porto, publicado internamente pela Fundação Casa de Rui Barbosa em domínio digital, é uma obra de referência, mais precisamente um fichário em que se relacionam, de maneira ordenada, os livros e documentos diversos da biblioteca institucional. Ao longo das 136 páginas, há menção a 597 obras editadas no período de 1941 a junho de 1995.

Pelo sumário, obtém-se uma visão panorâmica do documento, que comporta os seguintes elementos: Introdução; Nota explicativa; Apresentação; Obras completas de Rui Barbosa; Obras avulsas de Rui Barbosa; Obras Seletas de Rui Barbosa; Obras sobre o patrono; Arquivo de Rui Barbosa; Direito; Filologia, Linguística e Literatura; Literatura popular em Verso; História Coleção Ação e pensamento da República; Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos; Publicações institucionais; Papéis avulsos; Preservação e conservação de documentos; Diversos; Textos de trabalho; Índice onomástico e Índice de títulos. Objetivava-se com o livro oferecer sistematicamente informações sobre as 597 obras editadas pelo estabelecimento, compreendendo também as co-edições com entidades governamentais e editoras comerciais.

Na apresentação de Homero Senna, ex-diretor executivo da fundação no período de 1978-1979, situada na página 11 até a 16, há um resumo histórico que se mescla ao resgate do projeto editorial e uma seleção de publicações importantes. No último parágrafo da página 12, referente ao campo da Filologia, são reiteradas seis publicações empreendidas e/ou supervisionadas pela comissão inicialmente formada por Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, Clóvis Monteiro, Augusto Meyer, Antenor Nascentes, Antônio dos Santos Jacinto Guedes e Pe. Augusto Magne:

1. *Obras de Casimiro de Abreu* (1955), apuração e revisão do texto, esboço biográfico, notas e índices por Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira.
2. *Textos medievais portugueses e seus problemas* (1956), de Serafim da Silva Neto.
3. *Dicionário de Fatos Gramaticais* (1956), de Joaquim Mattoso Câmara Jr.
4. *O Livro de Vita Christi, de Ludolfo Cartusiano* (1957, 1968), edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495, cotejado com os apógrafos e introdução do Pe. Augusto Magne.
5. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958, 1961a), por Antenor Nascentes;.
6. *Anais do Congresso de Língua Vernácula* (1956, 1957, 1969), promovido pela Academia Brasileira de Letras, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde.

Em adição, nas páginas 13 e 14, incorporam-se as obras de registro da crítica literária, literatura popular e estudos de língua e literatura portuguesa. As publicações mencionadas são as seguintes:

1. *Obra Crítica de Araripe Júnior* (1958, 1960, 1963, 1966, 1970), em cinco volumes, edição dirigida por Afrânio Coutinho.
2. *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (1980), em coedição com a editora Presença, por Mário Barreto.
3. *Últimos estudos* (1986), em coedição com a editora Presença, por Mário Barreto.
4. *Sonetos de Camões* (1980), edição e notas de Cleonice Berardinelli.
5. *Obras Seletas de Carlos de Laet* (1983, 1984a, 1984b), em três volumes, com edição de Adriano da Gama Kury.
6. *A obra ficcional de Machado de Assis* (contos e romances), em coedição com a Editora Itatiaia, 17 volumes, com o trabalho de José Galante de Sousa e Adriano da Gama Kury.
7. *Estudos de Literatura Popular em Verso* (1964, 1976, 1977a, 1977b), organizados, o primeiro por Manuel Cavalcanti Proença e Orígenes Lessa; o segundo, por Manuel Cavalcanti Proença; o terceiro por Thiers Martins Moreira; o último por Manuel Diégues Júnior, Ariano Suassuna, Bráulio do Nascimento, Dulce Martins Lamas, Mark J. Curran, Raquel de Queirós e Sebastião Nunes Batista, com prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva.

Na seção de nota explicativa do catálogo, foi convencionado que, das 597 obras publicadas, 117 estavam inseridas em *Filologia, Linguística e Literatura* e 22 em *Literatura Popular em Verso*. No interior da periodização desta pesquisa, de 1952 a 1986, foram

reconhecidos os seguintes livros entre 1955 e 1986 como pertinentes à atuação da comissão de Filologia e, posteriormente, do setor filológico da fundação a partir de Brasil, Wanderley, Porto (2002):

1. *Obras de Casimiro de Abreu*. Apuração e revisão do texto, esboço biográfico, notas e índices por Sousa da Silveira. 1955.
2. *Dicionário de Fatos Gramaticais*, por Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Prefácio de Thiers Martins Moreira. 1956.
3. *Textos medievais portugueses e seus problemas*, por Serafim da Silva Neto. Prefácio de Thiers Martins Moreira. 1956.
4. *Anais do Congresso de Língua Vernácula*. Em comemoração do centenário de Rui Barbosa, promovido pela Academia Brasileira de Letras, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde. Vol. 1. 1956.
5. *Anais do Congresso de Língua Vernácula*. Em comemoração do centenário de Rui Barbosa, promovido pela Academia Brasileira de Letras, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde. Vol. 2. 1957.
6. *O Livro de Vita Christi em linguagem português*, por Ludolfo Cartusiano. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495, cotejado com os apógrafos e introdução de Augusto Magne. Prefácio de Thiers Martins Moreira. Vol. 1. 1957.
7. *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, por Antenor Nascentes. Vol. 1. 1958.
8. *Máximas, pensamentos e reflexões do Marquês de Maricá*. Edição dirigida e anotada por Sousa da Silveira. 1958.
9. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Edição dirigida por Afrânio Coutinho. Vol. 1 (1868-1887). Introdução de Afrânio Coutinho, Prefácio de Thiers Martins Moreira. 1958.
10. *Anais do Congresso de Língua Vernácula*. Em comemoração do centenário de Rui Barbosa, promovido pela Academia Brasileira de Letras, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde. Vol. 3. 1959.
11. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Edição dirigida por Afrânio Coutinho. Vol. 2 (1888-1894). Advertência de Eugênio Gomes. 1960.
12. *Literatura popular em verso / Catálogo*. Vol. 1. Organização de Manuel Cavalcanti Proença e Orígenes Lessa. Prefácio de Eugênio Gomes. 1961.
13. *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, por Antenor Nascentes. Vol. 2. 1961.

14. *Laboratório de Fonética*, por Nélson Rossi. Prefácio de Antenor Nascentes. 1961.
15. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Edição dirigida por Afrânio Coutinho. Vol. 3 (1895-1900). Prefácio de Thiers Martins Moreira. 1963.
16. *Literatura popular em verso / Antologia*. T. 1. Seleção, introdução e comentários de Manuel Cavalcanti Proença. Prefácio de Thiers Martins Moreira. 1964.
17. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Edição dirigida por Afrânio Coutinho. Vol. 4 (1901-1910). Prefácio de Thiers Martins Moreira. 1966.
18. *Bibliografia da crítica literária em 1907 através dos jornais cariocas*, por Antônio Simões dos Reis. Prefácio de Américo Jacobina Lacombe. 1968.
19. *O Livro de Vita Christi em linguagem português*, por Ludolfo Cartusiano. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495, cotejado com os apógrafos e introdução de Augusto Magne. Prefácio de Thiers Martins Moreira. Vol. 2. 1968.
20. *Obra crítica de Nestor Vitor*. Vol. 1. Prefácio de Thiers Martins Moreira. 1969.
21. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Edição dirigida por Afrânio Coutinho. Vol. 5 (1911 e anexos). Prefácio de Afrânio Coutinho. 1970.
22. *Camões e a Literatura Brasileira*, por Hamilton Elia. Nota prévia de Maximiano de Carvalho e Silva. 1973.
23. *Camões e a Poesia Brasileira*, por Gilberto Mendonça Teles. Nota prévia de Maximiano de Carvalho e Silva. 1973.
24. *Camões e Manuel Bandeira*, por Jairo José Xavier. Nota prévia de Maximiano de Carvalho e Silva. 1973.
25. *Crítica filológica e compreensão poética*, por José G. Herculano de Carvalho. 2. ed. rev. Nota prévia de Maximiano de Carvalho e Silva. 1973.
26. *Dois autos de Gil Vicente: o da Mofina Mendes e o da Alma*. 3. ed. acrescida com o fac-símile dos autos da edição príncipe de 1562. Comentários de Sousa da Silveira. Estudo prévio de Cleonice Berardinelli. Prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva. 1973.
27. *Estudos camonianos*, por Cleonice Berardinelli. Nota prévia de Maximiano de Carvalho e Silva. 1973.
28. *Obra crítica de Nestor Vitor*. Vol. 2. Prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva. 1973.
29. *Literatura popular em verso / Estudos*. Colaboração de Manuel Diégues Júnior, Ariano Suassuna, Bráulio do Nascimento, Dulce Martins Lamas, Mark J. Curran,

- Raquel de Queirós e Sebastião Nunes Batista. Prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva. T. 1. 1973.
30. *Homenagem à Academia Brasileira de Letras*. Memória Literária 11. Nota introdutória de Américo Jacobina Lacombe e Plínio Doyle. Mar. 1975.
 31. *História de revistas e jornais literários*, por Plínio Doyle. Apresentação de Homero Sena. Vol. 1. 1976.
 32. *Literatura popular em verso / Antologia*. Vol. 1, t. 2. Leandro Gomes de Barros. Introdução de Horácio de Almeida. Prefácio de Homero Sena. 1976.
 33. *Literatura popular em verso / Antologia*. Vol. 2, t. 3. Leandro Gomes de Barros. Introdução de Ariano Suassuna. Apresentação de Homero Sena. 1977.
 34. *Literatura popular em verso / Antologia*. T. 4. Francisco das Chagas Batista. Apresentação de Homero Sena. Notícia biobibliográfica de Sebastião Nunes Batista. 1977.
 35. *Xilógrafos nordestinos*. Livro-álbum diagramado por Salvador Monteiro, com reprodução de xilogravuras. Em apêndice, três artigos de Lourival Gomes Machado sobre xilógrafos do Nordeste. Apresentação de Homero Sena. 1977.
 36. *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*. Coordenação de José Ribeiro e Mário Roberto L. Zágari. Coedição com a UFJF, Juiz de Fora. 1977.
 37. *A língua e o folclore da bacia do São Francisco*, por Edilberto Trigueiros. Notação musical do autor. Ilustrações de J. Paulino e do autor. Apresentação de Bráulio do Nascimento. Coedição com a UFAL, Maceió; CECB, Salvador; Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe, Aracaju. 1977.
 38. *Homenagem a Manuel Bandeira*. Memória Literária III. Nota introdutória de Plínio Doyle. 1978.
 39. *Os dois mundos de Cornélio Pena*. Memória Literária V. Nota introdutória de Adonias Filho. Estudo de Alexandre Eulálio, "Os Dois Mundos de Cornélio Pena". 1979.
 40. *Homenagem a José de Alencar (1829-1979)*. Memória Literária IV. Nota introdutória de Plínio Doyle. 1979.
 41. *Obra crítica de Nestor Vitor*. Vol. 3. Apresentação de Homero Sena. 1979.
 42. *Bibliografia comentada de Carlos Drummond de Andrade (1918-1930)*, por Fernando Py. Coedição com a José Olympio, Rio de Janeiro; INL, Brasília. 1980.
 43. *Elaboração e editoração de trabalhos de nível universitário*, por Adriano da Gama Kury. Colaboração de Maximiano de Carvalho e Silva e Irene de Meneses Dória. 1980.

44. *Novos estudos da língua portuguesa*, por Mário Barreto. 3. ed. fac-similar. Apresentação de Homero Sena. Coedição com a Presença, Rio de Janeiro; INL, Brasília. 1980.
45. *Novíssimos estudos da língua portuguesa*, por Mário Barreto. 3. ed. fac-similar. Coedição com a Presença, Rio de Janeiro; INL, Brasília. 1980.
46. *Sonetos de Camões*. Edição e notas de Cleonice Berardinelli. Prefácio de José V. de Pina Martins. Coedição com o *Centre Culturel Portugais*, Lisboa. 1980.
47. *Literatura popular em verso / Antologia*. Vol. 3, t. 5. Leandro Gomes de Barros. Introdução de José Maria Barbosa Gomes. Advertência de Adriano da Gama Kury. 1980.
48. *Jorge Amado e a literatura de cordel*, por Mark J. Curran. Apresentação de Geraldo Magalhães Machado. Coedição com a Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador. 1981.
49. *Índice alfabético e crítico da obra de Mário Barreto*. Organização e comentários de Cândido Jucá Filho. Colaboração do Conde de Pinheiro Domingues. Apresentação de Homero Sena. 1981.
50. *De gramática e de linguagem / Correio de Consulentes*, por Mário Barreto. 3. ed. Advertência de Mário Barreto. Nota de Adriano da Gama Kury. Coedição com o INL, Brasília. 1982.
51. *Do simbolismo aos antecedentes de 22*. Estudo de Cassiana Lacerda Carollo. 1982.
52. *Fatos da língua portuguesa*, por Mário Barreto. 3. ed. Coedição com a Presença, Rio de Janeiro; INL, Brasília. 1982.
53. *Homenagem a Drummond*. Exposição comemorativa dos 80 anos do poeta. Apresentação de Marcos Vinícius Vilaça. Nov. 1982.
54. *O ciclo dos animais na literatura popular do Nordeste*, por Yvonne Bradesco-Goudemand. Tradução de Teresinha Pinto. Prefácio de Raymond Cantel. 1982.
55. *O ciclo épico dos cangaceiros na literatura popular do Nordeste*, por Ronald Daus. Tradução de Raquel Teixeira Valença. Apresentação de Homero Sena. 1982.
56. *Inácio da Catingueira e Luís Gama: dois poetas negros contra o racismo dos mestiços*, por Orígenes Lessa. 1982.
57. *A poética popular do Nordeste*, por Sebastião Nunes Batista. Prefácio de Adriano da Gama Kury. 1982.

58. *O cordel e os desmantelos do mundo*. Organizado por Orígenes Lessa e Vera Lúcia de Luna e Silva. 1983.
59. *Homenagem a Orígenes Lessa*. Exposição comemorativa dos 80 anos do escritor. Nota introdutória de Homero Sena. Jul. 1983.
60. *Obras seletas de Carlos de Laet*, Preparação do texto por Adriano da Gama Kury. Coedição com a Agir, Rio de Janeiro; INL, Brasília. Vol. 1. Crônicas. Prefácio, nota introdutória e cronologia de Homero Sena. 1983.
61. *Pedro Nava: tempo, vida e obra*. Exposição comemorativa dos seus 80 anos. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. 1983.
62. *Questionário básico de trabalho de campo lingüístico. Revisão crítica do questionário do Atlas Lingüístico de Antenor Nascentes*. Organização de Mônica Rector. Colaboração de Eliana Yunes, Eudenise Limeira e Nanci Melo. 1983.
63. *São Paulo e o Modernismo*. Antônio de Alcântara Machado e sua obra. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. Nota introdutória de Cecília de Lara. Set. 1983.
64. *O Sapateiro Silva*. Poemas de Joaquim José da Silva, por Flora Süssekind e Raquel Teixeira Valença. 1983.
65. *Confluências: trilhas de vida e de criação* (João Guimarães Rosa). Nota introdutória de Francisco de Assis Barbosa. Estudos de Cecília de Lara, “A Renovação da Surpresa”; Lenira Marques Covizzi, “Estudos para a Obra”. 1984.
66. *Homenagem a Bernardo Guimarães (1825-1884)*. Memória Literária VIII. Nota introdutória de Plínio Doyle. Estudo de Alphonsus de Guimaraens Filho. 1984.
67. *Memória de Marques Rebelo*. Estudos de Francisco de Assis Barbosa; Antônio Bulhões; Antônio Houaiss; Aicídio Mafra e Carlos Drummond de Andrade. 1984.
68. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Preparação do texto por Adriano da Gama Kury. Coedição com a Agir, Rio de Janeiro; INL, Brasília. Vol. 2. Polêmicas. Prefácio de Antônio J. Chediak. Nota introdutória e cronologia de Homero Sena. 1984.
69. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Preparação do texto por Adriano da Gama Kury. Coedição com a Agir, Rio de Janeiro; INL, 61 Brasília. Vol. 3. Discursos e Conferências. Prefácio de Antônio Carlos Vilaça. Nota introdutória e cronologia de Homero Sena. 1984.
70. *Últimos sonetos*, por Cruz e Sousa. Texto estabelecido pelo manuscrito autógrafo. Notas de Adriano da Gama Kury. Estudo literário de Júlio Castañon Guimarães. Coedição com a UFSC, FCC, Florianópolis. 1984.

71. *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. Fascículo-amostra, por Antônio Geraldo da Cunha. Apresentação de Homero Sena. 1984.
72. *A voz dos poetas*, por Orígenes Lessa. 1984.
73. *A xilogravura popular e a literatura de cordel*. Nota introdutória de Américo Jacobina Lacombe. 1985.
74. *Afonso Arinos*. Memória Literária IX. Exposição comemorativa dos seus 80 anos. Nota introdutória de Plínio Doyle. Apresentação de Américo Jacobina Lacombe. Nov. 1985.
75. *Mattos, Malta ou Matta? Romance ao correr da pena*, por Aluísio Azevedo. Apresentação de Plínio Doyle. Prefácio de Josué Montello. Coedição com a Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1985.
76. *Victor Hugo (1802-1885)*. 1985.
77. *Através do dicionário e da gramática: correio de consulentes*, por Mário Barreto. 4. ed. Coedição com a Presença, Rio de Janeiro; INL, Brasília. 1986.
78. *Carnaval*, por Manuel Bandeira. Edição preparada por Júlio Castañon Guimarães e Raquel Teixeira Valença. Coedição com a Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1986.
79. *Índice do Vocabulário do português medieval*, por Antônio Geraldo da Cunha. Vol. 1. 1986.
80. *Manuel Bandeira: um novo itinerário*. Memória Literária X. Exposição comemorativa do centenário do seu nascimento. Apresentação de Plínio Doyle. Estudo de Gilberto Mendonça Teles, “Urn Novo Itinerário”. 1986.
81. *Pré-modernismo: a produção literária e o contexto*. Apresentação de Júlio Castañon Guimarães. 1986.
82. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*, por Flora Süssekind. Coedição com a Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1986.
83. *Sérgio Renovador*. Exposição comemorativa dos 50 anos de “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda. Estudos de José Murilo de Carvalho; Francisco de Assis Barbosa; Onestaldo de Pennafort; Manuel Bandeira. 1986.
84. *O Tribofe: revista fluminense do ano de 1891*, por Artur Azevedo. Estabelecimento do texto, notas e estudo lingüístico de Raquel Teixeira Valença. Coedição com a Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1986.
85. *Últimos estudos*, por Mário Barreto. 2. ed. Apresentação de Cândido Jucá Filho. Coedição com a Presença, Rio de Janeiro; INL, Brasília. 1986.

86. *ABC de Carlos Drummond de Andrade e outros abecês*, por Paulo Nunes Batista. Seleção de Orígenes Lessa e Olga de Jesus Santos. Coedição com a Itatiaia, Belo Horizonte. 1986.
87. *Literatura popular em verso / Antologia*. 2. ed. 73 T. 1. Seleção, introdução e comentários de Manuel Cavalcanti Proença. Coedição com a Itatiaia, Belo Horizonte; USP, São Paulo. 1986.
88. *Literatura popular em verso / Estudos*. 2. ed. Colaboração de Manuel Diégues Júnior, Ariano Suassuna, Bráulio do Nascimento, Mark J. Curran, Dulce Martins Lamas, Raquel de Queirós e Sebastião Nunes Batista. Prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva. Coedição com a Itatiaia, Belo Horizonte; USP, São Paulo. T. 1. 1986.

Para além das publicações anteriormente analisadas em Real (1957) e Silva (1972), nota-se, no catálogo de Brasil, Wanderley, Porto (2002), uma sequência consistente de publicações em literatura, direcionada tanto para escritores nacionais quanto para autores clássicos portugueses.

No que diz respeito aos estudos linguísticos, observa-se a recuperação da obra filológico-gramatical de Mário Castelo Branco Barreto (1879-1931) — influente filólogo carioca e catedrático de português do Colégio Militar do Rio de Janeiro — que, através de sua produção, acentuou a normalização da língua literária do português do Brasil e uma postura de oposição ao purismo radical.

Também há na lista a presença de um direcionamento à lexicografia histórica pelo projeto de inventário do léxico medieval português de Antônio Geraldo da Cunha (1924-1999) — filólogo e etimologista — em colaboração com os pesquisadores da Fundação Casa de Rui Barbosa. De modo mais íntimo à Dialetologia e à geografia, detecta-se a publicação de um atlas linguístico e um questionário básico de trabalho de campo, que a seguir são detalhados.

O *Esboço de Atlas Linguístico de Minas Gerais*, por Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Ribeiro, José Passini e Antônio Gaio — professores e pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora —, publicado em 1977, foi o segundo atlas linguístico elaborado no Brasil, sucedendo o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963), de Nelson Rossi. Nele, há os resultados de uma investigação em 116 municípios mineiros com representações geográfico-Linguísticas de dados extraídos de informantes analfabetos e de nível superior no âmbito da fonética, da fonologia, da lexicologia e da morfossintaxe.

Em *Questionário básico de trabalho de campo: revisão crítica do Questionário do Atlas Linguístico de Antenor Nascentes*, organizado por Monica Rector — à época professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro —, publicado em 1983, tomando como base os últimos empreendimentos em Geografia Linguística, a missão original da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa na concretização de um atlas e as lacunas metodológicas em voga, oferece um questionário amplo e sistemático para o trabalho de campo, tanto para a elaboração de monografias dialetais quanto para atlas linguísticos, oferecendo subsídios para o controle de informações da localidade e dos informantes e direcionamentos ao estudo do léxico, da fonética, da fonologia e da morfossintaxe.

Com essa análise geral das obras, sobre a qual foi possível delimitar interesses e a trajetória da Casa de Rui Barbosa em suas ações científico-culturais voltadas à filologia, à Linguística e à literatura, avança-se ao mapeamento daquilo que foi identificado no campo da Dialectologia e da Geografia Linguística para uma análise interna de obras e reconstituição de atividades pertinentes à Dialectologia e à Geografia Linguística.

5.2 Mapeamento interno de atividades pertinentes à Dialectologia e à Geografia Linguística

A Casa de Rui Barbosa, transformada em Fundação Casa de Rui Barbosa em 1966, na condição de instituição articulada a um aparelho estatal, que é circunstanciada a um conjunto de políticas científicas e culturais, internaliza e externaliza em sua forma de organização um conjunto de normas que regulam e projetam conhecimentos, práticas e posturas institucionais.

No que diz respeito aos esforços dialetológicos e geográfico-linguísticos do Setor de Filologia, pelo exame do Arquivo Histórico (1952-1986), Leal (1956), Silva (1972) e Brasil, Wanderley e Porto (2002), verificou-se que a instituição carioca expressou seu valor em sua capacidade de sediar exposições, cursos e conferências; de proporcionar apoio a iniciativas universitárias e de favorecer publicações de obras de referência em um ciclo que se estende de 1954 a 1983.

Nesse panorama, a partir do mapeamento dos relatórios de atividades e do catálogo de publicações, foram identificadas as seguintes atividades:

1. *A Pesquisa de brasileirismos* empreendida por Antenor Nascentes, com a colaboração de Jefferson Augusto Marotta e Ubyratan Jurucehy Bruno de Queiroz, no período de 1953 a 1959.

2. O *Curso de Dialetologia*, ministrado pelo Prof. Sever Pop, professor visitante da Universidade de Lovaina e diretor do Centro Internacional de Dialetologia Geral, em 1954, com a cooperação da Casa de Rui Barbosa.
3. A *Exposição de Dialetologia e Geografia Linguística*, organizada por Sever Pop, também em 1954, em extensão às atividades do curso.
4. A conferência *Laboratório de Fonética na Bahia*, em 1958, ministrada pelo Prof. Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia.
5. Os dois volumes de *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958, 1961a), elaborado pelo Prof. Antenor Nascentes, da Universidade do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa;
6. A publicação de *Laboratório de Fonética na Bahia*, com prefácio de Antenor Nascentes, em 1961, por Nelson Rossi.
7. Planos de apoio e publicação de atlas, entre os anos de 1975 e 1984, referentes ao *Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro* (1975-1984); o primeiro e o segundo volume do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (1977-1980), elaborados por Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Ribeiro, José Passini e Antônio Gaio, em coedição com a Universidade Federal de Juiz de Fora; e ao *Atlas Linguístico de Sergipe* (1979-1987), construído por Nelson Rossi; Carlota Ferreira; Judith Freitas; Nadja Andrade; Suzana Cardoso; Vera Rollemberg e Jacyra Mota, da Universidade Federal da Bahia.
8. A publicação do *Questionário básico do trabalho de campo* (1981-1983), organizado por Mônica Rector, com a colaboração de Eliana Yunes, Eudenise Limeira e Nancy Melo.

As fontes institucionais que registram essas atividades serão, a seguir, relacionadas com fontes não institucionais que foram extraídas do trabalho de revisão de jornais, periódicos e manuais.

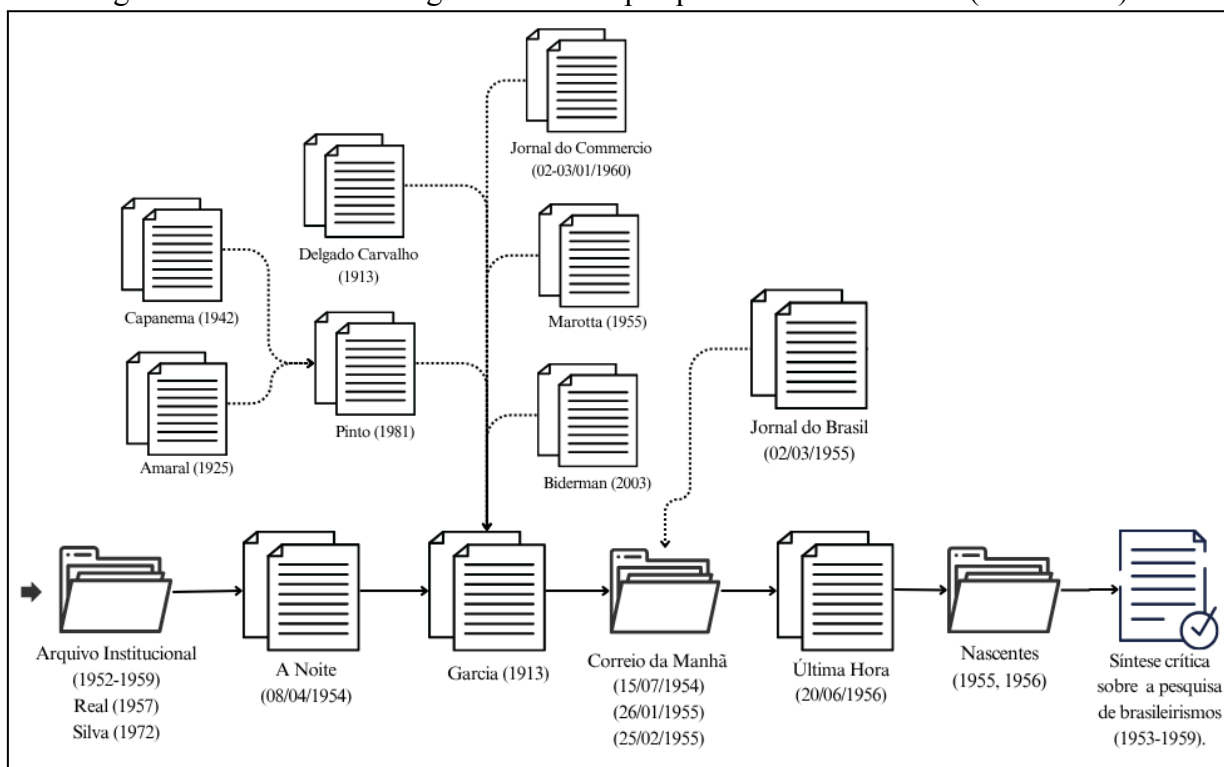
Em decorrência da baixa quantidade de fontes disponíveis para tratar das conferências de caráter linguístico de Paul Teyssier e da inexistência de material sobre a palestra de Serafim da Silva Neto nos anos de 1953 e 1955, respectivamente, e pela incerteza de relacionamento dos dois eventos com a Dialetologia e a Geografia Linguística, optou-se por não incluí-las, embora constituam uma meta futura de investigação.

Se, em sua vertente tradicional, a Dialetologia possuía o interesse de estudar histórico-comparativamente falares e dialetos, inventariando fenômenos com intuito de sistematizar, interpretar e abstrair os traços caracterizadores de semelhanças, diferenças e

anomalias nos domínios espaciais de uma língua, compilando resultados em monografias e obras lexicográficas, nota-se que a primeira atividade de pesquisa sobre brasileirismos reflete um interesse de caracterização do léxico brasileiro em relação à variedade europeia, tomando-o como traço mais saliente de diversificação e uma primeira instância de investigação por parte dos filólogos brasileiros.

A caracterização da pesquisa de brasileirismos liderada por Antenor Nascentes, com a colaboração de Jefferson Augusto Marotta e Ubyratan Jurucehy Bruno de Queiroz, na década de 1950, recebe o amparo do percurso de leitura e crítica das fontes conforme o roteiro da Figura 4.

Figura 4 – Estema historiográfico sobre a pesquisa de brasileirismos (1954-1972)



Fonte: Elaboração própria.

O organograma em questão ilustra o processo de leitura e análise dos documentos julgados pertinentes e produtivos na seguinte ordem:

1. Arquivo Institucional (1952-1959), Real (1957) e Silva (1972): relatórios de atividades da Casa de Rui Barbosa que confirmam a existência dos eventos, o período e a responsabilidade de organização dos cursos de Dialetoologia e a exposição de Geografia Linguística.
2. A Noite (1954): nota informativa de jornal sobre o funcionamento da Casa de Rui Barbosa. Nela, informam-se as atividades do centro de pesquisas, tanto da Comissão

de Direito quanto da Comissão de Filologia, com relatos de publicações em andamento. Foi identificada a referência à pesquisa de brasileirismos interligada à obra de Rodolfo Garcia, o *Dicionário de brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas)*.

3. Garcia (1913): trabalho intitulado *Dicionário de brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas)*, publicado em 1913, por Rodolfo Augusto de Amorim Garcia. Presente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acha-se no tomo 76, primeira parte, entre as páginas 633 e 947. Divide-se o produto lexicográfico em dedicatória (p. 635), introdução (p. 637-658), bibliografia (p. 659-662), lista de abreviaturas (663-664) e uma nomenclatura em ordem alfabética (p. 665-947) que contempla cerca de 1.432 itens lexicais.

3.1 Pinto (1981): compilação de textos teóricos e reflexões sobre o Português do Brasil, escritos por poetas e romancistas, filólogos, historiadores e figuras representativas da sociedade brasileira entre 1920 a 1945. A partir desse guia, foi possível encontrar a referência aos textos de Amaral (1925) e Capanema (1942).

3.1.1 Amaral (1925): recensão crítica sobre o esforço institucional da Academia Brasileira de Letras para o desenvolvimento de uma obra lexicográfica a partir de uma comissão de brasileirismos. Encontra-se na edição d'O Estado de São Paulo, de 15/05/1925, sob o título *Folclore e dialectologia*.

3.1.2 Capanema (1942): discurso de Gustavo Capanema, Ministro da Educação do governo Getúlio Vargas, acerca da questão ortográfica e do vocabulário nacional em sessão de 29 de janeiro de 1941, na Academia Brasileira de Letras. Consta nos Anais de 1942 da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 41.

3.2 Carvalho (1913): obra pedagógica intitulada *Geografia do Brasil*, publicada por Carlos Miguel Delgado de Carvalho, em 1913, pela editora José Olímpio, em que se discute a divisão político-administrativa do Brasil tendo como base a região natural aliada às questões humanas.

3.3 Marotta (1955): recensão crítica da obra *Introduccion al Estudio del Español de Chile: determinación del concepto de chilenismo* (1953), de Ambrosio Rabanales, publicada na Revista Brasileira de Filologia. Nesse trabalho, Marotta avalia a importância dessa pesquisa de chilenismos, no âmbito do espanhol, para as investigações em torno dos brasileirismos pertinentes ao português.

3.4 Jornal do Commercio (1960): texto de conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras pelo poeta Manuel Bandeira, sobre vida e a obra de Raimundo

Correia. Há menção sobre as atividades do acadêmico Mário Alencar no que diz respeito à elaboração de um dicionário de brasileirismos.

3.5 Biderman (2003): artigo intitulado *Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade*, por Maria Tereza Camargo Biderman, no volume 47, n. 1, da Revista ALFA, no ano de 2003. Nele, há uma visão panorâmica sobre dicionários, com enfoque à produção em língua portuguesa, com menção aos brasileirismos e a participação do filólogo Antenor Nascentes em um projeto da Academia Brasileira de Letras.

4. Correio da Manhã (1954; 1955): conjunto de notas informativas de jornal sobre as atividades da Casa de Rui Barbosa no que diz respeito ao centro de pesquisas. Foram identificadas menções à Comissão de Filologia e à pesquisa de brasileirismos empreendida por Antenor Nascentes.

4.1 Jornal do Brasil (1955): nota informativa de jornal sobre as atividades da Casa de Rui Barbosa. Enfocam-se as pesquisas em andamento e os principais produtos do centro de pesquisas, ratificando a pesquisa de brasileirismos empreendida por Antenor Nascentes.

5. Última Hora (1956): nota informativa sobre o aniversário de setenta anos do filólogo Antenor Nascentes com menção aos projetos em andamento. Há referência sobre o dicionário de brasileirismos em articulação ao Atlas Linguístico do Brasil.
6. Nascentes (1955, 1956): dois artigos publicados na Revista Brasileira de Filologia. Em *Três Brasileirismos (calundu, capoeira e caruru)* (1955), assim como em *Quatro Brasileirismos (bandeira, bilontra, boitatá e bonde)* (1956), o autor apresenta acepções de vocábulos reconhecidos como brasileirismos, recuperando monografias, dicionários e vocabulários de autores brasileiros para descrever a trajetória de uso e o significado subjacente a cada ocorrência documental. O primeiro artigo se divide em três grandes seções, aprofundando-se em questões etimológicas e lexicográficas: calundu (p. 17-18), capoeira (p. 18-20) e caruru (p. 20-21). O segundo artigo adota a mesma tendência e se divide em quatro seções: bandeira (p. 99-100), bilontra (100-102), boitatá (p. 102-103) e bonde (p. 103-104).

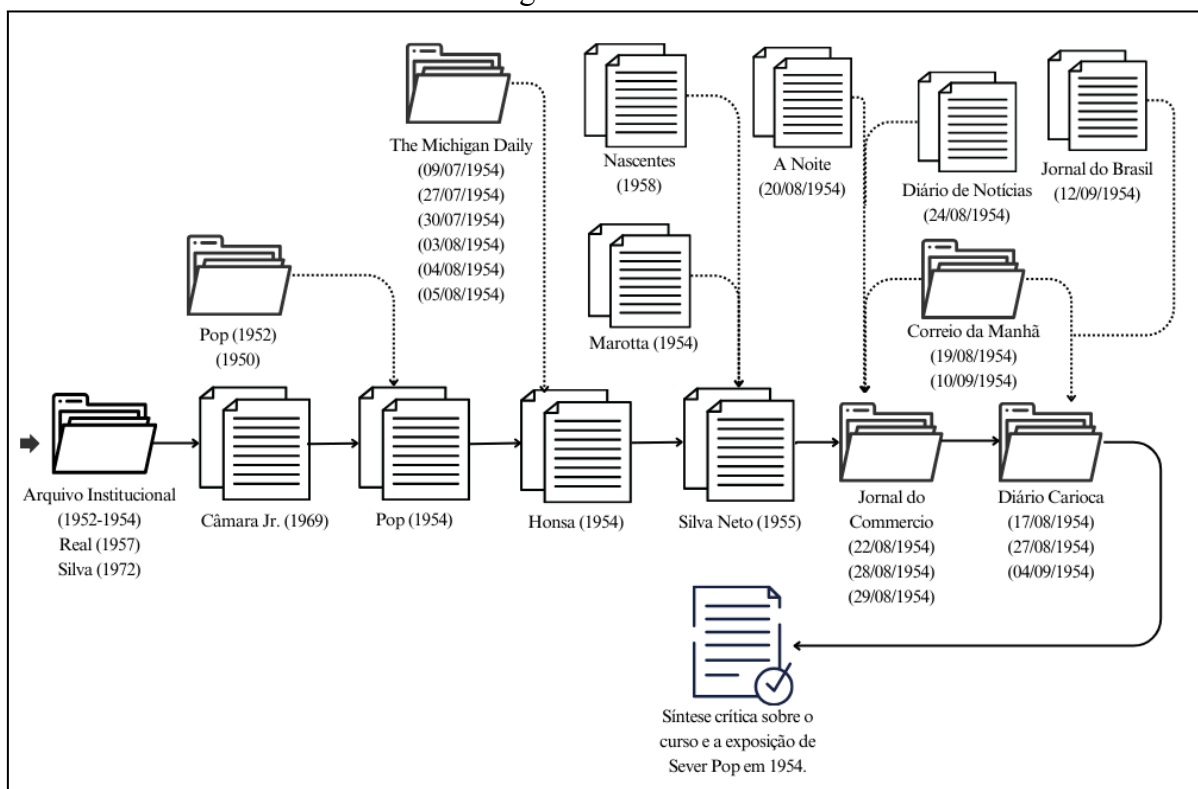
Por meio dessas fontes mapeadas, agrupadas, interpretadas e retextualizadas no interior de uma constelação estemática, foi gerada a reconstituição e a atualização teórica do subitem 6.1.1.

O curso de Dialectologia e a exposição de Geografia Linguística em 1954, por Sever Pop, foram descritas e analisadas em conjunto, numa mesma subseção vindoura, pela identificação de causalidade entre os dois eventos.

Reconhece-se que, com o advento da Geografia Linguística, em finais do século XIX e expansão no século XX, concebida como uma vertente experimental e comprobatória da Filologia, encontrava-se um método amparado na pesquisa de campo e orientado pela seleção minimamente planejada de localidades para a composição de uma rede de pontos, informantes e fenômenos para a determinação de falares e dialetos, suas áreas de ocorrência e pontos de difusão de formas inovadoras e arcaicas a partir da projeção dos registros da língua falada em planos cartográficos.

A conferência e a exposição organizadas por Sever Pop (1901-1961) — linguista, dialectólogo romeno e grande difusor da Geografia Linguística — ofereciam um importante ponto de contato do círculo filológico carioca com as iniciativas de países de línguas românicas e não românicas no que se refere à formação e ao desenvolvimento de sistemas conceituais e sociais passíveis de reconhecimento e aquisição de um estatuto cientificidade para a constituição do aguardado Atlas Linguístico do Brasil. O estema historiográfico apresentado na Figura 5 descreve o percurso de leitura da documentação que fundamenta o exercício exegetico e a síntese crítica.

Figura 5 – Estema historiográfico sobre o curso de Dialetoologia e a exposição de Geografia Linguística em 1954



Fonte: Elaboração própria.

Nesse organograma, explicitam-se os processos de relacionamento, particularização e de aclimação das fontes nessa ordem:

1. Arquivo Institucional (1952-1954), Real (1957) e Silva (1972): esses são relatórios de atividades da Casa de Rui Barbosa que confirmam a existência dos eventos, o período e a responsabilidade de organização dos cursos de Dialetoologia e a exposição de Geografia Linguística.
2. Câmara Jr. (1969): em artigo intitulado *Os estudos de português no Brasil*, publicado na Revista Letras, volume 17, no ano de 1969, Joaquim Mattoso Câmara Jr. fornece um relatório crítico-expositivo das atividades de investigação sobre a língua portuguesa no Brasil. Nesse texto, em seção intitulada *Estudos dialetológicos*, o autor se refere às atividades da Casa de Rui Barbosa, ao papel de Antenor Nascentes na condução de pesquisas que deveriam culminar o Atlas Linguístico do Brasil e o convite direcionado a Sever Pop para ministrar conferências sobre Geografia Linguística.
3. Pop (1954): corresponde a um informativo publicado em 1954, na seção *Crônica do centro*, do periódico *Orbis*, no tomo três, número dois, editado por Sever Pop. Nele, relatam-se as atividades desenvolvidas pelo dialetólogo romeno no período de julho a

setembro de 1954, confirmando presença nas conferências no Rio de Janeiro após uma temporada nos Estados Unidos da América, no Instituto de Linguística da Universidade de Michigan.

3.1 Pop (1952, 1950): o primeiro texto é a apresentação editorial do periódico *Orbis*, 1952, tomo um, número um, na qual o dialetólogo romeno descreve um sistema de coordenadas favorecedor do processo de constituição e institucionalização da Dialectologia e da Geografia Linguística enquanto atividades ligadas aos estudos de Linguística Geral. Por outro lado, o segundo texto é a parte introdutória de *La dialectologie*, volume um, em que se descreve a importância da Geografia Linguística e das cartas de um atlas. Esse material contribuiu para o entendimento das posturas do conferencista e seu impacto nos estudos linguísticos europeus pela fundação do Centro Internacional de Dialectologia Geral, na Bélgica, dirigido por Sever Pop.

4. Honsa (1954): resumo de atividades da Exposição de Geografia Linguística da Universidade do Michigan, em Ann Arbor, na seção *Crônicas do centro*, da revista *Orbis*, que precedeu o evento semelhante na Casa de Rui Barbosa por um dos participantes, o dialetólogo e hispanista norte-americano Vladimír Honsa. Nesse texto, apresenta-se uma exposição de motivos que justificam a realização do evento.

4.1 *The Michigan Daily* (1954): conjunto de notícias de jornal entre nove de julho e oito de agosto de 1954 sobre a Exposição de Geografia Linguística da Universidade do Michigan, em Ann Arbor, nos Estados Unidos. Os textos corroboram as descrições de Honsa (1954), enfatizam a diversidade de trabalhos em Dialectologia e Geografia Linguística e sobrealçam a cooperação internacional entre o instituto norte-americano e o Centro Internacional de Dialectologia Geral, na Bélgica, dirigido por Sever Pop.

5. Silva Neto (1955) e Pop (1955): na seção de *Notícias e comentários* da *Revista Brasileira de Filologia*, editada por Serafim da Silva Neto, Pop, em 1955, no tomo X, foi publicado um relatório de atividades e uma síntese conteudística daquilo que foi abordado nos cursos em língua francesa. Por meio dessa fonte, foi possível a reconstrução de parte significativa das conferências.

5.1 Marotta (1954): na seção *Crônicas do centro*, da revista *Orbis*, tomo três, número dois, Jefferson Marotta, professor assistente de cátedra de Antenor Nascentes, descreve a trajetória formativa entre 16 de agosto e 16 de setembro de 1954, corroborando informações anteriores sobre o curso de Dialectologia, a exposição e os participantes das atividades.

- 5.2 Nascentes (1958): excerto de *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, volume um, em que o autor diagnostica o baixo impacto da conferência de Sever Pop e a grande participação feminina indicada em Marotta (1954).
6. Jornal do Commercio (1954): três notas informativas sobre a realização do curso de Dialetologia e Geografia Linguística por Sever Pop na Casa de Rui Barbosa, o cronograma de atividades adotado e a relação do evento com a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil. Foram lançadas em 22, 28 e 29 de agosto de 1954.
- 6.1 A Noite (1954): nota informativa sobre a realização do curso ministrado por Sever Pop na Casa de Rui Barbosa e sua relação com o Atlas Linguístico do Brasil. Foi publicada em 20 de agosto de 1954.
- 6.2 Diário de Notícias (1954): nota informativa sobre a realização do curso ministrado por Sever Pop na Casa de Rui Barbosa e sua relação com o Atlas Linguístico do Brasil. Foi publicada em 24 de agosto de 1954.
- 6.3 Correio da Manhã (1954): duas notas informativas sobre a realização do curso ministrado por Sever Pop na Casa de Rui Barbosa, a Exposição de Geografia Linguística e sua relação com o Atlas Linguístico do Brasil. Foram publicadas em 10 e 19 de agosto de 1954.
- 6.4 Jornal do Brasil (1954): nota informativa sobre a inauguração da Exposição de Geografia Linguística na Casa de Rui Barbosa. Foi publicada em 12 de setembro de 1954.
7. Diário Carioca (1954): três notas informativas sobre a realização do curso ministrado por Sever Pop na Casa de Rui Barbosa, a Exposição de Geografia Linguística e sua relação com o Atlas Linguístico do Brasil. Duas foram publicadas em 17 e 27 de agosto e a última em 4 de setembro de 1954.

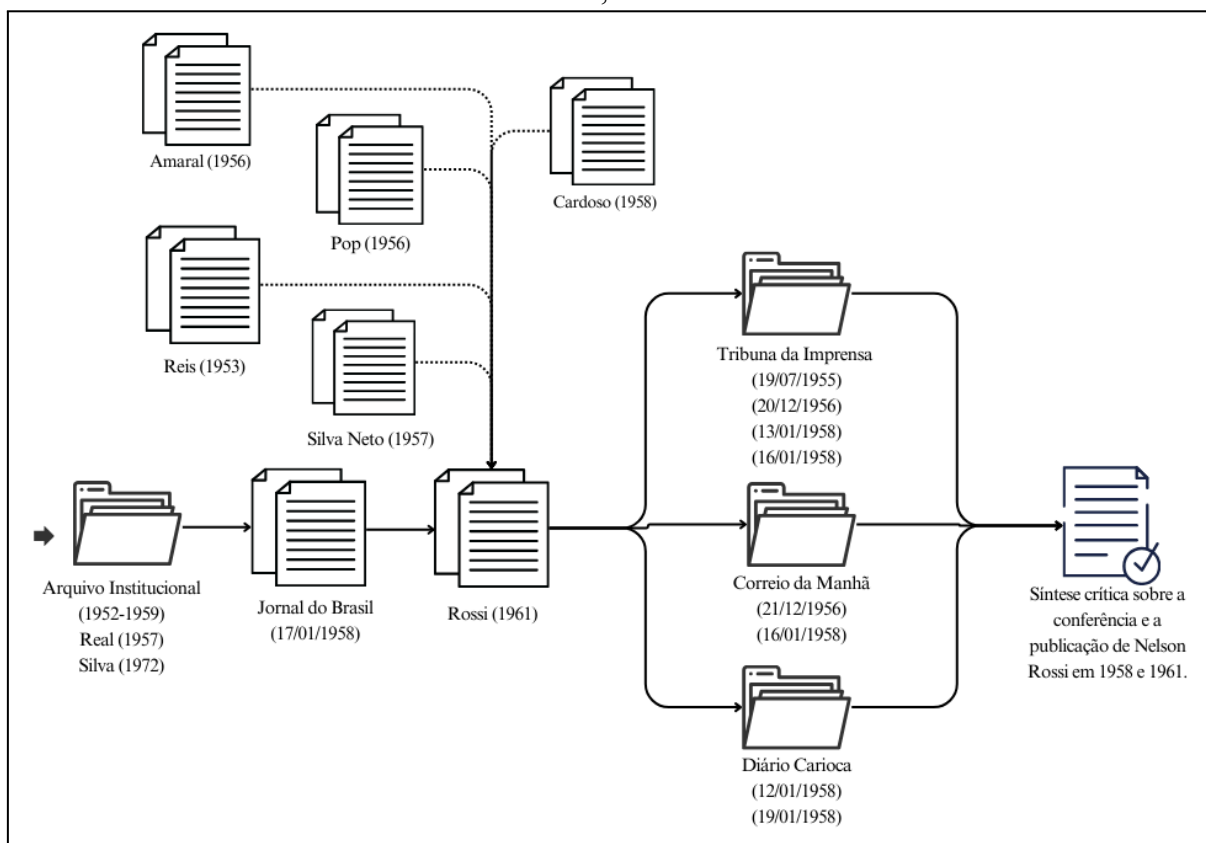
Por meio dessas fontes mapeadas, agrupadas, interpretadas e retextualizadas no interior de uma constelação estemática, foi gerada a reconstituição e a atualização teórica do subitem 6.1.2.

O terceiro elemento é a conferência proferida pelo Prof. Nelson Rossi, catedrático interino da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia, em 1958, sobre as atividades do laboratório de fonética sob a sua direção e o interesse pela pesquisa dialetal no contexto universitário baiano. Pelo fato de a transcrição do texto da conferência ter sido publicada em 1961, optou-se por unir o evento e o livro derivado da atividade em uma mesma seção.

No âmbito das estruturas sociais subjacentes à organização e ao funcionamento da ciência, constitui um elemento estruturante a divulgação. Essa operação diz respeito a um processo interativo e colaborativo de comunicação de conhecimentos e práticas para um público tanto em um circuito fechado, entre pares e membros de um mesmo grupo de especialidade, com intenção atualizadora quanto em circuito aberto, pares e não pares, com a função de tornar a ciência mais visível, relevante e inclusiva, promovendo a conscientização daquilo que é reconhecido, produzido e circulado nos limites de um campo.

Nesse plano, Rossi desempenha um papel muito importante ao divulgar seu compromisso com a cruzada dialetológica brasileira e difundir no círculo filológico carioca a importância da Fonética Experimental — estudo dos sons da fala a partir de procedimentos de descrição, medição, análise e registro de aspectos fisiológicos e articulatórios — para a caracterização da língua portuguesa no Brasil, superando o que se fazia impressionisticamente a partir do estudo do léxico e exibindo resultados exemplares de pesquisa pertinente aos falares baianos. O estema historiográfico da Figura 6 descreve o percurso de leitura da documentação em torno desses dois elementos:

Figura 6 – Estema historiográfico sobre a conferência e a publicação Laboratório de Fonética, de Nelson Rossi, em 1958 e 1961



Fonte: Elaboração própria.

Na figura, descreve-se a trajetória de leitura e análise das seguintes fontes:

1. Real (1957), Silva (1972) e Arquivo Institucional Fundação Casa de Rui Barbosa (Arquivo n. 124 [1956-1958]; Arquivo n. 125 [1956-1959]): relatórios de atividades da Casa de Rui Barbosa que confirmam a existência do evento e da publicação, o período e a participação de Nelson Rossi.
2. Jornal do Brasil (1958): nota informativa sobre a primeira conferência de Nelson Rossi sobre a fonética experimental na Casa de Rui Barbosa em coluna de jornal. Foi publicada em 17 de janeiro de 1958.
3. Rossi (1961): publicação prefaciada por Antenor Nascentes, membro da Comissão de Filologia, que contém uma síntese das conferências proferidas nos dias 15 e 17 de janeiro de 1958 por Nelson Rossi na Casa de Rui Barbosa.
 - 3.1 Amaral (1956): em artigo intitulado *Contribuição para um inquérito linguístico no litoral do Paraná*, publicado na Revista Letras, volume cinco/seis (1956), Serafina Traub Borges do Amaral, licenciada em Letras Neolatinas pela Universidade do Paraná, descreve uma experiência de trabalho de campo dialetológico com interesse fonético em Rio dos Medeiros, município de Guaraqueçaba, sob a liderança de Oswaldo Pinheiro dos Reis. O evento e a publicação foram mencionados por Nelson Rossi.
 - 3.2 Reis (1953): em *Um inquérito linguístico por dentro*, artigo publicado no primeiro volume da Revista Letras, da Universidade Federal do Paraná, volume um, ano de 1953, Oswaldo Pinheiro dos Reis, catedrático de filologia da instituição, descreve parcialmente o inquérito linguístico-dialetológico que realizou com os alunos de Filologia Românica ao vilarejo do Rio dos Medeiros, no município paranaense de Guaraqueçaba. O evento e a publicação foram mencionadas por Nelson Rossi.
 - 3.3 Pop (1956): no ano de 1956, na seção *Crônica do Centro*, do boletim Orbis, tomo cinco, número 1, o dialetólogo romeno Sever Pop fornece um mapeamento de institutos de fonética e arquivos fonográficos por países e domínios da época. Nele, há menção ao estatuto do Brasil.
 - 3.4 Silva Neto (1957 [1955]): o sistema de coordenadas elaborado por Serafim da Silva Neto, em *Guia para os estudos dialetológicos* (1957 [1955]) para o desenvolvimento de estudos geográfico-linguísticos direcionados à língua portuguesa.
 - 3.5 Cardoso (1958): guia informativo sobre o laboratório de fonética e acústica, subordinado ao Serviço de Acústica da Secretaria da Educação e da Cultura, dirigido

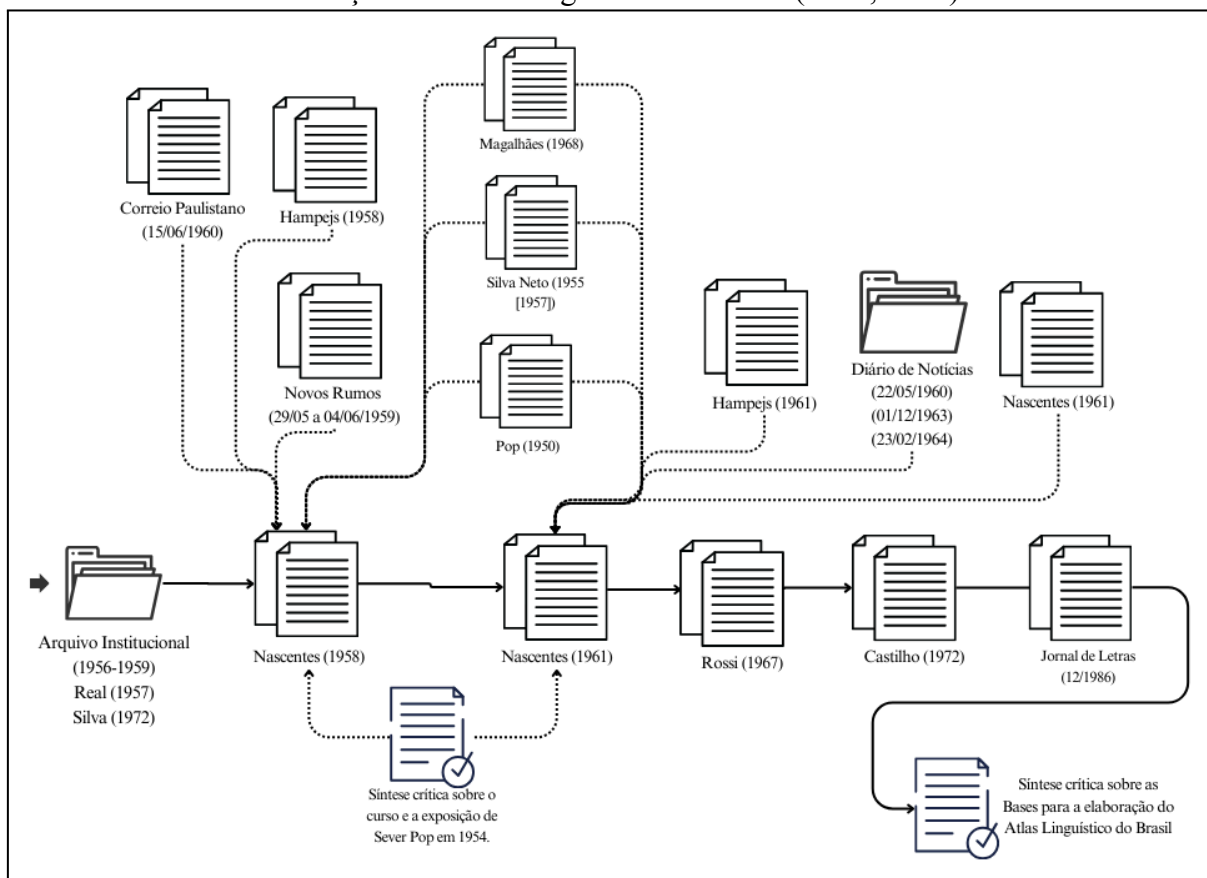
por João Lellis Cardoso, professor de Ortofonia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de São Paulo.

4. Tribuna da Imprensa (1955, 1956, 1958): três notas informativas sobre a trajetória acadêmica de Nelson Rossi, na condição de estudante e professor catedrático de Filologia Portuguesa, e o Laboratório de Fonética na Bahia. Esses textos foram publicados em 19 de julho de 1955; 20 de dezembro de 1956 e 13 e 16 de janeiro de 1958.
5. Correio da Manhã (1956, 1958): duas notas informativas sobre a trajetória acadêmica de Nelson Rossi, na condição de estudante e professor catedrático de Filologia portuguesa, e o laboratório de fonética na Bahia. Os textos foram publicados em 21 de dezembro de 1956 e 16 de janeiro de 1958.
6. Diário Carioca (1958): duas notas informativas sobre a conferência de Nelson Rossi na Casa de Rui Barbosa. Os textos foram publicados em 12 e 19 de janeiro de 1958.

À vista desses recursos informativos, o exercício historiográfico-linguístico sobre as fontes gerou a síntese do subitem 6.1.3.

Os dois volumes do manual *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958, 1961), do Prof. Antenor Nascentes, da Universidade do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, são atividades igualmente relevantes. A Figura 7 aponta as estratégias de leitura sobre o material reunido e analisado.

Figura 7 – Estema historiográfico sobre a elaboração e a publicação das Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil (1958, 1961)



Fonte: Elaboração própria.

No diagrama, descreve-se a trajetória de leitura e análise das seguintes fontes:

1. Arquivo Institucional (Arquivo n. 124 [1956-1958], Arquivo n. 125 [1956-1959]), Silva (1972) e Brasil, Wanderley e Porto (2002): relatórios de atividades e catálogo que confirmam as atividades de publicação dos dois volumes do guia de referência pela Casa de Rui Barbosa.
2. Nascentes (1958): a obra de referência publicada que expõem as diretrizes de execução de um atlas nacional para o português do Brasil segundo os princípios da Geografia Linguística e do método “palavras e coisas”. Consta no primeiro volume uma introdução, fichas de informante e localidade, um questionário lexical e esboço da rede de pontos para o Atlas Lingüístico do Brasil.
 - 2.1 Pop (1950): neste manual de Dialetoologia e Geografia Linguística, há uma menção ao Atlas Lingüístico da Nova Inglaterra e à estratégia de construção de atlas regionais para a cartografia do inglês em território norte-americano. O plano se alinha às proposições de Nascentes (1958, 1961a) nos dois volumes das Bases.

- 2.2 Hampejs (1958): resenha publicada na Revista Brasileira de Filologia sobre o estatuto da época de trabalhos em Geografia Linguística em países românicos.
- 2.3 Novos Rumos (1959): notícia de publicação das Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil enquanto obra de referência da Comissão de Pesquisas Filológicas da Casa de Rui Barbosa.
- 2.4 Correio Paulistano (1960): artigo de Aires da Mata Machado Filho sobre a relação entre a Geografia e a Linguística, a importância da Dialetologia e dos atlas linguísticos e questões atinentes à língua portuguesa no Brasil.
3. Silva Neto (1957 [1955]): o sistema de coordenadas elaborado por Serafim da Silva Neto, em Guia para os estudos dialetológicos, para o desenvolvimento de estudos geográfico-linguísticos direcionados à língua portuguesa. Essa obra foi revisitada para fins de comparação frente ao que se divulgava no país em cursos de Dialetologia brasileira.
4. Nascentes (1961a): a obra de referência publicada que expõem as diretrizes de execução de um atlas nacional para o português do Brasil segundo os princípios da Geografia Linguística e do método “palavras e coisas”. O segundo volume dedica-se à fonética, à fonologia e à morfossintaxe do português, perfazendo 237 questões acompanhadas de exemplos.
- 4.1 Diário de Notícias (1960): suplemento literário do Diário de Notícias que apresenta as mesmas informações do artigo supracitado do Correio Paulistano, de junho de 1960.
- 4.2 Hampejs (1961): artigo publicado na Revista Letras intitulado "Três aspectos da obra de Antenor Nascentes". Nesse material, há uma menção à importância científica do referido filólogo para o conhecimento da língua portuguesa no Brasil.
- 4.3 Nascentes (1961b): resenha na Revista Brasileira de Filologia sobre atlas linguísticos românicos europeus.
- 4.4 Diário de Notícias (1963): suplemento literário do Diário de Notícias sobre a agenda de estudos linguísticos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara. Nesse texto, há menção aos estudos dialetológicos e a importância dos atlas linguísticos, havendo um direcionamento à elaboração de atlas regionais.
- 4.5 Diário de Notícias (1964): em coluna intitulada Ideias e Opiniões, o Prof. Sílvio Elia, publica um texto sobre estudos linguísticos românicos, divulgando as pesquisas brasileiras em Geografia Linguística. Enfatiza-se a importância do papel agentivo do

Governo Federal e dos centros universitários no planejamento do Atlas Linguístico e Etnográfico do Brasil.

5. Magalhães (1968): artigo intitulado “Notas aos estudos sobre o português falado no Brasil” que destaca a importância da Dialetologia e do método geográfico-linguístico como lentes diagnósticas do estatuto do português no Brasil e da extensão de seus fenômenos dialetais. Há uma informação contextual que sugere a influência das aulas de Sever Pop sobre a redação do guia de referência idealizado por Nascentes (1958, 1961a).

5.1 Síntese crítica sobre o curso e a exposição organizada por Sever Pop em 1954: material reunido e analisado pelo autor da presente tese acerca do conteúdo das aulas e da exposição de Geografia Linguística sediada na Casa de Rui Barbosa entre 26 de julho e setembro de 1954. Revisitou-se essa parte do texto para o entendimento das escolhas metodológicas de Nascentes (1958, 1961a).

6. Rossi (1967): comunicação apresentada por Nelson Rossi ao I Seminário de Linguística de Marília, de 15 a 19 de agosto de 1966, intitulada “A Dialetologia”. Há uma síntese histórica dos estudos dialetológicos românicos, com atenção especial aos estudos geográfico-linguísticos do português.
7. Castilho (1972/1973): artigo que reúne conteúdo de aulas ministradas em cursos optativos oferecidos pelo Prof. Ataliba de Castilho aos quartanistas de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, nos anos de 1972 a 1974. Abordam-se questões teóricas sobre variação Linguística, dialeto, falar, língua padrão; a Dialetologia na Romênia e o desenvolvimento dos estudos dialetais em Portugal e Brasil em suas vertentes rurais e urbanas.
8. Jornal de Letras (1986): artigo de Cilene Pereira da Cunha sobre a importância de Antenor Nascentes para a Dialetologia brasileira, pontuando seu papel sobre o sistema de coordenadas de atlas regionais e a idealização do Atlas Linguístico do Brasil.

Ao final do exercício historiográfico-linguístico, foi construída a síntese do subitem 6.1.4 acerca do guia de referência para a construção de atlas idealizado e publicado por Antenor Nascentes.

Os planos de apoio e publicação de atlas linguísticos, mais especificamente do Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977-1980) e do Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987) constituem o quinto elemento, sendo retratados dentro de uma mesma seção.

Essa estratégia institucional se vincula ao reconhecimento das limitações de atuação da Fundação Casa de Rui Barbosa enquanto estabelecimento científico-cultural frente às demandas da cruzada dialetológica brasileira: profissionais habilitados ao trabalho de campo, aparato técnico, recursos financeiros para a manutenção de pesquisas e publicação de resultados e tempo. O espaço de memória ruiano, em essência, possuía um perfil editorial e, desde sua criação, no que diz respeito ao trabalho dialetológico, já atuava como um centro de difusão de ideias linguísticas pelo esforço da Comissão de Filologia, como se pode atestar nas atividades da década de 1950.

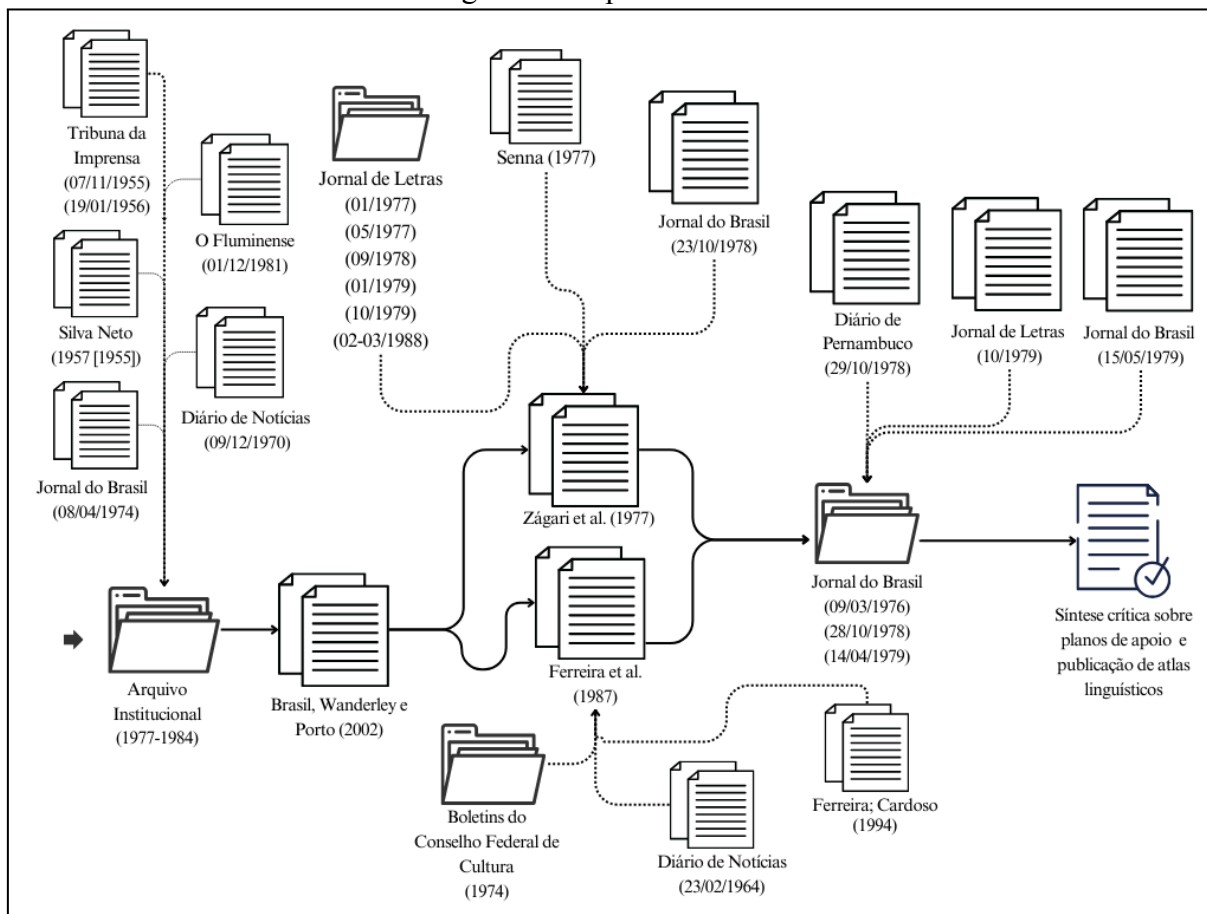
Em virtude dos desafios previamente evidenciados por Pop, em 1954, no curso de Dialetologia e Geografia Linguística, acerca das peculiaridades da realidade linguística brasileira e do aporte metodológico necessário para lidar com um território de proporções continentais e demografia irregular, estava bem assentada uma consciência de que seria necessário o desenvolvimento de investigações de caráter parcial para que, somadas, resultassem o Atlas Linguístico do Brasil, como se pode atestar nas defesas de Silva Neto e Cunha (1957) no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa em 1957 e por Nascentes (1958).

O primeiro esforço exemplar, orientado por essas diretrizes, surgiu de Rossi e equipe com o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB). Tal projeto de Geografia Linguística foi elaborado entre 1960 e 1962, no âmbito do Laboratório de Fonética da Universidade Federal da Bahia. A retomada do interesse pelos atlas linguísticos na década de 1970 ocorre, então, para estimular esforços interinstitucionais, validando o papel dos centros universitários e agências de fomento no campo da pesquisa.

Nesse panorama, inserem-se a tentativa do Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), com inserção no Projeto Rondon e, mais tarde, pela Fundação Casa de Rui Barbosa, com suporte do FINEP e do CNPq; do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977-1980), pela Universidade Federal de Juiz de Fora, de Minas Gerais; e do Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987), pela Universidade Federal da Bahia, com apoio da Fundação Estadual de Cultura de Sergipe e participação na montagem das cartas pela própria Fundação Casa de Rui Barbosa.

O estema historiográfico da Figura 8 descreve a documentação reunida e analisada:

Figura 8 – Estema historiográfico sobre planos de apoio à edição e publicação de atlas linguísticos a partir de 1970



Fonte: Elaboração própria.

Esse organograma descreve o processo de leitura, interpretação e síntese de materiais nesta hierarquia:

1. Arquivo Institucional (1977-1984) e Brasil, Wanderley e Porto (2002): relatórios de atividades da Casa de Rui Barbosa que confirmam as iniciativas de apoio e publicação de três atlas linguísticos: o Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), pela Fundação Casa de Rui Barbosa com apoio da FINEP e do CNPq; o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977-1980), pela Universidade Federal de Juiz de Fora, de Minas Gerais; e o Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987), pela Universidade Federal da Bahia, com apoio da Fundação Estadual de Cultura de Sergipe e participação na montagem das cartas pela própria Fundação Casa de Rui Barbosa. Não consta o Atlas Linguístico de Sergipe no catálogo, embora os relatórios mencionem a participação institucional na co-edição.

1.1 Tribuna da Imprensa (1955): reportagem intitulada "Cinderela brasileira num palácio português" que aborda o processo formativo em Dialetologia e fonética de Sue

Nogueira, professora brasileira, em Portugal.

1.2 Tribuna da Imprensa (1956): reportagem intitulada “Atlas Linguístico” em que se apresenta um posicionamento crítico sobre o novo regimento e a capacidade de alcance de metas no interior da Casa de Rui Barbosa.

1.3 Silva Neto (1957 [1955]): o sistema de coordenadas elaborado por Serafim da Silva Neto, em *Guia para os estudos dialetológicos* (1957 [1955]) para o desenvolvimento de estudos geográfico-linguísticos direcionados à língua portuguesa.

1.4 Diário de Notícias (1970): notícia sobre a colaboração do Projeto Rondon para a elaboração de um atlas linguístico em Alagoas com alunos que seriam treinados por Evanildo Bechara e Walmírio Macedo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

1.5 Jornal do Brasil (1974): notícia sobre o Programa de Linguística em Pós-graduação, para o biênio 1974-1975, com foco na definição de um português básico. Dentre as pautas, inclui-se a elaboração de um atlas linguístico.

1.6 O Fluminense (1981): notícia, em seção de cultura, sobre a proposição de um consórcio de distribuição de livros em ocasião do II Congresso Estadual do Livro, para combater os problemas existentes por parte da produção estatal. Há comentários do filólogo Leodegário de Azevedo sobre as edições do governo e uma menção ao “Atlas Etnográfico e Linguístico de Sergipe”.

2. Ribeiro *et al.* (1977): o segundo atlas linguístico do português, voltado à área de Minas Gerais e elaborado por Mário Roberto Lobuglio Zágari e equipe: o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. O material foi publicado em 1977 com o selo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

2.1 Jornal de Letras (1977): notícia intitulada "O Atlas Linguístico de Minas Gerais" para divulgar a relação da Casa de Rui Barbosa com a publicação do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977).

2.2 Jornal de Letras (1977): notícia sobre a publicação e a estrutura do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977), situando sua relação com a Fundação Casa de Rui Barbosa e a importância para os estudos linguísticos do português.

2.3 Jornal de Letras (1978): notícia de divulgação da publicação do primeiro volume do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977).

2.4 Jornal de Letras (1979): reportagem sobre a importância dos atlas linguísticos, recuperando a resenha do Prof. Evanildo Bechara sobre o primeiro volume do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977).

- 2.5 *Jornal de Letras* (1979): notícia sobre as realizações da Fundação Casa de Rui Barbosa no campo da Filologia. Destaca-se que, depois de 1976, houve a possibilidade de se publicar atlas linguísticos regionais brasileiros.
- 2.6 *Jornal de Letras* (1988): revisão dos últimos atlas linguísticos publicados com a divulgação recente do Atlas Linguístico de Sergipe (1987). Menciona-se o atlas de Minas Gerais.
- 2.7 Senna (1977): preâmbulo do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (p. 13-15). Nesse texto, retoma-se o papel filológico do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e o conjunto de iniciativas dialetológicas. Informam-se duas iniciativas de planos de apoio: a proposta de um Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975) e o próprio Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977).
- 2.8 *Jornal do Brasil* (1978): resenha do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais elaborada por Evanildo Bechara. Sob o título "A propósito de um atlas linguístico: linguagem do povo e endeusamento do popular", apresenta-se uma síntese e uma avaliação do material publicado, considerando suas contribuições aos estudos linguísticos do português.
3. Ferreira *et al.* (1987): conjunto de textos do Atlas Linguístico de Sergipe — o quarto atlas linguístico do português do Brasil, que foi iniciado 1963 e concluído em 1973 — que foi publicado em 1987 com apoio da Universidade Federal da Bahia, Fundação Estadual de Cultura de Sergipe e Fundação Casa de Rui Barbosa. Em agradecimentos e notas preliminares, informa-se a trajetória de construção do trabalho, o perfil da equipe, a proposta da obra e trabalhos anteriores de divulgação científica. A Fundação Casa de Rui Barbosa é creditada como responsável pela montagem das cartas linguísticas.
- 3.1 Boletins do Conselho Federal de Cultura (1974): conjunto de pareceres emitidos pelo Conselho Federal de Cultura, o principal órgão responsável pelas políticas culturais do país entre 1967 e 1975. Nos pareceres n. 1.688 (p. 62-64), 1.720 (p. 58), 1.845 (p. 85) e 1.846 (p. 131), ao processo n. 107/74, registra-se a submissão, pelo Professor Nelson Rossi, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, de uma proposta para editar o Atlas Linguístico de Sergipe, que daria continuidade ao Atlas Prévio dos Falares Baianos, publicado pelo Instituto Nacional do Livro, em 1963. Foi solicitada, na discussão e plenário de 4 de abril de 1974, o pronunciamento da Comissão de Legislação e Normas para o deslinde de aspectos jurídicos suscitados por conselheiros. Ao final, a Câmara de Letras se manifestara no sentido de que o

processo baixasse em diligência, de modo que a Universidade Federal pudesse participar com 50% dos encargos da edição do Atlas, o equivalente a sessenta mil cruzeiros (Cr\$60.000) da despesa total de cento e vinte mil cruzeiros (Cr\$120.000). A Reitoria, no entanto, não concordou com a participação na despesa em virtude de carência de verba específica. Em resposta, a Câmara de Letras sugeriu a co-edição do Atlas entre o Conselho Federal de Cultura e o Instituto Nacional do Livro, sendo este o último posicionamento emitido pelo órgão de cultura. A tramitação ocorreu entre 2 de abril de 1974 e 3 de fevereiro de 1975.

3.2 Diário de Notícias (1964): em coluna intitulada Ideias e Opiniões, o Prof. Sílvio Elia, publica um texto sobre estudos linguísticos românicos, divulgando as pesquisas brasileiras em Geografia Linguística. Enfatiza-se a importância do papel agente do Governo Federal e dos centros universitários no planejamento do Atlas Linguístico e Etnográfico do Brasil.

3.3 Ferreira; Cardoso (1994): trata-se de uma introdução aos estudos dialetais do português do Brasil com apresentação de conceitos básicos, metodologia, breve história e interpretação dos dados linguísticos. Esse material foi elaborado por duas autoras do Atlas Linguístico de Sergipe (1987), contendo informações sobre os princípios metodológicos do projeto e sua relação de continuidade com o Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963).

4. Jornal do Brasil (1976): notícia sobre o Encontro Nacional de Linguística promovido pela Coordenação Central de Atividades de Extensão do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dentre as pautas, encontram-se estudos regionais e a primeira fase do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais.
5. Jornal do Brasil (1978): resenha crítica elaborada por Evanildo Bechara ao Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977). Há uma análise do projeto geográfico-linguístico da obra e comentários a cinco cartogramas.
6. Jornal do Brasil (1979): notícia sobre a entrada de Leodegário Azevedo Filho como diretor do Instituto Estadual do Livro do Rio de Janeiro e seu parecer favorável à publicação de um atlas linguístico enquanto instrumento de cultura. Apontava-se o papel da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a participação das equipes dos atlas da Bahia e de Minas Gerais.

6.1 Jornal do Brasil (1979): em coluna de informes, relata-se que o Instituto Nacional do Livro lançaria em junho de 1979 o Atlas Linguístico do Estado do Rio, junto à

coleção Biblioteca da Cultura Popular e as obras completas de Raul Pompéia.

6.2 Diário de Pernambuco (1978): resenha crítica, de Clécia Benvindo Cruz, ao livro *A Língua Portuguesa no Brasil* (1978), de Barbosa Lima Sobrinho. Nesse texto, problematiza-se a denominação e os fatos linguísticos pertinentes ao português do Brasil, revisitando a bibliografia filológica da época e lamentando a escassez de trabalhos em Geografia Linguística. Menciona-se a importância do Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), do Atlas Linguístico de Sergipe (concluso, porém não publicado) e do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977).

6.3 Jornal de Letras (1979): complemento-resposta à resenha do Prof. Evanildo Bechara em relação ao Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977) e a importância de inquéritos linguísticos no contexto da educação brasileira.

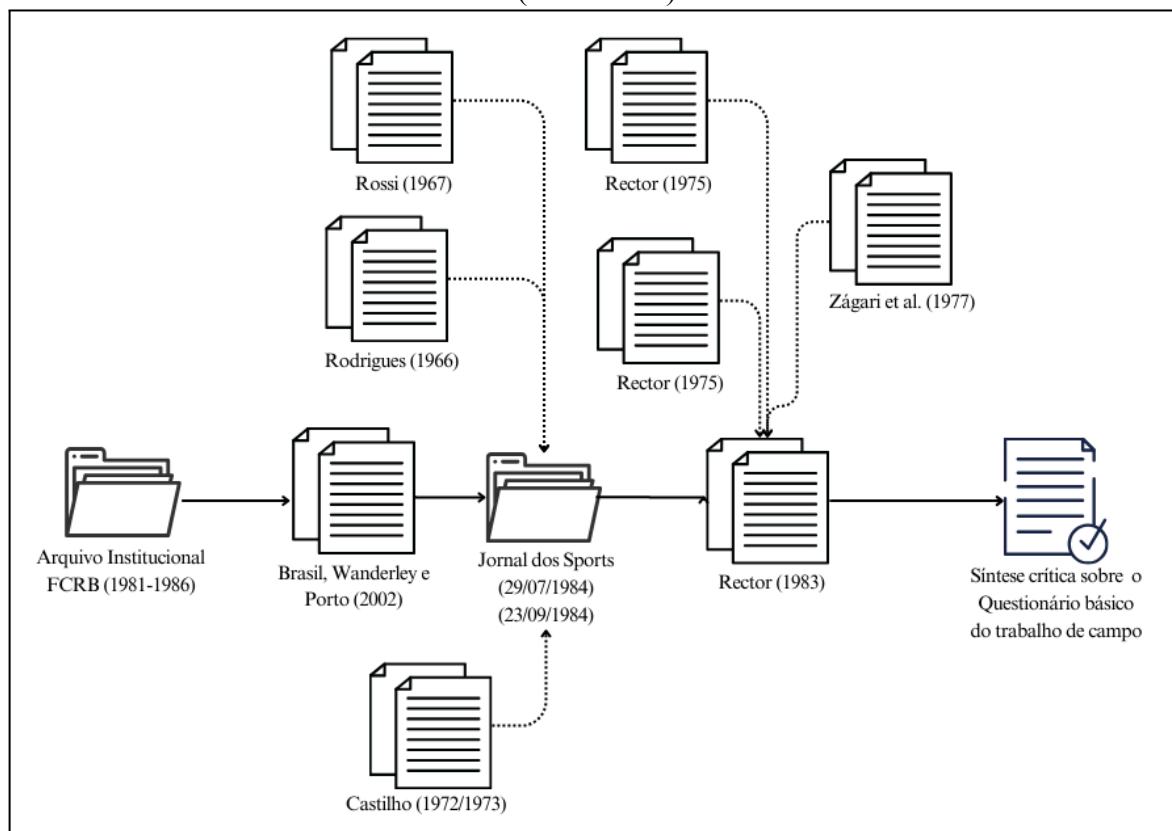
Com efeito, o exercício historiográfico-linguístico sobre essas fontes lidas em sua imanência permitiu a atualização teórica do subitem 6.1.5.

Por fim, o último item é o Questionário básico do trabalho de campo (1983), organizado por Mônica Rector, com a colaboração de Eliana Yunes, Eudenise Limeira e Nancy Melo.

A obra, que teve seus originais submetidos e preparados entre julho e outubro de 1981, insere no conjunto de iniciativas de fomento à pesquisa geográfico-Linguística a partir da tentativa de atualização de *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958, 1961a), por Antenor Nascentes, considerando a literatura da época em Dialetologia e o interesse do centro de pesquisas pela publicação de atlas regionais. A autora e suas colaboradoras pertenciam à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que mantinha uma estreita relação com a Fundação Casa de Rui Barbosa. Enfim, por um convênio estabelecido entre as duas instituições, o material foi definitivamente publicado no ano de 1983.

O estema historiográfico da Figura 9 descreve a documentação reunida e analisada:

Figura 9 – Estema historiográfico sobre o Questionário básico do trabalho de campo (1981-1983)



Fonte: Elaboração própria.

Esse organograma descreve o processo de leitura, interpretação e síntese de materiais nesta hierarquia:

1. Arquivo Institucional (1981-1984): o relatório de atividades do ano de 1981 assinala o preparo dos originais do questionário e a participação do pesquisador Adriano da Gama Kury na preparação do volume e no atendimento à autora durante a fase de edição e publicação entre 11 de julho e 23 de outubro de 1981. Em 1984, esse documento é reiterado como uma contribuição para a área de Dialectologia.
2. Brasil, Wanderley e Porto (2002): o catálogo identifica e reconhece o questionário como uma das obras publicadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa na área temática de Filologia, Linguística e Literatura.
3. Jornal dos Sports (1984): artigo jornalístico elaborado por Evanildo Bechara intitulado “As ciências Linguísticas”, que contém uma apresentação sobre campos de estudo, mais precisamente glotodidática, estilística e Dialectologia. Descreve-se que cabe à dialectologia estudar as diferenças regionais de uma língua histórica, bem como sistemas menores que nela existem, valendo-se de um método especial, a Geografia Linguística. Relata o autor que metodológica e teoricamente, a Geografia Linguística

tem contribuído para o aperfeiçoamento de informações, a exemplo de conceitos de língua, de mudanças Linguísticas e de difusão de fenômenos que possuem aspectos teóricos, históricos e práticos.

4. *Jornal dos Sports* (1984): artigo jornalístico redigido por Evanildo Bechara sob o título “História das Ideias Linguísticas”. Nesse trabalho, são tecidas considerações sobre áreas de investigação e suas percepções sobre os fenômenos em suas relações intra e extraLinguísticas. Assim, insere-se a Geografia Linguística como um método que examina relações entre os fatos equivalentes ocorridos no espaço, procurando estabelecer a extensão e os limites do que se diz e as relações especiais entre o que se diz em determinada localidade e aquilo que se diz em outras partes para a mesma coisa, dentro de uma mesma língua histórica, como também em línguas históricas diferentes.

- 4.1 Rossi (1967): comunicação apresentada por Nelson Rossi ao I Seminário de Linguística de Marília, de 15 a 19 de agosto de 1966, intitulada “A Dialetoлогия”. Há uma síntese histórica dos estudos dialetológicos românicos, com atenção especial aos estudos geográfico-linguísticos do português.

- 4.2 Rodrigues (1966): reflexão sobre problemas de natureza linguística que devem ser abordados no Brasil com intenções teóricas ou práticas. Aponta-se a Dialetoлогия como uma especialidade da Linguística em seção dedicada aos estudos de língua portuguesa.

- 4.3 Castilho (1972/1973): artigo que reúne conteúdo de aulas ministradas em cursos optativos oferecidos pelo Prof. Ataliba de Castilho aos quartanistas de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, nos anos de 1972 a 1974. Abordam-se questões teóricas sobre variação Linguística, dialeto, falar, língua padrão; a Dialetoлогия na România e o desenvolvimento dos estudos dialetais em Portugal e Brasil em suas vertentes rurais e urbanas. Embora não faça referência ao questionário e suas autoras, reitera informações contextuais do estudo do português do Brasil presentes no livro publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

5. Rector (1983): manual publicado em 1983, no âmbito da Fundação Casa de Rui Barbosa como um inventário léxico, morfossintático e fonético-fonológico de tópicos e subtópicos de pesquisa para inquéritos *in loco* que tivessem a intenção de projetar cartograficamente fenômenos dialetais do português do Brasil em monografias e atlas regionais. O trabalho possui 188 páginas e divide-se em Apresentação/Introdução; Ficha do Informante e da localidade; Léxico; Morfossintaxe; Fonética e Fonologia;

Índice Geral e Alfabeto Fonético. Em sua essência, visa atualizar Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (1958, 1961a), por Antenor Nascentes, com conhecimentos e práticas recém-incorporadas às pesquisas de campo efetuadas nacional e internacionalmente em Dialectologia e Geografia Linguística — esta que deixava de ser vista apenas como uma corrente moderna de estudo de fenômenos análogos num espaço, no esteio da Filologia, por meio de pesquisa e registro dos fatos linguísticos em atlas para determinar causas de mudanças e explicar variantes através da análise de correspondências observadas entre diferentes dialetos, para se tornar o método de uma disciplina autônoma no plano dos estudos da linguagem capaz de subsidiar descrições de estádios e estágios de uma língua, com base na distribuição geográfica dos usos e das variações sociais e espaciais.

5.1 Rector (1975): obra intitulada “A linguagem da juventude: uma pesquisa geo-sociolinguística” que apresenta princípios teóricos e métodos dialectológicos da geolinguística, as relações entre Dialectologia Linguística, geolinguística e sociolinguística, a terminologia dialectológica, o caso especial da linguagem da juventude e resultados de pesquisa. O material condensa ideias linguísticas da autora que não se apresentam no questionário.

5.2 Ribeiro *et al.* (1977): o segundo atlas linguístico do português, voltado à área de Minas Gerais e elaborado por Mário Roberto Lobuglio Zágari e equipe: o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. O material foi publicado em 1977 com o selo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Em nota de rodapé, na página 29, em seção referente às localidades do projeto, informa-se que os mapas foram mostrados a Rector, à época filiada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como professora. A pesquisa é descrita como um forte estímulo ao prosseguimento da obra.

A leitura desses textos, em sua imanência, contribuiu para a seção de atualização teórica do subitem 6.1.6.

Dessarte, essas são as informações de caráter histórico, a partir do exercício da imanência, que descrevem efeitos do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, para a constituição e a institucionalização da Dialectologia e da Geografia Linguística brasileiras no século XX, como também para a formação de uma agenda para os estudos do português do Brasil. Na próxima seção, aplica-se o princípio da adequação teórica.

6 O PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO TEÓRICA

Esta seção pertinente à aplicação do princípio historiográfico-linguístico de adequação teórica descreve cada atividade pertinente à Dialetologia e à Geografia Linguística no âmbito da Casa de Rui Barbosa identificada, descrita e interpretada à luz do relacionamento, da particularização e da aclimação das fontes.

Para tanto, a organização estratégica do *corpus*, no sentido de oferecer rotas de leitura mais seguras e palpáveis com a realidade documental, e a retextualização de informações históricas dispersas para a construção de uma narrativa orientada pelos conceitos de constituição e institucionalização da ciência foram partes da reatualização pretendida e intermediada pelos princípios anteriores de contextualização e imanência.

6.1 Uma aproximação às atividades pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística brasileira

Nesta subseção de reconstrução e atualização das atividades pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística brasileira, há um gesto de aproximação às atividades empreendidas pela Casa de Rui Barbosa, mais tarde Fundação Casa de Rui Barbosa, a partir dos arquivos institucionais em articulação a diferentes fontes para que se pudesse preencher lacunas informativas e caracterizar adequadamente conhecimentos e práticas em seus respectivos cenários históricos e intelectuais.

6.1.1 Uma pesquisa lexicográfica de brasileirismos (1953-1959)

No quadro de pesquisas do setor filológico da Casa de Rui Barbosa, consta em Real (1957, p. 25) a preparação de um dicionário de brasileirismos. Em relatório posterior, em guia referente a trabalhos de pesquisa não concluídos ou publicados, por sua vez, lista-se em Silva (1972) uma pesquisa de brasileirismos, sob a direção de Antenor Nascentes — membro original da Comissão de Filologia — com a colaboração de Jefferson Augusto Marotta e Ubyratan Jurucehy Bruno de Queiroz.

Esse direcionamento de investigação se justifica pelo conjunto de saberes integrados à Filologia Portuguesa quando se entendia que um brasileirismo era, de modo geral, qualquer fato linguístico particular ao Brasil em contraste a Portugal, mobilizando um sistema de identificação e classificação do elemento em observação a partir de conhecimentos e práticas fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, onomatológicas e dialetológicas previstas no regime de atividades do setor e correlatas à elaboração do futuro “Atlas Linguístico do Brasil”.

A primeira referência que se tem sobre o início dessa pesquisa data de 1953, coincidindo com as primeiras atividades científico-culturais em Dialetoologia e Geografia Linguística e o interesse institucional de manutenção do legado de Rui Barbosa no âmbito da língua portuguesa. O projeto em questão se relacionava à obra de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949) — jornalista, professor, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-diretor da Biblioteca Nacional e notório sócio-colaborador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro —, no sentido de reeditar seu *Dicionário de brasileirismos* (Peculiaridades pernambucas).

[...] O Professor Antenor Nascentes completou 70 anos a 17 do corrente. Apesar de setentão, o Professor Nascentes, a quem nos acostumamos a admirar desde os bancos escolares, continua produzindo - e produzindo bem. **Sob sua direção está sendo organizado agora o dicionário de brasileirismos, que é o ponto de partida para o "Atlas Linguístico do Brasil"**. (Última Hora, 20/06/1956, p. 8, grifos nossos)

[...] Um dos aspectos relevantes que se devem atribuir à Casa de Ruy Barbosa é o do cultivo da língua nacional. O patrono dessa instituição, dirigida com tanto zelo e emoção pelo nosso confrade Américo Lacombe, fez do idioma um dos pontos de honra de sua extraordinária cultura. Por isso, recebemos com satisfação, a notícia de que **os filólogos da Casa de Ruy Barbosa estão revendo os originais do "Dicionário de Brasileirismos", de outro mestre, Rodolfo Garcia, para uma próxima reedição de José Olímpio**. (A Noite, 08/04/1954, p. 12, grifos nossos)³⁰

Esse trabalho foi originalmente publicado em 1913, por Garcia, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no tomo 76, primeira parte, entre as páginas 633 e 947, recebendo mais tarde, no ano de 1915, uma edição pelo Departamento de Imprensa Nacional. Divide-se o produto lexicográfico em dedicatória (p. 635), introdução (p. 637-658), bibliografia (p. 659-662), lista de abreviaturas (663-664) e uma nomenclatura em ordem alfabética (p. 665-947) que contempla cerca de 1.432 itens lexicais.

Enquanto guia de referência linguística, constitui-se uma crítica complementar ao *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1899), de Cândido Figueiredo, sumarizando lacunas ou acepções incomuns de brasileirismos. Isso resultou não só um inventário, mas também um conjunto de informações etimológicas, variações de sentido e distribuição geográfica que enfatizam "as vozes peculiares a Pernambuco", expressões locais do estado brasileiro em cuja capital, Recife, o autor viveu e trabalhou como jornalista, professor de história, geografia, francês e português na primeira década do século XX.

[...] O presente trabalho data do aparecimento do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, do illustre lexicographo sr. Candido de Figueiredo, 1899. No princípio, constava de simples notas appostas áquelle excellente repertório léxico, denunciando omissões, ou acepções ineditas de vocabulos já catalogados; depois, com o correr dos tempos, aquellas glosas se foram avolumando de tal maneira, que, por melhor

³⁰ Note-se que o informativo aponta a ocorrência do projeto com antecedência de quatro a cinco meses do curso de Dialetoologia e a exposição de Geografia Linguística entre agosto e setembro de 1954.

ordem de trabalho, se fez necessário reduzi-las a papelêtas.

Alimentavamos então o vago projecto de um estudo sôbre as vozes peculiares a Pernambuco, que não estivessem nos dictionarios, ou que ahi fossem apontadas com significação diversa; possuíamos para isso abundante material, que diligenciavamos tornar tão completo quanto possível. tínhamos, sobretudo, entusiasmo pela obra empreendida; mas faltava-nos o essencial, que vinha a ser o estímulo para o seu acabamento pela possibilidade, ou mesmo esperança de vê-la algum dia reduzida à letra de fôrma, com um destino melhor do que o de certas sentenças judiciais, que são publicadas apenas em mão do escrivão... Dada essa possibilidade, mercê da fidalga e generosa solicitude do sr. dr. M. de Oliveira Lima, o eminente e meritório historiador pátrio, tractámos de levar avante o nosso plano, proporcionando-lhe agora maior desenvolvimento, não só no que respeita ao inventário das palavras, como também às pesquisas etymologicas, à variação de sentido e distribuição geographica.

Assim, ampliado, não temos, entretanto, a pretensão de haver exgottado o assumpto (... *qui peut espérer de clore jamais un dictionnaire de langue vivante?*); e nada mais visamos, com esses subsídios, do que concorrer para a grande obra de lexicographia brasileira, que deve ser uma obra collectiva. (Garcia, 1913, p. 637)

Opunha-se o trabalho de Garcia à aversão dicionarística de não registro dos chamados “provincianismos”, isto é, os nomes locais ou regionais, sob o pretexto de corresponderem à corrupção das línguas, amparando-se no posicionamento de Émile Littré, na elaboração do *Dictionnaire de la Langue Française*, de incorporação desse léxico e na tradição de pesquisas brasileiras empreendidas em meados do século XIX voltadas à caracterização de elementos particulares à língua portuguesa no Brasil, os brasileirismos. Na bibliografia, mencionam-se, além de monografias sobre o português de Portugal, línguas indígenas autóctones e africanas, romances literários e demais textos de apoio, os seguintes trabalhos sobre particularidades linguísticas nacionais:

- I. *Léxico de termos technicos e scientificos ainda não apontados nos dictionarios da língua portuguesa* (1909), de Afonso d'Escragnolle Taunay.
- II. *Ensaio para uma synonymia dos nomes populares das plantas do Estado de S. Paulo* (1895), de Alberto Löfgren.
- III. *Collecção de Vocábulos e Frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul* (1856), de Antônio Alvares Pereira Coruja.
- IV. *Vocabulário dos termos technicos e construcção naval*, anexo ao *Ensaio sobre as construcções navaes indígenas do Brasil* (1888), de Antônio Alves Câmara.
- V. *Diccionario Brasileiro da Lingua Portugueza* (1889), de Antônio Joaquim de Macedo Soares.
- VI. *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dictionários da língua portugueza* (1804), de Braz da Costa Rubim.
- VII. *Diccionario dos Vocábulos Brasileiros* (1889), de Henrique de Beaurepaire Rohan.
- VIII. *Vocabulário Sul-Rio Grandense* (1898), de José Romaguera Correia.

IX. *Glossário Paraense, ou Colecção de vocábulos peculiares à Amazonia e especialmente à ilha de Marajó* (1905), de Vicente Chermont de Miranda.

Informa-se que o dicionário de brasileirismos em questão contemplava termos e locuções de uso corrente em Pernambuco que não eram apontados nos dicionários da língua; termos e locuções registradas nos dicionários, mas usados no Brasil com outra acepção; termos e acepções constantes no *Diccionario de Vocabulos Brasileiros* (1889), de Beaurepaire Rohan, relativas a Pernambuco; termos e acepções consignadas no *Diccionario Brasileiro da língua portuguesa* (1889), de Macedo Soares, anotados como *pernambucanismos*; elementos ocorrentes no *Vocabulário dos termos technicos de construção naval* (1888), de Alves Câmara, registrados como usais em Pernambuco; e nomes de aves característicos de Pernambuco mencionados em *As Aves do Brasil* (1894-1900), de Emílio Goeldi. Houve também a inclusão de itens considerados carentes de informação lexicográfica pela identificação de palavras brasileiras de uso corrente, detendo-se de modo particular a palavras carentes de etimologia, atribuição de área geográfica e de unidades com grande variação de sentido em diferentes localidades.

Nesse panorama, a partir do *Diccionario etimológico de voces chilenas derivadas de lenguas indígenas americanas* (1905-1910), do filólogo alemão e americanista Rodolfo Lenz, no que diz respeito às variedades do castelhano e seus provincianismos³¹, Garcia replicou o sistema classificatório em seu produto lexicográfico na tentativa de estabelecer uma nomenclatura própria ao português, esboçando uma distribuição dos brasileirismos quanto à procedência em quatro grandes grupos: termos luso-brasileiros; termos pan-americanos; termos pan-brasileiros; termos locais ou regionais.

[...] I - Os termos luso-brasileiros comprehendem aquellas vozes que, derivadas do antigo portuguez, caíram em desuso na velha metrópole, persistindo, entretanto, na linguagem brasileira. [...]

II - Os termos pan-americanos abrangem aquellos que se usam em mais de uma das repúblicas da America do Sul e Central, com accepções mais ou menos relacionadas entre si. A sua procedencia é varia e complexa; muitas são as linguas americanas que lhes deram origem, desde o mexicano ou nahuatl, o caraiba, o quechua, o aimará, mapuche ou araucano, o tupi-guarani, e outros. [...]

III - os termos pan-brasileiros são os que se usam em todos ou quasi todos os Estados do Brasil. Devem sua formação precipuamente á superfetação do portuguez á influencia do tupi-guarani e das linguas africanas, em sua maioria filiadas ao grupo bantú. [...]

³¹ Em 1955, em coocorrência ao desenvolvimento da pesquisa de brasileirismos, Jefferson Marotta, o colaborador de Antenor Nascentes e seu assistente de cátedra, publicou uma revisão crítica de obra análoga à de Lenz, *Introduccion al Estudio del Español de Chile: determinacion del concepto de chilenismo* (1953), de Ambrosio Rabanales, resgatando elementos conceituais e descrevendo-o como “bom livro e de real valia como contribuição para nós, no sentido de fixarmos igualmente o conceito de brasileirismo, coisa imprescindível se levarmos em conta que nesse ramo temos estado dispersos como os hispanoamericanismos para os quais o livro mais se aplica” (Marotta, 1955, v.1, t. 2, p. 247).

IV - Acabámos de passar em revista, conquanto perfunctoria, todas as causas externas modificadoras do portuguez falado no Brasil. Muito se enganaria, porém, quem acreditasse terem todas ellas, ou cada uma de per si, actuando com a mesma energia, com a mesma persistencia por toda a dilatada extensão do nosso immenso territorio. As causas que vão agora determinar a maior ou menos efficiencia dos factores modificativos e dar origem aos, por assim dizer, sub-dialectos regionaes, deixam de ser exclusivamente linguisticas para se derivarem de mui differentes ordens de condições mesologicas. É assim que a continuidade territorial, a facilidade de comunicações terrestres, maritimas ou fluviaes, a homogeneidade ou heterogeneidade de culturas ou industrias, a dosagem, enfim, dos elementos ethnicos da população das diversas unidades da Federação, é que nos podem e devem explicar o phenomeno, de que óra nos ocupamos. (Garcia, 1913, p. 643-651)

Com essa taxionomia, intentava-se ampliar o debate sobre a origem e a classificação dos brasileirismos para além da crença de que os elementos característicos da língua portuguesa em território nacional se restringiam a lusitanismos arcaicos conservados ou com mudança de significado. Além disso, no projeto de dicionário, havia um sistema de marcas diatópicas e notas de uso reservado à geografia dos vocábulos assinalados.

A partir da produção lexicográfica brasileira voltada à coleta de localismos e da interpretação da distribuição geográfica presente nos léxicos consultados, Garcia atribuiu um caráter incontestado à percepção de cinco zonas lexicográficas, que seriam extensões territoriais de manifestação de palavras devidamente identificadas e registradas:

- a) Norte (Amazonas, Pará e Maranhão);
- b) Norte-oriental (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas);
- c) Central-marítima (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro);
- d) Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul),
- e) Anti plana-central (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso)³².

Nessas circunstâncias, considerava o autor, diante das dificuldades de fixação exata da origem do léxico, que era tarefa do lexicógrafo a análise da distribuição espacial do vocábulo usado para, despretensiosamente, registrá-lo. No caso do seu dicionário, valendo-se de marcas e notas diatópicas, Garcia acusava os estados brasileiros em que se manifestava a ocorrência do léxico, reservando ao leitor a interpretação quanto à arealidade do léxico e sua compatibilidade com as zonas propostas.

Pinto (1981) informa que uma das primeiras propostas de organização de um dicionário brasileiro de língua portuguesa, no século XX, surgiu a partir da Academia

³² Note-se que, em 1913, a primeira proposta de divisão regional do Brasil elaborada por Carlos Miguel Delgado de Carvalho — geógrafo e professor francês, radicado no Brasil — dividia o país em cinco regiões: Setentrional (Acre, Amazonas e Pará), Norte Oriental (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), Oriental (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais), Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Central (Goiás e Mato Grosso). As zonas lexicográficas de Garcia se aproximam do esboço de Delgado Carvalho com divergências sutis de nomenclatura, identificação e posicionamento dos estados de Maranhão e Minas Gerais.

Brasileira de Letras, em 1910, por proposição de Mário de Alencar³³, compreendendo a elaboração de um dicionário de brasileirismos como etapa inicial de uma obra de referência linguística mais ampla — à época em que Rui Barbosa de Oliveira, o patrono da Casa de Rui Barbosa, ocupava a presidência dessa instituição.

A primeira [iniciativa da Academia] - salientou - foi para a elaboração do dicionário de brasileirismos que chegou a ser impresso. Entretanto, no dia em que chegaram aqui à Academia as provas para o imprimir-se, Humberto de Campos impugnou com um argumento absolutamente errado, que hoje não é mais válido, mas que naquele tempo causou pânico na Academia, mostrando que **alguns dos brasileirismos ali computados eram simples arcaísmos portugueses, o que não deixa de tornar válido o brasileirismo. O brasileirismo é algumas vezes um arcaísmo português que nós conservamos vivo.** Então isso causou um grande pânico à Academia e cancelou-se a publicação do dicionário de brasileirismos. Depois proposta igual a esta de Josué já há uns dez anos fez Pedro Calmon. Então a Academia teria sessões com a tarefa de elaborar e discutir os verbetes. Cada Acadêmico levaria um verbeito e aqui seria discutido. Isso se fez ainda em uma ou duas sessões. Eram sessões de tarefas **e havia nesse tempo também uma comissão do dicionário presidida por Rodolfo Garcia, que era coordenadora desse trabalho coletivo da Academia.** O Sr. Augusto Meyer falou sobre o problema, ainda hoje controvertido, dos brasileirismos e galicismos, participando da discussão os acadêmicos Afrânio Coutinho, Josué Montelo e Austregésilo de Athayde. (Jornal do Commercio, 26/09/1963, p. 8, grifo nosso)

Em 1924, o acadêmico Laudelino Freire apresentaria nova proposta, publicando *O Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* entre 1939 e 1944, aos moldes do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789), de Antônio de Moraes Silva, embora imerso na polêmica de não registrar brasileirismos em seu projeto lexicográfico por uma fuga à ideia de corrupção subjacente à marca de uso. Em texto contemporâneo à execução dos trabalhos, intitulado *Folclore e Dialectologia*, Amadeu Amaral (1875-1929) — folclorista, filólogo autodidata e autor de *O Dialeto Caipira* (1920) — esboçou uma crítica inicial aos esforços institucionais e a importância de estudos sobre a linguagem com critérios e métodos científicos perante os embates da época.

Já tem a Academia uma comissão de brasileirismos. Ora, tal é a dependência mútua que existe entre os estudos dialetais e os estudos de folclore, que o desdobramento do encargo atribuído a essa comissão, ou a nomeação de outra que a si tomasse esta nova parte, pareceria medida lógica e bem inspirada.

Apenas, se tivesse de propor alguma coisa, eu proporia que em qualquer das hipóteses, essa comissão “de brasileirismos” tivesse outra denominação e outro programa - fosse uma “comissão de Dialectologia”, que em vez de só recolher e discutir palavras, lançasse as bases de um estudo metódico e puramente científico, sem preocupações práticas, de todo o complexo dos fenômenos dialetais no Brasil, fonéticos, morfológicos e sintáticos, investigando-lhes as

³³ A esta Casa foi sempre assíduo, mesmo nos anos de 1900 e 1911, os últimos de sua vida. Não só comparecia às sessões ordinárias e às de posse de novos acadêmicos, como também colaborava em nosso encruado dicionário de brasileirismos. As atas das sessões de 9 de julho e 29 de outubro de 1910 registram a entrega das notas lexicográficas suas, e na de 13 de maio de 1911 se fala de achegas levadas ao dicionário e colhidas por êle no Gaúcho de José de Alencar. Era isso às vésperas de seu embarque para a Europa, aonde chegou em 15 de junho. Ia bem doente dos rins e não viveria senão três meses, pois veio a falecer no dia 13 de setembro. (Jornal do Commercio, 02-03/01/1960, p. 9)

causas e as tendências, mas tratando antes de tudo de colher genuínos materiais de correta observação, tomados diretamente à realidade viva da língua, fielmente transcritos segundo um sistema invariável, e não só se valendo de documento livresco ou dos depoimentos de segunda mão como de elemento subsidiário. (Amaral, 1925, p. 22-23, grifo nosso)

Sob essa mesma tendência, acrescenta Pinto (1981), que, na década de 1940, Antenor Nascentes — bem antes de integrar a futura Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa — havia sido nomeado para dar continuidade aos trabalhos lexicográficos empreendidos na instituição beletrista, considerando seu renome filológico a partir do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1932), com prefácio do romanista suíço Wilhelm Meyer-Lübke. Esse dado histórico sobre o papel de Nascentes é reiterado por Biderman, em *Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade*, ao pontuar que:

Em 1940 a Academia [Brasileira de Letras] incumbiu Antenor Nascentes da elaboração [do dicionário previsto desde sua fundação]. Foi escolhido como modelo o Dictionario de la Real Academia Espanhola (Drae). Em 1943 Nascentes entregou o manuscrito à ABL, o qual foi aprovado para publicação. Passaram-se ainda anos até que esse dicionário fosse publicado - 1961-1967 - em cinco volumes. A nomenclatura do dicionário de Nascentes (1961), ou da Academia Brasileira de Letras, totaliza aproximadamente 100.000 verbetes. Não há abonações nos verbetes; quando necessário para o entendimento da definição, o dicionarista criou exemplos, que são, porém, raros. Apesar das muitas qualidades desse dicionário, ele também não teve grande fortuna. Primeiro, porque foi publicado muitos anos depois de concluído e não há nada que envelheça mais do que o léxico; segundo, porque resultou em obra volumosa e o público comprovadamente prefere compulsar uma obra lexicográfica em apenas um volume e que lhe custe menos. (Biderman, 2003, p. 58)

Converge para esse mesmo período de ideias e atividades da casa literária o posicionamento glotopolítico de Gustavo Capanema, Ministro da Educação do governo Getúlio Vargas, acerca da unidade da língua portuguesa, ao tratar da questão ortográfica e do vocabulário nacional em sessão de 29 de janeiro de 1941 na Academia Brasileira de Letras. Nele, os brasileirismos estavam inseridos em um objetivo patriótico de normatização do vocabulário brasileiro.

É fora de dúvida que precisamos de **um vocabulário nacional**. A lei confere ao Ministério da Educação a atribuição de organizá-lo.

E o Ministério da Educação está no propósito de realizar esse empreendimento, Mas como não quer fazê-lo sem a colaboração da Academia Brasileira de Letras, e sem o seu final pronunciamento favorável à obra concluída, aqui formulo, antes do mais, a proposta de que o nosso vocabulário adote, sem nenhuma discrepância, inclusive quanto à acentuação das palavras, o sistema ortográfico da Academia de Ciências de Lisboa.

O vocabulário nacional será, deste modo, igual ao lusitano, apenas com as seguintes modificações:

- a) inclusão de neologismos e estrangeirismos de uso corrente no Brasil, **de brasileirismos de origem tupi e africana e de nomes próprios antroponímicos e toponímicos usuais no nosso país**;
- b) supressão dos regionalismos de Portugal e de suas colônias;
- c) substituição de determinadas formas vocabulares de uso em Portugal pela expressão correspondente de uso no Brasil;

d) retificação da ortografia de nomes próprios geográficos peculiares do Brasil, porventura escritos de modo diferente do fixado pela Conferência de Geografia, promovida em 1926, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Capanema, 1942, p. 22-23, grifos nossos)

De todo modo, o desejo por um dicionário de brasileirismos se estenderia à década de 1950, tendo em vista avanços, recuos e êxitos no cumprimento da agenda histórica de pesquisa lexicográfica. Em 1951, sob a presidência do imortal Aloísio de Castro, foi acentuada a importância de resgate do projeto, a ponto de favorecer a formação de um comitê novo: José Carlos de Macêdo Soares (1883-1968), Múcio Leão (1898-1969), Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), Cassiano Ricardo (1895-1974), Gustavo Barroso (1888-1959), Oswaldo Orico (1900-1981), Pedro Calmon (1902-1985), Peregrino Júnior (1898-1983) e Vianna Moog (1906-1988) — os três primeiros nomes eram membros da Comissão de Publicações da instituição, enquanto os demais eram reconhecidos como regionalistas e escritores aptos à identificação de peculiaridades na linguagem das diferentes regiões do país.

Essa pauta acompanharia a gestão de Aníbal Freire, que a usaria como um dos elementos de sua agenda cultural, em alocução de posse em 1951 para a gestão de 1952. Em 1956, difundia-se também que o acadêmico Múcio Leão orientava séries de trabalhos para a publicação de um Dicionário e um Vocabulário de Brasileirismos aos cuidados de Josué Montelo (1917-2006), jornalista e escritor brasileiro recém-aceito como membro da academia.

Soma-se ainda a esse jogo de confluências de interesses científico-culturais a força catalisadora da Academia Brasileira de Filologia — uma entidade emergente da década de 1940 consagrada exclusivamente aos estudos filológicos, à qual Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Padre Augusto Magne e o próprio Rodolfo Garcia, autor do dicionário de brasileirismos em pauta, eram membros — através de seu interesse pelo mapeamento geográfico-linguístico do país.

Em 1954, ano correlato às pesquisas de Nascentes, em comemoração aos dez anos de existência da Academia e em circunstância de assunção da nova Diretoria, encontram-se discursos de Cândido Jucá Filho e Ruy da Cruz Almeida, datados em 29 de abril de 1954, que recuperam a necessidade dos estudos em Geografia Linguística, compreendendo-os como campo novo que tem por objetivo o registro sistemático das variações idiomáticas ao longo das regiões do país.

Curiosamente, a Casa de Rui Barbosa havia sido sede provisória dessa congregação de eminentes filólogos. De um dos encontros ambientados na instituição carioca, havia sido sugerida a participação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o auxílio do levantamento aspirado.

Realizou a Academia Brasileira de Letras, sábado último, mais uma reunião, em sua sede provisória, na Casa de Ruy Barbosa, sob a presidência do acadêmico Ruy de Almeida, secretariado pelos acadêmicos Modesto de Abreu e Mário Penna da Rocha, com a presença dos acadêmicos David Pérez, Macêdo Soares, Jacques Raimundo, Ismael Coutinho, Cândido Jucá (filho), Ragy Basile, Jarbas de Aragão, Serafim Silva Neto, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo e Augusto Magne.

Foi anunciada a abertura do pleito para preenchimento das 5 vagas existentes, anunciando o presidente a seguinte lista de inscrição: - a vaga de Said Ali, o sr. Jesus Belo Galvão; à de Daltro Santos, o sr. A. J. Chediak; à de Quintino do Vale, o sr. Junito de Sousa Brandão; à de Henrique Lagden, o sr. Sílvio Júlio, e a de Charles Fredsen, os srs. Adauto de Alencar Fernandes e Luiz Felipe Vieira Souto.

Foram eleitos os candidatos inscritos com exceção do último que obteve doze votos contra vinte dados ao seu competidor. Para a vaga de bibliotecário foi eleito o acadêmico Ismael de Lima Coutinho.

Tratando do problema do levantamento do mapa geral de Geografia Linguística do Brasil, matéria que faz parte do programa fundamental da Academia, o acadêmico Cândido Jucá (filho) sugeriu a conveniência de ser feito êsse trabalho com a cooperação do I.B.G.E., tendo já mesmo a êsse respeito trocado ideias com o geógrafo nacional professor José Veríssimo. A ideia mereceu aplausos, ficando decidido que o referido cientista seja oportunamente convidado para uma visita à Academia.

Foi, a seguir, encerrada a sessão, ficando de ser convocada outra para o dia 17, sábado, às 16 horas. (Correio da Manhã, 15/07/1954, p. 13, grifo nosso)

No segundo relatório das atividades correspondentes ao 1º ano da gestão do Senhor Ministro Antônio Balbino, assinado por Américo Lacombe em 24 de junho de 1954, informava-se entre as tarefas da Comissão de Filologia o prosseguimento de pesquisas relativas à seleção de brasileirismos para a futura elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.

Sabe-se que, ano de 1955, em circunstância de prestação de contas e relatório de atividades, a pesquisa liderada por Nascentes operava sobre a análise dos manuscritos do dicionário elaborado por Garcia e um levantamento lexicológico-lexicográfico que orçava 6.937 verbetes. Os relatos do Correio da Manhã, em janeiro e fevereiro de 1955, e do Jornal do Brasil, em março do mesmo ano, enfatizam esse dado:

Estêve, ontem, à tarde, em visita à Casa de Ruy Barbosa, o ministro da Educação e Cultura, sr. Cândido Mota Filho, onde foi inteirar-se das atividades do Centro de Pesquisas dessa instituição. À entrada o sr. Mota Filho foi recepcionado pelo professor Américo Jacobina Lacombe, diretor da Casa, **pelo padre Augusto Magne, membro da Comissão de Filologia** e pelo sr. Thiers Martins Moreira, diretor do Centro de Pesquisas. Na sala em que funciona o Centro de Pesquisas da Casa de Ruy, o sr. Mota Filho ouviu um relatório dos trabalhos do centro, feito pelo sr. Caio Tácito, diretor da Comissão de Bibliografia de Direito Constitucional, que, entre outras informações, adiantou já se encontrar em publicação 900 obras elaboradas por aquele setor. **Na oportunidade, falaram o sr. Antenor Nascentes, sobre "Pesquisas de brasileirismos"; o sr. Álvaro Ferdinando da Silveira, sobre "Pesquisas das Obras de Casimiro de Abreu" e sobre as "Máximas do Marquês de Maricá"; por fim, o padre Augusto Magne, a respeito do seu livro a ser publicado - "A Vida de Cristo".** (Correio da Manhã, 26/01/1955, grifos nossos)

O trabalho de pesquisas filológicas na casa de Rui Barbosa atingiu, no ano passado, vasto programa de produção. A pesquisa de brasileirismos, registrou um total de 6.937 verbetes devidamente anotados. Foi enviado à imprensa o primeiro volume do incunábulo "Vita Christi" do prof. Padre Augusto Magne, enquanto era trabalhada a primeira coleção de textos modernos. As obras de

Casemiro de Abreu acham-se em provas. A segunda publicação da coleção acima referida, a cargo do prof. Souza da Silveira, já tem o seu texto pronto, aguardando apenas prefácio e nota introdutória para sua publicação. **A revisão das notas manuscritas de Rodolpho Garcia vêm sendo realizadas, destinando-se elas ao "Dicionário de Brasileirismos".** O setor filológico ainda prestou sua ajuda material à Exposição Internacional de Dialectologia. (Correio da Manhã, 25/02/1955, p. 10, grifos nossos)

Foi divulgado, em resumo, o trabalho de pesquisas filológicas levado a este efeito, em 1954, pela Casa de Ruy Barbosa. Cabe acentuar que a simpática instituição jamais se limitou, apenas a manter em ordem os livros do genial jurista e a mostrá-los aos visitantes. Sua função é dinâmica, refletindo também sob êste aspecto uma das mais características da Águia de Haia: a produtividade útil.

Ao ritmo dessa orientação, a Casa de Ruy Barbosa registrou no ano transato, 6.937 verbetes em brasileirismos. Ao dicionário correspondente vão incorporar-se às anotações de Rodolfo Garcia - o manuscrito está sendo revisto. [...] (Jornal do Brasil, 02/03/1955, p. 5, grifos nossos)

Acerca desse trabalho, os relatórios da Fundação Casa de Rui Barbosa veiculam notas informativas com descrições mínimas, mas indicativas de uma constância na atividade identificada:

- I. 1953-1954: seleção de brasileirismos para a futura elaboração do Atlas Linguístico do Brasil;
- II. 1956: pesquisas filológicas sobre brasileirismos;
- III. 1957: pesquisa de brasileirismos para o Atlas Linguístico;
- IV. 1958: pesquisas filológicas sobre brasileirismos;
- V. 1959: pesquisa de brasileirismos em diversos vocabulários e dicionários;

Por essas informações, deduz-se uma atividade com coleta e construção de artigos lexicográficos superior à obra originalmente publicada por Garcia em 1913. O produto final, por sua vez, constituiria o amparo para a cartografia linguística do português do Brasil a partir de um léxico legitimado em dicionários e vocabulários e filologicamente verificado.

O relatório de atividades do ano de 1956 sugere uma pesquisa de brasileirismos com fichamento de 5.750 verbetes a partir do *Dicionário Nacional*, de Carlos Teschauer; 87 verbetes a partir de *O Acre no domínio do folclore*, de Juventim Magalhães; 150 verbetes a partir de *Brasileirismos*, de Silva Romeiro³⁴; 1.800 verbetes no *Dicionário de Brasileirismos*, de Rodolfo Garcia; 1.600 verbetes em *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral. Totalizavam-se, assim, 9.387 verbetes, constituindo um aumento de 2.450 itens lexicográficos em relação ao montante do ano de 1955.

³⁴ Crê-se que há um lapso datilográfico na identificação do autor da obra. Cogita-se, nesta pesquisa, o nome de Sílvia Romero (1851-1914), o renomado crítico, folclorista e historiador da literatura brasileira imortalizado pela Academia Brasileira de Letras.

Além disso, em revisão à bibliografia filológica de Antenor Nascentes, em tentativa de caracterizar parte desse levantamento, considerando o dever de o Centro de Pesquisas promover seus trabalhos em arquivos e boletins periódicos, foram identificados dois artigos tematicamente relacionados ao projeto do dicionário: *Três Brasileirismos (calundu, capoeira e caruru)* (1955) e *Quatro Brasileirismos (bandeira, bilontra, boitató e bonde)* (1956), ambos presentes na Revista Brasileira de Filologia.

Em *Três Brasileirismos (calundu, capoeira e caruru)* (1955), assim como em *Quatro Brasileirismos (bandeira, bilontra, boitató e bonde)* (1956), Nascentes apresenta acepções de vocábulos reconhecidos como brasileirismos, recuperando monografias, dicionários e vocabulários de autores brasileiros para descrever a trajetória de uso e o significado subjacente a cada ocorrência documental.

O primeiro artigo se divide em três grandes seções, aprofundando-se em questões etimológicas e lexicográficas: calundu (p. 17-18), capoeira (p. 18-20) e caruru (p. 20-21). O segundo artigo adota a mesma tendência e se divide em quatro seções: bandeira (p. 99-100), bilontra (100-102), boitató (p. 102-103) e bonde (p. 103-104). A análise de cada brasileirismo parte de um significado básico, atravessando não só a revisão de autores e obras relevantes, mas também a etimologia popular à explicação de mudanças de sentido e sua constituição histórica.

Para o brasileirismo *calundu*, há uma definição lexicográfica do tipo sinonímica e uma informação etimológica africana referente ao quimbundo, situando a ocorrência em documentos e as tensões quanto à origem da palavra e seus respectivos defensores:

Êste brasileirismo significa mau humor, irascibilidade, *spleen*. Procede do quimbundo, onde quer dizer “ente sobrenatural que dirige os destinos dos homens”. V. Cordeiro da Mata, *Dicionário quimbundo-português*, e Pereira do Nascimento, *Dicionário português-quimbundo*, s. v. *ente*.

Tristes, nostálgicos, os angolezes trazidos pelos portugueses para o Brasil como escravos, ficam às vezes insuportáveis. Não queriam falar nem tratar com pessoa alguma. Atribuíam seu estado a calundus que houvessem entrado em seus corpos.

O visconde de Beaurepaire Rohan, em seu *Dicionário de vocábulos brasileiros*, informa que em sua infância ouviu o vocábulo, da boca dos escravos angolezes. O vocábulo data, pelo menos, do século XVII, pois Gregório de Matos já o emprega na página 186 do tomo IV de suas *Obras*, embora com outro significado, o de uma dança. Aparece no *Peregrino da América*, de Nuno Pereira, I, 123, 126 e 135. Em 1853, encontra-se no canto VI de um poema herói-cômico de José Ferrari, a *Engenheira: Por jogo d’Afros calundus...* Uma nota do autor explica o significado. Ladislau Batalha, em sua obra *Costumes angolenses*, pg. 55, informa que, por ocasião das danças do quizombo que precedem os casamentos, os pretos velhos se recolhem silenciosos, porque crêem que do recolhimento ao lar provém a clareza e a solenidade dos pensamentos inspirados pelos calundus.

João Ribeiro tratou do assunto em *A língua nacional*, 117-22, e em *Cartas devolvidas*, 68. Outro tanto Artur Ramos em *O negro brasileiro*, 86.

Toda esta documentação é concorde na origem africana, que Macedo Soares no *Dicionário brasileiro da língua portuguesa* admite sem vacilação. Entretanto, apesar do I, não faltou quem se batesse por um étimo tupi. Batista Caetano, *Vocabulário das*

palavras guaranis usadas pelo tradutor da “Conquista espiritual” do Padre Ruiz de Montoya, 20, 310, arranjou um étimo tupi-guarani á'ka nun'du, cabeça palpitante, latejante, isto é, febricitante, no que foi seguido por Teodoro Sampaio, O tupi na geografia nacional, e por Sousa da Silveira, A língua nacional e o seu estudo. (Nascentes, 1955, p. 17-18)

No item *capoeira*, são discutidas três acepções lexicais do reconhecido brasileirismo, recorrendo-se sobre as informações etimológicas, coincidências com formas já estabelecidas no português e mudanças de sentido. São situadas também a ocorrência do léxico em documentos e os posicionamentos adotados por filólogos:

[...] Há uma palavra portuguesa capoeira e outra brasileira.

A portuguesa significa cesto de varas no qual se metem capões, galinhas e outras aves. Esta vem do substantivo capão.

O brasileirismo tem três significados dos quais o fundamental é o do mato que nasce e se desenvolve em terreno outrora cultivado. Vem do tupi.

O visconde de Beaurepaire Rohan, *Dicionário de vocábulos brasileiros*, baseado no *Dicionário brasileiro-português*, de autor anônimo, viu corruptela de *kopu'era*, roça extinta, devida sem a menor dúvida à semelhança fonética com o vocábulo português capoeira.

No guarani exista a forma *koku'era* (Montoya). Se o vocábulo guarani houvesse prevalecido, a confusão com o vocábulo português não teria se dado. José de Alencar, *Iracema*, 211, tirou do tupi *ka'a ap'ã era*, ilha de mato já cortado uma vez.

Macedo Soares, *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, s. v. *capueira*, *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro*, 39, rejeita ambos os étimos tupis apontados. Alega que, nas palavras portuguesas começadas por *ca*, derivadas do guarani e significando coisa de mato, folha, paul, planta ou erva, o *ca* é o guarani *ka'a*.

Não há exceção e os exemplos formigam.

Por outro lado, as compostas de *ko*, roça, persistem no português do Brasil com esta sílaba inicial.

Não há dúvida de que *kopu'era* e *koku'era* dizem “roça velha”, mas capoeira não dá ideia de roça velha, porém de mato miúdo, baixo, ralo, como o que nasce depois da derrubada do mato virgem.

Quanto ao étimo de Alencar, diz que capoeira nada tem com capão (ilha de mato: do tupi *ka'a apu'ã*) senão a primeira sílaba.

Nega que *apu'ã* signifique “ilha” e argumenta no sentido de ser capoeira um tetrassílabo, caso viesse de *apu'ã*, que é trissílabo.

Dá o seu étimo: *ka'a*, mato, mata, floresta, mato virgem, e *puera*, *kuera*, *koera*, pretérito nominal, o que foi.

Rodolfo Garcia, *Dicionário de brasileirismos*, aceitou este étimo.

Quaisquer que sejam os componentes do étimo, o que é fora de dúvida é a presença do sufixo *puer*, de pretérito. O *i* que aparece no vocábulo brasileiro vem da analogia com as muitas palavras portuguesas que apresentam o sufixo *-eira*. Representa uma ultracorreção.

Tastevin, no vocabulário apenso à *Gramática da língua tupi*, apresenta uma forma *kapuéra* no tupi amazonense.

Stradelli, no *Vocabulário nheengatu-português*, ao lado desta apresenta outra: *kapu'ira*.

Da forma primitiva capoeira a mais antiga abonação encontra-se em Fernão Cardim, *Tratado da terra e gente do Brasil*, pg. 62.

Da forma capoeira, a mais antiga se encontra em Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, 391.

O segundo significado da palavra capoeira como brasileirismo é de nome de uma ave que vive em capoeiras (Rodolfo Garcia, *Nomes de aves na língua tupi*), o *Odontophorus capoeira*, da família *Odontophoridae*.

Macedo Soares, *Estudos*, 117, afirma que o nome da ave é onomatopéia do canto dela. O zoólogo Rodolfo von Ihering, que no seu *Dicionário dos animais do Brasil*,

s. v. *uru*, trata detidamente dos gritos da capoeira, não confirma o que disse Macedo Soares.

O terceiro sentido do brasileirismo capoeira é o de certo jogo de destreza (subst. fem.) e de indivíduo que executa este jogo (subst. masc.). Este jogo de destreza, introduzido pelos africanos, tem sido comparado com a savata francesa e com o jiu-jitsu japonês.

Ora nêle se usam simplesmente para subjugar o adversário, braços, pernas, cabeça, ora cacetes, facas de ponta.

Beaurepaire Rohan, *op. laud.*, dá a seguinte etimologia: como o exercício da capoeira, entre dois indivíduos que se batem por mero divertimento, se parece um tanto com a briga de galos, não duvido que, diz êle, este vocábulo tenha a sua origem capão, do mesmo modo que damos em português o nome de capoeira a qualquer cesto em que se metem galinhas.

Pouco convincente esta etimologia. Que tem o cesto das galinhas com briga de galos? Como ligar capoeira, que é um jogo de pessoas viris, com o capão, que é um galo castrado, covarde, impróprio para a rinha?

Macedo Soares, *Estudos*, 117, partindo da pretensa etimologia de capoeira, nome de ave, a onomatopeia do grito, chega à significação de assobio cantado que se tira das mãos colocadas a modo de tubo e que imita o da capoeira. Daí, o substantivo masculino, moleque que toca capoeira, que passa vida de vadio no campo, divertindo-se tocando capoeira.

Por extensão, moleque da cidade, malandro, que não sai da rua, onde se dá à peraltagem. Por extensão também, o criado livre, nas mesmas condições.

Por fim, o vadio, peralta, livre ou escravo, dado ao exercício da capoeira, fazendo o ofício da capoeira. Um tanto forçada a etimologia de Macedo Soares.

Em capoeira (jogo de destreza), a ideia central não é a de assobio nem a de malandragem; é a de luta, de briga.

O nome do jogo liga-se a capoeira (ave) mas de outra maneira.

O macho da capoeira é muito ciumento. Trava lutas terríveis com o rival que invade os seus domínios. Rodolfo von Ihering teve quem lhe relatasse a interessante luta de duas capoeiras macho.

Naturalmente, os passos de destreza desta luta, as negaças, foram comparados com o destes homens que na luta simulada para divertimento lançavam mão apenas da agilidade.

No último quartel do século XIX, o significado já existia. Talvez date de antes desta época.

Acha-se consignado em Machado de Assis, *Crônicas*, IV, 227 (1884). (Nascentes, 1955, p. 18-20)

Ao encerrar as discussões do primeiro artigo sobre brasileirismos, no item *caruru*, disserta-se sobre duas acepções do brasileiro, problematizando a identificação etimológica que, para o pensamento filológico da época, poderia ou ser atribuída à herança africana, ou à indígena, sendo esta desprezada por Nascentes. Para além da base documental e de conhecimentos linguísticos para fundamentar a súmula, o texto se ampara em elementos históricos e geográficos:

[...] Caruru é um esparregado de ervas e quiabo, a que se juntam camarões, peixe etc., tudo temperado com azeite de dendê e muita pimenta. Também é nome de certas ervas que se guisam, principalmente ervas da família *Amarantaceae*.

O segundo significado derivou do primeiro.

Os africanos escravizados no Brasil preparavam este prato. V. Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, 183. Os que foram carregados como escravos para outros pontos da América também levaram o prato para esses pontos. Êle se encontra em Cuba sob o nome de *calalú*, v. Fernando Ortiz, *Glosario de afronegrismos*; encontra-se nas Antilhas francesas sob o nome de *calalou*, v. Larousse.

Como vislumbrou Beaurepaire Rohan, que aliás aceitou a origem tupi, o nosso caruru nada é mais do que corruptela do vocábulo africano *kalalu*, com troca de *l* por

r na boca dos índios e mamelucos, que não têm *l* na sua linguagem. E com uma assimilação progressiva do *u* também, acrescentemos. O argumento histórico-geográfico nenhuma dúvida deixa a respeito.

Batista Caetano, Martius, Beaurepaire Rohan, Macedo Soares, Teodoro Sampaio, Tastevin, Stradelli admitiram origem tupi, no que ainda são hoje acompanhados por muitos. Com efeito, o Dicionário brasileiro português dá um tupi *ka'a re'ru*, beldroega, erva muito usada nos esparregados.

Batista Caetano prefere um tupi *ka'a ru'ru* que interpreta como erva inchada ou grossa, folha aguada ou viscosa, mucilagínosa.

Beaurepaire Rohan, advertindo que *ka'a* quer dizer “erva” e *re'ru*, vasilha, entende que o vocábulo significa “um prato de ervas”, o que quadra bem com o significado primitivo. Nota porém, segundo informa *De Candolle*, que nas Antilhas Francesas dão o nome de *calulu* a um preparo culinário em que entra o quiabo.

Teodoro Sampaio não se decide entre o *Dicionário brasileiro-português* e Batista Caetano, mas informa que é prato preparado pelas negras minas, o que até certo ponto vem confirmar a origem africana.

Beldroega, a matéria-prima do caruru, pode ser *kaaru'ru* em guarani, como ensina Montoya, mas nem por isso *kaaru'ru* é a origem do brasileirismo.

Caruru é originariamente um prato e não uma erva, conforme salientamos. Os índios eram fracos cozinheiros, ao passo que os africanos cozinhavam muito bem e trouxeram vários pratos para a culinária brasileira. Mais um argumento contra a origem tupi.

A abonação mais antiga encontra-se em Gregório de Matos, Obras, IV, 49 (século XVII). (Nascentes, 1955, p. 20-21)

O mesmo padrão de síntese filológica sobre o problema da caracterização dos brasileirismos é repetido no segundo artigo. Nas discussões sobre o léxico colonial em *bandeira*, distinguem-se as acepções lusitana e brasileira a partir de conhecimentos históricos, geográficos e militares atrelados à ocupação portuguesa nas Américas e seus interesses políticos e econômicos com o apoio de obras de referência enciclopédicas:

Além do seu significado próprio de “pedaço de pano, hasteado num pau e servindo de distintivo a uma nação ou corporação”, *bandeira* significa no Brasil “expedição particular que se internava pelos sertões em busca de índios para escravizar ou de ouro e pedras preciosas”. O nome começou a ser usado com este sentido, no século XVII, segundo a grande autoridade de Afonso d'Escagnolle Taunay, na sua História geral das bandeiras, pg. 132.

Capistrano de Abreu, Capítulos de história colonial, 111, informa que o nome talvez provenha do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra.

Bernardino de Sousa, no Dicionário da terra e da gente do Brasil, reúne várias opiniões sobre o assunto, citando: Afranio Peixoto (Minha terra e minha gente), Gentil Moura (As bandeiras paulistas), que dizem provir o nome de terem estas expedições uma insígnia, um estandarte, uma bandeira, em torno dos quais se reuniam os expedicionários, que os conduziam como símbolos de guerra; Artur Orlando (Brasil, a terra e o homem) e Osório Duque Estrada (História do Brasil), que derivam o nome de bando, capitaneado por um caudilho; Rocha Pombo, (História do Brasil, vol. VI), cuja opinião lhe parece a melhor. Pombo, invocando a autoridade J. Miralles (Historia militar do Brasil), publicada no vol. XXII dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, diz: “Bandeiras chamavam-se pequenos grupos de assalto que se destacavam de um corpo de tropas ou de uma guarnição, com alguma incumbência arriscada e dependente mais da rapidez do que o de combate leal”.

De feito, acrescenta Bernardino de Souza, além de J. Miralles, no livro clássico de Latino Coelho - História militar de Portugal -, à pag. 6, encontramos o nome de bandeiras ou companhias, como frações de tropas que combatiam dispersas ou isoladas, antes do século XVII.

Segundo lemos na Enciclopédia Hispano-Americana dava-se o nome de bandeira, primitivamente ao tropel de gente armada, e depois, às companhias dos terços de infantaria.

Por outro lado, o insigne mestre Teodoro Sampaio, em notas que nos forneceu, afirma não ser a bandeira sinal que apareça nos bandos sertanistas, o que concorda com a opinião de Francisco Paula Ribeiro, numa “Memória sobre as nações gentias” (Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, tomo III, pág. 143), na qual lemos: “Eis aqui pois formada uma bandeira, nome que desde muito tempo dão os moradores a estes ajuntamentos, e dão-lhe tanto sem motivo, quanto porque é insignia esta ou sinal, que não aparece ali, como porque primeiro se lhes deveria chamar bandos de homens tumultuosos, do que batalhão concertado...”.

Julga assim Bernardino de Sousa muito mais plausível que o nome de bandeira, dado às caravanas em marcha pelos sertões, seja uma revivescência, no Brasil, das companhias de assalto que outrora, na metropole, eram incubidas de reconhecimentos arriscados e empresas temerárias: na preia do índio solerte, na procura do ouro, da prata, das esmeraldas e outras pedras preciosas, no combate aos traiçoeiros quilombolas, na penetração e na colonização de uma terra ignota e virgem, onde tudo era uma cilada, uma insídia, um perigo iminente, e aquela gente bandeirada, que se confessava e fazia testamento antes de partir, revelava inédita coragem e audácia sem par.”

De fato, de acordo com Bernardino de Sousa, não resta duvida que a hipótese de Rocha Pombo parece a mais aceitável. (Nascentes, 1955, p. 99-100)

Na abordagem do brasileiro *bilontra*, explora-se a condição de neologismo da cidade do Rio de Janeiro e a etimologia popular a partir de relatos e de uma base documental pelas quais o filólogo avalia as circunstâncias socioculturais e linguísticas para caracterizar o vocábulo e sua respectiva acepção em forma e conteúdo:

[...] O vocábulo significa “indivíduo atirado a conquistas amorosas”. Data de cerca de 1885 e sua origem é muito controvertida.

Segundo Carlos de Laet, foi criado por um tipo de rua do Rio de Janeiro, chamado Castro Urso.

“O Urso meteu uma palavra no dicionário. Para variar chamavam-no Lontra: ele retorquia antepondo com grandeza filosófica o prefixo bis... Oh! Lontra! Oh! Lontra! berrava a molecagem. E vocês são Bilontras! respondia o filólogo. Foi assim que nasceu o termo constituído de acordo com as sãs prescrições glotológicas” (Microcosmo, “Jornal do Commercio de 9 de Março de 1886).

No mesmo ano, uma revista teatral de Artur Azevedo e Moreira Sampaio, O Bilontra, popularizou o termo. O dono do papel-título era um rapaz boêmio, ocioso. O Bilontra se comprometeu a arranjar um título de barão para um comendador e depois apresentou um documento falso, ludibriando assim o pobre do comendador. Daí o primitivo significado de “velhaco, espertalhão” que o vocábulo teve.

Lafayette Silva (“Correio da Manhã” de 25-III-39) assim história a origem do vocábulo:

Havia na velha Escola Militar um aluno de sobrenome Lontra, possuidor de imaginação fertilíssima, autor de todos os planos que exigissem audácia e sagacidade.

O herói tem, todavia, os seus continuadores e, quando a fama do ardiloso rapaz não desaparecera de todos no colégio da Praia Vermelha, surgiu um novo com as qualidades inventivas mais apuradas.

Era o sucessor do Lontra. Tantas ele fez que um velho professor não se conteve e disse-lhe um dia em plena aula: Você, meu amiguinho, passou a perna ao outro: é mais que Lontra; é Bilontra.

A sala riu muito e, porque gostou do termo, propagou-o; dentro em pouco ele não pertencia só aos âmbitos da Escola; circulava em todo Botafogo, na cidade inteira, aplicável a quantos se recomendassem por grandes feitos de esperteza.

João Ribeiro (Frases feitas, II, 267), concordando com a origem indicada por Lafayette Silva, diz que pertence ao caló e argot de várias línguas românicas (belitre).

Versão um pouco diferente da de Lafayette Silva e João Ribeiro aparece numa carta mandada à redação do “Diário da Noite” quando em 1929 a citada folha fez um inquérito a respeito do Dicionário da Academia.

O signatário desta carta, Sr. Eneias da Silva, deu como origem o mesmo sobrenome Lontra, de uma família de S. Cristóvão, mas o ambiente em que surgiu o vocábulo é outro. Conta ele que uma noite, na antiga “Maison Moderne”, no antigo largo do Rossio, hoje praça Tiradentes (onde atualmente se ergue o edifício Pascoal Segreto), havendo-se excedido em libações o cadete Lontra, um oficial do Exército, ali presente, teria exclamado: Piramidal, cadete Lontra. Você não é Lontra, de hoje em diante, e para sempre, você é Bilontra. A partir dessa data foi criada a palavra, aproveitada depois por Artur Azevedo.

Note-se que a “Maison Moderne” era um centro de vida noturna no qual depois dos espetáculos, a gente de teatro ia fazer suas ceiatas.

Um leitor de Lindolfo Gomes, em carta transcrita por este filólogo, em artigo publicado no “Minas Gerais” de 20 de Novembro de 1929, informa Coelho Neto era de opinião que a palavra havia mesmo nascido na “Maison Moderne”, onde Artur a teria recolhido. Dizia ainda o missivista que o referido tipo de rua de que fala Carlos de Laet, quando alguém o apodava de Urso, respondia: E você é um vil lontra! Daí, concluía ela, trocando-se o por b, bil lontra, bilontra.

Como se vê, as versões se contradizem, mas algumas concordam em certos pontos.

Parecem certos: a data (1885) e o personagem (cadete Lontra).

O ambiente é que varia (Escola Militar e “Maison Moderne”), parecendo mais certo o da Escola.

O fundo histórico da opinião de Laet é mais fraco do que o das opiniões de Lafayette Silva e João Ribeiro.

Propagando-se da Escola ao bairro, do bairro à cidade, o vocábulo chegou naturalmente à “Maison Moderne”, sem de lá ter surgido.

A hipótese de vil lontra, impossível porque na fala carioca não se troca o v por b geralmente, é ainda menos aceitável do que o emprego do prefixo bis, aventado por Laet.

Para completa elucidação do assunto valia a pena indagar no Arquivo do Ministério da Guerra se dos livros de matrícula na Escola Militar da Praia Vermelha consta o nome do cadete e quanto tempo ele permaneceu na Escola.

Identificava-se assim com mais rigor o nome do autor e a época em que os fatos se teriam dado. (Nascentes, 1955, p. 100-102)

O estudo etimológico e lexicográfico do item *boitatá* atravessa um conjunto de conhecimentos sedimentados sobre as línguas indígenas brasileiras, o aportuguesamento de formas da família linguística tupi-guarani, a contribuição das línguas gerais na incorporação do léxico nativo, problemas relativos à etimologia popular, o uso de variantes dialetais para a identificação de étimos e a importância de uma revisão crítica de trabalhos, no sentido de esclarecer imprecisões e corrigir falhas filológicas, por conta da influência exercida na transmissão do conhecimento linguístico do passado:

[...] Significa “fogo fátuo”. Abonado pela primeira vez em Anchieta (carta de 1560), que interpretou como o tupi *mba’e*, coisa, e *ta’ta*, fogo, coisa de fogo.

Confirma isto na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, pg. 9, e numa carta constante dos *Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro*, vol I., 304, onde define: Boitatá quer dizer *res ignis*, o que é o mesmo que dissesse o que é todo fogo.

Em 1799, aparece a forma boitatá no trabalho intitulado *Joseph de Anchieta Epistola, quam plurimarum rerum naturalium quae S. Vicentii (nunc. S. Paulo) Provinciam incolunt sistens descriptionem*, publicado em Lisboa pelo conselheiro

Lara de Ordonhez. Sente-se a influencia do port. *boi*, a menos que seja um erro tipográfico.

Couto de Magalhães (*O Selvagem*, 138) criou um étimo para boitatá.

“Mboitatá é o gênio que protege os campos contra aqueles que os incendiam; com a palavra o diz, *mboitatá* é: cobra de fogo; as tradições figuram-no como uma pequena serpente de fogo que de ordinário reside n’água”.

José Veríssimo (*Estudos brasileiros*, 59) aceitou este étimo.

Logo ele se vulgarizou (Brás Rubim, Beaurepaire Rohan), atenta a maior voga do tupi *mboy* e a pequena do tupi *mba’e*.

Artur Neiva, *Estudos*, 260, julga fantasiosa a informação de Couto de Magalhães.

E não seria a primeira deste gênero. Haja vista o vocábulo *Pindorama*, que teve larga aceitação. A prova é que *baetatá* vive até hoje na ilha dos Frades, na do Bom Jesus e arredores. A prova é que todas as variantes se apoiam em *baetatá* e não em *boitatá*: *beatatá*, *baitatá*, *batatão*, *batatal*.

Baetatá se acha em Manuel Bernardes, *Nova floresta*, I, 478.

Macedo Soares (*Dicionario da lingua brasileira*), citando o étimo de Anchieta, põe em duvida o de Couto de Magalhães.

Diz que “cobra de fogo” é contra a sintaxe do tupi, que segue o genitivo saxonio. Deve ser “fogo de cobra”, isto é, do feitio de uma cobra.

Explica o *o* fechado por intercorrência de *boi*.

Nos *Estudos Lexicográficos*, 72, se refere a uma lenda de um *boi tatá*, *boi* que corre lançando chamas pelas ventas. Diz que ela provém de o nosso povo aportuguesar em *boi* a palavra guarani *mboi*, cobra. Não seria este o primeiro caso de mitologia formada pela corrupção fonética. Manda ver Max Muller *Nouvelles leçons de la science du langage*, I, 12.

Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, referindo-se ao gênio boitatá, de Couto de Magalhães, parece aceitar o étimo de Anchieta.

Amadeu Amaral (*Dialeto caipira*), um pouco cético, diz que, tanto morfológicamente como pela analogia da imagem com o objeto, parece que acertam os que apontam *boitatá*, assim como os que apontam boitatá. Acrescenta ele: “Parece, porque enfim, a lingua geral dá para tudo...”

João Ribeiro, *A lingua nacional*, 44, aceitando no texto o étimo *mboitatá*, em nota diz que o étimo de Anchieta parece justificar-se com a forma *biatatá*, mais especial da Baía.

Observe-se que nas vizinhanças do rio Pilcomayo ha uma vibora avermelhada que se chama *mboi-tatá* (Segovia), que nada terá com o fenômeno de que se trata.

Do que tudo se conclui ficar de pé o étimo de Anchieta, o primeiro, o que está de acordo com a forma primitiva do vocábulo. (Nascentes, 1955, p. 102-103)

Por fim, *bonde* é o último brasileirismo analisado no artigo. As considerações tecidas por Nascentes apontam para o resultado de um processo de acomodação de um vocábulo de língua inglesa aos padrões do português com atribuição de um novo sentido, situando como nova problemática, sob o rótulo de brasileirismos, as importações lexicais de línguas não envolvidas no processo de constituição histórica do português do Brasil. Procede o autor a uma recensão crítica de conhecimentos sócio-históricos sobre a implantação do meio de transporte em paralelo às questões linguísticas propriamente ditas.

[...] É o nome que se dá no Brasil ao veículo urbano estabelecido pela primeira vez em Nova York, em 1842, conhecido em Portugal pelo nome de *carro americano*, *americano*, e hoje elétrico.

Embora no Rio de Janeiro tivesse havido em 1859 um destes carros, da cidade à Boa Vista, o nome só apareceu depois que a *Botanical Garden Railroad Co.* criou os seus serviços em 1868.

A passagem custava 200 réis.

Naquele tempo não havia ainda moedas de níquel, de modo que os passageiros tinham de munir-se de moedas de cobre de 40 réis, cujo peso desafiava a resistência dos bolsos.

A Companhia, que era americana, emitiu então cupons para passagens, em grupos de cinco, por conseguinte no valor de 1.000 réis, de que havia abundantes notas.

Os cupons foram impressos na América do Norte, onde eram conhecidos sob o nome de *bonds*. A própria Companhia assim os designava.

Daí nasceu no espírito público a associação do nome do cupom com o do veículo (Nicolau J. B. Olivieri, antigo publicado na revista *Light* de Novembro de 1934, apud C. J. Dunlop, *Apontamentos para a história dos bondes*).

Versões um pouco diferentes encontram-se em obras de especialistas sobre a história da cidade do Rio de Janeiro.

Vale Cabral, *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, 29, informa: A denominação de *bonde* proveio do aparecimento simultâneo dos *bonds* do empréstimo nacional emitido no ministério do visconde de Itaboraí, por Decreto de 5 de Agosto de 1868, e dos bilhetes que se vendiam então aos passageiros dos carros de tração animada da Companhia *Botanical Garden*, e que giravam no pequeno comércio como moeda corrente para qualquer pagamento.

Noronha Santos, *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, I, 251, por sua vez informa: Coincidiu essa inauguração (a da linha da *Botanical* entre a rua Gonçalves Dias e o largo do Machado) com a venda de títulos de empréstimo de 40.000 contos, de 5 de Agosto daquele ano (o de 1868), contraído pelo ministro da Fazenda, visconde de Itaboraí. Nos primeiros tempos da exploração dessa linha de carris, a passagem de 200 réis (igual à das gôndolas e metade da dos ônibus) era satisfeita em bilhetes daquele empréstimo e denominados *bonds*, que se vendiam em grupos de cinco, nunca menos, no escritório da Companhia, num canto da Padaria Pascoal, à rua do Ouvidor. Figurava naqueles bilhetes, gravado a carimbo, o desenho de um carro fechado que, então, se usava. Os lexicógrafos Beaurepaire Rohan e Macedo Soares concordaram com Vale Cabral.

As três versões concordam em alguns pontos, mas a verdadeira parece ser a primeira.

O vocábulo vem de inglês *bond*, nome que nos Estados Unidos se dá a títulos emitidos por companhias e pelos quais se firma um compromisso de contrair certas obrigações ou mesmo pagar uma importância qualquer. (Nascentes, 1955, p. 103-104)

Em pesquisa ao dicionário de brasileirismos de Garcia (1913), *bandeira* encontra-se dicionarizada com três acepções diferentes à proposta por Nascentes: “inflorescência da cana”, “parte terminal do estirpe da planta” e “falsa promessa” (p. 690). Ademais, *bilontra*, *boitató*, *bonde*, *calundu*, *capoeira* e *caruru* não estão registrados.

Observa-se que Nascentes (1955, 1956) atualizou em suas publicações questões pertinentes aos brasileirismos: primeiramente, não só o reconhecimento de palavras portuguesas com mudança de sentido em relação ao léxico do português europeu, como também a percepção de inovações lexicais que surgem do próprio português do Brasil que encontram lastro numa larga produção bibliográfica; o destaque à etimologia popular, ainda que imprecisa e dependente de um recenseamento filológico, como uma fonte de investigação etimológica e de acepções de vocábulos; a evidência de uma herança africana e de uma herança linguística autóctone, sobretudo da família tupi, no português do Brasil; a denúncia de possibilidade de determinados padrões linguísticos do português serem análogos aos de línguas indígenas e de línguas africanas, favorecendo a identificação de falsos lusitanismos e

a criação de etimologias defeituosas em relação às línguas africanas e às línguas indígenas; e, talvez, o mais importante, a importância da construção e da transmissão de um conhecimento linguístico seguro e assentado em bases filológicas.

Em conclusão, considerando que Antenor Nascentes faleceu em 6 de setembro de 1972 e a publicação do último relatório ocorreu em maio de 1972, pelas oficinas da Gráfica Olímpica, ratificando a continuidade dos trabalhos, especula-se que essa atividade de pesquisa tenha se desenvolvido entre as décadas de 1950 e 1960, ganhando alguma direção que não se pode caracterizar nesta tese pela ausência de documentação que permita uma reconstrução mais precisa.

6.1.2 O curso de Dialectologia e a exposição de Geografia Linguística (1954)

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1969), no artigo *Os estudos de português no Brasil*, trabalho no qual o linguista desenvolve uma exposição crítica de investigações em torno da língua portuguesa, Antenor Nascentes — enquanto membro da Comissão de Filologia e responsável por presidir os estudos para a construção de um atlas linguístico — teria sido o responsável por um convite ao notório Sever Pop para que fossem ministradas conferências sobre Geografia Linguística no âmbito da Casa de Rui Barbosa, no sentido de oferecer referencial metodológico à urgente “cruzada dialetológica brasileira”:

Os estudos dialetológicos, no período presente, têm, como aspecto fundamental, a consideração da importância da metodologia da Geografia Linguística e a convicção da urgência e da necessidade de aplicá-la nas pesquisas regionais do português do Brasil. ANTENOR NASCENTES e SERAFIM DA SILVA NETO insistiram com ardor nessa tecla e procuraram traçar planos para a sua execução. A questão foi ventilada no Congresso dialetológico, de Porto Alegre, já referido. **A Casa de Rui Barbosa, através do seu Centro de Pesquisas, encarregou a ANTENOR NASCENTES estudos para um Atlas Lingüístico do Brasil e, por sugestão desse scholar, convidou o conhecido dialetólogo SEVER POP a vir da Bélgica dar uma série de conferências sobre a Geografia Linguística do Rio de Janeiro.** (Câmara Jr., 1969, p. 43, grifos nossos)

Sever Pop, o referido conferencista, era autor dos primeiros volumes do *Atlasul lingvistic Rom I* (1939, 1942), sob o discipulado de Sextil Puscariu, e da monumental obra *Dialectologie: aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques* (1950). À época, tratava-se de um dos grandes representantes da Linguística Românica que atuava desde 1948 como professor visitante na Universidade Católica de Lovaina.

Dentre seus méritos nessa instituição, estava o sucesso na criação de um Centro Internacional de Dialectologia Geral, em dezembro de 1951, aos auspícios do reitor Honoré Van Waeyenbergh, assim como o desenvolvimento de um boletim internacional, o *Orbis*³⁵,

³⁵ Os primeiros números de publicação remontam a julho e novembro de 1952 e, conforme os dados dos primeiros volumes da revista *Orbis*, obtidos pela relação de colaboradores e lista de adesão, havia cerca de 229

publicado com verba do governo belga e da Fundação Universitária da Bélgica, com o objetivo de promover um regime de colaboração entre centros de pesquisa e investigadores para que fosse possível construir uma metodologia uniforme nos estudos dialetais e aplicável a uma escala global. Se a instituição dialetológica se fundava como “un centre commun à tous ceux qui s'intéressent à l'étude du langage humain, et spécialement des parlers populaires³⁶” (Pop, 1952, p. 8), por outro lado, o periódico visava difundir “la connaissance approfondie de tout ce qui se passe dans d'autres domaines linguistiques voisins ou plus éloignés³⁷”.

A invitation de Nascentes ao mestre romeno teve êxito, mas sob circunstâncias e propósitos diferenciados. Pop não viria diretamente da Bélgica como mencionado no relato de Câmara Jr., mas dos Estados Unidos da América, após o término de uma exposição de Dialetologia e Geografia Linguística que estava programada pela parceria da Universidade de Lovaina e do Centro Internacional de Dialetologia Geral com o Instituto de Linguística da Universidade de Michigan, em Ann Arbor³⁸, durante as férias universitárias.

Na seção *Crônica do centro*, do periódico *Orbis*, o dialetólogo relata suas atividades no período de julho a setembro de 1954:

Nous avons organisé, pendant les vacances, deux expositions: la première à l'Institut de Linguistique de l'Université de Michigan, la seconde à la Casa de Rui Barbosa de Rio de Janeiro (Brésil)³⁹. (Pop, 1954, t. 3, n. 2, p. 601)

No que concerne a detalhes do planejamento da mostra nos dois países, identificou-se uma carta circular datada em 1º de julho de 1954 para membros associados ao centro dialetológico belga, informando a expectativa de uma pequena exposição durante as férias de verão da Universidade de Michigan entre os meses de julho e agosto e, em sequência, mencionando a intenção de estender essas atividades à Casa de Rui Barbosa, no Rio de

correspondentes de 63 instituições em 38 países, de modo que o periódico consistia numa grande vitrine de conhecimentos e práticas em Geografia Linguística em cenário internacional, propiciando a discussão de problemas científicos, sobretudo pertinentes àquilo que se desejava construir no Brasil. Dentre esses correspondentes, figuravam como colaboradores iniciais cinco brasileiros: Antenor Nascentes (Universidade do Rio de Janeiro), Luís Amador Sanchez (Universidade de São Paulo), Serafim da Silva Neto (Universidade do Rio de Janeiro), Silveira Bueno (Universidade de São Paulo) e Giulio Leoni (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Do cenário intelectual brasileiro, nos primeiros anos de existência do *Orbis*, Nascentes já projetava para o cenário internacional, na seção *Crônicas dialetológicas*, o artigo *Estudos dialetológicos no Brasil* (1952, 1953), junto a Silva Neto com *O português no Novo Mundo* (1953).

³⁶ [...] um centro comum a todos que se interessem pelo estudo da linguagem humana, e especialmente dos falares populares [...]. (Pop, 1952, p. 8, tradução nossa)

³⁷ [...] o conhecimento aprofundado de tudo que se passa em domínios linguísticos vizinhos ou mais distantes. (Pop, 1952, p. 8, tradução nossa)

³⁸ Considerando as lacunas informacionais acerca do evento no Brasil e o direcionamento informativo das fontes para uma replicação de atividades, acreditou-se que uma sumarização do que ocorreu nos Estados Unidos constitui uma via de entendimento sobre o que minimamente foi levado à Casa de Rui Barbosa, reverberando em conhecimentos e práticas na realidade científica brasileira.

³⁹ Organizamos, durante as férias, duas exposições: a primeira no Instituto de Linguística da Universidade de Michigan e a segunda na Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro (Brasil) (Pop, 1954, t. 3, n. 2, p. 601, tradução nossa).

Janeiro, solicitando contribuições de trabalhos representativos de seus domínios de atuação para que os materiais fossem expostos nos dois eventos. Dessa forma, planejava-se um curso e uma exposição de Dialectologia e Geografia Linguística no Brasil.

Ann Arbor, Michigan

624, Church Street

le 1^o juillet 1954.

J'organise à la fin des cours d'été de l'Université de Michigan (du 26 juillet au 5 août), grâce à la collaboration de l'Institut de Linguistique, dirigé par notre collègue J. K. Yamagiwa, et de la Bibliothèque de l'Université, dirigée par M. Fr. Wagman, une petite exposition de travaux de dialectologie et linguistique, choisis parmi les plus importants.

La Bibliothèque de l'Université désire, à cette occasion, compléter la section de linguistique, par l'achat des travaux dont elle aura besoin.

Je me permets de vous prier, Monsieur et cher Collègue, de bien vouloir accorder votre adhésion à notre entreprise de collaboration internationale, et de nous faire parvenir, si possible, un exemplaire de tous les travaux destinés à l'exposition.

Je suis heureux de vous informer que la plupart de travaux ainsi réunis, seront présentés du 15 août au 15 septembre prochain à Rio de Janeiro, lors de mes cours donnés au Centre de Dialectologie brésilienne, qui inaugure son activité sous la direction de notre collègue Antenor Nascentes.

Veuillez agréer, Monsieur et cher Collègue, avec mes vifs et sincères remerciements, l'expression de mes sentiments très distingués et cordiaux.

Sever Pop⁴⁰.

(Pop, 1954, t. 3, n. 2, p. 602)

A Exposição da Universidade do Michigan, em Ann Arbor, apresentou ao público norte-americano atlas linguísticos europeus, monografias recentes em Geografia Linguística e Dialectologia e obras diversas. A exibição recebeu apoio do Instituto de Linguística, sob a diretoria de Joseph K. Yamagiwa, e da Sociedade de Linguística da América, para além da ajuda da Biblioteca Geral da Universidade, da Escola de Pós-Graduação Horace H. Rackham e do Museu de Belas-Artes de Ann Arbor para a sua realização. Conforme os relatórios, o evento ocorreu de 26 de julho a 6 de agosto de 1954:

The idea and the organization of the whole exhibition, which is the first one of this kind in the world, comes from Dr. Sever Pop, Professor at the Catholic University of Louvain (Belgium); author and editor of two linguistic atlases of Rumania; ex-director of the Rumanian Academy in Rome; author of Dialectology, and imposing fundamental work in two volumes; and editor of Orbis, International Bulletin of Linguistic Documentation, an organ of the International Center of

⁴⁰ Ann Arbor, Michigan 624, Rua da Igreja 1^o de julho de 1954. Estou organizando, no final dos cursos de verão da Universidade de Michigan (de 26 de julho a 5 de agosto), em colaboração com o Instituto de Linguística, dirigido pelo nosso colega J. K. Yamagiwa, e a Biblioteca da Universidade, sob a direção do Sr. Fr. Wagman, uma pequena exposição de trabalhos de Dialectologia e Linguística, selecionados entre os mais importantes. A Biblioteca da Universidade deseja, nesta ocasião, complementar a seção de Linguística, adquirindo os trabalhos de que necessita. Permito-me pedir-lhe, Senhor e estimado colega, que, por favor, concorde em participar do nosso empreendimento de colaboração internacional e, se possível, nos envie um exemplar de todos os trabalhos destinados à exposição. Tenho o prazer de informar que a maioria dos trabalhos assim reunidos será apresentada de 15 de agosto a 15 de setembro próximo no Rio de Janeiro, durante os meus cursos ministrados no Centro de Dialectologia brasileiro, que inicia suas atividades sob a direção do nosso colega Antenor Nascentes. Aceite, Senhor e estimado colega, com os meus agradecimentos sinceros e calorosos, a expressão dos meus sentimentos muito distinguidos e cordiais. Sever Pop. (Pop, 1954, t. 3, n. 2, p. 602, tradução nossa)

General Dialectology, of which Professor Pop is the founder⁴¹. (Honsa, 1954, t. 3, n. 2, p. 605)

The exhibition is installed in the big exhibition room on the mezzanine floor of the Rackham School of Graduate Studies. When entering the exhibition room, the first thing one sees is an enlarged outline map of the world done in relief and illuminated with spotlights. On the map is Ann Arbor to which ribbons lead from the various countries represented by scholars, members of the International Center of Dialectology, participating in this exhibition. There are 36 countries: U.S.A., Canada, Mexico, Colombia, Peru, Chile, Brazil, Argentina, Uruguay, Iceland, Eire, Scotland, England, Norway, Sweden, Finland, Holland, Belgium, Germany, France, Switzerland, Austria, Czechoslovakia, Poland, Yugoslavia, Greece, Italy, Spain, Portugal, Morocco, Egypt, Congo, South Africa, Iran, Cambodia and Japan⁴². (Honsa, 1954, t. 3, n. 2, p. 605-606)

Em termos de organização e conteúdo da exposição, foram estabelecidas 23 alas distintas por tipos de documentação linguística e especialistas responsáveis (Honsa, 1954, t. 3, n. 2, p. 608):

1. *Atlas linguísticos dos Estados Unidos*, dirigida pelo Professor Hans Kurath e preparada por Juanita V. Williamson, espaço no qual foram apresentados o Atlas da Nova Inglaterra (1939-1943), trabalho dialetal dotado de 734 cartas linguísticas, e os planos para um futuro Atlas dos Estados Unidos e do Canadá.
2. *Atlas Linguístico da Inglaterra*, aos cuidados do Professor Harold Orton, da Universidade de Leeds (Inglaterra), com intuito de apresentar os planos de trabalho para um futuro atlas.
3. *Dialetologia e Geografia Linguística no Japão*, apresentada pelo Professor Joseph K. Yamagiwa, catedrático de estudos orientais.
4. *Departamento de Línguas Românicas*, aos cuidados do Professor Charles N. Staubach, catedrático de Línguas Românicas, com uma amostra de publicações de membros e mapeamento organizacional do departamento.

⁴¹ A ideia e a organização de toda a exposição, que é a primeira deste tipo no mundo, vêm do Dr. Sever Pop, Professor na Universidade Católica de Louvain (Bélgica); autor e editor de dois atlas linguísticos da Romênia; ex-diretor da Academia Romena em Roma; autor de *A Dialectologia*, uma obra fundamental e imponente em dois volumes; e editor de *Orbis*, Boletim Internacional de Documentação Linguística, um órgão do Centro Internacional de Dialectologia Geral, do qual o Professor Pop é o fundador. (Honsa, 1954, t. 3, n. 2, p. 605, tradução nossa)

⁴² A exposição está instalada na grande sala de exposições no mezanino da Escola de Pós-Graduação Rackham. Ao entrar na sala da exposição, a primeira coisa que se vê é um mapa-múndi ampliado em relevo e iluminado por holofotes. No mapa está Ann Arbor, para a qual fitas conduzem dos vários países representados por estudiosos, membros do Centro Internacional de Dialectologia, que participam desta exposição. São 36 países: EUA, Canadá, México, Colômbia, Peru, Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Islândia, Irlanda, Escócia, Inglaterra, Noruega, Suécia, Finlândia, Holanda, Bélgica, Alemanha, França, Suíça, Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia, Grécia, Itália, Espanha, Portugal, Marrocos, Egito, Congo, África do Sul, Irã, Camboja e Japão. (Honsa, 1954, t. 3, n. 2, p. 605-606, tradução nossa)

5. *Monografias em Linguística Hispânica*, dirigida pelo Professor Lawrence B. Kiddle, que dispôs um conjunto de 26 trabalhos que estudam linguisticamente a Espanha e a América Espanhola, para além da área geográfica do judeo-espanhol.
6. *Periódicos de Linguística Românica*, uma amostra organizada por Charles W. Kreidler com 59 jornais.
7. *Monografias Linguísticas*, uma seção preparada pelo Professor Vladimír Honsa com uma seleção de trabalhos importantes em Dialectologia e Geografia Linguística entre os anos de 1840 a 1918.
8. *Estudos dialetais germânicos*, ala organizada por Joan Chatelin, apresentando pesquisas publicadas entre 1821 e 1954.
9. *Bibliografias de Filologia Românica*, elaborada por Elizabeth M. Ross.
10. Atlas linguísticos publicados, seção reservada a uma amostra de 37 atlas linguísticos situados entre os anos de 1880 a 1954, sob a curadoria de William Hart.
11. *Monografias célticas*, reservada a estudos dialetais do irlandês, gaélico, galês e bretão, aos cuidados de Ann Shannon.
12. *Dicionários dialetais germânicos*, organizada por Carol J. Kardos.
13. *Bilinguismo*, área de exposição de trabalhos sobre crianças e adultos bilíngues nos Estados Unidos, América do Sul, França, Balcãs e países célticos apresentada por Goldie Piroch.
14. *Toponímia romena*, organizada por Eugene Lozovan.
15. *Seleção de trabalhos em Linguística Romena*, aos cuidados de John M. Salsa.
16. *Contribuições americanas à Linguística Românica*, acervo de trabalhos relevantes em romanística entre 1905 a 1953 selecionados por Gaylord Todd.
17. *Ensino de língua*, seção reservada à apresentação do Jornal de Linguística Aplicada do Instituto de Língua Inglesa da Universidade do Michigan.
18. *Mapa da Europa*, uma amostra em Geografia Linguística sobre as designações para “pão” para observação de famílias linguísticas e línguas isoladas sob a diferenciação lexical, aos cuidados de Martha White.
19. *Dialectologia eslávica*, conjunto de pesquisas e indicação de áreas de estudo relativas às línguas eslavas faladas na Europa, organizado por Herman James e Edward Erasmus.
20. *Obras góticas importantes*, exibição de manuscritos góticos e 15 livros considerados relevantes para o estudo da língua goda, por James Marchand.

21. *Centros de Linguística nos Estados Unidos*, uma seção que exibe um mapa elaborado por Robert B. Glenn que assinala a localização dos mais importantes centros de estudo do país.
22. *Publicações recentes*, parte reservada às submissões de trabalhos solicitadas por Pop na carta circular de 1º de julho de 1954, cuja lista de colaboradores se apresenta no Quadro 5, com grifos nossos aos colaboradores brasileiros:

Quadro 5 – Lista alfabética de colaboradores da exposição de Sever Pop

A: Gunnar Ahlborn, Manuel Alvar, Joseph Aquilina;

B: Jean Babin, Antoine Badía, Z. Barbu, André Basset, Walter Belardi, Richard Beym, Tomas Bhaldraite, Edgard Blancquaert, Rudolf Bohne, Manuel de Paiva Boléo, Julian Bonfante, Horatiu Borza, Karl G. Bottke, Charles Bouda, Ristead B. Breatnach, Robert Bruch, Ricardo Pedro Bruera, Clovis Brunel, Victor Buescu, Octavian Buhocius, V. van Bulck;

C: Jean Cantineau, Daniel N. Cárdenas, Albert Carnoy, F. G. Cassidy, Enrico Cerulli, Petre Ciureanu, Joseph Cochez, Maria Rosa Codina, Abel Coetzee, Fr. van Coetsem, Marcel Cohen, Germán Colón, *Consejo de investigaciones científicas de Madrid*.

D: Karl-Hampus Dahlstedt, Albert Dauzat, Mirko Deanovic, Albert Debrunner, Gerhard Deeters, T. Deschamps, Eugen Dieth, Myles Dillon, Henri Draye, François Dumas, Mlle. Marguerite Durand;

E: William Dennis Elcock, Manne Eriksson;

F: Fr. Falc'hun, Ziyaeddin Fahri Findkoglu, Luís Florez, Benigno Ferrario, Mme. Tatiana Fotitch, Ernst Fraenkel, Henri Frei;

G: Lionel Galand, Manuel García Blanco, Mgr Pierre Gardette, Elio Ghirlanda, Wilhelm Giese, Jan J. Gonda, Ignazio González-Llubera, Carl Theodoro Gossen, Georges Gougenheim, Mg Antoine Grieria, Ludovic Grootaers, Willem A. Grootaers, Pierre Grould, Petar Guberina, Gabriel Guillaume, Ion Gutia;

H: Ernst J. Haden, Mme Mathilde Hain, Goran Hammarstrom, Albert Henry, Bengt Hasselrot, Kyriacos P. Hatzioannou, José Gonçalo Herculano de Carvalho, Ni. I. Herescu, Klaus Hirt, Vladimír Honsa, Rudolf Hotzenkocherle, Johannes Hubschmid;

I: J. Imbs, Institut de phonétique de l'Université de Strasbourg, Institut Universitaire Roumain Charles I;

J: Omer Jodogne, Alexander Johannesson;

K: Henry R. Kahane, Lawrence B. Kiddle, Rudolf Kolaric, Heinz Kroll, Fritz Kruger, Hans Kurath;

L: Michel Lejeune, Manu Leumann, Ettore Li Gotti, Natan Lindqvist, Eugen Lozovan, R. Lucot, Helmut Ludtke;

M: Maison d'Édition "De Sikkel", Maison d'Édition "Duculot", Maison d'Édition "Elwert", Maison d'Édition "Francke", Maison d'Édition "Klincksieck", Maison d'Édition "Spectrum", Maison d'Édition "Carl Winter", Yakov Malkiel, **Rosário Farâni Mansur Guérios**, Mecdut Mansuroglu, Demetrio St. Marin, François Martini, Artur Maurer, Raven I. McDavid Jr., Angus McIntosh, André Mazon, P. J. Meertens, A.E. Meissen, Octave Merlier, Walther Mitzka, Christine Mohrmann, M. A. Gerardo Moldenhauer, Hugo Moser;

N: Grigore Mandris, Octav Mandris, **Antenor Nascentes**, Pierre Nauton, **Serafim Silva Neto**, Minoru Nishio;

O: Brian O'Cuiv, Tamaki Ogawa, T. Onciulescu, Rodolfo Oroz, Harold Orton;

P: Emil Panaitescu, O. Parlangèli, J. L. Paulwels, C. Battista Pellegrini, José Pérez Vidal, Phogramm-Archiv de Zurich, Giorgio Piccitto, Joseph M. Piel, **Oswaldo Pinheiro dos Reis**, Vittore Pisani, Václav Polák, John Popa-Dileu, I. Popinceanu, Mlle. Anna Potop, Bernard Pottier, Ernst Pulgram;

R: Johannes Rahder, Aurel Rauta, David W. Reed, J. Régulo Pérez, Louis Remacle, “Revue de Linguistique Romane”, Adolf Ribí, K. Roelandts, “Romanica Gadensia”, Charles Rostaign, J. B. Rudnycky, Ernst Ruegger, R. M. Ruggieri;

S: Andrus Saareste, M. Sanchez Guarnier, Giuseppe Scarpato, Joseph Schacht, Andrea Schorta, Friedrich Schurr, “Schweizerische Idiotikon”, Jean Séguy, Jury Serech (Shevelov), Giandomenico Serra, Paul L. M. Serruys, M. Sigg, Stanko Skerlj, Petar Skok, Alf Sommerfelt, Charles N. Staubach, Walter Stehli, Arnald Steiger, Georges Straka, Dag tromback, Lars-Owe E. Svenson;

T: Walter Till, Nicolas Timiras, Gaylor H. Todd, Misao Tôjô, Victor Tourneur, Karl Treimer;

U: Stephen Ullmann, J. Urech;

V: Veikko Vaananen, André Vaillant, B. E. Vidos;

W: Walther von Wartburg, Joshua Whatmough, Stanislaw Wedkiewicz, H. Jos. van de Wijer, A. J. van de Windekens;

Z: B. Zaborski, R. W. Zandvoort.

Fonte: Pop (1954, t. 3, n. 2, p. 602-604, grifo nosso)

23. Publicações do Centro Internacional de Dialectologia Geral de Lovaina.

Para atrair visitantes e o interesse da comunidade científica local, a mostra ganhou cobertura de um jornal estudantil denominado *The Michigan Daily*, no qual foram encontradas 9 notas informativas. Através do veículo, descobriu-se, inclusive, em conjunto com a carta circular datada em 1º de julho, que, previamente à exposição, Sever Pop estava em solo norte-americano, como conferencista do Instituto de Linguística para tratar do desenvolvimento de seu programa de investigação e das atividades que vinha desenvolvendo no centro dialetológico de Lovaina.

A relação cronológica dos textos jornalísticos é apresentada no Quadro 6 com traduções dos artigos de língua inglesa para o português.

Quadro 6 – Relação cronológica de textos sobre Dialectologia e a exposição de Sever Pop na Universidade de Michigan, segundo o jornal The Michigan Daily

Data	Nota informativa do jornal	Tradução nossa
09/07/1954	Linguistic Talks Slated The three remaining linguistic lectures will be presented next week under auspices of the Linguistics Institute. Tuesday "The Program and Activities of the International Center of General Dialectology" will be discussed in French by Sever Pop, Catholic University of Louvain, Belgium. He will speak at 7:30 p.m. in the Rackham Assembly Hall. "Sound Laws and Exceptions" will be discussed Wednesday at 1 p.m. in the Michigan League by Prof. Ernst Pulgram of the romance languages. Next Thursday at 3:30 in the Rackham Amphitheater, Roger W. Brown, Harvard University professor of social psychology, will speak on "A Study in Language and Cognition."	Palestras em Linguística agendadas As três palestras linguísticas restantes serão apresentadas na próxima semana aos auspícios do Instituto de Linguística. Na terça-feira, a palestra "O programa e as atividades do Centro Internacional de Dialectologia Geral" será discutida em francês por Sever Pop, Universidade Católica de Lovaina, Bélgica. Ele falará às 19h30 no Auditório Rackham. A palestra "Leis sonoras e Exceções" será discutida na quarta-feira, às 13h, na Liga do Michigan, pelo Prof. Ernst Pullgram de Línguas Românicas. Na próxima quinta-feira, às 7h30, no Anfiteatro Rackham, Roger W. Brown, professor de psicologia social da Universidade de Harvard, falará sobre "Um estudo em linguagem e cognição".
27/07/1954	'U' Displays Atlases Friday Linguistic atlases, monographs and research journals will be on display at the University of Michigan through Friday in an "Exhibition of Recent Publications and of Work in Progress in Linguistic Geography and Dialectology." Presented in Room 3015, Rackham Building, the display is sponsored by the International Center of General Dialectology of the Catholic University of Louvain, Belgium, the Linguistic Society of America and the U-M Linguistic Institute. The exhibit includes linguistic atlases of various European countries, recent monographs on linguistic geography and dialectology, journals devoted to research in this branch of linguistics and samples of fields records and maps in manuscript.	'Universidade' exhibe atlas linguísticos na sexta-feira Atlas linguísticos, monografias e periódicos de pesquisa estarão em exibição na Universidade de Michigan até sexta-feira em uma "Exposição de publicações recentes e de trabalhos em andamento em Geografia Linguística e Dialectologia". Apresentada na Sala 3015, do Edifício Rackham, a exibição é patrocinada pelo Centro Internacional de Dialectologia Geral da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, pela Sociedade Linguística da América e pelo Instituto de Linguística da Universidade de Michigan. A exposição inclui atlas linguísticos de vários países europeus, monografias recentes sobre Geografia Linguística e Dialectologia, revistas dedicadas à pesquisa neste ramo da Linguística e amostras de registros de campo e mapas manuscritos.

30/07/1954	Exhibitions Clements Library. Women and Woman in Early America. General Library. Women as Authors. Kelsey Museum of Archaeology. Egyptian Antiquities - a loan exhibit from the Metropolitan Museum of Art, New York City. Michigan Historical Collections. The University in 1904. Exhibition of Recent Publication and of work in progress in linguistic geography and dialectology. 2-5 p.m. July 28 - August 56, 1954. Sat. 10-12. Rackham Building.	Exibições Biblioteca Clements. Mulheres e mulher no Período Colonial. Biblioteca Geral. Mulheres como autores. Museu Kelsey de Arqueologia. Antiguidades egípcias - uma exposição emprestada do Museu Metropolitano de Artes da cidade de Nova Iorque. Coleções Históricas do Michigan. A Universidade em 1904. Mostra de publicações recentes e de trabalhos em andamento em Geografia Linguística e Dialectologia. 14h-17h, de 28 de julho a 6 de agosto de 1954. Sáb. 10h-12h, Edifício Rackham, 3015.
03/08/1954	Exhibitions Clements Library, Museum Collections. General Library. Women as Authors. Kelsey Museum of Archaeology, Egyptian Antiquities - a loan exhibit from the Metropolitan Museum of Art, New York City. Michigan Historical Collections. The University in 1904. Museum of Art. Three Women Painters. Exhibition of Recent Publications and of work in progress in linguistic geography and dialectology. 2-5 p.m., July 28 - August 6, 1954. Sat. 10-12, 3015 Rackham Building.	Exibições Biblioteca Clements. Coleções do Museu. Biblioteca Geral. Mulheres como autores. Museu Kelsey de Arqueologia. Antiguidades egípcias - uma exposição emprestada do Museu Metropolitano de Artes da cidade de Nova Iorque. Coleções Históricas do Michigan. A Universidade em 1904. Museu de Artes. Três Pintoras. Mostra de publicações recentes e de trabalhos em andamento em Geografia Linguística e Dialectologia. 14h-17h, de 28 de julho a 6 de agosto de 1954. Sáb. 10h-12h, Edifício Rackham, 3015.
04/08/1954	Exhibitions Clements Library, Museum Collections. General Library. Women as Authors. Kelsey Museum of Archaeology, Egyptian Antiquities - a loan exhibit from the Metropolitan Museum of Art, New York City. Michigan Historical Collections. The University in 1904. Museum of Art. Three Women Painters. Exhibition of Recent Publications and of work in progress in linguistic geography and dialectology. 2-5 p.m., July 28 - August 6, 1954. Sat. 10-12, 3015 Rackham Building.	Exibições Biblioteca Clements. Coleções do Museu. Biblioteca Geral. Mulheres como autores. Museu Kelsey de Arqueologia. Antiguidades egípcias - uma exposição emprestada do Museu Metropolitano de Artes da cidade de Nova Iorque. Coleções Históricas do Michigan. A Universidade em 1904. Museu de Artes. Três Pintoras. Mostra de publicações recentes e de trabalhos em andamento em Geografia Linguística e Dialectologia. 14h-17h, de 28 de julho a 6 de agosto de 1954. Sáb. 10h-12h, Edifício Rackham, 3015.

05/08/1954	Linguistic Display Shown An exhibition of recent publications and of work in progress in linguistic geography and dialectology is featured this week in Rm 3015 of the Rackham Bldg. Open from 2 to 5 p.m. daily except Saturday, when the hours are from 10 to 12 a.m., the exhibit includes linguistic atlases of various European countries, recent monographs on linguistic geography and dialectology and journals devoted to research in this branch of linguistics. Also included are samples of field records and maps in manuscript. The exhibits are furnished by the University library, and by linguistic scholars of many countries. The exhibit is sponsored by the International Center of general Dialectology, the Linguistics Society of America and the University Linguistics Institute.	Mostra de Linguística Uma exposição de publicações recentes e de trabalhos em andamento em Geografia Linguística e Dialectologia é apresentada esta semana na sala 3015, do Edifício Rackham. Aberta das 14h às 17h diariamente, exceto no sábado, quando o horário é das 10h às 12h, a exposição inclui atlas linguísticos de vários países europeus, monografias recentes sobre Geografia Linguística e Dialectologia e periódicos dedicados à pesquisa neste ramo da Linguística. Também estão incluídas amostras de registros de campo e de mapas manuscritos. As exposições são fornecidas pela biblioteca da Universidade e por estudiosos linguísticos de muitos países. A exposição é patrocinada pelo Centro Internacional de Dialectologia Geral, pela Sociedade Linguística da América e pelo Instituto Universitário de Linguística.
05/08/1954	Exhibitions Clements Library, Museum Collections. General Library. Women as Authors. Kelsey Museum of Archaeology, Egyptian Antiquities - a loan exhibit from the Metropolitan Museum of Art, New York City. Michigan Historical Collections. The University in 1904. Museum of Art. Three Women Painters. Exhibition of Recent Publications and of work in progress in linguistic geography and dialectology. 2-5 p.m., July 28 - August 6, 1954. Sat. 10-12, 3015 Rackham Building.	Exibições Biblioteca Clements. Coleções do Museu. Biblioteca Geral. Mulheres como autores. Museu Kelsey de Arqueologia. Antiguidades egípcias - uma exposição emprestada do Museu Metropolitano de Artes da cidade de Nova Iorque. Coleções Históricas do Michigan. A Universidade em 1904. Museu de Artes. Três Pintoras. Mostra de publicações recentes e de trabalhos em andamento em Geografia Linguística e Dialectologia. 14h-17h, de 28 de julho a 6 de agosto de 1954. Sáb. 10h-12h, Edifício Rackham, 3015.

06/08/1954	Center Presents Unique Exhibitions The first display of its kind in the world, an exhibition of recent publications and of work in progress in linguistic geography and dialectology is being shown at 3015 Rackham Building this week. Thirty-six countries, including such farflung countries as Peru and Cambodia, are represented by the work of their scholars, members of the International Center of Dialectology. The idea and the organization of the exhibition came from Prof. Sever Pop of the Catholic University of Louvain, Belgium and founder of the International Center of Dialectology. This center has 365 members and its main enterprise is an "Encyclopedia of Linguistics". Map of Contributors Installed in the big exhibition room on the mezzanine floor of the Rackham Bldg., the first thing which strikes the eye of an observer is an enlarged outline map of the world done in relief and illuminated with spotlights. On the map is Ann Arbor, to which ribbons lead from the countries represented in the exhibit. Included in the exhibition are graphs on linguistic geography and dialectology, journals devoted to this branch of linguistic research and samples of field records and of maps in manuscript. A number of University faculty members have contributed works to the exhibit. Prof. Hans Kurath of the English department represented by United States Linguistics Atlases which show the atlas of New England and preparatory stages of the future atlas of the United States and Canada. Linguistic geography and dialectology in Japan is presented by Prof. Joseph Yamagiwa, chairman of the Far East department. Prof. Charles N. Staubach, chairman of the Romance language department, presents the various publications of department members, together with a chart showing the departmental organization. Prof. of Spanish Lawrence P. Kiddle presented Spanish linguistic monographs, encompassing Spain, Spanish American and Judeo-Spanish. Most recent publications in the field of dialectology and linguistic geography, as sent by the contributing scholars in the world, are exhibited in the center of the room together with the publications of the International Center of Dialectology.	Centro apresenta exposições únicas A primeira exibição desse tipo de evento no mundo e a exibição de publicações recentes de trabalhos em andamento em Geografia Linguística e Dialectologia estão sendo exibidas na sala 3015, Edifício Rackham, nesta semana. Trinta e seis países, incluindo países tão distantes como Peru e Camboja, são representados pelo trabalho de seus estudiosos, membros do Centro Internacional de Dialectologia. A ideia e a organização da exposição partiram do Prof. Sever Pop da Universidade Católica de Lovaina, Bélgica, e fundador do Centro Internacional de Dialectologia. Este centro tem 365 membros e sua principal iniciativa é uma "Enciclopédia de Linguística". <i>Mapa de Contribuintes</i> Instalado na grande sala de exposições do mezanino do Edifício Rackham, a primeira coisa que chama a atenção do observador é um mapa-múndi ampliado em relevo e iluminado por holofotes. No mapa está Ann Arbor, para onde levam fitas dos países representados na exposição. Incluídos na exposição estão gráficos sobre Geografia Linguística e Dialectologia, revistas dedicadas a este ramo da pesquisa Linguística e amostras de registros de campo e de mapas manuscritos. Vários membros do corpo docente da Universidade contribuíram com trabalhos para a exposição. Prof. Hans Kurath do Departamento de Inglês é representado pela seção de Atlas linguísticos estadunidenses, que mostra o atlas da Nova Inglaterra e estágios preparatórios para o futuro atlas dos Estados Unidos e Canadá. A Geografia Linguística e a Dialectologia no Japão são apresentadas pelo Prof. Joseph Yamagiwa, presidente do departamento de Extremo Oriente. O Prof. Charles N. Staubach, presidente do departamento de Língua Românica, apresenta as várias publicações dos membros do departamento, juntamente com um gráfico mostrando a organização departamental. O professor de espanhol Lawrence P. Kiddle apresentou monografias linguísticas espanholas, abrangendo Espanha, o hispano-americano e o judaico-espanhol. As publicações mais recentes no campo da Dialectologia e da Geografia Linguística, enviadas pelos estudiosos colaboradores do mundo, estão expostas no centro da sala junto com as publicações do Centro Internacional de Dialectologia.

— 06/08/1954	Exhibitions Clements Library, Museum Collections. General Library. Women as Authors. Kelsey Museum of Archaeology, Egyptian Antiquities - a loan exhibit from the Metropolitan Museum of Art, New York City. Michigan Historical Collections. The University in 1904. Museum of Art. Three Women Painters. Exhibition of Recent Publications and of work in progress in linguistic geography and dialectology. 2-5 p.m., July 28 - August 6, 1954. Sat. 10-12, 3015 Rackham Building.	Exibições Biblioteca Clemente. Coleções do Museu. Biblioteca Geral. Mulheres como autores. Museu Kelsey de Arqueologia. Antiguidades egípcias - uma exposição emprestada do Museu Metropolitano de Artes da cidade de Nova Iorque. Coleções Históricas do Michigan. A Universidade em 1904. Museu de Artes. Três Pintoras. Mostra de publicações recentes e de trabalhos em andamento em Geografia Linguística e Dialectologia. 14h-17h, de 28 de julho a 6 de agosto de 1954. Sáb. 10h-12h, Edifício Rackham, 3015.

Fonte: The Michigan Daily (1954).

Não tão diferente do ocorrido em Ann Arbor, a presença de Sever Pop no cenário sociocultural e intelectual do Rio de Janeiro também recebeu cobertura midiática, tendo sido localizadas 11 notas informativas em seis veículos locais em um intervalo de 17 de agosto a 12 de setembro de 1954, a partir dos quais se informam as razões de sua estadia no Brasil e o contexto de atuação na Casa de Rui Barbosa, cronograma e participantes das atividades. No entanto, a prioridade acadêmica sul-americana era o curso de Geografia Linguística, sendo a exposição um elemento secundário organizado ao final das atividades formativas coordenadas pelo dialetólogo romeno.

Exposição de Dialectologia e Geografia Linguística — 1954

Organizada pelos funcionários da Casa de Rui Barbosa, em colaboração e por ocasião do curso do Prof. Sever Pop da Universidade de Louvain realizado na Casa de Rui Barbosa por iniciativa do Centro de Pesquisas. A exposição compunha-se de atlas linguísticos de vários países da Europa, monografias sobre Dialectologia e Geografia Linguística, brasileirismos e dialetos, manuscritos de Rui Barbosa, de grande importância linguística (Real, 1957, p. 52)

[...] 1954 - Agosto/Setembro - Exposição de Dialectologia e Geografia Linguística, por ocasião do curso de Sever Pop (atlas linguísticos de vários países da Europa; monografias sobre Dialectologia e Geografia Linguística, brasileirismos e dialetos; manuscritos de Rui Barbosa de grande importância linguística). (Silva, 1972, p. 30-31).

Se o evento obteve uma reprodução fiel à empreitada norte-americana, no sentido de evidenciar o multilinguismo e as experiências dialetológicas nos mais diferentes campos de investigação, para além da Europa, proporcionando ao público brasileiro com massiva produção na área, basicamente o que se estima é que, da exposição norte-americana, teriam sido transportados três pacotes de livros com um peso total de 166 libras (75,2 kg) ao Brasil

pelo relatório de custos da *Crônica do centro*, cuja significância teria sido o suficiente para uma mostra dotada de diversidade de trabalhos:

Nous avons dépensé, pour l'organisation de cette exposition, les sommes suivantes:
I. Deux cent dix dollars 82 cents pour le transport, de Detroit à Rio de Janeiro, par avion, de trois colis, contenant des livres (poids: 166 livres)⁴³
(Pop, 1954, t. 3, n. 2, p. 615)

De modo a explicitar a sequência de textos jornalísticos publicados sobre o curso e a exposição, o Quadro 7 reúne os informativos em ordem cronológica:

Quadro 7 – Relação cronológica de textos sobre Dialectologia e a exposição de Sever Pop na Casa de Rui Barbosa, segundo jornais cariocas

Data	Nota informativa
17/08/1954	CURSOS Terá início, dia 18, amanhã, às 17,30 horas, na Casa de Rui Barbosa, o Curso de Dialectologia que será ministrado pelo sr. professor Sever Pop, da Universidade de Louvain, na Bélgica, destinada à preparação das equipes que deverão trabalhar no futuro Atlas Linguístico do Brasil. As aulas serão ministradas durante um mês, na Casa de Rui Barbosa, nos dias 18, 24, 31 de agosto, 9 e 14 de setembro, às 17,30 horas e nos dias 21 e 28 de agosto e 4 e 11 de setembro, às 9 horas. (Diário Carioca, 17/08/1954, p. 6)
19/08/1954	NOTICIÁRIO CURSO DE DIALECTOLOGIA NA CASA DE RUI BARBOSA Inaugurou-se ontem na Casa de Rui Barbosa, À Rua São Clemente 134, o Curso de Dialectologia promovido pelo Centro de Pesquisas dessa instituição. O curso será realizado pelo mestre dessa disciplina, professor Sever Pop, da Universidade de Louvain, especialmente convidado pelo Ministério da Educação e Cultura, para tal fim. As pessoas que se hajam matriculado e revelem aproveitamento no curso obterão um atestado de frequência. Dentro do plano traçado pela Casa de Rui Barbosa, as equipes que se constituírem até o final do curso, deverão ser aproveitadas nos trabalhos futuros de elaboração do Atlas Linguístico Brasileiro. O horário dos trabalhos é o seguinte: dia 21 de agosto - 9,00 hs. - Seminário, dia 24 de agosto - 17:30 hs. - Aula Pública, dia 28 de agosto - 9,00 hs. - Seminário, dia 31 de agosto - 17,30 hs. - Aula pública, dia 4 de setembro - 9,00 hs. - Seminário, dia 9 de setembro - 20,30hs. - Seminário, dia 11 de setembro - 9,00 hs. - Seminário, dia 14 de setembro - 17,30 hs. - Encerramento. (Correio da Manhã, 19/08/1954, p. 6)

⁴³ Gastamos, para a organização desta exposição, as seguintes quantias: I. Duzentos e dez dólares e oitenta e dois centavos para o transporte, de Detroit para o Rio de Janeiro, por avião, de três pacotes contendo livros (peso: 166 libras). (Pop, 1954, t. 3, n. 2, p. 615, tradução nossa)

20/08/1954	CURSO DE DIALECTOLOGIA NA CASA DE RUI BARBOSA Inaugurou-se, na Casa de Rui Barbosa, patrocinado pelo Centro de Pesquisas desta instituição, um Curso de Dialectologia. Ministra-o professor Sever Pop, da Universidade de Louvain, na Bélgica, filólogo de renome internacional e autor do “Atlas Linguístico da Rumânia”. O presente Curso destina-se à preparação das equipes que, brevemente, compilaram o “Atlas Linguístico do Brasil”. À aula inaugural compareceram o Sr. Américo Lacombe, diretor da Casa de Rui Barbosa, os professores Antenor Nascentes, Mattoso Câmara, Serafim de Silva Neto e outros representantes dos meios culturais. O curso terá duração de um mês e as aulas seguintes serão ministradas no mesmo local, nos dias 24 e 31 do corrente e 9 e 14 de setembro, às 17,30 horas e nos dias 21 e 23 do corrente e 4 e 11 de setembro, às 9 horas. (A Noite, 20/08/1954, p. 2)
22/08/1954	Casa de Ruy Barbosa [...] – Está sendo realizado na “Casa de Ruy Barbosa” o Curso de Dialectologia, ministrado pelo catedrático dessa disciplina, Sr. Professor Sever Pop, da Universidade de Louvain, mestre mundialmente conhecido da matéria. Destinando-se o Curso, promovido pela Casa de Ruy Barbosa, aos primeiros estudos referentes ao Atlas Linguístico do Brasil e à formação de equipes de pesquisadores que se encarregaram desse trabalho, o Sr. Professor Sever Pop, em sua aula inaugural, acentuou, de preferência, a importância da elaboração do Atlas Linguístico do Brasil e os problemas técnicos de sua execução. O Sr. Professor Sever Pop teve a oportunidade de ler a mensagem de que era portador, do Reitor da Universidade de Louvain, congratulando-se com a iniciativa do governo brasileiro e transmitindo os cumprimentos daquela Universidade aos estudiosos brasileiros que desejava estimular com a sua palavra animadora. De acordo com os planos estabelecidos de trabalho, o horário dos próximos seminários e aulas expositivas é o seguinte: depois de amanhã (aula pública - às 17,30 horas), sábado próximo (das 9 às 11 horas - seminário); Dia 31 do corrente (aula pública- às 17,30 horas). No mês de Setembro: dia 4 seminário - das 9 às 11 horas; dia 9 (seminário - das 20,30 às 22 horas); dia 11 (seminário - das 9 às 11 horas) e dia 14 (encerramento - às 17,30 horas). (Jornal do Commercio, 22/08/1954, p. 13)
24/08/1954	Estudos sobre o Atlas Linguístico do Brasil Está havendo, nos meios culturais do país, interesse pelo Curso de Dialectologia, do professor Sever Pop, da Universidade de Louvain, ministrado na “Casa de Rui Barbosa”. Esse curso, que se destina aos primeiros estudos sobre o Atlas Linguístico do Brasil, obedece aos seguintes horários: Hoje, haverá uma aula pública, às 17h30m; no próximo dia 28, das 9 às 11 horas, seminário; dia 31, aula pública, às 17h30m. O programa para o mês de setembro é o seguinte: Dia 4, seminário, das 9 às 11 horas; dia 9, seminário, das 20h30m às 22 horas; dia 11, seminário, das 9 às 11 horas, e dia 14, encerramento, às 17h30m. (Diário de Notícias, 24/08/1954, p. 2)

27/08/1954	Curso de Dialectologia O prof. Sever Pop da Universidade de Louvain está dando, na Casa Ruy Barbosa, um Curso de Dialectologia. As aulas estão sendo ministradas em língua francesa. É o seguinte o horário: Dia 28 sábado, às 9 horas, Seminário. Dia 31, terça-feira às 17,30 horas, aula pública. Durante o mês de setembro o Curso de Dialectologia obedecerá ao seguinte horário: Dia 4 - Seminário às 9 horas da manhã Dia 3 - Seminário das 20,30 às 22 horas. Dia 11 - Seminário das 9 às 11 hs. Dia 14 - Encerramento às 17,30. Será concedido um Certificado de Frequência. As inscrições ainda estão abertas. Tel. 26-2548. (Diário Carioca, 27/08/1954, p. 7)
28/08/1954	Casa de Ruy Barbosa [...] – Está sendo realizado na “Casa de Ruy Barbosa” o Curso de Dialectologia, ministrado pelo catedrático dessa disciplina, Sr. Professor Sever Pop, da Universidade de Louvain, mestre mundialmente conhecido da matéria. Destinando-se o Curso, promovido pela Casa de Ruy Barbosa, aos primeiros estudos referentes ao Atlas Linguístico do Brasil e à formação de equipes de pesquisadores que se encarregarão desse trabalho, o Sr. Professor Sever Pop, em sua aula inaugural, acentuou, de preferência, a importância da elaboração do técnico de sua execução. De acordo com os planos estabelecidos de trabalho, o horário dos próximos seminários e aulas expositivas é o seguinte: hoje (das 9 às 11 horas - seminário); dia 31 do corrente - (aula pública - às 17:30 horas). No mês de Setembro: dia 4 - (seminário das 9 às 11 horas); dia 9 às 11 horas); e dia 14 (encerramento às 17:30 horas). (Jornal do Commercio, 28/08/1954, p. 7)
29/08/1954	Casa de Ruy Barbosa [...] – Está sendo realizado na “Casa de Ruy Barbosa” o Curso de Dialectologia, ministrado pelo catedrático dessa disciplina, Sr. Professor Sever Pop, da Universidade de Louvain, mestre mundialmente conhecido na matéria. Destinando-se o Curso, promovido pela Casa de Ruy Barbosa, aos primeiros estudos referentes ao Atlas Linguístico do Brasil e à formação de equipes de pesquisadores que se encarregarão desse trabalho, o Sr. Professor Sever Pop, em sua aula inaugural, acentuou, de preferência, a importância da elaboração do técnico de sua execução. De acordo com os planos estabelecidos de trabalho, o horário dos próximos seminários e aulas expositivas é o seguinte: depois de amanhã (aula pública - às 17,30 horas). No mês de Setembro: dia 4 - (seminário das 9 às 11 horas); dia 9 (seminário das 9 às 11 horas); e dia 14 (encerramento às 17,30 horas). (Jornal do Commercio, 29/08/1954, p. 9)
04/09/1954	Exposição Internacional de Dialectologia Na sede da Casa de Rui Barbosa, à Rua São Clemente, 134 será inaugurada a 9 do corrente, quinta-feira, às 17,30 horas uma exposição de livros e trabalhos sobre Dialectologia de todo o mundo. É a primeira vez que há uma exposição desse tipo no Brasil, razão pela qual é esperada uma grande afluência de interessados no assunto. A exposição irá até o dia 15 do corrente. (Diário Carioca, 04/09/1954, p. 6)

10/09/1954	EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE DIALECTOLOGIA NA CASA DE RUY BARBOSA Foi inaugurada, na Casa de Rui Barbosa (Rua São Clemente, 134), a Exposição Internacional de Dialectologia, organizada pelo Prof. Sever Pop, professor dessa disciplina na Universidade de Louvain, sob o patrocínio daquela repartição e do Centro Internacional de Dialectologia Geral. A mostra apresenta trabalhos de quase todos os países do mundo e alguns resultados das atividades iniciadas do Brasil pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. (Correio da Manhã, 10/09/1954, p. 9)
12/09/1954	Inauguração ontem na Casa de Ruy Barbosa, da Exposição Internacional de Dialectologia Com a presença de professores, alunos de Letras das nossas escolas de ensino superior, jornalistas e escritores, inaugurou-se ontem na Casa de Ruy Barbosa, a Exposição Internacional de Dialectologia promovida por aquela instituição e organizada pelo professor Sever Pop, docente daquela disciplina na Universidade de Louvain e sob o patrocínio da Universidade do Brasil, Universidade do Distrito Federal e Pontifícia Universidade Católica e dos diretores do Museu Nacional e da Biblioteca Nacional. Foram expostos trabalhos em quase todas as línguas, gráficos, quadros e mapas linguísticos. A Casa de Ruy Barbosa fez exhibir igualmente preciosos manuscritos do seu patrono bem como os famosos dicionários da língua por ele anotados. A solenidade foi presidida pelo Dr. Américo Lacombe, Diretor da Casa de Ruy Barbosa. A exposição conservar-se-á aberta das 11 às 17 horas até o dia 14 do corrente mês, às 17,30 horas, quando haverá a solenidade de encerramento. (Jornal do Brasil, 12/09/1954, p. 8)

Fonte: A Noite; Correio da Manhã; Diário Carioca; Diário de Notícias; Jornal do Brasil; Jornal do Commercio (1954).

Conforme a relação de textos jornalísticos, entre os meses de agosto e setembro, as atividades de Sever Pop, na Casa de Rui Barbosa, consistiram em 9 dias de aulas expositivas e seminários (21/08, 24/08, 28/08, 31/08, 04/09, 09/09, 11/09 e 14/09/1954), com uma carga horária total estimada em 18 horas, atribuindo-se 2 horas por encontro, e 3 dias de exposições de Geografia Linguística em horário posterior aos trabalhos (09/09, 11/09 e 14/09/1954), das 11h às 17h, como estratégia de ensino-aprendizagem para evidenciar o tipo de produto científico almejado pelos dialetólogos brasileiros e encerramento aos últimos dias de curso.

A instituição carioca favoreceu acesso ao público em geral, emissão de certificados de frequência e possibilidade de reaproveitamento de participantes do evento para a formação de equipes que executariam o Atlas Linguístico do Brasil. A ampla divulgação nos jornais, de certo modo, contribuiu para a imagem pública de um evento inédito e grandioso para o cenário científico e cultural, acentuando as agências do Ministério da Educação e da Cultura, cujo representante máximo se fez presente no encerramento das atividades; das instituições colaboradoras, em nível nacional e internacional e a representatividade dos intelectuais envolvidos no evento.

No relatório ao boletim *Orbis*, Jefferson Marotta descreve uma trajetória formativa entre 16 de agosto e 16 de setembro em uma escrita impregnada de detalhamento de atividades, gratidão e clareza de desafios para a iniciativa dialetológica sob a perspectiva interna de um aluno:

A l'occasion des cours qu'il a donnés entre les 16 août-16 septembre 1954, sous les auspices du "Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa", M. Sever Pop a soigneusement jeté les semences d'un travail qui devrait se prolonger pendant dix ans pour le moins et dont le but final est, comme nous l'avons déjà dit, la réalisation de l'ALB. Le monde philologique de Rio a assisté à ces cours dont la session de clôture a été honorée par la présence du Ministre de l'Éducation et de la Culture du nouveau gouvernement, M. Cândido Mota Filho.

Nous espérons qu'une époque nouvelle a commencé au Brésil pour l'étude de la langue vivante, car il n'a pas manqué à M. Pop les qualités le plus remarquables de professeur et de maître, une agréable personnalité et un grand amour pour la science de la parole - facteurs qui déterminent la force d'un idéalisme tellement nécessaire lorsqu'on lance une entreprise ardue et de longue haleine comme la nôtre.

Voici les titres des principaux problèmes qui ont été traités pendant les cours:

1. Enseignements sur les méthodes d'enquêtes linguistiques,
2. Le choix des questions dans un questionnaire linguistique,
3. Les enquêtes sur place,
4. Aperçu historique sur les méthodes d'enquête linguistique.

M. Pop a abordé le plus grand nombre de questions ayant trait à la tâche qui est devant nous et nous a montré nettement les solutions les meilleures pour chacune d'entre elles. Tout cet enseignement, qui concerne en égale mesure l'enquêteur, la technique d'enquête, les sujets etc., a été richement illustré par des exemples puisés dans les travaux dialectologiques de toute la Roumanie. Mettant à profit l'expérience acquise au cours des enquêtes réalisées en Roumanie pour l'Atlas Linguistique Roumain, ainsi que dans d'autres pays, M. Pop nous a présenté une vision d'ensemble des études romanes. Par la même occasion, nous avons été mis au courant des travaux de géographie linguistique mondiaux en cours d'élaboration⁴⁴. (Marotta, 1954, t. 3, n. 2, p. 611-613)

Em virtude desse relatório, nota-se que o viés romanista foi explorado por Pop para sugerir estratégias de investigação condizentes com a realidade linguística do país no que se

⁴⁴ Por ocasião dos cursos que ele ministrou de 16 de agosto a 16 de setembro de 1954, sob os auspícios do "Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa", o Sr. Sever Pop lançou cuidadosamente as sementes de um trabalho que deveria se estender por pelo menos dez anos e cujo objetivo final, como já mencionamos, é a realização do ALB. A comunidade filológica do Rio assistiu a esses cursos, cuja sessão de encerramento foi honrada com a presença do Ministro da Educação e Cultura do novo governo, Sr. Cândido Mota Filho.

Esperamos que uma nova era tenha começado no Brasil para o estudo da língua viva, pois não faltava ao Sr. Pop as qualidades mais notáveis de professor e mestre, uma personalidade agradável e um grande amor pela ciência da palavra - fatores que determinam a força de um idealismo tão necessário quando se inicia um empreendimento árduo e de longa duração como o nosso.

Aqui estão os títulos dos principais problemas abordados durante os cursos: 1. Ensino sobre métodos de investigação linguística, 2. A escolha das perguntas em um questionário linguístico, 3. Pesquisas de campo, 4. Visão histórica sobre os métodos de pesquisa linguística.

O Sr. Pop abordou a maioria das questões relacionadas à tarefa que está diante de nós e nos mostrou claramente as melhores soluções para cada uma delas. Todo esse ensinamento, que se aplica igualmente ao pesquisador, à técnica de pesquisa, aos temas, etc., foi ricamente ilustrado com exemplos retirados dos trabalhos dialetológicos de toda a România. Aproveitando a experiência adquirida nas pesquisas realizadas na Romênia para o Atlas Linguístico Romeno, bem como em outros países, o Sr. Pop nos apresentou uma visão abrangente dos estudos românicos. Ao mesmo tempo, fomos informados sobre os trabalhos em andamento em Geografia Linguística em todo o mundo. (Marotta, 1954, t. 3, n. 2, p. 611-613, tradução nossa)

refere ao português e para contemplar o interesse da comunidade científica, sobretudo filólogos, pelas variedades linguísticas regionais. O ponto central de suas aulas e seminários foi a metodologia da Geografia Linguística e sua aplicação a partir de um trabalho investigativo de campo, valendo-se de sua experiência anterior na elaboração do Atlas Linguístico Romeno (1939, 1942), no qual teria percorrido 301 localidades de uma rede de pontos, empregando um questionário de 2.160 perguntas para a obtenção de dados necessários à cartografia de fenômenos linguísticos.

Nessas circunstâncias, o mestre romeno apresentou o espólio documental da Dialectologia em domínios românicos e não românicos e permitiu aos discentes o conhecimento de outros trabalhos em andamento, dos quais não se despreza a possibilidade de uma menção ao Atlas Linguístico dos Estados Unidos e do Canadá e ao Atlas Linguístico da Inglaterra, visto que ambos os projetos e esboços haviam sido apresentados na primeira exposição, para enfatizar aspectos da preparação da pesquisa e execução de inquéritos.

Até então, os modelos para a elaboração do atlas brasileiro eram o Atlas Lingüístico da Itália e da parte sul da Suíça (1928), de Karl Jaberg e Jakob Jud e o Inquérito Linguístico Boléo (1942), empreendido em Portugal por Manuel de Paiva Boléo para um estudo de dialetos e falares portugueses. Com a aula e o material recém-trazido da exposição nos Estados Unidos da América, novas perspectivas eram instauradas sobre a condução dos trabalhos dadas as circunstâncias da América do Sul.

Os problemas que o território brasileiro apresentava, para Pop, eram sua inegável extensão geográfica, a distribuição populacional e as influências linguísticas variáveis pelas línguas de imigração e pela reminiscência de línguas indígenas.

En marge des conférences, M. Pop a dirigé des séminaires d'initiation et d'orientation dialectologique. Une attention toute particulière y a été prêtée aux problèmes spécifiquement brésiliens, à savoir: l'extension territoriale (8.500.000 km²), la répartition de la densité de la population, les influences linguistiques, plus variées sur le littoral à cause de l'immigration et moins importantes à l'intérieur dans l'extrême Nord, dues aux indigènes etc⁴⁵. (Marotta, 1954, t. 3, n. 2, p. 613)

Na década de 1950, segundo censo do IBGE, o Brasil compreendia 26 unidades da federação (20 Estados, 5 Territórios Federais e o Distrito Federal, no qual tinha a sede a Capital da República), registrando um total de 1.575 municípios, 4.842 distritos, 1.574 cidades e 3.197 vilas, com uma população estimada em 51.944.397 e densidade demográfica de 6,1 hab./km², esta considerada baixa em comparação à média mundial. Na época, 63,84%

⁴⁵ Além das palestras, o Sr. Pop conduziu seminários de introdução e orientação em dialectologia. Foi dada uma atenção especial aos problemas especificamente brasileiros, como: a extensão territorial (8.500.000 km²), a distribuição da densidade populacional, as influências linguísticas, mais diversas na costa, devido à imigração, e menos significativas no interior, no extremo norte, devido aos povos indígenas etc. (Marotta, 1954, t. 3, n. 2, p. 613, tradução nossa)

dos habitantes encontravam-se na zona rural, enquanto 36,16% viviam na zona urbana. Escolher localidades para a definição de uma rede de pontos coesa e deslocar-se adequadamente aos lugares constituía um problema em decorrência de sua vastidão, das realidades geográficas variáveis e da ausência de uma rede de transporte articulada por todo o território nacional, elemento que só se tornaria objeto de políticas públicas nos anos posteriores. Outro obstáculo correlacionado era o contexto de industrialização e desenvolvimento dos grandes centros urbanos que, por efeito, atraía movimentos migratórios que alteravam a paisagem linguística ideal de áreas economicamente produtivas, tais como o Leste⁴⁶ e o Sul⁴⁷ do país.

Não escapam da análise de dificuldades as influências linguísticas internas e externas para a apreensão adequada dos fenômenos linguísticos. De um lado, no período pós-guerra, línguas como o alemão, o espanhol, o italiano, o polonês, o árabe e o japonês haviam adentrado o Brasil com a imigração. Pelo recenseamento geral de 1950, no que tange ao número de pessoas presentes de 5 anos e mais que não falavam o português habitualmente no lar, constavam 1.325.720 indivíduos nessa categoria distribuídos pelo território entre brasileiros natos, brasileiros naturalizados, estrangeiros e pessoas sem declaração de nacionalidade. Para as línguas indígenas, é um desafio apresentar indicadores precisos sobre o cenário desse período, mas o mapa etnológico de Curt Nimuendaju (1981 [1944]) já apontava pelo menos 40 famílias linguísticas e 33 línguas isoladas. De todo modo, esses aspectos linguísticos demandavam uma atenção ao perfil adequado do informante para a segurança metodológica do tipo de investigação que se desejava elaborar.

A perspectiva geral de Pop acerca do papel da Dialectologia, no panorama dos estudos linguísticos, era a de fornecer subsídios para a história das línguas através de descrições e representações oriundas de um método que conferisse uma qualidade empírica às hipóteses e reconstruções linguísticas, de modo que os extratos das línguas e dos dialetos do tempo presente pudessem esclarecer estágios linguísticos ulteriores:

Actuellement, on constate que les travaux de dialectologie exercent une heureuse influence sur les études de linguistique générale, dont les résultats reposent aujourd'hui plus fréquemment sur des faits précis et contrôlables; on abandonne enfin les spéculations plus ou moins hardies des premiers chercheurs. A présent plusieurs linguistes ne peuvent plus concevoir une histoire de l'évolution du langage qui ne prenne dûment surtout par une linguistique géographique complète et bien établie⁴⁸. (Pop, 1952, t. 1, n. 1, p. 7)

⁴⁶ Entendia-se, em 1950, por Leste, as seguintes unidades federativas: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Serra dos Aimorés, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

⁴⁷ Entendia-se por Sul, em 1950, as seguintes unidades federativas: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁴⁸ Atualmente, observa-se que os trabalhos em dialectologia exercem uma influência positiva nos estudos de Linguística Geral, cujos resultados agora se baseiam mais frequentemente em fatos precisos e verificáveis;

Seules les cartes linguistiques peuvent montrer la complexité des faits du langage libre de toute convention, ainsi que la dernière phase du développement plusieurs fois séculaire les parlers locaux. Rédigées d'après un plan mûri et d'après une méthode exempte de toute idée préconçue, elles seules peuvent illustrer, pour n'importe quelle langue, le sort des mots et leur histoire, leurs "luttres" contre les vocables ayant un corps phonique presque identique, les influences qu'ils ont subies sous l'action des centres culturels, économiques et sociaux, la manière dont les vocables s'adaptent aux changements que leur impose le progrès de la civilisation contemporaine, ainsi que la façon dont les parlers locaux conservent encontre des anciens termes, témoins du passé[...] L'examen des cartes dialectales introduit le linguiste dans la biologie et dans l'histoire de l'évolution du langage⁴⁹. (Pop, 1950, p. 10).

Outra fonte de percepções de como se deu o tratamento dos quatro tópicos principais do curso, isto é, o ensino dos métodos de inquérito linguístico, a escolha de perguntas para um questionário, a investigação de campo e revisão histórica dos métodos de pesquisa linguística, encontram-se na seção de *Notícias e comentários* (1955, p. 85-103) da *Revista Brasileira de Filologia*, editada por Serafim da Silva Neto, um dos participantes do curso que se propõe, no informativo, a divulgar uma síntese de parte do que foi tratado nos encontros. Os principais tópicos do curso, que foram informados por Marotta (1954), no *Orbis*, são compatíveis com o conteúdo da publicação brasileira.

A convite da Casa de Rui Barbosa, esteve no Rio de Janeiro, de 15 de agosto a 15 de setembro, o ilustre e operoso Professor Sever Pop. Veio para ministrar um Curso de Dialectologia.

O Prof. Sever Pop, que foi aluno de Gillieron nos últimos cursos professados pelo Mestre, é autor de várias obras entre as quais a *Grammaire Roumaine*, Berna, 1948, e *La Dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*, em dois volumes. Trabalhou, ainda, nos dois atlas linguísticos rumenos, e é diretor da revista *Orbis*, que fundou em 1952.

A seguir daremos um resumo de parte do seu Curso. (Silva Neto, 1955, p. 85)

Inicialmente, no que diz respeito aos *Enseignements sur les méthodes d'enquêtes linguistiques* (p. 85-94), relata-se a existência de dois métodos para a recolha de material linguístico: o inquérito por correspondência e o inquérito por pesquisa de campo.

Na primeira alternativa (p. 85-88), considerada uma prática mais rápida, cômoda e pouco dispendiosa para uma pesquisa linguística pelo fato de existir um intermediador

finalmente, abandonam-se as especulações mais ou menos audaciosas dos primeiros pesquisadores. Agora, vários linguistas não podem mais conceber uma história da evolução da linguagem que não leve devidamente em conta, principalmente, uma Linguística geográfica completa e bem estabelecida. (Pop, 1952, t. 1, n. 1, p. 7, tradução nossa)

⁴⁹ Somente os mapas linguísticos podem mostrar a complexidade dos fenômenos linguísticos, livres de qualquer convenção, bem como a última fase do desenvolvimento, muitas vezes secular, dos falares locais. Elaborados segundo um plano amadurecido e por meio de um método livre de qualquer ideia preconcebida, eles são os únicos capazes de ilustrar, para qualquer língua, o destino das palavras e sua história, suas "lutas" contra os vocábulos que possuem um corpo fonético quase idêntico, as influências que sofreram sob a ação dos centros culturais, econômicos e sociais, a maneira como as palavras se adaptam às mudanças impostas pelo progresso da civilização contemporânea, assim como a forma como os falares locais conservam em relação aos termos antigos, testemunhas do passado [...] A análise dos mapas dialetais introduz o linguista na biologia e na história da evolução da linguagem. (Pop, 1950, p. 10, tradução nossa)

(inquiridor correspondente) entre o investigador e o informante no território a ser estudado, pelo qual se mantém comunicação a distância por trocas de mensagens, estabelece-se que a escolha metodológica requer elevado rigor e cuidados concernentes aos questionários, à escolha de correspondentes e à notação fonética adotada. Explorando mais os elementos do inquérito por correspondência, suas lições foram as seguintes:

- I. o questionário deve ser elaborado atenciosamente e munido de ilustrações e fotografias, seguindo-se o modelo de pesquisas empreendidas nos domínios linguísticos do dinamarquês, do sueco e do finlandês. Em domínio românico, situou Pop como modelo de referência o *Glossaire des patois de la Suisse romande*, cujo método de recolha empreendido por Louis Gauchat, Jules Jeanjaquet e Ernst Tappolet a partir de 227 questionários por correspondência permitiu a construção de um léxico que descreve, sob dimensões diacrônica, multidialetal e crítica, o dialeto conforme os questionários adequadamente construídos;
- II. para a divulgação e a salvaguarda do desenvolvimento e dos resultados obtidos pelo inquérito por correspondência, devem ser cogitadas publicações suplementares em periódicos, tais quais os *Rapports annuels de la rédaction du Glossaire des patois de la Suisse romande* e o boletim *Orbis*;
- III. no caso de um interesse em traduções de textos literários em um *patois*, recomendava-se uma atenção a inconsistências ou artificialismos por se considerar uma tradução “palavra por palavra” impossível;
- IV. os textos dialetais amplamente contados e difundidos pelas pessoas de uma região têm um valor muito variável que deve ser ponderado, uma vez que podem refletir imperfeitamente o estado de língua que se deseja registrar e podem expressar apropriações linguísticas que não são necessariamente os traços linguísticos dos falantes e da realidade dialetal estudada;
- V. na interação com o informante, deve-se ter cuidado com as diversas reações possíveis que uma pessoa pode ter em relação a um objeto, dispositivo ou sujeito estranho ao conhecedor do dialeto, posto que isso pode interferir na qualidade do inquérito linguístico;
- VI. oferta de instruções precisas ao intermediador que cooperará com o inquérito linguístico;
- VII. providência de cursos especiais aos colaboradores de inquéritos por correspondência no sentido de elevar a confiança e a qualidade dos dados, como a aprendizagem de elementos de fonética e de Dialetologia. Como comparação de efetividade desse

processo formativo, citam-se as Escolas Normais da Alemanha que oferecem ensino de Folclore a futuros professores.

- VIII. incorporação do rádio como tecnologia moderna para a propagação de instruções para inquéritos por correspondência;
- IX. consciência de que uma língua literária é na verdade apenas um dialeto antigo, tal como o catalão, o provençal, o espanhol e o francês. De tal modo, fixava-se que o interesse e o ensino de dialetos não deveria ser considerado em relação antagônica às línguas literárias, mas como um meio eficaz de tornar mais evidente a importância científica e documental dos dialetos populares, posto que uma língua literária é, essencialmente, um dialeto que foi elevado em estatuto graças a um conjunto de fatores políticos, econômicos e culturais;
- X. atenção ao sistema de notação fonética utilizado e ensinado ao correspondente, considerada a parte mais delicada de um inquérito por correspondência. Nesse sentido, recomendou-se a redação de quadros fonéticos que disponham de informações básicas sobre o sistema tipográfico empregado, a relação entre caracteres e sons e uma caracterização fonética mínima da língua, indicando-se modelo de referência os *Tableaux phonétiques de la Suisse romande*, pertinente ao *Glossaire des patois de la Suisse romande*;
- XI. um inquérito linguístico não deve ser feito por dois investigadores trabalhando em simultâneo com um mesmo informante (a exemplo da circunstância de trabalho de Ernest Tappolet e Jules Jeanjaquet na Suíça), considerando que os dados reunidos por um único inquiridor correspondente são mais passíveis de controle e correção;
- XII. a organização de um inquérito, diante dos avanços da Dialetoologia, seja por correspondência ou por pesquisa de campo, é para o pesquisador uma “prova conclusiva de capacidade linguística”, de tal modo que não se recomenda um empreendimento amadoristicamente ou por diletantismo.
- XIII. apesar de inconvenientes, condições de confiabilidade e recursos necessários à recolha de material, inquéritos por correspondência constituem uma via preliminar para o estudo de *patois* a partir dos quais se podem obter termos e formas de grande importância científica, sendo citados como exemplos positivos as iniciativas na Finlândia e na Alemanha.

Na segunda alternativa (p. 89-94), o inquérito *in loco*, considerando a presença do pesquisador no cenário a ser estudado e uma maior duração das atividades, defende-se um

método igualmente rigoroso de maneira que os registros se caracterizem como “documentos autênticos do estado atual de um patois”. Dos elementos essenciais, a síntese das aulas de Pop destaca os oito seguintes pontos: o território investigado; o questionário; a inquirição e o registro das respostas; o inquiridor; as localidades; os informantes; a notação fonética; a publicação de materiais. Nessa seção, foram feitas as seguintes considerações:

- I. no âmbito do território investigado, o pesquisador deve conhecer a realidade geográfica a fundo, de modo que, uma vez familiarizado com as peculiaridades e problemas regionais, possa melhor adaptar seu método às circunstâncias. Pop mencionou a própria experiência na Romênia, quando precisou ler séries de obras históricas e geográficas sobre diferentes regiões que facilitaram a escolha de localidades para o atlas do romeno, e elege como modelo de referência o trabalho de investigadores finlandeses que, por um bom tempo nessa etapa, constituíram uma pequena biblioteca que pudesse oferecê-lo noções elementares de diferentes disciplinas, como anatomia, física, zoologia, botânica, agricultura, pecuária, trabalhos artesanais etc. De tal modo, para a elaboração de uma monografia ou atlas linguístico, recomendava-se a inserção de cartas que evidenciam o aspecto físico do território explorado, as vias de comunicação, os centros econômicos e culturais etc., como subsídios para a interpretação e comparação do material reunido com outros domínios linguísticos por outros pesquisadores. Este elemento é considerado indispensável ao futuro Atlas Linguístico do Brasil;
- II. a elaboração do questionário obriga o estudioso a determinar os elementos que devem constar em seu programa de investigação. Quanto ao tipo de questionário, um instrumento circunstanciado ao problema que se propõe estudar, postula a existência de questionários vocabulares; alfabéticos (conjunto de palavras estruturadas por ordem alfabética); fonéticos; lexicográfico; morfológicos e temáticos. Em termos de quantidade, foi aconselhado um questionário em torno de duas mil perguntas, considerando o tempo necessário para a publicação seriada dos materiais recolhidos. As perguntas, por sua vez, devem ser agrupadas por esferas semânticas de modo a facilitar a tarefa dos informantes e as estratégias de construção da pergunta devem ser uniformes para que os dados sejam comparáveis. Foi alertado que os questionários de um atlas jamais conseguem ser completos, posto que partem de escolhas de fatos linguísticos com o intuito de se obter um panorama e que esse instrumento deve ser testado para que quaisquer ambiguidades durante o inquérito sejam eliminadas;

- III. a inquirição requer do investigador o conhecimento dos procedimentos essenciais para que o material linguístico recolhido possa ser apreciado condizentemente com seu valor. Afirma Pop que a primeira resposta dada é geralmente a mais precisa e que a repetição de uma pergunta deve ser evitada tanto quanto possível. Além disso, marcas de hesitações e correções das testemunhas são indicadas como informações linguísticas valiosas para pesquisadores;
- IV. a figura do inquiridor é um problema que, em mais de cinquenta anos, tem suscitado discussões sobre o tipo possível (especializado, nativo ou estranho à localidade); os antecedentes desse investigador e o uso de um ou mais de um inquiridor na pesquisa. Apoiado em uma larga experiência em pesquisa de campo na Romênia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Grécia, Albânia, Itália e na Península Ibérica, Pop aconselhou que esse investigador precisa dominar, antes de tudo, o sistema de notação fonética a ser utilizado; conhecer o questionário, sabendo não só o significado de cada palavra, mas também seus termos afins para oferecer informações adicionais que ajudem os informantes durante os trabalhos, em casos de necessidade; adaptar-se durante a investigação, renunciando seus próprios modos de vida, para aproximar-se mais dos informantes cuja língua se quer alcançar; e não considerar o inquérito como um fardo, mas uma nobre missão que “acrescentará ao conhecimento da evolução incessante da linguagem humana”;
- V. a seleção de localidades para um atlas linguístico possui grande importância e deve ser orientada pelos propósitos do pesquisador com suas investigações e em conformidade ao fenômeno investigado. O número de pontos de amostragem determina a duração do inquérito e informações muito detalhadas devem ser oferecidas sobre as localidades de onde o material linguístico foi obtido. Dentre os princípios para essa escolha, citam-se os critérios geométrico (escolha de localidades à mesma distância); étnico e linguístico; e a situação do *patois* no contexto investigado. Menciona-se que resultados completamente diferentes seriam obtidos se as pesquisas fossem realizadas apenas em localidades que têm uma grande maioria de novos assentamentos, ou que estão situadas no cruzamento das vias de comunicação mais importantes;
- VI. o processo seletivo dos informantes que sirvam como testemunhas depende de um plano bem elaborado de modo que o mapeamento linguístico a ser executado possa refletir adequadamente a fala da maioria dos indivíduos que usam o *patois*. Cunhados como “maus informantes”, mencionam-se as pessoas muito idosas; pessoas muito jovens; “analfabetos pouco inteligentes”; pessoas com alto grau de instrução; pessoas

que ficaram fora do seu país; estudiosos de *patois* etc. As mulheres foram consideradas uma categoria de informante relevante por serem linguisticamente mais conservadoras e por não sofrerem a ação dissolvente do serviço militar, que expõe a pessoa à mobilidade e influências linguísticas externas. Consideram-se outras questões dignas de exame por estudiosos o uso de crianças em pesquisas; a idade dos informantes; a denteição; o número de informantes; e informações muito detalhadas sobre os participantes do inquérito;

- VII. a notação fonética empregada no registro dos *patois* demanda cuidados não só por parte de quem o ministra durante a investigação, mas também pelas complexidades inerentes à composição desse sistema de transcrição em decorrência do aumento do conhecimento fonético.

Em uma análise dos métodos, Pop observou que dois investigadores sempre terão duas notações diferentes; a educação do ouvido era uma condição fundamental para o inquérito linguístico; o bom conhecimento do sistema de notação fonética a ser empregado era igualmente importante; urgia a criação de um sistema de notação fonética mais unitário; sistemas de notação fonética excessivamente complicados devem ser evitados; a notação impressionista, na qual se anotam os fonemas de acordo com a impressão acústica imediata, sem proceder qualquer retoque ou normalização, deveria ser a alternativa praticada; informações detalhadas sobre a notação fonética devem ser fornecidas por quem o idealiza e utiliza como instrumento. Para o linguista românico, fonética e dispositivos de gravação constituíam auxiliares valiosos na pesquisa dialetal, de modo que arquivos fonográficos precisavam ser criados para salvaguardar a “fala” contemporânea.

Centrando-se nos dois últimos pontos, o resumo do curso aponta que, sob a idealização de um futuro não tão distante, o registro das vozes dos antepassados constituirá um tesouro para as gerações futuras, assim como relíquias de vestuários e objetos que se encontram em museus. Ainda sobre a questão das gravações, apontava-se que, embora a transcrição fonética procurasse ser cuidadosa para fixar um estado de pronúncia, apresentava limitações por se tratar de um exercício semelhante à tradução, uma estratégia de aproximação às nuances da pronúncia, entonação específica de cada tipo de fala e particularidades regionais.

Finalizou-se com a importância da publicação dos materiais coletados, considerando que os inventários eram tesouros linguísticos dos antepassados e fruto de um passado de vários séculos que precisava ser salvo do esquecimento.

Em adição, no item *Le choix des questions dans un questionnaire linguistique* (p. 94-100), reúnem-se os elementos pertinentes à construção e à aplicação da ferramenta pela qual o investigador, considerando previamente o objetivo do inquérito e os fenômenos observados, consegue executar a recolha de material linguístico: o questionário.

Na *Introduction* (p. 94-98), situa-se como um primeiro problema metodológico a escolha das perguntas inseridas em um questionário linguístico, posto que os materiais recolhidos a partir do diálogo entre investigador e o sujeito de uma localidade devem permitir uma confiança e uma comparação. É recomendado que o questionário possua um número grande de perguntas que possa fornecer um panorama da “vida espiritual e material de um país” e a situação dos falares de qualquer língua, reconhecendo-se que, apesar de precauções, há sempre lacunas na elaboração dessa ferramenta que são perceptíveis ao término das pesquisas. A cooperação entre dialetólogos, a partir da troca de opiniões e suposições, é eleita como uma forma de amenizar falhas.

Defendeu-se que questões desnecessárias e pouco produtivas sob a perspectiva linguística devem ser eliminadas em detrimento de itens que deem resultados mais abundantes sob a perspectiva do tempo despendido no inquérito. Para explicitar esse elemento, foi proposto um cálculo-exemplo considerando a experiência do conferencista com o atlas do romeno: “se se demorar pelo menos trinta segundos para fazer o pedido ao sujeito e registrar a resposta, deve-se empregar aproximadamente três horas de trabalho contínuo para um levantamento que abrange trezentas localidades”.

Sob esse viés, defendeu-se a redução racional do questionário para que uma pesquisa possa ser executada no menor tempo possível e em virtude dos elevados recursos financeiros gastos para uma pesquisa *in loco*. Ressalta-se que uma grande pesquisa de campo não deve durar muito, tendo em mente que os falares das localidades precisam ser estritamente comparáveis do ponto de vista linguístico e, ao mesmo tempo, estudados à mesma época para que se garanta o “grau de simultaneidade” tanto na perspectiva de quem analisa, como também do fenômeno analisado.

Em continuidade, Pop faz um adendo em relação ao interesse dialetológico pelos arcaísmos, designadas como “palavras velhas”, justificando uma decisão metodológica de não inclusão pelo fato de demandar tempo e esforços que poderiam ser melhor aproveitados para recolher o vocabulário e frases características do romeno. Ainda mencionou que o trabalho de um atlas jamais conseguirá trazer à tona todas as palavras que vivem em vilarejos isolados e muito distantes das vias de comunicação.

De modo a explicitar a aplicação adequada do sistema de coordenadas defendido para a construção de um questionário, o trabalho do Atlas Linguístico Romeno empreendido por Pop foi tomado como um exemplo, assim como os desdobramentos de uma pergunta sobre o termo “narina”. Expõe-se que o questionário do atlas romeno remontava ao ano de 1927, após as participações em pesquisas de campo no sul da França, na Catalunha e no norte da Itália, tomando-se como base quatro questionários: o suíço-italiano, de Karl Jaberg e Jakob Jud; o italiano, de Matteo Bartoli e Ugo Pellis; o catalão, de Antônio Griera; e o questionário do atlas francês de Jules Gilliéron. Indica-se que houve a inserção de perguntas que pudessem oferecer uma imagem fiel e particular à vida do povo romeno.

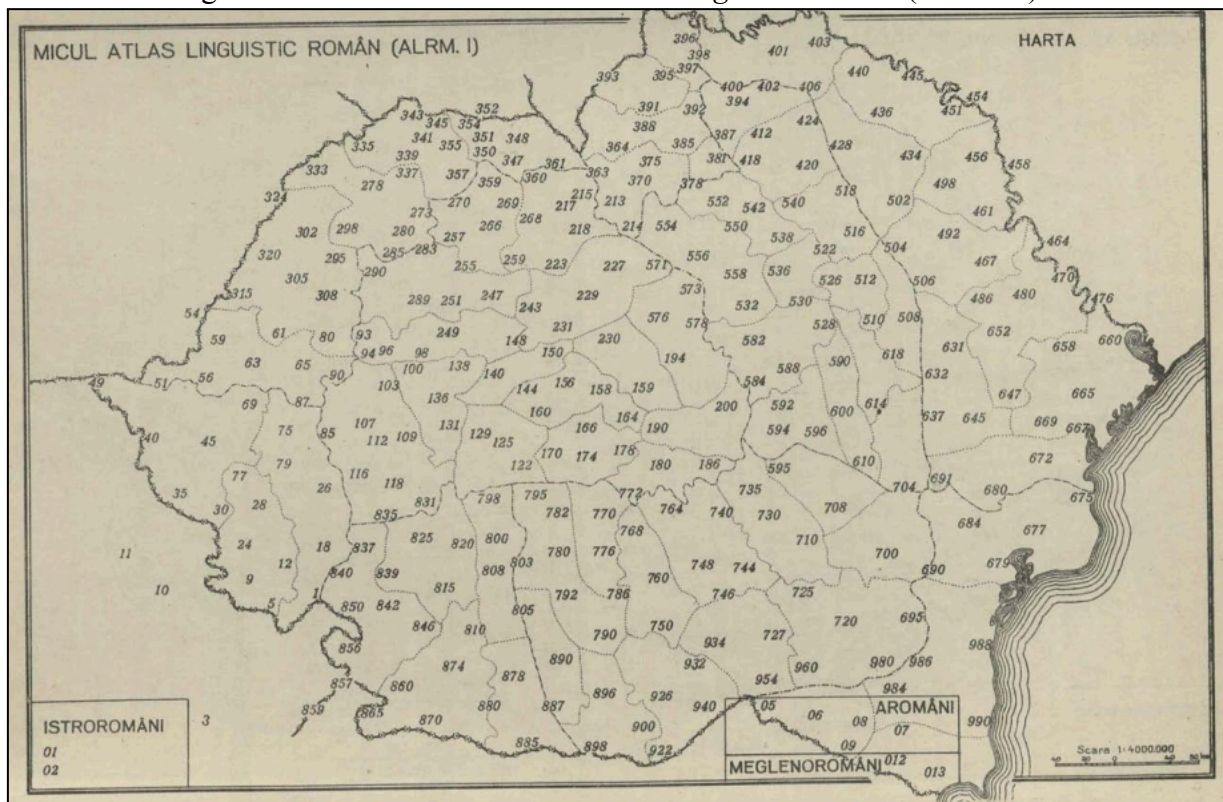
Relata-se que o número de perguntas teria sido fixado em cinco mil itens, um número que passou por vários testes de 1928 a 1930 para verificar se a perspectiva adotada para o vocabulário do romeno se configurava como adequada ou se demandava alterações em virtude das diferenças existentes nas realidades de cada província do país para melhor representar uma “vida material e espiritual”. Dentre as lições obtidas pelo exercício de testes, Pop aponta para o fato de ter eliminado quase todos os termos da vida erótica e sexual, porque o único informante, muito bom e fluente no *patois* investigado, era tímido e se recusava a responder perguntas pelo seu senso de pudor. A questão da timidez por parte do informante foi considerada um fator psicológico relevante ao ponto de se recomendar a não manutenção do princípio de um único sujeito para a pesquisa dialetal.

O aperfeiçoamento do questionário, enquanto instrumento de coleta, a partir de eliminações de perguntas, também foi problematizado pela perspectiva de que a atribuição de inutilidade a uma questão não deve advir de um julgamento prematuro, posto que isso pode afetar os potenciais de uma pesquisa dialetológica e o valor real de uma pergunta não é totalmente conhecido até o final da investigação.

Como caso exemplar, o dialetólogo descreveu a própria experiência com um item pertinente à palavra romena *nas* (nariz), que foi retirada de seu questionário, porque, impressionisticamente, ele julgava não possuir variações lexicológicas, tampouco fonéticas capazes de revelar algum fenômeno linguístico distintivo em todas as regiões sujeitas à pesquisa. Esse juízo de valor sobre a atividade científica foi caracterizada como infeliz, sobretudo quando o pesquisador não deu importância à atestação de autores acerca de um termo *nare*, em romeno, com o significado de *nariz*, para além da acepção de *narina*. Outra informação mencionada foi o fato de que os aromanos (romenos que viviam na Grécia, Albânia, Iugoslávia e Bulgária) usavam apenas a palavra *nare* para designar o *nariz* e não a *narina*.

Para fins de ilustração do fenômeno abordado pelo dialetólogo na conferência, apresentam-se nas Figuras 10 e 11 a carta-base do *Micul Atlas Linguistic Român* (ALRM I)⁵⁰, elaborado por Sever Pop, e a carta n. 37, que inclui não apenas a forma do singular e as formas do plural de *nas*, mas também as regiões em que se utiliza *nari* em lugar de *nas*.

Figura 10 – Carta-base do *Micul Atlas Linguistic Român* (ALRM I)

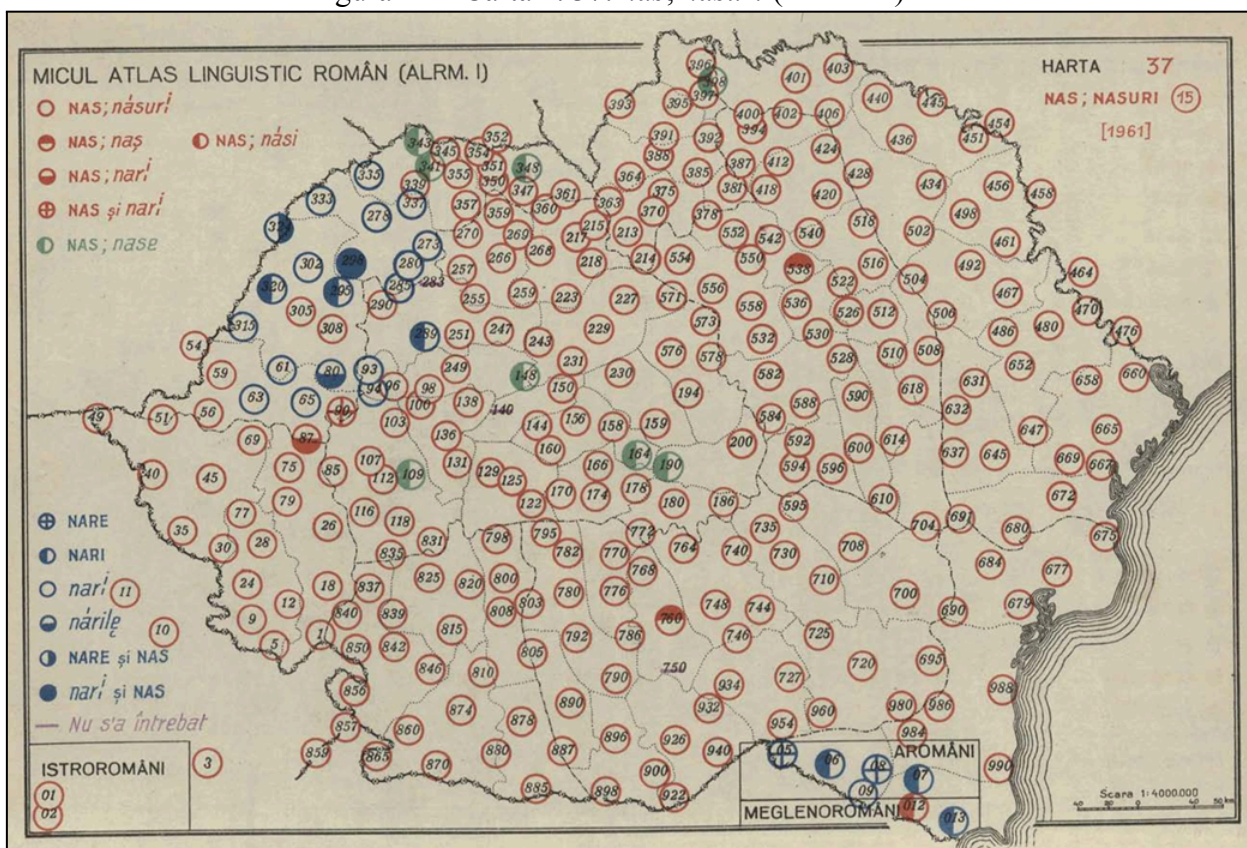


Fonte: Pop (1938).

⁵⁰ Segue parte do texto introdutório do atlas consultado para que se compreenda o projeto geográfico-linguístico da obra que permite uma aproximação interessante entre o português e o romeno quanto à ideia de uniformidade Linguística vigente na época e ao tipo de pesquisa que se desejava elaborar no âmbito da Casa de Rui Barbosa para o português do Brasil: Neste primeiro volume do *Atlas Linguístico Romeno I* são apresentados 208 mapas linguísticos, redigidos de forma sumária segundo os métodos de trabalho já indicados, bem como com base no material recolhido. É correto que sejam publicados assim, conforme o programa estabelecido (ALR I, p. 12). A redação desses mapas foi feita considerando que **a nossa língua constitui uma unidade linguística maior do que outras línguas românicas.**

Nas páginas seguintes será mostrada: a divisão do conteúdo deste volume, a apresentação do material, a redação dos mapas, a sua interpretação e algumas conclusões de ordem geral que podem ser ilustradas com base neste material linguístico. (Pop, 1938, p. 3, tradução nossa e grifos nossos)

Figura 11 – Carta n. 37: *nas; nasuri* (ALRM I)



Fonte: Pop (1938).

Adiciona-se também à leitura a carta-base do *Micul Atlas Linguistic Român* (1940)⁵¹, com a rede de pontos romena investigada por Emil Petrovici (1899-1968), e a décima quinta carta que contém a distribuição geográfica das denominações para *nariz*, presentes nas Figuras 12 e 13.

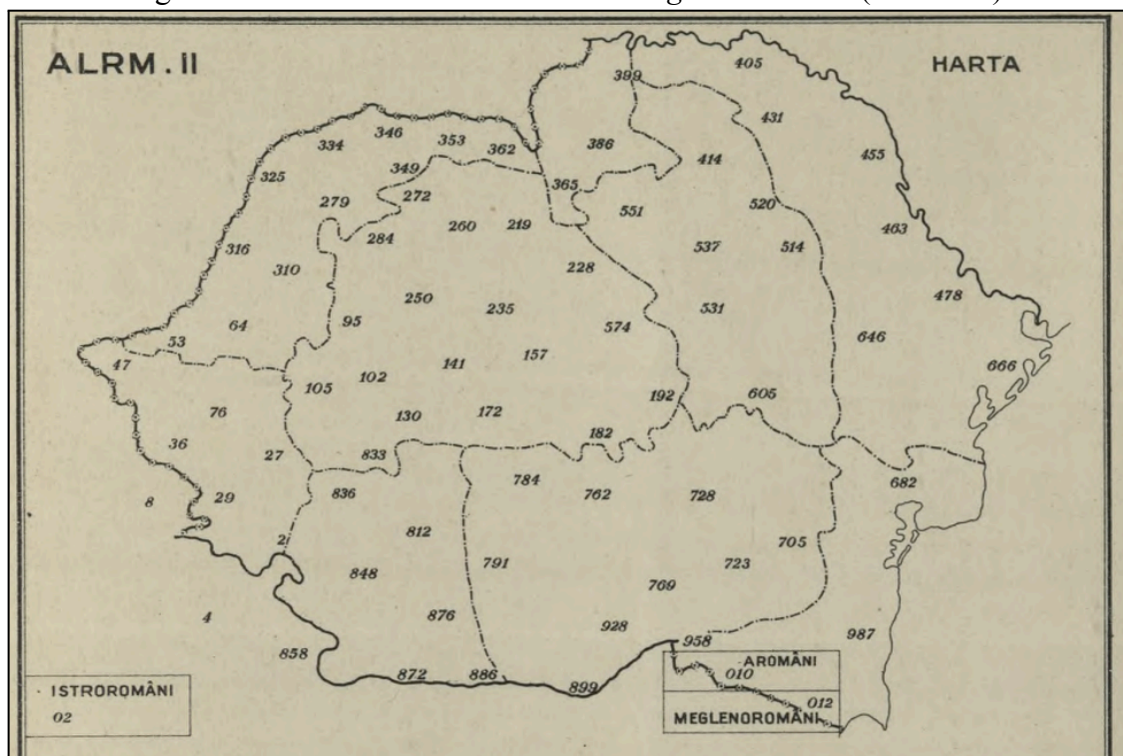
⁵¹ Note-se o que menciona Emil Petrovici na apresentação do *Micul Atlas Linguistic Român (ALRM II)* (1940): Um atlas linguístico é tanto mais útil quanto maior for o número de localidades investigadas, bem como o número de perguntas feitas nessas localidades. Um único investigador, porém, empregará tanto mais tempo quanto maior for o número de localidades e de perguntas. Ele corre o risco de nunca ver publicado o material linguístico reunido com esforço ao longo de toda uma vida. Os organizadores dos atlas linguísticos são, portanto, obrigados a escolher um número reduzido de pontos cujo falar será investigado e a restringir-se a um número menor de perguntas feitas em cada ponto.

O iniciador e diretor do Atlas Linguístico Romeno, Sr. Sextil Pușcariu, imaginou duas pesquisas paralelas com dois investigadores: uma com uma rede mais densa de pontos investigados, mas com um questionário contendo um número menor de perguntas (o questionário normal), e outra com uma rede mais rara de pontos investigados, mas com um questionário contendo um número maior de perguntas (o questionário desenvolvido).

A mim foi confiada a execução da segunda pesquisa. Visitei, portanto, menos localidades de todo o território da língua romena (73), mas permaneci em cada localidade pelo menos uma semana para aplicar as 4800 perguntas do questionário desenvolvido.

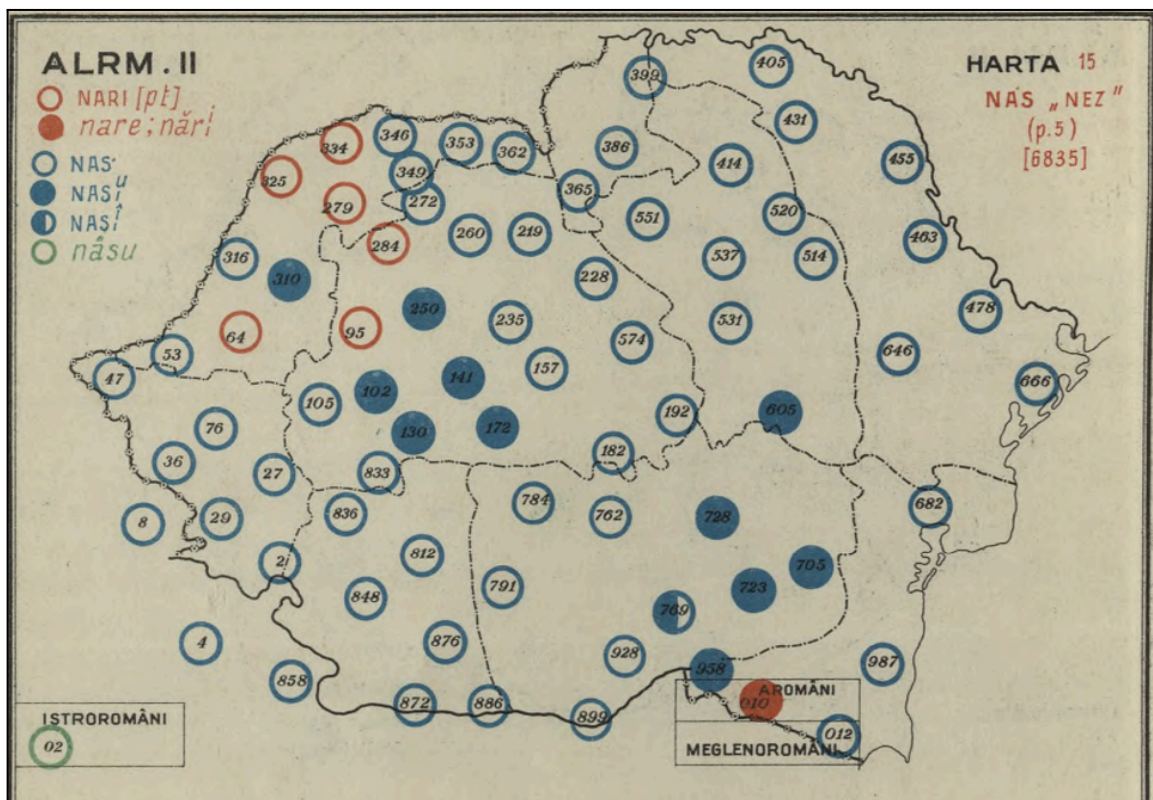
Assim surgiu, ao lado do ALR I, o Atlas Linguístico Romeno II (ALR II). (Petrovici, 1940, p. 4, tradução nossa).

Figura 12 – Carta-base do *Micul Atlas Linguistic Român* (ALRM II)



Fonte: Petrovici (1940).

Figura 13 – Carta n. 15: *nas/nez* (ALRM II)



Fonte: Petrovici (1940).

Apesar da eliminação da pergunta no questionário para o atlas, Pop relata que havia decidido deixar uma nota de registro para a coleta de sinônimos da palavra romena *nare* e que isso se deu pelo fato de, na Transilvânia, ao norte do Danúbio, ter constatado que aquela era a única região em que se empregava o termo *nare* para designar o *nariz* e pela recorrência, por parte dos informantes, a outras denominações onde a *narina* não é designada pelo termo *nare* para evitar a homonímia.

Para a coleta, foi praticado o método indireto, com gestos de apoio mais diretivos às cavidades nasais, de modo a obter os termos que designam em romeno a *narina* pela pergunta “Como vocês chamam essa parte do corpo?”. Assim, observou-se que, na história da língua, o romeno *nas* provém etimologicamente do latim *nasus* (nariz), enquanto o romeno *nare* estava relacionado ao *naris* latino (narina). Entretanto, a pesquisa dialetológica detectou a existência de um *nare* para nariz e de estratégias lexicais alternativas para dirimir o problema da relação de igualdade que se estabelecia entre as palavras.

Concluiu-se, do primeiro equívoco, que é quase impossível ter em mente o estado de uso de cada palavra no léxico de qualquer língua e que um pesquisador impaciente nem sempre consegue enxergar com precisão um problema linguístico. Enfatizou-se também a importância de reservar o julgamento após a análise dos mapas elaborados de acordo com os materiais recolhidos *in loco* e sobretudo após o exame de dados obtidos por outros atlas linguísticos, o que, no caso exemplar do romeno, envolveria todo o domínio românico. Essa percepção fundamentou as aulas posteriores, nas quais se discutiram mapas sobre as formas latinas *naris* e *nasus* em romeno e o comportamento de *nasus* e *naris* em contraste a línguas românicas ocidentais.

Indica-se como um primeiro cartograma em cores exibido ao público o gráfico pertinente à distribuição do léxico associado ao étimo latino *naris* (narina) em romeno, cuja identificação de localidades é atribuída a algarismos e a presença de coloração reproduz particularidades linguísticas mais importantes. Pela cor vermelha, foram destacadas respostas que designavam a cavidade do nariz pelo termo romeno *nare*, de modo que Pop situou ao público que boa parte dos dialetos romenos atribui ao latim *naris* o significado de “narina” e ao latim *nasus* o de “nariz”.

Outra questão presente nesse extrato, nas cores verde, azul e roxa, foi a ocorrência de outros termos alternativos não etimologicamente associados à forma *naris*, como *gaura*, *huda*, *guva* e *strunga*. Explica-se o fenômeno pelo fato de os *patois* de regiões romenas ainda conservarem na formas derivadas do latim *naris* uma antiga significação latina associada a “nariz”, não a “narina”, a exemplo do dialeto aromano ou macedônio-romeno, de habitantes

da Albânia, Bulgária, Grécia e Iugoslávia, considerado o falar mais arcaico do romeno. Foi a partir dessas observações lexicais que as perguntas referentes a “nariz” e “narina” em romeno foram reabilitadas no atlas do romeno, além de integrar uma discussão na Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho, de 1949, sob o título *Naris “nez” et nasus en roumain*.

A leitura da segunda carta, pertinente a formas latinas derivadas do latim *nasus*, foi permeada pela problematização do método de obtenção de respostas via tradução, quando o inquiridor oferece uma denominação e demanda ao informante o correspondente no *patois*. Desse segundo esquema de dados linguísticos, atestou-se que o termo *nas* era quase generalizado em romeno e que duas regiões separadas uma da outra não usavam *nas* para designar nariz, mas o termo *nare*, vinculado a *naris*, que correspondia a áreas da Transilvânia ocidental, do dialeto aromano e, em parte, do dialeto megleno-romeno.

Assim, registra-se a hipótese de que o romeno deveria refletir uma fase do latim vulgar difundido por legionários romanos durante a conquista das regiões do rio Danúbio a partir da informação lexicográfica de Alfred Ernout e Antoine Meillet, no *Dictionnaire etymologique de la langue latine* (1939), quando dizem que a forma latina *naris* é encontrada no Período Imperial com o significado de “nariz”, desde o primeiro século antes da Era Cristã.

Pop chega às conclusões de que, em romeno, o latim *naris* deveria ter possuído o significado inicial de “nariz do homem” com uma aceção mais difundida no passado; o termo *nas* teria se sobreposto a *nare*, cujo desaparecimento é percebido como uma tendência futura; a palavra *nasus* seria uma inovação com provável linhagem nas denominações de focinho de animais, termos irônicos ou em termos pejorativos de modo a culminar na destituição de uma forma latina *nares*.

A abordagem das designações para o nariz em línguas românicas, assumindo-se o romeno como fenômeno linguístico de referência para a comparação do léxico, se fez para explicitar a inaceitabilidade de uma investigação linguística que se restrinja a um único domínio, sobretudo no contexto de línguas que surgiram do processo de dialetação e diferenciação do latim. O problema das formas *naris/nasus* foi analisado nos domínios italiano, corso, sardo, francês, valão, português, espanhol e catalão a partir de atlas linguísticos e dicionários dialetais.

Primeiramente, em relação ao italiano e ao corso, com base nas cartas “assoar o nariz”, n. 168, do Atlas Linguístico e Etnográfico Suíço-Italiano, de Karl Jaberg e Jacob Jud, percebeu-se que as respostas registradas associam-se, de forma quase geral, a formas diretas do latim *nasus* (*nas, nos, nes* etc.). Nos itens 678 e 679 do Atlas linguístico da Córsega, uma

continuação do Atlas Linguístico da França, por Jules Gilliéron e Edmond Edmont, quase em toda parte indica-se a forma *nazu* para designar o nariz do homem. Por fim, nas amostras n. 103, 105, 106, 107 e 113 do Atlas Linguístico da Córsega, publicado por Gino Bottiglioni, não se identificam quaisquer reminiscências de formas do latim *naris* com o significado de “nariz”.

Pop também sobreleva que o mapa n. 1092, pertinente a *il grugno* (focinho), Jaberg e Jud compilam um bom número de formas que têm como base o latim *nasus*. Isso, por sua vez, leva-o à interpretação de que dialetos da Itália central atribuem ao “focinho” a denominação de *naso*, ao passo que os falantes não fazem distinção entre “o nariz do homem” e “o nariz dos animais”, especialmente cães e, não raro, porcos.

Para o domínio sardo, os mapas n. 168 e 1618 do atlas ítalo-suíço referentes a “assoar o nariz” e “fazer o nariz sangrar”, respectivamente, foi observado o uso do termo *nare* na Sardenha central para designar nariz. Mencionou-se também o trabalho do filólogo alemão Max Leopold Wagner para apontar a prevalência de *nare* ao norte da Sardenha, tendo concluído que romenos e sardos preservavam o antigo significado do latim *naris* atestado pelos escritores latinos, sustentando-se a hipótese de que a diferenciação semântica teria ocorrido antes da diferenciação das línguas românicas, antes do século IV d.C. por acreditar ser impossível um desenvolvimento semântico independente nas mesmas regiões conhecidas por suas peculiaridades linguísticas muito arcaicas.

No que diz respeito ao francês, o atlas consultado foi, evidentemente, o Atlas Linguístico da França, de Jules Gilliéron e Edmond Edmont, no entanto, sob a circunstância de uma problematização do método de tradução empregado para a obtenção das respostas. Para Pop, o referido atlas apresentava um agravante metodológico condicionador da resposta, tanto que, pela leitura do mapa n. 908, foi apenas identificada a forma *nez* e suas variações fonéticas.

Para reconhecer a influência semântica do termo *nasus*, foi examinada a carta n. 893 *museau* (focinheira), pela qual se reconheceu que o centro da França, uma área considerada arcaizante, utilizava, em quase sessenta localidades, formas etimologicamente associadas ao termo *nasus*. Em observância ao referente narina, o conferencista situou que o atlas francês possuía um mapa fragmentário, de modo que, em seu exame, destacou que, em vinte e nove localidades, as formas conhecidas em francês literário, a exemplo de *nairines*, não são usadas pelos falantes, sendo preteridas por outros termos como *trou* e *pointu*. Com isso, encerrou-se o diagnóstico do domínio francês, situando-o em caso análogo à Romênia e à Sardenha, bem como à Península Ibérica, onde o “nariz” é designado por um derivado do latim *naris*.

Para mais, Sever Pop descreve que os dialetos românicos da Bélgica, em uma antiga fronteira do mundo românico, recebem a alcunha de valão, representando, para investigadores, uma fonte importante para questões linguísticas. Em consulta a dicionários de valão, mais precisamente as obras de Haust, Remacle, Grandgagnage e Dejardin, foi posto em aula que o termo *naréne* é usado em quase toda a Valônia, não apenas para designar as narinas, mas também o nariz, de maneira que os dialetos valões, portanto, estavam ao lado do romeno, do sardo e da Península Ibérica, uma vez que usava-se uma forma etimologicamente associada a *narina*, esta não atestada em latim, mas derivada de *naris*.

Encerrando essa discussão com a caracterização lexical da Península Ibérica, realçou-se uma vinculação do catalão, do espanhol e do português às realidades linguísticas anteriormente mencionadas. Diferentemente desses casos, não houve menção a obras ou autores que pudessem fundamentar as explicações, posto que ainda não se dispunha de um atlas linguístico completo da Península Ibérica que pudesse fornecer informações específicas sobre o uso e a difusão dos tipos lexicais.

No caso do catalão, foi indicado que o termo *nas* é frequentemente usado, embora os derivados de *naris* fossem mais numerosos. Para o espanhol e o português, termos etimologicamente vinculados ao latim *naricae*, derivado de *naris*, eram preponderantes, de modo que *nariz* era muito mais empregado que *naso* na percepção do dialetólogo. Como última observação, consta que, na língua latina, o termo *naris* poderia designar tanto “o nariz do homem”, como também “o olfato” e “o focinho dos animais”.

Ao final da exposição, foram elucidados os seguintes pontos:

- I. a comparação dos termos *naris* e *nasus* nas línguas românicas indicava claramente o progresso trazido pelos atlas às discussões linguísticas;
- II. jamais se deveria formular, sem documentação minuciosa, um juízo de valor sobre a importância de uma palavra e, sobretudo, sobre o seu uso no domínio de qualquer língua; a necessidade de coragem para reconhecer um erro científico e alertar o leitor sobre a peculiaridade de um mapa linguístico;
- III. cada palavra de uma língua tem sua própria história, que só será conhecida após paciente e prolongada pesquisa; regiões reconhecidamente entre as mais arcaicas do domínio românico (no qual o português do Brasil era parte) devem receber atenção especial dos pesquisadores, para salvar do esquecimento seus tesouros linguísticos;
- IV. o termo latino *naris*, designando o nariz humano, era encontrado nas regiões periféricas da România, seja em sua forma original *naris*, seja nas formas derivadas de

um derivado, tal como *narina* e *naricae*; o termo *nasus*, por sua vez, deveria designar especialmente o focinho de vários animais, como o “órgão do olfato”;

- V. *nasus* substituiu completamente, nas línguas literárias românicas, o termo *naris*, em referência a nariz;
- VI. a história do termo *narina* também precisava ser investigada, caso se quisesse conhecer *in loco* o processo de diferenciação de uma palavra caída em desuso, bem como a lenta vitória por quase vinte séculos.

Dessa forma, ao considerar a Dialectologia e a Geografia Linguística como disciplina e método subsidiários dos estudos históricos e a condição do português do Brasil como uma extensão do mundo românico, se podem compreender as observações de Câmara Jr., enquanto linguista e defensor de um viés sincrônico e descritivista, quanto à abordagem adotada no curso:

POP encarou o tema do ponto de vista clássico da Linguística Românica, onde a Geografia Linguística é um método de pesquisa diacrônica, destinado a substituir a exegese filológica dos textos a partir do latim. No Brasil, como em toda a América, é muito mais pertinente o uso da Geografia Linguística na Dialectologia sincrônica. (Câmara Jr., 1969, p. 43)

A iniciativa brasileira para a construção de um atlas linguístico, desde a receptividade do curso até a capacidade de reunir pessoas para o trabalho, no entanto, se mostraria como algo totalmente diferente e desafiador, posto que carecia de bases para a pesquisa de campo, a extensão do território a ser explorado reclamava uma rede de pontos numerosa e representativa e um contingente de investigadores proporcional à tarefa e devidamente treinado para tal ofício.

Estima-se, conforme a relação de inscritos no curso divulgada por Marotta em seu relatório ao boletim *Orbis*, que teriam participado dessas atividades 21 alunos: Virgínia Côrtes de Lacerda, Jefferson Augusto Marotta (o próprio informante e assistente do Prof. Antenor Nascentes), Hécio de Andrade Martins, Maria Madalena Prieto da Silva, Máximo Barocelli, Almira Moreira Neto, Dirce Côrtes Riedel, Amália Beatriz Cruz da Costa, Neusa Maria de Pinho Barbosa, Hime Gonçalves Muniz, Neusa Feital Wohrle, Carlos Augusto Pereira Carvalho, Diva Tirapelli, Celia Neves Dourado, Ayla Martins, Manoel Corrêa de Athayde, Maria da Glória Souza Pinto, Lina Tâmega Peixoto, Stella Prata da Silva, Sílvio Elia e Serafim da Silva Neto.

A composição desse público seria, posteriormente, um objeto de opinião de Antenor Nascentes ao problematizar a presença majoritária de mulheres e sua compatibilidade com as

demandas de uma pesquisa de campo em realidades geográficas pouco acessíveis e cômodas no cenário brasileiro:

O Brasil precisa ter o seu atlas que não será mais do que o complemento do de Portugal, em vias de acabamento. Desempenhando o seu encargo, a Comissão fez uma tentativa em 1954, contratando o professor Sever Pop para dar um curso sobre o assunto, mas o curso do professor Pop não produziu os resultados esperados. Houve grande desinteresse por parte do elemento masculino. Só dois estudantes de Faculdade de Filosofia compareceram, sendo o resto do auditório constituído por senhoras e senhoritas. Ora, para as tarefas de colheita de material, as mulheres são menos adequadas do que os homens, porque num país como o nosso teriam dificuldades de locomoção e de alojamento que elas muitas vezes não poderiam vencer. (Nascentes, 1958, p. 7)

Apesar das tentativas de atração do público à pesquisa dialetológica, inclusive com a apelativa extensão de prazo de inscrição no curso em meados de sua conclusão, como se pode observar no informativo do Diário Carioca de 27 de agosto de 1954, percebe-se que esse grupo se manteria inalterado até a organização da exposição dialetológica que, em horário paralelo às aulas e seminários, seria aberta à comunidade carioca durante 3 dias. Mesmo com a identificação de novos participantes, sob a figura de colaboradores da exposição, a presença feminina se manteve constante.

L'exposition linguistique organisée par M. Pop a constitué, enfin, une véritable clé d'or pour nos recherches à venir. Nous y avons pu embrasser dans un seul coup d'œil les chefs-d'œuvre universels de notre discipline, depuis les travaux dialectologiques régionaux jusqu'aux grands atlas linguistiques nationaux, parmi lesquels nous citerons l'Atlas de la Roumanie. En ajoutant l'apport brésilien nous croyons avoir eu un tableau presque complet.

Nous ne cesserons jamais de répéter que M. Pop a jeté à Rio les bases d'un centre de recherches plus actives, d'un foyer qui ne tardera pas à apporter sa contribution à la dialectologie mondiale⁵². (Marotta, 1954, t. 3, n. 2, p. 611-613)

Nesse momento, a exposição se caracterizaria como *abrasileirada*, em comparação à mostra original, por conta da incorporação de pautas linguísticas próprias e do espólio documental de Rui Barbosa, possuindo uma patronagem institucional que abrangia não apenas a direção da Casa, mas também a Universidade do Brasil, a Universidade do Distrito Federal, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional do Brasil.

De modo diferenciado, os participantes do curso de Dialetologia também foram convidados a apresentar trabalhos que pudessem integrar o repertório da exibição. Dentre essas contribuições, sugerem-se uma proposta de divisão dialetológica de Antenor Nascentes,

⁵² A exposição linguística organizada pelo Sr. Pop representou, finalmente, uma verdadeira chave de ouro para nossas futuras pesquisas. Fomos capazes de abranger em um único olhar as obras-primas universais de nossa disciplina, desde os trabalhos dialetológicos regionais até os grandes atlas linguísticos nacionais, incluindo o Atlas da Romênia. Com a contribuição brasileira, acreditamos ter obtido um quadro quase completo. Nunca deixaremos de repetir que o Sr. Pop lançou as bases de um centro de pesquisas mais ativas no Rio, um ponto focal que não tardará a contribuir para a Dialetologia mundial. (Marotta, 1954, t. 3, n. 2, p. 611-613, tradução nossa)

a qual se especula ser a proposta da segunda edição de *O linguajar carioca em 1922*, a qual tomou como base “a cadência e a existência de protônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em mente” (Nascentes, 1953, p. 25) e um cartograma pertinente aos centros de irradiação da cultura e da civilização no Brasil por Amália Beatriz Cruz da Costa.

BIBLIOTHÈQUES. - Plusieurs bibliothèques de Rio de Janeiro ont bien voulu collaborer à notre entreprise:

1. La Bibliothèque de la Casa de Rui Barbosa a présenté plusieurs livres appartenant au grand homme d'État Rui Barbosa, de même qu'une série de manuscrits ayant une grande importance linguistique. Le choix fut fait par notre collègue, Virginia Côrtes de Lacerda, directeur adjoint de la Casa de Rui Barbosa.
2. La Bibliothèque du Musée National, suite à une intervention de Mme. Maria Madalena Prieto da Silva.
3. La Bibliothèque Nationale du Brésil, par les soins de la direction de la Casa de Rui Barbosa.
4. La Bibliothèque Nationale de Philosophie, grâce à notre collègue Marcella Mortara.

PROFESSEURS - Ont présenté des travaux les professeurs suivants: Antenor Nascentes, Serafim Silva Neto, Ion G. Dimitriu, Grigore Dobrinescu, Nicolae Turcan.

En outre, M^{me}. Amalia Beatriz Cruz da Costa a bien voulu dresser une carte indiquant les centres d'irradiation de la culture et de la civilisation au Brésil, et le savant Antenor Nascentes, une carte présentant la division dialectale du Brésil.

ÉTUDIANTS - Les étudiants ont rédigé les cartes suivantes: Máximo Barocelli, Argentina, división política et Argentina, división por universidades; Manoel Corrêa de Athayde, As línguas românicas no mundo; Hécio Martins, A geografia sul-americana do fonema castelhano II (caballo) et A língua castelhana na América; Hime G. Muniz, Portugal, divisão dialetal; Lina Tâmega Peixoto e Maria da Gloria Souza Pinto, Brasil, capitais dos Estados e centros comerciais.

ÉLÈVES DE LYCÉE - Madame Maria Madalena Prieto da Silva témoigna un intérêt particulier à notre Exposition, en faisant rédiger en couleurs, par ses élèves, plusieurs cartes administratives du Brésil.

Voici les cartes rédigées et le nom des élèves:

Estado do Rio de Janeiro, par: Jael A. Gomes, Judith Azevedo, Maria José Jelles et Nádja Khede; Distrito Federal, par: Alice Mattos, Dora Willemsens, Guanaira Oliveira, Idê Giordani, Neide Antunes, Virginia E. Lopes, Walkiria Sarabanda e Wilma Costa Fraga; Minas Gerais, par Isaura Gonçalves Mandim; São Paulo, par Theresa J. Bento et Olga Pugachiov; Espírito Santo, par Noemia Tavares et Joana Dias Santos; Maranhão, par Dinalva de Salles Queiroz; Goiás, par Hilda M. de Souza⁵³. (Pop, 1954, t. 3, n. 2, p. 613-614)

⁵³ BIBLIOTECAS - Várias bibliotecas do Rio de Janeiro gentilmente colaboraram com nosso empreendimento: 1. A Biblioteca da Casa de Rui Barbosa apresentou vários livros pertencentes ao grande estadista Rui Barbosa, bem como uma série de manuscritos de grande importância linguística. A seleção foi feita por nossa colega, Virginia Côrtes de Lacerda, diretora adjunta da Casa de Rui Barbosa. 2. A Biblioteca do Museu Nacional, graças à intervenção da Sra. Maria Madalena Prieto da Silva. 3. A Biblioteca Nacional do Brasil, sob os cuidados da direção da Casa de Rui Barbosa. A Biblioteca Nacional de Filosofia, graças ao nosso colega Marcella Mortara. PROFESSORES - Apresentaram trabalhos os seguintes professores: Antenor Nascentes, Serafim Silva Neto, Ion G. Dimitriu, Grigore Dobrinescu, Nicolae Turcan. Além disso, a Sra. Amalia Beatriz Cruz da Costa teve a gentileza de elaborar um mapa indicando os centros de irradiação da cultura e da civilização no Brasil, e o erudito Antenor Nascentes, um mapa mostrando a divisão dialectal do Brasil.

Com base nesse informativo, nota-se que outros 19 estudantes, para além dos 21 inscritos, ofereceram contribuições à exposição sob a coordenação de Maria Madalena Prieto da Silva: Jael A. Gomes, Judith Azevedo, Maria José Jelles, Nadja Khede, Alice Mattos, Dora Willemsens, Guanaira Oliveira, Idê Giordani, Neide Antunes, Virginia E. Lopes, Walkiria Sarabanda, Wilma Costa Fraga, Isaura Gonçalves Mandim, Theresa J. Bento, Olga Pugachiov, Noemia Tavares, Joana Dias Santos, Dinalva de Salles Queiroz e Hilda Maria de Souza. No que concerne à participação de professores, destaca-se o comparecimento de Nicolae Turcan, um dos colaboradores do atlas romeno.

Naturalmente, a inauguração da exposição foi presidida pelo diretor da instituição, o Prof. Américo Jacobina Lacombe, sendo relatada a presença de professores, alunos de ensino superior, jornalistas e escritores em tal ocasião para prestigiar o alto valor cultural e científico do evento. Em contrapartida, para a solenidade de encerramento, não só estavam presentes os funcionários da instituição, os membros da Comissão de Filologia e os participantes do ciclo de atividades, mas também, de modo peculiar, a presença do Ministro da Educação Cândido Mota Filho (1897-1977) para fazer valer o apoio institucional do governo à elaboração do atlas linguístico. Pela morte do presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, o vice-presidente João Fernandes Campos Café Filho (1897-1977) assumiu a chefia do Estado, reorganizando as administrações dos ministérios, de modo que Cândido Motta Filho substituiu Edgard Rego Santos (1894-1962), ministro de atuação curta na pasta da educação entre julho e setembro de 1954, assim como os demais sucessores de Ernesto Simões Filho⁵⁴.

[...] La clôture de notre Exposition fut honorée de la présence de Monsieur le Ministre de l'Éducation et de la Culture du nouveau gouvernement, M. Candido MOTA FILHO.

Le savant Clovis MONTEIRO, membre de la Commission de Philologie du Centre de Recherches de la Casa de Rui Barbosa, remercia Monsieur le Ministre de sa présence, et illustre l'importance de cette manifestation scientifique au Brésil. Nous

ESTUDANTES - Os estudantes elaboraram os seguintes mapas: Máximo Barocelli, Argentina, divisão política e Argentina, divisão por universidades; Manoel Corrêa de Athayde, As línguas românicas no mundo; Hécio Martins, A geografia sul-americana do fonema castelhano II (caballo) e A língua castelhana na América; Hime G. Muniz, Portugal, divisão dialetal; Lina Tâmega Peixoto e Maria da Gloria Souza Pinto, Brasil, capitais dos Estados e centros comerciais.

ALUNOS DO LICEU - A Sra. Maria Madalena Prieto da Silva demonstrou um interesse especial em nossa Exposição, ao fazer com que seus alunos elaborem em cores vários mapas administrativos do Brasil. Aqui estão os mapas elaborados e os nomes dos alunos: Estado do Rio de Janeiro, por: Jael A. Gomes, Judith Azevedo, Maria José Jelles e Nádja Khede; Distrito Federal, por: Alice Mattos, Dora Willemsens, Guanaira Oliveira, Idê Giordani, Neide Antunes, Virginia E. Lopes, Walkiria Sarabanda e Wilma Costa Fraga; Minas Gerais, por Isaura Gonçalves Mandim; São Paulo, por Theresa J. Bento et Olga Pugachiov; Espírito Santo, por Noemia Tavares et Joana Dias Santos; Maranhão, por Dinalva de Salles Queiroz; Goiás, por Hilda M. de Souza. (Pop, 1954, t. 3, n. 2, p. 613-614, tradução nossa)

⁵⁴ Descreve-se a seguinte trajetória de chefes do Ministério da Educação: Ernesto Simões Filho (1951-1953); Péricles Madureira de Pinho (maio de 1953 a junho de 1953); Antônio Balbino de Carvalho Filho (junho de 1953 a julho de 1954); Edgard Rego Santos (julho de 1954 a setembro de 1954) e Cândido Mota Filho (setembro de 1954 a novembro de 1955).

avons souligné l'intérêt que le monde scientifique témoigne au développement des études linguistiques au Brésil, ainsi que le travail magnifique réalisé par nos collaborateurs à l'Exposition.

Monsieur le Ministre, Candido MOTA FILHO promet tout son appui aux études de dialectologie et de linguistique au Brésil, et exprima son désir de développer les échanges culturels entre la Belgique et le Brésil⁵⁵. (Pop, 1954, t. 2, n. 1, p. 614).

Mota Filho era advogado, jornalista, escritor e político paulista. Na esfera linguístico-literária brasileira, durante a juventude, integrou a Semana de Arte Moderna, como participante e crítico jornalístico do movimento de renovação modernista em 1922, orientado ao abasileiramento das artes e da literatura e à construção de uma identidade nacional. Também foi promotor do Movimento Verde-Amarelo encabeçado por Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, um grupo literário nacionalista dentro do Modernismo brasileiro que valorizava o cultivo de elementos nacionais isento de influência europeias.

Mais do que um elemento constitutivo da formação intelectual e das aspirações estéticas do novo ministro, esse passado consistia em um objeto de observação acerca de sua posse, méritos e deveres no mais alto cargo da educação brasileira, como bem explicita o jornalista Jayme Maurício em uma nota intitulada *O novo ministro é revolucionário modernista*, do dia 07 de setembro de 1954.

Poucos estão lembrados, mas o atual Ministro da Educação e Cultura, sr. Cândido Motta Filho, crítico de arte e de literatura, foi um dos revolucionários da famosa Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, nela tomando parte ativa ao lado de Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Tarsila, Mário de Andrade, Graça Aranha e outros.

Coincidência curiosa é que o sr. Cândido Mota Filho tenha vindo parar no Ministério da Educação, justamente na ocasião em que seu correligionário na grande semana de reivindicações estéticas - Di Cavalcanti - se apresenta ao público carioca com uma exposição retrospectiva da sua obra.

O Ministro que tem um filho modernista na direção do Museu de Arte - Flávio Mota - vem encontrar em pleno florescimento o movimento de que foi um dos promotores há 31 anos passados.

Especiais razões terá, portanto, para cuidar dos museus e exposições de arte, principalmente dêsse dinâmico Museu de Arte Moderna do Rio, que tão próximo dêle se encontra e, onde, quinta-feira próxima, às 18 horas, será inaugurada - e inevitavelmente com a presença do titular da Educação, modernista comprometidíssimo - a grande retrospectiva de seu companheiro de lutas e ideais da mocidade - Emiliano Di Cavalcanti.

Depois, o ministro irá, naturalmente, fazer algumas modificações essenciais em alguns postos administrativos que há anos estão a bradar por socorro, afogados na mais completa reação aos ideais contemporâneos de arte. Um "herói" de 22 detém, no momento, o maior poder de educação e cultura junto ao governo. Nada mais tem

⁵⁵ O encerramento da nossa Exposição foi honrado com a presença do Sr. Candido MOTA FILHO, Ministro da Educação e Cultura do novo governo. O erudito Clovis MONTEIRO, membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, agradeceu ao Sr. Ministro por sua presença e destacou a importância deste evento científico no Brasil. Nós enfatizamos o interesse que a comunidade científica demonstra pelo desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil, bem como pelo magnífico trabalho realizado por nossos colaboradores na Exposição. O Sr. Ministro, Candido MOTA FILHO, prometeu todo o seu apoio aos estudos de Dialectologia e Linguística no Brasil, e expressou seu desejo de promover intercâmbios culturais entre a Bélgica e o Brasil (Pop, 1954, t. 2, n. 1, p. 614, tradução nossa).

a fazer, no setor artístico, do que ser coerente.
Jayme Maurício (Correio da Manhã, 07/09/1954, p. 12).

Na vida pública, identificou-se que, durante o Estado Novo (1937), ele fez parte do Departamento de Imprensa e Propaganda e, posteriormente, foi chefe do gabinete do Ministro do Trabalho no Governo Gaspar Dutra (1945). Em 1951, no início do segundo mandato de Vargas (1951-1954), segundo a cronologia publicada pela Revista da Academia Brasileira de Letras, em 1978, é assinalada uma série de viagens a cidades universitárias, como Lisboa, Madri, Paris e Berlim, com o objetivo de colher informações para a elaboração de um programa de ensino superior aos moldes das antigas e tradicionais universidades europeias. De certa maneira, sua presença, ao final da exposição de Geografia Linguística, marcava a continuidade de um compromisso com o desenvolvimento científico-cultural brasileiro aliado a um regime de cooperação internacional com países europeus num momento de transição entre chefias do Ministério da Educação.

Em uma seção de agradecimentos nas Crônicas do Centro, registra Sever Pop gratidão pela recepção e pelo tratamento que recebera durante sua estadia no Rio de Janeiro, com principal destaque para os membros da Comissão de Filologia e os colaboradores da Casa de Rui Barbosa:

Nous remercions vivement la direction de la Casa de Rui Barbosa et tout son personnel, pour l'appui efficace et la grande amabilité qu'ils nous ont constamment témoignés.

Parmi les confrères, je remercie plus particulièrement mon éminent collègue et ami, Antenor Nascentes, dont la collaboration fut particulièrement précieuse et efficace.

Nous garderons un souvenir inoubliable des collègues Serafim Silva Neto, Virgínia Côrtes de Lacerda, Clóvis Monteiro, Augusto Magne, Augusto Meyer, ainsi que de notre confrere Madame Maria Madalena Prieto da Silva, de notre compatriote et ami M. Ion Economu, et de notre collaborateur à l'Atlas linguistique roumain, M. N. Turcan.

La secrétaire du Centre de Recherche, Mlle. Noray Levy, a très souvent, par son intervention efficace, facilité notre tâche.

Que tous les collaborateurs bénévoles veuillent trouver ici l'expression de notre reconnaissance très sincère pour ce travail de collaboration internationale dans le domaine de la dialectologie⁵⁶. (Pop, 1954, t. 2, n° 1, p. 615)

Enfim, no dia 14 de setembro de 1954, foram encerrados o curso e a exposição de Dialetoлогия e Geografia Linguística de Sever Pop. Faltavam apenas 8 dias para o término das

⁵⁶ Agradecemos sinceramente à direção da Casa de Rui Barbosa e a toda a sua equipe pelo apoio eficaz e grande gentileza que nos demonstraram constantemente.

Entre os colegas, agradeço especialmente ao meu eminente colega e amigo, Antenor Nascentes, cuja colaboração foi particularmente valiosa e eficaz. Guardaremos uma lembrança inesquecível dos colegas Serafim Silva Neto, Virgínia Côrtes de Lacerda, Clóvis Monteiro, Augusto Magne, Augusto Meyer, bem como da nossa colega Maria Madalena Prieto da Silva, do nosso compatriota e amigo Ion Economu e do nosso colaborador no Atlas Linguístico Romeno, N. Turcan.

A secretária do Centro de Pesquisa, Srta. Noray Levy, frequentemente facilitou nossa tarefa com sua intervenção eficaz. Que todos os colaboradores voluntários encontrem aqui a expressão de nossa sincera gratidão por esse trabalho de colaboração internacional no campo da Dialetoлогия. (Pop, 1954, t. 2, n. 1, p. 615, tradução nossa)

férias de verão na Europa, o que impulsionaria o retorno do dialetólogo romeno à Bélgica. A temporada no Brasil havia sido encarada como um trabalho positivo de cooperação internacional por Pop, que guardaria lembranças da receptividade e das ações eficazes da comunidade científica brasileira e da instituição anfitriã.

6.1.3 Laboratório de Fonética na Bahia: conferências e publicação (1958, 1961)

Nos dias 15 e 17 de janeiro de 1958, foram proferidas duas conferências pelo Prof. Nelson Rossi — um catedrático de Filologia da Língua Portuguesa — sobre o laboratório de fonética experimental recém-organizado na Faculdade de Filosofia da Bahia e um conjunto de resultados de pesquisa obtidos pela aplicação de um questionário linguístico no povoado baiano de Portão com a participação de alunos previamente treinados nesse espaço de estudos avançados para o trabalho de campo. Posteriormente, o objeto de discussão desses dois encontros sobre as atividades no campo da Fonética e da Dialectologia ganhou um volume impresso intitulado *Laboratório de fonética na Bahia* (1961), com prefácio de Antenor Nascentes, pela Casa de Rui Barbosa.

Rossi (1927-2014) pertencia a uma nova geração de filólogos formados na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesse ambiente universitário, obteve licenciatura em Letras Clássicas e acesso ao programa de bolsas de estudo da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com suporte da UNESCO, o que o permitiu realizar estágios em Fonética Experimental, sob a supervisão de Armando de Lacerda, em Portugal, no Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra, durante quatro meses, e na França, no Instituto de Linguística e Fonética Gerais e Aplicadas de Paris, à época dirigido pelo Prof. Pierre Fouché, permanecendo ali durante seis meses, entrando em contato com os trabalhos de Marguerite Durand, professora assistente atuante no laboratório de fonética parisiense, e Georges Straka, professor da Universidade de Estrasburgo. A trajetória de estudo nos dois países europeus proporcionaria a apreensão de conhecimentos e práticas em dois polos de tradição e modernidade nos estudos fonéticos.

Durante quatro meses o sr. Rossi aperfeiçoou-se em fonética experimental, em laboratórios muito adiantados.

Disse-nos que o processo não é novidade no mundo, mas que no Brasil ainda não foi possível que estrangeiros aprendam a falar fluentemente o nosso idioma em apenas três meses de prática. Em Lisboa, viu suecos, chineses e irlandeses aprenderem o português em pouco mais de 90 dias.

A fonética experimental consiste em colocar-se no papel gráficos correspondentes aos sons, observando-se a posição exata dos órgãos, ao falar.

Para atingir a êsse fim, cientistas especializados conseguiram, mediante um jogo de espelhos, fotografar os órgãos de fonação, durante a articulação das palavras. Daí é só passá-los para o papel.

No Brasil, o primeiro laboratório de fonética experimental será montado na Bahia, já

tendo sido adquiridos os aparelhos indispensáveis a facilitar o ensino de línguas vivas. Esses aparelhos dão, em poucos meses, as articulações de todos os sons da língua estudada.

Um dos fins do laboratório de fonética experimental será o de manter em evidência palavras quase em desuso, que caracterizam determinada época e região (Tribuna da Imprensa, 19/07/1955, p. 2).

Retornando ao Brasil do intercâmbio europeu em 1955, trazendo consigo uma inigualável bagagem intelectual e expertise de uma nova realidade teórica e técnica, o erudito recebera um convite do magnífico reitor Edgard Santos da Universidade da Bahia — Ex-ministro da Educação e Saúde Pública, tendo atuado na pasta entre julho e setembro de 1954 —, para ocupar interinamente a cátedra de Filologia Portuguesa deixada por Heitor Dias Pereira (1912-2000), oportunidade pela qual foi possível a instalação e fundação de um laboratório de fonética aos moldes dos mais modernos centros de pesquisa europeus e reconhecido como o primeiro laboratório desse gênero em território sul-americano entre os meses de dezembro 1956 e junho de 1957.

Em 1958, passados seis meses de atividades de pesquisa do novo centro investigativo, Nelson Rossi intentava divulgar as boas novas em ciência e inovação e assinalar seu compromisso com a cruzada dialetológica e o Atlas Linguístico do Brasil, como bem explicitam dois jornais da época que divulgaram o evento e descreveram em notas informativas sínteses do evento científico-cultural:

“O Laboratório de Fonética é uma realização das mais importantes, e quase todos os países o possuem. No Brasil, o que instalamos é o primeiro entre nós. Sua função precípua é estudar tôdas as manifestações da fala em bases objetivas, com dados numéricos” - declarou, ontem, ao Correio da Manhã o sr. Nelson Rossi, catedrático de Filologia da Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia e responsável pela instalação do Laboratório de Fonética daquela Universidade, pouco antes de pronunciar, na Casa de Rui Barbosa, uma conferência sobre experiências colhidas no interior baiano com as pesquisas fonéticas. (Correio da Manhã, 16/01/1958, p. 2)

Palestras sobre as pesquisas realizadas no Laboratório Experimental de Pesquisas Fonéticas da Universidade da Bahia serão feitas pelo professor Nelson Rossi, a partir de hoje, às 17 horas, na Casa de Rui Barbosa. Aos presentes, serão feitas perguntas simples visando a colheita de elementos mais comuns na conversação diária de várias classes da população.

O sr. Rossi, que além de professor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, dirige o Laboratório, pretende realizar vários estudos para um inquérito sobre a dialectologia no interior do Brasil.

Em seus trabalhos, no campo da fonética, vem tendo grande apoio do professor Edgar Santos, Reitor da Universidade, incluindo a ajuda material e instituição de centros de pesquisas e de estudos em vários setores da Universidade. (Tribuna da Imprensa, 16/01/1958, p. 2)

É importante situar que, diante da importância dos estudos fonéticos para a Dialetologia, pela compreensão de a ciência oferecer as condições necessárias para o registro e descrição de uma “língua viva” para que se pudesse espelhar empiricamente as nuances de

um estado de pronúncia de falares, dialetos ou patois e seus traços essenciais, no sentido de construir um lastro para caracterizar tendências evolutivas de uma língua, afastando-se das imprecisões da observação auditiva individual, a área de atuação florescia nos mais diferentes cenários e contextos institucionais.

Em 1956, na Crônica do Centro, do boletim *Orbis*, Sever Pop já expressava preocupação com o mapeamento de institutos de fonética e arquivos fonográficos por países e domínios, identificando à época pelo menos 33 contextos geográfico-linguísticos interessados pelos registros fônicos ao longo do mundo: África do Sul, Alemanha, Inglaterra, Domínio Árabe, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Domínio Céltico, China, Dinamarca, Espanha, Estônia, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Domínio Grego, Hungria, Domínio Indiano, Israel, Itália, Japão, Marrocos, Noruega, País-Baixo, Polônia, Portugal, Romênia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia, Domínio Ucrâniano e Iugoslávia (Pop, 1956, t. 5 , n. 1, p. 308-311).

No contexto brasileiro, os primeiros sussurros da fonética experimental, segundo Nascentes (1961a, p. 7), haviam surgido no Colégio Pedro II, em 1919, na circunstância de um concurso para a cátedra de língua espanhola, quando o professor-examinador Vital de Almeida levou um palato artificial para a mesa examinadora, um recurso de palatografia indireta para coleta de marcas do contato entre a língua e a região palatal no processo de articulação de sons da fala que remonta ao século XIX.

Um outro momento seria em 1929, pela influência de José Joaquim Oliveira Guimarães, à época catedrático de Metodologia Geral das Ciências do Espírito, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e autor do livro *Fonética Portuguesa: Compêndio da ortologia nacional* (1927), quando o mestre coimbreense visitou a mesma instituição para uma conferência sobre fonética, a partir da qual se cogitou o estabelecimento de um laboratório por iniciativa de Nascentes com aval do diretor Euclides Roxo, envolvendo negociações do aparato tecnológico necessário com uma casa especialista em Hamburgo, na Alemanha, mas sem lograr êxito por um dos atos de suspensão de encomendas internacionais emitidos pelo governo brasileiro, em decorrência do golpe de Estado que depôs o presidente Washington Luís em 1930 e marcou o início da Era Vargas.

Anos mais tarde, uma publicação do Correio Paulistano, de 16 de janeiro de 1938, noticiava a aquisição de aparelhos para o estudo da Fonética Experimental para Seção de

Língua Inglesa da Faculdade de Letras da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, mas a instituição sofreria com o encerramento de atividades em 1939⁵⁷.

Em 1959, retomando o planejamento idealizado para o Colégio Pedro II, um laboratório seria montado ali pelas intervenções de Carlos Henrique da Rocha Lima e Armando de Lacerda, mas sem notícias de uso e funcionamento⁵⁸. Em São Paulo, no mesmo ano, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa, havia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, na qual operavam os cursos de Pedagogia, História e Letras Anglo-Germânicas, a instituição contava com onze professores e tinha a expectativa de montar um laboratório de fonética com o objetivo de desenvolver material de ensino próprio com técnicas modernas nos cursos de ensino superior⁵⁹.

Na listagem de Pop (1956), o dialetólogo romeno sobrelevava, no quadro de instituições brasileiras, o Laboratório de Fonética e Acústica do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo e a Discoteca Pública Municipal de São Paulo. O laboratório de fonética e acústica, subordinado ao Serviço de Acústica da Secretaria da Educação e da Cultura, dirigido por João Lellis Cardoso, professor de Ortofonia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de São Paulo, foi instituído em 1947 para atender finalidades científico-culturais e prestar serviços no âmbito da acústica da fala e da acústica do ambiente, a exemplo de sessões de ortofonia com crianças da rede pública de ensino, estudos apuratórios de níveis de ruídos em ruas de São Paulo e enquetes populares de mensuração de volume de som em cooperação com o departamento municipal de urbanismo que, até 1960, investia em um projeto de consciência acústica.

Em uma súmula dos onze anos de trabalho do laboratório e de seus setores linguístico, ortofônico e acústico, Cardoso (1958) destaca um interesse institucional por estudos de dialeção, levantamento estatístico de vocabulário e a confecção de um atlas linguístico. Dentre as realizações, citam-se um Vocabulário⁶⁰, no intuito de fomentar práticas de

⁵⁷ Correio Paulistano. Estudo da phonetica experimental. São Paulo, 16 de janeiro de 1938, p. 5. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=laborat%C3%B3rio%20de%20fon%C3%A9tica&hf=memoria.bn.br&pagfis=22329> Acesso em 21 de maio de 2023.

⁵⁸ Em 1959, meu sonho se realizou. Graças aos esforços dos professores Rocha Lima e Armando de Lacerda, montou-se um laboratório no Colégio Pedro II, mas, por motivos que não vêm a pêlo, ainda não funciona. (Nascentes, 1961a, p. 8)

⁵⁹ Assembleia Legislativa de São Paulo. Mensagem apresentada pelo Governador Armando de Salles Oliveira (SP) - 1936 a 1960. Disponível em:

<<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800945&pesq=laborat%C3%B3rio%20de%20fon%C3%A9tica&hf=memoria.bn.br>>. Acesso em 21 de maio de 2023.

⁶⁰ Segue uma parte do relatório: [...] Com êste intuito foi executada uma pesquisa em escolas da Capital, obtendo-se finalmente um Glossário composto de 3.339 palavras, verbos e demais categorias gramaticais, 3.113 variantes fonéticas, proferidas espontaneamente 76.352 vezes. As palavras foram escolhidas na linguagem espontânea dos escolares, dos 3 aos 12 anos (cursos pré-primário, primário) e além dos 14 (cursos ginásial, colegial, universitário). Êstes vocábulos, de uso mais comum, constituem uma coleta de palavras acompanhadas

metodologia da leitura e da escrita e embasar a construção de livros didáticos para estudantes do pré-primário, primário, curso ginásial, colegial e universitário, e um Atlas Linguístico do Município⁶¹, este não deve ser considerado na acepção de conjunto de cartogramas produzidos segundo o método geográfico-linguístico, mas um conjunto de gráficos estatísticos e notas de línguas de imigração presentes e influentes sobre o cenário paulista.

Em adição, a discoteca idealizada por Mário de Andrade em 1935, um dos líderes do movimento de renovação cultural modernista no Brasil e, à época diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, possuía equipamentos de registro sonoro e conversão gráfica de ondas sonoras e um arquivo com gravações de pronúncias regionais, originados de um projeto de nacionalismo musical e de expansão cultural no cenário do Estado Novo. Embora não fossem espaços propriamente voltados para estudos linguísticos, constituíam setores privilegiados e dignos de nota em decorrência de sua organização e aparato instrumental. Pela sequência de infortúnios provocados pela conjuntura sociopolítica brasileira, o laboratório de fonética baiano vingava uma lacuna tecnocientífica que, na primeira metade do século XX, buscava-se superar.

No âmbito da Casa de Rui Barbosa, a comunicação científica aberta à comunidade carioca se desenvolveria sob duas perspectivas: primeiramente, no dia 15 de janeiro, assentar a importância do ensino regular de Fonética, a função de um laboratório, seus benefícios para diferentes áreas do conhecimento e aplicações práticas em variados contextos e, por último, no dia 17 de janeiro, descrever a estrutura, a organização e o conjunto de atividades desempenhadas pelo laboratório baiano em 1957, com ênfase em resultados obtidos por um exercício prático com estudantes de Letras em iniciação aos estudos dialetológicos.

No primeiro dia, conforme Rossi (1961), para construir sua exposição, o conferencista valeu-se de um repertório significativo e atualizado de bibliografia francesa para justificar a circunstância de estudo da fonética e a pertinência de laboratórios aplicados a esse campo. Compunha esse universo de textos fundadores que tiveram citações expostas em sala os *Éléments de phonétique générale* (1910), de Leonce Roudet; *Linguistique et dialectologie*

de sinonímias e, são de valor social-linguístico visto serem empregados nos diferentes núcleos sociais do município, onde constatamos 32 diferentes nacionalidades influenciando no Idioma Nacional. (Cardoso, 1958, p. 10)

⁶¹ Para esclarecimentos, trazemos um excerto do relato sobre o “atlas”: [...] As estatísticas linguísticas realizadas pelo laboratório de Fonética vieram demonstrar que 27 nacionalidades influem em nosso idioma: brasileira, portuguesa, alemã, espanhola, húngara, italiana, austríaca, russa, síria, iugoslava, tcheca, lituana, mexicana, polonesa, estoniana, francesa, rumena, ucraniana, búlgara, argentina, japonesa, judaica, armênia, israelita, suíça, inglesa, e norte-americana. Em nenhum ambiente talvez seja mais propício os estudos raciais do que na Capital onde cada povo tem a sua religião, seus hábitos, seus costumes e língua, seus “folkways e mores”. [...] Consiste num levantamento estatístico onde figuram: a influência de estrangeiros na Capital, bem como as peculiaridades da língua, evidentes em núcleos sociais, sua predominância no linguajar, etc. (Cardoso, 1958, p. 10)

romanes, Problèmes et méthodes (1923), de Georges Millardet; *Traité de Phonétique* (1950), de Maurice Grammont; *La Phonétique* (1954), de Bertil Malmberg; a tradução francesa de Jean Cantineau dos *Principes de Phonologie* (1949), de Nikolai Trubetzkoy; excertos da *Révue de Phonétique* (1901) e *Applications de la Phonétique Expérimentale* (1924), de Jean Pierre Rousselot; *Précis d'Expérimentation Phonétique* (1926), de Adrien Millet; e uma notícia do laboratório do Collège de France por Michel Bréal (1897).

Nesse rol, os trabalhos de cunho estruturalista levavam ao público uma nova abordagem para descrição e interpretação dos sons da língua falada, derivada de uma teoria de análise que concebia a matéria fônica como elemento integrante de uma estrutura dotada de um sistema básico de sons e formas, cuja apreensão permitia caracterizar um estado linguístico. Além disso, fragmentos de um artigo norte-americano intitulado *Ears for computers* (1955), de Edward E. David Jr., foram exibidos para demonstrar a influência e a contribuição da fonética no campo das telecomunicações.

Pronunciando mal o francês e o inglês (porque, segundo afirma, não estudou línguas num colégio que tivesse um laboratório de fonética), o professor Nelson Rossi, da Faculdade de Filosofia da Bahia, começou ontem na Casa de Ruy Barbosa sua série de palestras "sobre os resultados de uma pesquisa fonética" levadas a efeito no interior do seu Estado.

O professor fez dezenas de citações dos mestres franceses para mostrar a importância prática do estudo da fonética e leu publicações americanas sobre os últimos adiantamentos da técnica de registro dos sons linguísticos, surpreendendo até mestre Antenor Nascentes e o professor Antônio Houaiss, ao contar que Bell pôs em uso um telefone que "ouve" e liga o número desejado, sem precisar discar. (Jornal do Brasil, 17/01/1958, p. 9)

Nesse panorama, a concepção de Fonética que atravessou o desenvolvimento da conferência partiu da compreensão de uma ciência dos sons emitidos pelo aparelho fonador humano. Por conseguinte, a Fonética Experimental se caracterizaria como uma ramificação desse campo, orientada aos processos orgânicos necessários à produção da fala, valendo-se de procedimentos de descrição, medição, análise e registro de aspectos fisiológicos e articulatorios, possuindo uma gama de efeitos práticos pela construção de um conhecimento inerentemente interdisciplinar.

Um laboratório, nessas circunstâncias, consistia em um espaço de estudos avançados com condições técnicas e aparelhagem necessárias para permitir, primariamente, o ensino instrumentalizado de Fonética em suas diferentes abordagens, tais quais a fonética fisiológica e experimental, a fonética descritiva, a fonética histórica e a fonética psicológica, e oferecer recursos preparatórios para pesquisa a partir de um aparato capaz de levantar e processar dados sobre os sons da fala sob parâmetros empíricos aliados a ferramentas capazes de

quantificar para melhor qualificar um certo fenômeno, afastando o investigador da seara do impressionismo e da especulação.

Outra reverberação seria a escolha do informante apto a fornecer os dados linguísticos pertinentes ao objetivo de pesquisa, prezando pela representatividade e qualidade do registro fônico. Na área de letras, o autor destacou a importância da fonética no estudo de línguas estrangeiras como o francês, o italiano, o espanhol, o inglês e o alemão; no conhecimento científico de línguas clássicas, tais como o latim e o grego, e de línguas indígenas; e no campo da literatura, considerando os estudos franceses sobre a estrutura do verso.

- Para que serve um Laboratório de Fonética? Eis a pergunta - diz o professor - que leigos, e os próprios operários que prepararam o revestimento acústico de nossas salas, nos fazem constantemente. Desde 1910 já Roudet apontava o valor prático desse estudo, fundamento necessário da ciência e da fonação da língua. E Grammont mostrava que a fonética é valiosa para o aprendizado dos idiomas estrangeiros, porque torna sensíveis movimentos que escapam a nossos olhos.

Apesar disso, graceja o Sr. Rossi, quando perguntaram a Armando de Lacerda, da Universidade de Coimbra, para que serviam os aparelhos de seu laboratório, achou mais fácil responder:

- Servem para fazer botões.

(Jornal do Brasil, 17/01/1958, p. 9)

O Laboratório de Fonética encarrega-se de estudar as manifestações da fala, em bases objetivas, e é de grande utilidade prática para auxiliar o estudo de línguas estrangeiras. Seus aparelhos podem ainda, devidamente utilizados, servir para inúmeros estudos de ordem clínica dos órgãos vocais humanos. Conforme está estruturado, o laboratório da Bahia compõe-se de 3 seções fundamentais: Registro Sonoro, Arquivo Sonoro e Medições e Análise. Destas, a mais importante é a seção de Arquivos Sonoros, que terá um setor destinado às línguas estrangeiras, outro às falas regionais e um terceiro que se ocupará das manifestações linguísticas de intenção estética. O arquivo guardará gravações de pronúncias regionais colhidas "in loco" para o que equipes volantes do laboratório terão de viajar por todo o interior do Brasil. Os trabalhos para coleta de material obedecem a um regime rígido na escolha das pronúncias que servirão de amostra. As pessoas cujas vozes serão registradas, de cada região de pronúncia notável, terão de residir no local sem nunca ter viajado, terão de ser filhos de pais nascidos no local, e o local deverá ser o mais afastado da civilização possível. De preferência sem luz elétrica (não há influência do rádio). Além disso, o indivíduo deverá apresentar o aparelho vocal sem imperfeições prejudiciais: possuirá ao menos os dentes da frente e não terá defeitos de fonação visíveis (gagueira, rouquidão etc.) (Correio da Manhã, 16/01/1958, p. 11).

Rossi problematizou a lacuna em relação ao estudo regular de fonética no Brasil, mencionando a expressão dessa falha em dois objetos de interesse do cenário científico-cultural brasileiro: as pretensões de fixação de normas de pronúncia e as tentativas de estudos amplos de investigação sem uma formação nessa disciplina.

No primeiro ponto, o foneticista aparenta se referir ao esforço do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, organizado por Mário de Andrade em 1937, evento que sediou

séries de debates sobre a identidade linguística brasileira e um projeto de padronização da pronúncia brasileira no canto erudito e no teatro, tomando como matriz de referência a pronúncia carioca a partir de argumentos histórico-culturais e estudos dialetológicos baseados em observação auditiva, carentes de comprovação experimental.

Por último, nota-se uma crítica à insuficiência científica brasileira da época para o desenvolvimento de investigações que objetivem a descrição e levantamento de dados da fala para caracterizar a variedade brasileira, tal como se intentava no trabalho de campo necessário ao Atlas Linguístico do Brasil.

Espanta, realmente, mais do que isso, o fato de no Brasil, ainda hoje, sessenta anos depois das palavras de BRÉAL, não se haver instituído o estudo regular de Fonética. E, mais do que tudo, o fato de pretender-se fixar normas de pronúncia especiais ou realizar estudos mais amplos e delicados sem levar na devida conta a preparação fonética dos pesquisadores, sem a qual não haverá uma só linha a coberto das maiores reservas...

Na palestra seguinte veremos os esforços que ora se fazem na Bahia para corrigir êsse estado de coisas, principalmente a sondagem dialectológica de n.º 3, na localidade denominada Portão, à qual não teríamos ousado abalar-nos antes do laboratório e que temos a impressão de constituir o primeiro passo efetivo para o futuro (e ainda distante, tranquilizai-vos) Atlas Linguístico da Bahia. Aproveitemos os minutos que nos restam - se ainda não vos esgotamos a benevolência - para uma visão do plano que propomos se adote em 1958. (Rossi, 1961, p. 21).

O conteúdo da primeira conferência, de modo geral, tentava promover a pertinência das atividades do laboratório de fonética baiano para a preparação de pesquisadores habilitados ao trabalho de campo a ponto de constituir matéria suficiente para a expectativa de elaboração de um futuro atlas regional, um Atlas Linguístico da Bahia. A percepção de uma “pendência metodológica” seria inclusive um aspecto que o próprio Antenor Nascentes, membro da Comissão de Filologia e referência nos estudos dialetais, reconheceria no prefácio à obra que relata a comunicação no centro de pesquisas da Casa de Rui Barbosa:

Professor Nelson é jovem, é culto, tem prática de laboratórios europeus.

Dêle muito espera a ciência nacional.

Sem um estudo profundo da fonética, feito em bases científicas, será impossível o desejado ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, que está confiado por lei à casa que traz o nome do filho dileto da Bahia (Nascentes, 1961b, p. 8).

Diante dos desafios previamente evidenciados por Pop, em 1954, no curso de Dialectologia e Geografia Linguística, acerca das peculiaridades da realidade linguística brasileira e do aporte metodológico necessário para lidar com um território de grandes proporções e demografia irregular, além da escassez de recursos humanos, já estava bem assentada uma consciência de que seria necessário o desenvolvimento de investigações de caráter parcial para que, somadas, resultassem o Atlas Linguístico do Brasil. Por ocasião do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Lisboa em 1957, já

existia uma defesa pela elaboração de atlas linguísticos regionais por parte de Serafim da Silva Neto⁶² e Celso Cunha.

Antenor Nascentes, em seu primeiro volume do *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958), oferecia um sistema de coordenadas para o trabalho dialetológico, estabelecendo parâmetros de escolha de localidades, informantes e um questionário. Rossi, por sua vez, orientado pela mesma percepção executiva para o trabalho de campo, acrescido de conhecimento teórico e recursos técnicos, demonstrava interesse em seguir os mesmos passos de seu mestre, Armando de Lacerda, em território brasileiro, mais precisamente na realidade baiana, integrando-se à cruzada dialetológica brasileira tracejada por Silva Neto e injetando um moderno aporte instrumental que, potencialmente, reverberaria na concretização de um atlas nacional.

"Vindo agora ao Rio, resolvi fazer duas conferências, em que relatarei as experiências que recolhemos inicialmente ao mesmo tempo em que exporei meu plano de trabalho para este ano. Já tenho a estruturação pronta, tendo feito, inclusive, um organograma do laboratório, onde evidencio seus vários departamentos e seu campo de ação. Espero este ano receber o restante do material solicitado (espectógrafo, oscilógrafo, etc.), realizar estudos, em bases experimentais, das pronúncias culta e popular da cidade do Salvador e confeccionar um mapa linguístico da Bahia. Mais tarde pretendo organizar outro mapa abrangendo todo o Brasil." (Correio da Manhã, 16/01/1958, p. 2, 11)

Cabe lembrar que, em 1954, Lacerda já noticiava atividades de recolha, arquivo e análise no Algarve, Baixo e Alto Alentejo com o suporte técnico do laboratório de fonética coimbreense para servir de base a estudos sobre o estado fonético de um conjunto de falares regionais portugueses. Entre o final de 1956 e 1957, o foneticista português havia sido responsável pela própria instalação do aparato tecnológico do laboratório baiano, oferecendo aulas introdutórias de transcrição fonética, sob os parâmetros do Sistema Lacerda-Hammarström, e treinamento no método cromográfico a partir de duas recolhas nas cidades de Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco.

De tal modo, mais do que uma novidade científica restrita a um contexto universitário, o laboratório de fonética era promovido pelo conferencista como um sinal de progresso para a comunidade científica brasileira e seu programa de investigação e levantamento de dados do português do Brasil. O discurso de Nelson Rossi, no principal centro de difusão de ideias linguísticas e no núcleo político e intelectual do país, seria simbólica por colocar a

⁶² Menciona Silva Neto (1957, p. 12) que, por subsídio da Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia, o Prof. Serafim da Silva Neto teria obtido a oportunidade de realizar um inquérito linguístico em São Francisco do Conde, no recôncavo baiano, entre fevereiro e março de 1956, com resultados no prelo. Além disso, descreve-se que em fevereiro de 1957, a convite da Universidade Católica do Salvador, o filólogo teria retornado à Bahia para proferir cursos de Dialectologia. O período de atividades é compatível com a atuação de Armando de Lacerda na Universidade Federal da Bahia.

Universidade da Bahia no “mapa” de instituições cientificamente relevantes para os estudos linguísticos e por assumir uma retórica de continuidade à orientação histórico-filológica: a incorporação da Fonética e do método experimental, assim como a nova Dialectologia que se alicerçava em solo baiano estavam alinhadas aos interesses nacionais e ao fortalecimento da Filologia Portuguesa no Brasil por meio da pesquisa de campo.

Para a segunda conferência, no dia 17 de janeiro de 1958, Rossi descrevia a estrutura, a organização, o conjunto de atividades desempenhadas pelo laboratório em 1957 e a pretensão de estabelecimento de um centro de estudos dialetológicos. Em termos organizacionais, o espaço de estudos fonéticos possuía cinco salas com isolamento acústico no prédio da Faculdade de Filosofia da Bahia, à época com sede na Avenida Joana Angélica, n. 183, na cidade de Salvador, onde funcionavam, a partir de 1944, os cursos de Letras Clássicas, de Letras Neolatinas e de Letras Germânicas.

Havia ali uma câmara para registro sonoro; uma sala para medições e análises executadas segundo os métodos da cromografia (conjunto de procedimentos de captação e conversão de registro microfônicos em gráficos acústicos possibilitados por um aparelho cromográfico para descrição e análise de fenômenos associados à fala) e da tonometria (técnica de definição e mensuração de linhas e níveis tonais de registros cromográficos); um arquivo sonoro para acondicionar as gravações do laboratório e uma sala para aulas e demonstrações.

O Sr. Nelson Rossi fala a seguir nas instalações que dispõe a Universidade da Bahia. Salas com revestimento especial da chapa isolante "eucatex", cercadas de pesadas cortinas de três panos que permitem recolha de material linguístico, por meio de gravadores de alta-fidelidade em ótimas condições. O Laboratório dispõe de dois gravadores de corrente alternada e um gravador de pilha, para registro de sons no interior e nos lugares onde não houver eletricidade. Depois de pronto, usará os sistemas de cromografia e tonometria. Pelo organograma proposto disporá de vários departamentos: Registro Sonoro, Medições e Análises e um Arquivo Sonoro (com gravações de línguas estrangeiras e manifestações linguísticas estéticas, entre as quais as de folclore: - candomblé, capoeira, maculelê, samba de roda). Já é grande o acervo de documentos fonéticos colhidos pelo Sr. Nelson Rossi (Jornal do Brasil, 17/01/1958, p. 9).

Em organograma apresentado ao público para proporcionar uma visão da estrutura do laboratório, situando especialmente o interesse por línguas estrangeiras constantes e não constantes no currículo dos cursos de Letras, a língua portuguesa culta, falares regionais e manifestações regionais de caráter estético, como candomblé, capoeira, maculelê, samba de roda e outras manifestações. Informa Rossi (1961) que, nos primeiros meses, as atividades do setor de pesquisa eram exclusivamente didáticas, orientadas para o estudo das pronúncias culta e popular de Salvador de modo a permitir comparações com falares regionais mais

interioranos, tendo participado da iniciação aos métodos e processos os alunos das quatro séries dos cursos de letras da instituição com diferentes graus de complexidade pelo fato de a introdução da fonética experimental em sala de aula constituir uma experiência nova para o público-alvo e para a instituição:

Tôdas as séries foram convenientemente iniciadas nos modernos métodos e processos de estudos fonéticos. Com a primeira e com a segunda, limitamo-nos a uma aula-seminário (ou melhor, uma aula “a duas vozes”) do Prof. ARMANDO DE LACERDA, baseada numa recolha por êle feita em Juazeiro e Petrolina, a uma ou duas aulas-demonstração sôbre o método cromatográfico, os aparelhos utilizados e notícia de outros métodos. Aproveitamos, porém, principalmente na segunda série, tôdas as oportunidades para introduzir as noções fundamentais da técnica de transcrição fonética, procurando familiarizá-los desde já com o Sistema Lacerda-Hammarstrom, que pretendemos adotar em todos os trabalhos de iniciativa do laboratório. Fizemos também ouvir fonogramas de versos, sôbre os quais tecemos considerações de ordem Linguística e (perdoai-nos!) estética. Foi uma dose “homeopática”, pelas razões expostas no Relatório sôbre as atividades da cadeira, encaminhado à Congregação em dezembro passado:

“a primeira série mal conseguia, quando conseguia, libertar-se dos hábitos de colegiais; a segunda série lutava ainda com a perplexidade ante um estudo da língua de uma perspectiva histórica muito diferente do que até então vira fazer”.

À terceira série aplicamos a maior dose de Fonética prôpriamente dita. Foram 19 (dezenove) aulas consecutivas num total de 34 - de 28 de agosto a 25 de outubro [...] Esperamos têr este ano eliminado o mais sério óbice ao programa de Dialectologia da quarta série: a aquisição e o domínio de um sistema de transcrição fonética. Coisa que só se pode conseguir através de um treinamento auditivo cuidadoso e de exercícios rigorosamente graduados, impossíveis de fazer-se fora de um laboratório (Rossi, 1961, p. 23-24).

Dentre os exercícios práticos desenvolvidos no laboratório com o suporte da aparelhagem e o devido treinamento em fonética, estavam a obtenção de fonogramas para apreciação e análise objetiva, conversão de fonogramas em gráficos, medição e análise de cromogramas e o emprego de transcrição com base no sistema Lacerda-Hammarstrom (sistema de notação fonética elaborado por Armando de Lacerda e Goran Hammarstrom com objetivo de ter uma representação padronizada dos sons do português europeu, sendo constituído por letras e símbolos dos alfabetos grego e latino com modificações artesanais e possuindo em seu inventário caracteres para vogais, semiconsoantes, consoantes e diacríticos).

Para tanto, menciona Rossi (1961) o uso de registros fônicos de um carioca, de baianos, de um francês e de um registro aleatório e sem significação Linguística para um estímulo à competência auditiva e analítica dos estudantes, os quais seriam instigados a integrarem as primeiras sondagens de uma iniciativa maior em planejamento: o Atlas Linguístico da Bahia.

Permanecendo fiel ao compromisso de reservar sempre - como temos feito desde nossa chegada à Bahia em agosto de 1955 - o último período letivo do curso à iniciação na técnica dos estudos dialetológicos, como dissemos em outro local, valemo-nos do laboratório para a realização com os alunos da quarta série de um passo que se nos afigura ao primeiro realmente efetivo na marcha que há de conduzir ao Atlas Linguístico da Bahia. Dizemo-lo consciente não apenas das dificuldades que nos esperam - maiores do que as não pequenas já encontradas - mas também das falhas - algumas gritantes - de que se revestiu a experiência. (Rossi, 1961, p. 25).

Considerando um atlas linguístico como uma projeção cartográfica de traços linguísticos caracterizadores de dialetos, por meio de linhas isoglóssicas, a tarefa nacional de elaboração desse produto como um dever de ciência e cultura para a língua portuguesa do Brasil e as contínuas sugestões de produção de atlas regionais, um caminho semelhantemente adotado em Portugal, no que diz respeito ao português europeu, Rossi desejava utilizar o aparato técnico e os recursos humanos de sua realidade institucional para uma pesquisa de campo.

Suas intenções levá-lo-iam à realização de duas sondagens no interior da Bahia, nos municípios de São Sebastião do Passé (localidade situada a 70 quilômetros da capital) e Uauá (realidade geográfica cerca de 425 quilômetros distante da metrópole baiana, tendo ocorrido uma estadia em Euclides da Cunha para acesso a esta cidade), que antecederam o inquérito linguístico de Portão (povoado a 26 quilômetros de Salvador), um dos eixos centrais da segunda conferência por sua maior relevância científica.

Se, por um lado, a primeira iniciativa consistia em uma experimentação à pesquisa de campo por parte do intelectual e de sua equipe, para além de uma atividade de reconhecimento e caracterização de falares regionais, haja vista a busca por cenários linguísticos conservadores e menos afetados pelo fenômeno migratório⁶³, sob a lógica de que qualquer elemento aloglótico⁶⁴ ou externo dialetalmente às identidades locais produziria perturbações ou rupturas na unidade de traços distintivos que caracterizariam um estado de língua, impedindo metodologicamente a realização de um inquérito nos padrões científicos da época, especialmente na escolha de informantes; por outro, a segunda excursão representava uma “prova de resistência” no alto sertão com uma recolha de dados inicial que efetivaria uma introdução dialetológica e a expectativa de formação de inquiridores treinados para lidar com

⁶³ Sobre esse aspecto, Rossi (1961, p. 26) declarou o seguinte: Aliás, êste vai ser um dos grandes problemas da Dialectologia na Bahia. A emigração parece geral em todo o Estado. E há coisas surpreendentes. Depois de viajar várias léguas em companhia de um vaqueiro - Turibe, até pelo nome parecia prêso pelos pés à terra - isso bem no interior do Estado, e vamos fazer mais tarde referência a essa região por onde estivemos, depois de viajar várias léguas em companhia dêsse vaqueiro, ouvindo com maior atenção, atentíssimo tudo o que êle dizia, mencionava e lembrava, dispusemo-nos a tomá-lo como informante. E na hora em que êle dava as informações preliminares descobrimos que tinha estado quatro anos (!) em São Paulo.

⁶⁴ Nesse mesmo contexto, o autor destaca: “No que se refere a estrangeiros respondeu-nos um habitante que “já houve... há muito tempo... um espanhol...” (Rossi, 1961, p. 26).

as dificuldades da pesquisa linguística nos mais diferentes cenários, visto que a aplicação da Geografia Linguística, na realidade brasileira, como já se observava desde a conferência de Pop, em 1954, implicaria antes de tudo um movimento de interiorização numa realidade geográfica de vias de acesso precárias por parte de um pessoal que deveria estar devidamente habilitado para adentrar localidades com características socioculturais, econômicas e linguísticas diversas para proceder à recolha dialetal, algo que reclamava excelência técnica e cognitiva e condicionamento físico dos participantes⁶⁵.

Antes desta, o professor Nelson Rossi realizara duas outras sondagens dialectológicas: a primeira, em Passé, a 70 km de Salvador, e a segunda no alto sertão, em plena zona seca do Estado, nas fazendas de criações vizinhas da localidade de Uauá. Nessas localidades, recolheu numerosos dados sobre as condições de vida material e espiritual, os quais lhe serviram de orientação ao programar o questionário em Portão (Diário Carioca, 19/01/1958, p. 1).

Fizemos antes duas sondagens, isoladas e tímidas. A primeira no início de 1956, em São Sebastião do Passé, cabeça de município que abrange três outros distritos - Jacuípe, Cinco-Rios e Lamarão do Passé. É uma cidade, cortada pela Rio-Bahia, a 12 léguas (70 km) de Salvador e não muito maior distância de Feira de Santana, outra das consideradas grandes cidades do Estado. Por isso, e por abrigar uma população de 2544 (dois mil quinhentos e quarenta e quatro habitantes), segundo o Censo de 1950, está longe do ideal para pesquisas dialectológicas. Servia e serviu - não obstante, para os objetivos que levávamos: verificar até que ponto teríamos o direito de julgar-nos com inclinações para o trabalho de campo e até que ponto o progresso material estaria desfigurando o tipicismo dos falares regionais. [...] A sondagem nº 2 levou-nos mais longe. Ao chamado “alto sertão”, na zona da seca. Fizemo-la com a mesma intenção de teste - agora para nossa resistência ao desconforto de que todos nos falavam quando nos procurávamos informar na Capital sobre as comunicações no interior baiano. [...] Assistimos à partilha do gado, ouvimos vaqueiros, convivemos com eles por 12 dias, deliciamo-nos com as perspectivas que a região e seus habitantes oferecem à Dialectologia. (Rossi, 1961, p. 25-27)

Do primeiro teste, viria o diagnóstico de que a cidade de São Sebastião do Passé, apesar da proximidade geográfica com Salvador, a capital, e Feira de Santana, um importante entroncamento rodoviário, e do consequente trânsito linguístico de ordem multivarietal, caracterizava-se, impressionisticamente, como um ambiente linguístico conservador e “marcadamente regional” em seus hábitos linguísticos fonéticos, sintáticos e vocabulares, tendo sido possível investigar questões pertinentes a atividades agrícolas em proporção maior às atividades urbanas.

⁶⁵ Quando tentávamos saber como seria possível iniciar essas pesquisas, todos achavam que não havia “como ser possível”, que era impossível aguentarmos “aquilo”. Quisemos submeter-nos ao “teste”: se resistiríamos realmente ao desconforto ou se o diabo era tão feio quanto o pintavam. Escolhemos a região mais difícil, a região da seca, o que isso não está escrito mas já que abrimos parêntese devemos dizer, obrigou-nos a passar quinze dias sem nos barbarmos, porque não vimos um espelho durante esses dias. Quinze dias sem tomar banho, quando a seca estava em auge. Queríamos ver, finalmente, se resistiríamos a todas essas agruras. (Rossi, 1961, p. 27)

Do segundo, a percepção do caráter ideal de Uauá como localidade longínqua da urbanidade e dotada de informantes com perfil adequado à recolha dialetal pelo desenvolvimento de uma sondagem espontânea⁶⁶, ao ponto de ter sido anotado um conjunto de 109 quadrinhas (trovas simples de caráter popular constituídas de 4 versos) de uma jovem nativa por volta dos 15 anos de idade, um material que, no registro da conferência, foi parcialmente comparado às quadras portuguesas e se pretendia verificar a publicação em território nacional como parte de um exercício filológico. Em 1961, como separata da *Revista Arquivos da Universidade da Bahia*, Rossi publicaria um opúsculo intitulado *Quadras populares no sertão bahiano* como resultado da coleta, esclarecendo melhor detalhes não presentes na conferência:

As quadras que apresentamos foram recolhidas num domingo, 3 de junho de 1956, na Fazenda Lajedo, entre as cidades de Uauá e Patamutê, no alto sertão do Nordeste da Bahia. Zona de criação extensiva de gado, muito árida e isolada, a que nos levou por duas semanas uma sondagem de interesse dialetal. Ouvimo-las de dois informantes, do sexo feminino, bastante jovens (dezesseis e vinte anos), nascidas na fazenda, solteiras, filhas e netas de naturais da área estudada, analfabetas, e que nunca ultrapassaram as cidades referidas, que muito esporadicamente visitam (Rossi, 1961, p. 3).

Citam-se nos cotejos entre as composições documentadas e a literatura portuguesa as obras *Corpo de Baile*, de Guimarães Rosa (1956); *Cantares do povo*, de Pedro Fernandes Tomás (1919) e *O amor na quadra popular*, de Fernando de Castro Pires de Lima (1945). Ainda no universo das quadras populares uauaenses, Rossi destacou 11 textos com a presença de variantes linguísticas consideradas “dignas de exame” (*inconto, sóli, dor-de-den[te], viúdo, malhó*, a pronúncia das letras “j” e “m”, *burraiyo, aliviana, é-de, regorosa, devido, astreve/astrevo*), apesar de as formas não terem sido transcritas foneticamente, mas licenciando-se pelas dificuldades de notação de uma elocução cantada⁶⁷. Esses exames preliminares encaixavam-se no primeiro passo de construção de uma mentalidade dialetológica⁶⁸.

⁶⁶ Perguntamos e observamos muito mas anotamos pouco, convencido da imperiosidade de voltar um dia melhor aparelhado e com a certeza de que voltariamos. (Rossi, 1961, p. 28)

⁶⁷ A transcrição fonética é sempre difícilima. Quando a elocução é cantada, tem uma melodia musical, é quase impossível de fazer diretamente. Começamos a tentar e verificamos que a cada interrupção ocorriam alterações consideráveis. Algumas das duas possibilidades, das formas paralelas que trazemos aqui, explicam-se por isso, porque fomos obrigados a interromper e a repetição vinha diferente. A única solução para esse caso de quadrinhas cantadas é realmente registrar - fazer o que vulgarmente se chama gravação. Além do mais porque assim o inquiridor não precisa saber música: a transcrição musical pode ser feita posteriormente por outra pessoa, ouvindo a reprodução. (Rossi, 1961, p. 31)

⁶⁸ As formas não foram ainda submetidas a nenhum exame para tentativa de explicação. Mesmo, estamos convencidos de que elas nada têm de excepcionais, são perfeitamente esperadas. Mas cremos que a simples verificação, como a das próprias quadras, num ponto determinado, num ponto muito isolado, sem nenhum indício, nenhum vestígio de civilização moderna, pois sabemos todos que a zona da seca é a zona mais desprezada do Brasil, a simples verificação da existência das formas, dos fatos, dos fenômenos, nesse local, parece-nos que já tem alguma importância. (Rossi, 1961, p. 34)

O objetivo imediato das aulas de iniciação nos estudos dialetológicos referidas tem sido colaborar, quanto o permitam nossas forças, na primeira tarefa que se impõe à Dialectologia no Brasil: criar “mentalidade dialectológica”. Tarefa mais árdua do que se pode supor à primeira vista, pelo menos na Bahia e para nós. Nem sequer os alunos deixam-se convencer facilmente do interesse e da seriedade da matéria, rendendo-se à evidência em geral nos últimos dias de aula... e de curso. Entre muitas outras causas - uma delas certamente a debilidade do nosso poder de convicção - pareceu-nos estar o caráter em excesso teórico de nossos trabalhos. Se bem que de ano para ano, a duras penas, venham melhorando os recursos bibliográficos, o que nos permitiu em 1957 comentar cartas do Atlas de GILLIÉRON e do Atlas da Gasconha de SÉGUY. Mas lançar-nos à aventura de trabalhos práticos antes de um mínimo de ambientação parecia-nos desonesto, quando não fatal aos destinos da especialidade. O atraso em que se encontram esses estudos no Brasil em relação a outros países e o risco de desaparecimento dos falares regionais - que não nos parece, em princípio, tão grande e imediato quanto se apregoa, pelo menos na Bahia - devem capacitar-nos da urgência de trabalhar sobre eles, mas não levar-nos a uma precipitação exagerada. (Rossi, 1961, p. 34-35).

A mentalidade dialetológica, à qual Rossi se refere, diz respeito à internalização coletiva de um conjunto de componentes necessários à constituição e à institucionalização da Dialectologia de modo a cumprir exigências científicas básicas nos estudos linguísticos, estabelecer uma matriz de referência teórico-metodológica consistente e legitimadora de conhecimentos e práticas e, principalmente, ser aceita em um cenário institucional dominado pelo paradigma filológico-românico e adotada por um contingente intelectual.

Isso se traduziria, no roteiro definido por Silva Neto (1957 [1955])⁶⁹, em atividades de ensino (realização anual de cursos de Dialectologia), pesquisa (iniciação científica, necessidade de um centro de investigação para orientar e coordenar atividades, formação de equipes), divulgação (criação de ambiente e difusão do método e interação com investigadores da Antropologia Social) e tarefas/objetivos comuns (sondagens preliminares, monografias etnográfico-linguísticas, atlas regionais e um inquérito nacional).

Nesse sentido, as atividades desempenhadas por Rossi, na Universidade da Bahia, no que concerne a uma formação dialetológica, a organização e o funcionamento do laboratório de fonética e as expedições a São Sebastião do Passé e Uauá eram noticiadas na conferência como a sedimentação lenta e gradual (ainda em trânsito) de uma mentalidade dialetológica em

⁶⁹ No Brasil, terra onde estão em princípio os estudos de Filologia Românica, é preciso, antes de mais nada, criar mentalidade dialectológica, preparando um ambiente favorável às pesquisas de campo. [...] Para concretizar esse objetivo, seria de desejar: a) que nas Faculdades de Filosofia (hoje em número de 44!) se realizasse, todos os anos, um Curso de Dialectologia Brasileira; b) que os Professores universitários procurassem encaminhar os alunos para esse gênero de pesquisas; c) que nas Faculdades de Filosofia se estabeleça ligação entre os investigadores da língua e os investigadores da Antropologia Social.

De sorte que, ao nosso ver, é preciso: a) um Centro de Estudos, capaz de orientar e coordenar; b) a formação de uma equipe de dialectólogos em estreito contacto com os investigadores da Antropologia Social. As tarefas urgentes são as seguintes: a) sondagens preliminares, criação de ambiente, difusão do método; b) recolha de vocabulários com todas as exigências da técnica; c) monografias etnográfico-linguísticas sobre determinadas “esferas semânticas”; d) monografias etnográfico-linguísticas sobre falares; e) atlas regionais; f) inquérito nacional feito com questionário uniforme e distribuição geográfica dos materiais recolhidos, em mapas (Atlas Nacional). (Silva Neto 1957 [1955], p. 9-11)

seus quatro grandes eixos que forneceriam as bases posteriores para um exercício prático, o qual seria um dos pontos altos da segunda parte do evento no Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: o inquérito linguístico de Portão em 1º de novembro de 1957.

Na próxima palestra da série ontem iniciada deverá êle, segundo prometeu, apresentar o resultado completo da tarefa realizada por uma equipe de trinta alunos seus, previamente treinados para êsse tipo de trabalho de campo, que, em contato com o povo do interior (principalmente da localidade de Portão), colheram os elementos os mais comuns na conversa diária de tôdas as classes sociais. Os pesquisadores, segundo adiantou o Sr. Rossi, usaram questionários objetivos, com três mil perguntas simples, que revelaram exemplos do maior interesse [...] (Jornal do Brasil, 17/01/1958, p. 9, 12)

Só depois de dois anos e meio, no terceiro período de aulas sobre o assunto, e dispondo já do laboratório, que nos parece instrumento indispensável para o caso, decidimos com os alunos do primeiro “exercício prático”. Às vésperas do dia aprazado, tomamos conhecimento de excursão análoga realizada no Paraná pelo Prof. Osvaldo Pinheiro dos Reis, conforme depoimentos de uma de suas alunas de Filologia Românica, SERAFINA TRAUB BORGES DO AMARAL, em Letras (Revista dos Cursos de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná), 5-6, dezembro de 1956, págs. 157-166 (Rossi, 1961, p. 35).

- Esta e outras pesquisas semelhantes, que ainda êste ano levaremos a efeito - declarou ao DC o professor Nelson Rossi -, constituem as sondagens indispensáveis à aplicação em zonas mais amplas, de um grande questionário que, após muitos trabalhos de aperfeiçoamento, poderá servir de base às investigações definitivas para a elaboração do atlas linguístico da Bahia. (Diário Carioca, 12/01/1958, p. 1)

Apesar do caráter inovador do laboratório de fonética da Bahia, a excursão dialetológica de Rossi e seu grupo de 30 alunos não seria retratada com a mesma láurea, haja vista as notícias de uma iniciativa semelhante no Paraná, sob a orientação de Osvaldo Pinheiro dos Reis, catedrático de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, ao povoado de Rio dos Medeiros, distrito de Guaraqueçaba, no litoral do Paranaguá, nos meses de maio e setembro de 1953, em duas excursões de três dias cada, com 8 alunos: Cléa de Lourdes Araújo de Macedo (Curso de Letras Clássicas), Ady Ferreira Campolim, Carmen Maria de Albuquerque Maranhão, Edda Arzúa Ferreira, Eloyr Blank, Rosy Neves, Serafina Traub Borges do Amaral (estudantes do Curso de Letras Neolatinas) e Antônio Ribas Koslovsky (assistente da cátedra de Filologia Românica).

Parte desse esforço foi divulgado em 1956 por Serafina Traub Borges do Amaral, uma das integrantes da pesquisa e à época licenciada em Letras Neolatinas, como homenagem póstuma a Pinheiro dos Reis (que tinha falecido em 19 de julho de 1955) na tentativa de reparar a lacuna informacional do trabalho de campo, cujos originais e material recolhido haviam sido perdidos⁷⁰.

⁷⁰Acerca dessa iniciativa no Paraná, temos notícias apenas de Reis (1953), Amaral (1956) e de dois trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de Folclore, sediado em Curitiba, no ano de 1953, sob os títulos "Contribuição ao Estudo do Fandango do Rio dos Medeiros" e "A linguagem da pesca em Rio dos Medeiros".

Em sua notícia sobre o inquérito linguístico em Rio dos Medeiros, cuja escolha de localidade teria surgido de uma sugestão discente, Pinheiro dos Reis (1953) deixa clara a existência de um treinamento fonético prévio à pesquisa de campo. Para tanto, escolheram a música “Mulher rendeira”, uma canção brasileira de xaxado lançada em 1922 e popularizada pelo filme “Cangaceiro” (1953), pela interpretação de Zé do Norte (Alfredo Ricardo do Nascimento) para que os estudantes pudessem realizar a transcrição das quadras: “Transcrito o texto (que nem todos ouviram bem, apesar de muito rodado o disco) passamos à análise de seus fenômenos lingüísticos, de suas peculiaridades populares sobretudo” (Reis, 1953, p. 186), embora não se indique o sistema de notação fonética adotada.

A exemplo da importância da competência auditiva para o inquiridor, o erudito complementa em nota de rodapé: “Estamos tão habituados a ler também que nem imaginamos que o pronunciamos de forma bem diferente. Quanto dizem *familha* crentes que estão proferindo *família*” (Reis, 1953, p. 186). Revela o artigo um cuidado na produção de uma ficha sobre a localidade com dados históricos e geográficos, preparação de um questionário flexível e básico por parte dos estudantes contemplando “temas” como “crenças e credices, alimentação, pesca, vida quotidiana, acidentes da terra, relações sociais, etc.” (Reis, 1953, p. 187) e registros do folclore, das tradições locais, dos costumes, constituindo, portanto, aspectos etnográficos. Acerca do regime de inquérito, o trabalho em dupla foi apontado como o mais eficiente e produtivo: “[...] enquanto um conversava, o outro cautelosamente tomava as notas. Depois da entrevista, discutiam ambos as notas colhidas e já de imediato eliminavam-se as falsas percepções” (Reis, 1953, p. 187). O sistema de referência adotado pelo catedrático de Filologia Românica encontrava respaldo teórico-metodologicamente nas produções de Dâmaso Alonso, Manuel de Paiva Boléo, Sever Pop, Albert Dauzat, Cândido Jucá Filho e Leite de Vasconcelos.

No artigo-relato de Serafina Amaral, foram tecidas considerações etnolinguísticas sobre a comunidade localizada na Bacia do Paranaguá composta por 20 casas e 80 habitantes praticantes da pesca, da agricultura e de atividades artesanais como meio de subsistência, constituindo objeto de interesse questões fonéticas, morfológicas, lexicais e uma breve caracterização da cultura do arroz, tendo em vista as anotações e interesses particulares da autora do artigo em meio à comitiva de estudo. A quantidade de informantes para o inquérito linguístico não é detalhada, mas há uma descrição enfática quanto à ausência de escolaridade por parte dos moradores do vilarejo, à exceção de dois informantes jovens do sexo masculino que prestaram serviço militar, tendo retornado à terra natal alfabetizados; à ausência de

incisivos superiores na dentição dos falantes e o aspecto étnico-racial, ao mencionar uma maior parte mestiça, com acentuados traços indígenas.

Nas observações fonéticas, há pequenas descrições de fonética articulatória ausentes de um sistema de notação, mas incrementadas com os dados levantados no tocante a “a não pronúncia do som línguo-palatal *j*” (ex: *Iórie* por Jorge; *ingrêia* por igreja); “a desnasalização constante” (ex: *bánána*, *fândango* e *minguánte*); “a pronúncia dos *rr*”, expressando que o “*r*” medeirano se caracterizava como “líquido”, descrita como similar ao falar paulista, mas diferente da realização “línguo-dental” do falar curitibano; “a articulação do ‘*l*’ nítida entre vogais”, no entanto “confusa ora como *r*, ora como *i*” diante de consoantes (ex: *alqueire*, *arquêre*; *eles*, *êis*); “a articulação do *s*” pronunciada como “*x* ou às vezes com o som de *g* e *j*”, apontando-se uma convergência com o espanhol (citando-se os casos de *verso*, *véxu*; *Nelson*, *Néxu*; *casca*, *cajca*; *três*, *trêiji*); a nitidez das consoantes “*d*, *t*, *m*”; a pronúncia do “som *ch*” como “*tch* ou *tx*” (ex: lancha, *lántcha*; rancho, *rántcho*).

No plano das observações morfológicas, percebeu-se que verbos tinham apenas duas formas diferenciadas: a da primeira pessoa e as demais niveladas sob o mesmo paradigma flexional (ex: *eu iógo*, *tu ióga*, *nóis ióga*. *êis ióga*); no uso de pronomes de tratamento, havia a presença da segunda pessoa singular, somada a *mecéis* e *sinhor*, sendo o último uniforme tanto para o gênero gramatical masculino como para o feminino; no âmbito da concordância nominal, a conservação do gênero masculino no adjetivo relacionado a substantivo feminino (ex: minina lindo) e a duplicação de formas com finalidade expletiva (ex: *A sinhôr poi sa in riba dèi èli fêrvi*, *fêrvi*, *fêrvi*, *fêrvi*, *faiz úm ispumarada i mórri*). O levantamento lexical, por sua vez, contemplava “as áreas semânticas” da natureza, dos fenômenos atmosféricos, dos astros e do tempo, das plantas e dos animais, em conformidade à iniciativa do Prof. Manuel de Paiva Boléo, da Universidade de Coimbra, em seu estudo dos dialetos e falares portugueses, publicado em 1942.

A perspectiva de Pinheiro dos Reis acerca da pesquisa dialetológica e de uma recolha segundo os métodos da Geografia Linguística era sobretudo filológica, partindo da concepção de que a “língua vulgar”, viva e em suas diferentes manifestações, oferecia subsídios para a explicação de fatos e fenômenos do passado, de maneira a complementar o método histórico-comparativo e sua essência bibliográfica e privilegiadora de material literário, aspecto que acabava por obnubilar as percepções de correto e incorreto no plano da língua, as diferenças conceituais entre língua e dialeto, a visão científica sobre os processos de dialeção e unificação e os mecanismos associados à formação e à evolução linguística. Com o trabalho de campo, em síntese, seria possível formar e distinguir adequadamente uma “mentalidade

linguística” de uma “mentalidade literária”, como se pode atestar no excerto de um artigo do próprio filólogo a respeito da importância dos inquéritos linguísticos na formação dos estudantes de letras:

O inquérito põe o estudante em contacto com a realidade vital, com a língua vulgar na sua espontaneidade e riqueza de informação, língua para a qual talvez não se tenha ainda chamado a sua atenção e quem sabe nem lhe pareça oportuno ou interessante estudar por se tratar, na sua deturpada opinião, de uma forma espúria de degradação e degenerescência da "bela, pulcra, cantante língua literária". [...] Com efeito, a apreciação e análise dos fatos da língua vulgar nos oferecem numerosas oportunidades de estudar, atualmente aspectos linguísticos que só conhecíamos através de informações históricas. É bem por isso que a Geografia Linguística, de que o inquérito constitui um dos processos tem sido chamada, conquanto abusivamente, disse, porque aqui não se provocam as reações mas apenas se observam, como elas se apresentam. Como quer que seja, o contacto com a língua vulgar e o respeito que por força dos próprios métodos de pesquisa lhe temos de dedicar, sob pena de frustrarmos os resultados, constituem escola de reabilitação dos falares regionais e dialetais que vai proporcionar ao inquiridor a formação de uma mentalidade linguística bem diferente daquela mentalidade literária, que o estudo dos autores clássicos lhe propiciou, nas aulas de literatura e língua (literária) portuguesa. Estamos, em face da língua popular, em situação análoga à em que se encontravam aqueles que, no período histórico da formação das línguas neolatinas, por exemplo, escreviam latim e falavam romance [...] O inquérito linguístico, como complemento das aulas teóricas de Filologia, proporcionará aos alunos inteligentes e de bom lastro científico aquele "saber de experiência feito" que é o apanágio de toda cultura sólida e verdadeira (Reis, 1953, p. 183-185).

Embora cronologicamente afastadas e situadas em realidades socioculturais e institucionais distintas, as iniciativas de Osvaldo Pinheiro dos Reis e Nelson Rossi convergiam para a abertura de novos horizontes para o ensino e a pesquisa em nível universitário sob o paradigma filológico com intuito de atualizar conhecimentos e práticas e modificar a percepção sobre os dados de língua falada, vinculando-os ao estudo comparativo, histórico e literário das línguas românicas, mais precisamente da língua portuguesa.

Por sua vez, o inquérito linguístico de Portão em 1º de novembro de 1957, apesar de visar à simplicidade pela condição de primeiro exercício prático, revelaria obstáculos tanto em seu planejamento quanto na execução em breve período e cautela pela composição da equipe de presença majoritariamente feminina: 27 mulheres⁷¹ e 3 homens. Originalmente projetado para investigar o lugarejo de Santo Amaro de Ipitanga, ou simplesmente Ipitanga, um distrito municipal de Salvador desde 1953 cuja história remonta ao século XVII, a partir da igreja matriz de Santo Amaro de Ipitanga, atendendo sugestões do catedrático de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, o Prof. Thales de Azevedo, Rossi e sua equipe, por circunstâncias adversas, acabaram viajando quilômetros a mais, chegando ao povoado de Portão, um subdistrito de Ipitanga a 26 quilômetros de distância da sede municipal com estimativas, segundo o censo do Departamento Estadual de Estatística de 1954

⁷¹ Em Rossi (1961), há referência a Lícia Maria Carvalho Moreira de Sousa e Nadja Maria Cruz de Andrade.

e pelas percepções do pesquisador, de 600 moradias, 3.000 habitantes, 3 escolas primárias, 1 templo católico religioso e 6 estabelecimentos comerciais, 1 clube recreativo, linha de ônibus diária e direta a Salvador, acesso recente à energia elétrica e, pela ótica do dialetólogo, gradativa “perda para a ciência” em função das ameaças urbanizadoras que poderiam descaracterizar o povoado nos critérios de estudo geográfico-linguístico.

À exceção de um habitante, ex-campeão de futebol com hábitos urbanos e líder local, os demais moradores acima de 30 anos foram retratados como “fiéis às atividades econômicas tradicionais”, isto é, as culturas do coco e da mandioca e a pesca marítima e fluvial no rio São Joanes. Em contraponto, houve a observação de que os mais jovens tendem a trabalhar na cidade e a residir nela, de modo que se configurava como carente a identificação de habitantes de faixa etária mais nova para o trabalho de campo.

Já não bastasse os empecilhos demográficos e metodológicos, a busca por informantes seria ameaçada pela não coleta de respostas espontâneas, como bem explicita o catedrático da Bahia a respeito de uma das situações que poderia ameaçar a probidade científica e a recolha de dados espontâneos:

A escolha dos informantes foi um pouco tumultuada. Um dos “aprendizes de inquiridor”, movido das mais nobres e lisonjeadas intenções, anunciara a um habitante seu conhecido - por sinal imigrado de outra região - nosso “piquenique linguístico”. A solicitude do homem quase deita a perder nosso esforço. Inicialmente julgou que estivéssemos interessados no pitoresco da paisagem, aliás bela e acolhedora. Esclarecido quanto a nossos objetivos começou a dar providências para arrebatar informantes e reuni-los na sede do clube, com o que se formou um verdadeiro cortejo pela rua central (e a bem dizer única) do povoado... Vimo-nos impelidos a contragosto a dar aos grupos ordens enérgicas de “espalhem-se”, arranjem-se como puderem” ou desapareceria, entre outras coisas, a autenticidade do exercício, que pretendíamos um corpo-a-corpo com realidade quase espinhosa das recolhas... Não soubemos fazê-lo tão diplomáticamente que evitemos a indignação desapontada do homem. Por outro lado, a inexperiência dos alunos teve a agravá-la a estranheza que causou, além da novidade, a própria comitiva, amontoada em duas camionetes e três automóveis de passeio. Sim, porque outro ponto para os alunos é que forneceram o transporte, o combustível e os motoristas, pois em uma semana (e que semana!) seria difícil obter condução oficial, por maior que fôsse a boa-vontade em volta de nós (Rossi, 1961, p. 37-38).

No plano do questionário, se a intenção residia na elaboração de um instrumento de 1.000 itens sob a expectativa de aplicação de pelo menos 200 questões, pelo esforço coletivo de enumeração de “áreas semânticas” e formulação de perguntas dos dias 24 de outubro a 31 de outubro, seria obtido um total de 2.965 questões, à exceção dos dados preliminares sobre informantes e localidades, materializando 70 páginas mimeografadas de questionário entre 31 de outubro a 1 de novembro. Cópias desse material seriam distribuídas para 5 grupos de estudantes dos quais se esperava o domínio do questionário e um registro adequado nos moldes do sistema de transcrição fonética ensinado preliminarmente no laboratório a partir do

cultivo a uma competência auditiva para o trabalho de campo, à semelhança dos inquiridores de atlas e monografias europeias sucessores de Gilliéron que tinham uma mínima formação em fonética, para lidar cientificamente com problemas contemporâneos como os problemas de substrato e as “viagens de palavras”, situados como itens menos complexos em relação ao território europeu, e principalmente as demarcações de limites fonéticos.

Do ponto de vista quantitativo, Rossi descreve um levantamento de 2.176 respostas previstas e não previstas com perfil heterogêneo de levantamento por equipes: 41 respostas somente foram transcritas por quatro grupos; 92 respostas constavam apenas nas anotações de 3 grupos; 367 respostas estavam nos cadernos de 2 grupos e 749 respostas se encontravam transcritas por membros de um único grupo. Somadas ao questionário, notifica-se ainda o acréscimo entre 1 a 76 novas perguntas imprevistas ao esboço durante os inquéritos por parte dos estudantes. Para o dialetólogo, a experiência havia sido um indício importante para o aperfeiçoamento do esboço em termos de acréscimos, eliminações e modificações pelos efeitos de sua aplicação no trabalho de campo.

Para as 2.965 perguntas de nosso questionário obtivemos, entre previstas e não previstas, 2.175 respostas - afirmou ontem o professor Nelson Rossi, catedrático interino de Filologia Portuguesa, em palestra que realizou na Casa de Rui Barbosa e na qual deu a primeira informação pública sobre a pesquisa dialectológica realizada em Portão, a 26 km de Salvador. - O número de perguntas imprevistas, impostas pelos resultados que iam sendo obtidos no curso da aplicação do questionário - prosseguiu o professor Nelson Rossi - variou entre 1 a 76 por aluno-inquiridor, sendo notável a circunstância de que não houve um só aluno que deixasse de acrescentar alguma pergunta.

[...] O professor Nelson Rossi entremeou sua exposição de numerosas referências ao entusiasmo que essas pesquisas despertaram em seus alunos. Já na elaboração do questionário - afirmou - a participação deles e delas (são 27 moças e 3 rapazes) foi um dos melhores estímulos a meu trabalho. No dia 24 de outubro, apresentei-lhes o primeiro esboço do questionário, simples enumeração das "áreas semânticas" a investigar. Ao fim de quase uma semana, tínhamos quase 3 mil perguntas não computadas nesse número as preliminares sobre a localidade e os próprios informantes. Há nessas 3 mil perguntas muita coisa a eliminar já que aceitei praticamente todas as sugestões apresentadas para encorajar e compensar meus estudantes que contrariando praxes rigidíssimas, não se molestaram de permanecer até alta hora da madrugada no Laboratório, nos dias em que organizamos esta pesquisa.

Dos resultados obtidos, com a aplicação desse questionário linguístico em Portão, disse-nos o professor Nelson Rossi, que já se extrairão elementos capazes de aprimorar grandemente a preparação técnica das futuras "enquetes" (Diário Carioca, 19/01/1958, p. 1).

Por outro lado, do ponto de vista qualitativo, expunha-se que Portão, a localidade investigada, ainda conservava um falar regional exemplar e um “respeitável tipicismo”, embora não único, sob o viés caracterizador da pronúncia, do vocabulário, da morfologia e da sintaxe. Enfatizando o experimento como parte de um processo formativo de inquiridores para justificar a ausência de maiores provas da efetividade do laboratório na apreensão de um

sistema fonético por parte dos estudantes, foram apresentados extratos de realizações fonéticas e escolhas de formas vocabulares de um construtor de jangadas e de um informante sem perfil pessoal ou profissional definido, que, além do léxico, ofereceu também caracterizações onomasiológicas de itens contemplados pelo questionário.

Entre aspas duplas, foram transcritas as formas dialetais em conformidade às normas do sistema de notação Lacerda-Hammarstrom, à exceção da decodificação dos dados semânticos e as próprias designações:

[...] até onde permitem julgar nossos dois anos e meio da maior atenção possível às características não só da pronúncia - quer a culta, quer a popular- mas também do vocabulário, morfologia e sintaxe da capital baiana, Portão conserva ainda respeitável tipicismo, um falar regional que não será apenas seu, naturalmente, mas de que constitui um exemplo. Esperamos que algumas amostras - das poucas que transcrevemos nós, porque o objetivo era fazer funcionarem os alunos e isso nos absorveu todo o tempo, chegando a impedir-nos de aplicar paralelamente um questionário fonético, apesar de termos levados os aparelhos necessários - bastem a demonstrá-lo. Foram colhidas em poucos minutos de conversa, de um construtor de jangadas que na ocasião fazia uma para o “dotò žėuvá”, proprietário da fazenda “buška vida”: entre “uz aviamětu” (com um /e/ nasal tônico entre “aberto” e “fechado”, mais para êste do que para aquêle timbre) da jangada, chamou a um “arakâbú”, à verruma “tradu” à madeira que utilizava “tâba”pé”, e sobre o preço respondeu que “vai rastežà ũ kōt^{ui} dužětu”. Aos alunos, disse um informante que “cachorro cotó não passa em pinguela”, outro que a diferença entre o pinto e a pinta é que “o macho não se coça, a fêmea coça no rabo”, e à pessoa de rosto redondo, “de lua cheia”, chamam “cara de procomó” - nome de um peixinho da região (Rossi, 1961, p. 41).

De certo modo, o depoimento do conferencista ilustrava elementos de interesse na Dialetoлогия de orientação românica: o estudo sistemático dos sons pela fonética (sobretudo pela capacidade de descrição e quantificação eficiente de traços linguísticos caracterizadores de dialetos) e do vocabulário nas perspectivas onomasiológica (método de pesquisa voltado ao campo das denominações a partir do levantamento de formas possíveis de que dispõe línguas e dialetos para representar um significado particular) e semasiológica (método de pesquisa voltado ao campo das significações a partir do levantamento de formas de que dispõe línguas e dialetos de modo a analisar seu conjunto de significados possíveis e seus aspectos motivadores).

Essa produtividade, oriunda do processo de preparação proporcionado pelo laboratório de fonética, seria a mola propulsora para a expectativa de composição de um atlas regional para a Bahia, em acordo com Silva Neto (1955), em seu Guia para estudos dialetológicos, apoiado no trabalho de Jaberg (1953), um dos autores do Atlas Linguístico-Etnográfico da Itália e da Suíça Meridional, como primeira linha de frente para a concretização de um atlas nacional.

É sabido, e há pouco repetiu-o com justeza, citando JABERG, a palavra autorizada do Prof. SERAFIM DA SILVA NETO, em seu utilíssimo Guia para estudos

dialetológicos (Florianópolis, 1955, pág. 7), que “os atlas regionais não substituem os atlas nacionais”. Mas no estado atual da ciência e da civilização em nosso país, quase diríamos que os atlas regionais devem preceder o nacional. Não se infira daí que opinamos pela realização inicialmente de um atlas de cada unidade estadual para só depois começar-se o Atlas Linguístico do Brasil. O que nos parece é que este só teria a lucrar com a experiência de dois ou três levantamentos de áreas relativamente amplas mas com alguma unidade, que apresentassem maior interesse histórico-cultural. Entre as primeiras dessas áreas estaria forçosamente - “e não sou baiano não”, como disse o sambista - a Bahia. Não devendo já agora ser alheia a essa inclusão na primeira linha, a existência lá de um laboratório de fonética. Aproveitamos o ensejo: os limites geográficos de nossas pretensões não ultrapassam as fronteiras do Estado, ao contrário do que nos atribuiu, não entendemos porquê, o repórter de um matutino em edição de ontem⁷²... Enfim, nada impede que um atlas regional se faça paralelamente ao nacional, nem a existência do segundo diminui o interesse do primeiro. (Rossi, 1961, p. 42)

Das condições para a criação de um ambiente favorável para a pesquisa de campo defendidas por Silva Neto (1955, 1957), a iniciativa de Rossi assinalava o cumprimento de, pelo menos, três passos de uma agenda de constituição e institucionalização da Dialectologia: de seu relato, a Dialectologia estava sendo cultivada no âmbito da Faculdade de Filosofia da Bahia; sob sua tutela, estudantes estavam sendo orientados para a realização de trabalhos pelo viés dialetológico e as primeiras sondagens como experiências-teste e apropriação do método geográfico-linguístico noticiadas no evento revelavam êxito e produtividade qualitativa e quantitativamente com o advento do laboratório de fonética. A próxima etapa, para a aquisição de um maior grau de maturidade científica, residia em sua formalização, de modo a fornecer uma clara matriz de referência com questões teóricas, metodológicas e interdisciplinares e possuir uma entidade acadêmica com organização interna e externa.

Tal como Silva Neto — que apregoava a necessidade de um centro de estudos para orientar e coordenar atividades de inquérito linguístico e a importância da aproximação dos investigadores da língua com os investigadores da Antropologia Social para a composição de equipes, um componente eminentemente social da ciência para subsidiar desenvolvimento científico e tecnológico e tornar os estudos linguísticos visíveis e estruturados — Rossi demonstrava conduzir seus trabalhos para o alcance de uma nova meta: um *Centro de Estudos Dialectológicos*, semelhantemente ao setor do Museu Nacional do Rio de Janeiro⁷³, criado e dirigido também por Silva Neto, a partir do qual foram oferecidas palestras e cursos pelo

⁷² Em nossas pesquisas, acredita-se que a nota jornalística mencionada por Rossi pertence à Tribuna da Imprensa, quando diz o seguinte: “O sr. Rossi, que além de professor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, dirige o Laboratório, pretende realizar vários estudos **para um inquérito sobre a dialectologia no interior do Brasil**” (Tribuna da Imprensa, 16/01/1958, p. 2, grifo nosso).

⁷³ Serafim da Silva Neto (1957) aponta que a fundação do centro teria sido um ensejo da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, sediado no Museu Nacional. Esse evento ocorreu no Rio de Janeiro, de 8 a 14 de novembro de 1953, possuindo em seu temário preocupações pelos problemas de ensino de Antropologia; possibilidades de pesquisa e exercício de atividades técnico-profissionais; o indígena, o negro; o branco povoador e imigrantes.

território para difundir conhecimentos e práticas em Dialectologia pelo território nacional, a exemplo do que ocorreu na Faculdade Catarinense de Filosofia, em Florianópolis (4 a 19 de outubro de 1955); no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus (14 a 25 de fevereiro de 1957); na Universidade Católica da Bahia, em Salvador (março de 1957) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (agosto de 1957).

O caráter diferenciador do desejado Centro de Estudos Dialectológicos da Bahia, em comparação às atividades da instituição carioca, residiria em aspectos executivos da pesquisa de campo. Apropriando-se da estrutura já existente e de recursos financeiros e humanos da Universidade da Bahia, idealizava-se o levantamento de bibliografia sobre povoamento e formação cultural indispensáveis à seleção das localidades submetidas à investigação, com intuito de tornar mais concisa a rede de inquéritos e a visita a esses lugares, com o auxílio do Serviço Central de Informação Bibliográfica e orientação de um programa de palestras, cursos e seminários.

Outro elemento importante em seu discurso é a “cooperação harmoniosa e independente” entre especialistas a partir de uma divisão do trabalho científico que respeite os objetos de estudo, critérios de cientificidade de cada área do conhecimento e a formação dos agentes que observam, analisam e interpretam sob perspectivas distintas um dado fenômeno: “Não cabe a aprendizes de linguista fazer levantamentos etnográficos, nem, em contrapartida, daremos duas gramas de crédito à transcrição fonética do mais respeitável e experimentado etnógrafo” (Rossi, 1961, p. 43). Na condição de dialetólogo e diretor do laboratório de fonética baiano, Rossi já possuía a expectativa de, até o final de 1959, obter um questionário definitivo, um grupo de inquiridores formados, localidades escolhidas e monografias preliminares publicadas.

Sobre o assunto encaminhamos ao Reitor Magnífico Edgard Santos uma Exposição de Motivos, que ao deixarmos a Bahia, merecera já o beneplácito do Diretor em exercício da Faculdade - Prof. Francisco Peixoto de Magalhães Neto, na qual solicitamos autorização para, utilizando nas primeiras providências o nome e o prestígio da Universidade, fundar um Centro de Estudos dialectológicos, e a julgar pelos contactos pessoais estabelecidos antes de viajar, contaremos de início adesões em qualidade e em número satisfatórias.

O Centro deverá reunir etnógrafos, folcloristas, sociólogos, historiadores, geógrafos, todos os presumíveis interessados em suma, a fim de coordenar os trabalhos preparatórios [...] Se pudermos congregarmos os especialistas nos vários ramos do conhecimento que confinam a Dialectologia, se pudermos congregá-los num esforço orientado para o objetivo geral, muito ganharemos em tempo e na segurança dos resultados (Rossi, 1961, p. 42-43).

[...] Acredita o professor Nelson Rossi que em fins de 1959, "o mais tardar" estará pronto o questionário definitivo que será aplicado a uma rede de localidades de tôdas as regiões da Bahia, para a elaboração do atlas linguístico dêsse Estado.

À mesma época deverão estar já publicadas várias pesquisas preliminares, e devidamente preparado o grupo de inquiridores que trabalhará no atlas. (DIÁRIO CARIOCA, 19/01/1958, p. 1).

Com essa esperança de integração plena à missão de elaborar um atlas linguístico nacional, tendo em vista que o progresso da ciência se dava sobretudo a “golpes de ousadia” e que a Universidade da Bahia, até então, constituía um espaço privilegiado para a pesquisa de campo em função do estabelecimento do laboratório de fonética, sendo, portanto, capaz de produzir um atlas nos domínios do estado com excelência técnica a partir de um maior apoio e cooperação institucionais, Nelson Rossi, catedrático interino de Filologia Portuguesa, assim encerrava a conferência e sua publicação.

6.1.4 Elaboração e publicação de "Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil" (1958, 1961)

Sucedendo os eventos formativos em Geografia Linguística ministrados por Sever Pop e a conferência de Nelson Rossi sobre a pesquisa dialetal empreendida por estudantes de Letras do Laboratório de Fonética da Bahia, nos anos de 1958 e 1961, no âmbito da Fundação Casa de Rui Barbosa, surge a publicação de *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, por Antenor Nascentes, em dois volumes. Este elemento constitui um importante passo para a orientação de trabalhos dialetológicos e a elaboração de atlas no cenário brasileiro.

O material em questão se trata de uma obra de referência para a pesquisa de campo. No plano do conteúdo, centra-se nos seguintes aspectos:

- a) o papel da Casa de Rui Barbosa enquanto agente supervisor de projetos que teriam como fim o Atlas Linguístico do Brasil;
- b) a condição complementar do Atlas Linguístico do Brasil em relação ao Atlas Linguístico de Portugal;
- c) a divisão do território brasileiro em regiões com uma rede de localidades ampla para o desenvolvimento de atlas parciais aos moldes estadunidenses;
- d) a determinação provisória de um sistema de transcrição adotado no projeto de Dicionário da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras;
- e) a apresentação do questionário a ser aplicado para o levantamento de particularidades fonéticas, léxicas e morfossintáticas do português no Brasil.

Com o deslocamento das pesquisas da língua escrita para a língua oral, a Dialectologia havia ocupado um papel central nas indagações filológicas, permitindo a reinterpretação de dados antigos e a descoberta de fenômenos outrora discretos ao método histórico-comparativo. Se, em Portugal, os primeiros esboços de investigação geográfico-linguísticas surgiram nas décadas de 1930 e 1940, embora não tão bem sucedidos⁷⁴; no Brasil, isso ocorreria na década de 1950, com sensações de atraso científico-cultural superiores à lenta marcha portuguesa, mas em momento decisivo de constituição das faculdades de letras, cientificização da formação filológica e geração de novos investigadores.

Dessa maneira, visava-se, com os novos livros, suprir uma lacuna no que tange ao sistema de coordenadas do aguardado inquérito linguístico nacional — contemplando problemas metodológicos e condições territoriais apontadas nos eventos sediados na Casa de Rui Barbosa em 1954 —, atualizar conhecimentos linguísticos e situar interesses da comunidade filológica brasileira.

Suas diferenças em relação ao *Guia para os estudos dialectológicos* (1955 [1957]), de Serafim da Silva Neto, residiam em seu direcionamento pragmático. No primeiro manual brasileiro publicado, tratava-se da importância da Dialectologia para os estudos filológicos; dos conceitos de dialeto e de falar, apontando-se a necessidade de urgência do seu estudo; da Dialectologia portuguesa e a bibliografia existente no campo; de informações sobre o panorama linguístico do Brasil; da caracterização da Dialectologia brasileira e seus trabalhos

⁷⁴ Convém lembrar as palavras Castilho (1972/1973, p. 135-136) no início da década de 1970 para situar o panorama geográfico-linguístico do português: [...] No campo específico da língua portuguesa não dispomos ainda de atlas nacionais. Em 1932, o Centro de Estudos Filológicos de Lisboa planejou levantar o "Atlas Linguístico de Portugal e Ilhas", tarefa que não pôde executar até aqui. Por volta de 1946, o Prof. Manuel de Paiva Boléo tentou organizar o "Atlas Linguístico de Portugal", plano de que desistiu em face de dificuldades materiais. Posteriormente, Portugal foi cartografado graças ao Projeto do "Atlas Linguístico da Península Ibérica", ALPI. Coube a Navarro Tomás, especialista em Fonética e Dialectologia da Secção de Filologia do Centro de Estudos Históricos de Madrid planejar em definitivo e dirigir a execução do ALPI (o projeto primitivo é de Menéndez Pidal, e foi concebido em 1907). O questionário foi elaborado por Navarro Tomás, Amado Alonso e Menéndez Pidal, e está dividido em duas secções: Fonética, Morfologia e Sintaxe de um lado, Léxico e Etnografia de outro. Uma vez preparados os colaboradores, entre os quais Rodrigo de Sá Nogueira e Armando Nobre de Gusmão, tiveram início os trabalhos de campo, em 1931, principiando o levantamento pelo leonês, castelhano, andaluz, aragonês, parte do catalão e do galego. Irrompe nesta altura a Guerra Civil Espanhola, e os materiais do ALPI migram sucessivamente para Valência, Barcelona, Paris e Nova Iorque, já ao término da guerra, em 1939, permanecendo na América até 1950. [...] Em 1953, o Instituto de Alta Cultura de Lisboa, que já havia proporcionado a colaboração de Sá Nogueira e de Armando Nobre Gusmão, volta a interessar-se pelo projeto, encarregando o Prof. Luís Felipe Lindley Cintra de prosseguir os inquéritos na área portuguesa, o que foi feito com o concurso de Aníbal Otero. Esse trabalho estendeu-se de 1953 a 1956, concluindo-se a coleta de dados para o ALPI. Veio então a delicada tarefa de passar as respostas para o mapa, trabalhando nesse sentido equipes de foneticistas e desenhistas. [...] Em cada mapa, além da palavra espanhola, figuram as suas equivalentes em português e catalão. O primeiro volume publicado consta de 75 mapas, e saiu em 1962; a publicação deste atlas ainda não terminou. A execução do ALPI não anula a necessidade de se preparar um Atlas Linguístico Etnográfico de Portugal e Galiza, projeto apresentado por M. de Paiva Boléo, J. G. Herculano de Carvalho e L. F. Lindley Cintra ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, 1957).

mais recentes; do método geográfico-linguístico; dos atlas linguísticos; e de elementos para a interpretação dialetal de Santa Catarina.

Compreendia-se, em Silva Neto, a Dialetoлогия como estudo da linguagem popular e regional, enquanto elemento de uma herança cultural transmitida geracionalmente por agrupamentos tradicionais, vinculada à Etnografia e às Ciências do Homem. Esse campo encontraria respaldo no método *Wörter und Sachen* — estudo descritivo do nexos linguístico e factual entre palavras e coisas para se compreender a formação de vocabulários e problemas etimológicos, pressupondo que o significado de um elemento só pode ser observável apropriadamente quando investigadas as condições e as dinâmicas socioculturais entre o referente e o seu significante — e na *Geografia Linguística* — estudo cartográfico de falares e dialetos a partir da aplicação de inquéritos para recolha de material das falas populares, cuja comparação, sistematização e projeção dos resultados em mapas permite identificar e caracterizar particularidades linguísticas.

À vista disso, atribuía-se ao inquérito linguístico a posição de moderna técnica de pesquisa dialetológica que exige a realização de um levantamento procedido tanto por correspondência quanto por pesquisa *in loco*, este considerado o ideal. O caráter moderno se opunha à pesquisa dialetológica tradicional, que era marcada pela recolha não planejada de traços linguísticos caracterizadores de uma região e supostamente despreocupada quanto ao informante e à qualidade do material linguístico coletado.

Nascentes (1958, 1961a), por outro lado, em seu manual, recupera esses conhecimentos sedimentados por Silva Neto com incrementos e atualizações das atividades formativas de Sever Pop na Casa de Rui Barbosa em 1954, ao delimitar áreas de investigação, funcionamento do trabalho, recursos instrumentais básicos e firmando a necessidade de se começar por atlas regionais a partir de um questionário geral, que era sugerido nos dois volumes.

Não obstante, orientado por uma abordagem histórico-cultural, Silva Neto, em seu guia, postulava que a elaboração de um questionário era dependente de conhecimentos da vida, da região e da linguagem popular, reclamando um aperfeiçoamento contínuo através de verificações e testes prévios a uma aplicação definitiva na comunidade a ser estudada para que possa contemplar perguntas pertinentes, isto é, aquelas capazes de “oferecer rica sinonímia de acôrdo com os lugares” e “oferecer variantes fonéticas de interêsse, ou alternâncias morfológicas de valor” (Silva Neto, 1955 [1957], p. 30). De todo modo, o *Guia* voltava-se ao léxico e à fonética, enquanto o *Bases* era mais abrangente e incorporava, para além do léxico e da fonética, a morfossintaxe.

Era dessa maneira que veículos de informação, como o *Novos Rumos* (1959) e o *Jornal de Letras* (1986), divulgavam as atividades da Casa de Rui Barbosa, seus avanços nos estudos linguísticos, as reverberações em pesquisas geográfico-linguísticas e o protagonismo de Nascentes como líder organizacional:

Por incumbência da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, o Prof. Antenor Nascentes organizou as Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, ora dadas a lume pela secção editorial da Casa de Rui Barbosa.

A elaboração de semelhante Atlas vem a ser indispensável ao estudo da Geografia Linguística entre nós, a exemplo do que se tem feito e se vai fazendo em outros países. Tendo em vista as experiências e realizações alheias e buscando adaptá-las às condições brasileiras, **o Prof. Antenor Nascentes traçou um plano prático, exequível, para o trabalho de coleta de materiais, que servirá de base à elaboração do nosso Atlas Linguístico**, tudo a ser posto em prática **sob a supervisão da Comissão de Pesquisas Filológicas da Casa de Rui Barbosa.** (*Novos Rumos*, 29/05 a 04/06/1959, p. 9, grifos nossos)

[...] Os seus pendores pelos estudos dialetológicos levaram para o campo da Geografia Linguística. **Pela Casa de Rui Barbosa publicou os dois volumes das Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (1958 e 1962), obra por que se orientou Nelson Rossi para fixar o número de localidades que seriam objeto de estudo no seu Atlas Prévio dos Falares Baianos.** Esse trabalho de Nascentes e o Guia para Estudos Dialectológicos, de Serafim da Silva Neto, foram o **ponto de partida para a realização do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais**, organizado por um grupo de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O primeiro tomo das Bases contém um inquérito lexical e outro fonético e a enumeração dos pontos de pesquisa interessa-se para um atlas linguístico nacional. O segundo complementa o primeiro e engloba aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos. (*Jornal de Letras*, 12/1986, p. 5, grifos nossos)

À época de publicação do segundo volume das *Bases*, Antenor Nascentes era professor emérito do Colégio Pedro II e professor de Filologia Românica das Universidades do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro com renome internacional por sua significativa produção bibliográfica. Desde o início dos trabalhos da Comissão de Filologia, havia se dedicado à crítica literária, à lexicografia e ao ensino de língua portuguesa, além da promoção da Filologia e dos estudos dialetológicos (cf. 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3). Isso se manifestou no âmbito da Casa de Rui Barbosa em sua pesquisa sobre brasileirismos e no desenho do futuro atlas linguístico brasileiro a partir de um regime de cooperação que mobilizasse filólogos interessados pelos fenômenos dialetais, tanto que essas foram suas últimas contribuições ao centro de pesquisas da instituição.

[...] Seguindo a corrente que poderíamos chamar: democrata, da Filologia brasileira, representada, especialmente, por Júlio Ribeiro, M. Said Ali e João Ribeiro, revelou Antenor Nascentes já no seu primeiro livro filológico “O linguajar carioca de 1922” a sua orientação, que constitui uma novidade no meio, dominado, salvo raras exceções, por puristas e gramatiquinhos. Não atraído por tradicionais problemas da gramática, mostrou-se nessa obra, escrita a conselho do grande Mestre alemão W.

Meyer-Lübke, interessado pelas questões da língua viva, sendo levado, mais tarde, por esta sua orientação, aos estudos, igualmente inovadores, da gíria (A gíria brasileira, 1953) e, seguindo a trilha batida por Amadeu Amaral, da **dialectologia, que representa a tarefa primordial da Filologia brasileira, sendo indispensável iniciar, sem grande demora, os trabalhos de Geografia Linguística, para os quais o Prof. Nascentes lançou os fundamentos teóricos nas Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil (1º 1958; 2.º volume está no prelo).** (Hampejs, 1961a, p. 1-2, grifos nossos)

[...] Deve-se aqui também salientar a contribuição do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. A fim de preparar futuros pesquisadores e aperfeiçoar filólogos no método geográfico-comparativo, convidou para uma série de conferências ao professor Sever Pop, então na Universidade de Lovaina, autor do mais completo trabalho existente sobre a Dialectologia, sua natureza, método e progressos realizados. Havia o intento de fazê-lo retornar ao país, para um contato mais demorado com os nossos pesquisadores, mas a sua morte frustrou tais projetos. **Em consequência do rumo promissor tomado pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, deu-nos em 1958 um dos mais ilustres membros da Comissão de Filologia desse Centro, o consagrado professor Antenor Nascentes, sempre tão sensível aos progressos da ciência filológica, as Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.**

Quanto à organização desse Atlas, vai criando corpo o parecer de que, dada a vastidão territorial do país, o que se impõe é, de início, a elaboração de atlas regionais. Era essa a opinião do professor Serafim da Silva Neto. E, essa linha metodológica, até já se começou a trabalhar, pois, como foi divulgado, o professor Nelson Rossi está a imprimir um atlas regional da Bahia. (Diário de Notícias, 23/02/1964, p. 3, grifos nossos)

Note-se que, enquanto o Decreto 30.643/1952 determinava ao Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e sua Comissão de Filologia a tarefa de elaborar um atlas, o primeiro livro das *Bases* destaca a consciência da verve coletiva interinstitucional do trabalho geográfico-linguístico e a necessidade de critérios para a uniformização de práticas interdependentes de pesquisa em diferentes regiões e localidades.

Subjaz a essa percepção uma semelhança ao trabalho operado por Hans Kurath (1891-1992), nos estados norte-americanos de Massachusetts, New Hampshire, Connecticut, Vermont, New York (apenas Long Island), Rhode Island, Maine e sul de New Brunswick, para o Atlas Linguístico da Nova Inglaterra (1931-1939), em que 416 informantes de 213 comunidades foram entrevistados. Esse projeto geográfico-linguístico de língua inglesa havia mostrado à comunidade científica da época, na década de 1930, a complexidade da pesquisa de campo num território de largas proporções e a necessidade metodológica de empreender estudos parciais — sobretudo, quando se considera que a extensão da Nova Inglaterra constituía um quinquagésimo da arealidade total norte-americana.

Para que fosse concluída por apenas uma única equipe, a investigação foi reajustada para oito operações regionais adicionais que foram orientadas por Kurath, que supervisionou a publicação posterior de volumes desse atlas em seguida renomeado como *Atlas Linguístico dos Estados Unidos*. Participaram desse trabalho seriado Guy S. Lowman, Bernard Bloch,

Rachel Sargent Harris, Miles L. Hanley, Cassil Reynard, Martin Joos, o próprio Hans Kurath, Marguerite Chapallaz e Lee S. Hultzén. Na parte prática, cada operação regional do referido mapeamento usava técnicas semelhantes: pequenas equipes de linguistas — ao todo nove inquiridores — espalhavam-se pela região e entrevistavam pelo menos duas pessoas em cada condado criteriosamente selecionado a partir de aspectos históricos e sociais, como os primeiros assentamentos norte-americanos.

Entendia-se, dessa maneira, que o objetivo básico de um atlas linguístico era fornecer um registro comparável, para que as afiliações dos dialetos de uma dada área pudessem ser estabelecidas com outras áreas, posteriormente, com outros países — não à toa existia um desejo de relação de complementaridade entre o atlas brasileiro e o atlas europeu de língua portuguesa —, a partir de dados obtidos de informantes representativos da fala popular local de faixa etária elevada, com o mínimo de educação, viagens e outros tipos de exposição cultural externa. A realização de atlas regionais, com isso, possibilitaria o estudo filológico da língua, não apenas através do comparatismo vertical, mas também do comparatismo horizontal, favorecendo a compreensão de fenômenos em diferentes graus de descrição no português, como demonstra uma análise do Correio Paulistano, em 1960:

A meta a que visam os estudos dialetológicos não é senão a representação cartográfica de fatos linguísticos, e a sua interpretação. Emprega-se para cada um deles um mapa diferente. O conjunto dos mapas constitui um atlas linguístico. Assim, o atlas linguístico de Minas Gerais, que algum dia haveremos de ter, apresentará, por exemplo, uma página consagrada à pronúncia do s, outra à abertura do e pretônico. Nela serão indicadas, com referência à carta do Estado, as modalidades fonéticas pela forma como se manifestam em várias localidades. Depois do Atlas de Gilliéron, muitos outros se têm publicado, vários se acham em elaboração, como o caso do de Portugal. **Para o Brasil, território de extensão continental, o professor Antenor Nascentes, pioneiro nesse como em outros estudos, apresentou normas adotadas pela comissão de pesquisa filológica da Casa de Rui Barbosa.** (Correio Paulistano, 15/06/1960, p. 6)

O relato que mais se aproxima do contexto de preparação da obra de Nascentes, sob esse espírito, pertence a Erasmo d'Almeida Magalhães, em notas sobre o português falado no Brasil, na revista do Instituto de Estudos Brasileiros:

Não só em O linguajar carioca a figura do mestre se agiganta. Suas obras filológicas são pioneiras e inovadoras. "Pioneiras por ser ele iniciador de vários estudos que, até então, não foram empreendidos ou apenas o foram deficientemente, inovadoras por estudarem a língua viva e os fenômenos dialetais. **Como membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa conseguiu o concurso de Sever Pop para ministrar em 1954, um curso de Dialetologia. Nesse mesmo ano, elaborou um "questionário típico brasileiro", publicado mais tarde em dois volumes sob o título Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.** (MAGALHÃES, 1968, p. 58)

O sentimento de nacionalismo exaltado na literatura e as primeiras abordagens filológico-linguísticas do português falado no Brasil são cronologicamente objetos de

discussão em Magalhães. Nele, reconhece-se a importância da Dialetologia e do método geográfico-linguístico como lentes diagnósticas do estatuto do português e da extensão de seus fenômenos dialetais, situando problemas à época, tais quais:

- a) a falta de cursos especializados de Dialetologia e de Geografia Linguística;
- b) a inexistência de um intercâmbio entre os pesquisadores;
- c) a carência de um levantamento bibliográfico exaustivo;
- d) a necessidade de realização periódica de congressos ou reuniões.

Nesse panorama, convocar pesquisadores interessados e devidamente instruídos em Dialetologia portuguesa, articulá-los e atualizá-los por meio de um regime de cooperação e difundir o método geográfico-linguístico eram necessários. Nos dois últimos pontos, em que os dois volumes das *Bases* se inserem, convém recuperar as lições de Sever Pop, o linguista e dialetólogo romeno que se podem encontrar detalhadamente na seção 6.1.2, referente ao curso e à exposição de Geografia Linguística.

O ponto central de suas aulas e seminários foi a metodologia da Geografia Linguística e sua aplicação a partir de um trabalho investigativo de campo, valendo-se da própria experiência na elaboração do Atlas Linguístico Romeno (1939, 1942). Esquemáticamente, o ensino de métodos de pesquisa linguística, a escolha de perguntas para um inquérito linguístico, a investigação de campo e o panorama histórico dos métodos de pesquisa linguística constituíram os principais tópicos abordados nos eventos formativos.

Nas lições sobre o ensino de métodos de pesquisa, foi relatada a existência de dois métodos para a recolha de material linguístico: o inquérito por correspondência e o inquérito por pesquisa de campo. Se, no primeiro, considerava-se uma prática mais rápida, cômoda e pouco dispendiosa para uma pesquisa linguística pelo fato de existir um intermediador (inquiridor correspondente) entre o investigador e o informante no território a ser estudado — requerendo elevado rigor e cuidados concernentes aos questionários, à escolha de correspondentes e à notação fonética adotada —, defendia-se na segunda abordagem um método igualmente rigoroso de maneira que os registros se caracterizassem como “documentos autênticos do estado atual de um patois” — enfatizando o território investigado; o questionário; a inquirição e o registro das respostas; o inquiridor; as localidades; os informantes; a notação fonética; e a publicação de materiais.

Observe-se que a decisão metodológica de Nascentes acerca do tipo de inquérito, em *Bases*, é a pesquisa *in loco* para o tipo de estudo que seria executado por equipes supervisionadas pela Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa distribuídas em regiões,

tendo como prioridade aquelas que já tivessem recebido alguma sondagem e aderindo ao modelo projetado por Silva Neto (1957 [1955]) de território dividido em sete áreas culturais.

O questionário do primeiro volume incluía os seguintes campos de referência conceituais para o estudo do léxico: a terra, o homem, a família, tratamentos, nascimento, indústrias, várias, religião, festas e divertimento populares, animais, plantas, casamento, morte, fórmulas de saudação e habitação.

O segundo volume, por outro lado, é dedicado à fonética-fonologia e à morfossintaxe do português, constituído por 237 questões. Desse total, 100 itens referem-se à fonética e à fonologia conforme a seguinte distribuição: perguntas de 1 a 39 tratam de vogais, 40 a 59 de encontros consonânticos e fenômenos metaplásmicos, como prótese, epêntese, suarabácti, paragoge, aférese, síncope, apócope, sinalefa, metátese, assimilação, dissimilação, metaforia, nasalação, desnasalação, palatalização, despalatalização — cada uma acompanhada de exemplos e preocupando-se em comparar a pronúncia brasileira em relação à portuguesa.

Na obra, não se faz menção a quantidade e perfil dos informantes, embora, no curso de Sever Pop, fossem assinalados como “maus informantes”, as pessoas muito idosas; pessoas muito jovens; “analfabetos pouco inteligentes”; pessoas com alto grau de instrução; pessoas que ficaram fora do seu país; estudiosos de *patois* etc. Também, no evento formativo, as mulheres foram consideradas uma categoria de informante relevante por serem linguisticamente mais conservadoras e por não sofrerem a ação dissolvente do serviço militar, que expõe a pessoa à mobilidade e influências linguísticas externas. A obra de Nascentes resguarda apenas uma preocupação quanto ao registro de quem fornece os dados com os seguintes itens: nome oficial; nome por que é conhecido; alcunha; naturalidade; naturalidade do pai; naturalidade da mãe; profissão; aptidão em leitura; domicílios; viagens e características fonéticas e psicológicas.

As sete regiões eleitas contariam com 606 localidades provisórias, havendo também uma especial atenção às características autóctones dos lugares, a ponto de se esboçar uma ficha de registro de notas com os respectivos campos: nome oficial; município; estado; freguesia; nome dos habitantes do lugar; nome dado aos habitantes do lugar pelos de outros lugares; nome dos habitantes de toda a região e de todo o Estado; número de fogos do lugar; número de habitantes; atividades; indústrias caseiras; culturas importantes; presença de criação de gado, pesca, caça; comunicações; imigração; pedido de mapa do município (se fosse possível anexá-lo ao material).

No que tange ao papel do inquiridor, defendia-se que a Comissão nomearia um superintendente dos trabalhos, que, por sua vez, desenvolveria um trabalho setorizado em

proporções maiores ou menores com equipes formadas. O sistema de transcrição utilizado provisoriamente para registrar as respostas seria a notação utilizada no projeto do Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras.

Diante de tudo, acreditava-se que a determinação dos pontos dos inquéritos poderia influir “na perfeição de um atlas”, situando a contribuição como uma distribuição provisória que ficaria a cargo de um técnico capaz de dirigir os trabalhos em cada região, sob o crivo de melhor conhecedor do espaço linguístico e geográfico da área estudada.

[...] Temos de dividir o país em regiões, cada uma com o seu superintendente, ficando os superintendentes sob a direção de um técnico, havendo um órgão central supervisor, a Comissão de Filologia.

Começaremos pela divisão em regiões.

Levando em conta o homem, a terra, o gênero de vida e o tipo social criado, o professor Serafim da Silva Neto, na memória que apresentou ao III Colloquium de estudos luso-brasileiros, reunido em Lisboa em 1957, dividiu o nosso país nas seguintes áreas culturais: 1 - Amazônia (Acre, Amazonas, Rio Branco, Pará e Amapá); 2 - Nordeste Litoral (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Fernando de Noronha, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe); 3 - Nordeste Mediterrâneo (Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia); 4 - Planalto Central (Minas Gerais e sudoeste da Bahia); 5 - Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso); 6 - Centro-Leste (Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo, Sul de Minas e São Paulo); 7 - Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Devemos começar pelos atlas de regiões onde já tenham sido feitas sondagens. Estas regiões são: a Amazônia, a Bahia e o Rio Grande do Sul.

A título de sugestão, apresentamos um questionário típico, de caráter geral (cada região terá seu questionário suplementar especial), o que elaborámos em 1954 para o curso do professor Pop, o primeiro que se fez no Brasil, e uma lista dos pontos em que devem ser feitos os inquéritos. Para a transcrição pode servir, a título provisório, o sistema adotado no projeto de Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. A Comissão nomeará um superintendente dos trabalhos. Este por sua vez escolherá os encarregados das regiões e os encarregados das regiões formarão suas equipes.

Tudo sob a supervisão da Comissão de Pesquisas Filológicas da Casa de Rui Barbosa. (Nascentes, 1958, p. 8)

Note-se que, entre as décadas de 1950 e 1960, no Brasil, já se tinham notícias de:

- a) um inquérito linguístico-dialetológico, realizado pelos alunos da cadeira de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, em Rio dos Medeiros, à época povoado do município de Guaraqueçaba, Paraná, liderado por Oswaldo Pinheiro dos Reis entre maio e setembro de 1953;
- b) trabalhos de campo em São Sebastião do Passé, Uauá e Portão, na Bahia, por Nelson Rossi e estudantes da cátedra de Filologia Portuguesa da Faculdade Filosofia da Universidade da Bahia, entre os anos de 1956 e 1957;
- c) o desenvolvimento de questionários próprios e formação de investigadores para inquéritos linguísticos em Santa Catarina e no Amazonas, preparados por Serafim da Silva Neto, em seus cursos de Filologia e Dialetologia portuguesa em 1955 e 1957, na Faculdade Catarinense de Filosofia e no Instituto de Pesquisas da Amazônia;

- d) investigações de Heinrich Bunse, entre 1955 e 1960, sobre palavras e expressões empregadas nas minas carboníferas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para designar objetos e ofícios; a terminologia da cana de açúcar no Rio Grande do Sul; notas sobre a pesca e o pescador no litoral sul-brasileiro; a terminologia da atafona no Rio Grande do Sul; aspectos linguísticos-etnográficos sobre a erva mate no Rio Grande do Sul e aspectos linguísticos-etnográficos do município de São José do Norte;
- e) a investigação de cinquenta localidades baianas, entre 1960 e 1962, e a publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, em 1963, por Nelson Rossi e equipe da Universidade da Bahia.
- f) início dos trabalhos para o *Atlas Linguístico de Sergipe*, em 1963, por Nelson Rossi e equipe;
- g) estudo de particularidades linguísticas entre Erechim e Laranjeira do Sul, no Paraná, por Therezinha M. M. Andreeta, publicizado por Rosário Mansur Guérios em 1964.

Nesse panorama, diante da inserção gradual da Geografia Linguística nas pautas de pesquisa, a Casa de Rui Barbosa atuava como um centro de difusão de conhecimentos em práticas na pesquisa linguística do português do Brasil sob viés dialetológico, de modo que o guia de referência elaborado por Nascentes (1958, 1961a) constituía um instrumento para a uniformização de atividades de pesquisa em elaboração no país.

6.1.5 Planos de apoio e publicação de atlas: Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais I e II (1977-1979) e Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987)

Altas expectativas referentes à capacidade de alcance de objetivos acompanhavam o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa em seus primeiros anos de atividade, o que incluía a elaboração do aguardado atlas linguístico-etnográfico brasileiro. Note-se o que diz uma coluna de opiniões da Tribuna da Imprensa em 1956, após três anos de estabelecimento da Comissão de Filologia:

O NOVO regimento da Casa de Rui Barbosa, especificando os objetivos de cada uma das comissões que ali funciona, confia à Comissão de Filologia um objetivo básico: o de elaborar o "Atlas Linguístico do Brasil". A iniciativa é uma das mais relevantes, e condiz perfeitamente com as atribuições de um órgão de pesquisas léxicas, sintáticas, fonológicas, dialetológicas, onomatológicas e bibliográficas. **Espera-se apenas que êsse "Atlas" não seja como as Obras Completas de Rui Barbosa, que custam tanto a aparecer, embora tão necessárias, principalmente nos atribulados dias de hoje, em que editá-las seria também uma autocrítica.** (Tribuna da Imprensa, 19/01/1956, p. 4, grifos nossos)

No rol de prioridades da instituição científico-cultural, de 1952 a 1979, situavam-se a publicação seriada de obras sobre o patrono institucional, contemplando a vida e os feitos de Rui Barbosa; edição de livros de Linguística, Filologia e Direito, em honra de Rui Barbosa; e a realização de exposições, cursos e conferências. Esses objetivos ganharam corpo na tentativa de edição e publicação das Obras Completas de Rui Barbosa e de manutenção de quatro coleções ruianas: Coleção de Estudos Filológicos; Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna; Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica e Coleção de Estudos Jurídicos.

Dessas quatro linhas, apenas a Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna se manteve constante e atualizada. Conforme os relatórios da programação de atividades do ano de 1977, a Coleção de Estudos Jurídicos encontrava-se paralisada desde 1960; a Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica possuía até a década de 1970 apenas as duas publicações do *Livro de Vita Christi* que remontavam à década de 1950; e a Coleção de Estudos Filológicos, complementando as primeiras publicações de 1956, contava apenas com a edição de *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)*, explicados por Álvaro Sousa da Silveira, em 1973. À vista disso, o projeto editorial se sobrepunha a qualquer forma de pesquisa filológica sobre a língua portuguesa.

Embora o Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, fosse explícito quanto à finalidade principal de elaboração de um "Atlas Linguístico do Brasil" pela Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a partir de um plano de trabalho que contemplasse investigações fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias etc., observa-se que esse setor competente — apesar de suas tentativas nobres de formação de pesquisadores e de divulgação de conhecimento científico — pouco deteve os recursos humanos e o investimento público necessários à adoção dos preceitos teórico-metodológicos definidos e ilustrados por Sever Pop, em seus cursos e exposição dialetológicas (1954), e à aplicação do plano de trabalho defendido por Nascentes em suas bases geográfico-linguísticas para o tratamento do português do Brasil (1958, 1961a).

Os inevitáveis novos rumos do centro de pesquisas e a dissolução gradativa da comissão de filólogos catedráticos — que dava lugar a uma nova geração de técnicos e pesquisadores com pautas atualizadas e pertinentes ao universo acadêmico emergente pós-1960, como a necessidade de edição de livros brasileiros para o estudo e a pesquisa em letras — também contribuíram para o apagamento do caráter mandatário da execução do atlas. Isso é notável nos regimentos de 1956, 1966 e 1974, sobre os quais os produtos da Casa

de Rui Barbosa foram seguidamente condicionados a um projeto editorial de obras sobre Rui Barbosa e obras em honra de Rui Barbosa, estas, sobretudo, voltadas à literatura brasileira, como denunciavam os catálogos, as programações e os relatórios de atividades.

Verifique-se que, especialmente na década de 1960, com a dissolução gradativa da Comissão de Filologia e a reforma institucional que constitui um setor de Filologia com uma nova geração de pesquisadores, a Casa de Rui Barbosa perdia seu papel centrípeto no sistema de coordenadas do Atlas Linguístico do Brasil, embora estivesse bem sedimentada a ideia de um trabalho coletivo e interinstitucional pelo qual se poderiam produzir atlas regionais — dadas as dimensões continentais do Brasil para um projeto geográfico-linguístico.

Em 1964, Sílvio Elia já se manifestava no jornal *Diário de Notícias* sobre os inquéritos linguísticos da época quanto à recuperação do papel agentivo do Governo Federal no planejamento do atlas nacional:

[...] Para coordenar êsses esforços parciais e disciplinar o entusiasmo de veteranos e neófitos, é indispensável a colaboração decidida do Governo Federal. Urge criar uma Comissão Central, constituída de poucos mas experimentados especialistas. A essa comissão incumbiria planejar a elaboração do futuro Atlas Linguístico e Etnográfico do Brasil, por regiões. Delimitar essas regiões, p. ex., organizar as bases gerais do questionário, fixar o critério para a escolha dos pontos a serem estudados, estabelecer as normas para a transcrição fonética, acompanhar a execução dos trabalhos e velar pela adequada aplicação das verbas, das famosas e indeclináveis verbas, sem as quais nunca será possível o ALEB, eis as atribuições iniciais de tal comissão. Também seriam convocadas as universidades federais, através de suas Faculdades de Filosofia. Cada Faculdade designaria uma comissão regional, que ficaria encarregada da execução e da adaptação das normas gerais na região que lhe coubera controlar. Tenho um esboço do professor Serafim Neto, em que se alinham as seguintes regiões: Amazônica, Nordeste Litoral, Nordeste Mediterrâneo, Leste, Centro-Oeste, Sudeste e Extremo Sul. Destarte, a Universidade da Bahia, p. ex., ficaria encarregada dos trabalhos da região Leste, a do Rio Grande do Sul dos de Extremo Sul, a de Goiás dos do Centro-Oeste assim por diante.

Em conferência recente, o professor San Tiago Dantas sublinhava a necessidade que se impõe ao governo da República de assistir os empreendimentos científicos, como se faz nos países mais adiantados do Globo. Cremos que nenhum setor melhor para testar essa disposição governamental do que este planejamento e execução do impreterível Atlas Linguístico e Etnográfico do Brasil. Que não se faça demorar, pois. (*Diário de Notícias*, 23/02/1964, p. 3)

O interesse da comunidade acadêmica brasileira pela Dialetoologia portuguesa, nesse ponto, passava a se manifestar para além da Casa de Rui Barbosa a partir das políticas públicas de internacionalização do ensino e da pesquisa e das ações interinstitucionais para o desenvolvimento dos estudos filológicos nas faculdades de letras.

Entre as décadas de 1950 e 1980, testemunhou-se um notável intercâmbio estudantil entre Brasil e Portugal, que, ao longo dos anos, na área de Letras, privilegiava Fonética, Filologia Portuguesa, Linguística Geral, Dialetoologia, Línguas e Literaturas Clássicas e Língua e Literaturas Portuguesas. Outro aspecto determinante seria o advento, na década de

1970, do Programa Nacional de Pesquisa e Pós-graduação na área de Letras e Linguística que ampliaria o interesse pelo estudo da língua falada no Brasil para o conhecimento da realidade do país e o direcionamento de políticas educacionais.

O programa nacional de pesquisa e pós-graduação na área de Linguística e Letras, para o biênio 1974/75, afirma a necessidade de desenvolver os estudos da língua considerada como instrumento da unificação da nacionalidade e tem como objetivo primeiro a elaboração de um esquema de "Português Fundamental", que ajudaria inclusive a divulgação do Português em outros países.

[...] Pela primeira vez, o planejamento educacional brasileiro concede à área de Letras e Linguística o lugar que lhe corresponde no conjunto de suas decisões com respeito ao avanço científico e tecnológico.

[...] **A pesquisa com vista à determinação de um atlas linguístico do país é passo inadiável para a precisa definição do idioma nacional e sua insubstituível condição de instrumento unificador da nacionalidade.** Do mesmo modo, a investigação destinada à elaboração do que se chama de "Português Fundamental" é meta que nos poderá oferecer um veículo dinâmico e operativo, seja no país, aliando-se ao esforço já desenvolvido pelo Mobral, seja no exterior, nos diferentes centros de estudo e disseminação de nossa língua - afirma ainda (Jornal do Brasil, 08/04/1974, p. 4, grifos nossos).

Nesse cenário de oportunidades, por exemplo, em 1955, insere-se o processo formativo de Nelson Rossi — autor principal do Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963) e diretor do laboratório de fonética da Universidade da Bahia — em Portugal e França e o repercutido caso protagonizado pela estagiária Sue Nogueira⁷⁵, que, teria desenvolvido estudos sobre variantes fonéticas de falares regionais portugueses⁷⁶ sob a supervisão de Armando de Lacerda, o diretor do Laboratório de Fonética de Coimbra, Portugal, também mestre de Rossi⁷⁷. A experiência internacional da estudante carioca, em contexto do Estado Novo salazarista, foi objeto de discussão numa coluna de jornal intitulada “Cinderela brasileira num palácio português”, que, de modo sutil, revela uma teia cooperativa entre filólogos brasileiros e filólogos portugueses na sedimentação da Geografia Linguística:

Sue saiu do Brasil para estudar Dialectologia em Portugal numa bolsa de estudos do Instituto de Alta Cultura de Lisboa. Professora de Literatura Portuguesa do Instituto de Educação, a carioca de Engenho de Dentro **foi indicada pelo professor Celso Cunha** para um Curso em Portugal ao Real Gabinete Português de Leitura. O sr. Antônio Pedro Martins Rodrigues, primeiro secretário daquela entidade, encarregou-se de sua viagem.

Falando de seus estudos em Portugal, disse Sue Nogueira:

"Frequentei a Faculdade de Letras de Lisboa, assistindo às aulas normais de Filologia, Literatura e Gramática Comparativa. Também em Lisboa estudei no

⁷⁵ Para maior conhecimento sobre a pesquisa, recomenda-se a leitura da tese *Singularidades entrelaçadas*: os cursos de formação/especialização de professores de deficientes auditivos - Brasil e Portugal (1950-1980), elaborada por Geise de Moura Freitas, sob a orientação da Prof. Dra. Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes.

⁷⁶ Amaral (2019) traz uma informação sobre estudos posteriores de Sue Nogueira para o I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, do ano de 1958: [...] o autor recolheu entrevistas com salineiros locais e com uns que vieram de Portugal, os quais falaram das diferenças estruturais entre as salinas do Brasil e Portugal, e da decorrente diferenciação de terminologias técnicas. O vocabulário é mais simples e prático do que o de Portugal (Amaral, 2019, p. 431).

⁷⁷ Para melhores informações, convém retomar a seção Laboratório de fonética na Bahia: conferência e publicação (1958, 1961)

Centro de Estudos Filológicos, dediquei-me com grande interesse às pesquisas dialectológicas. Distribuí bem meu tempo em Portugal, aproveitando-o o mais possível. Recebi em Coimbra aulas individuais e notáveis dos professores Paiva Boléo, catedrático de Filologia Portuguesa, e Armando de Lacerda, diretor do Laboratório de Fonética Experimental. Foi o dr. Luís Felipe Lindley Cintra, o mais moço dos mais cultos portugueses que conheci, que orientou as minhas atividades em Portugal".

[...] Na opinião da professora brasileira, o nível cultural dos estudantes portugueses é muito alto. Os estudantes de Letras, de um modo geral, fazem muitas consultas bibliográficas, o que resulta num conhecimento amplo das matérias do currículo. O que de mais interessante apresentam são as teses de licenciamento que constituem magnífico material especializado para conhecimento da língua. Tais teses fazem muita falta no Brasil. Sue viajou Portugal inteira colhendo material para seus estudos. **Em cada lugar passava várias horas fazendo conferências e estudando dialetos.** (Tribuna da Imprensa, 07/11/1955, p. 17, grifos nossos)

Na década de 1950, sob a direção de um Centro de Estudos Dialectológicos, no âmbito do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Serafim Pereira da Silva Neto (1917-1960) — filólogo brasileiro de grande impacto no círculo intelectual carioca do século XX — investia na oferta de palestras e cursos de Dialectologia brasileira em instituições universitárias do país.

Essas conferências, aliadas ao efeito institucionalizador do referido espaço científico-cultural, favoreceram a continuidade de esforços autônomos, isolados e periódicos, estimulando o reconhecimento da Dialectologia na agenda de pesquisa dos estudos filológicos, a exemplo do que ocorreu em um curso de extensão universitária da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte (1951); na Universidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (1954); na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (janeiro de 1955); na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina, em Florianópolis (4 a 19 de outubro de 1955); no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus (14 a 25 de fevereiro de 1957); na Universidade Católica da Bahia, em Salvador (março de 1957) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (agosto de 1957).

Nesse movimento caracterizado por uma incisiva divulgação dos estudos em Dialectologia no país, identifica-se o desejo de criação de um ambiente favorável às pesquisas de campo fundamentadas na Geografia Linguística, com intuito de estimular a curiosidade investigativa e instituir relações de cooperação para sedimentar uma mentalidade dialectológica, o fundamento a um esforço mais avançado técnica e coletivamente: a elaboração de um atlas linguístico nacional.

[...] **A necessidade de proceder ao levantamento das diferenciações regionais que marcam o uso da língua portuguesa no Brasil não é apenas operação de interesse de filólogos que desejem a constatação de fatos linguísticos para suas conclusões científicas.** E não é porque, realmente, essa operação, como tarefa de campo, se acha ligada às que se devem realizar visando verificar, apurar, essas alterações como alterações que distinguem os grupos sociais.

Ora, no Brasil, seja porque assim o impôs a diversidade geográfica, seja porque os homens que ocuparam o litoral e o interior, procurando amansar a terra para nela criar uma civilização, se viram forçados a distanciar-se também, diversificando-se nos gêneros de vida, no comportamento cultural, o fato é que tais diversidades precisam ser examinadas nas mínimas particularidades para que se obtenha o retrato exato do País. Não adianta fixar um aspecto particular para indicá-lo. É necessário ter domínio sobre todos os aspectos, fugindo-se ao unilateralismo das pesquisas e das soluções. **Mas para chegar-se à conclusão científica é preciso realizar a investigação de campo, com pessoal habilitado e direção sensata.** (Silva Neto, 1957 [1955], p. 6, grifos nossos)

Entende-se que, no cerne desses eventos protagonizados por Silva Neto, estava a tentativa de atualizar o quadro dos estudos filológicos quanto ao estudo dos falares regionais brasileiros, no que tange ao português, via pesquisa de campo, e de formar futuras equipes de dialetólogos com conhecimentos e práticas adequadas ao moderno método de pesquisa da época para os estudos filológicos. O filólogo era um entusiasta do método geográfico-linguístico e enxergava-o como um elemento renovador que poderia se efetivar caso se ministrassem cursos anuais de dialectologia brasileira com apoio de professores universitários que direcionassem seus alunos a estudos desse gênero e com o estabelecimento de cooperações entre investigadores da língua e investigadores da antropologia social.

Entre agosto e setembro de 1954, a partir dos cursos de Dialectologia e da exposição de Geografia Linguística, pela colaboração de Sever Pop com a Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a comunidade científica havia descoberto os problemas que o território brasileiro apresentava para a elaboração de um atlas linguístico para o português, a exemplo de sua inegável extensão geográfica, a distribuição populacional, as influências linguísticas variáveis pelas línguas de imigração e a reminiscência de línguas indígenas. À época e para os propósitos do curso, não se tinham recursos humanos, financeiros, tampouco instrumentais para a pesquisa de campo.

De 9 a 15 de setembro 1957, no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, sediado em Lisboa, Celso Ferreira da Cunha e Serafim da Silva Neto haviam proposto um programa de execução que envolvia cooperação entre pesquisadores e instituições para a cobertura de regiões do país, conforme a divisão estabelecida por Manuel Diégues Júnior. Com o intuito de dividir o território brasileiro de proporções continentais para uma pesquisa linguística mais eficiente, usar-se-ia o esboço de Diégues Júnior que contemplava o meio, o processo de ocupação humana e o desenvolvimento de atividades econômicas próprias desde o processo colonizatório do país, tendo como lastro comum uma base portuguesa em seis

áreas culturais ou folclóricas⁷⁸.

Integrando-se a esse movimento, em 1958 e 1961, Antenor Nascentes, membro da Comissão de Filologia, lança as Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (1958, 1961a). No primeiro volume, são estabelecidos os critérios de divisão do Brasil em regiões, conforme a proposta de Celso Ferreira Cunha e Serafim da Silva Neto, do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros; recomendação de início dos trabalhos pelas regiões com existência de sondagens, a exemplo da Amazônia, Bahia e Rio Grande do Sul; fixação de uma transcrição provisória de dados linguísticos de acordo com o sistema do projeto do Dicionário da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras; um questionário linguístico direcionado ao léxico e uma lista dos pontos de inquérito. No segundo volume, há um complemento ao questionário geral com a inserção de aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos.

Nesse panorama, a Casa de Rui Barbosa vinha atuando como um centro de difusão de conhecimentos em práticas na pesquisa Linguística do português do Brasil sob viés dialetológico:

[...] Deve-se aqui também salientar a contribuição do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. A fim de preparar futuros pesquisadores e aperfeiçoar filólogos no método geográfico-comparativo, convidou para uma série de conferências ao professor Sever Pop, então na Universidade de Lovaina, autor do mais completo trabalho existente sobre Dialectologia, sua natureza, método e progresso realizados. Havia o intento de fazê-lo retornar ao país, para um contato mais demorado com os nossos pesquisadores, mas a sua morte frustrou tais projetos. Em consequência do rumo promissor tomado pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, deu-nos em 1958 um dos mais ilustres membros da Comissão de Filologia desse Centro, o consagrado professor Antenor Nascentes, sempre tão sensível aos progressos da ciência, as Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.

Quanto à organização desse Atlas, vai criando corpo o parecer de que, dada a vastidão territorial do país, o que se impõe é, de início, a elaboração de atlas regionais. Era essa a opinião do professor Serafim da Silva Neto. E, nessa linha metodológica, até já se começou a trabalhar, pois, como foi divulgado, o professor Nelson Rossi está a imprimir um atlas regional da Bahia.

Inspirados nos mesmos princípios, o professor H. W. Bunse, da Universidade do Rio Grande do Sul, apresentou-se a concurso, em 1959, com uma tese meritória, que logrou aprovação unânime da Comissão Examinadora, integrada por professores de reconhecida competência. Intitulava-se ela *Aspectos Linguísticos-Etnográficos do Município de São José do Norte*, trabalho que resultou do árduo e prolongado inquérito nessa longínqua localidade dos pampas.

Chega-nos agora de Goiânia (janeiro de 1964), um trabalho do professor Ático Vilas-Boas da Mota, da Universidade Federal de Goiás, que se situa dentro desse

⁷⁸ Seguem as áreas definidas por Cunha e Silva Neto (1957), a partir do trabalho de Diégues Júnior (1952, 1960), para a pesquisa linguística do português do Brasil: **Amazônia** (Acre, Amazonas, Rio Branco, Pará, Amapá); **Nordeste Litoral** (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Fernando de Noronha, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe); **Nordeste Mediterrâneo** (Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia); **Planalto Central** (Minas Gerais e Sudoeste da Bahia); Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) **Centro-Leste** (Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo, Sul de Minas, São Paulo); **Sul** (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul).

campo de estudos, intitula-se "Mutirão" e tem o subtítulo "Inquérito Linguístico-Etnográfico-Folclórico".

Trata-se de um questionário destinado a, através de um inquérito por correspondência, levantar provavelmente a carta desse fenômeno de "ajuda vicinal", limitando-o, porém, ao Estado de Sergipe (o A. agora pretende entendê-lo também a Goiás). Incentivado pelo trabalho de Clóvis Caldeira, Mutirão, formas de ajuda ao meio rural e guiado por suas inclinações sociológicas, resolveu promover um inquérito parcial, restrito na matéria e no espaço. É mais uma prova de que os novos métodos de estudo geográfico-linguístico então empolgando as novas (e antigas) gerações de filólogos brasileiros (Diário de Notícias, 23/02/1964, p. 3, grifos nossos)

Embora não saísse sob o selo ruiano para legitimar sua afiliação científica e cultural, o primeiro produto da mentalidade dialetológica recém-sedimentada nas faculdades de letras, dos processos de formação de pesquisadores em centros universitários internacionais e das revisões geográfico-linguísticas aplicadas ao território brasileiro foi o Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), de Nelson Rossi e suas colaboradoras-estudantes⁷⁹ Dinah Maria Isensee, Carlota Ferreira, Josefina Barletta, Judith Freitas, Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes e Tânia Pedrosa. O volume foi publicado pelo Instituto Nacional do Livro, à época sob a direção de Augusto Meyer — membro da Comissão de Filologia — no âmbito da seção da enciclopédia e do dicionário, constituindo a primeira aplicação do programa de pesquisa dialetológico idealizado por Amaral (1921) e definido por Nascentes (1923, 1958) tanto para investigar a proposta de divisão do Brasil em áreas quanto para caracterizar os falares baianos com instrumentos e método científicos adequados a uma pesquisa Linguística do português⁸⁰.

O empreendimento geográfico-linguístico sediado no laboratório de fonética da Universidade da Bahia, montado por Nelson Rossi e Armando de Lacerda entre os anos de 1956 e 1957 com o apoio do reitor Edgard Santos, havia rendido 11 cartas introdutórias e 198 cartas linguísticas, portando, em sua maioria, transcrição fonética e notas elucidativas com falas e informações socioculturais sobre os informantes, em um cronograma desenvolvido de 1960 a 1962.

Note-se que o primeiro inquérito foi realizado em 31 de outubro de 1960, como etapa inicial de preparação dos inquiridores, enquanto o último ocorreu em 7 de abril de 1961, conforme Rossi (1965, p. 34). Para tanto, foi estabelecida uma rede de pontos de 50 localidades a partir da análise e da expansão do esboço de Nascentes (1958) com o suporte do

⁷⁹ Alunas durante o ano de 1959, mas quando saíram para fase dos inquéritos eram recém-licenciadas.

⁸⁰ [...] Decidimos partir — para fixação do número de localidades — da proposta de Antenor Nascentes para a Bahia nas *Bases para a elaboração do Atlas linguístico do Brasil*, Rio, Casa de Rui Barbosa, 1958, pág. 20. Seriam em princípio 39 (trinta e nove) localidades. Como no caso do número de perguntas do questionário, porém, quem diz 39 diz 40, ou 45 (aqui, nunca 38...). **Considerando que a parte tocante à Bahia de uma rede para um Atlas Nacional não deve coincidir obrigatoriamente com uma rede própria da Bahia, ou, por extensão do Brasil podem deixar de ser os mais indicados para visão dos fatos propriamente baianos, dispusemo-nos a um trabalho de revisão cuidadosa das indicações de NASCENTES** (Rossi, 1965, p. 21-22, grifos nossos).

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística — na figura do diretor regional da Bahia, o Sr. Artur Ferreira — distribuídas pelas 16 zonas fisiográficas do Estado⁸¹, valendo-se de um questionário com 182 perguntas anteriormente testadas em pesquisas *in loco*⁸² entre os anos de 1957 e 1959. O atlas teve um total de 100 informantes, 57 mulheres e 43 homens, com idade, em geral, variando, em geral, entre 25 e 60 anos. Com relação à escolaridade, todos eram analfabetos ou semi-analfabetos.

Em 1969, *Estudos de Dialectologia no Rio Grande do Sul* (Problemas, Métodos, Resultados), por Heinrich Bunse — catedrático de Filologia Românica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — com a colaboração de Mário Klassman, seria outro trabalho que chamaria a atenção pelo esforço cartográfico. Atenciosos em relação ao contexto geográfico de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, para além das populações bilíngues oriundas do processo migratório dos séculos XIX e XX, compreendia-se que não bastava apenas aplicar um inquérito em português, mas também nas respectivas línguas faladas nas zonas habitadas por imigrantes e descendentes para averiguar a uniformidade e a diversificação dialetológica perante a pluralidade linguística⁸³.

Este esboço de pesquisa geográfico-linguística, à época em andamento, gerara nove cartas sintéticas⁸⁴ oriundas de pesquisa de campo para conhecimento direto dos aspectos linguísticos e etnográficos do estado, valendo-se de uma versão adaptada do questionário de Boléo (1942) e emprego de um inquérito por correspondência distribuído por regiões escolares. Como última fase, previa-se uma pesquisa *in loco* em zonas bilíngues, com especial atenção às colônias alemãs, principalmente, e italianas, tendo, com a conclusão dos trabalhos, a expectativa de elaboração do *Atlas Linguístico e Etnográfico do Rio Grande do Sul*.

Até então, nenhum atlas havia sido blasonado pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Porém, na segunda metade da década de 1970, a instituição restauraria seu dever seminal por meio de tentativas de apoio à publicação de atlas linguísticos, dentre as quais são

⁸¹ Citam-se as zonas compreendidas àquela época: Litoral Norte, Recôncavo, Zona do Cacau, Extremo Sul, Nordeste, Zona de Feira de Santana, Zona de Jequié, Zona de Conquista, Zona de Senhor do Bonfim, Encosta da Chapada Diamantina, Chapada Diamantina, Serra Geral, Sertão do São Francisco, Baixo-Médio São Francisco, Médio São Francisco e Zona de Barreiras.

⁸² Listam-se a seguir localidades de pesquisas de campo empreendidas por Rossi e equipe no âmbito da Universidade da Bahia: São Sebastião do Passé, Uauá e Portão (1957); Bom Despacho (1958); São José das Itaporocas, Tanquinho e São Vicente (1959).

⁸³ Reconhece-se o trabalho de Bunse (1969) como a primeira iniciativa brasileira a incorporar a pluralidade linguística como objeto nos estudos dialetais, não como um problema metodológico que se deveria evitar na perspectiva uniforme e monolíngue do método geográfico-linguístico que era orientada, exclusivamente, ao português.

⁸⁴ Estas são as cartas sintéticas do trabalho preliminar de Bunse (1969): mapa n. 1 (aranha, cadeirinha, charrete, feito e sulqui); mapa n. 2 (cêrca, aramado e alambrado); mapa n. 3 (esquilar, tosar e tosquiar); mapa n. 4 (fazenda e estância); mapa n. 5 (canga e jugo); mapa n. 6 (corvo e urubu); mapa n. 7 (pena e torneira); mapa n. 8 (bodoque e funda); e mapa n. 9 (hômeme e hómeme).

citadas uma proposição de um *Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro* (1975), o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais I e II* (1977-1979) e o *Atlas Linguístico de Sergipe* (1979). Reforçava-se, assim, a ideia de que, com um plano unificador, rede de pesquisadores e ações interinstitucionais protagonizadas por universidades, a elaboração e a junção de atlas preliminares empreendidos poderiam contribuir para a concretização do desejado atlas nacional.

O primeiro esforço é denunciado pelo prefácio de Homero Senna, Diretor do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, ao *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (1977), quando são situados os esforços institucionais e o contato com o Prof. Nelson Rossi, da Universidade da Bahia, para o trabalho de campo no Rio de Janeiro em regime de cooperação com o Projeto Rondon⁸⁵ — uma tentativa que não vingou, conforme o relato:

[...] Nem assim, porém, pôde ter início a execução do ambicioso projeto. Contudo, os trabalhos da Comissão de Filologia, nesse terreno, não foram inúteis, pois motivaram pelo menos um então jovem pesquisador brasileiro que, transferindo-se depois para a Bahia, em cuja Universidade passou a lecionar, iria realizar o primeiro trabalho do gênero no Brasil. Queremos referir-nos ao Prof. Nelson Rossi, responsável pelo Atlas Prévio dos Falares Baianos, esforço pioneiro de excepcional merecimento. Do Prof. Nelson Rossi, a Casa de Rui Barbosa publicou, em 1961, a obra *Laboratório de Fonética na Bahia*.

Nós, aliás, em 1975, tivemos um contacto com esse especialista, e lhe propusemos a elaboração do Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro, projeto que lamentavelmente não pôde prosperar porque a Casa, carente de recursos, imaginava utilizar, para realização das entrevistas e aplicação dos questionários, pessoal do Projeto Rondon, solução que ao Prof. Nelson Rossi pareceu - e de fato é - de todo em todo inviável (Senna, 1977, p. 14)

Em 1979, no âmbito do Instituto Estadual do Livro, o filólogo Leodegário de Azevedo Filho, recém-empossado em cargo de direção, apresentava parecer favorável a esse atlas linguístico regional enquanto instrumento de cultura:

[...] O professor Leodegário não pode anunciar, ainda, títulos que serão co-editados, mas fala de dois projetos para os quais já recebeu sinal verde.

- O primeiro dos projetos editoriais que considero importante é a elaboração e publicação do Atlas Linguístico do Rio de Janeiro. Como se sabe, desde 1937,

⁸⁵ O Projeto Rondon, sediado na cidade do Rio de Janeiro e subordinado ao Ministério do Interior, foi uma ação interministerial oriunda do regime militar brasileiro que teve o objetivo de promover a integração econômica e social de regiões do país a partir da participação universitária. As atividades se iniciaram em 1967 e duraram até o ano de 1989. Observe-se o que menciona uma notícia do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro sobre um esforço semelhante ao proposto pela Casa de Rui Barbosa no estado de Alagoas:

[...] Durante a próxima Operação Rondon, em Alagoas, 30 alunos daquele Estado, após treinamento que será ministrado pelos Professores Evanildo Bechara e Walmirio Macêdo, da PUC do Rio de Janeiro, realizarão uma pesquisa dialectológica visando elaboração do Atlas Linguístico do Brasil. A pesquisa contará com colaborações do Ministério da Educação, Rádio Roquete Pinto, Instituto Nacional do Livro e Museu da Imagem e do Som e, além do seu valor científico, propiciará uma abertura de perspectivas no campo do ensino do português no Estado e futuramente em todo o País. Inicialmente serão escolhidos 50 universitários, sendo definido após o treinamento de 5 dias, entre 5 e 10 de janeiro, a equipe de 30, todos da Faculdade de Letras de Alagoas, que ficará encarregada de editar um Atlas Linguístico do Brasil. Os trabalhos de campo serão realizados entre os dias 11 e 30 de janeiro, devendo ser aplicados questionários e feitas gravações pelos alunos. (*Diário de Notícias*, 09/12/1970, p. 9)

estudiosos do assunto reunidos em congresso reconheceram o falar do Rio como o que pode ser tomado como padrão no Brasil. No entanto, até hoje, não temos esse instrumento imprescindível para o estudo de nosso linguajar, o Atlas linguístico. Para transformá-lo em realidade, contaremos com o interesse também da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho de feitura do Atlas caberá a uma comissão, presidida pelo professor Sílvio Elia, conhecido linguista brasileiro, que contará inclusive com a colaboração de membros da equipe do Nelson Rossi, responsável pelo Atlas Prévio dos Falares Baianos. Contaremos, igualmente, com a experiência de participantes do projeto de Atlas linguístico de Minas. (Jornal do Brasil, 14/04/1979, p. 1, grifos nossos)

Se, em abril de 1979, já se anunciava tal empreitada, em maio do mesmo ano, o Jornal do Brasil anunciava a previsão de publicação de um *Atlas Estadual do Rio de Janeiro* para junho de 1979, junto à coleção Biblioteca da Cultura Popular e as obras completas de Raul Pompéia. No entanto, mais uma vez, o projeto não obteve êxito.

Na década de 1980, mais precisamente em 1984, a Fundação Casa de Rui Barbosa havia submetido à FINEP e ao CNPq um projeto de elaboração do Atlas Linguístico do Rio de Janeiro, que ficaria a cargo do Prof. João Antônio Moraes, que era mestre em Dialectologia (1979) e doutor em Fonética Instrumental e Funcional pela Universidade de Paris III (1979-1984). Durante o mestrado, o pesquisador havia proposto um projeto de questionário para um Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação de Marie-Rose Simoni-Aurembou (1936-2012) — investigadora francesa especializada em Filologia e Dialectologia românica e autora do *Atlas linguistique de la Région Île-de-France* (1973-1978). Para o doutorado, uma pesquisa sobre a entonação modal do português falado no Rio de Janeiro foi desenvolvida como tese, tendo como supervisor o linguista húngaro Iván Fónagy (1920-2005).

Adiante, na programação de atividades da Fundação Casa de Rui Barbosa, constava no ano de 1977 a publicação do primeiro volume do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais com as seguintes etapas de execução: preparação do texto, composição, confecção de fotolitos, revisão de provas e impressão do trabalho empreendido por investigadores da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O ponto de partida para a colaboração entre José Ribeiro, Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Passini e Antônio Pereira Gaio — principais autores do projeto geográfico-linguístico em 116 municípios mineiros — e a Casa de Rui Barbosa fora o Encontro Nacional de Linguística, em março de 1976, sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no qual houve apresentações de trabalhos e discussões sobre pesquisa linguística brasileira em Semântica, Psicolinguística, Sociolinguística, Sintaxe, Fonologia e Linguística Aplicada.

Em seção referente à fonologia, centrada em discussões sobre os sons da língua e as

diferenças regionais do português, os dialetólogos Mário Roberto Lobuglio Zágari e Antônio Pereira Gaio ministraram uma comunicação intitulada *Esboço de Um Atlas Linguístico de Minas Gerais*, que foi assistida pelos professores Adriano da Gama Kury — à época, chefe da seção de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa — e Sílvio Elia — docente da instituição anfitriã do evento e membro da Academia Brasileira de Filologia —, tendo seus resultados e mérito científico validados por meio do apoio à publicação.

Meses após o encontro e previamente aos trabalhos de edição, Zágari e Passini foram convidados a realizar uma conferência sobre o esboço de atlas, em 11 de dezembro de 1976, para descrever a constituição do projeto entre 1969 e o ano corrente, situando a organização dos questionários, a realização das entrevistas, a busca dos informantes ideais, o controle das respostas e o critério de escolha das localidades.

[...] E - coroados a conferência - foram apresentados slides de numerosos dos mapas que figurarão no Atlas que a FCRB publicará dentro de poucos meses. Com isso os professores presentes tiveram as primícias de uma série de preciosas informações linguísticas, desde a existência de neve e chuva-de-flor em Minas Gerais, até a delimitação precisa de fatos fonéticos importantes, como a larga penetração do falar nordestino em território mineiro. (Jornal das Letras, janeiro/1977, p. 5)

De modo geral, o trabalho se originou no Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, a partir dos professores José Ribeiro e Mário Roberto Lobuglio Zágari, tendo o projeto e o plano de atividades definidos no ano de 1969. Mais tarde, integrariam a equipe os professores Antônio Pereira Gaio e José Passini.

Ao longo de seis anos, foram realizadas pesquisas diretas, *in loco*, executadas nos 116 municípios mineiros com emprego de questionário previamente elaborado com 415 perguntas e pesquisas indiretas, com um questionário especial que fora enviado a 672 municípios, no sentido de testar e controlar respostas em determinadas áreas. Homens e mulheres foram selecionados como informantes, estes casados ou solteiros, com idade variável de 30 a 50 anos e escolaridade não superior à quarta série do primeiro grau.

[...] O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa sempre esteve, portanto, preocupado em dar execução àquele dispositivo do Decreto que o instituiu. Assim, foi com o mais vivo interesse que apoiamos a ida do atual Chefe do Setor de Filologia — o Prof. Adriano da Gama Kury — a uma exposição que, a convite do Prof. Sílvio Elia, dois professores da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora fariam, na PUC, sobre um Esboço de Atlas Linguístico de Minas Gerais, por eles elaborado. Ouvida a exposição dos Professores Mário Roberto L. Zágari e Antônio Pereira Gaio, à vista dos mapas levantados, convenceu-se o Prof. Kury da seriedade e do espírito científico com que fora realizado o trabalho, opinião que era, também, a do Prof. Sílvio Elia. O Esboço, aliás, foi elaborado não só pelos citados professores, mas também pelos seus colegas José Passini e José Ribeiro, este falecido antes de concluída a sua preparação.

[...] Ora, diante de um trabalho dessa natureza, realizado além de tudo, com entusiasmo e amor, a Casa de Rui Barbosa não podia ficar indiferente. Entendimentos, então, foram mantidos com a Universidade Federal de Juiz de

Fora, no sentido de nos associarmos ao empreendimento, editando a obra.

Por isso é que o nome desta instituição figura no frontispício do Atlas. Como vimos, vem ele ao encontro de uma das mais antigas preocupações desta Casa. Resultado de oportuna colaboração entre duas entidades culturais, só nos resta esperar que possamos fazer o mesmo com outros trabalhos semelhantes, para que seja atingida, o mais depressa possível, a finalidade principal deste Centro, segundo o diploma legal que o criou. Isto antes que a ação desfiguradora e padronizadora dos modernos processos de comunicação de massa — como o rádio, a televisão e o cinema — tornem utópico, ou inútil, **aquele ambicioso e meritório projeto de Geografia Linguística** (Senna, 1977, p. 14-15, grifos nossos)

Acaba de ser publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa o 1º vol. do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, organizado por uma equipe de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a direção do Prof. Mário Roberto Zágari. [...] **A Fundação espera que a publicação deste volume sirva de incentivo às pesquisas de Dialectologia em outras universidades brasileiras, com o fito de se ir completando o ansiado Atlas Linguístico do Brasil.** (Jornal de Letras, 09/1978, p. 5, grifos nossos)

A obra possuía um plano de publicação em quatro volumes: volume primeiro (metodologia, localidades, apêndices, cartas e glossário); volume segundo (breve amostragem sobre as 51 localidades, ficha dos informantes, cartas e glossário); volume terceiro (breve amostragem sobre as localidades finais, ficha dos informantes dessas localidades, cartas, sociolinguística e glossário) e volume quarto (sistematização e tentativa de interpretação das formas, segmentos e construções obtidas). Em síntese, propunha-se a um inventário, sistematização e interpretação das variantes do português de Minas Gerais em exame da fonética, fonologia, lexicologia e morfossintaxe.

A publicação do primeiro volume foi incorporada ao programa institucional de atividades em 1977, sendo autorizada e executada no mesmo ano pelo porte de recursos necessários, além de contar com a impressão do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nesse material, incluía-se a metodologia usada; a relação e notícia histórica dos 50 primeiros pontos que foram objeto da pesquisa; 30 cartas em preto e branco e 48 em cores, focalizando os campos semânticos do “tempo” e dos “folguedos infantis de rua”, além de cartas sobre particularidades fonéticas, como a delimitação do falar nortista mineiro com vogais pretônicas abertas (que ocupavam a larga faixa ao norte do Estado); a zona da realização retroflexa do fonema /r/ caipira (fronteira com São Paulo) e o fenômeno da palatalização. No ano seguinte, a obra seria divulgada com láureas à comunidade científica brasileira no I Congresso Nacional de Sócio e Etnolinguística, realizado em João Pessoa, Paraíba, ocorrido entre 31 de julho e 5 de agosto de 1978.

No mesmo ano, surgiria a proposta de publicação do segundo volume do projeto pela Fundação Casa de Rui Barbosa, com as seguintes etapas: preparação do texto, composição, confecção de fotolitos, revisão de provas e impressão. Estimava-se a impressão de 2.000

exemplares a custo unitário de vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00), possuindo um custo total de cento e sessenta mil cruzeiros (Cr\$160.000,00). O projeto, entretanto, não dispunha de crédito pela ausência de convênio para financiar a execução dos trabalhos, sendo, por conseguinte, não autorizado, apresentando o mesmo problema em 1980. Essa lacuna sequencial do atlas mineiro se estenderia ao terceiro e quarto volumes, vigorando até os dias atuais.

Outro plano de apoio à publicação de atlas linguísticos que figura nos relatórios de atividades da administração (1979, 1980) se associa à montagem das cartas do Atlas Linguístico de Sergipe. Na condição de projeto sucessor do Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963) — dessa vez, empreendido pelos professores Carlota da Silveira Ferreira, Jacyra Andrade Mota, Judith Mendes de Aguiar Freitas, Nadja Cruz de Andrade, Suzana Alice Marcelino Cardoso, Vera Lúcia Sampaio Rollemberg e Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia — o referido objeto de Geografia Linguística teve seus cartogramas elaborados na Fundação Casa de Rui Barbosa entre os meses de janeiro a julho de 1979, aos cuidados dos pesquisadores-assistentes Marco Antônio T. Pamplona e Helena Christina S. Rigueira.

A Casa de Rui Barbosa - transformada em Fundação mediante lei de 1966 - é uma "instituição cultural destinada à pesquisa e à divulgação científica e literária", e a única entidade oficial brasileira não universitária que mantém um Setor de Filologia. [...] Entre as incumbências da Comissão - preparação de edições fidedignas de textos de português antigo e moderno, promoção de cursos, conferências - estava a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, tarefa que não pôde ser levada a cabo, dada a sua magnitude. [...]

Depois de 1976, ressurgiu a possibilidade de se publicarem atlas linguísticos regionais do Brasil: em 1977, foi lançado o 1º volume do Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais, devido a uma equipe da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenada pelo Prof. Mário Roberto Zágari. Para breve sairá o 2º volume, dos quatro planejados.

Está no prelo o Atlas linguístico de Sergipe, elaborado pela equipe do Prof. Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, que já nos dera, pioneiro, o Atlas prévio dos falares baianos.

Tenta ainda o Setor interessar especialistas de outros Estados na elaboração de atlas regionais. (Jornal de Letras, 10/1979, p. 5, grifos nossos)

A pesquisa de campo do Atlas Linguístico de Sergipe (ALS) teve início em 1963 com sondagens preliminares e participação de estudantes de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia e discípulas de Nelson Rossi anteriormente treinadas no Laboratório de Fonética da mesma instituição para os inquéritos, à época concluídos e publicados, do Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB) (Rossi, 1963).

Embora publicado tardiamente no ano de 1987 por questões econômicas e editoriais, os primeiros resultados da investigação geográfico-linguística se manifestaram em conferências, seminários, cursos de graduação e pós-graduação entre os anos de 1969 e 1976, o que poderia enquadrar o ALS como o segundo atlas linguístico do português do Brasil.

Foram investigadas 15 localidades sergipanas a partir de 30 informantes (homens e

mulheres) com faixa etária predominante entre 35 a 53 anos, entre eles analfabetos, semianalfabetos e alfabetizados, priorizando-se nativos com baixa ou nenhuma mobilidade para além da terra natal. Subjazia a esse cuidado metodológico a continuidade de uma investigação sobre a área dialetal a que Nascentes (1922, 1953) denominou de “falar baiano”, no sentido de complementar os resultados obtidos pelo APFB, de modo que seu questionário recobria as mesmas áreas semânticas de seu antecessor: terra, vegetais, homem e animais. Das quinze localidades estudadas, sete coincidem com pontos da proposta de Nascentes.

Essa relação de continuidade e refinamento de procedimentos metodológicos e instrumentais entre APFB e ALS é descrita por Ferreira e Cardoso (1994) em seu esboço histórico da Dialetologia pela ótica de alunas treinadas por Rossi e inquiridoras do segundo projeto de Geografia Linguística da Bahia:

Em relação ao APFB, o ALS buscou aperfeiçoar alguns dos princípios metodológicos aplicados, a saber:

1. Os inquéritos preliminares, etapa inicial e indispensável para a investigação definitiva de uma área, revestiram-se em Sergipe de dupla peculiaridade: **a)** foram feitos em duas etapas, a primeira com a aplicação de um questionário de mais de três mil perguntas em quatro localidades, e a segunda com um questionário de cerca de oitocentas perguntas aplicado em quinze pontos; **b)** todas as localidades que se constituíram em pontos do atlas foram antes submetidas a uma aplicação do questionário experimental reduzido, aquele de oitocentas perguntas. Testaram-se, assim, as próprias localidades que, depois, foram confirmadas como localidades definitivas para construir a rede de pontos do atlas.
2. O questionário definitivo aplicado foi muito mais amplo do que o da Bahia e contou com cerca de setecentas perguntas. Nele estão incluídas todas as perguntas do Extrato de Questionário da Bahia, acrescidas de outras tantas que os inquéritos preliminares em Sergipe sugeriram.
3. Para garantir a homogeneidade na formulação das questões e eliminar-se, assim, o maior número de variáveis a incidir sobre a natureza das respostas e consequentemente obviar as dificuldades na exegese, o questionário definitivo de Sergipe teve redigida a formulação de todas as perguntas.
4. Para atender a aspectos mais gerais do discurso, foram feitos em todas as localidades inquéritos paralelos que consistiam no registro de um informante que discorria, numa conversa livre, sobre um tema variado, abordando especificamente aspectos da cultura e da economia locais a que o conduzia o inquiridor.
5. Cada localidade contou rigorosamente com um informante do sexo feminino e outro do sexo masculino, além do informante que respondeu ao inquérito paralelo, o que permitiu introduzir-se o controle de mais uma variável sociolinguística.
6. Por fim, a transcrição fonética do ALS reveste-se de maior grau de pormenorização, resultado do fato de ter-se usado a transcrição indireta, ou seja, feita *a posteriori* e em ambiente acusticamente preparado e a partir de gravação integral de todos os inquéritos realizados em Sergipe (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 57-58).

De modo geral, houve a aplicação de um questionário de 700 itens, cujas respostas permitiram o desenvolvimento de 182 cartas, das quais 11 destinam-se a situar cartograficamente Sergipe e Bahia segundo a proposta de divisão geográfico-linguística do Brasil de Antenor Nascentes (1922, 1953); zonas fisiográficas e microrregiões de Sergipe; nomes anteriores, oficiais e regionais das localidades; população das localidades entre 1950 e

1970; freguesia a que pertenceram as localidades; atividades econômicas; zona de trabalho dos inquiridores e transcrição de respostas. Ademais, as 171 restantes identificam particularidades léxicas e fonéticas do português de Sergipe, com transcrição pormenorizada. De forma semelhante ao APFB, foi utilizado o sistema Lacerda-Hammarström (1952, 1953) com acréscimos e modificações de vogais, consoantes e diacríticos.

Sabe-se que, entre abril de 1974 e fevereiro de 1975, encontram-se quatro pareceres no Boletim do Conselho Federal de Cultura sobre a publicação do Atlas Linguístico de Sergipe com requisição de verba por Nelson Rossi. Nesse momento, já estavam prontos e preparados os cartogramas de Sergipe e de Sergipe-Bahia com pontos numerados; listas com informações fonéticas a incluir em cada ponto da carta datilografada e identificada para montagem final dos originais; notas a cada carta datilografadas em folha à parte; e textos preliminares datilografados. Carecia-se apenas de financiamento para o projeto editorial.

Em parecer de novembro de 1974, à espera de uma manifestação positiva do reitorado da Universidade Federal da Bahia — sob responsabilidade do jurista, advogado e professor universitário Lafayette de Azevedo Pondé (1907-2008) entre 1971 e 1975 —, para que houvesse uma participação mínima em 50% das despesas totais, posto que, por parte do referido Conselho, já existia um parecer favorável à publicação da obra em tela, num total de 2.000 exemplares, sob o orçamento global de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros). Entretanto, em fevereiro de 1975, seria divulgado que a Universidade Federal da Bahia apresentava carência de verba específica, não concordando com a participação nos custos.

Nessas circunstâncias, a Câmara de Letras do Conselho Federal de Cultura sugeriu uma coedição entre o colegiado e o Instituto Nacional do Livro — estabelecimento pelo qual já havia sido publicado o APFB — para que fosse possível o financiamento editorial do atlas. Isso, por sua vez, não vingaria, nem voltaria às discussões nos anos seguintes.

O auxílio na montagem técnica das cartas viria em 1978 pela Fundação Casa de Rui Barbosa, cujo Centro de Pesquisas era liderado por Adriano da Gama Kury, por solicitações de Nelson Rossi, para suprir as lacunas editoriais denunciadas em 1974. Até o ano de 1984, apenas se esperava o acordo de co-edição com a Universidade Federal da Bahia. Esse processo tão longo, envolvendo questões econômicas, assumiu destaque numa coluna sobre a produção editorial estatal, em ocasião do II Congresso Estadual do Livro, em manifestação do filólogo Leodegário Azevedo:

[...] Segundo proposta de Regina Bilac, o Governo se ocuparia da edição de obras úteis ao desenvolvimento da cultura científica no País. **Leodegário de Azevedo acha que as edições governamentais deveriam atender a autores como Nelson Rossi, que fez uma obra importantíssima, mas até hoje não encontrou uma editora que a publicasse pela sua inexpressão comercial - o "Atlas Etnográfico e**

Linguístico de Sergipe". Leodegário de Azevedo **defendeu também a edição de obras semelhantes relativas a outros Estados da Federação, custeadas pelo Governo Federal ou dos Estados.** "Essas obras são de um valor inestimável para a cultura do brasileiro, mas a empresa privada não se encontra em situação de arcar com tal investimento, que não teria o retorno financeiro", observou. (O Fluminense, 02/12/1981, p. 5, grifos nossos)

A publicação efetiva ocorreria por uma ação conjunta da Fundação Estadual de Cultura de Sergipe e da Universidade Federal da Bahia em 1987 quando se pôde contar com as verbas universitárias da gestão do reitor Germano Tabacoff (1931-2021) e o apoio político e econômico estadual solicitado por Carlota Ferreira, uma das autoras do atlas, ao então Presidente do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, Luís Fernando Ribeiro Soutello, e à Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, presidida por Fernando Lins de Carvalho e Núbia do Nascimento Marques.

Em síntese, a tentativa de concretização de um atlas linguístico brasileiro, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, entre 1952 e 1986, se manifestou por meio de tentativas de apoio e publicação de três atlas linguísticos regionais na década de 1970: o projeto do Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984), a edição e publicação do primeiro volume do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977) e a montagem das cartas linguísticas do Atlas Linguístico de Sergipe (1979).

6.1.6 Publicação do "Questionário Básico do Trabalho de Campo" (1983)

Foi publicado em 1983, no âmbito da Fundação Casa de Rui Barbosa, o *Questionário básico de trabalho de campo linguístico: revisão crítica do Questionário do Atlas Linguístico de Antenor Nascentes* — um inventário léxico, morfossintático e fonético-fonológico de tópicos e subtópicos de pesquisa para inquéritos *in loco* que tivessem a intenção de projetar cartograficamente fenômenos dialetais do português do Brasil em monografias e atlas. A obra, que teve seus originais submetidos e preparados entre julho e outubro de 1981, recebeu os códigos ISBN 85-7004-059-8 e CDU 806.90-087.4 (81) (084.4), durante os exercícios de Adriano da Gama Kury como Chefe do Setor de Filologia e de Homero Sena como Diretor do Centro de Pesquisas.

O trabalho organizado por Mônica Rector, com a colaboração de Eliana Yunes, Eudenise Limeira e Nancy Melo, se desenvolveu a partir da análise do *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958, 1961a), por Antenor Nascentes, e do confronto desse instrumento com as pesquisas de campo efetuadas no plano nacional e a literatura atualizada da época em Dialetologia e Geografia Linguística — esta que deixava de ser vista apenas como uma corrente moderna de estudo de fenômenos análogos num espaço,

no esteio da Filologia, por meio de pesquisa e registro dos fatos linguísticos em atlas para determinar causas de mudanças e explicar variantes através da análise de correspondências observadas entre diferentes dialetos, para se tornar o método de uma disciplina autônoma no plano dos estudos da linguagem capaz de subsidiar descrições de estádios e estágios de uma língua, com base na distribuição geográfica dos usos e das variações sociais e espaciais.

Para fins contextuais, note-se o que já dizia Evanildo Bechara — filólogo e linguista brasileiro —, em colunas avaliativas sobre ciências e história das ideias linguísticas, no ano de 1984, em jornais cariocas, sobre o lugar da Dialectologia num conjunto de conhecimentos e práticas atualizadas:

Cabe à dialectologia estudar as diferenças regionais de uma língua histórica, bem como os sistemas menores que nela existem considerados do ponto de vista geográfico. [...] **A Geografia Linguística, mais do que uma disciplina Linguística particular, é a rigor, um método especial que se aplica na dialectologia.** Entretanto, tal é o progresso por que tem passado este método, que hoje é costume considerar a Geografia Linguística uma disciplina autônoma. **Consiste, praticamente, a Geografia Linguística no registro, em mapas especiais, de materiais linguísticos comprovados em inquérito direto (mais preciso e confiável do que o inquérito indireto) junto a informantes rigorosamente escolhidos em obediência a certos padrões de uniformidade, distribuídas essas pessoas numa rede de pontos de um determinado território.** Metodológica e teoricamente, a Geografia Linguística tem contribuído para o aperfeiçoamento de importantes informações sobre o próprio conceito de língua, de mudanças linguísticas, de difusão dos fenômenos linguísticos e tantos outros aspectos teóricos, históricos e práticos. (Jornal dos Sports, 29/07/1984, p. 13, grifos nossos)

[...] Apesar da grande variedade de pontos de vista existentes nas diversas correntes da Linguística atual e das diversas maneiras por que se encaram tais relações, todas estudam determinado fato como inserido num sistema ou estrutura, vale dizer, que estudam as relações formais de um fato com outros fatos do mesmo sistema. Assim procede a Geografia Linguística, que examina as relações entre os fatos "equivalentes" ocorridos no espaço. **Como diz Coseriu, a Geografia Linguística não se preocupa só com examinar "como se diz aqui", conforme fazia a Dialectologia que investigava apenas uma determinada localidade do domínio linguístico, mas procura estabelecer a extensão e os limites do que se diz aqui e as relações especiais entre o que se diz aqui e o que se diz em outras partes para a mesma coisa, quer dentro de uma mesma língua histórica, quer em línguas históricas diferentes.** (Jornal dos Sports, 23/09/1984, p. 17, grifos nossos)

Nesse panorama, já se assumia o peso da Dialectologia e da Geografia Linguística, que se viam cada vez menos restritas a aspectos naturalistas e historicistas, incorporando elementos sociais e sincrônicos para o estudo da língua em sua concreta heterogeneidade refletida na diversificação espacial e nas relações especiais subjacentes aos hábitos linguísticos dos seus falantes.

Se, nos primeiros anos da década de 1960, para Rossi (1967) — autor do primeiro atlas linguístico de língua portuguesa, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (Rossi, 1963) —, a Dialectologia e o método geográfico-linguístico haviam favorecido um grande progresso para a ciência da linguagem em seus aspectos históricos, socioculturais e teóricos, avançando para a

investigação de diferentes níveis dialetais — não apenas diatópicos, mas também diastráticos —, tendo como aliada a Linguística estrutural, principalmente a fonologia, para a preparação do inquiridor e a interpretação dos dados dos inquéritos; para Rodrigues (1966) — pesquisador de línguas indígenas brasileiras e figura importante na disciplinarização e institucionalização da Linguística no país —, em sua agenda de uma “Linguística pura”, voltada a um maior entendimento das línguas e da linguagem humana, já se reconhecia a importância da Dialetologia para um conhecimento real e efetivo da estrutura do português — de como funciona e se comporta a língua portuguesa falada no Brasil — a partir do estudo de vários dialetos ou falares sob uma orientação descritiva.

Entrementes, um bom demonstrativo da sedimentação desses saberes repousa em Castilho (1972/1973), quando, em artigo intitulado *Rumos da Dialetologia portuguesa*, aborda conhecimentos e práticas pertinentes à Dialetologia em aulas ministradas em cursos optativos de Letras entre os anos de 1972 e 1974, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, São Paulo. Nessa comunicação, o autor situa a Dialetologia como um importante desdobramento da Linguística românica, expondo questões teóricas sobre variação Linguística, língua e dialeto; o desenvolvimento da Dialetologia no âmbito da romanística; os estudos dialetológicos brasileiros e portugueses no que tange às realidades rurais e urbanas; e relatos de atividades do *Projeto de Estudo da Norma Linguística Culta* — que havia sido inspirado no *Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Linguística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, apresentado em 1964, por Juan M. Lope Blanch, e efetivado no Brasil a partir da década de 1970, para caracterizar a modalidade culta da língua portuguesa falada de cinco capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A pesquisa de campo com interesse dialetológico ainda se fazia e se reconhecia necessária com novas orientações nas décadas de 1970 e 1980: a relação entre língua, comunicação e estratificação social; o contraste de padrões linguísticos em diferentes níveis de análise, para além da fonética e do léxico; a abertura a informantes e localidades de áreas urbanas; a revisão de saberes sobre o português do Brasil e suas questões dialetais; e a preocupação com a educação Linguística da população brasileira no que concerne ao português.

Embora o saldo da Geografia Linguística, até o final dos anos 1980, fosse de apenas quatro publicações — Atlas Prévio dos Falares Baianos (Rossi, 1963); Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (Ribeiro et al., 1977); Atlas Lingüístico da Paraíba (Aragão; Menezes, 1984); e Atlas Lingüístico de Sergipe (Ferreira et. al., 1987) — a renovação dos

curso de Letras com a institucionalização da Linguística, os regimes de cooperação internacional com centros de investigação da América do Norte e da Europa e o estabelecimento de cursos de pós-graduação favoreceram formas alternativas de documentação da pesquisa Linguística: dissertações e teses.

Com intuito de atualizar a metodologia da pesquisa de campo projetada pela Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa frente às inovações teóricas, técnicas e instrumentais dos estudos linguísticos, o *Questionário* foi elaborado. Observe-se parte dos textos introdutórios e a contextualização do livro:

[...] Nosso objetivo é apresentar um questionário o mais amplo e sistemático possível, que possa servir de base para qualquer trabalho de campo, quer monografia, quer Atlas Regional. Em outras palavras, o nosso projeto é fazer uma revisão crítica do Questionário do Atlas Linguístico de Antenor Nascentes. De acordo com o objetivo de cada pesquisa, o questionário poderá ser usado parcialmente, reduzido ou ampliado com regionalismos e campos semânticos específicos. [...] Esperamos que estas informações, alterações e complementações ao trabalho pioneiro proposto por Antenor Nascentes sirvam de base para qualquer trabalho de cunho linguístico, abordando aspectos essenciais da língua portuguesa. Não se trata de um questionário definitivo, mas básico, para ser usado parcial ou integralmente, de acordo com a realidade de cada região e a ênfase a ser dada por cada pesquisador. (Rector, 1983, p. 10; 30)

Mônica Paula Rector, a organizadora, possuía graduação em Letras Neolatinas pela Universidade de São Paulo (1962), mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana pela Universidade de São Paulo (1970) e doutorado em Letras-Espanhol pela Universidade de São Paulo (1974). A partir de experiências internacionais nas décadas de 1960 e 1970, em Madrid, Espanha, se especializou em Geolinguística⁸⁶ sob a supervisão do filólogo e dialetólogo espanhol Manuel Alvar López — o autor do *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía* (ALEA) (1961), o primeiro atlas da Espanha — que se destacava como uma liderança importante em projetos de Dialetologia ibero-românica focados em atlas de pequeno domínio para a observação das variações regionais, a exemplo do *Atlas lingüístico-etnográfico de las Islas Canarias* (1975-1978) e do *Atlas lingüístico y etnográfico de Aragón, Navarra y La Rioja* (1979-1983).

⁸⁶ Convém recuperar o posicionamento de Rector, em *A Linguagem da Juventude* (1975), sobre a questão terminológica entre Geografia Linguística e geolinguística para que se entenda sua qualificação nesse momento histórico da constituição e da institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística no Brasil que é influenciada pela Linguística saussureana: [...] A Geografia Linguística ou Geolinguística é um termo menos abrangente que Dialetologia. Refere-se à representação de dialetos em mapas, que constituem os Atlas Linguísticos. Estes podem ser Gerais ou Regionais. [...] Como a posição destas áreas e a distribuição dos respectivos fenômenos linguísticos obedece a determinadas causas, a geolinguística é ao mesmo tempo sincrônica (estudo da língua atual, determinada região, com base na geografia) e diacrônica (indagação histórica, com base no tempo). Segundo Ducrot e Todorov (p. 79), a geolinguística é o estudo de todas as variações ligadas à implantação, quer social, quer espacial, dos que se utilizam da língua. Seria como se depreende do termo implantação, um trabalho prévio que colocaria a geografia a serviço da Linguística. Todos os outros autores usam como sinônimos Geografia Linguística, Geolinguística e Linguística geográfica. (Rector, 1975, p. 24-25)

Essa área de especialidade, por meio de Rector, tornou-se objeto de ensino na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973-1989) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1971-1989)⁸⁷, instituições de ensino superior onde atuou como docente e realizou pesquisas-piloto com estudantes — dentre os quais se destacam as colaboradoras Eliana Yunes, Eudenise Limeira e Nancy Melo — de que resultaram os livros *Linguagem da Juventude* (1975), *A Fala dos Jovens* (1994) e o próprio *Questionário básico de trabalho de campo*.

De modo geral, o trabalho de 188 páginas divide-se em *Apresentação/Introdução* (p. 1-30); *Ficha do Informante e da localidade* (p. 31-32); *Léxico* (p. 35-113); *Morfossintaxe* (p. 115-166); *Fonética e Fonologia* (p. 167-178); *Índice Geral* (p. 179-187) e *Alfabeto Fonético* (p. 188).

A *Introdução* situa o caráter incipiente das pesquisas sobre a língua portuguesa falada no Brasil, estabelecendo como marco para os estudos geográfico-linguísticos o final da década de 1950 a partir dos seguintes eventos:

- I. A comunicação *Atlas Linguístico-Etnográfico do Brasil por regiões*, de Celso Ferreira da Cunha e Serafim da Silva Neto, no Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, de 9 a 15 de setembro de 1957. Com esse trabalho, apresentaram-se as finalidades, dificuldades particulares e o método previsto para a composição de sete atlas regionais no tema *Métodos na investigação dialetal no domínio linguístico luso-brasileiro*, da seção *Instrumentos de investigação e cultura*.
- II. A publicação do livro *Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico-Etnográfico do Brasil* (1958), por Antenor Nascentes, no âmbito da Fundação Casa de Rui Barbosa.
- III. A comunicação *Questionário Linguístico-Etnográfico Brasileiro*, proposta por Cândido Jucá Filho, no I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, de 1 a 7 de setembro de 1958, e posteriormente publicada na Revista de Portugal, n. 24, em 1959, a partir da qual se propõe um plano de trabalho para um inquérito linguístico indireto no país, sugerindo potencial colaboração do IBGE e um questionário que abarcasse o léxico de atividades locais, a fonologia, a morfologia e a sintaxe de cada região.

⁸⁷ Menciona-se no *Esboço de Atlas Linguístico de Minas Gerais* (1977), em nota de rodapé, o contato dos pesquisadores mineiros com Rector, em setembro de 1973, e seu forte estímulo para o prosseguimento da obra, o que também constitui um indicativo de sua relevância acadêmica.

À vista desses três momentos seminais, Rector elege a obra de referência de Nascentes (1958, 1961a) como ponto central de sua revisão histórica, descrevendo que, no primeiro livro, são estabelecidos os critérios de divisão do Brasil em regiões, conforme a proposta de Celso Ferreira Cunha e Serafim da Silva Neto, do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros; além de apresentar recomendação de início dos trabalhos pelas regiões com existência de sondagens, a exemplo da Amazônia, Bahia e Rio Grande do Sul; necessidade de fixação de uma transcrição provisória de dados linguísticos de acordo com o sistema do projeto do Dicionário da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras; e proposta de um questionário linguístico direcionado ao léxico e lista inicial de pontos de inquérito. Menciona-se também o segundo volume, qualificando-o como um complemento ao questionário geral com a inserção de aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos.

Subjaz às exposições das autoras críticas quanto ao número de pontos de inquéritos insuficientes na obra de Nascentes para a dimensão geográfica das regiões; a dissonância entre as fronteiras geopolíticas e as fronteiras geográfico-linguísticas; a necessidade de reconhecer a importância de estudo de populações multilíngues; a aplicabilidade do sistema de transcrição sugerido para observação significativa de diferenças fonético-fonológicas; a ausência de orientação seletiva para o questionário quanto à formulação apropriada de questões durante o inquérito; o perdularismo em prol da quantidade em vez do conteúdo da resposta; a organização imprecisa dos temas do questionário, isenta de uma estruturação léxica a nível de campos semânticos; a ausência de uma base gramatical apropriada para o tratamento uniforme, sistêmico e suficientemente flexível de elementos lexicais e morfossintáticos contemplados pelo próprio questionário.

O primeiro confronto desse instrumento com a literatura atualizada da época e pesquisas de campo ocorre a partir dos estudos práticos de Dialetologia no sul do país, empreendidos por Heinrich Bunse (1911-1990) — reconhecido catedrático de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande do Sul entre 1950 e 1966 —, que se direcionava à elaboração de um *Atlas Linguístico e Etnográfico do Rio Grande do Sul*.

Bunse (1969) critica a simples aplicação de ensinamentos de outros atlas e uso indiscriminado de questionários a partir da condição especial do Rio Grande do Sul quanto a características físicas da região, densidade populacional, fixação da rede de pontos para inquérito, passado histórico das localidades, multilinguismo, existência de populações bilíngues e o problema das fronteiras com outros países e a situação de contatos linguístico. Com isso em mente, o autor recupera, para além da obra de Nascentes (1958, 1961a), os

trabalhos de Boléo (1942) e Silva Neto (1955) apontando a insuficiência para o trato da situação linguística do Brasil em sua totalidade e de maneira efetiva. Rector (1983), em seu texto, retoma essas ideias e evidencia as escolhas metodológicas do dialetólogo em seu empreendimento geográfico-linguístico no sul do país.

Em sequência, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1965), sob coordenação de Nelson Rossi e sua equipe, é adicionado à revisão, como também se informa o desenvolvimento do Atlas Linguístico de Sergipe. Informa-se que a proposta de Nascentes para a pesquisa na Bahia foi adotada, partindo de 39 pontos de inquérito iniciais para 50 localidades ao final, abrangendo 16 zonas para a aplicação de um questionário com 164 perguntas. Os critérios de seleção de informantes são enumerados: antiguidade, maior grau de isolamento e distância relativa entre elas. Como diferencial, destaca-se o uso do sistema de transcrição fonético Lacerda-Hammarström e a investigação de seis áreas semânticas: agricultura, pecuária, anatomia e fisiologia humana; culinária e alimentação; geografia e astronomia.

Por último, o primeiro volume do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (1977), de José Ribeiro, Mário Roberto Zágari, José Passini e Antônio Pereira Gaio, também se torna um objeto de discussão para encerrar o conjunto de trabalhos sobre a língua portuguesa falada no Brasil. Indica-se que a pesquisa também se baseou na obra de Nascentes, além do *Guia para Estudos Dialetológicos* (1955) e do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963). Dos 100 pontos de inquérito sugeridos por Nascentes para Minas Gerais, os autores acrescentaram mais 16 localidades, averiguando 15 zonas geográficas quanto a 8 áreas semânticas com uma transcrição fonética apoiada em uma adaptação do alfabeto fonético internacional. Nesse material, apresenta-se a variação lexical nas esferas de tempo e folguedos infantis de roda e a delimitação de três fenômenos fonéticos.

[...] Os trabalhos de campo se resumem no que foi descrito. Qualquer pesquisa de campo requer tempo, apoio financeiro, metodologia e treinamento adequado e específico. Essas são as principais causas que impedem aos investigadores um maior número de trabalhos sobre a língua portuguesa falada no Brasil. (Rector, 1983, p. 6)

A persistência do interesse brasileiro pela pesquisa de campo é atribuída ao Projeto da Norma Culta, corroborando os posicionamentos do II Simpósio do Programa Interamericano de Linguística (Bloomington, Indiana, EUA, 1964), a partir do qual a Comissão de Linguística e Dialetologia Iberoamericana decidiu realizar um *Projeto de estudo coordenado da norma Linguística culta das principais cidades da América Espanhola*. A língua portuguesa integraria o projeto em 1969 com o estabelecimento da rede de pontos e de seus pesquisadores responsáveis no II Congresso da Associação de Linguística e Filologia da

América Latina (ALFAL, São Paulo, 1969). Nelson Rossi também assumiria papel determinante na introdução desse projeto em solo brasileiro.

Situa-se como núcleo da proposta a necessidade de conhecer detalhadamente a fala urbana normal, ou padrão, utilizada por maior parte da população por se considerá-la um modelo linguístico e ponto de referência para o estudo de modalidades regionais, além de fomentar políticas linguísticas mais efetivas. Em seu questionário (1968), contemplam-se aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e o léxico básico das grandes cidades. Se, para a fala castelhana, foram eleitas Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Havana, Lima, Madri, Montevideu, San Juan de Porto Rico e Santiago do Chile, para a língua portuguesa, foram escolhidas Lisboa e Coimbra (Portugal), aos cuidados de Manuel de Paiva Boléo e Luís F. Lindley Cintra; Recife, por José Brasileiro Vila Nova; Salvador, por Nelson Rossi; Rio de Janeiro, Celso Cunha; São Paulo, por Isaac N. Salum e Ataliba de Castilho; e Porto Alegre, por Albino de Bem Veiga. À época, Rector (1983) informou que o projeto se encontrava em fase de gravações.

Ao reconhecer o distanciamento da comunidade acadêmica em relação ao preparo de um atlas e ao retomar os objetivos da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, frente às dificuldades humanas, financeiras e instrumentais, a autora manifesta a sua contribuição quanto ao questionário linguístico, justificando percursos e escolhas metodológicas:

[...] Não há dúvidas de que os problemas com que nos defrontamos foram muitos e variados, e cada caminho nos oferecia mais de uma opção. Mostraremos, em seguida, quais as trilhas seguidas, e a razão de sua escolha. Qualquer questionário dessa natureza deve levar em conta os seguintes elementos: natureza, matéria, conteúdo, esferas semânticas, léxico geral e especializado, descrição, número de perguntas, perguntas por frases, etc. Com relação às perguntas, o mais importante não é seu número, mas sim, sua formulação. Em se tratando de uma pesquisa fonética, um máximo de 200 palavras poderá preencher as necessidades. Nos Atlas Gerais, o número de perguntas é variável [...]

Com referência ao conteúdo, as perguntas devem estar relacionadas com esferas semânticas; sua ordenação, sistemática, e a formulação, feita de forma inequívoca, para evitar que as perguntas sejam retocadas a posteriori. [...] Perguntas corretas obterão respostas exatas. [...] Incluímos em nosso questionário palavras e locuções, mas não frases. [...] A preparação de um questionário linguístico exige o desdobramento dos itens que serão perguntados. [...] Estas críticas têm a intenção de aprofundar a discussão em torno da montagem de um questionário de Geografia Linguística a ser aplicado no Brasil. (Rector, 1983, p. 11-13)

Para exemplificar e fundamentar desses direcionamentos, Rector se apoia no *Atlas Linguistique de l'Italie et de la Suisse italophone et romanche* (1928-1960), de Karl Jaberg e Jakob Jud; em *Estruturalismo, Geografia Linguística y Dialectología Actual* (1969), de Manuel Alvar; no *Atlasul Linguistic Român* (1877-1948), de Sextil Puscariu, Sever Pop e

Emil Petrovici; no *Atlas Linguistique de la France* (1902-1910), de Jules Gilliéron; no *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, concebido por Ramón Menéndez Pidal e dirigido por Tomás Navarro Tomás em 1914; no *Atlante Linguistico-Etnografico Italiano della Corsica* (1933-1942), de Gino Bottiglioni; no artigo *An English Dialect Survey: Linguistic Atlas of England* (1960), de Harold Orton e Eugen Dieth; em publicação própria, *A Linguagem da Juventude: uma pesquisa geossociolinguística* (1975); no artigo *El campo semántico del amor en Safo* (1971), de Francisco Rodríguez Adrados; e na comunicação *La dénomination des animaux domestiques* (1979), de George Mounin.

Nesses dois últimos trabalhos, a autora encontrou subsídios para definir o sistema de classificação do léxico:

[...] Vejamos o que entendemos por campo semântico para a elaboração do questionário de base. Segundo Rodríguez Adrados, o campo semântico é “um conjunto de palavras entrelaçadas para marcar determinadas diferenças dentro de uma certa comunidade de conteúdo”. Isso não quer dizer que as palavras escolhidas sejam consideradas apenas em relação aos seus opostos, ou seja, aquelas que podem paradigmaticamente ser usadas de forma alternada, mas também engloba palavras que correspondem aos mesmos conteúdos, ou seja, em que haja superposições. São os sinônimos, segundo Rodríguez Adrados, chamados de “semi-sinônimos” (já que não há sinonímia perfeita), que contêm matizes diferenciais, e representam pontos de vista divergentes sobre as realidades coincidentes, ou “Conotações diferentes para denotações idênticas”.

Outro problema crucial é o de que os conceitos são muitas vezes empíricos, obtidos a partir do mundo da experiência, cuja estrutura lógica não coincide com a Linguística. George Mounin, ao tentar estabelecer o campo semântico dos animais domésticos, em face das dificuldades encontradas, conclui que a noção de campo semântico é de origem e natureza conceitual empírica, e que as percepções da experiência não são perfeitamente lexicalizadas. “Mas as definições dos termos não são produtos de procedimentos linguísticos: são produtos de procedimentos lógicos”; e acrescenta: “As definições (lógicas) não coincidem sempre, nem mesmo às vezes, com os usos (linguísticos)” (Rector, 1983, p. 21-22)

Com isso em mente, foram eleitos seis termos-núcleos em face dos problemas de Nascentes (1958) que são descritos na seção do questionário referente ao léxico. Além disso, parte das discussões empreendidas sobre a abordagem formal, orientando-se por princípios de uma gramática de base estrutural, para contemplar a palavra em sua forma e, em seguida, sua função, também integra e compõe a seção de morfossintaxe.

A última pauta introdutória é pertinente aos elementos fonético-fonológicos de Nascentes (1961a), situando problemas e decisões metodológicas:

O segundo volume das Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil é dedicado à fonética-fonologia e à morfossintaxe. Das 237 questões, 100 referem-se à fonética e à fonologia: as perguntas 1 a 39 tratam de vogais, 40 e 59 de encontros consonânticos e figuras como prótese, epêntese, suarabácti, paragoge, afêrese, síncope, apócope, sinalefa, metátese, assimilação, dissimilação, metafonía, nasalização, desnasalização, palatalização, despalatalização. Cada um destes itens ocupa uma série de exemplos. Antenor Nascentes opta em formular perguntas, colocando os exemplos entre parênteses, de modo que o informante é induzido à resposta. Por ex.: (7) Como se pronuncia o e tônico diante dos sons lhê, jê, xê (espelho, vejo,

mexo); ou (72) Há troca de V por uma aspiração (cavalo, cahalo, calo)? Preocupa-se também em comparar a pronúncia brasileira com a portuguesa. Por ex.: (3) Existe o e brevíssimo de Portugal (menino-m'nino)? Usando uma sequência de exemplos julgamos que a anotação dos fonemas e mesmo a escuta é dificultada. Optamos por exemplos isolados ou em pares, tendo em vista que a nossa ordenação é estrutural, aproveitando alguns princípios da gramática gerativa-transformacional. No entanto, sempre que possível intercalamos os exemplos do próprio Antenor Nascentes. (Rector, 1983, p. 27-28)

Adiante, admite-se que a seleção de informantes adequados ao inquérito depende do reconhecimento e do controle de questões espaciais e sociais que podem afetar a intercomparação dos dados linguísticos, constituindo um tópico importante tanto na Geografia Linguística quanto na geolinguística. À vista disso, na seção *Ficha do Informante*, são sugeridas as seguintes características para a definição do perfil do informante: nome completo; apelido; sexo; idade; local de nascimento; tempo de residência no local; viagem; estado civil; número de filhos; profissão; grau de instrução; prestação de serviço militar e local; pai; mãe e um espaço observações particulares do pesquisador acerca do informante.

Posto que a preparação da pesquisa dialetológica imprescinde da definição da área linguística a ser investigada, isto é, de uma ou mais localidades que vão servir de espaço amostral para os propósitos do estudo, a seção *Ficha de localidade* apresenta sugestões de elementos e características passíveis de catalogação para situar e distinguir a realidade geográfica investigada: ponto no mapa; nome oficial; nome popular; município; data de criação; nome do habitante do lugar; número de habitantes, atividades econômicas; indústrias caseiras; artesanato; distância da cidade mais próxima; via de acesso; imigração; miscigenação e um espaço para observações particulares do pesquisador acerca do informante.

Na primeira parte dedicada ao *Léxico*, apresenta-se uma visão estruturada do léxico da língua portuguesa passível de estudo nos seguintes campos de referência conceitual: A Terra (acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, divisão do tempo, flora e fauna); O Homem (características e atos físicos, corpo humano, comportamento e qualidades, alimentação, vestuário, habitação e cidade); A Família (ciclo de vida, parentesco, saúde); Vida Social (tratamento, saudação, festas e divertimentos populares, brinquedos, religião e credence, lazer, meios de comunicação e difusão e transporte); Trabalho (profissões e atividades, comércio e indústria); Instituições (ensino e política). Há 4.099 vocábulos e expressões agrupadas por campo semântico.

No item *Morfossintaxe*, os principais tópicos são nomes (substantivos e adjetivos, flexão, artigos, numerais e concordância nominal); pronomes (pronomes pessoais, formas de tratamento, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, indefinidos e colocação

pronominal); verbos (verbos regulares, modos verbais, formas nominais, verbos irregulares, verbos pronominais, verbos abundantes, verbos defectivos e unipessoais, vozes verbais, metafoia, flexão nas orações, regência, concordância verbal e emprego do infinitivo flexionado e sem flexão); advérbios e locuções adverbiais (afirmação, dúvida, intensidade, lugar, modo, negação, tempo e interrogativos); palavras denotativas (inclusão, exclusão, designação, realce, retificação, explicação e situação); conectivos (preposições e locuções prepositivas e conjunções) e formação de palavras (composição, derivação, outros processos e radicais). Pertencem a essa parte do questionário 1.176 itens.

Na seção *Fonética e Fonologia*, constam como elementos nucleares as vogais (ponto de articulação, elevação da língua, timbre, cavidade bucal e nasal e intensidade); as consoantes (modo de articulação, ponto de articulação e papel das cordas vocais); os encontros vocálicos e consonantais; unidades suprasegmentais (contextos em vocábulos oxítonos, paroxítonos, proparoxítonos e itens com flutuação na pronúncia) e entoação na língua portuguesa (enunciados de saudação, declaração, interrogação e exclamação).

Há um exemplário de 319 contextos de vocábulos e enunciados passíveis de análise fonético-fonológica, para além da sugestão de exame de leitura de um texto e de um alfabeto fonético que pudesse servir como guia de referência para a identificação, transcrição e análise dos dados linguísticos. Em única página, há dois parágrafos do conto *Viagens*, de autoria de Autran Dourado.

O alfabeto fonético, por sua vez, contempla tanto as vogais quanto as consoantes em dois quadros separados, sendo o primeiro composto por zona de articulação, papel das cavidades bucal e nasal, elevação da língua e timbre; enquanto o segundo marca distinções referentes ao papel das cavidades bucal e nasal, modo de articulação, papel das cordas vocais e ponto de articulação com um sistema básico de símbolos em ambos.

Em conclusão, a obra de referência não gerou reverberações diretas na produção de atlas linguísticos, tampouco foi mencionado em trabalhos contemporâneos pelo conhecimento teórico, metodológico e instrumental, como se poderia esperar no Atlas Linguístico da Paraíba (Aragão; Menezes, 1984), Atlas Linguístico de Sergipe (Ferreira et al., 1987) e no Atlas Lingüístico do Paraná (Aguilera, 1994) — os últimos atlas brasileiros do século XX. Entretanto, constituiu o último ato de interesse geográfico-linguístico para que a Casa de Rui Barbosa pudesse perpetuar seu dever seminal outrora firmado pela definição de uma base metodológica e por um roteiro atualizado de pesquisa de campo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, encerra-se a análise de conhecimentos e práticas desenvolvidas a partir da Casa de Rui Barbosa, demonstrando as contribuições institucionais para a Dialetologia e a Geografia Linguística brasileira — sob a lente dos conceitos de constituição e institucionalização nas ciências —, para provar a tese de que o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952 — referente ao estabelecimento de um Centro de Pesquisas e de uma Comissão de Filologia, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, e à fixação de uma agenda de estudos que deveriam culminar em um atlas linguístico para o Brasil — foi importante para a constituição e a institucionalização da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira no século XX e configurou uma matriz para os estudos do português do Brasil.

A constituição, conforme Bazi e Silveira (2007), refere-se à formação e ao desenvolvimento de sistemas conceituais e sociais que possibilitem a aquisição de um estatuto científico. No que tange ao primeiro, citam-se uma base filosófica (suposições gerais que abarquem a realidade e os fatos), uma base formal (conjunto de proposições afirmativas e negativas que sustentam explicações), um fundo de conhecimento (corpo de saberes acumulados por gerações anteriores), problemática (tópicos de investigação pertinentes ao fundo de conhecimento), um objeto (aquilo que pode ser observado, estudado e apreendido) e uma metódica (procedimentos e técnicas utilizados na abordagem científica de problemas e objetos de pesquisa). Quanto ao último, existem as redes formais e informais de comunicação e difusão de conhecimentos e práticas científicas, isto é, espaços e veículos institucionais que tornem visível e legítima a transmissão de conhecimentos sedimentados ao longo do tempo.

A institucionalização, por sua vez, ainda em Bazi e Silveira (2007), seria a estruturação formal de um campo científico, considerando suas transformações e a maneira como se incorpora ao conjunto das ciências. Isso ocorre mediante o grau de organização interna e externa da disciplina, o fortalecimento de instrumentos de divulgação e de normas políticas e institucionais, a clareza das questões teóricas, epistemológicas, metodológicas e interdisciplinares, e a emergência de uma identidade social. Em sua totalidade, representa a maturidade dos processos internos de constituição e a projeção do sucesso do território de atuação para a comunidade externa em perspectivas sociais e cognitivas.

Convém recordar que os autores, no entanto, não distinguem elementos de institucionalização cognitiva ou social, mas focam em seus aspectos gerais e nas relações de dependência e proporcionalidade quanto a avanços e estagnações. Nesse ponto, de forma simplificada, recorreu-se a Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002) que identificam o ensino, a pesquisa, a divulgação e a aplicação prática de conhecimentos como quatro tipos de

atividades que servem de componentes para que ocorra a institucionalização de qualquer área do conhecimento.

O principal questionamento desta tese foi: a partir de quais estratégias e atividades a Casa de Rui Barbosa, enquanto espaço institucional de organização e implantação de conhecimentos e práticas científicas sobre a língua portuguesa, contribuiu para a pesquisa diatópica no Brasil? As perguntas subsidiárias desse item central foram:

- a) Quais foram as atividades desenvolvidas pela instituição científico-cultural que se alinham à Dialetologia e à pesquisa geográfico-Linguística?
- b) Quem foram os agentes envolvidos no processo de constituição e institucionalização da pesquisa Linguística no âmbito da Casa de Rui Barbosa?
- c) Que preocupações científicas foram continuamente perseguidas pelo centro de pesquisas?
- d) Que relações de continuidade ou descontinuidade podem ser observadas pelas atividades institucionais em relação à agenda de pesquisa determinada pelo Decreto fundador de 1952?
- e) De que maneira o conjunto de intervenções pode ser lido sob os conceitos de constituição e institucionalização em História das Ciências?

No que concerne ao primeiro item, isto é, quais foram as atividades desenvolvidas pela instituição científico-cultural que se alinham à Dialetologia e à pesquisa geográfico-Linguística, a pesquisa historiográfica permitiu identificar oito elementos a partir do mapeamento dos relatórios de atividades e do catálogo de publicações e do relacionamento com textos de divulgação externos à instituição:

- I. *A Pesquisa de brasileirismos* empreendida por Antenor Nascentes, com a colaboração de Jefferson Augusto Marotta e Ubyratan Jurucehy Bruno de Queiroz, no período de 1953 a 1959.
- II. O *Curso de Dialetologia*, ministrado pelo Prof. Sever Pop, professor visitante da Universidade de Lovaina e diretor do Centro Internacional de Dialetologia Geral, em 1954, com a cooperação da Casa de Rui Barbosa.
- III. *A Exposição de Dialetologia e Geografia Linguística*, organizada por Sever Pop, também em 1954, em extensão às atividades do curso.
- IV. A conferência *Laboratório de Fonética na Bahia*, em 1958, ministrada pelo Prof. Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia.
- V. O desenvolvimento e a publicação de dois volumes de *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958, 1961a), elaborado pelo Prof. Antenor Nascentes, da

Universidade do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa.

- VI. A publicação de *Laboratório de Fonética na Bahia*, com prefácio de Antenor Nascentes, em 1961, por Nelson Rossi.
- VII. Planos de apoio e publicação de atlas, entre os anos de 1975 e 1984, referentes ao *Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro* (1975-1984), que se idealizava, inicialmente, aos cuidados do Prof. João Antônio de Moraes; o primeiro e o segundo volumes do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (1977-1980), elaborados por Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Ribeiro, José Passini e Antônio Gaio, em coedição com a Universidade Federal de Juiz de Fora; e o *Atlas Linguístico de Sergipe* (1979-1987), construído por Nelson Rossi; Carlota Ferreira; Judith Freitas; Nadja Andrade; Suzana Cardoso; Vera Rollemberg e Jacyra Mota, da Universidade Federal da Bahia.
- VIII. A publicação do *Questionário básico do trabalho de campo* (1981-1983), organizado por Mônica Rector, com a colaboração de Eliana Yunes, Eudenise Limeira e Nancy Melo.

Ao investigar quem foram os agentes envolvidos no processo de constituição e institucionalização da pesquisa Linguística no âmbito da Casa de Rui Barbosa, percebem-se as agências centrais de:

- I. Getúlio Vargas e Ernesto Simões Filho (Presidente da República e Ministro de Educação e Saúde Pública): contribuintes da fixação de uma instituição dedicada aos estudos filológicos, da agenda seminal que deveria culminar no Atlas Linguístico do Brasil e da reserva de recursos humanos, instrumentais e financeiros para esse fim a partir do Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952. Atuaram também na validação da escolha dos membros da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa.
- II. Américo Jacobina Lacombe, Thiers Martins Moreira, Maximiano de Carvalho e Silva e Homero de Almeida Senna (Diretores da Casa de Rui Barbosa e Chefes do Centro de Pesquisa): agentes institucionais que contribuíram para o estabelecimento da Casa de Rui Barbosa enquanto espaço de visibilidade e legítima transmissão de conhecimentos e práticas de pesquisa a partir da criação e da manutenção do Centro de Pesquisas, da Comissão de Filologia e do apoio às pesquisas dialetológicas e geográfico-linguísticas ao propiciar atividades de ensino, pesquisa, divulgação e aplicação prática de

conhecimentos. Reconhece o direcionamento de recursos materiais, humanos e financeiros e a definição de cronograma de execução dos trabalhos.

- III. Antenor Nascentes (professor catedrático de Filologia e chefe da Comissão de Filologia): membro da Comissão de Filologia, participante das atividades de pesquisa e divulgação de conhecimentos e práticas científicas e principal contribuinte da agenda de pesquisa da Casa de Rui Barbosa, no plano da Dialetoлогия e da Geografia Linguística, ao definir primeiras problemáticas (o português do Brasil, os brasileirismos e, mais tarde, os fenômenos fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos), praticar e estabelecer metódicas (a pesquisa lexicográfica e o inquérito linguístico de campo em escala parcial do território brasileiro) e difundir informações por meio do projeto editorial do centro de pesquisas (elaboração e publicação das Bases) e da capacidade de sediar cursos e exposições (o incentivo aos cursos de Dialetoлогия e à exposição de Geografia Linguística ministrados por Sever Pop, em 1954).
- IV. Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, Antônio dos Santos Jacinto Guedes, Padre Augusto Magne, Augusto Meyer e Clóvis Monteiro (professores catedráticos de Filologia): membros da Comissão de Filologia que, na condição de professores catedráticos de instituições de ensino superior, apoiaram os trabalhos de Antenor Nascentes e validaram o programa filológico da Casa de Rui Barbosa, favorecendo a sedimentação da Dialetoлогия e da Geografia Linguística nos estudos filológicos.
- V. Jefferson Marotta e Ubyratan Jurucehy Bruno de Queiroz (pesquisadores e assistentes): participantes das atividades de pesquisa na condição de primeiros pesquisadores-assistentes de Antenor Nascentes.
- VI. Sever Pop: dialetólogo romeno participante das atividades de ensino, pesquisa e divulgação de conhecimentos e práticas científicas a partir de seus cursos de Dialetoлогия e da exposição de Geografia Linguística, de 1954. Na condição de diretor do Centro Internacional de Dialetoлогия da Universidade de Lovaina, favoreceu ao público da Casa de Rui Barbosa o acesso a um fundo atualizado de conhecimentos sobre a Dialetoлогия e a Geografia Linguística em domínios românicos e não românicos, contribuiu para a definição do objeto linguístico de cartografia do atlas (o português do Brasil) e instrução metódica quanto à pesquisa de campo a partir da experiência obtida na elaboração do Atlas Linguístico Romeno.
- VII. Nelson Rossi (professor catedrático de língua portuguesa da Universidade da Bahia): participante no processo de divulgação e aplicação de conhecimentos e práticas

alinhadas à agenda de pesquisa estabelecida por Antenor Nascentes, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, para a construção do Atlas Linguístico do Brasil a partir da pesquisa *in loco* desenvolvida no Laboratório de Fonética da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia que, mais tarde, gerou o primeiro atlas de língua portuguesa em escala parcial: o Atlas Prévio dos Falares Baianos (Rossi, 1963). Mais tarde, em conjunto com Carlota Ferreira; Judith Freitas; Nadja Andrade; Suzana Cardoso; Vera Rollemberg e Jacyra Mota, deu à lume o Atlas Linguístico de Sergipe (Ferreira *et al.*, 1987) com a manutenção do objeto de pesquisa e da metódica institucionais.

- VIII. Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Ribeiro, José Passini e Antônio Gaio (professores da Universidade Federal de Juiz de Fora): participantes dos processos de divulgação e aplicação prática da agenda de pesquisa estabelecida por Antenor Nascentes, no âmbito da Casa de Rui Barbosa, para a construção do Atlas Linguístico do Brasil ao oferecer o primeiro atlas blasonado pela instituição científico-cultural carioca em escala parcial de estudo do português do Brasil: o Esboço de Atlas Linguístico de Minas Gerais (Ribeiro *et al.*, 1977). Manifestam também a manutenção do objeto de pesquisa e da metódica institucionais.
- IX. Anna Maria Serpa Barroso (chefe de Seção), Alice Assed Kik Estefan (documentarista), Armando Martins de Freitas Filho (pesquisador), Dulce Martins Lamas (colaboradora) e Sebastião Nunes Batista (colaborador); Marco Antônio T. Pamplona (pesquisador assistente) e Helena Christina S. Rigueira (pesquisador assistente): participantes do processo de divulgação de conhecimentos e práticas científicas a partir da execução e da colaboração nos planos de apoio aos pesquisadores externos à instituição.
- X. Adriano da Gama Kury (chefe da Seção Filológica): contribuinte dos processos de divulgação científica quando a Casa de Rui Barbosa assumiu uma linha editorial, ao favorecer a cooperação com instituições externas e pesquisadores que se propusessem à elaboração de atlas conforme a agenda do espaço científico-cultural na década de 1970. Reconhece-se tanto sua influência na publicação do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (Ribeiro *et al.*, 1977) e do Atlas Linguístico de Sergipe (Ferreira *et al.*, 1987).
- XI. Monica Rector (professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Eliana Yunes, Eudenis Limeira e Nanci Melo: participantes do processo de atualização de tópicos de investigação pertinentes ao fundo de conhecimento anteriormente estabelecido por Antenor Nascentes, nas *Bases para a elaboração do*

Atlas Linguístico do Brasil (1958, 1961a); da língua portuguesa enquanto objeto de estudo e da metódica quanto ao questionário aplicado no trabalho de campo. Atuaram, portanto, nos processos de constituição e de institucionalização no que tange à divulgação de conhecimentos e práticas pertinentes à Dialetologia e à Geografia Linguística.

O Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, era explícito quanto à finalidade principal de elaboração de um "Atlas Linguístico do Brasil" pela Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a partir de um plano de trabalho que contemplasse investigações fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias etc.

Quando se observam as preocupações científicas que foram continuamente perseguidas pelo centro de pesquisas, nota-se um interesse pela divulgação da vida e da obra de Rui Barbosa, estudos linguísticos e literários de língua portuguesa e o cultivo do direito no Brasil através de exposições, cursos e conferências; apoio a iniciativas universitárias e publicações de obras de referência em um ciclo que se estende de 1954 a 1983, sendo as últimas as mais cultivadas em quatro coleções ruianas: Coleção de Estudos Filológicos; Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna; Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica e Coleção de Estudos Jurídicos. Numa trajetória, o projeto editorial de divulgação de conhecimentos e práticas filológicas, sobretudo para orientar e instrumentalizar a pesquisa em Letras, se sobrepunha a qualquer forma prática de pesquisa filológica sobre a língua portuguesa, quando comparada aos esforços seminais que remontam ao próprio direcionamento do Decreto fundador do centro de pesquisas.

Nesse panorama, a avaliação dos conhecimentos e das práticas científicas desenvolvidas pela Casa de Rui Barbosa entre 1952 e 1986 permitiu observar as seguintes relações de continuidade e descontinuidade em relação à agenda de pesquisa determinada pelo documento:

- I. Continuidades: manutenção do interesse pela cartografia e de estudos da língua portuguesa do Brasil; desenvolvimento de pesquisas etimológicas e lexicográficas; relação de colaboração com professores universitários do Brasil, providos em cátedras de Filologia; formação e instrumentalização de pesquisadores para o trabalho de campo.
- II. Descontinuidades: entendimento de que a Comissão de Filologia, pela sua composição e disponibilidade de recursos, deveria assumir uma função supervisora e não executiva

do trabalho de campo; apoio à elaboração e à publicação de atlas parciais que pudessem, juntos, compor o Atlas Linguístico do Brasil; apagamento gradual da tarefa de elaboração de um atlas linguístico nos documentos e nas propostas de atividades institucionais; dissolução da Comissão de Filologia composta por professores catedráticos de instituições de ensino superior para a constituição de um setor filológico de pesquisa com funcionários próprios; estabelecimento de um projeto editorial para a instrumentalização de práticas de ensino e pesquisa de língua e literatura portuguesa.

Por fim, ao se considerar de que maneira o conjunto de intervenções pode ser lido sob os conceitos de constituição e institucionalização em História das Ciências, verificou-se que, de modo geral, o estabelecimento científico-cultural foi mantenedor de um programa de estudos histórico-filológicos do português, na condição de língua românica carente de atlas que demandava um levantamento de dados de suas variantes regionais para integrar a língua portuguesa no Brasil ao circuito filológico românico como língua de cultura.

Objetivava-se, por meio de sua agenda linguística, direcionar e instrumentalizar a caracterização científica da língua portuguesa falada no Brasil, no que concerne à distribuição tópica, de modo que seus conhecimentos e práticas pudessem se integrar à cruzada dialetológica portuguesa na Europa e, por fim, completar a Geografia Linguística do mundo românico. No escopo técnico do recenseamento, não havia um interesse sobre as línguas do Brasil e seus sistemas e subsistemas dialetais, mas mapear o português na România Nova, quer para atualizar o conhecimento linguístico da época em relação às semelhanças e diferenças entre as variedades americana e ibérica e abrir espaço para novas oposições espaciais entre fenômenos no interior do território brasileiro, quer para reforçar a unidade do país sob a premissa de um monoglotismo, como bem traduz a trajetória de políticas públicas que remontam à década de 1930.

Comprovar a unidade abstrata da língua portuguesa falada no Brasil e sumarizar as diferenças existentes entre os falares, ainda que isso implicasse uma oscilação entre a aceitação e a percepção concreta da diversidade de línguas e sistemas de dialetos para além do que estava previsto pelo ideal monoglótico, eram itens que permeavam o programa de investigação institucional. O direcionamento dialetológico buscava ressignificar o conceito de dialeto que repousava sobre o fenômeno brasileiro frente à filologia portuguesa tradicional de cariz vasconceliana — na qual se observa discursivamente um apagamento das diferenças distintivas entre as variedades portuguesa e brasileira e o emprego do termo dialeto para o

“português transplantado” na América — e reinterpretar os contextos linguísticos para explicar a constituição da língua nacional, trazendo para o campo científico uma nova práxis politicamente engajada com ideais de progresso, civilização e desenvolvimento cultural que buscava reorganizar o conhecimento sobre o passado linguístico e cultivar uma tradição literária nacional em um contexto sociocultural de teorizações e intervenções linguísticas.

Praticava-se e difundia-se Filologia Portuguesa na Casa de Rui Barbosa enquanto estudo científico, histórico e comparado da língua em sua amplitude e da literatura portuguesa enquanto monumento, voltando-se espacial e cronologicamente à realidade brasileira e a textos considerados socioculturalmente representativos. Demonstram essa trajetória o conjunto de atividades voltadas a estudos de Linguística Portuguesa sincrônica e diacrônica; história da literatura; estudos de literatura oral e folclore; e crítica textual aplicada a textos em língua portuguesa de autores nacionais. O interesse dialetológico e a pesquisa geográfico-linguística articulavam-se a esse propósito para caracterizar e definir a extensão do português no Brasil pela compreensão de que existia na România Nova uma transplantação do português europeu do século XVI com mudanças oriundas dos contatos linguísticos e interétnicos e variações condicionadas por uma territorialidade inovadora que precisava cientificamente ser descrita e documentada.

Nesse ponto, foi um espaço difusor de ideias linguísticas para a sedimentação de saberes dialetológicos e a instrumentalização da pesquisa geográfico-linguística que se aspirava. Os brasileirismos enquanto fatos linguísticos inovadores constituem o primeiro problema e objeto em uma pesquisa etimológica e lexicográfica para a revisão da literatura existente sobre o assunto e desenvolver o debate sobre a origem e a classificação dos brasileirismos para além da crença de que os elementos característicos da língua portuguesa em território nacional se restringiam a lusitanismos arcaicos conservados ou inovações léxicas por mudança de significado.

Em seguida, avança-se para a oferta de conhecimentos e práticas atualizadas no campo, por meio de cursos, conferências e publicações, para que filólogos avançassem para o trabalho prático de inquéritos linguísticos por correspondência ou in loco. Nesse ponto, os esforços de Sever Pop em 1954 e o exemplo de Rossi em 1958 serviram tanto para fomentar a interação e a colaboração de conhecimentos e de práticas para um público em dimensão interna (circuito fechado, entre pares e membros de um mesmo grupo de especialidade, com intenção atualizadora) quanto externa (circuito aberto, pares e não pares, com a função de tornar a ciência mais visível, relevante e inclusiva), promovendo a conscientização daquilo que é reconhecido, produzido e circulado nos limites de um campo e combatendo,

principalmente, a desinformação. Demonstrava-se com esses dois intelectuais ao público brasileiro, mais precisamente ao circuito filológico carioca, o que era a Dialectologia e a Geografia Linguística e seus resultados, além da possibilidade de aplicação desses estudos ao português do Brasil. As publicações sobre o Laboratório de Fonética da Bahia (Rossi, 1958) e as Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (Nascentes, 1958, 1961a) assentaram, posteriormente, objetos, direção metodológica do trabalho de campo e predileção pela pesquisa *in loco*.

Apesar de suas tentativas nobres de formação de pesquisadores e de divulgação de conhecimento científico, a instituição pouco deteve os recursos humanos e o investimento público necessários à execução do Atlas Linguístico do Brasil. Os inevitáveis novos rumos do centro de pesquisas e a dissolução gradativa da comissão de filólogos catedráticos — que dava lugar a uma nova geração de técnicos e pesquisadores com pautas atualizadas e pertinentes ao universo acadêmico emergente pós-1960, como a necessidade de edição de livros brasileiros para o estudo e a pesquisa em Letras — também contribuíram para o apagamento do caráter mandatário da execução do atlas.

A Casa de Rui Barbosa perdeu seu papel centrípeto no sistema de coordenadas do Atlas Linguístico do Brasil, mas nutria a ideia de um trabalho coletivo e interinstitucional pelo qual se poderiam produzir atlas parciais — dadas as dimensões continentais do Brasil para um projeto geográfico-linguístico e as orientações de Nascentes (1958, 1961a) de exequibilidade da pesquisa de campo. Os planos de apoio e publicação de atlas — com os projetos do Atlas Linguístico do Estado do Rio de Janeiro (1975-1984) e as intervenções editoriais sobre o Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais I e II (1977-1979) e o Atlas Linguístico de Sergipe (1979-1987) — constituem alternativas indiretas de fomento à pesquisa e à divulgação.

Por outro lado, o advento do Questionário básico do trabalho de campo (1983), organizado por Mônica Rector, com a colaboração de Eliana Yunes, Eudenise Limeira e Nancy Melo, representou a última tentativa de atualização metódica da pesquisa dialetal programada por Nascentes (1958, 1961a), que se via cada vez menos restritas a aspectos naturalistas e historicistas, incorporando elementos sociais e sincrônicos para o estudo da língua em sua concreta heterogeneidade refletida na diversificação espacial e nas relações subjacentes aos hábitos linguísticos dos seus falantes.

A pesquisa de campo com interesse dialetológico ainda se fazia e se reconhecia necessária com novas orientações, tais como: a relação entre língua, comunicação e estratificação social; o contraste de padrões linguísticos em diferentes níveis de análise, para

além da fonética e do léxico; a abertura a informantes e localidades de áreas urbanas; a revisão de saberes sobre o português do Brasil e suas questões dialetais; e a preocupação com a educação Linguística da população brasileira no que concerne ao português.

À luz da História das Ciências, na condição de disciplina que “investiga, estuda e analisa os registros históricos de fatos e de descrições do que tem sido considerado ciência ao longo dos tempos” (Martins, 1990), e da Historiografia Linguística, enquanto o “estudo sistemático e crítico da produção e evolução de ideias linguísticas propostas por atores que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural e político e em relação com seu passado científico e cultural” (Swiggers, 2004, p. 3, tradução nossa), reconheceu-se a importância desse tipo de pesquisa para a compreensão do conceito de progresso nas ciências, do estado atual da Dialetologia brasileira e dos centros de investigação que se dedicam à pesquisa tópica; o reconhecimento dos desafios científicos e não científicos em torno da pesquisa Linguística no Brasil que afetaram a execução do Atlas Linguístico do Brasil; a valorização dos esforços pioneiros de agentes diretos e indiretos do trabalho dialetológico e geográfico-linguístico; a prevenção de erros do passado; a revisão de questões éticas sobre conhecimentos e práticas científicas que têm impacto sobre a sociedade e para a inspiração de novas pesquisas, de modo que as gerações futuras possam aprender com o passado e expandir o fazer científico.

O método de pesquisa histórico, que parte do levantamento, crítica e interpretação de textos-fonte e demais evidências, visando a uma historiografia, demonstrou-se árduo — no que tange à busca, aos recortes metodológicos, à leitura e ao relacionamento das fontes para a composição de sínteses — e frutuoso — no sentido de unir veículos de informações internos e externos à instituição para encontrar informações que comprovassem a atuação da Casa de Rui Barbosa e descrevessem minimamente o que existiu para conjecturas e aproximações históricas. Não se considera este trabalho uma história da Casa de Rui Barbosa, tampouco uma história da Dialetologia e da Geografia Linguística brasileira. São ainda “elementos” para uma série de exercícios historiográficos que hão de vir como desdobramentos possíveis da temática aqui proposta ou dos problemas historiográficos emergentes do cenário brasileiro.

Desejava-se, dentre muitas coisas, ter visitado presencialmente a instituição estudada e seu arquivo; acessado documentação mais ampla da década de 1960 (escassa e pouco descritiva); entrevistado agentes importantes e ainda vivos da pesquisa dialetal e divulgado melhor os resultados de pesquisa em congressos e seminários para que o trabalho tivesse maior visibilidade, mas a pesquisa científica não depende apenas de um “querer”, mas de um fazer que é circunstanciado a condições humanas, instrumentais, sociais e econômicas.

Enfim, há desejos que ficam para um depois tardio ou imediato e que podem ser realizados com outros pesquisadores, sempre com muita alegria. Diante dessa premissa, reservam-se ao fim desta tese as palavras de São Francisco de Assis que foram anotadas pelo pesquisador em seu primeiro semestre de doutorado, em 2021, para que essa lembrança de persistência, tão inerente a quem se interessa pela Dialetoologia, nunca seja perdida: “comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível e de repente você estará fazendo o impossível”.

REFERÊNCIAS E FONTES

AGUILERA, V. A. **Atlas Lingüístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; FERRAZ, M. H. M. Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 31, p. 3-14, 2002.

ALTMAN, C. **A guerra fria estruturalista: estudos em Historiografia Linguística brasileira**. São Paulo: Parábola, 2021.

_____. História, estórias e Historiografia da Linguística brasileira. In: BATISTA, R. (Org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 19-43.

_____. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 2003.

_____. **Unificação e diversificação da linguística. Pesquisa documental de produção linguística brasileira contemporânea (1968-1988)**. 1993. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo/Katholieke Universiteit Leuven, São Paulo, 1993.

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920.

AMARAL, S. T. B. Contribuição para um inquérito linguístico no litoral do Paraná. **Revista Letras**, Curitiba, v. 5/6, n. 1, p. 157-166, 1956.

ANDRADE, R. de P. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista Cultura Política redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, n. 2, p. 453-468, 2010.

A NOITE. Rio de Janeiro, 20 ago. 1954, p. 2.

_____. Rio de Janeiro, 8 abr. 1954, p. 12.

_____. Rio de Janeiro, 3 set. 1953, p. 10.

ANHEZINI, K.; SILVA, Z. L. (Orgs.). **A escrita histórica e suas múltiplas faces**. Assis: FCL-Assis-UNESP-Publicações, 2011.

ARAGÃO, M. S. S. de.; MENEZES, C. B. de. **Atlas Lingüístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984; v. 1, 2.

ARAÚJO, M. S. Linguagem do poder, poder da linguagem: estratégias argumentativas em discursos de Vargas e Lula. **Revista de Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 125-138, jan./jun. 2011.

AUROUX, S. Os modos de historicização. Tradução de Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-12, 2021.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

_____. L’histoire de la linguistique. **Language française**, n. 48, p. 7-15, 1980.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional; IBGE, 1944.

AZEVEDO FILHO, L.; SILVA, J. P. (Orgs.). **Dicionário Biobliográfico da Academia Brasileira de Filologia**. Rio de Janeiro: ABRAFIL, 2012.

BAIARDI, A. **Sociedade e estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BALBI, A. **Introduction à l'atlas ethnographique du globe: contenant un discours sur l'utilité et l'importance de l'étude des langues appliquée à plusieurs branches des connaissances humaines; un aperçu sur les moyens graphiques employés par les différents peuples de la terre; des observations sur la classification des idiomes décrits dans l'atlas; un coup d'oeil sur l'histoire de la langue slave et sur la marche progressive de la civilisation et de la littérature en Russie**. Paris: Rey et Gravier Libraires, 1826.

BARROS, D. B. Observações do Barão de Pedra Branca. In: BALBI, A. **Introduction à l'Atlas Ethnographique du Globe...** Paris: Rey et Gravier Libraires, 1826. p. 172-176.

BARROS, J. A. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, p. 397-419, 2021.

BASSETTO, B. **Elementos de filologia românica**. São Paulo: EDUSP, 2001.

BATISTA, R.; BASTOS, N. (Orgs.). **Questões em Historiografia da Linguística: homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.

BATISTA, R. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia Linguística**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2019.

_____. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Formas da gramática renascentista: percepção e abordagem da diversidade Linguística em Fernão de Oliveira. **DELTA**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 345-364, 2010.

BAZI, R.; SILVEIRA, M. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **Transformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 129-137, 2007.

BECHARA, E. **Estudo da Língua Portuguesa: textos de apoio**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. Velho Testamento e Novo Testamento.

BIDERMAN, M. T. C. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 53-69, 2003.

BLAKE, A. V. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. N. 1875: Processo n. CFC 229/74 - Universidade Federal da Bahia - Auxílio para edição do Atlas Linguístico de Sergipe. Rio de Janeiro, 3 fev. 1975, p. 131.

_____. N. 1845: Processo n. CFC 229/74 - Universidade Federal da Bahia - Auxílio para editar o “Atlas Linguístico de Sergipe”. Rio de Janeiro, 5 nov. 1974, p. 58-59.

_____. N. 17220: Processo n. CFC 107/74 - Professor Nelson Rossi - Publicação de um “Atlas Linguístico de Sergipe”. Rio de Janeiro, 3 jun. 1974, p. 85.

_____. N. 1688: Processo n. CFC 107/74 - Professor Nelson Rossi - Publicação de um “Atlas Linguístico de Sergipe”. Rio de Janeiro, 2 abr. 1974, p. 62-64.

BORGES NETO, J. Origem, evolução e história das línguas. In: BAGNO, M.; VIEIRA, F. (Orgs.). **História das Línguas, histórias da Linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco**. São Paulo: Parábola, 2020. p. 253-286.

_____. A questão da origem das línguas: Rousseau e Herder. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 24, p. 91-103, 1993.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 8. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2008.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRANDÃO, S. **A Geografia Linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL, M. I.; WANDERLEY, M. S.; PORTO, R. M. **Catálogo de Publicações**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.

BRASIL. Decreto n. 73.781, de 11 de março de 1974. Aprovam-se os Estatutos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Legislação Federal, 1974.

_____. Decreto n. 59.643, de 2 de dezembro de 1966. Aprova os Estatutos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Legislação Federal, 1966.

_____. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Rio de Janeiro: Mesa da Assembleia Constituinte, 1946.

_____. Decreto n. 38.544, de 12 de janeiro de 1956. Aprova regimento da Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Legislação Federal, 1956.

_____. Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. Rio de Janeiro: Legislação Federal, 1952.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Tradução de C. R. Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; EDUSP, 1989.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007.

CÂMARA JR., J. M. Os estudos de português no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 23-52, 1969.

- _____. **Dicionário de fatos gramaticais**. Rio de Janeiro: MEC; Casa de Rui Barbosa, 1956.
- CAPANEMA, G. Unidade da língua portuguesa. **Anais da Revista da Academia Brasileira de Letras**, v. 63, ano 41, p. 18-23, 1942.
- CARDOSO, J. L. **Laboratório de fonética e acústica**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Secretaria de Educação e Cultura; Departamento de Cultura, 1958.
- CARDOSO, S. A. C. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. A dialectologia no Brasil: perspectiva. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 233-255, 1999.
- CARVALHO, C. M. D. **Geographia do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- CARVALHO, S. C.; SCHLATTER, M. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. **Cadernos do IL**, [S. l.], n. 42, p. 260-284, 2012.
- CASTILHO, A. T. de. Rumos da Dialectologia portuguesa. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 18, 1972/1973.
- CASTRO, P. B. O monolinguismo nacionalista do Estado Novo nas páginas da Revista de Imigração e Colonização. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 32, n. 62, p. 23-44, 2021.
- COELHO, A. **A língua portuguesa: noções de glottologia geral e especial portuguesa**. Porto: Magalhães & Monis Editores, 1881.
- COOPER, R. L. **Language planning and social change**. Cambridge: CUP, 1989.
- CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 16 jan. 1958, p. 1.
 _____, Rio de Janeiro, 15 jan. 1958, p. 2.
 _____, Rio de Janeiro, 26 jan. 1955, p. 2.
 _____, Rio de Janeiro, 25 fev. 1955, p. 10.
 _____, Rio de Janeiro, 10 set. 1954, p. 9.
 _____, Rio de Janeiro, 7 set. 1954, p. 12.
 _____, Rio de Janeiro, 19 ago. 1954, p. 6.
 _____, Rio de Janeiro, 30 ago. 1953, p. 8.
 _____, Rio de Janeiro, 30 mar. 1952, p. 2.
- CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 15 jun. 1960, p. 6.
 _____, São Paulo, 16 jan. 1938, p. 5.
- DANTES, M. A. M. (Org.). **Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- D'ARAÚJO, M. C. (Org.). **Getúlio Vargas (1883-1954)**. Brasília: Edições Câmara, 2011.
- DE CLERQ, J.; SWIGGERS, P. L'histoire de la linguistique: l'autre histoire et l'histoire d'une histoire. In: FELBUSCH, E.; POGANELE, R.; WEISS, C. (Orgs.). **Neue Fragmen der Linguistik**. Tübingen: Tübingen Verlag, 1991.

DEL VALLE, J. **La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español**. Vervuert; Iberoamericana, 2007.

DIÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro, 19 jan. 1958, p. 1.

_____, Rio de Janeiro, 12 jan. 1958, p. 1.

_____, Rio de Janeiro, 4 set. 1954, p. 1.

_____, Rio de Janeiro, 27 ago. 1954, p. 7.

_____, Rio de Janeiro, 17 ago. 1954, p. 6.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 9 dez. 1970, p. 9.

_____, Rio de Janeiro, 23 fev. 1964, p. 3.

_____, Rio de Janeiro, 1 dez. 1963, p. 1.

_____, Rio de Janeiro, 22 maio 1960, p. 4.

_____, Rio de Janeiro, 24 ago. 1954, p. 2.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 29 out. 1978, p. 3.

_____, Recife, 23 set. 1953, p. 1.

DIEGUES JR., M. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (INEP-MEC), 1960.

_____. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.

ELIA, S. **Orientações da Linguística Moderna**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. **A dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, C. et al. **Atlas Linguístico de Sergipe**. Salvador: UFBA – Instituto de Letras; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FICHTER, J. H. **Sociología**. 9. ed. Barcelona: Biblioteca Herder, 1974.

FIGUEIRÔA, S. F. M. Instituições científicas e formas de institucionalização do saber. **Terra Brasilis**, v. 2, p. 1-6, 2000.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Documentos (1952-1986)**. Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil.

GADAMER, H. (Org.). **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GARCIA, R. **Diccionario de Brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

_____. Diccionario de Brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 6, p. 633-947, 1913.

GARFIELD, S. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000.

GÓMEZ ASENCIO, J. J.; MONTORO DEL ARCO, E.; SWIGGERS, P. Principios, tareas, métodos e instrumentos en Historiografía Lingüística. In: CALERO VALERA, M. L.; ZAMORANO AGUILAR, A. et al. (Orgs.). **Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística**. Münster: Nodus, 2004. p. 266-301.

GUIMARÃES, D. T. **Dicionário universitário jurídico**. São Paulo: Rideel, 2013.

GURGEL, I. Sobre a importância da História das Ciências. **Jornal da USP**, 1 nov. 2017.

HABERLY, D. T. O nacionalismo linguístico no Brasil pós-colonial: um estudo comparativo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 14, p. 23-34, 1973.

HAMPEJS, Z. Três aspectos da obra de Antenor Nascentes. **Revista Letras**, v. 12, p. 1-12, 1961.

_____. Estado de los trabajos de Geografía Lingüística en los países románicos. **Revista Brasileira de Filologia**, Rio de Janeiro, v. 4, t. 1-2, p. 111-135, 1958.

HONSA, V. A l'Institut de Linguistique de l'Université de Michigan. **ORBIS: Bulletin International de Linguistique Générale et de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 3, n. 2, p. 601-609, 1954.

HUMBOLDT, W. **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Tradução e prólogo de Ana Agud. Barcelona: Anthropos Editorial, 1990.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

_____. **Censo Brasileiro de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IRVINE, J.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (Ed.). **Regimes of language: Ideologies, politics and identities**. New Mexico: School of American Research Press, 2000. p. 35-83.

JORNAL DE LETRAS, Rio de Janeiro, fev./mar. 1988, p. 5.

_____, Rio de Janeiro, dez. 1986, p. 5.

_____, Rio de Janeiro, out. 1979, p. 5.

_____, Rio de Janeiro, set. 1978, p. 5.

_____, Rio de Janeiro, maio 1977, p. 5.

_____, Rio de Janeiro, jan. 1977, p. 5.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 14 abr. 1979, p. 1.

_____, Rio de Janeiro, 9 mar. 1976, p. 26.

_____, Rio de Janeiro, 8 abr. 1974, p. 4.

_____, Rio de Janeiro, 17 jan. 1958, p. 9, 12.

_____, Rio de Janeiro, 2 mar. 1955, p. 5.

_____, Rio de Janeiro, 12 set. 1954, p. 8.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 2-3 jan. 1960, p. 9.

_____, Rio de Janeiro, 29 ago. 1954, p. 9.

_____, Rio de Janeiro, 28 ago. 1954, p. 7.

_____. Rio de Janeiro, 22 ago. 1954, p. 13.
_____. Rio de Janeiro, 30 ago. 1953, p. 8.
_____. Rio de Janeiro, 12 out. 1952, p. 6.

JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro, 23 set. 1984, p. 17.
_____. Rio de Janeiro, 29 jul. 1984, p. 13.

KOERNER, K. História da Linguística. **Revista Confluência**, v. 46, n. 1, p. 9-22, 2014.

_____. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 2, p. 45-70, 1996.

_____. **Professing linguistic historiography**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

KROEBER, A. Yuki. In: KROEBER, A. **Indian myths of south central California**. Berkeley: University Press, 1907. p. 183-186.

KROSKRITY, P. Language Ideology. In: DURANTI, A. (Org.). **A companion to linguistic anthropology**. Malden, MA, USA: Blackwell Publishing, 2004.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: B. V. Boeira; N. Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LACAPRA, D. Repensar la historia intelectual y leer los textos. In: PALTÍ, E. J. (Org.). **“Giro lingüístico” e a história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. p. 19-157.

LACERDA, A. **Laboratório de Fonética Experimental**. Coimbra: Fundação do Instituto de Alta Cultura, 1953.

LAUDAN, L. **O progresso e seus problemas: rumo a uma teoria do renascimento científico**. Tradução: R. L. Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LEITE, M. Q.; LEITE JR., O. S. **Rui Barbosa: o plantador de carvalhos**. São Paulo: EDUSP, 2020.

LEITE DE VASCONCELOS, J. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. Paris: Aillaud & Cie, 1901.

LIMA, I. S.; CARMO, L. (Orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008.

LIMA, N. T. et al. As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 211-223, 2022.

LOBO, T. A questão da periodização da história linguística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. **Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 395-410, 2003.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 33, n. 2, p. 347-382, 2017.

LUCIANO JR., C. **A história e a língua na mídia escrita no Brasil da década de 1960**. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MAGALHÃES, E. A. Notas sobre o português falado no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 4, p. 53-63, 1968.

MAGALHÃES, R. M. A. **Rui Barbosa: cronologia da vida e da obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

_____. **Rui Barbosa: cronologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.

MALMBERG, B. F. H. **As novas tendências da Linguística**. Tradução: Francisco da Silva Borba. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.

MARCUSCHI, L. A. Revistas brasileiras em Letras e Linguística. **DELTA**, v. 17, n. especial, p. 83-120, 2001.

MAROTTA, J. Introducción al Estudio del Español de Chile: determinación del concepto de chilenismo (1953). **ORBIS: Bulletin International de Linguistique Générale et de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 2, n. 1, p. 247-248, 1955.

_____. À la Casa de Rui Barbosa de Rio de Janeiro. **ORBIS: Bulletin International de Linguistique Générale et de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 3, n. 2, p. 610-613, 1954.

MARTINS, R. A. Introdução. A História das Ciências e seus usos na educação. In: SILVA, C. C. (Org.). **Estudos de História e Filosofia das Ciências: subsídios para aplicação no ensino**. São Paulo: Livraria da Física, 2006. p. xxi-xxxiv.

_____. Sobre o papel da história da ciência no ensino. **Boletim da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 9, p. 3-5, 1990.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro**. São Paulo, Parábola, 2004.

MEYER, H. **Manners and Customs of the Aborigines of the Encounter Bay Tribe, South Australia**. Adelaide: George Dehane, 1846.

MILANI, S. E. **Gramática Histórica e Dialectologia do Português do Brasil**. Goiânia: Kelps, 2022.

_____. **Historiografia linguística de Wilhelm von Humboldt: conceitos e métodos**. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

_____. Da Filologia, da Gramática Comparada, da Neogramática à Historiografia Linguística. **SIMELP/2009**. Disponível em: <https://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcw.fflch.usp.br/files/06_8.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MOREL, R. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: TAQ, 1979.

MOTA, J.; CARDOSO, S. Sobre a Dialectologia no Brasil: para uma nova divisão dos estudos dialetais. In: _____ (Orgs.). **Documentos 2: Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca em 1922**. Organização: Marcelo Rocha Barros Gonçalves; Roberto Leiser Baronas. Araraquara, SP: Letraria, 2023. E-book (PDF).

_____. **Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC; Casa de Rui Barbosa, v. 1, 1958; v. 2, 1961a.

_____. Prefácio. In: ROSSI, N. **Laboratório de fonética na Bahia**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1961b. p. 8-9.

_____. Os novos atlas lingüísticos da România. **Revista Brasileira de Filologia**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, v. 6, t. 1, p. xx-xx, 1961c.

_____. Divisão dialectológica do território brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 212-219, 1955.

_____. Études dialectologiques du Brésil. **ORBIS: Bulletin International de Linguistique Générale et de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 2, n. 2, p. 438-444, 1952.

_____. **O linguajar carioca em 1922**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1923.

NASCIMENTO, I. P. S. **Lexicografia dialetal brasileira: o estado da arte no século XX (1920-1959)**. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

NAZARETH, F. B. F. A construção da memória de Rui Barbosa: uma pauta política. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 11, n. 1, p. 41-63, 2019.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981 [1944].

NOGUEIRA, R. Traços da presença de Rui Barbosa no Direito. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 3, n. 12, p. 59-70, 1966.

NOLL, V. **O português brasileiro: formação e contrastes**. São Paulo: Globo, 2008.

NOVOS RUMOS, Rio de Janeiro, 29 maio–04 jun. 1959, p. 9.

NUNES, J. A. A réplica de Rui Barbosa e a emergência de uma gramática brasileira. In: LOUREIRO, M.; WIESEBRON, M. L.; NAGLE, M. **Rui Barbosa: uma personalidade multifacetada**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2023. p. 119-128.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 18 maio 1911.

O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 02 dez. 1981, p. 5.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 21 mar. 1952, p. 2.

OLIVEIRA, G. M. de. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2008.

OLIVEIRA, M. A. **Correspondência completa de Casimiro de Abreu**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras,

OLIVEIRA, F. **Gramática da linguagem portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. Edição fac-similada.

PESSOA, M. de B. **Variação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil**. Tübingen: Niemeyer, 2003.

PESTRE, D. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG**, Campinas, v. 6, p. 4-56, 1996.

PETROVICI, E. **Micul atlas lingvistic român: partea II (ALRM II)**. Cluj: Muzeul Limbii Române, 1940, v. 1.

PINTO, D. C. S. Homenagens públicas e estado: reflexões etnográficas a partir de dois legislativos municipais. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 29, p. 1-20, 2021.

PINTO, E. P. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2 – 1920/1945, fontes para a teoria e a história**. São Paulo; Rio de Janeiro: EDUSP; Livros Técnicos e Científicos, 1981.

_____. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história**. São Paulo; Rio de Janeiro: EDUSP; Livros Técnicos e Científicos, 1978.

PIRES, D. **O nacionalismo pré-romântico de Herder**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

POP, S. Commission d'Enquête Linguistique. **ORBIS: Bulletin International de Linguistique Générale et de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 5, n. 1, p. 308-312, 1956.

_____. Notícias e comentários. **Revista Brasileira de Filologia**, Rio de Janeiro, v. 1, t. 1, p. 85-103, 1955.

_____. Chronique du centre. **ORBIS: Bulletin International de Linguistique Générale et de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 3, n. 2, p. 594-623, 1954.

_____. Le Centre International de Dialectologie Générale. **ORBIS: Bulletin International de Linguistique Générale et de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 1, n. 1, p. 7-9, 1952.

_____. **La dialectologie: aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques**. v. 1-2. Louvain: Chez l'Auteur; Gembloux: Duculot, 1950.

_____. **Micul atlas lingvistic român: partea I (ALRM I)**. Cluj: Muzeul Limbii Române, 1938, v. 1.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, A. M. S. **Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado**. 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAZKY, A.; LIMA, A.; OLIVEIRA, M. Atlas linguísticos: contribuição para o ensino básico. In: MOTA, J.; CARDOSO, S. (Orgs.). **Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006.

REAL, R. M. Introdução. In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Guia do visitante**. Rio de Janeiro: FCRB, 1964.

_____. **Casa de Rui Barbosa: resumo histórico de suas atividades**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.

RECTOR, M. (org.). **Questionário básico de trabalho de campo linguístico: revisão crítica do Questionário do Atlas Linguístico de Antenor Nascentes**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

_____. **A linguagem da juventude**. Petrópolis: Vozes, 1975.

REIS, O. P. Um inquérito linguístico por dentro. **Revista Letras**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 183-189, 1953.

RIBEIRO, J. et al. **Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RODRIGUES, A. D. I. Tarefas da Linguística no Brasil. **Estudos Linguísticos: Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada**, v. 1, n. 1, p. 4-15, 1966.

RODRIGUES LAPA, M. **A política do idioma**. Lisboa: Tipografia Seara Nova, 1933.

ROSSI, N. A realidade linguística brasileira: o mito e sua manipulação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 22, p. 35-44, 1980.

_____. **A dialectologia**. *ALFA*, São Paulo, v. 11, p. 89-115, 1967.

_____. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.

_____. **Laboratório de fonética na Bahia**. Prefácio de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1961.

_____. Quadras populares no sertão baiano. **Revista Arquivos da Universidade da Bahia/Faculdade de Filosofia** (separata). Salvador: UFBA, 1961.

ROSSI-LANDI, F. **A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e alienação linguísticas**. Tradução de Aurora F. Bernardini. São Paulo: DIFEL, 1985.

ROUSSEAU, J. J. **Ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução de Fulvia Moretto. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

RUI BARBOSA. **Obras completas de Rui Barbosa**. v. 29, t. 1. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1902.

SANTOS, G. Do multilinguismo generalizado ao multilinguismo localizado: políticas de redução da diversidade Linguística na história social linguística do Brasil. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, v. 8, n. 2, p. 237-254, 2019.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Mensagem apresentada pelo Governador Armando de Salles Oliveira (SP) – 1936 a 1960**.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 2. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970.

SENNA, H. Apresentação. In: RIBEIRO, J. et al. **Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977. p. 13-15.

SILVA, M. C. A palavra filologia e as suas diversas acepções: os problemas da polissemia. **Confluência**, v. 23, p. 53-70, 2002.

_____. **O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa: 20 anos de atividades (1952-1972)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1972.

SILVA NETO, S. **História da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

_____. **Guia para estudos dialectológicos**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957 [1955].

_____. Notícias e comentários. **Revista Brasileira de Filologia**, v. 1, t. 1, p. 85-103, 1955.

_____. **Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1950.

SILVEIRA, A. F. et al. **A denominação do idioma nacional do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 out. 1946. Relatório técnico-científico ao Ato das Disposições Transitórias, apenso à Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18 set. 1946.

SKINNER, Q. Significado e interpretação na história das ideias. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399, jan./abr. 2017.

SOJA, E. W. **The Political Organization of Space**. Washington: Association of American Geographers; Commission on College Geography, 1971.

SPOLSKY, B. **Language policy: key topics in sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

STUMPF, I. Revistas universitárias brasileiras: barreiras na sua produção. **Transinformação**, v. 9, n. 1, p. 45-57, 1997.

SWIGGERS, P. A dinâmica na [/da] história da Linguística: posições e deslocamentos de “camadas”. **Todas as Letras**, v. 22, n. 1, p. 1-9, 2020.

_____. A Historiografia da Linguística: objetos, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, v. 44, p. 39-59, 2013.

_____. La historiografía de la Linguística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2009.

_____. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: CORRALES-ZUMBADO, C. et al. (eds.). **Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística**. v. 1. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.

TELES, A. R. **Cartografia e georreferenciamento na geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes**. 2018. 483 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

THE MICHIGAN DAILY. Ann Arbor, 06 ago. 1954, v. 64, n. 34, p. 4.

_____. Ann Arbor, 06 ago. 1954, v. 64, n. 34, p. 2.

_____. Ann Arbor, 05 ago. 1954, v. 64, n. 33, p. 2.

_____. Ann Arbor, 05 ago. 1954, v. 64, n. 14, p. 4.

_____. Ann Arbor, 04 ago. 1954, v. 64, n. 33, p. 1.

_____. Ann Arbor, 03 ago. 1954, v. 64, n. 31, p. 2.

_____. Ann Arbor, 30 jul. 1954, v. 64, n. 29, p. 2.

_____. Ann Arbor, 27 jul. 1954, v. 64, n. 26, p. 1.

_____. Ann Arbor, 09 jul. 1954, v. 64, n. 14, p. 4.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro, 16 jan. 1958, p. 2.

_____. Rio de Janeiro, 19 jan. 1956, p. 4.

_____. Rio de Janeiro, 19 jul. 1955, p. 2.

_____. Rio de Janeiro, 07 nov. 1955, p. 17.

_____. Rio de Janeiro, 22-23 ago. 1953, p. 2.

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 20 ago. 1956, p. 8.

VALENÇA, R. A Casa de Rui Barbosa e os estudos sobre a língua portuguesa. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 21-28.

VARGAS, G. O discurso do Rio Amazonas. **Revista de Estudos Brasileiros**, v. 1, n. 8, p. 228-229, 1941.

VIVAI, C. **Uma leitura do De vulgari eloquentia de Dante Alighieri**. 2009. 94 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WASSERMAN, C. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos**, v. 19, p. 63-79, 2015.

WURRURI. **Encyclopedia Mythica: mitologia aborígene**. Disponível em: <<https://pantheon.org/articles/w/wurruri.html>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ŻYWICZYŃSKI, P. **Language origins: from mythology to science**. Berlin: Peter Lang, 2018.

ANEXO A —Acesso QR Code à correspondência entre o pesquisador e o Serviço de Arquivo
Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa



ANEXO B — Extrato de pesquisa do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da
Fundação Casa de Rui Barbosa

Pesquisa – Ivan Pedro Santos Nascimento

Inventário AP-PROC

PROC.18 23/80 INICIAL 1979/81 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA.

PROC.18 23/80 ANEXO I 1980 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA.

PROC.18 23/80 ANEXO II 1980/85 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA.

PROC. 18 23/80 ANEXO III 1980/85 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA.

PROC.18 23/80 ANEXO IV 1980/84 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA.

PROC. 18 23/80 ANEXO V 1980 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA.

PROC.18 23/80 ANEXO VI 1980 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA.

PROC. 18 23/80 ANEXO VII 1980/84 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA.

PROC.18 23/80 ANEXO VIII 1979/84 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP PLANO DIRETOR NAS ÁREAS DE DOCUMENTAÇÃO, HISTÓRIA, DIREITO E FILOLOGIA

PROC. 19 67/82 1982/83 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP "PROJETO PESQUISAS EM HISTÓRIA, DOCUMENTAÇÃO, DIREITO E FILOLOGIA"

PROC. 20 67/82 SPAG 1983 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP "PROJETO PESQUISAS EM HISTÓRIA, DOCUMENTAÇÃO, DIREITO E FILOLOGIA"

PROC. 20 67/82 VOL.I 1983/84 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP "PROJETO PESQUISAS EM HISTÓRIA, DOCUMENTAÇÃO, DIREITO E FILOLOGIA"

PROC. 20 67/82 VOL. II 1984 1.6.5 CONVÊNIOS FCRB X FINEP "PROJETO PESQUISAS EM HISTÓRIA, DOCUMENTAÇÃO, DIREITO E FILOLOGIA"

PROC. 106 21/72 1972/79 2.4 SEMINÁRIO, CONGRESSO, MESAS REDONDAS (OUTRAS INSTITUIÇÕES). CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOLOGIA PORTUGUESA E II REUNIÃO INTERNACIONAL DE COMUNISTAS. CONVÊNIO DAC/MEC/FCRB E UFF. OBS: VER CX 104 (21/72, ANEXO II).

PROC. 106 21/72 ANEXO I 1974 2.4 SEMINÁRIO, CONGRESSO, MESAS REDONDAS (OUTRAS INSTITUIÇÕES). CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOLOGIA PORTUGUESA

E II REUNIÃO INTERNACIONAL DE COMUNISTAS. CONVÊNIO DAC/MEC/FCRB E UFF. - CICLO DE ESTUDOS RUIANOS.

PROC. 106 21/72 ANEXO I VOL. II 1973 2.4 SEMINÁRIO, CONGRESSO, MESAS REDONDAS (OUTRAS INSTITUIÇÕES). -CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOLOGIA PORTUGUESA E II REUNIÃO INTERNACIONAL DE COMUNISTAS. - CONVÊNIO: DAC/MEC/FCRB E UFF - INSCRIÇÕES.

PROC. 106 21/72 ANEXO III 1973 2.4 SEMINÁRIO, CONGRESSO, MESAS REDONDAS (OUTRAS INSTITUIÇÕES). -CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOLOGIA PORTUGUESA E II REUNIÃO INTERNACIONAL DE COMUNISTAS. - CONVÊNIO: DAC/MEC/FCRB E UFF INSCRIÇÕES. - FICHA DE IDENTIFICAÇÕES - INCLUI PROGRAMA.

Inventário DA

31 (01)	1952	1.1.3	ESTRUTURAÇÃO; ORGANOGRAMA	FILOLOGIA; CARTA DE ANTENOR NASCENTES AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS, PROFº CELSO CUNHA
44 (12)	1971	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	CENTRO DE PESQUISAS

47 (01)	1974	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	CENTRO DE PESQUISAS, CURSOS E CONFERÊNCIAS

48 (46)	1976	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
49 (146)	1976	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	PLANO DIRETOR
50 (72)	1977	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
50-A (1 LIV)	1977-1979	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	PLANO-DIRETOR
51 (175)	1978	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	PESQUISA; DOCUMENTAÇÃO; VISITAÇÃO; ADMINISTRAÇÃO
52 (221)	1979	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	PESQUISA; DOCUMENTAÇÃO; VISITAÇÃO; ADMINISTRAÇÃO
53 (153)	1980	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
54 (25)	1980	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	PLANO DIRETOR

58 (153)	1981	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FILOLOGIA, RUIANA, JURÍDICA, BIBLIOTECA, LITERATURA, DOCUMENTAÇÃO, ADM GERAL, VISITAS, ARQUIVOLOGIA, MUSEOLOGIA

60 (92)	1982	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
61 (08)	1982/1985	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	PLANO DIRETOR
62 (114)	1983	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB

64 (169)	1984	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	SETORIAL; ARQUIVO; BIBLIOTECA; CDC; CH; CLB; DA; DIREITO; FILOLOGIA; LACRE; LAMIC; RUIANO
65 (14)	1984	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
66 (101)	1985	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
67 (17)	1985	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
68 (42)	1986	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
69 (201)	1986	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	ARQUIVO HISTÓRICO; BIBLIOTECA, CH, CLB, DIREITO, FILOLOGIA, LACRE, LAMIC, MUSEU, RUIANO
70 (71)	1987	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB
71 (161)	1987	1.3	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES	FCRB

81 (06)	1986	1.3.1	PROJETOS	"ROMANCES DO PRÉ-MODERNISMO" FILOLOGIA

92-A (17)	S/D	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	ÁREA DE FILOLOGIA E LITERATURA, DIAGNÓSTICO

118 (06)	1953	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	ACERVO MUSEOLÓGICO, AQUISIÇÃO; MUSEU, DOAÇÕES; PUBLICAÇÕES: "RÉPLICA" ; "ANTOLOGIA"; QUADRO DE PESSOAL, ADMISSÃO; DIA DA CULTURA
119 (16)	1953-1954	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PUBLICAÇÃO: "OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA" ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO, PESQUISA JURÍDICA, PESQUISA FILOLÓGICA

123 (11)	1956	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PUBLICAÇÕES: "RECORDAÇÕES DE RUI"; "BIBLIOGRAFIA ATIVA E PASSIVA SOBRE A REVOLUÇÃO RELIGIOSA DE RUI BARBOSA"; "A RUI O QUE É DE RUI"; "ORAÇÃO AOS MOÇOS"; - CONFERÊNCIAS: "RUI BARBOSA EM SANTOS" PUBLICAÇÕES: CATÁLOGOS: "GUIA DA CASA DE RUI BARBOSA"; "RESUMO HISTÓRICO DAS ATIVIDADES DA CASA DE RUI BARBOSA" "ANAI DO CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA VERNÁCULA EM HOMENAGEM A RUI BARBOSA"; "CATÁLOGO DA BIBLIOTECA RUI BARBOSA"; "COLEÇÃO DE TEXTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA ARCAICA" ACERVO MUSEOLÓGICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO, HEMEROTECA, PROCESSAMENTO TÉCNICO CONFERÊNCIA: "O CONSTRUTOR, O CRÍTICO E O REFORMADOR NA OBRA DE RUI BARBOSA"
124 (06)	1956-1958	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PUBLICAÇÕES: "RUI BARBOSA EM HAIA"; "ROTEIRO DE RUI"; "O LIVRO DE VITA CHIRSTI EM LINGUAGEM PORTUGUESA"; "A RUI O QUE É DE RUI"; "O ADEUS A ACADEMIA MACHADO DE ASSIS"; "DONA MARIA AUGUSTA" CONFERÊNCIAS: "DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO E ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO" EXPOSIÇÕES: "RUI BARBOSA NA II CONFERÊNCIA DE PAZ EM HAIA"; "BASES PARA ELABORAÇÃO DO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL"; "EDIÇÃO DOS MÁXIMOS PENSAMENTOS DO MARQUÊS DE MARICÁ" ACERVO MUSEOLÓGICO, AQUISIÇÃO SIMPÓSIO: "MUSEU E EDUCAÇÃO"- UNESCO
125 (16)	1956-1959	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	EDIÇÃO: "ANAI DO CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA VERNÁCULA III" PUBLICAÇÕES: "VOCAÇÃO PEDAGÓGICA DE RUI BARBOSA"; "OBRA CRÍTICA DE ARARIPE JÚNIOR" (VOL. I), CONFERÊNCIAS: "PALESTRA SOBRE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL", "VERDADES E MENTIRAS SOBRE RUI BARBOSA", ACERVO MUSEOLÓGICO, AQUISIÇÃO, ACERVO MUSEOLÓGICO, AQUISIÇÃO, ACERVO MUSEOLÓGICO, CESSÃO

132 (17)	1964	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	CASA DE RUI BARBOSA, PARECER DR. LACOMBE; PROGRAMAÇÃO PARA 1965: MUSEU, OBRAS DE CONSERVAÇÃO; CONSTRUÇÃO EDIFÍCIO PAVILHÃO ANEXO. JARDIM, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO (PROPOSTA) ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO, QUADRO DE PESSOAL, AMPLIAÇÃO
133 (11)	1965	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PUBLICAÇÕES: "LITERATURA BRASILEIRA EM 1910"; "BIBLIOGRAFIA DE VOCABULÁRIOS E DICIONÁRIOS" ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO ACERVO BIBLIOGRÁFICO: "LUZ JORNAL" CONFERÊNCIAS: "RUI BARBOSA, O ADVOGADO" LANÇAMENTOS: "CRIAÇÃO DO GUIA DO MUSEU" ACERVO MUSEOLÓGICO, AQUISIÇÃO - FILOLOGIA: "OBRA CRÍTICA DE JOSÉ VERÍSSIMO"
138 (13)	1970-1972	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	MUSEU, VISITAÇÃO, ACERVO MUSEOLÓGICO, RESTAURAÇÃO, ACERVO ARQUIVÍSTICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO, CORRESPONDÊNCIA CARLOS VIANA BANDEIRA, ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO; SETOR DE FILOLOGIA
139 (32)	1972	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	ESPAÇO AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, CONSTRUÇÃO; ARQUIVO-MUSEU LITERATURA, INSTALAÇÃO, HEMEROTECA, PROCESSAMENTO TÉCNICO, HEMEROTECA, MICROFILMAGEM, ACERVO MUSEOLÓGICO, TOMBAMENTO, MUSEU, RESTAURAÇÃO ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO; SETOR DE FILOLOGIA
140 (43)	1973	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	EXPOSIÇÕES ITINERANTES: "RUI, RETRATO DE UM IDEALISTA"; "RUI E SEU MUNDO" "RUI BARBOSA, DEFENSOR DAS GRANDES CAUSAS" CONCURSO NÍVEL SUPERIOR: "RUI E O DIREITO"; "RUI E A FILOLOGIA"; "RUI E A ECONOMIA"; "RUI E A EDUCAÇÃO"; ESPAÇO AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, PROJETO ARQUIVO MUSEU-LITERATURA, INSTALAÇÃO; SETOR DE FILOLOGIA

141 (30)	1974- 1975	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	ACERVO ARQUIVÍSTICO: CORRESPONDÊNCIA DONA M. ^o AUGUSTA. ACERVO ARQUIVÍSTICO, RESTAURAÇÃO. CONCURSO: "RUI BARBOSA E OS LIMITES INTERESTADUAIS"; "RUI BARBOSA E A REFORMA DO ENSINO"; "RUI BARBOSA E A REPÚBLICA"; "RUI BARBOSA E A LÍNGUA PORTUGUESA"; "RUI BARBOSA E A ECONOMIA NACIONAL" ACERVO ARQUIVÍSTICO, AQUISIÇÃO, ACERVO ARQUIVÍSTICO, HIGIENIZAÇÃO, EXPOSIÇÕES: "ARQUIVO MUSEU DE LITERATURA"; "DIA DA CULTURA E CIÊNCIA E 125 ANOS DE ANIVERSÁRIO DE RUI BARBOSA" EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA: "JARDIM DA FCRB: A CASA DE RUI E A EXPRESSÃO INFANTIL"; "MUSEU DA FCRB –RIO DE JANEIRO, UMA VIAGEM AO PASSADO" EXPOSIÇÕES ITINERANTES: "RUI E SEU MUNDO"; "RUI, RETRATO DE UM IDEALISTA" EVENTOS CULTURAIS: CONCERTOS, RECITAIS E PEÇAS TEATRAIS, CONFERÊNCIAS: "OS GRANDES COMPOSITORES DA BAHIA"; "BAHIA: A TERRA, A CASA, A PEDRA, O HOMEM"; "RUI E ANATOLE FRANCE" CURSOS: FOLCLORE; HISTÓRIA DA MÚSICA POPULAR CARIOCA; RESPIRAÇÃO E FLAUTA; HISTÓRIA DA MÚSICA LANÇAMENTOS: "MEMÓRIAS E DEPOIMENTOS"; "ELOS DE UMA CORRENTE"; "INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA DO BRASIL"; SETOR DE FILOLOGIA

142 (50)	1975	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	ARQUIVO MUSEU LITERATURA, PROCESSAMENTO TÉCNICO. ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO. ARQUIVO MUSEU LITERATURA, PROCESSAMENTO TÉCNICO. ACERVO ARQUIVÍSTICO, AQUISIÇÃO. CURSOS: "METODOLOGIA DE PESQUISA"; "A MÚSICA NO CINEMA"; "INTRODUÇÃO ÀS MÚSICAS DA AFRICA NEGRA"; "OS JARDINS DA CASA DE RUI" "LUZ, COR E MOVIMENTO EM NOSSO MUNDO"; "METODOLOGIA E PRÁTICA DE PESQUISA EM HISTÓRIA: DOCUMENTAÇÃO JORNALÍSTICA"; "PESQUISA HISTÓRICA, TEÓRICA E ORIENTADA" CRIAÇÃO DO SETOR DE HISTÓRIA. CURSOS E CONFERÊNCIAS: CURSO DE CRIATIVIDADE; CURSO DE LITERATURA; CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA; CURSO DE ARTES; CURSO DE CINEMA; CURSO DE MÚSICA; CURSO DE INTERPRETAÇÃO VIOLOCENTÍSTICA; CURSO DE CRIATIVIDADE INFANTIL" RECITAIS. PESQUISA HISTÓRICA: "A CIDADE EM QUE VIVEMOS" LANÇAMENTO DE DISCOS: RECITAL-LP. EXPOSIÇÕES: "REALIDADE E UNIVERSO INFANTIL"; "PANORAMA ATUAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL"; "RUI, DEFENSOR DAS GRANDES CAUSAS"; "RUI, RETRATO DE UM IDEALISTA"; HISTÓRIA, PROJETOS: "FORMAS DE PENSAMENTO NA DÉCADA DE 20"; "HISTÓRIA VISUAL" PESQUISA HISTÓRICA: "ARQUIVO PRIMEIRA REPÚBLICA" "A GRANDE IMPRENSA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO RIO DE JANEIRO - 1914/1918" (1º G.M) CURSOS: "METODOLOGIA E PRÁTICA DE PESQUISA EM DOCUMENTAÇÃO JORNALÍSTICA"; SETOR DE FILOLOGIA

143-A (50)	1976	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	SETOR DE FILOLOGIA

144 (94)	1977- 1978	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	EDITORAÇÃO: "CRÍTICA DOS SONETOS DE LUÍS DE CAMÕES"; "MANUAL DE NORMAS DE EDITORAÇÃO" - PUBLICAÇÕES: "TEXTOS DE CORDEL"; "ESBOÇO DE UM ATLAS LINGÜÍSTICO DE MINAS GERAIS-I"; "RUI BARBOSA: SEIS CONFERÊNCIAS"; "A DIPLOMACIA DA PAZ: RUI BARBOSA NA CONFERÊNCIA DE HAIA"; "RUI BARBOSA NA REFORMA EDUCACIONAL" PUBLICAÇÕES: "CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS"; "ENSINO JURÍDICO 1826/1828" ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO. ACERVO BIBLIOGRÁFICO, AQUISIÇÃO. ACERVO ARQUIVÍSTICO, RESTAURAÇÃO. ACERVO MUSEOLÓGICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO. MUSEU, RESTAURAÇÃO. ACERVO ARQUIVÍSTICO, MICROFILMAGEM. JARDIM, MANUTENÇÃO. RECITAIS. CONCURSO: "CRIANÇAS TOCAM PARA CRIANÇAS" CURSOS: "CRIATIVIDADE INFANTIL, LEITURA E ESCRITA MUSICAL"; "INICIAÇÃO AO VIOLÃO"; PALESTRAS: "DIA DA CULTURA E DA CIÊNCIA"; "ALEIJADINHO E A SUA OBRA"; "ESTRUTURALISMO NO BRASIL" MESA-REDONDA: "DIREITO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL" PUBLICAÇÕES: "DAS ARCADAS AO BACHARELISMO"; "QUARTA-FEIRA DO ANO PASSADO"; "ANTOLOGIA DE LITERATURA DE CORDEL"; "O BRASIL DE THOMAS ENDER"; "GENTE DA MINHA VIDA"; "A FONTE E A FAMA" EXPOSIÇÕES: "FONTANA O LIVRO DE ARTE"; SETOR DE FILOLOGIA
145 (156)	1978- 1979	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PUBLICAÇÕES: "HISTÓRIA DE REVISTAS E JORNAIS LITERÁRIOS"; "A LÍNGUA E O FOLCLORE NA BACIA DO SÃO FRANCISCO" ACERVO RUIANO, PROCESSAMENTO TÉCNICO. HISTÓRIA, RESENHA BIBLIOGRÁFICA PUBLICAÇÕES: "PROPAGANDA REPUBLICANA - ANTÔNIO DA SILVA JARDIM" PESQUISA HISTÓRICA: "ARQUIVOS DA CIA. AMÉRICA FABRIL"; "O GOVERNO PRESIDENCIAL DO BRASIL - 1889/1930" SEMINÁRIOS: "METODOLOGIA E TIPOS DE AÇÕES"; "O PAPEL DO ADVOGADO NA SOCIEDADE BRASILEIRA" PUBLICAÇÕES: "O LEGISLATIVO E A ORGANIZAÇÃO

				DO SUPREMO TRIBUNAL DO BRASIL" ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO. LACRE, IMPLANTAÇÃO. LAMIC, IMPLANTAÇÃO. ACERVO BIBLIOGRÁFICO, DOAÇÃO. ACERVO MUSEOLÓGICO, TOMBAMENTO. ACERVO ARQUIVÍSTICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO ACERVO ARQUIVÍSTICO, PESQUISA: "ORIGINAIS DE RUI BARBOSA"; LANÇAMENTO DE LIVROS "RECIFE E OLINDA" GILBERTO FREIRE "DO RIO A SANTOS" THEREZA REGINA DE CAMARGO MAIA; "SOLAR DE SÃO MANUEL" MELLILO MOREIRA DE MELLO; SETOR DE FILOLOGIA
146 (121)	1979- 1980	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PUBLICAÇÕES: "ATLAS LINGÜÍSTICO DO SERGIPE"; "FRASES E PENSAMENTOS DE RUI BARBOSA" PESQUISA RUIANA: "SAUDAÇÃO A ANATOLE FRANCE" - PESQUISA HISTÓRICA: "HEUNÍSTICA"; "ESTUDOS SOBRE A 1ª REPÚBLICA"; "HISTÓRIA DAS EMPRESAS"; "CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL" PUBLICAÇÕES: "IDÉIAS ECONÔMICAS" JOAQUIM MURTINHO; "IDÉIAS POLÍTICAS" - MIGUEL CALMOM; "IDÉIAS SOCIAIS" - JORGE STREET PROJETO "O FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO" "ATUAÇÃO DO CLERO NO PARLAMENTO BRASILEIRO"; "JURISPRUDÊNCIA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA"; SETOR DE FILOLOGIA

147 (181)	1980	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	ACERVO BIBLIOGRÁFICO, BIBLIOTECA SÃO CLEMENTE (IMPLANTAÇÃO) LAMIC, INSTALAÇÃO. LACRE, INSTALAÇÃO. MUSEU, MANUTENÇÃO. ACERVO MUSEOLÓGICO, CONSERVAÇÃO EVENTOS: "GUIA DE TEXTOS PARA HISTÓRIA DO BRASIL" CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA - 4º RECITAIS CURSOS: "COMO VIVER NO ANO 2000" "MÚSICA - INTERPRETAÇÃO VIOLINÍSTICA" "APRIMORAMENTO DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA" PALESTRAS: "ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA" - CIRCUITO LINGÜÍSTICO RIO DE JANEIRO EXPOSIÇÕES: "BOTAFOGO: MEMÓRIA DE UM BAIRRO"; "NO TEMPO DA TABUADA"; "PESQUISA MOSTRA DE ARTEZANATO"; "A CRIANÇA NA CASA DE RUI BARBOSA"; "ARTE E OFÍCIO DA ENCADENAÇÃO"; "SEMANA NACIONAL DO LIVRO E DA BIBLIOTECA" PALESTRAS: "PROBLEMA DA ENTONAÇÃO" - JOÃO ANTÔNIO MORAIS "A ARTE DAS MÁSCARAS" "PALESTRA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA E DO CÍRCULO LINGÜÍSTICO DO R.J 1º "; "A MULHER BRASILEIRA E SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA - ORIGENS HISTÓRICAS"; "COMO LIMA BARRETO VIA A REPÚBLICA VELHA" CURSOS: "APRIMORAMENTO DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA"; "TREINAMENTO DE MONITORES PARA RECREAÇÃO COMUNITÁRIA - FCRB x SESC"; "CURSO DE INDEXAÇÃO"; "CURSO DE ECOLOGIA PARA CRIANÇAS"; "CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DO PORTUGUÊS"; "CURSO DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS" EVENTOS: "NO JARDIM DAS HISTÓRIAS" - MUSEU E BIMM; "OUTONO EM TEMPO DE MÚSICA" - MUSEU; "OITO OU OITENTA"; "CINQUENTENÁRIO DA CASA DE RUI BARBOSA" -IMPRESSÃO: "RUI, SUA CASA E SEUS LIVROS"; "CRONOLOGIA DE RUI BARBOSA" LANÇAMENTO DE LIVROS: "RÉPLICA"; "ÍNDICE DOS LUSÍADAS"; "JURISPRUDÊNCIA DE TÍTULOS DE CRÉDITO-CHEQUE"; AUDIOVISUAL: "O RIO NO TEMPO DE RUI" FILME: "FESTA DO DIVINO" PROJETO: "LEVANTAMENTO DE VOCABULÁRIO DE PORTUGUÊS MEDIEVAL"; "ÍNDICE ALFABÉTICO E CRÍTICA DA OBRA DE MÁRIO BARRETO"

				PROJETO: "ICONOGRAFIA DE RUI BARBOSA"; PROJETO: "AÇÃO E PENSAMENTO DA REPÚBLICA"; PROJETO: "O PAN-AMERICANISMO"; PROJETO: "HISTÓRIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO IMPÉRIO DO BRASIL" - 2 VOLUMES "O PROBLEMA ECONÔMICO DO BRASIL" PROJETO: "O FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO"; SETOR DE FILOLOGIA

148 (188)	1981	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PUBLICAÇÕES: "JORGE AMADO E A LITERATURA DE CORDEL"; "OBRAS CRÍTICAS DE NESTOR VICTOR"; "ATLAS LINGÜÍSTICO"; "VOCABULÁRIO HISTÓRICO- CRONOLÓGICO DE PORTUGUÊS MEDIEVAL"; "TEXTOS RUIANOS" PESQUISA HISTÓRICA: "BIBLIOGRAFIA I - ECONOMIA E SOCIEDADE" HISTÓRIA, RESENHA: "BIBLIOGRAFIA II - POLÍTICA E INSTITUIÇÕES" PUBLICAÇÕES: "A CADEIA VELHA" PESQUISA HISTÓRICA: "COMPANHIA AMÉRICA FABRIL"; "IDÉIAS POLÍTICAS DE QUINTINO BOCAIUVA", CRONOLOGIA. HISTÓRIA, LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

				PESQUISA JURÍDICA: "CATALOGAÇÃO JURISPRUDÊNCIA SOBRE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA", ACERVO BIBLIOGRÁFICO, AQUISIÇÃO, ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO, PUBLICAÇÃO: "BIBLIOGRAFIA, CAMPANHA CIVILISTA" MUSEU, OBRAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO; JARDIM, OBRAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO, ACERVO ARQUIVÍSTICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO: SÉRIE CORRESPONDÊNCIA, CURSOS: "METODOLOGIA DA PESQUISA EM HISTÓRIA"; "CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS" - PALESTRAS: "ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA"; "CÍRCULO LINGÜÍSTICO DO R.J." , MESA-REDONDA: "AS ESPÉCIES BOTÂNICAS AMEAÇADAS E AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA SUA PRESERVAÇÃO" SEMINÁRIO: "CONSERVAÇÃO DA FLORA" CONCURSO: "MEMÓRIA DE UM BAIRRO: FOTOGRAFE BOTAFOGO" EXPOSIÇÕES: "DORSTENIA - UM GÊNERO EM EXTINÇÃO"; "CANUDOS REVISITADA"; "ROMANCEIRO DA INCONFIDÊNCIA"; "GUERRA E PAZ"; "MOSTRA SOBRE RUI BARBOSA"; "O MUNDO FANTÁSTICO DA FICÇÃO CIENTÍFICA"; "ANÁLISE DA LITERATURA BRASILEIRA NA ÁREA DE HISTÓRIA"; "CICLO DE PALESTRAS SOBRE LIMA BARRETO" "CICLO DE PALESTRAS SOBRE ESCRAVIDÃO NO BRASIL"; CICLO DE PALESTRAS DA SEMANA COMUNITÁRIA"; "LITERATURA DE CORDEL"; "O RIO DE JANEIRO DE LIMA BARRETO" AUDIOVISUAIS: "ANTÔNIO CONSELHEIRO"; "CANUDOS"; "ALVIM CORREA" ACERVO BIBLIOGRÁFICO, MICROFILMAGEM; MICROFILMAGEM, ASSISTÊNCIA TÉCNICA; ACERVO BIBLIOGRÁFICO, RESTAURAÇÃO; ACERVO MUSEOLÓGICO, RESTAURAÇÃO VISUAIS: "ANTÔNIO CONSELHEIRO"; "CANUDOS"; "ALVIM CORREA" ACERVO BIBLIOGRÁFICO, MICROFILMAGEM; MICROFILMAGEM, ASSISTÊNCIA TÉCNICA; ACERVO BIBLIOGRÁFICO, RESTAURAÇÃO; ACERVO MUSEOLÓGICO, RESTAURAÇÃO; SETOR DE FILOLOGIA

149 (205)	1982- 1983	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	QUADRO DE PESSOAL - LAMIC. ACERVO BIBLIOGRÁFICO, MICROFILMAGEM; MICROFILMAGEM, ASSISTÊNCIA TÉCNICA. PESQUISA FILOLOGICA: "VOCABULÁRIO HISTÓRICO DE PORTUGUÊS MEDIEVAL" PUBLICAÇÃO: "OBRAS DE MÁRIO BARRETO"; "INÁCIO DA CATINGUEIRA E LUÍS GAMA"; "O CICLO DOS ANIMAIS NA LITERATURA POPULAR DO NORDESTE"; PESQUISA FILOLÓGICA: "ÚLTIMOS SONETOS"; "BANCO DE DADOS"; EDITORAÇÃO: "CARTAS À NOIVA" PESQUISA HISTÓRICA: "BIBLIOGRAFIA I - ECONOMIA E SOCIEDADE"; "PESQUISA HISTÓRICA: "BIBLIOGRAFIA II - POLÍTICA E INSTITUIÇÕES" PESQUISA JURÍDICA: "SUBSÍDIOS MONOGRÁFICOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO DE PROPRIEDADE E JURISPRUDÊNCIA DE TÍTULO DE CRÉDITO" ACERVO ARQUIVÍSTICO: PROCESSAMENTO TÉCNICO BIBLIOTECA, PROJETO: "PROCESSAMENTO TÉCNICO E ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE BUSCA PARA ACERVO; SETOR DE FILOLOGIA

150 (259)	1983	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	SETOR DE FILOLOGIA

151 (396)	1984	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PESQUISA JURÍDICA: "SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL" EDITORAÇÃO: "A GRANDE GUERRA"; "ATOS LEGISLATIVOS: DECISÕES MINISTERIAIS E CIRCULARES" -PESQUISA HISTÓRICA: "PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL" PUBLICAÇÃO: "COLEÇÃO AÇÃO E PENSAMENTO"; "COLEÇÃO BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS" ACERVO BIBLIOGRÁFICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LACRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LAMIC ACERVO ARQUIVÍSTICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO JARDIM, RESTAURAÇÃO: JARDIM BOTÂNICO MUSEU, VISITAÇÃO SEMINÁRIOS: "COMPANHIA AMÉRICA FABRIL" PESQUISA HISTÓRICA: "CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO" PESQUISA JURÍDICA: "SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL"; "O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL" SEMINÁRIOS: "HABITAÇÃO POPULAR NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA"; "RIO REPUBLICANO" PROJETO: "THE MANDARINS OF IMPERIAL BRAZIL"; "OS MINISTROS DO SUPREMO (1828-1893)"; "A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA AO ESTUDO DA QUESTÃO DE INVASORES DE TERRAS" "ENCONTRO DE ARQUIVOS PRIVADOS DA REGIÃO SUDESTE-I "; "CICLO DE PALESTRAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL"; "CICLO DE PALESTRAS SOBRE ARQUIVO"; "CICLO DE PALESTRAS SOBRE VULTOS DA LITERATURA BRASILEIRA"; PUBLICAÇÕES: "A SOMBRA DE RUI"; "VOCABULÁRIO HISTÓRICO CRONOLÓGICO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL"; "A VOZ DO POETA"; "DRAXE E AMIGOS"; "FLAU"; "ZIRIMEU FAÍSCA"; "O CACHORRO ESPERTO"; "PARA MELHOR LER, ESCREVER E FALAR"; "DISCURSO NA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DA BAHIA"; "TRABALHOS JURÍDICOS"; "A VIDA DE EÇA DE QUEIROZ"; "GUIA DE BENS TOMBADOS - BAHIA"; "INVASÕES URBANAS"; "ÚLTIMOS SONETOS"; "OBRAS SELETAS DE CARLOS LAET"; "DISCURSOS E CONFERÊNCIAS"; "NINGUÉM REPAROU NA PRIMAVERA"; "FRUTA NO PÉ"; "LOURDES, CURAS MEDICAMENTE INEXPLICÁVEIS";

				EXPOSIÇÕES: "AQUARELAS DE MARIA WERNECK DE CASTRO"; "FLORES E ESPÉCIES EM EXTINÇÃO"; "O EXPRESSIONISMO E A ARTE BRASILEIRA"; "AUGUSTO MALTA: IMAGENS DO RIO"; "HOMENAGENS A MARQUES REBELO"; "50 ANOS DE CASA GRANDE E SENZALA"; "ORIGENS DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO"; "HOMENAGENS A BERNARDO GUIMARÃES"; "GUIMARÃES ROSA, CONFLUÊNCIAS: TRILHAS DE VIDA E DE CRIAÇÃO"; "HÁBITOS DE BANHO, HIGIENE E TOALETE"; "O COMÍCIO E SUAS PROFISSÕES" MUSEU, PROJETO CINEMATOGRAFICO: "O FIM DE UMA CARREIRA"; "O CÉU ABERTO DO BARROCO ALEMÃO"; "GERAÇÃO DESAFIADA" "DANÇA, URSO, DANÇA" "O BARÃO DE MUNCHAUSEM" LACRE, DESINFESTAÇÃO DOCUMENTOS AUDITÓRIO, INAUGURAÇÃO LAMIC, ASSISTÊNCIA TÉCNICA; SETOR DE FILOLOGIA

153 (351)	1985	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	PUBLICAÇÃO: "COLEÇÃO AÇÃO E PENSAMENTO" PESQUISA FILOLÓGICA: "PROJETO MANUEL BANDEIRA" ARQUIVO MUSEU-LITERATURA, PROCESSAMENTO TÉCNICO CICLO DE PALESTRAS : "VULTOS DA LITERATURA BRASILEIRA" MUSEU, PROJETOS: PUBLICAÇÕES: "VIDA DE CACHORRO" PESQUISA HISTÓRICA: "CIDADANIA"; "PODER POLÍTICO"; "URBANIZAÇÃO"; SETOR DE FILOLOGIA

155 (325) E 01 LIVRO	1985- 1986	1.4	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	MUSEU, DIVULGAÇÃO MUSEU, PROJETO: "BOTAFOGO, MEMÓRIA DE UM BAIRRO"; "O VALOR DA MEMÓRIA NACIONAL"; "ATIVIDADES EDUCACIONAIS DO MUSEU"; PROJETO: "COMO FUNCIONA O MUSEU" LABORATÓRIO DE MICROFILMAGEM, ASSISTÊNCIA TÉCNICA; LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA ACERVO ARQUIVÍSTICO, PROCESSAMENTO TÉCNICO BIBLIOTECA, PROJETO: "BIBLIOGRAFIA SOBRE AS CONSTITUINTES DO BRASIL- REPÚBLICA"; RUIANO, PROJETOS: "OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA"; "FRASES E PENSAMENTOS DE RUI BARBOSA"; "TEMAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL"; "INDEXAÇÃO TEMÁTICA DA OBRA DE RUI BARBOSA"; "TEMAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL"; "A LIBERDADE DE IMPRENSA NO PENSAMENTO DE RUI BARBOSA"; "RÉPLICA"; "AFONSO PENA E SUA ÉPOCA, DE AMÉRICO JACOBINA LACOMBE"; "O DEPUTADO RUI BARBOSA" FILOLOGIA, PROJETOS: "VOCABULÁRIO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL -ÍNDICE"; "ROMANCES DO PRÉ-MODERNISMO"; "LITERATURA POPULAR EM VERSO"; DIREITO, PROJETO: "DOMÍNIO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO. ATUALIZAÇÃO DA OBRA JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO" "RUI BARBOSA E O DIREITO DO VOTO DO ANALFABETO"; "A CIDADANIA POLÍTICA NA NA CONSTITUIÇÃO DE 1891"; "MACROTHESAURUS BRASILEIRO DE DIREITO"; "POR UMA NOVA ORDEM POLÍTICA NO BRASIL"; "A CONSTITUIÇÃO E A NOVA REPÚBLICA" HISTÓRIA, PESQUISAS: "A LEI ORGÂNICA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER"; "GUIA DAS FONTES PARA HISTÓRIA DA HOMEOPATIA"; "AS QUEIXAS DO POVO: CLASSES POPULARES E CIDADANIA"; "AS PROCLAMAÇÕES DA REPÚBLICA"; "ENTRE ZUMBI E PAI-JOÃO"; "O

			PRÍNCIPE DO POVO"; "OS BESTIALIZADOS: A REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO"; "A URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO IMPERIAL"; "O FINANCIAMENTO DA CIDADE MARAVILHOSA"; "ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS E PRÁTICAS ELEITORAIS NO DISTRITO FEDERAL"; "A MORTE VOLUNTÁRIA DA BELLE EPOQUE BRASILEIRA"; "A GUERRA DAS RUAS: POVO E POLÍCIA NO RIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA"; "PALAVRAS DE ORDEM"; "RETRATO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO, 1889-1910"; "O HUMOR DE MENDES FRADIQUE"; "HISTÓRIA DA HOMEOPATIA DO RIO DE JANEIRO" PROJETOS: "O CORAÇÃO DO BRASIL"; "RUI BARBOSA E A VILA MARIA AUGUSTA"; "CADASTRO DOS BENS CULTURAIS DO BAIRRO DE BOTAFOGO"; "MEMÓRIA CARIOCA: DOCUMENTAÇÃO VISUAL E A EVOLUÇÃO URBANÍSTICA DO BAIRRO DE BOTAFOGO"; "SAMBA EM LITERATURA"; "BOTAFOGO EM LITERATURA"; LIVROS: "O TRIBOFE"; "CARNAVAL"; "TRABALHOS POLÍTICOS"; "ATOS LEGISLATIVOS"; "ANEXOS DO DIREITO DO AMAZONAS DO ACRE SETENTRIONAL"; "A GRANDE GUERRA"; "RÉPLICA"; "ÀS CLASSES CONSERVADORAS"; "ATRAVÉS DO DICIONÁRIO E DA GRAMÁTICA"; "ÚLTIMOS ESTUDOS"; "APRENDIZ DE FEITICEIRO: VARGAS E OS MILITARES"; "ÍNDICE DO VOCABULÁRIO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL"; "LITERATURA POPULAR EM VERSO: ESTUDOS"; "A JURISPRUDÊNCIA E A DOUTRINA DOS TÍTULOS DE CRÉDITO"; "ELABORAÇÃO E EDITORAÇÃO DE TRABALHOS"; "SIMÃO CIRINEU"; "UMA VOZ CONTRA A INJUSTIÇA"; "CANUDOS: SUBSÍDIOS PARA A REAVALIAÇÃO HISTÓRICA"; "LITERATURA POPULAR EM VERSO: ANTOLOGIA"; "UMA VOZ CONTRA A INJUSTIÇA"; "IDÉIAS POLÍTICAS DE QUINTINO BOCAIUVA"; "AS REVISTAS DO ANO E A INVENÇÃO DO RIO DE JANEIRO"; "AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES"; "O FIO DA MEADA" CURSOS: "HISTÓRIA DOS JARDINS"; "HISTÓRIA DA ÓPERA"; "INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS TAPETES ORIENTAIS";

				"ART NOUVEAU E ART DECO"; "CURSO DE OPERETA"; "CURSO SOBRE LITERATURA"; "CONTOS DE FADA: OFICINA DE CRIAÇÃO TEATRAL" CICLO DE PALESTRAS; "SISTEMAS PARTIDÁRIOS E REGIMES ELEITORAIS: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA"; "PAPOS E LEROS NO DOBRAR DA ESQUINA"; "OS MORADORES E A NOVA CONSTITUIÇÃO"; "CÍRCULO LINGÜÍSTICO DO RIO DE JANEIRO" SEMINÁRIOS: "200 ANOS GRIMM" (BIMM); "MARKETING DE PRODUTOS CULTURAIS- DIVULGAÇÃO E PATROCÍNIO"; "90 ANOS DE CINEMA NO BRASIL"; "REVENDO O PRÉ-MODERNISMO"; "PRESERVAÇÃO DO ACERVO CINEMATOGRAFICO BRASILEIRO"; "SEMINÁRIO DE PROPAGANDA E MARKETING NA CULTURA 1º " CONFERÊNCIAS: "JERÔNIMO CARDOSO E AS ORIGENS DA LEXICOGRAFIA PORTUGUESA" EXPOSIÇÕES: "OSWALDO CRUZ E O SANEAMENTO DO RIO DE JANEIRO"; "ACESSÓRIOS DA INDUMENTÁRIA FEMININA"; "MANUEL BANDEIRA, UM NOVO ITINERÁRIO"; "A HISTÓRIA DA HOMEOPATIA NO RIO DE JANEIRO"; "PRÉ-MODERNISMO" A PRODUÇÃO LITERÁRIA E O CONTEXTO" "DE GUTENBERG À GRÁFICA ELETRÔNICA"; "AS ELEIÇÕES DA CONSTITUINTE DO BRASIL-REPÚBLICA"; "SÉRGIO, RENOVADOR" RECITAIS PROJEÇÕES: "UM PEDAÇO AINDA AUTÊNTICO DO RIO DE JANEIRO"; "INFINITO TROPICÁLIA"; "AS ELEIÇÕES DAS CONSTITUINTES DO BRASIL - REPÚBLICA"; SETOR DE FILOLOGIA

ANEXO C —Termos de licença para reprodução de acervo arquivístico da Fundação Casa de Rui Barbosa

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa
MINISTÉRIO DA CULTURA

**TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO DE ACERVO ARQUIVÍSTICO
DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966, com sede na rua São Clemente número 134, Botafogo, Rio de Janeiro, por intermédio do seu **CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO** neste ato representado pela diretora LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA, também denominada LICENCIANTE e Ivan Pedro Santos Nascimento, CPF: 066.711.775-03, com endereço na Rua dos Protestantes, 107, Apt. 902, Ed. Itaperuna, Garcia, Salvador-BA, CEP 40100-000, doravante denominado LICENCIADO, resolvem celebrar o presente **TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO** mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA** autoriza a reprodução de documentos FCRB DA 31 (01), FCRB DA 44 (12), FCRB DA 47 (01), FCRB DA 48 (46), FCRB DA 50 (72), FCRB DA 50-A e FCRB DA 51 (175), do Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, para uso em tese de doutorado em Língua e Cultura intitulada “Elementos para uma história da dialetologia e da geografia linguística: o papel do decreto 30.643, de 20 março de 1952, para a pesquisa do português do Brasil”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os documentos qualificados na cláusula primeira do presente **TERMO**, pertencentes ao acervo do **ARQUIVO**, abertos à consulta pública, podem ser copiados, comprometendo-se o licenciado a não violar as recomendações específicas da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, bem como as normas técnicas do **ARQUIVO** da **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – O licenciado deverá enviar um exemplar do trabalho/produto elaborado em que tenha sido utilizada a reprodução aqui licenciada.

CLÁUSULA QUARTA - Em toda utilização do (s) documento (s) objeto do presente termo será obrigatória a menção ao crédito **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/ARQUIVO**, incluindo nome do fundo arquivístico ao qual o (s) documento(s) pertence(m) e do autor da obra quando houver.

CLÁUSULA QUINTA - Em caso de utilização da (s) cópia (s) objeto da presente licença para outros fins que não os mencionados na cláusula primeira do presente



Rua São Clemente, 134 Botafogo 22260-000 Rio de Janeiro RJ Tel.: 21 3289 4600 www.casaruibarbosa.gov.br

TERMO, o licenciado será obrigado a solicitar nova autorização ao **CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO** da **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**.

CLÁUSULA SEXTA – O licenciado responderá por qualquer dano material ou moral decorrente da violação das obrigações estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo das providências penal, civil e administrativa, isentando a FCRB por qualquer dano causado a terceiros com a utilização irregular dos direitos autorais pertinentes ao acervo.

CLÁUSULA SÉTIMA – No caso de obras protegidas pela Lei do Direito Autoral cabe ao licenciado a obtenção da autorização dos titulares dos direitos autorais para quaisquer fins, não tendo a FCRB legitimidade para autorizar a reprodução.

CLÁUSULA OITAVA – Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento.

Por estarem as partes assim acordadas, firmam o presente **TERMO** em duas vias de igual teor e forma para os efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA
Data: 15/04/2024 16:29:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucia Maria Velloso de Oliveira
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Documento assinado digitalmente
gov.br IVAN PEDRO SANTOS NASCIMENTO
Data: 12/04/2024 17:46:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ivan Pedro Santos Nascimento
LICENCIADO

Testemunhas:

- 1- _____
2- _____



Rua São Clemente, 134 Botafogo 22260-000 Rio de Janeiro RJ Tel.: 21 3289 4600 www.casaruibarbosa.gov.br

**TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO DE ACERVO ARQUIVÍSTICO
DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966, com sede na rua São Clemente número 134, Botafogo, Rio de Janeiro, por intermédio do seu **CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO** neste ato representado pela diretora LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA, também denominada LICENCIANTE e Ivan Pedro Santos Nascimento, CPF: 066.711.775-03, com endereço na Rua dos Protestantes, 107, Apt. 902, Ed. Itaperuna, Garcia, Salvador-BA, CEP 40100-000, doravante denominado LICENCIADO, resolvem celebrar o presente **TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO** mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA** autoriza a reprodução de documentos FCRB DA 119 (16), FCRB DA 124 (06), FCRB DA 125 (16), FCRB DA 146 (121), do Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, para uso em tese de doutorado em Língua e Cultura intitulada “Elementos para uma história da dialetologia e da geografia linguística: o papel do decreto 30.643, de 20 março de 1952, para a pesquisa do português do Brasil”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os documentos qualificados na cláusula primeira do presente **TERMO**, pertencentes ao acervo do **ARQUIVO**, abertos à consulta pública, podem ser copiados, comprometendo-se o licenciado a não violar as recomendações específicas da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, bem como as normas técnicas do **ARQUIVO** da **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – O licenciado deverá enviar um exemplar do trabalho/produto elaborado em que tenha sido utilizada a reprodução aqui licenciada.

CLÁUSULA QUARTA - Em toda utilização do (s) documento (s) objeto do presente termo será obrigatória a menção ao crédito **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/ARQUIVO**, incluindo nome do fundo arquivístico ao qual o (s) documento(s) pertence(m) e do autor da obra quando houver.

CLÁUSULA QUINTA - Em caso de utilização da (s) cópia (s) objeto da presente licença para outros fins que não os mencionados na cláusula primeira do presente **TERMO**, o licenciado será obrigado a solicitar nova autorização ao **CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO** da **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**.



CLÁUSULA SEXTA – O licenciado responderá por qualquer dano material ou moral decorrente da violação das obrigações estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo das providências penal, civil e administrativa, isentando a FCRB por qualquer dano causado a terceiros com a utilização irregular dos direitos autorais pertinentes ao acervo.

CLÁUSULA SÉTIMA – No caso de obras protegidas pela Lei do Direito Autoral cabe ao licenciado a obtenção da autorização dos titulares dos direitos autorais para quaisquer fins, não tendo a FCRB legitimidade para autorizar a reprodução.

CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento.

Por estarem as partes assim acordadas, firmam o presente **TERMO** em duas vias de igual teor e forma para os efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA
Data: 03/05/2024 12:27:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucia Maria Velloso de Oliveira
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Documento assinado digitalmente
gov.br IVAN PEDRO SANTOS NASCIMENTO
Data: 30/04/2024 17:48:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ivan Pedro Santos Nascimento
LICENCIADO

Testemunhas:

- 1- _____
2 - _____



Rua São Clemente, 134 Botafogo 22260-000 Rio de Janeiro RJ Tel.: 21 3289 4600 www.casaruibarbosa.gov.br

**TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO DE ACERVO ARQUIVÍSTICO
DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966, com sede na rua São Clemente número 134, Botafogo, Rio de Janeiro, por intermédio do seu **CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO** neste ato representado pela diretora LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA, também denominada LICENCIANTE e Ivan Pedro Santos Nascimento, CPF: 066.711.775-03, com endereço na Rua dos Protestantes, 107, Apt. 902, Ed. Itaperuna, Garcia, Salvador-BA, CEP 40100-000, doravante denominado LICENCIADO, resolvem celebrar o presente **TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO** mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA autoriza a reprodução de documentos FCRB DA 118 (06), FCRB DA 123 (11), FCRB DA 132 (17), FCRB DA 133 (11), FCRB DA 138 (13), FCRB DA 139 (32), FCRB DA 140 (43), FCRB DA 141 (30), FCRB DA 142 (50), do Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, para uso em tese de doutorado em Língua e Cultura intitulada “Elementos para uma história da dialetologia e da geografia linguística: o papel do decreto 30.643, de 20 março de 1952, para a pesquisa do português do Brasil”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os documentos qualificados na cláusula primeira do presente **TERMO**, pertencentes ao acervo do **ARQUIVO**, abertos à consulta pública, podem ser copiados, comprometendo-se o licenciado a não violar as recomendações específicas da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, bem como as normas técnicas do **ARQUIVO** da **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - O licenciado deverá enviar um exemplar do trabalho/produto elaborado em que tenha sido utilizada a reprodução aqui licenciada.

CLÁUSULA QUARTA - Em toda utilização do (s) documento (s) objeto do presente termo será obrigatória a menção ao crédito **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/ARQUIVO**, incluindo nome do fundo arquivístico ao qual o (s) documento(s) pertence(m) e do autor da obra quando houver.

CLÁUSULA QUINTA - Em caso de utilização da (s) cópia (s) objeto da presente licença para outros fins que não os mencionados na cláusula primeira do presente



TERMO, o licenciado será obrigado a solicitar nova autorização ao **CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO** da **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**.

CLÁUSULA SEXTA – O licenciado responderá por qualquer dano material ou moral decorrente da violação das obrigações estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo das providências penal, civil e administrativa, isentando a FCRB por qualquer dano causado a terceiros com a utilização irregular dos direitos autorais pertinentes ao acervo.

CLÁUSULA SÉTIMA – No caso de obras protegidas pela Lei do Direito Autoral cabe ao licenciado a obtenção da autorização dos titulares dos direitos autorais para quaisquer fins, não tendo a FCRB legitimidade para autorizar a reprodução.

CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento.

Por estarem as partes assim acordadas, firmam o presente **TERMO** em duas vias de igual teor e forma para os efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2024.

Lucia Maria Velloso de Oliveira
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Documento assinado digitalmente
gov.br IVAN PEDRO SANTOS NASCIMENTO
Data: 13/07/2024 13:04:07-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Ivan Pedro Santos Nascimento
LICENCIADO

Testemunhas:

- 1- _____
2- _____



Rua São Clemente, 134 Botafogo 22260-000 Rio de Janeiro RJ Tel.: 21 3289 4600 www.casaruibarbosa.gov.br

**TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO DE ACERVO ARQUIVÍSTICO
DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**

Pelo presente instrumento, a **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1966, com sede na rua São Clemente número 134, Botafogo, Rio de Janeiro, por intermédio do seu **CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO** neste ato representado pela diretora LUCIA MARIA VELLOSO DE OLIVEIRA, também denominada LICENCIANTE e Ivan Pedro Santos Nascimento, CPF: 066.711.775-03, com endereço na Rua dos Protestantes, 107, Apt. 902, Ed. Itaperuna, Garcia, Salvador-BA, CEP 40100-000, doravante denominado LICENCIADO, resolvem celebrar o presente **TERMO DE LICENÇA PARA REPRODUÇÃO** mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA** autoriza a reprodução de documentos FCRB DA 147 (181), FCRB DA 148 (188), FCRB DA 61 (08), FCRB DA 151 (396), FCRB DA 81 (06) e FCRB DA 155 (325), do Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, para uso em tese de doutorado em Língua e Cultura intitulada “Elementos para uma história da dialetologia e da geografia linguística: o papel do decreto 30.643, de 20 março de 1952, para a pesquisa do português do Brasil”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os documentos qualificados na cláusula primeira do presente **TERMO**, pertencentes ao acervo do **ARQUIVO**, abertos à consulta pública, podem ser copiados, comprometendo-se o licenciado a não violar as recomendações específicas da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, bem como as normas técnicas do **ARQUIVO** da **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – O licenciado deverá enviar um exemplar do trabalho/produto elaborado em que tenha sido utilizada a reprodução aqui licenciada.

CLÁUSULA QUARTA - Em toda utilização do (s) documento (s) objeto do presente termo será obrigatória a menção ao crédito **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/ARQUIVO**, incluindo nome do fundo arquivístico ao qual o (s) documento(s) pertence(m) e do autor da obra quando houver.

CLÁUSULA QUINTA - Em caso de utilização da (s) cópia (s) objeto da presente licença para outros fins que não os mencionados na cláusula primeira do presente



TERMO, o licenciado será obrigado a solicitar nova autorização ao **CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO** da **FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA**.

CLÁUSULA SEXTA – O licenciado responderá por qualquer dano material ou moral decorrente da violação das obrigações estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo das providências penal, civil e administrativa, isentando a FCRB por qualquer dano causado a terceiros com a utilização irregular dos direitos autorais pertinentes ao acervo.

CLÁUSULA SÉTIMA – No caso de obras protegidas pela Lei do Direito Autoral cabe ao licenciado a obtenção da autorização dos titulares dos direitos autorais para quaisquer fins, não tendo a FCRB legitimidade para autorizar a reprodução.

CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento.

Por estarem as partes assim acordadas, firmam o presente **TERMO** em duas vias de igual teor e forma para os efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2024.

Lucia Maria Velloso de Oliveira
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Documento assinado digitalmente
gov.br IVAN PEDRO SANTOS NASCIMENTO
Data: 17/09/2024 05:56:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ivan Pedro Santos Nascimento
LICENCIADO

Testemunhas:

1- _____
2- _____



Rua São Clemente, 134 Botafogo 22260-000 Rio de Janeiro RJ Tel.: 21 3289 4600 www.casaruibarbosa.gov.br

APÊNDICE A — Acesso QR Code ao anteprojeto originador da tese

